

FORTALEZA - 2024

42°

Congresso
do ANDES-SN

REVERTER AS CONTRARREFORMAS
em defesa da educação, dos serviços públicos,
das liberdades democráticas e dos direitos sociais



DE 26 DE FEVEREIRO
A 1º DE MARÇO DE 2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ADUFC
SINDICATO

ANDES
SINDICATO NACIONAL

CADERNO DE TEXTOS

42º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro a 1º de março de 2024

Tema Central: “Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e direitos sociais”.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2023/2025

Presidente: Gustavo Seferian Scheffer Machado

Secretária-Geral: Francieli Rebelatto

1ª Tesoureira: Jennifer Susan Webb

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Fernando Lacerda Júnior

SUMÁRIO

Apresentação	14
Metodologia de Trabalho	15
Proposta de Cronograma e Pauta do 42º CONGRESSO	16
Proposta de Regimento do 42º CONGRESSO	17
TEMA I – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	
Texto 1 – Conjuntura e Movimento Docente - Diretoria do ANDES-SN	31
Texto 2 – De lutos e de lutas: a classe trabalhadora se move - Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Adriana Penna (Aduff); Agatha Justen (Aduff); Airton Paula Souza (Adufs-Se); Alair Silveira (Adufmat); Aldi Nestor de Souza (Adufmat); Beatriz Tupinambá Freitas (Adufs-Se); Catharina Marinho Meirelles (Aduff); Cláudio Gurgel (Aduff); Elyson Carvalho (Adufs-Se); Jairo Paes Selles (Aduff); José Jailton Marques (Adufs-Se); Júlio Figueiredo (Aduff); Marcelo Massayoshi Ueki (Adufs-Se); Maria da Graça Gurgel (Ufal); Marluce Souza e Silva (Adufmat); Máuri de Carvalho (Ufes); Olinto Silveira Alves Filho (Adufs-Se); Onice Teresinha Dall'oglio (Adufmat); Sandra Menezes Walmsley, (Adufs-Se); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Wilma Pessôa (Aduff).	45
Texto 3 – O capitalismo está levando a humanidade à extinção. Não existe futuro sem uma revolução socialista - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Ana Maria Alvarenga (Adusc), Aritana Dutra (Sindifpi), Gisele Sifroni (Adua), Raphael Furtado (Adufes), Valdeci Fontoura (Adufms)	57
Texto 4 – Plano de lutas das IFES: romper a colaboração com o governo federal, para erguer a luta contra os cortes de verbas e o privatismo, e pela real autonomia universitária e por um único sistema de educação público e gratuito, sob controle de quem estuda e trabalha - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da (Adua): André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva	59
Texto 5 – Os desafios do movimento docente na defesa da educação pública e da carreira docente: construir a mobilização com e a partir da base. - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Mendes Ricardo (Sindcefet-MG); Ailton Miranda-(Adufpa); Aldair Andrade (Adua); Alessandro Bandeira Duarte (Adur); Alexandre Mendes (Adur); Amauri Fragoso de Medeiros (Adufcg); Ana Cartaxo (Ufsc); Andréa Gomes da Silva (Adufb); Antonio Gonçalves Filho (Apruma); Antonio Henriques Lemos Leite Filho (Ufg); Arturo Rodolfo Samana (Adusc); Aruã Silva de Lima (Adufal); Augusto Cerqueira (Apes); Bruno Anderson Matias da Rocha (Adufc); Bruno Bechara Maxta (Ufmg); Bruno Borja (Adur); Carlos Eduardo Veiga de Carvalho (Aduenf); Carlos Vitorio de Oliveira (Adusc); Caryne Braga (Aduenf); Claudio Anselmo de Souza Mendonça (Apruma); Cristina Miranda (Adufrj); Dan Gabriel D'onofre (Adur); Eblin Farage (Aduff); Edivania Alves (Adufpa); Elizabeth Barbosa (Aduff); Elizabeth Búrigo (Ssind Andes Na Ufrgs); Emanuela Rútila Monteiro Chaves (Aduern); Emerson Sandro Da Silva Saraiva (Sinduea); Francisco Cancela (Aduneb); Gilberto A. Araújo (Adufpa); Gilberto Sassi (Ufba); Guilherme de Araújo Marques da Silva (Ufg); Haroldo Mendes (Adufb); Hayaldo Copque Fraga de Oliveira (Adufb); Irenisia Torres De Oliveira (Adufc); Iuri Santos Souza (Apur); Jacob Paiva (Adua); Jacqueline Rodrigues de Lima (Ufg); Jânio Roberto Diniz dos Santos (Adufb); Jaqueline Rabelo de Lima (Sinduece); José Alcimar de Oliveira (Adua); José Bezerra de Araújo (Adufcg); Jose Irelânio de Ataíde (Adufcg); José Luiz de França Filho (Adusc); José	67

<p><i>Miguel Bendrao Saldanha (Adufrj); Joselene Mota (Adufpa); Josias Alves (Adusb); Kathiüça Bertollo (Adufop); Kátia Lima Vallina (Adua); Lana Bleicher (Ufba); Laura Fonseca (Ssind Andes na Ufrgs); Lena Espíndola (Sinduece); Leonardo Andrada (Apes); Livia Gomes dos Santos (Ufg); Lorena Figueiredo (Apes); Luciana Gama Fernandes (Adufcg); Luciano Queiroz (Adufcg); Luiz Henrique dos Santos Blume (Adusc); Marcos Tavares (Adusb); Maria Cecília Sousa de Castro (Aduff); Maria Teresa dos Santos (Ufsc); Mariana Trotta Dallalana Quintans (Adufrj); Marina Barbosa (Apes); Marina Cavalcanti Tedesco (Aduff); Muna Mohammad Odeh (Adumb); Neima de Oliveira (Adufs-Ba); Nilson de Souza Cardoso (Sinduece); Osvaldo Coggiola (Adusp); Patricia Araujo de Abreu Cara (Adusb); Patricia Limaverde Nascimento (Sinduece); Paulo Araquém Ramos Cairo (Adusb); Pedro da Costa Junior (Sinduece); Regina Ávila (Ufsc); Reinalda Souza Oliveira (Adufs-Ba); Renata Flores (Adufrj); Ricardo André Avelar de Nóbrega (Aduenf); Rivania Lúcia Moura de Assis (Aduern); Roberto Leher (Adufrj); Rodrigo da Cunha Nogueira (Adufop); Rubens Luiz Rodrigues (Apes); Sandra Cristina Ramos (Adusb); Sérgio Luiz Carmelo Barroso (Adusb); Silvana Do Nascimento (Adusb); Silvia Gonçalves (Adur); Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (Aduff); Sueli Goulart (Ssind Andes Na Ufrgs); Susana Maria Maia (Aduff); Tadeu da Silva Macedo (Sinduea); Taise Cristina Gomes C. de Negreiros (Adumb); Tatiana Cotta (Adur); Thiago Barreto (Apes); Thiago Sebastião de Melo (Adumb); Victor Leandro Da Silva (Sinduea); Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araujo (Aduff); Virginia Marcia Assunção Viana (Sinduece); Wellington Augusto (Adur); Wesley Amaral Vieira (Adusb) E Zaira Fonseca (Sinduepa)</i></p>	
<p>Texto 6 – Por uma frente única anti-imperialista para responder às guerras, crises e ataques às condições de existência das massas. Que o movimento sindical rompa com o governismo para lutar por salários, empregos, direitos e contra as privatizações. Erguer a oposição revolucionária ao governo Lula. - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (Adufepe), Alessandro Teixeira Nóbrega (Aduern), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando César Paulino Pereira (Ufcat), Maria das Graças de Araújo (Adunir) Soraia de Carvalho (Adufepe), Valdir Anhucci (Sindunespar).</p>	72
<p>Texto 7 – Qual a tarefa do congresso do ANDES-SN? - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Ailton Cotrim Prates (Adufal), Amália Catharina Santos Cruz (Aduneb), Alberto Handfas (Adunifesp), Andréa Emilia Marques Stingham (Apufpr), Ascísio Pereira (Sedufsm), Benedito Gomes dos Santos Filho (Adufra), Benerval Santos (Adufu), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Clovis Piáu (Aduneb), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eliene Novaes Rocha (Adunb), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Elisa Guaraná de Castro (Adur), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (Adufpa), Fernando José de Paula Cunha (Adupb), Flávio Dantas Albuquerque Melo (Adufal), Frederico Costa (Sinduece), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Giovane Mota (Adufpa), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Janne Freitas (Adupe), Isabelle Meunier (Aduferpe), Jailton Lira (Adufal), Jocimar Lomba Albanez (Aduems), John Kennedy Ferreira (Apruma), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), José Tarcísio de Lima (Adufla), Juanito Vieira (Apesjf), Lenúcia Moura (Sinduece), Leonardo da Rocha Botega (Sedufsm), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenúcia Moura (Sinduece), Luis Antonio Pasquetti (Adunb), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Morschbacher (Sedufsm), Maria Jaqueline de Grammont (Adufsj), Marize Carvalho (Apub), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Adunb), Mayra Goulart da Silva (Adufrj), Melina Silva Alves (Adupb), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Pedro Silva (Sinduece), Rogério Añez (Adunemat), Sarah Muck Vieira (Apesjf), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcísio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf).</p>	85

<p>Texto 8 – Em defesa de lutas classistas e anti- imperialistas para enfrentar o capital e reverter contrarreformas - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriana Gomes Santos (Sesduf/Rr); Alyne Maria Barbosa de Sousa (Sindifpi); Angela Isabel dos Santos Dullius (Sedufsm); Antonio Luis Da Silva Sousa (Sindifpi); Antonio Rodrigues Belon (Adufms); Armando Wilson Tafner Junior (Sindunifesspa); Carmem Dickow Cardoso (Sedufsm); Catarina Malcher Teixeira (Apruma); Cláudia Alves Durans (Apruma); Daniel Vasconcelos Solon (Adcesp); Egmar Oliveira Souza Júnior (Sindifpi); Franci Gomes Cardoso (Apruma); Francisco Estigarribia de Freitas (Sedufsm); Gelta T. R. Xavier (Aduff); Geraldo do Nascimento Carvalho (Adufpi); Gihad Mohamad (Sedufsm); Graziela Lucci de Angelo (Sedufsm); Hélvio Alexandre Mariano (Aducentro); Irenilda Ângela dos Santos (Adufmat); Ivana de Oliveira Gomes E Silva (Adufpa); Jaci Guilherme Vieira (Sesduf-Rr); João Batista Farias Junior (Sindifpi); João Carlos Gilli Martins (Sedufsm); José Vitório Zago (Adunicamp); Juliana Melim (Adufes); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (Sedufsm); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Luciana Menezes Carvalho (Sedufsm); Luiz Carlos Galetti (Adunb); Luiz Fernando da Silva (Adunesp); Marcelo Barreto Cavalcanti (Adufepe); Marco Escher (Apes-Uffj); Maria Celma Borges (Adufms); Maria Daniela Corrêa de Macedo (Adufrj); Maria Lindete de Oliveira (Adufepe); Maria Luzinete Alves Vanzeler (Adufmat); Maristela da Silva Souza (Sedufsm); Mônica Vermes (Adufes); Osmar Gomes de Alencar Júnior (Adufpi), Otávio Luiz Pinheiro Aranha (Adufpa); Paulo Lucas da Silva (Adufpa); Raimundo Sérgio de Farias Júnior (Sinduepa); Ricardo Heli Rondinel Cornejo (Sedufsm); Roberto Santos Ramos (Apruma); Romildo Araújo (Adufpi); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (Apruma); Rosenverck Estrela Santos (Apruma); Sandra Bernadete da Silva Moreira (Adufpa); Sandra Marinho Siqueira (Apub); Saulo Costa Arcangeli (Sinduepa); Savana Diniz Gomes Melo (Apubh); Sergio Darwich (Sinduepa); Sinoélia Silva Pessoa (Aduneb); Suly Rose Pereira Pinheiro (Apruma); Tamara Cardoso André (Adunioeste); Tarcísio Luiz Pereira (Adufms); Vilemar Gomes da Silva (Apruma); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Adufms); Wagner Miquéias Damasceno (Adunirio); Waldir Bertúlio (Adufmat); Wanderley Padilha (Sindunifesspa); Welbson do Vale Madeira (Apruma).</i></p>	92
<p>Texto 9 – O que as últimas eleições do Brasil têm a ensinar aos brasileiros e ao mundo - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: José Glauco Ribeiro Tostes (Aduenf); Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena (Adufc); Maria Aparecida dos Santos Aguiar (Adufc); Lucimar Pereira de França (Adufc); Zoemia Núbia Sampaio de Souza (Adufc); Elvis Barbosa (Adufc); Décio Tosta de Santana (Adufc); Maruedson Pires Martins (Adufc).</i></p>	97
<p>Texto 10 – Derrotar o projeto burguês e a conciliação de classes. Solidariedade com o povo da Palestina! Memória, verdade, justiça e reparação! Enfrentar o projeto do capital para a educação: construir o IV ENE e avançar num projeto de universidade popular - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (Ufg), Alexandre Barba (Aduff), Aline Faé Stocco (Adufvjm), Ana Cristina Albuquerque (Sindipro/Aduel), Anderson Deo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufpe), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Aduemg), César Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Ufcat), Cleusa Santos (Adufrj), David Albuquerque de Menezes (Sinduece), Douglas Ribeiro Barboza (Aduff), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub- Ufba), Fabio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Leitão Rocha Junior (Adufvjm), Fernando Medeiros (Adufal), Fernando Santos (Uffj), Filipe Boechat (Adufrj), Gustavo Miranda (Aprofurg), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Rodrigues Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), José Alex Soares Santos (Sinduece), Juliana Bohnen Guimarães (Aduemg), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (Aduff), Katia Melo (Adufal), Kathiuga Bertollo (Adufop), Lara Carlette Thiengo (Adufvjm), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Aduveg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo “Russo” Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Márcia Lemos (Adufb), Marcos Botelho (Adufrj), Maria de Fátima Almeida</i></p>	102

(Asduerj), Matheus Kuchenbecker (Adufvm), Mauricio Silva (Sesduft), Mauro Iasi (Adufrj), Michael Melo Bocádio (Sinduece), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Pablo Lima (Apubh), Paulo Roberto Felix dos Santos (Adufs), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufnt), Raquel de Azevedo (Adufu), Renato Domingues Fialho Martins (Adcefet-Rj), Roberto Silva de Oliveira (Adufb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff (Sindiprol/Aduel), Rodrigo Castelo (Adunirio), Roger Domenech Colacios (Sesduem), Rogério Giuliano Gimenez (Sesunila), Rogério Massarotto (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adufb), Rubens Ragone (Apesjf), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adufb), Sofia Manzano (Adufb), Solange Struwka (Adunir-Ssind), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvm), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adufb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufjb).

Texto 11 – Retomar as lutas sindicais e sociais classistas para mudar a conjuntura de retrocessos e conciliações

- Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (Sindufap); Alexandre Adalberto Pereira (Sindufap); Alexandre Macedo (Adufjb); Alexandre José Medeiros do Nascimento (Adufpi); Ana Lúcia Costa de Oliveira (Adufpel); Ângela Siqueira (Aduff); André Rodrigues Guimarães (Sindufap); André Meyer (Adufrj); Antônia Costa Andrade (Sindufap); Antônio Francisco Lopes Dias (Adcesp); Antônio Lisboa L. de Souza (Adufcg); Arthane Menezes Figueiredo (Sindufap); Beatriz Franchini (Adufpel); Caio Sgarbi Antunes (Ufg); Carlos Rerisson Rocha da Costa (Adcesp); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (Sindufap); Carlos Rogério Mauch (Adufpel); Carlos Vicente Joaquim (Sesduf-Rr); Cássio Alves (Apufpr); Celeste Pereira (Adufpel); Célio Ribeiro Coutinho (Sinduece); Cenira Andrade de Oliveira (Adufes); Ceres Torres (Adufpel); David Junior De Souza Silva (Sindufap); Danielle Dias da Costa (Sindueap); Edivaldo José Bortoleto (Adufes); Elaine da Silva Neves (Adufpel); Eliana Pereira de Carvalho (Adcesp); Elda Maria Freire Maciel (Sinduece); Eliane Fazolo (Adur-Rj); Epitácio Macário Moura (Sinduece); Erlenía Sobral do Vale (Sinduece); Fabiana Fátima Cherobin (Adufes); Fábio Wosniak (Sindufap); Fabiola Kato (Adufpa); Fernanda Hernandez Figueira (Adufpel); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (Sinduece); Francisco Santiago (Sindufap); Gean Cláudio de Souza Santana (Adufs-Ba); Gisele Masson (Sindiprol/Aduel); Henrique Andrade F. Mendonça (Adufpel); Ilma de Andrade Barleta (Sindufap); Isabel Florentino (Adufpa); Janete Brito (Adcesp); Ivana de Oliveira Gomes E Silva (Adufpa); José Carlos Marques Volcato (Adufpel); José dos Santos Souza (Adur-Rj); José Raphael Bokehi (Aduff); Lafaiete Santos Neves (Apufpr); Lalo Watanabe Minto (Adunicamp); Leandro Machado dos Santos (Adur-Rj); Leila Maria Costa Sousa (Adufpa); Liliane Soares (Sindufap); Lorena Moraes (Adcesp); Luciana Peil (Adufrj); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Alberto Ornellas Rezende (Sindcefet-Mg); Luiz Fernando Reis (Adunioeste); Luiz Henrique Schuch (Adufpel); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marcelo Paula de Melo (Ufrj); Marco Antonio Perruso (Adur-Rj); Maria Angélica da Gama Coutinho (Adur-Rj); Maria da Conceição dos Santos Costa (Adufpa); Maria Conceição Rosa Cabral (Adufpa); Maria do Carmo Lobato da Silva (Sindufap); Maria Edilene S. Ribeiro (Adufpa); Maria Gabriela Guillén Carías (Adufdourados); Maria Jacqueline Girão (Adufrj); Maria Suely Soares (Apufpr); Marielson Rodrigues Guimarães (Adufpa); Marise Fonseca dos Santos (Apufpr); Milena Martinez (Apufpr); Norlai Alves Azevedo (Adufpel); Odete da Cruz Mendes (Adufpa); Olgaíses Maués (Adufpa); Paulo Afonso da Silva Oliveira (Sesduf-Rr); Paulo Lucas da Silva (Adufpa); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (Sindufap); Priscila Monteiro Chaves (Adufes); Ranoel José de Sousa Gonçalves (Adufcg); Raquel Angela Speck (Apufpr); Regiana Blank Wille (Adufpel); Renatho Costa (Sesunipampa); Rhoberta Santana de Araújo (Adufjb); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosângela Assunção (Adcesp); Robison Raimundo Silva Pereira (Adcesp); Rúbia Vogt (Andes Ufrgs); Sandra Alessi (Apufpr); Savana Diniz Gomes Melo (Apubh); Sidney da Silva Lobato (Sindufap); Sônia Regina Teixeira (Adufpa); Tadeu Lopes Machado (Sindufap); Valdelaine Mendes (Adufpel); Vera Lúcia Jacob Chaves (Adufpa); Veronica Fernandez (Aduff); Vilson Aparecido da Mata (Apufpr); Vitor Benvindo (Apub); Viviane Narvaes (Adunirio); Waldir Ferreira de Abreu (Adufpa), Yurgel Pantoja Caldas (Sindufap).

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES		
Texto 12 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES - Diretoria do ANDES-SN		114
Texto 13 – Plano de lutas do setor das IFES - Campanha Salarial 2024 - Mesa Nacional de Negociação Permanente - Novo Arcabouço Fiscal - PEC 32 - lutas e desafios - Diretoria do ANDES-SN		123
Texto 14 – Pela autonomia e democracia nas universidades públicas - Contribuição da(o)s Sindicalizada(o)s: <i>Adriana Penna (Aduff); Agatha Justen (Aduff); Airton Paula Souza (Adufs-Se); Alair Silveira (Adufmat); Aldi Nestor de Souza (Adufmat); Beatriz Tupinambá Freitas (Adufs-Se); Catharina Marinho Meirelles (Aduff); Cláudio Gurgel (Aduff); Elyson Carvalho (Adufs-Se); Jairo Paes Selles (Aduff); José Jailton Marques (Adufs-Se); Júlio Figueiredo (Aduff); Marcelo Massayoshi Ueki (Adufs-Se); Maria da Graça Gurgel (Ufal); Marluce Souza e Silva (Adufmat); Máuri de Carvalho (Ufes); Olinto Silveira Alves Filho (Adufs-Se); Onice Teresinha Dall'oglio (Adufmat); Sandra Menezes Walmsley, (Adufs-Se); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Wilma Pessôa (Aduff).</i>		141
Texto 15 – Especificidades da carreira de EBTT diante da proposta de carreira única - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: <i>Adelson Fernandes Moreira (Sindceft-MG), Adilson Mendes Ricardo (Sindceft-MG), Antônio Francisco Cruz Arapiraca (Sindceft-MG), Denilson de Cássio Silva (Sindceft-MG), Fábio José Bianchetti (Sindceft-MG), Luiz Alberto Ornellas Rezende (Sindceft-MG), Katalin Geockze Carrara (Sindceft-MG), Lília Maria de Oliveira (Sindceft-MG), Marcos Prado Amaral (Sindceft-MG), Raphael Freitas Santos (Sindceft-MG).</i>		144
Texto 16 – Plano de lutas das IFES: romper a colaboração com o governo federal, para erguer a luta contra os cortes de verbas e o privatismo, e pela real autonomia universitária e por um único sistema de educação público e gratuito, sob controle de quem estuda e trabalha - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da Adua: <i>André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva.</i>		148
Texto 17 – Enfrentar a lei geral das universidades (LGU) para intensificar a luta pela autonomia universitária - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: <i>Adélia Aparecida de Souza Haracenko (Sesduem); Adriana Barin de Azevedo (Sesduem); Alessandro de Melo (Sinduepg); Alessandro Santos da Rocha (Sesduem); Carlos Eduardo Caldarelli (Sindiprol/Aduel); Cassio Henrique Zandonai (Sesduem); Cesar Bessa (Sindiprol/Aduel); Christian James de Castro Bussmann (Sindiprol/Aduel); Christian James de Castro Bussmann (Sindiprol/Aduel); Dilma Heloísa Santos (Sinduepg); Edmilson Aparecido da Silva (Sesduem); Eduardo de Amorim Neves (Sesduem); Eliel Ribeiro Machado (Sindiprol/Aduel); Fábio Alves Silveira (Sindiprol/Aduel); Fábio José Orsini Lopes (Sesduem); Fernanda de Freitas Mendonça (Sindiprol/Aduel); Hilusca Alves Leite (Sesduem); Josiane Melchiori Pinheiro (Sesduem); Josimayre Novelli (Sesduem); Lindemberg Massa (Adunicentro); Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel); Marcio Luiz Carreri (Sindiprol/Aduel); Maurício Camargo Filho (Adunicentro); Meire Mathias (Sesduem); Melissa Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel); Osmar Martins de Souza (Unespar); Peterson Alexandre Marino (Sinduepg); Renato Lima Barbosa (Sindiprol/Aduel); Rodrigo Bischoff Belli (Sindiprol/Aduel); Roger Domenech Colacios (Sesduem); Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem); Ronaldo Gaspar (Sindiprol/Aduel); Rui Marcos de Oliveira Barros (Sesduem); Sabrina Grassioli (Adunioeste); Sandra Ferrari</i>		153

<i>(Sesduem); Thaís Godoi de Souza (Sesduem); Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem); Vanessa Furtado Fontana (Adunioeste); Volney Campos dos Santos (Sinduepg).</i>	
Texto 18 – Trabalho docente em zona de fronteira - <i>Contribuição da Adufms Seção Sindical da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ANDES SN</i>	159
Texto 19 – Pela efetiva retirada de honrarias e homenagens concedidas a ditadores e agentes públicos ou privados que tenham envolvimento notório com práticas de violações de direitos no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alejandra Estevez (Aduff), Alessandra Gasparotto - Adufpel, Carla Luciana Silva, (Adunioeste), Carla Osmo (Adnifesp), Gilberto de Souza Marques (Adufpa), Edson Teles, Adunifesp, Joana D'arc Fernandes Ferraz (Aduff), Luci Praun, (Adufac), Tayara Talita Lemos (Apes-Jf).</i>	161
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 20 – Política de Formação Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	165
Texto 21 – Política Sindical: o aparelhismo das correntes de esquerda atua contra a unidade organizativa do conjunto dos trabalhadores - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da Adua: André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva</i>	173
Texto 22 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	177
Texto 23 – Atendimento educacional especializado no ensino superior - <i>Contribuição da Plenária da Adufms subseção Aquidauana</i>	190
Texto 24 – Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	192
Texto 25 – Lutar por uma ação de inconstitucionalidade da lei de alienação parental para proteger crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade perante violação de direitos fundamentais - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Simone Aparecida Lisniowski (Adunb), Cristina Azra Barrenechea (Adunb), Fátima Aparecida dos Santos (Adunb), Teresa Cristina Jardim de Santa Cruz Oliveira (Adunb), Andrea Campos de Sá (Adunb), Daniela Fávoro Garrossini (Adunb), Patrícia Cristina Pinheiro (Adunb), Michelli Pereira da Costa (Adunb), Eliene Novaes Rocha (Adunb), Thiago Sebastião de Melo (Adunb), Muna Muhammad Odeh</i>	198
Texto 26 – Hip hop e universidades públicas - <i>Contribuição da Adufms Seção Sindical da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ANDES SN</i>	201
Texto 27 – Agrotóxicos - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Roberto Ramos (Apruma), Nádia Socorro Fialho Nascimento (Adufpa), José Domingues de Godoi Filho (Adufmat), Marco Aurélio Mello, Herrmann Miller (Apufpr).</i>	202

<p>Texto 28 – Tarifa zero no transporte coletivo - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s <i>Apufpr: Lafaiete Santos Neves, Andréa Caldas, Roberto Gonçalves Barbosa, Maria Suely Soares, Vera Lúcia Anunciação, Herrmann Vinicius de Oliveira Mueller, Geraldo Balduio Horn e Cláudia Mendes Campos</i></p>	203
<p>Texto 29 – Política de Ciência e Tecnologia - Diretoria do ANDES-SN</p>	204
<p>Texto 30 – Os desafios da inteligência artificial para os movimentos sindicais de base <i>- Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s do Sindceft-MG: Adelson Fernandes Moreira , Adilson Mendes Ricardo, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Fábio José Bianchetti, Katalin Carrara Geocze, Marcos Prado Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Vierno.</i></p>	211
<p>Texto 31 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - Diretoria do ANDES-SN</p>	217
<p>Texto 32 – Política sobre História e Memória do Movimento Docente - Diretoria do ANDES-SN</p>	223
<p>Texto 33 – Memória, verdade, justiça e reparação! Fascistas não passarão! Ana Montenegro, presente! - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (Ufg), Alexandre Barba (Aduff), Aline Faé Stocco (Adufvjm), Ana Cristina Albuquerque (Sindiprol/Aduel), Anderson Deo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufpe), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Aduemg), César Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Ufcat), Cleusa Santos (Adufrj), David Albuquerque de Menezes (Sinduece), Douglas Ribeiro Barboza (Aduff), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fabio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Leitão Rocha Junior (Adufvjm), Fernando Medeiros (Adufal), Fernando Santos (Ufj), Filipe Boechat (Adufrj), Gustavo Miranda (Aprofurg), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Rodrigues Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), José Alex Soares Santos (Sinduece), Juliana Bohnen Guimarães (Aduemg), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (Aduff), Katia Melo (Adufal), Kathiúça Bertollo (Adufop), Lara Carlette Thiengo (Adufvjm), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Aduveg), Leonardo Santos (Adufnt), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo “Russo” Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Márcia Lemos (Aduzb), Marcos Botelho (Adufrj), Maria de Fátima Almeida (Asduerj), Matheus Kuchenbecker (Adufvjm), Mauricio Silva (Sesduft), Mauro Iasi (Adufrj), Michael Melo Bocádio (Sinduece), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Pablo Lima (Apubh), Paulo Roberto Felix dos Santos (Adufs), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufnt), Raquel de Azevedo (Adufu), Renato Domingues Fialho Martins (Adcefet-Rj), Roberto Silva de Oliveira (Aduzb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff (Sindiprol/Aduel), Rodrigo Castelo (Adunirio), Roger Domenech Colacios (Sesduem), Rogério Giuliano Gimenez (Sesunila), Rogério Massarotto (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Aduzb), Rubens Ragone (Apesjf), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Aduzb), Sofia Manzano (Aduzb), Solange Struwka (Adunir-Ssind), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinicius Correia Santos (Aduzb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufjb).</i></p>	226
<p>Texto 34 – Políticas e ações para a carreira docente: aspiração e luta histórica. - Diretoria do ANDES-SN</p>	230

Texto 35 – Política de verbas - Diretoria do ANDES-SN	244
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 36 – Homologações de constituição de seções sindicais e reincorporação - Diretoria do ANDES-SN	254
Texto 37 – A metodologia dos espaços deliberativos do ANDES-SN: breve balanço e a necessidade de aprimoramento - Diretoria do ANDES-SN	255
Texto 38 – Unificar os GTs Fundações e Verbas - Diretoria do ANDES-SN	260
Texto 39 – Solidariedade com a Secretaria Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM - Diretoria do ANDES-SN	265
Texto 40 – Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - Diretoria do ANDES-SN	268
Texto 41 – Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) - Diretoria do ANDES-SN	269
Texto 42 – Manutenção do apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) - Diretoria do ANDES-SN	271
Texto 43 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN - Diretoria do ANDES-SN	272
Texto 44 – Prestação de contas do 66º CONAD - Diretoria do ANDES-SN	274
Texto 45 – Autorização para aquisição de imóveis para instalação das sedes das regionais Norte I, Nordeste II, Leste, São Paulo e Rio Grande do Sul - Diretoria do ANDES-SN	277
Texto 46 – Sede do 43º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL - Diretoria do ANDES-SN	278
Texto 47 – Proposta de financiamento do Núcleo Jurídico Popular Esperança Garcia e Benjamim Mota (NEB) ao ANDES/SN: por uma política de solidariedade de classe. - Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Valena R. G. Ramos, Rômulo de Souza Castro, Tarcila Soares Formiga, Thomaz B. Estrela e Diego Casais, (Adcefet/Rj); Francisco Raphael Cruz Maurício (Adufpi)	278
SIGLAS	283

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TRs

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 12 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES	122
TR 13 – Plano de lutas do setor das IFES - Campanha Salarial 2024 - Mesa Nacional de Negociação Permanente - Novo Arcabouço Fiscal - PEC 32 - lutas e desafios	140
TR 14 – Pela autonomia e democracia nas universidades públicas	143
TR 15 – Especificidades da carreira de EBTT diante da proposta de carreira única	146
TR 16 – Plano de lutas das IFES: romper a colaboração com o governo federal, para erguer a luta contra os cortes de verbas e o privatismo, e pela real autonomia universitária e por um único sistema de educação público e gratuito, sob controle de quem estuda e trabalha	152
TR 17 – Enfrentar a lei geral das universidades (LGU) para intensificar a luta pela autonomia universitária.	158
TR 18 – Trabalho docente em zona de fronteira	160
TR 19 – Pela efetiva retirada de honrarias e homenagens concedidas a ditadores e agentes públicos ou privados que tenham envolvimento notório com práticas de violações de direitos no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira	162
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 20 – Política de Formação Sindical	171
TR 21 – Política Sindical: o aparelhismo das correntes de esquerda atua contra a unidade organizativa do conjunto dos trabalhadores	176
TR 22 – Política Educacional	189
TR 23 – Atendimento educacional especializado no ensino superior	191
TR 24 – Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual	196
TR 25 – Lutar por uma ação de inconstitucionalidade da lei de alienação parental para proteger crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade perante violação de direitos fundamentais	200
TR 26 – Hip hop e universidades públicas	202
TR 27 – Agrotóxicos	203

TR 28 – Tarifa zero no transporte coletivo	204
TR 29 – Política de Ciência e Tecnologia	210
TR 30 – Os desafios da inteligência artificial para os movimentos sindicais de base	216
TR 31 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	222
TR 32 – Política sobre História e Memória do Movimento Docente	225
TR 33 – Memória, verdade, justiça e reparação! Fascistas não passarão! Ana Montenegro, presente!	229
TR 34 – Políticas e ações para a carreira docente: aspiração e luta histórica.	243
TR 35 – Política de verbas	251
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 36 – Homologações de constituição de seções sindicais e reincorporação	254
TR 37 – A metodologia dos espaços deliberativos do ANDES-SN: breve balanço e a necessidade de aprimoramento	260
TR 38 – Unificar os GTs Fundações e Verbas	264
TR 39 – Solidariedade com a Secretaria Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM	267
TR 40 – Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	269
TR 41 – Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)	270
TR 42 – Manutenção do apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)	272
TR 43 – Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	273
TR 44 – Prestação de contas do 66º CONAD	274
TR 45 – Autorização para aquisição de imóveis para instalação das sedes das regionais Norte I, Nordeste II, Leste, São Paulo e Rio Grande do Sul	277
Texto 46 – Sede do 43º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL	278
Texto 47 – Proposta de financiamento do Núcleo Jurídico Popular Esperança Garcia e Benjamim Mota (NEB) ao ANDES/SN: por uma política de solidariedade de classe.	282

Apresentação

O ano de 2023 marcou um momento importante na história do Brasil ao vencermos o Bolsonarismo nas urnas, no entanto, os limites de um governo de coalisão nos colocam imensos desafios e nos impõem seguir mobilizados(as) em prol de nossos salários, condições de trabalho, nossa carreira, em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada nos interesses do povo trabalhador e, ainda, no sentido de contribuirmos como sindicato classista na reorganização das lutas da classe trabalhadora brasileira.

Em 2024 nossos enfrentamentos não serão menores, dadas as dificuldades do governo federal em sinalizar ao conjunto dos(as) servidores(as) públicos(as) avanço nas nossas pautas, realidade que acompanhamos com preocupação a partir das políticas de austeridade nos estados e municípios. Nesta complexa e contraditória conjuntura, teremos que intervir como um sindicato autônomo, independente, classista comprometido com as lutas históricas e imediatas da nossa categoria docente e em defesa das nossas Universidades, Institutos e Cefets.

Queremos que as Universidades, Institutos e Cefets representem espaços pulsantes de produção de conhecimento por meio de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a produção de ciência, tecnologia e cultura que atendam os interesses de nossa classe, ou seja, que não estejam reféns do mercado. E bem sabemos que para isso necessitamos de orçamento público, autonomia e democracia efetiva em nossas instituições.

Estes e tantos outros debates farão parte do 42º Congresso do ANDES-SN que acontecerá entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março de 2024 na ADUFC, em Fortaleza, no Ceará. Celebraremos neste congresso a reincorporação desta importante seção sindical ao ANDES-SN, após anos de debates e lutas para seguir sendo representada pelo nosso sindicato nacional.

Ressaltamos a importância de realizar o Congresso em mais um pedaço deste imenso território que respira luta e resistência, no Nordeste brasileiro, e que nos fortalecerá e animará para as discussões necessárias a fim de sairmos deste encontro com um vigoroso Plano de Lutas do ANDES-SN. Debates, embates e arte marcarão o 42º Congresso!

Boa leitura, reflexões, preparação e debates. Nos encontraremos em Fortaleza!

Brasília, 05 de janeiro de 2024.

Diretoria do ANDES-SN

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais do(a)s docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONADs) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Textos que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todo(a)s o(a)s participantes, reunido(a)s em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelo(a)s diretores(a)s, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio do(a)s relator(a)s dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a objetividade e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria do(a)s delegado(a)s, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) A objetividade do **ordenamento dos temas** do Congresso: Conjuntura e Movimento Docente, Planos de Lutas dos Setores (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação), na sequência Plano Geral de Lutas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e por fim as Questões Organizativas e Financeiras;

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 41º Congresso e do 66º Conad complementa o resgate histórico; e os **Textos de Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações no 42º Congresso para o ano de 2024, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 42º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro a 1º de março de 2024

Tema Central: “Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e direitos sociais”

26 de fevereiro (segunda-feira)	27 de fevereiro (terça-feira)	28 de fevereiro (quarta-feira)	29 de fevereiro (quinta-feira)	1º de março (sexta-feira)
<p>9h às 18h Credenciamento</p> <p>10h30 às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto Tema II</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema IV</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema III</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema IV</p>
<p>9h às 18h Credenciamento</p> <p>15h às 19h Plenária do Tema I</p>	<p>14h às 18h Grupo Misto Tema III</p>	<p>15h às 19h Plenária do Tema II</p>	<p>14h às 17h Plenária do Tema III</p>	<p>14h às 16h Plenária de Encerramento *Podendo ser estendida até as 23h59</p>
	<p>18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema III</p>	<p>Livre</p>	<p>18h30 às 21h30 Plenária do Tema IV</p>	

Pauta

Tema I – Conjuntura e Movimento Docente.

Tema II – Planos de Lutas dos Setores.

Tema III – Plano Geral de Lutas.

Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 42º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. O 42º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela ADUFC, reunir-se-á no período de **26 de fevereiro a 1º de março de 2024**, na cidade de Fortaleza, no Ceará

Art. 2º. O 42º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. As atribuições do 42º CONGRESSO são as dispostas no Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo III Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 42º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (SSIND.) (Art. 16, I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada SSIND. (art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados(as) em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados(as) em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II – os(as) membros(as) da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 42º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva SSIND. e secretarias regionais, com direito à voz;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(As) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 42º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(As) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 42º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar junto à comissão diretora a necessidade de ausentar-se definitivamente do 42º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das SSIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) suplentes no 42º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de SSIND. ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

V- acompanhantes, sem direito à voz e voto.

Art. 5º. O(A) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 42º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (art. 32, I, II, III e IV do Estatuto), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V do Estatuto), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. A ratificação do credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das SSIND do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 42º CONGRESSO, será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 26 de fevereiro de 2024, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 26 de fevereiro de 2024, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença de todos(as) os(as) delegados(as) e observadores(as) e/ou observadores(as) suplentes de delegados(as) credenciados(as). A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 06 de fevereiro de 2024 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 3º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da SSIND. que os(as) indicou. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 06 de fevereiro de 2024 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 4º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer SSIND, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 5º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final.

§ 6º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 7º No caso de perda ou dano do cartão, só haverá substituição com autorização expressa da Plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento

Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 42º CONGRESSO:

- I – Comissão Organizadora;
- II – Comissão Diretora;
- III – Grupos Mistos;
- IV – Plenárias;
- V – Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação do 42º CONGRESSO.

§ 2º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 42º CONGRESSO.

§ 3º Todos esses órgãos têm existência restrita ao período de sua realização, com exceção da Comissão Organizadora, que já iniciou seus trabalhos após a convocação do 42º CONGRESSO.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 42º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegados(as) com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) de delegados(as) com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da ADUFC e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 42º CONGRESSO;
- II - organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do 42º CONGRESSO;
- III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 42º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 42º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 42º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 42º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 42º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais – SSINDs.

IV - elaborar a prestação de contas do 42º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 42º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 42º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento;

VII - responsabilizar-se, em conjunto com os(as) relatores(as) dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de SSIND., delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de SSIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III – Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

§ 1º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um(uma)) coordenador(a), 1 (um(uma)) relator(a) e 1 (um(uma)) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(A) coordenador(a), o(a) relator(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) e observadores(as) dos Grupos Mistos.

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários previstos no Cronograma do 42º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegados(as) participantes do Grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) de delegados(as) participantes do Grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, terão início os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(as) delegados(as) inscritos(as) em cada Grupo Misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do Grupo Misto, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 42º CONGRESSO deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos do Caderno e do Anexo ao Caderno de Textos para o conjunto dos Grupos Mistos, no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um Grupo Misto do CONGRESSO.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do Grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no Grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a) e seus contatos para casos de eventuais necessidades.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(As) relatores(as) deverão concluir os relatórios digitados para entregar à Comissão Diretora dentro do prazo de duração dos Grupos Mistos.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião por membros(as) da Comissão Diretora para tal designados(as), com auxílio dos(as) relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 42º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatores(as).

§ 1º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos Grupos Mistos, facilitando os trabalhos das Plenárias. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos Grupos Mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 42º CONGRESSO.

Art. 22. O início e o encerramento das reuniões dos Grupos Mistos obedecerão, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 42º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão os seguintes temas e duração:

I - do Tema II – Planos de Lutas dos Setores: 3 (três) horas;

II - do Tema III – Plano Geral de Lutas: 7 (sete) horas, em dois turnos;

III - do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras: 4 (quatro) horas.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegados(as) de SSIND., delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de SSIND. e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III – Membros(as) da Comissão Diretora com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 42º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras, cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre seus(suas) participantes, os(as) componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os(as) membros(as) não pertencentes à Comissão Diretora do 42º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples – maior número de votos – dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(à) presidente(a) da mesa coordenadora:

I - Preparar junto com o(a) 1º(1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - Dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente(a) da mesa coordenadora:

I - Auxiliar o(a) presidente(a) em suas atividades;

II - Substituir o(a) presidente(a) em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º(1ª) secretário(a):

I - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º(2ª) secretário(a):

I - Auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - Elaborar a ata da Plenária;

III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 3 (três) horas e meia de duração, sendo realizadas no mesmo período;

II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas;

IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos;

V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1 (uma) hora.

§ 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora.

§ 3º As Plenárias dos Temas III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões Organizativas e Financeiras, terão duas partes cada uma, podendo ser prorrogadas por até 1 (uma) hora, não ultrapassando o limite de 7 (sete) horas cada Plenária.

§ 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 1º de março de 2024.

§ 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento.

§ 7º Os TRs que foram debatidos, votados e aprovados em todos os grupos mistos em que tiverem sido discutidos, que não forem à Plenária de Encerramento até as 23h59, serão considerados aprovados.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 42º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 42º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

§ 1º Os textos a serem submetidos à Plenária de Instalação, contendo elementos novos que tenham impacto na conjuntura e ainda não tenham sido contemplados no Caderno de Textos e no Anexo ao Caderno de Textos, deverão ser apresentados à Comissão Diretora, até uma hora antes do início da plenária.

§ 2º Caberá à Comissão Diretora verificar o atendimento do previsto no parágrafo 1º.

§ 3º Aos(Às) proponentes do texto cabe recurso da decisão da Comissão Diretora a ser apreciado na Plenária de Instalação.

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 42º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), escolhidos(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 42º CONGRESSO, será feita por meio de ferramenta digital.

§ 1º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

§ 2º Em caso de impossibilidade do uso de ferramenta digital para verificação do quórum inicial, esta será aferida por lista física de presença.

Seção VI Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 33. A Comissão será formada na Plenária de Instalação, sendo composta por 3 (três) membros(as) da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e por 2 (dois(duas)) membros(as) indicados(as) pela Diretoria da ADUFC, que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas do sexo feminino.

Art. 34. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores(as) dos eventos durante o período de sua realização;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 42º CONGRESSO;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 35. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 36. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado por cada uma das partes e pela Comissão.

Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 37. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de penalidades de advertência e de suspensão a sindicalizados(as), na forma do Art. 11 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

III – Após a Plenária de Encerramento a Comissão enviará no prazo de até 30 dias, para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos necessários.

Parágrafo único. Se eventualmente o(a) representado(a) não for sindicalizado(a), a Comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 38. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos ou Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições e/ou sorteio para contemplar a paridade de gênero, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.

Art. 39. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido conforme expresso no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou o encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 40. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas debatidas pelos Grupos Mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um Grupo.

Art. 41. A apresentação de questão de ordem, pedido de esclarecimento e/ou questão de encaminhamento fica assim estabelecida:

§ 1º A questão de ordem deve ser utilizada para suscitar, em qualquer fase da Plenária e/ou Grupo Misto, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação desse Regimento; dúvida sobre encaminhamento proposto

pela Plenária ou membros(as) do Grupo que não se relacionem com o tema em debate e/ou entrem em conflito com o Regimento do evento e/ou Estatuto do ANDES-SN e para propor o resgate do tema de forma a centrar no que está em debate no momento específico. A questão é decidida pela mesa coordenadora e/ou submetida à Plenária e/ou membros(as) do Grupo Misto, e se aprovada deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 2º O pedido de esclarecimento pode ser solicitado em relação a uma proposta, questões de ordem, pauta, não podendo ser feito durante a intervenção de alguém ou durante o regime de votação. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 3º A questão de encaminhamento pode ser feita no final dos pontos em discussão mediante apresentação de uma sugestão de condução sobre determinado ponto discutido. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

Art. 42. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º O tempo para apresentação das questões de esclarecimentos, de ordem e de encaminhamentos será de 1 minuto.

§ 2º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e pedidos de esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 43. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 42º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 42º CONGRESSO (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 29 de fevereiro de 2024, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço eletrônico (e-mail).

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 42º CONGRESSO; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar aos(às) participantes do 42º CONGRESSO o teor das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 1º de março de 2024.

§ 3º Excepcionalmente, a critério da Plenária de Encerramento, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os(as) destinatários(as) com os respectivos endereços eletrônicos (e-mails) e o título, não serão recebidas para apreciação do 42º CONGRESSO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 42º CONGRESSO e que não foram aprovadas pela Plenária não serão acolhidas pelo CONGRESSO.

Art. 45. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos(as) integrantes da Comissão Diretora.

Art. 46. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 47. A Diretoria terá como prazo máximo o dia 2 de abril de 2024 para divulgar o relatório final do 42º CONGRESSO.

Art. 48. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 50. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 42º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Fortaleza, 26 de fevereiro de 2024.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatários(as):

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

Os(As) delegados(as) presentes ao 42º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Fortaleza (CE), no período de 26 de fevereiro a 1º de março de 2024, manifestam



Manifestação das IEES e IMES, em São Luís do Maranhão.
Fotos: Eline Luz/ Imprensa ANDES-SN

**TEMA I - CONJUNTURA E MOVIMENTO
DOCENTE**

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

À nossa companheira Marinalva Oliveira, o registro de nossa dor e saudade. Manteremos nosso sindicato autônomo, independente e de pé, com lembrança e inspiração em tua luta.

TEXTO DE APOIO

Um tempo de guerras, genocídios e destruição ambiental

A situação internacional está pautada pelos conflitos, guerras e genocídios em curso que, somados às marcas de destruição ambiental e do trabalho, expressam de forma muito evidente a crise do capitalismo na contemporaneidade.

Como já é conhecido, a guerra e seu fomento ao complexo militar-industrial são fontes de renovação da acumulação do capital, expressando uma contratendência à queda da taxa de lucro. As guerras contemporâneas são uma expressão do imperialismo, bem caracterizada na teoria política e econômica clássica como fase superior do capitalismo, época dos monopólios, guerras e revoluções.

De um lado temos a continuidade da guerra na Ucrânia entre a Rússia e as forças daquele país com o apoio da OTAN. É uma guerra intercapitalista e interimperialista desencadeada a partir da invasão do território ucraniano pelo governo déspota de Putin, o qual, longe de representar qualquer impulso anti-imperialista, apenas busca efetivar uma política chauvinista de expansionismo. Putin aproveitou-se da anunciada possibilidade de ingresso da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN –, para levar a Rússia a sustentar que esta era uma medida que colocaria em risco sua segurança. Também a Rússia alegou a defesa das populações russas das Repúblicas de Donetsk e Luhansk, na região do Donbass, que vinham sendo sistematicamente bombardeadas numa operação de eliminação étnica.

O pano de fundo desta guerra e da situação de tensão interimperialista internacional está no agravamento da crise mundial a partir de 2008, bem como no fortalecimento da presença internacional chinesa e, em menor medida, russa, que desencadearam crescentes contradições no interior do bloco imperialista ocidental, assim como o relativo declínio dos EUA como principal potência imperialista. Também a crescente hegemonia do imperialismo alemão sobre a União Europeia e os impasses dessa aliança interimperialista são fatores a levar em conta. Nesse sentido, a aproximação política e econômica da Rússia com países europeus, ao longo das últimas décadas, intensificou as contradições intercapitalistas na própria OTAN. Não se pode descuidar do quanto o conflito também expressa marcas de dependências nacionais quanto ao estoque de grãos ucranianos, bem como à necessidade energética dos países da Europa Ocidental, que tem no gás natural, o qual passa invariavelmente pela Ucrânia, uma das suas principais fontes fósseis.

O novo momento da crise internacional foi desencadeado pelo fortalecimento do conflito na Palestina a partir de um ataque realizado no dia 7 de outubro pelo Hamas, confinado no estreito território da Faixa de Gaza. Este é um conflito de longa duração, que remonta ao processo de colonização da Palestina, promovido pelo movimento sionista, um movimento nacionalista racista, constituído desde o final do século XIX. O genocídio atualmente em curso na Faixa de Gaza, já vitimou mais de 17 mil palestinos, dos quais 7,7 mil crianças, segundo dados manejados pela OMS a partir de fontes das autoridades locais. Israel recusa a realização de uma trégua humanitária, apesar dos apelos da Assembleia Geral da ONU que votou uma resolução simbólica no dia 27 de outubro, com 120 votos a favor, enquanto 45 se abstiveram e 14 votaram não, incluindo Israel e os EUA. Não nos parece haver dúvida que o propósito do governo de Israel é exterminar completamente o povo palestino de Gaza, em conflito que guarda também nítidos contornos ambientais, tendo em conta se tratar de uma disputa por territórios e bens de vida, sobretudo água, tão escassos na região.

Defendemos a paz mundial, o fim da colonização sionista da Palestina, a ruptura de relações diplomáticas, comerciais e militares do governo brasileiro com Israel. O governo boliviano decidiu cortar relações com Israel em repúdio e condenação à ofensiva militar israelense. Os governos de Chile e Colômbia convocaram seus embaixadores, para sinalizar também a condenação ao Estado e ao governo de Israel. O mesmo gesto deveria se dar por um governo que se reputa progressista, que quando muito buscou ser árbitro no reaquecer do conflito junto às arenas institucionais internacionais, bem como em sua posição na votação na assembleia geral da ONU. É também nesse contexto que repudiamos a perseguição a todos(as) professores(as) perseguidos(as) e criminalizados(as) por denunciar as condutas genocidas do Estado sionista de Israel, assim como toda e qualquer manifestação islamofóbica ou antisemita.

Nos Estados Unidos, o governo democrata de Joe Biden, contraditoriamente, alcança expressivos indicadores de crescimento econômico (4,9% no terceiro trimestre de 2023) e enfrenta um crescente descontentamento popular. Sua política econômica atende aos interesses dos grandes grupos imperialistas e, em especial, os enormes gastos militares impulsionam o crescimento da indústria bélica, mas esses gastos enfrentam crescente resistência popular, em um contexto de crescimento da pobreza. Esse descontentamento é capitalizado pela extrema-direita, colocando uma vez mais Donald Trump como favorito às próximas eleições presidenciais, o que impulsionaria ainda mais o neofascismo na América Latina, não sem respostas dos trabalhadores e trabalhadoras, como é o caso da greve no setor automobilístico.

No continente africano tem acontecido uma série de golpes militares: Gabão em 2023, Níger em 2023, Burkina Faso em 2022, Sudão em 2021, Guiné e Mali em 2021, todas ex-Colônias francesas, em que o peso imperialista da ex-metrópole segue sendo sentido militar e economicamente, sobretudo diante de uma permanente dependência das balanças monetárias e dos empreendimentos extrativistas em larga medida empenhados por empresas francesas.

Finalmente, e não menos importante, é a situação na Nossa América. Atenção particular merece a Argentina, com a chegada ao governo de uma força política de ultradireita, encabeçada pelo economista neofascista (que se apresenta como “anarcocapitalista”) Javier Milei. Com uma situação econômica e social desastrosa de longo curso, acirrada em governos ultraneoliberais como os de Menem (1989-1999), de la Rúa (1999-2001) e Macri (2015-2019), a crise econômica e social não foi minimizada pelo governo Alberto Fernandez que, embora eleito com apoio do kirchnerismo, fez uma gestão subordinada

aos ditames do FMI e se encerra com uma inflação de 142%, 40% da população na pobreza e 9% da população em situação de miserabilidade extrema. A eleição de Milei deu-se com explícito apoio da direita tradicional (Macri e Bulrich) e seu governo incorpora este setor, mas inicia-se como mais um governo neofascista, com política econômica ultraneoliberal, anunciando um violento choque econômico que visa a devastação do serviço público, e ao mesmo tempo ameaça explicitamente as liberdades democráticas, propagando o pânico moral, atacando os educadores como “doutrinadores” e impulsionando uma interpretação negacionista sobre a ditadura argentina, que coloca em risco as importantes conquistas em termos de memória, verdade, justiça e reparação.

Sobre a situação do Chile, está em debate uma nova constituição que venha substituir aquela constituição aprovada durante a ditadura. O governo de Gabriel Boric foi eleito no quadro das grandes mobilizações do ano de 2019, de caráter antineoliberal, com o mandato de finalizar com essas políticas. Um projeto de reforma constitucional de orientação progressista foi derrotado no ano de 2022. O novo projeto constitucional foi elaborado por um Conselho dominado pela ultradireita. Possivelmente também será rejeitado e continuará a vigorar a constituição pinochetista.

A América Latina segue sob ameaça de golpes de Estado, explicitando a fragilidade das liberdades democráticas na região, desde os golpes como os ocorridos em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), que dispensaram intervenção direta das forças armadas e se construíram a partir da ação dos poderes legislativo e judiciário e da cobertura midiática. Em 2019, na Bolívia, o golpe contou com o protagonismo das forças policiais e, após intensa repressão, foi revertido pela mobilização popular. Mais recentemente, em dezembro de 2022, o governo Castillo, no Peru, foi deposto por um golpe parlamentar, e sua vice permanece desde então à frente de um governo ilegítimo, repressivo e ultraneoliberal. Hoje a ameaça golpista paira sobre a Guatemala, com a tentativa de anulação da eleição de Bernardo Arévalo conduzida pelo Ministério Público e apoiada pelos setores reacionários, enquanto na Colômbia o governo Petro enfrenta intensa campanha midiática construída com claro intuito desestabilizador. A força do neofascismo na América Latina potencializa estas ameaças.

Importante recordar o potencial conflito entre Venezuela e Guiana, que remete ao século XIX, tornando-se novamente atual devido à existência de grandes reservas de petróleo naquela região. O território de Essequibo, em disputa, abarca cerca de 55% da Guiana e contém reservas de petróleo equivalentes a 75% das reservas do Brasil, cerca de 11 bilhões de barris (o Brasil tem cerca de 14 bilhões de barris em reserva). Isso revela a relevância desse território, que está em disputa entre o capital estadunidense, em particular pela Exxon Mobil, que busca exploração através da Guiana, e o governo venezuelano, inclusive com apoio de setores da direita deste país. Em contexto de acirramento das disputas interimperialistas e da necessidade dos Estados Unidos de garantir seu suprimento de petróleo, é fundamental manter atenção para uma eventual escalada deste conflito.

No espaço caribenho, de forma sintética, é fundamental manter o foco nos acontecimentos do Haiti, tendo em vista que em outubro a ONU, com o Brasil presidindo temporariamente o Conselho de Segurança, votou resolução para uma nova missão repressiva neste país. Esta ameaça de uma nova ocupação amplia a tragédia social, política e econômica no país que jamais foi perdoado por ter sido palco da primeira Revolução negra do continente. É preciso ressaltar a solidariedade e luta por sua autodeterminação. O mesmo clamor de solidariedade se estende ao povo cubano, que continua sofrendo, de forma cada vez mais intensa, o bloqueio do imperialismo

estadunidense.

Entre a conciliação de classes e o neofascismo

O cenário nacional reflete marcas da conjuntura internacional. No ano que se abre, a efeméride dos 60 anos do golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964 recoloca na ordem do dia a necessidade de resgatarmos o caráter de classe da ditadura instaurada no país e a agenda de ataques ao conjunto da nossa classe, que segue nos assolando. Restrições e intervenções na organização sindical, proibição do direito de greve, arrocho das condições de vida pela política salarial, abertura ao capital estrangeiro e entrega das riquezas naturais, criação dos fundos privados de complementação de aposentadoria, desoneração fiscal patronal, para além da perseguição política das e dos que lutam são algumas das ações da ditadura que nos alcançam mais diretamente e que não encontraram remédio durante a Nova República.

O governo Lula-Alckmin, ainda que expresse algum fôlego ante as experiências que resultaram do golpe de 2016 e o ascenso neofascista, não traz novidades quanto à política econômica e ao modo de se sustentar. A prioridade da pequena política, da negociata, das concessões ao Centrão segue como tônica. A entrega de setores estratégicos ao capital é evidente, como se percebe na submissão da agenda do Ministério do Meio Ambiente à agenda do capitalismo verde e no loteamento do MEC às fundações privadas, a exemplo de Lemann, Natura e Itaú, como veremos mais adiante. O assim chamado novo arcabouço fiscal é uma reedição do Teto de Gastos do governo ilegítimo de Temer e representa uma continuidade do profundo ajuste fiscal, sucateamento dos serviços públicos e apropriação privada dos fundos públicos exigidos pela grande burguesia. A reforma tributária também foi elaborada junto com o mercado, pois não trouxe qualquer marco progressivo capaz de impactar estruturalmente a arrecadação às custas do capital, trazendo inclusive impactos à seguridade social. Os estados, em destaque Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul, que se encontram sob o jugo do Regime de Recuperação Fiscal, e Minas Gerais, ameaçada de adesão, apresentam o correspondente cruel da política de austeridade, que associa teto de gastos e reformas administrativas, conivência com a privatização de empresas públicas – sequer cogitando a anulação das realizadas e em curso no âmbito federal –, têm como seu gesto mais sintomático o passar a mão na cabeça, com grossos investimentos federais, do governo de extrema direita e repressor de Tarcísio de Freitas, em São Paulo, que às custas do encarceramento de militantes e dos interesses da população trabalhadora fez aprovar a privatização da Sabesp e ainda anseia pelo mercado de outras empresas públicas, a exemplo do Metrô e da CPTM.

Um ensaio de regulamentação do trabalho sob plataformas aponta a legitimação de trabalhadores e trabalhadoras de terceira categoria, com menos direitos do que aqueles conquistados no regime privado, praticamente interditando a aplicação da CLT. O escárnio que foi a mesa de negociações salariais de 2024 mostra o descaso com servidores e servidoras, principais responsáveis pela garantia de direitos sociais no nosso país. Nada muda quando tratamos das perspectivas de uma contrarreforma administrativa, que segue na ordem do dia a ameaçar os interesses mais imediatos da população trabalhadora.

A militarização interventora continua a ser o modo por excelência para lidar com territórios conflagrados e conflitos que resultam do avanço neofascista na sociedade: a violência e os massacres em escolas de todo o país e a resposta institucional armada são a marca disso. No que se refere à militarização, a permanência dos traços do genocídio contra a população jovem e negra nas grandes cidades brasileiras – seja pela bala ou pelo

encarceramento – tem sua dramática expressão pela crise de segurança pública na Bahia. A inefetividade de políticas públicas segue colocando o Brasil no topo de rankings de feminicídios e violências contra pessoas da comunidade LGBTI+. A manutenção do controle neopentecostal das políticas voltadas às comunidades terapêuticas é uma das faces mais aberrantes de um governo que subiu a rampa do Planalto sustentado por oprimidos e oprimidas e governa com a Casa Grande.

Nem mesmo em gestos simbólicos o governo atende a anseios populares: os dois indicados ao STF pelo governo federal são homens que representam o poder estabelecido brasileiro e são um balde de água fria naqueles que reclamavam uma ministra mulher e negra no STF, sintonizada com os interesses de trabalhadores e trabalhadoras. Ainda mais flagrante é a indicação de Gonet, um fundamentalista moral e defensor da ditadura militar-empresarial, para a Procuradoria Geral da República.

Em matéria socioambiental, a posição frouxa quanto ao tema do Marco Temporal – que transbordou a esfera do STF e passou a ser tratado pelo Legislativo e Executivo, com veto circunstancial pela presidência de lei horripilante sobre o tema –, o endosso presidencial à catastrófica extração de petróleo na foz do Rio Amazonas e a concessão de jazidas poucos dias depois do retorno da COP28, a aposta capitalista na transição energética para fontes renováveis, que aprofunda conflitos socioambientais, o apoio da bancada governista ao pacote do veneno e às termelétricas e a conivência com a ação empresarial destrutiva de modos de vida expressam o enquadramento das políticas federais e estaduais a uma lógica ecocida, crédula em um “impossível capitalismo verde”, para utilizarmos a expressão de Daniel Tanuro.

Ainda nesse sentido, o capitalismo deita e rola, a articulação entre as diversas frações burguesas, com especial destaque ao setor minerário agroexportador, consolida a centralidade do apoio governamental por meio do Plano Safra e da desoneração tributária ao agronegócio que envenena e mata, além do fomento a ações que possuem como consequência grandes desastres como o da Braskem, em Maceió.

As consequências mais vívidas dessas políticas são o crescente adoecimento da população trabalhadora pelo manejo e consumo de veneno, o sucumbir a eventos climáticos extremos – como chuvas, enchentes e ondas de calor no sul, sudeste e centro-oeste do país, e secas inauditas no contexto Amazônico – e o aumento de assassinatos de lutadores e lutadoras dos campos, florestas, rios e cidades.

De outro lado, a ameaça neofascista perdura. Para além dos pontos já mencionados que marcam o aumento da ameaça neofascista da sociedade brasileira – com o esgarçamento dos laços de solidariedade social, a violência difundida com particulares traços racistas, misóginos, LGBTI+fóbicos, capacitistas e ecocidas e a corrosão das condições de vida –, é de se ter em conta que o bolsonarismo segue vivo. Parte dessa revitalização remete à já tratada conjuntura internacional: a eleição de Milei (que contou com Bolsonaro na sua posse) e os intuitos de Trump a se candidatar novamente à presidência estadunidense fortalecem o projeto estratégico das frações proprietárias e populares que dão sustentação à extrema direita brasileira. É de se ter em conta que a popularidade de novos nomes no campo da extrema direita que vicejam em todo país e impregnam o Congresso Nacional, não por outra razão uma série de medidas antipopulares estejam sendo aprovadas no período recente. Exemplo disso é a absurda e transfóbica lei que visa proibir a linguagem neutra em órgãos públicos. As eleições de 2024, que ora se aproximam, será um teste para a sobrevida pela expressão da força da extrema direita nos âmbitos municipais. O neofascismo alimenta-se das frustrações e ressentimentos dos setores populares produzidos pelas políticas austeritárias, neste sentido, políticas como a aprovação do

arcabouço fiscal e a busca pelo déficit zero favorecem seu crescimento.

Em um quadro como este, fortalecer nosso sindicato enquanto ferramenta unitária para a promoção dos interesses de professores e professoras, bem como para o conjunto da classe trabalhadora, se faz cada vez mais urgente. A lida com questões imediatas, envoltas ao temário da educação, reclama particular atenção em nossa leitura da conjuntura.

Caracterizamos o governo Lula-Alckmin como um governo que articula os interesses das diferentes frações da classe burguesa local e internacional, sem incluir neste pacto político de dominação, em forma subordinada, a classe trabalhadora, como fez nos primeiros governos do PT. É um governo que opera, na prática, os interesses da autocracia burguesa no Brasil e desse governo não se pode esperar nenhuma mudança significativa para realizar transformações no interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mesmo que tenhamos convocado a votar em Lula no segundo turno, para enfrentar o neofascismo, mantemos a independência política e de classe em relação ao governo e fazemos firme oposição às políticas neoliberais do bloco burguês.

Entendemos que o momento político é de avançar na reorganização da classe trabalhadora contra o bloco burguês que opera as políticas neoliberais. Uma das tarefas mais imediatas é o esforço no sentido de que o movimento docente contribua com o criar as condições para fortalecer o movimento sindical e social classista, propiciando oportunidades para que nossa classe possa debater os problemas do país e dos trabalhadores, bem como as formas de organização e mobilização para um novo ciclo de lutas.

Ataques à educação, lutas e greves

No cenário de ataques contra a educação pública e gratuita também figuram as políticas de militarização das escolas que, em última análise, retiram da classe trabalhadora o direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, ao mesmo tempo em que intensificam o racismo e a opressão nas escolas públicas. Apesar da extinção do PECIM ter sido celebrada por entidades e movimentos da educação, o fato é que governos estaduais e municipais empenham-se em manter e ampliar o processo de militarização das escolas. Por isso, coerente com as lutas antirracistas e por uma educação emancipatória, o ANDES-SN se mantém ativo no combate à militarização das escolas.

O ANDES-SN tem somado esforços para uma compreensão interseccional dos problemas sociais e políticos que atravessam a política nacional brasileira, os quais se alinham não apenas aos interesses do grande capital, mas a outras questões estruturais como o machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTI+fobia e o capacitismo. O governo Lula-Alckmin não tem feito esforços efetivos para o enfrentamento à histórica política de genocídio que recai historicamente sobre os povos negros e indígenas e a violência machista, misógina e LGBTI+fóbica que assola principalmente mulheres negras e travestis e mulheres trans. No que tange as questões de gênero e sexualidade na educação, destaca-se que o avanço do fascismo no Brasil alinha-se intimamente ao pânico moral imposto sobre o avanço da pauta feminista e LGBTI+ na conquista por direitos. Nesse sentido, a possibilidade de inserção de uma política de educação sexual e de equidade de gênero segue excluída da discussão sobre a política nacional de educação, sob o pretexto de “sexualizar a infância” e “destruir a família”, entre outros espantinhos fantasmagóricos, de modo que merece ênfase também os ataques contra o uso da linguagem neutra nas escolas e espaços públicos. Por sua vez, no âmbito da luta anticapacitista ainda temos muito a avançar no que se refere às políticas educacionais, são

nossas pautas o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nos espaços educacionais, com realce à luta pela garantia de cotas para as pessoas com deficiência (projeto de lei 3318/23), bem como a exigência que as Universidades, IFs e CEFETs deem estrutura de trabalho, material didático e auxílio para servidores(as) e estudantes com deficiência. A luta antirracista segue na centralidade da política do ANDES-SN. No recorte de gênero, as mulheres negras continuam sendo as maiores vítimas de feminicídio. Mulheres negras são também as que mais sofrem violência doméstica e as que mais denunciam agressões. E a juventude negra continua sendo a principal vítima da violência policial. No âmbito da política educacional, persiste a luta pela efetivação e ampliação da Lei de Cotas (incluindo travestis, transexuais e transgêneros) e das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

As reformas educacionais desencadeadas nos últimos anos fazem parte das contrarreformas capitalistas no Brasil. Elas são orientações dos organismos internacionais, de interesses econômicos e ideológicos empresariais, que estão direcionando as políticas educacionais concebidas no interior do Estado brasileiro que tem sido reorganizado, desde os anos de 1990, para atender as necessidades de reorganização do processo produtivo. As políticas educacionais reformulam a concepção educacional, adequando-se às necessidades do mercado, por exemplo, ajustando a formação da força de trabalho necessária ao ciclo econômico, uma massiva força de trabalho barata, inclusive com tendência ao não-emprego/precarização. Ao mesmo tempo, altera a concepção de formação de professores, delineando novas políticas, privilegiando os espaços não-presenciais e as tecnologias para este processo. Explicitamente, as fundações privadas estão representadas nos espaços institucionais decisórios das políticas educacionais no Brasil, elas estão oferecendo os serviços educacionais de formação de professores, oferecem serviços educacionais, implantam sistemas de controle do trabalho docente e os critérios de avaliação. Ou seja, as instituições privadas, na prática, estão gestando o projeto educacional no Brasil.

Destaque merece o trato dos cortes orçamentários. O decreto presidencial publicado no dia 28 de julho de 2023, em edição extraordinária do Diário Oficial da União, trouxe a distribuição dos cortes em cada ministério. Foram 333 milhões de bloqueio do orçamento da Educação. As pastas da Saúde e da Educação foram as mais atingidas no novo bloqueio orçamentário de R\$ 1,5 bilhão promovido pelo governo federal. Em 17 de outubro de 2023, o governo federal bloqueou R\$ 116 milhões no orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atingindo a política de formação de estudantes da pós-graduação e a área de Ciência e Tecnologia. A luta pela disputa do orçamento no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO/2024) e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/ 2024) é fundamental, tanto para garantir recursos para a Educação, especificamente, para as Universidades, Institutos Federais e Cefets, como para avançar na recomposição do orçamento que vem sofrendo cortes sucessivos, ano após ano.

Um ponto muito importante nesta conjuntura que repercute na educação é a campanha salarial de 2024 dos(as) servidores(as) públicos(as) federais, iniciada com a entrega da pauta de reivindicações ao governo Lula no início de seu governo e com desdobramentos já no primeiro semestre, como os 9% de reajuste emergencial e o acréscimo de 200 reais no auxílio-alimentação. Apesar das contradições que marcam um governo de conciliação de classes, a pressão das entidades representativas do funcionalismo público federal arrancou essa conquista inicial e o compromisso, por parte do governo, de dar continuidade às negociações, inaugurando uma nova metodologia, com a instalação da

Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

De fato, a partir de julho de 2023, seguindo o protocolo de negociação aprovado, foi instalada no âmbito da MNNP, a mesa central que trata de questões econômicas e da revogação das contrarreformas. Porém, seu desenvolvimento até o momento está sendo insatisfatório e vergonhoso. Nada foi oferecido de respostas às propostas de recomposição de perdas salariais. Com o alargamento à direita da frente amplíssima de sustentação, as prioridades do governo voltam-se para atender os interesses do agronegócio, dos banqueiros e as fundações privadas da educação. Assim, sob as amarras do novo arcabouço fiscal, que impõe a continuidade da política de austeridade fiscal, tanto o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO/2024) quanto o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/ 2024) apresentados pelo governo ao parlamento não comportam recursos para atender às reivindicações econômicas dos(as) servidores(as) públicos(as) federais. Isso explica também a baixa resposta às demandas de correções de distorções de carreiras, de 80 pedidos, apenas 21 mesas específicas e temporárias que tratam de carreira foram instaladas. A de docentes que compõem a base do ANDES-SN foi instalada em 4 de setembro, mas não avançou para além da apresentação das propostas pelas entidades ao governo. Até mesmo as mesas setoriais, com demandas sem impacto orçamentário, não saíram do papel, apesar das cobranças incisivas das entidades. Embora seja importante destacar a conquista no sentido de revogação da IN 66 que prejudicou em demasia o processo de progressão funcional da categoria docente na sua relação com as distorções de tempo de serviço e solicitação.

Essa situação demonstra que é necessário buscar a unidade do movimento e provocar aprofundar a mobilização da categoria, buscando construir um forte movimento com vistas a uma greve geral do funcionalismo público federal, que seja capaz de pressionar o governo a atender as reivindicações da categoria. Não se altera a correlação de forças sem autonomia e coragem para lutar. Sem alterar a correlação de forças não se pode incidir na disputa do fundo público para atender às nossas reivindicações.

Outro tema que ganhou destaque na pauta do movimento docente foi a autonomia universitária, que é um dos principais fundamentos conceituais da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira publicada no Caderno 2 (ANDES-SN, 2013). Parte decisiva da autonomia universitária é o processo de escolha de seus dirigentes. Por isso, defendemos que: “o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição” (ANDES-SN, 2013, p. 25).

Assim, a luta contra a lista tríplice é uma luta histórica do ANDES-SN. A importância desta luta cresceu nos últimos anos, quando se intensificou o processo de intervenção sobre nossas instituições pelo governo autoritário e de extrema direita de Jair Bolsonaro. Nessa direção, nosso sindicato impulsionou a campanha “Reitor(a) eleito(a) é reitor(a) empossado(a)”. O ANDES-SN enfrentou o governo Bolsonaro apoiando toda e qualquer luta contra seus interventores.

Além da luta contra as intervenções, o ANDES-SN acompanhou, desde o início, as propostas de acabar com a lista tríplice que tramitavam no Congresso Nacional. No dia 29 de novembro de 2023, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer da relatora, deputada Ana Pimentel (PT-MG), pela aprovação do PL 2699/2011, que trata da alteração da forma de escolha de reitoras e reitores das universidades, Cefets e Institutos Federais. O projeto aglutina outras 14 proposições e o substitutivo que havia sido aprovado na Comissão de Educação,

incluindo a proposta do ANDES-SN pelo fim da lista tríplice, apresentada ao deputado Tarcísio Motta (PSol-RJ), convertida no PL 1621/2023, que incorpora princípios do Caderno 2 do Sindicato Nacional.

Para o ANDES-SN, apesar de não ser o ideal, a aprovação é uma vitória parcial, pois sinaliza rumo à autonomia administrativa, onde o processo eleitoral começa e termina na instituição. Há limites, como o fato de o substitutivo definir requisitos para as candidaturas para reitor(a) e vice-reitor(a) que são incompatíveis com o que defendemos no Caderno 2. O substitutivo estabelece que nas universidades poderão candidatar-se apenas docentes da carreira de Magistério Superior que possuam o título de doutor ou estejam posicionados como Professor Titular ou Professor Associado 4 ou sejam ocupantes de cargo efetivo isolado de Professor Titular Livre do Magistério Superior. Em segundo lugar, o substitutivo impossibilita qualquer isonomia ao definir regras diferenciadas para a escolha de dirigentes em universidades e institutos federais. Nos Institutos Federais, o substitutivo estabelece o critério de paridade, enquanto para as universidades estabelece que as regras eleitorais serão homologadas por “um colegiado criado especificamente para este fim”. Além disso, no caso das universidades, não se assegura a paridade ou universalidade. Em terceiro lugar, o substitutivo abre a possibilidade de violação da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial ao estabelecer que “representantes de entidades da sociedade civil” tenham o direito de participar do processo eleitoral. Isto abre a possibilidade de que entidades privadas e que não têm relação direta com a universidade possam escolher os(as) dirigentes de nossas instituições.

A luta pela democratização das instituições de ensino superior sempre esteve na agenda do ANDES-SN. No último período, diante da ameaça do neofascismo do desgoverno Bolsonaro, surgiu a necessidade de um firme combate às intervenções colocadas em Instituições e Institutos Federais de todo país. A título de ilustração, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), umas das instituições que sofre com a intervenção do governo Bolsonaro, aprovou no Conselho Superior (Consuni) o envio de ofício ao MEC solicitando a anulação do decreto que nomeou a terceira colocada da lista tríplice como gestora da instituição e a obediência das normas internas da Instituição, para que o processo de consulta para a lista tríplice acontecesse no prazo de 60 dias, a partir da destituição da gestão atual. O ANDES-SN apoiou essa iniciativa. Em 11 de agosto, a comunidade acadêmica da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) comemorou a posse do reitor eleito de forma democrática, que ocupou o lugar até há pouco ocupado pelo interventor de Bolsonaro. O ANDES-SN apoiou também esse processo. A Universidade Federal Rural da Amazônia está sob a intervenção de uma reitora que não foi escolhida pela comunidade acadêmica, período em que não ocorre eleição para coordenadores de cursos, diretores de institutos e a interventora toma decisões de forma unilateral, *ad referendum*, com perseguição a docentes. O ANDES-SN tem acompanhado esse processo. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) processou diversos(as) estudantes, trabalhadores(as) técnico-administrativos(as) e professores(as), inclusive um docente foi ameaçado pela Ouvidoria da Universidade por estar usando uma camiseta do MST durante uma aula, outros docentes estão com inquéritos na Polícia Federal movidos pela gestão. Os docentes estão pedindo a destituição do interventor ao Conselho Superior com base em um dossiê que lista todas as irregularidades. O ANDES-SN apoia essa luta também. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a reitoria interventora, que já dura 3 anos, exerce diversos tipos de violência institucional, assédio e intimidação, com o apoio da Procuradoria. Neste contexto, um conjunto de professores vinculados ao Coletivo de Representação Autônoma Docente abriu um

processo para destituição dos interventores no Consun. A Seção Sindical participou ativamente do processo, com o apoio do ANDES-SN. No dia 1º de dezembro de 2023, em sessão autoconvocada, o Consun aprovou a destituição. Uma vitória importante na luta contra as intervenções e que desafia o MEC a respeitar a autonomia universitária e a vontade da comunidade da UFRGS. A destituição dos(as) interventores(as) é fundamental para a garantia da democracia interna nas Universidades, IFs e Cefets e das liberdades democráticas e da cátedra da categoria.

Neste cenário de múltiplos ataques contra a educação pública, a defesa do projeto de carreira do ANDES-SN ganha importância estratégica. A defesa da carreira significa defender o regime de trabalho DE, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, concursos públicos, paridade na remuneração e direitos entre ativos e aposentados, condições de trabalho que garantam saúde mental e física e recursos públicos. Todos os ataques descritos aqui e que se dão em diferentes níveis (federal, estadual, distrital e municipal) são ataques contra o projeto de carreira que há mais de 40 anos de história construímos e que vem orientando as lutas e a atuação do ANDES-SN. Por isso, unificar as diversas lutas realizadas por nossa categoria como lutas em defesa da carreira e intensificar o nosso trabalho de base discutindo e divulgando o projeto de carreira do Caderno 2 tornam-se tarefas da maior importância para o nosso sindicato nacional.

Outra frente de atuação que ganhou grande destaque em 2023 foi a luta pela revogação do NEM. No 41º Congresso do ANDES-SN aprovou-se a deliberação de intensificar a luta pela revogação da Contrarreforma do Ensino Médio e das leis, decretos, resoluções e normas federais, estaduais e municipais sobre o tema, incluindo os relacionados à Base Nacional Curricular Comum e BNC Formação, a Resolução CNE/SES 01/2019, que cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação professores da educação básica, dentre outras.

Em cumprimento à deliberação, a Diretoria do ANDES-SN compôs a Frente Nacional pela Revogação do NEM e também a Frente Nacional pela Revogação da BNC Formação e pela retomada da Resolução 02/2015. Ambas as frentes são integradas por diversas entidades da educação básica e superior e juntas realizaram várias atividades em âmbito nacional e nos estados, com destaque para o Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e pela Revogação do NEM, no dia 9 de agosto, realizado junto com a CNTE, com atividades em Brasília, e a semana pela revogação da BNC Formação, de 16 a 20 de outubro, com a realização da live organizada pela Frente Nacional pela Revogação da BNC Formação e transmitida pelo ANDES-SN, no dia 16. O ANDES-SN produziu diversos vídeos com docentes sobre o tema do NEM e realizou uma discussão sobre a temática na reunião do GTPE nos dias 9 e 10 de dezembro. Promoveu também o IV Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior”, que envolveu o segmento da nossa base que atua diretamente com o Ensino Médio. Além disso, o ANDES-SN tem acompanhado atentamente a tramitação do PL 5.230/23, que tem como Relator Mendonça Filho (União/PE). Vale dizer que a luta dos movimentos sociais tem sido, desde o início, pela revogação do NEM e não pela reforma da reforma. O parecer do relator conseguiu piorar a proposta do governo e manter pontos cruciais presentes no NEM, como, a atuação de profissionais com "notório saber" na educação profissional e tecnológica. O parecer de Mendonça Filho rebaixa a carga horária das disciplinas obrigatórias de 2400h previstas no PL para 2100h e aumenta a carga horária das optativas de 600 previstas no PL para 900h. É preciso seguir na luta para derrotar o conjunto dessa contrarreforma educacional, que tem o epicentro na BNCC, seguida da BNC Formação e do novo ensino médio, que

traz como consequência a padronização, o estreitamento curricular e o empobrecimento cultural das crianças e jovens da classe trabalhadora e, especialmente, dos negros e das negras da periferia.

Do mesmo modo, o governo havia se comprometido com a revogação da Base Nacional Comum-Formação Inicial (Res. 2/2019) e da Base Nacional Comum-Formação Continuada (Res. 1/2020), as quais são subordinadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC e se referenciam na ultrapassada Pedagogia das Competências, mas, ao invés disso, o CNE elaborou uma nova minuta de Resolução para as DCN de Formação Inicial de Professores e um Edital de Chamamento de Consulta Pública, com prazo para envio de propostas no período das festas de final de ano e férias de janeiro, desconsiderando os acúmulos das entidades da educação e de formação de professores e sem dialogar com os(as) principais interessados(as). Assim, a luta continua sendo pela revogação, não só da resolução 02/2019, mas de qualquer outra que desqualifique a formação de professores e descaracterize os cursos de licenciatura.

Na esteira dos ataques à educação, situa-se a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Sem Doutrinação Ideológica, no dia 10 de outubro, na Câmara dos Deputados, durante a qual o Líder do PL compara a suposta “doutrinação” nas escolas brasileiras à atuação do grupo Hamas. Este é o mesmo deputado bolsonarista que enviou ofício à Embaixada dos Estados Unidos da América, contendo informações falsas sobre docentes, estudantes, parlamentares, movimentos sociais, partidos, alegando suposto envolvimento destes com grupos terroristas envolvidos no conflito Israel-Palestina. Configura-se um ataque aos direitos fundamentais dos(as) cidadãos(ãs), a tentativa de criminalização das pessoas, partidos, movimentos sociais. O ANDES-SN prestou solidariedade, acompanhamento jurídico e apoio político aos(às) envolvidos(as), realizando reuniões, por meio da Comissão de Enfrentamento à Criminalização e buscou apoio junto ao PSOL para ajuizar uma Ação de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF), junto a qual entrará como *Amicus Curie*, já que sindicato não pode ajuizar ADPF. Além disso, o ANDES-SN também apresentou um questionamento junto à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados relativa à atuação do deputado, por meio de deputados da base do PSOL que foram citados na lista de Gustavo Gayer.

Além desse caso, tivemos várias situações de perseguição a docentes no interior das IES, ao longo de 2023. Na UFPE, docentes da educação física foram abordados pela polícia civil e fiscais do CREF 12; docentes do Centro de Educação tiveram salário cortado e denunciaram situações de racismo. Na UFPB, docentes sofreram perseguição da reitoria interventora e respondem inquérito na Polícia Federal; outro foi perseguido por usar camiseta do MST. Na UFES, professora denunciou situações de assédio. São casos ilustrativos das situações que a Comissão de Enfrentamento à Criminalização do ANDES-SN tem acompanhado *in loco*, indo em cada instituição, realizando reuniões com as instâncias superiores, buscando soluções que atendam, principalmente, a pessoa vítima do ataque, do assédio, da criminalização.

No âmbito das universidades estaduais, os ataques são inúmeros. Na maior parte dos estados, os docentes amargam intensa defasagem salarial. Em muitos deles, a autonomia universitária tem sido atacada. A dedicação exclusiva também é objeto de ataques. A intensificação e precarização das condições de trabalho são notórias, com o decorrente adoecimento docente. E em muitos estados aumenta a proporção de docentes com contratos precários.

O ano de 2023 foi marcado também pela luta dos docentes das universidades estaduais do Paraná por reajuste salarial, visando a reposição das perdas que acumulavam 42% em

maio. A mobilização reuniu os docentes das sete universidades (UEL, UEM, UNIOESTE, UEPG, UENP, UNICENTRO e UNESPAR), com paralisações ocorridas em março e em abril e a deflagração da greve conjunta em todas as universidades no mês de maio. Com a proposição e aprovação legislativa do percentual de 5,79% na database, absolutamente insuficiente para minimizar as perdas, o movimento buscou uma alternativa de minimização das perdas através da melhoria na carreira. Inicialmente a proposição defendida incluía reajuste no salário básico, elevação do adicional de titulação e possibilidade de elevação a professor titular sem necessidade de concurso externo. Estabelecida a negociação, a greve foi suspensa, mantendo-se o estado de greve e as atividades de mobilização. Frente às estratégias protelatórias do governo Ratinho, as mobilizações intensificaram-se em novembro e duas universidades retomaram a greve (UEL e UEM), tendo finalmente sido apresentada e aprovada a proposta de reajuste no adicional de titulação, nos seguintes percentuais: 25% no adicional de titulação de docentes doutores, de 10% para docentes mestres e de 5% para especialistas. Isto implicou em um acréscimo salarial final de 13,89% aos doutores, 6,67% aos mestres e 4% aos especialistas, que se soma aos 5,79% da database.

No dia 21 de agosto, docentes da Uema e da UemaSul deliberaram pela deflagração de greve, com início previsto para o dia 24 de agosto. A greve durou 81 dias, tendo encerrado no dia 21 de novembro. Um dos motivos da greve eram as perdas salariais acumuladas de 50,28%, desconsideradas pelo governo Carlos Brandão, o que constitui um atentado à valorização da carreira docente, no que se refere ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao papel da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do estado do Maranhão, na avaliação do SINDUEMA – Seção Sindical do ANDES-SN. A luta era também contra o corte de mais de R\$ 300 milhões do orçamento das duas Universidades Estaduais do Maranhão. Outra questão que motivou a greve foi o número absurdo de professores(as) temporários(as) com contratos e situação de trabalho precários, vulneráveis à assédio e recebendo R\$2.300 por mês mesmo possuindo titulação de Doutor ou com estágio de Pós-Doutor. No dia 10 de novembro, o poder judiciário decretou a ilegalidade da greve, ameaçando o sindicato com multa de R\$ 100 mil reais e a devolução de 3 meses de salários dos docentes em caso de descumprimento da medida cautelar. Além disso, pediu o bloqueio das contas bancárias pessoais das “lideranças do movimento”. O movimento grevista foi suspenso em cumprimento à decisão judicial e a Seção Sindical denunciou o atentado e abuso do poder político cometido contra os docentes e seu sindicato. Importante destacar que, apesar da suspensão, a greve conquistou a equiparação salarial parcial dos(as) professores(as) temporários(as), uma ação civil pública para nomear docentes concursados(as) e reajuste na gratificação por titulação dos(as) professores(as). Importante destacar que o ANDES-SN vem implementando a política de financiamento das greves por meio do Fundo Único e apoiou efetivamente a greve das Estaduais do Maranhão durante todo o período do movimento paredista.

Em 2023 ocorreram várias greves estudantis que contaram com apoio das seções sindicais e do ANDES-SN. No dia 21 de setembro, estudantes da USP deflagram greve em defesa de concursos públicos para docentes e técnicos(as) com políticas de cotas, contra o fechamento de cursos, por “gatilho automático” para reposição imediata de professores(as) aposentados(as), exonerados(as) ou falecidos(as), em defesa da reformulação do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil, por nenhuma punição aos grevistas. Em seguida, os(as) estudantes da Unicamp entraram em greve, no dia 3 de outubro, por contratação de professores(as) via concurso público com política de cotas, por reformulação e ampliação da política de permanência estudantil, por cotas para pessoas com deficiência, travestis e transsexuais, por melhoria da infraestrutura nos

campi e acessibilidade e pela exoneração do professor Rafael Leão que agrediu um estudante. No dia 6 de outubro, os(as) estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana deflagraram greve por convocações e concurso público para docentes, pela reformulação e por reajuste imediato do programa estadual de permanência estudantil "Mais Futuro", por investimento de 1% da receita líquida de impostos para a permanência estudantil nas Universidades Estaduais Baianas (UEBA) e pela ampliação do orçamento das UEBA para 7% da RLI. Da mesma forma, também o fizeram os(as) estudantes de UNILA e UNILAB, *campus* dos Malês.

Na UERJ, docentes realizaram importante luta em defesa da Dedicação Exclusiva, conquistada por meio da Lei 8267/2018, como Regime de Trabalho. Essa lei foi questionada em 2019 pelo então governador Wilson Witzel, que entrou com uma representação de inconstitucionalidade desta lei. O julgamento desta representação de inconstitucionalidade teve o seu último dia em 21 de agosto, quando houve parecer favorável aos(às) docentes da UERJ. No entanto, no dia 15 de setembro, o governador questionou o resultado da votação, alegando que a manutenção da lei implicaria mais gastos, considerando o Regime de Recuperação fiscal (RRF). A defesa da Dedicação Exclusiva é pauta fundamental do movimento docente para manter o tripé ensino-pesquisa e extensão. Assim, a luta dos(as) docentes da UERJ continua com apoio do ANDES-SN.

No Piauí os(as) professores(as) da UESPI estão em campanha salarial desde o início de 2023 e aprovaram greve a partir de janeiro de 2024. A decisão veio após o Projeto de Lei do Governo do Estado, encaminhado à Assembleia Legislativa, que altera o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da categoria docente, ampliando a carga horária em sala de aula. O PL aprofunda o cenário de precarização das condições de trabalho e adoecimento dos(as) professores(as), afrontando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a categoria amarga uma defasagem salarial que já ultrapassa 68% e o governo não apresenta qualquer sinalização de atendimento à pauta da categoria.

Os compromissos do ANDES-SN ante a turbulenta conjuntura

O ANDES-SN, juntamente com inúmeros sindicatos e movimentos sociais, chamou o voto em Lula no segundo turno das eleições em 2022. Para o sindicato nacional, não podíamos tergiversar frente à ameaça de mais 4 anos de governo Bolsonaro, o qual elegeu como inimigos pessoas LGBTI+, mulheres, negros(as), o meio ambiente, a educação, a saúde, a ciência, o serviço público e a democracia.

Nós fomos um seguimento da classe que, mantendo o sindicato autônomo e independente em relação a partidos e governos, priorizou derrotar Bolsonaro, inclusive nas urnas. Porém, sabemos que é necessário seguir lutando para defender a educação, a saúde, a assistência social e outros direitos sociais ante os avanços do capital.

Por isso, a nossa agenda de luta para o próximo período coloca a urgência em derrotar a PEC-32, a contrarreforma administrativa e qualquer outra medida que ataque os serviços públicos e os(as) servidores(as), pois o desmonte afetará as camadas mais basais da sociedade brasileira, como as mulheres negras, pobres e periféricas.

O Governo Lula-Alckmin aprovou um novo teto de gastos, o Arcabouço Fiscal. Teve pressa em atender o capital financeiro aprovando uma medida que, mais uma vez, impede a valorização dos serviços públicos e que ameaça todas as áreas sociais, afetando principalmente a saúde e a educação. Em outras palavras, o "Calabouço Fiscal" acelera o processo de desmonte do serviço público e sua qualidade oferecida para a maioria da

população.

Estamos em luta em diversas campanhas salariais que, muitas vezes, se dão em unidade com outras entidades sindicais. Lutamos porque a única maneira de impedir que a extrema direita volte ao poder e que não avance ainda mais sobre a classe trabalhadora é que o governo Lula-Alckmin atenda os anseios da maioria da população – que são os direitos básicos garantidos na constituição, como saúde e educação.

Nossas lutas apresentam pautas de reivindicações que não são somente econômicas. Na Campanha Salarial 2024 de servidores federais apresentamos o revogação - que contém diversas medidas do governo Bolsonaro -, o arquivamento da PEC 32, a reestruturação das carreiras, a exoneração de interventores, além da implementação de mesas setoriais, principalmente para debater a carreira docente hoje tão fragmentada e desvalorizada.

Nós, servidores(as) públicos(as), durante o momento mais difícil da história recente mundial, a pandemia da Covid-19, mantivemos toda a estrutura pública em funcionamento. Muitos de nós morreram e muitos(as) outros(as) estiveram na linha de frente para atender a população brasileira. Combatemos o negacionismo e defendemos a ciência desde uma perspectiva crítica, lutando ombro a ombro em 2022 pela manutenção das liberdades democráticas em nosso país. Por isso perguntamos: não seremos valorizados hoje?

Nós do ANDES-SN estamos em defesa das liberdades democráticas, dos serviços públicos e dos(as) servidores(as) e continuaremos assim porque a luta ainda não acabou!

O ANDES-SN reafirma seu compromisso com essas pautas, fomentando um diálogo constante com os movimentos sociais, bem como, reforça seu compromisso com um projeto de educação pública, gratuita, laica, socialmente e cientificamente referenciada às demandas de nossa classe, que esteja alinhada a um projeto de transformação social garantindo a emancipação humana e a superação das opressões.

TEXTO 2

Contribuição da(o)s Sindicalizada(o)s: Adriana Penna (Aduff); Agatha Justen (Aduff); Airton Paula Souza (Adufs-Se); Alair Silveira (Adufmat); Aldi Nestor de Souza (Adufmat); Beatriz Tupinambá Freitas (Adufs-Se); Catharina Marinho Meirelles (Aduff); Cláudio Gurgel (Aduff); Elyson Carvalho (Adufs-Se); Jairo Paes Selles (Aduff); José Jailton Marques (Adufs-Se); Júlio Figueiredo (Aduff); Marcelo Massayoshi Ueki (Adufs-Se); Maria da Graça Gurgel (Ufal); Marluce Souza e Silva (Adufmat); Máuri de Carvalho (Ufes); Olinto Silveira Alves Filho (Adufs-Se); Onice Teresinha Dall'Oglio (Adufmat); Sandra Menezes Walmsley, (Adufs-Se); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Wilma Pessôa (Aduff).

DE LUTOS E DE LUTAS: A CLASSE TRABALHADORA SE MOVE

TEXTO DE APOIO

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de destruição e de guerra, quando inclusive a natureza revela sua dor e rebeldia. Mas, em todas as suas manifestações destrutivas, são os interesses de classe que desvelam o poder avassalador das guerras oficiais e/ou cotidianas.

A concepção de progresso e de liberdade que nascem e têm dinamizado a história do capitalismo carregam consigo a sua origem natimorta. Essa contradição criou o que Marshall Berman chama do *'constrangimento burguês'*, a medida em que aquelas promessas que deveriam iluminar as perspectivas para uma suposta pavimentação do processo civilizador, rumo a um futuro incontornável, *"podem converter-se em abismos"*. O auge desse percurso já se fez sentir em níveis que se aproximam da barbárie materializada pelos Estados-nação ao longo do século XX, haja vista, só para ficar com um exemplo, os milhares de mortos envolvidos nas Grandes Guerras. E os desdobramentos da barbárie são perceptíveis, alcançando novos patamares de intensificação em apenas duas décadas do século XXI. A naturalização das guerras constantes, as quais, alimentadas pelos interesses do Imperialismo dos EUA e seus aliados, promovem catástrofes humanas e naturais, em escala incessante e progressiva. O mundo tem assistido da poltrona da sua sala, o genocídio operado por Israel ao povo palestino, operação alimentada pelo complexo industrial-militar estadunidense e por sua arrogante peregrinação com o objetivo de fazer o mundo acreditar que são os principais representantes da liberdade e do progresso. Portanto, continuando na sua alucinação imperialista, acreditam obstinadamente serem os escolhidos de deus para levar a sua concepção de 'liberdade' e de 'progresso' aos supostos povos bárbaros.

Atordoados, transformamo-nos em espectadores regulares tanto do genocídio em Gaza quanto das variadas faces da violência de cada dia. Neste ranking de tragédias (nacionais e supranacionais), ao individualismo exacerbado e socialmente corrosivo, as guerras televisadas e a naturalização da destruição promovem e agravam a satanização do inimigo e a indiferença social. Ao cabo, deliberadamente, se promove e cristaliza a *'banalização do mal'*, como dizia Arendt. Neste esforço concentrado, é a mídia um dos mais eficientes instrumentos da cultura da guerra, que substitui, no campo das relações interpessoais, o adversário pelo inimigo e a política pela guerra.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Oito guerras em curso, crimes ambientais sinalizando a inviabilidade ou impossibilidade de se viver em algumas cidades, a expansão do neofascismo mundo afora, o desempenho pífio da economia mundial, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, o mercado como a única instituição vitoriosa, o Rivotril tão popular quanto chiclete e quase oitocentos milhões de pessoas passando fome no mundo (segundo a ONU), longe de representar uma situação extraordinária, um desvio de rota, uma singularidade ou uma crise, configura-se como a mais corriqueira das rotinas de uma ordem social que, há várias décadas, confirma que, no dueto luxemburgueano, *Socialismo ou Barbárie*, a última tem dado as cartas. Sim, barbárie é como julgamos adequado nomear a atual conjuntura.

Atualmente, à Rússia-Ucrânia e Israel-Gaza somam-se Burkina Faso, Somália, Sudão, Mianmar, Nigéria, Síria e Iêmen, como países, oficialmente, em guerra. Assim, se durante muitos anos, as chamadas *guerras híbridas* garantiram lucratividade à indústria da morte, assim como serviram para preservar suas fronteiras, agora, cada vez mais claramente, as guerras oficiais evidenciam o extravasamento da tragédia humana em todas as suas faces. E, na contraface da destruição que promovem, as grandes corporações capitalistas concentram e centralizam, cada vez mais, o poder de vida e de morte da humanidade, junto à acumulação de riqueza.

A guerra Rússia-Ucrânia é emblemática e representa um paradoxo. Enquanto o mundo assiste a uma explosão midiática, ao vivo, do massacre de Israel em Gaza, que já matou mais de 11,5 mil pessoas em dois meses, notícias sobre a guerra da Ucrânia, que completará dois anos em fevereiro próximo, recrudesceram. É uma guerra em silêncio? Mas uma guerra, na ordem social capitalista, e ainda por cima num cenário de queda tendencial da taxa de lucros e de *Miséria da Razão*, pode representar um trunfo político e econômico, além de ser justificativa para a manutenção de um Estado repressor, autoritário e violento. No caso Rússia-Ucrânia, há um claro sinal de adequação dos países à guerra. Afinal, a guerra Rússia-Ucrânia foi decisiva para o aumento dos preços do petróleo, dos alimentos e de diversos outros itens em 2022. A indústria bélica americana, por exemplo, viu suas exportações crescerem 14%, no ano passado, em função do conflito, e os países europeus da OTAN aumentaram suas importações de armas em 65%. A Ucrânia, que não tinha relevância no comércio de armas, hoje é o 14º país do mundo em número de importações. Para Putin (há 23 anos na presidência da Rússia), a administração da guerra pode representar sua recondução à presidência, cuja eleição ocorrerá em março de 2024. E ele já declarou que concorrerá. Uma saída para a guerra na Ucrânia parece sem perspectiva no momento.

Em outro front, desde a Assembleia da ONU que criou o Estado de Israel em 1948, um barril de pólvora vive a céu aberto pronto para explodir na região. No mês de outubro de 2023 teve início um novo episódio deste conflito que há 70 anos lava de sangue as proximidades da Terra Santa. Apesar de abrigar as três principais religiões monoteístas do mundo, a essência do conflito é de natureza econômica e geopolítica. É a luta pela terra, é a disputa por petróleo e pelo domínio da região. O Oriente Médio é uma região estratégica, rica em recursos naturais e vital para o equilíbrio geopolítico global. E como consequência disso, no tabuleiro das forças mundiais que tem, de um lado, os Estados Unidos (aliado de Israel), e, do outro, a Rússia (aliada da Palestina), formam-se as filas de apoios aos dois extremos, em uma versão costumizada da Guerra Fria. Merece destaque, diante do genocídio ampla e mundialmente reconhecido, a posição de alguns países latino-americanos: da ativa Bolívia que rompeu relações diplomáticas a países

como Chile, Colômbia, Cuba e Honduras, que determinaram o retorno de seus embaixadores para consultas.

O massacre em Gaza desnuda a covardia do Exército de Israel que ataca inclusive hospitais, e já deixou a população sem energia elétrica e água por vários dias. Trata-se de uma catástrofe humanitária. A título de comparação e ilustração da adequação da palavra barbárie para definir nossos dias, segundo dados do Atlas de Segurança Pública do Brasil, somente em 2022 foram 40,8 mil homicídios, números que equivalem, anualmente, a quatro massacres de Gaza.

Da guerra oficial televisionada às guerras dissimuladas e invisíveis, o Rivotril, junto com Lexotan e Xanax, lideram a venda de fármacos no mundo. Somente no Brasil, são 123 mil caixas desses remédios vendidas por dia. Apenas uma sociedade entorpecida pode assistir “*tanto horror e iniquidade*” – a la Chico Buarque – e seguir adiante sem sair do lugar.

Não bastassem os horrores das guerras de toda espécie, o neofascismo tem liberado seus monstros e conquistado ressentimentos profundos. Para isso, conta com mais do que o torpor medicamentoso; conta com o individualismo exacerbado, a descrença e a desconfiança nas instituições, e a política da intolerância e do ódio como combustível. Além disso, conta com a inércia de forças políticas que deveriam ser vanguarda de uma proposta radicalmente diferente. Este novo fascismo tem sido capitaneado por líderes políticos com a habilidade de, munidos de um discurso bárbaro, apresentarem-se como alternativas à barbárie. É o caso, por exemplo, de Bolsonaro, no Brasil, em 2018; de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2017; de Viktor Órban, na Hungria e, mais recentemente, de Javier Milei, na Argentina, só para citar os mais conhecidos.

O neofascismo tem a firmeza da radicalidade como arma, a postura ereta da convicção e a capacidade de seduzir pela retórica. O neofascismo tem o discurso simples e fácil como método. É como um bálsamo, uma chacoalhada no marasmo da barbárie que mortifica a todos diariamente. É uma tragédia com a capacidade de disputar, vencer e aprofundar a barbárie. No cenário em que a barbárie é a regra geral, o neofascismo é uma consequência meio óbvia, posto apresentar-se como uma ‘solução’ simples para problemas insolúveis no capitalismo.

Nos EUA, mergulhado num mar de processos, o ex-presidente Donald Trump (acusado de quatro crimes no ataque ao Capitólio e que, em abril de 2020, orientou os americanos a injetarem desinfetante com álcool para combater o vírus da Covid-19), cresce nas pesquisas de intenção de votos para presidente dos Estados Unidos, em 2024. De acordo com pesquisas de setembro/2023, o ex-presidente alcançou nove pontos percentuais sobre o atual presidente Joe Biden. Independentemente do resultado dessa eleição, entretanto, o que estas pesquisas indicam é que o neofascismo se mantém como força política viva e capaz de fazer frente nas eleições da principal economia capitalista do planeta e de influenciar outras eleições em diversas partes do mundo.

A Argentina, que tem um histórico de conquistas progressistas na América do Sul, como por exemplo, o modelo de universidade gestado nas greves históricas de Córdoba (1918), e que botou os generais da ditadura militar no banco dos réus e os condenou; elegeu, em outubro de 2023, Javier Milei. Economista e professor universitário que acusou o Papa Francisco de comunista, apresentou como propostas de campanha, dentre outras coisas: fechar o banco central argentino, dolarizar a economia, privatizar saúde, educação e previdência.

Três dias após a vitória do argentino Javier Milei, na Holanda, o Partido pela Liberdade (PVV, na sigla em holandês) foi o mais votado nas eleições legislativas nacionais. Este partido, conhecido por posições anti-Islã e anti-União Europeia, fez campanha utilizando a bandeira anti-imigração, incitando contra a “*invasão islâmica*” no Ocidente. O líder do Partido, Geert Wilders, coerente com suas posições, já propôs a detenção e deportação de imigrantes ilegais e a devolução de solicitantes de asilo oriundos da Síria, além da censura ao Alcorão e a cobrança de impostos sobre os véus usados por mulheres muçulmanas. No seu currículo também constam insultos aos marroquinos, definidos por ele como “*escória*”. Com posições e proposições tão “acolhedoras”, não causa estranhamento que viva sob a proteção policial desde 2004, em razão de ameaças de morte.

De maneira a promover a “*Holanda em primeiro lugar*”, o Partido propõe um referendun sobre a saída da Holanda da União Europeia (‘Nexit’), nos mesmos moldes do Brexit britânico. Mesmo que muitos holandeses se manifestem contrários às políticas ultranacionalistas e xenófobas do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, os resultados eleitorais na Holanda sugerem o contrário.

Considerando a potência chinesa, os números do crescimento econômico, apresentados nas últimas duas décadas, conferiram ao país asiático a alcunha de *economia do século*, colocando-o numa disputa pelo posto de maior economia do planeta, palmo a palmo, com os Estados Unidos. Nesse período, o mundo foi invadido por produtos e empresas chinesas. Mas os especialistas se dividem sobre até onde vai esse vigor asiático. Para alguns, é uma questão de pouco tempo para a China superar a economia dos Estados Unidos. Para outros, a economia chinesa já demonstra sinais de cansaço e com crescimento previsto de 5% para 2023, tende a estagnar.

Do ponto de vista de conflitos bélicos, a China, diferentemente dos Estados Unidos, costuma proferir a máxima de “*nunca ter invadido nenhum país*”. Sobre os episódios Israel-Gaza e Rússia-Ucrânia, ao menos publicamente, a China não tomou partido. Ainda que se mantenha como aliada explícita de Moscou, reitera seu discurso de paz e se nega a maiores envolvimento com a operação militar russa. No Conselho de Segurança da ONU, em 2022, no julgamento da resolução que punia a invasão da Rússia sobre a Ucrânia, a China se absteve. Mais recentemente, sobre o episódio Israel-Gaza, o chanceler chinês pediu ao seu homólogo norte-americano, “*que Washington atue para convencer Israel a interromper a guerra e respeitar a ‘independência’ dos palestinos*”.

Se a invasão de mercadorias, de tecnologias e de empresas chinesas, em todas as partes do mundo, bastará à China, somente o tempo dirá. Enquanto isso, o projeto de modernização do arsenal militar chinês almeja transformar a China em uma potência “militar de ‘excelência’, capaz de ‘lutar e vencer guerras’ até 2049”.

De acordo com a ONU, em 2023, 780 milhões de pessoas passam fome no mundo. E a cada cinco segundos uma pessoa morre de fome. A barbárie, como dissemos acima, é a única palavra capaz de descrever esse cenário com exatidão; traduzindo a completa incapacidade de a ordem social capitalista resolver os problemas básicos da humanidade, tais como alimentar a todos, embora tenha produção suficiente para isso. Sob a barbárie de cada dia convivem seus extremos de fartura e privação, acúmulo de riqueza e de miséria, direitos formais e a negação deles, presença social do Estado e anti-Estado.

O Brasil, como fonte de enormes recursos naturais, de minérios, petróleo, terra, água, energias renováveis e gigantesca produção de grãos, tem sido um porto seguro para o capital internacional. E tem, na figura de Lula da Silva, um presidente conhecido mundialmente e respeitado ator na conciliação de classes. A taxa de juros no Brasil é

motivo de orgulho para o rentismo estrangeiro. Lula, num esforço de “*recuperar a imagem do Brasil no exterior*”, atua como interlocutor e tenta se equilibrar entre o Brics; a União Europeia e os Estados Unidos, assim como revigorar o bloco regional. A eleição de Javier Milei, na Argentina, contudo, pode representar dificuldades para o Mercosul, uma vez que o mandatário argentino, durante a campanha, levantou dúvidas sobre a manutenção das relações com o Brasil.

Ainda sobre a América Latina, no domingo, 03 de dezembro de 2023, um plebiscito aprovou a anexação do território de Essequibo, na Guiana, à Venezuela. Rica em petróleo, gás e ouro, atualmente explorados por uma empresa americana, a região de Essequibo é palco de disputa entre Venezuela e Guiana há 200 anos. A Venezuela alega que o território lhe foi retirado em 1899. A passagem por terra da Venezuela para a Guiana, devido a densa floresta na fronteira entre os dois países, é feita através da cidade de Pacaraima, em Roraima, o que poderá colocar o Brasil no centro do conflito.

CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, a correlação de forças entre os Poderes que constituem o Estado, assim como com os trabalhadores organizados, demanda maior acuidade. Especialmente porque 2023 foi inaugurado com uma gravíssima tentativa de golpe de Estado, gestada, anunciada e televisionada, cujo ápice foi 08 de janeiro. Uma tentativa de golpe que, efetivamente, tinha por objetivo a quebra da institucionalidade democrática e a subtração dos Poderes instituídos, tendo como meio a violência e a intolerância como política.

Nestas condições, 2023 iniciou pautado pelas tragédias e pelas violências de toda ordem. Se, em Brasília, a tentativa de golpe tomou forma em 08 de janeiro, a fome e a desnutrição dos yanomanis foi gestada ao longo dos meses, em Roraima, e, junto com elas, os índices crescentes de miséria, desemprego e precarização do trabalho no Brasil.

Não por acaso, os índices de aprovação do governo Lula, no início de dezembro/2023, refletem tanto a manutenção da polarização política quanto a mobilidade regressiva dos percentuais de aprovação, passados mais de 11 meses de Governo. Conforme pesquisa do DataFolha, a aprovação de 38% enfrenta quase o mesmo percentual de desaprovação (30%), ratificando um perfil majoritariamente masculino, evangélico, sulista, com ensino superior e com renda acima de cinco SM daqueles que desaprovam o Governo. Nesta pesquisa, chama atenção a avaliação do Governo como regular por 30% dos entrevistados, dentre os quais os jovens se destacam.

Considerando o Poder Executivo, é necessário registrar que este se distingue mais pela atuação no Exterior, do que pela política Interna. Neste particular, tem se distinguido mais pelo que mantém do que pelo que inova. No caso da política internacional, contrariamente, o Governo Lula tem retomado protagonismo. Especialmente frente ao contexto de terra arrasada que marcou o governo Bolsonaro, não somente com relação aos países latino-americanos, mas, também, centrais, a partir da métrica anticomunista que não demandava qualquer critério objetivo de classificação.

Frente às guerras na Ucrânia e em Gaza, o governo Lula tem assumido uma postura dissidente com relação aos países centrais. Esta postura mais independente tem provocado as reações comuns àqueles que veem os interesses dos países centrais como expressão dos interesses da “humanidade”. Assim, à satanização da Rússia seguiu-se à satanização do Hamas, cuja base de fundamentação é construída sobre a omissão dos interesses imperialistas que movem o tabuleiro mundial, assim como ao apagamento da história de constituição do Estado de Israel e do papel da ONU em todo o processo até os dias atuais.

A política externa mais independente do Governo Lula reflete-se tanto no restabelecimento das relações com a Venezuela quanto na resistência em endossar a satanização da Rússia e a redução do conflito entre palestinos e o governo de Israel como um problema restrito à ação do Hamas no dia 07 de outubro de 2023. Esta independência, contudo, não alcançou as dimensões de outros países latino-americanos como referidos acima. De qualquer forma, há de se reconhecer o esforço em construir soluções duradouras, através da criação do Estado Palestino. Reivindicação comum a outros países da região.

O meio ambiente, depois da catástrofe ambiental promovida pelo Governo Bolsonaro, voltou a ocupar papel importante na pauta do atual Governo. Porém, seja na Cúpula da Amazônia ou na COP-28, a postura do Governo enfrenta contradições. De um lado, porque cede a pressões que, ao cabo, comprometem a preservação ambiental, como foi o caso da política de estímulo às empresas produtoras de carros populares (movidos a combustíveis fósseis), cuja renúncia alcança R\$ 2 bilhões; de outro, porque enfrenta um Poder Legislativo majoritariamente reacionário e hostil não apenas ao meio-ambiente, mas a qualquer questão de caráter social, identitária, trabalhista ou de direitos humanos. Registre-se, contudo, que a primeira das contradições no que tange ao meio-ambiente foi a nomeação de Carlos Fávaro (PSD/MT) para a pasta de Agricultura e Pecuária. O mesmo Carlos Fávaro que, juntamente com a ex-ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o atual Presidente do BNDES, Aloísio Mercadante, participaram de um jantar de luxo, em Dubai, promovido para a *Marfrig Global Foods* apresentar nova fase do Programa Verde+, na companhia de membros da Cargill, MapBiomas, CEBRI e outros.

Assim, enquanto os programas ‘verdes’ e ‘sustentáveis’ são apropriados e ressignificados pelas grandes empresas capitalistas, os desastres “naturais” transbordam e destroem comunidades, cidades, fauna e flora. Por trás da reação da natureza, a mão implacável - mas não invisível - do capital.

Pela ação inclemente das grandes empresas (beneficiadas pela convivência e/ou omissão de parcelas do Estado), as tragédias são contabilizadas e anunciadas, como uma espécie de drama sem memória. Neste esforço pela irresponsabilidade e pelo apagamento da memória coletiva, as mineradoras ocupam o pódio. Pela catástrofe de Brumadinho/MG, quem responde são as empresas Vale e Tüv-Süd; em Mariana/MG, a Samarco; em Maceió/AL, a Braskem; e, no RS, a tragédia das chuvas foi precedida pela denúncia e mobilização social contra as iniciativas da Colpemi e da Nexa Resources (multinacional do Grupo Votorantin). Na teia da conveniência dos esquecimentos seletivos, o caso de Belo Monte também merece registro, não somente pelos danos irreversíveis às vastas margens do rio Xingu, mas, também, pela expulsão de populações ribeirinhas, perseguições e assassinatos de trabalhadores e sindicalistas. Ao cabo, nem *El Niño* é o vilão indomável nem *la madre tierra* pode suportar tanta destruição. Indomável e destrutivo é o capital na sua irrefreável sede de acumulação a despeito da destruição que provoca na natureza e na humanidade.

Igualmente deletéria é a política de privatizações que, apesar de todas as evidências cotidianas na vida social, permanece, nos discursos políticos de vários matizes, como solução mágica. Desta maneira, embora sejam conhecidos os resultados catastróficos dessas experiências, governos como o de São Paulo insistem na destruição do patrimônio público. Assim, chama atenção a combinação entre o silêncio da mídia quanto à composição societária das empresas envolvidas e os benefícios públicos obtidos, em contraposição à estridência quanto à responsabilidade dos governantes sobre o prejuízo

causado e a demanda por recursos públicos para a solução dos problemas privativamente provocados.

Nesta escalada infundada e irracional (do ponto de vista dos interesses sociais), figuram, junto às mineradoras, as empresas privatizadas de energia elétrica como a Enel, recentemente envolvida na falta de energia durante dias, em SP e RJ, empresas de telefonia, as empresas privadas que compõem o sistema EBSEH e tantas outras diariamente escancaradas em dossiês e noticiários.

Mas, 2023 foi, também, marcado pelos movimentos do Governo Federal no sentido de anunciar grandes mudanças, para, ao final, manter a ordem das coisas. Assim foi com o novo arcabouço fiscal (em substituição ao Teto de Gastos), a proposição de Reforma Tributária regressivamente preservada, o recuo em relação à revogação das contrarreformas Previdenciária e Trabalhista e o “reajuste” dos servidores públicos, dentre outras medidas.

Desta maneira, em que pese o reconhecimento quanto ao impacto social que determinadas políticas de assistência têm junto à devastação promovida nos últimos anos, como Bolsa Família, Programa Desenrola e reajuste sobre um SM oficial que alcança pouco mais de 1/6 do que deveria ser (DIEESE, novembro/2023) para cumprir os preceitos constitucionais, se tratam de iniciativas cosméticas. Há, por parte do Governo Lula III, a mesma contenção verificada nos Governos I e II com relação à implementação de políticas de transformação estrutural. Como nos anteriores, as políticas de impacto social não ultrapassam os limites de controle da pobreza.

Embora as alianças e o processo eleitoral já revelassem quais as margens de intervenção política da candidatura Lula/Alckmin, nem a composição do Congresso Nacional demoveu o Executivo quanto à priorização das tratativas congressuais, mantendo-se distante da única força política capaz de fazer a neutralização da correlação de forças dentro do Parlamento: a mobilização de base dos trabalhadores organizados. Não é desconhecimento ou falta de experiência do PT em assim proceder. Trata-se, objetivamente, de decisão política!

Ora, como consequência desta escolha, resta ao Governo atuar acuado pela correlação de forças dentro do Congresso, retomando parcerias, acordos e concessões que marcaram suas relações sob as regras impostas pelo ‘*Condomínio pemedebista*’ (conforme nomeou Marcos Nobre) que, popularmente, se traduz na ‘*política toma lá dá cá*’. Porém, mesmo com o academicamente qualificado como “*presidencialismo de coalizão*”, as relações entre o Executivo e o Legislativo não tem sido fáceis. O Poder Legislativo, nas figuras do Presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP/AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), assegurou visibilidade midiática não propriamente por decisões de caráter social, mas pelos movimentos organizados de suas bancadas mais estruturadas: ruralista, evangélica e de (in)segurança pública. Como demonstra a radiografia da Câmara Federal (DIAP, 2023), a composição partidária assegura aos reacionários e congêneres o pódio com 303 parlamentares dos 513 que compõem a Casa. Considerando-se aqueles partidos que, eventualmente, fazem algumas concessões aos interesses dos trabalhadores, e que contabilizam 84 deputados, é possível identificar que nada menos do que 75,44% da Câmara Federal é – integral ou parcialmente – refratária às pautas de interesse social e trabalhista.

Com esta nova composição, o Poder Legislativo aprovou o Marco Temporal e o PL do Veneno (de autoria de Blairo Maggi-PP/MT), interveio na estruturação ministerial do Executivo, aprovou a manutenção da desoneração da folha de pagamento, criou a CPI

sobre o MST (Câmara Federal) e a CPMI 08 de janeiro, dentre outras iniciativas. A CPI sobre o MST morreu de inanição, sem, sequer, votação do Relatório Final. A CPMI sobre a tentativa de golpe foi concluída com aprovação do Relatório Final com o pedido de indiciamento de 61 pessoas por crimes como associação criminosa, violência política, abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Mas, se o Parlamento tem atuado no sentido de intervir diretamente sobre as iniciativas do Poder Executivo, ele também tem sido bastante ativo quanto ao Poder Judiciário. Sob a reclamação recorrente quanto a um suposto “*ativismo judicial*”, as Casas Legislativas têm feito enfrentamentos abertos às decisões da Suprema Corte, seja com relação à liberação do aborto, descriminalização das drogas, à rejeição ao Orçamento Secreto, à punição aos participantes da tentativa de Golpe (08 de janeiro), ao porte e posse de armas etc. Neste esforço para conter os poderes do Poder Judiciário, o Congresso Nacional aprovou PEC n. 50/2023 (de autoria do deputado Domingos Sávio, PL/MG), autorizando ao Congresso Nacional o direito de anular decisões definitivas do STF quando, “*na avaliação dos parlamentares, extrapolarem limites constitucionais*” (Portal Câmara Federal, 2023). Neste caso em particular, o papel constitucional do Poder Judiciário, como guardião da Constituição, passa a ser exercido pelo Poder que tem a atribuição de elaborar e aprovar leis.

Sob as luzes da grande mídia, a iniciativa legislativa se apresenta como somente uma pretensão de impor a necessidade de que as decisões da Suprema Corte sejam tomadas pelo Pleno e não de forma autocrática. Ora, tal mudança já havia sido aprovada, em dezembro/2022, pelo próprio STF, sob a presidência da então ministra Rosa Weber.

O Poder Judiciário, em que pese o papel fundamental exercido durante o Governo Bolsonaro, no sentido de consagrar-se com um Poder de resistência institucional juntamente com segmentos da sociedade civil, e, na prática constitua-se em um Poder ‘moralmente’ progressista no que concerne às pautas identitárias, é inversamente comprometido com a pauta dos direitos trabalhistas.

Tem-se, assim, que o mesmo STF que, através da figura de Alexandre Moraes atuou como uma espécie de “*justiceiro judicial*”, é aquele que tem se consolidado como um Poder pouco sensível aos direitos dos trabalhadores. Não só reconhece a terceirização nas atividades-fim, mas reconhece também que “*acordos ou convenções coletivas de trabalho que limitam ou suprimem direitos trabalhistas são válidas, desde que seja assegurado um patamar mínimo ao trabalhador*” (STF, 02/06/22), senão que, nos últimos tempos, o STF, especialmente (mas não exclusivamente) na figura do ministro Gilmar Mendes tem promovido uma incursão contra os juízes do Trabalho.

A centralidade na contenda entre a Justiça do Trabalho (esvaziada em suas competências pela Contrarreforma Trabalhista) e o STF, é a garantia aos direitos dos trabalhadores. Conforme a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), o STF pretende criar jurisprudência a partir de “*decisões em série do STF contra reconhecimento do vínculo de emprego*”, o que significa, na prática, uma jurisprudência que corrói o Direito do Trabalho.

A VIOLÊNCIA DA CALMA

Há, em uma sociedade firmada sobre a valorização do trabalho que não tem trabalho, uma tragédia permanente que extrapola as privações das condições materiais de existência. Ela alcança a alma. Nestas condições cotidianamente agravadas, a corrosão das relações societárias pautadas pelas relações de trabalho, assim como a generalização da

precarização dos vínculos e da remuneração do trabalho, reproduz uma sociedade progressivamente adoecida e, conforme os ditames dos interesses do capital, dependente da indústria farmacêutica.

A patologização da vida social denuncia tanto a existência de um problema societal sob a forma alienada de doença mental controlada sob a via medicamentosa, quanto a corrosão das relações societárias de reconhecimento e identidade classista. Afinal, para o êxito deste processo socialmente destrutivo, é necessário aprofundar a identidade individual e os liames coletivos restritos às identidades parciais e fragmentadas.

Este doloroso e pernicioso processo de desconstrução de pertencimento de classe e perspectiva histórica-material acaba por transformar-se em terreno fértil para o encastelamento do indivíduo, o egocentrismo exacerbado, o estreitamento da percepção histórica e material, reduzindo-a à temporalidade da existência individual, assim como à violência como uma forma de manifestação societária, com a consequente “*banalização do mal*” como parte das relações conviviais.

Nos últimos meses de 2023, dois episódios foram particularmente ilustrativos dos níveis de internalização da indiferença coletiva e da banalização da violência. O primeiro diz respeito à indiferença às condições desumanas impostas aos fãs de Taylor Swift pelos empresários responsáveis, diante de temperaturas que ultrapassaram os 43° C no RJ (com sensação térmica de 60° C), cuja desumanidade impedia, inclusive, acesso à água. Mas, tais imposições empresariais somente poderiam ser cumpridas alinhadas à indiferença da maioria. Afinal, mesmo com a morte de uma jovem de 23 anos, o “*show tem que continuar*”. Consequentemente, a revolta dos fãs só se fez conhecer quando, no dia seguinte, após amargar as mesmas condições desumanas, a Organização decidiu, na última hora, adiar o show. Ou seja, a indignação somente compareceu quando afetou, individualmente, os fãs da cantora.

40 anos de agenda neoliberal legaram ao mundo os ansiolíticos! Cada vez mais gente jovem, muito jovem, é dependente deles. Empregos ausentes e desprotegidos, Estados policiais e repressivos, empresas públicas sucateadas ou vendidas, ausência de perspectiva de futuro, rebaixamento do trabalho à condição de infâmia, tudo isso mutila a sociedade, alimenta e cria chão para o fenômeno do neofascismo, que floresceu nos últimos anos. Desesperança e ansiedade dos jovens materializam-se não somente na patologização da vida, mas, também nos índices de suicídios e na brutalidade dos números capturados pelas pesquisas (IBGE) que informam que 10,9 milhões de jovens brasileiros (entre 15 e 29 anos) não estavam estudando ou trabalhando até o final de 2022. Isto é: de cada cinco jovens, um deles não trabalha ou estuda. Dentre eles, quase a metade é constituída de mulheres pretas ou pardas, seguidas por homens pretos e pardos.

O segundo episódio está relacionado às recentes ações de “*justiceiros*” urbanos no RJ, que se arrogam o direito de praticar violência contra aqueles que, segundo critérios próprios, são sentenciados como culpados. Estes episódios são ilustrativos dos níveis de entranhamento da *banalização do mal* associado a um Estado fortemente marcado pela ausência institucional de garantias ou, pelo seu contrário, pela presença através da violência. Na ausência do Estado, outros estados paralelos se instituem. E com eles, também, o poder de impor-se e usar, arbitrariamente, as próprias regras e a própria força.

A cultura típica de guerra (combate ao inimigo) há muito se institucionalizou no Brasil. Assim, o inimigo passou do ‘*comunista*’ e do ‘*sindicalista*’ dos anos de chumbo aos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Especialmente nas favelas, vítimas contumazes das forças militares/policiais, das milícias e do narcotráfico. Para estes

segmentos, a violência e o neofascismo não são abstrações, nem se restringem a determinados governos. Conseqüentemente, a expansão do neofascismo no Brasil e no mundo reflete a convergência de vários movimentos fundados sobre o individualismo exacerbado, a intolerância social e a violência banalizada.

Ao final, vivenciamos, cotidianamente, a '*violência da calma*' que Viviane Forrester identificou como a prática destes tempos sombrios (sem emprego e sem perspectivas), nos quais a violência nos impacta e paralisa até a próxima notícia, no intermédio de tempo em que respiramos aliviados porque não foi conosco!

EDUCAÇÃO E LUTAS

Como parte integrante na totalidade de toda essa tragédia estamos nós, os trabalhadores. Por meio da subsunção real e formal ao capital, a classe trabalhadora é explorada desde as suas atividades meramente físicas, até a sua ação mais intelectualizada, atuando como um operador do sistema produtor de mercadorias cada vez mais atrelado à alta tecnologia da informação e comunicação (TIC), indispensável às novas formas de produção da Indústria 4.0. Nesse contexto, o trabalho, enquanto atividade produtora de valor, passou a ser negado pelas próprias contradições imanentes a essa realidade. Fenômeno dialeticamente proporcional ao avanço do irracionalismo e da destruição da própria razão burguesa, declínio que se materializa ao mesmo tempo que reforça a visão dominante de mundo.

Esse processo exige que o capital crie inúmeras ações de negação da liberdade da classe trabalhadora, buscando mantê-la nessa condição. Nesse sentido, mecanismos como os produzidos na relação de assédio devem ser tratados como um elemento constitutivo da relação capital-trabalho. Assim, ao não poder mais assumir a história como a história da liberdade (como emancipação da humanidade), a burguesia passou a criar todos os tipos de mecanismos para se manter no poder. Esses mecanismos vão desde as novas formas de exploração do trabalho – como a intensificação do assédio à vida do trabalhador (provocando implicações dentro e fora do trabalho) e permitindo a extração de mais-valor absoluto –, passando pela precarização e terceirização, até à superexploração dos trabalhadores.

Mais recentemente, a superexploração se expressa nas muitas formas da '*uberização*' do trabalho, o qual se encontra diretamente ligado aos ditames impostos pela chamada Revolução 4.0. Muito embora o assédio e a espoliação impostos aos trabalhadores não sejam fenômenos novos ou apartados desse sistema social, vale notar que, sob a emergência das novas bases produtivas, o capitalismo precisou potencializar estes níveis de controle, dando-lhes, algumas vezes, graus diferenciados de sofisticação, como, por exemplo, a introdução e naturalização do trabalho remoto, tão popularizado com o avanço da pandemia de Covid-19.

O controle sobre o projeto de educação formal da classe trabalhadora tem sido, historicamente, peça de disputa dentro da própria estrutura do capital. Portanto, diante das transformações da chamada Revolução 4.0, as políticas de educação também devem ser conduzidas pelo mesmo discurso da inovação e do progresso, acrescidas de uma aura redentora frente às misérias impostas pelo próprio capital ao mundo. O não ajustamento da classe trabalhadora às mudanças na forma de produzir, tem sido apontado, pelo capital, como um dos maiores responsáveis pelas crises contemporâneas.

À escola, portanto, tem sido dirigida a tarefa de ajustamento dos trabalhadores aos novos tempos, devendo estar exposta aos holofotes das tecnologias da automação, da

inteligência artificial e todo o arsenal da Indústria 4.0. Tecnologias desenvolvidas e incorporadas por políticas internacionais, oriundas de organismos como a OCDE e o Fórum Econômico Mundial, por exemplo. Políticas as quais, no Brasil, têm sido adotadas integralmente (sem qualquer grau de crítica), compondo o arsenal de políticas públicas de educação. Estas assumem o papel de mensageiras do futuro, ao mesmo tempo em que reforçam a ideologia de que vivemos em condições favoráveis à produção de um suposto protagonismo da juventude trabalhadora, a qual teria total liberdade para empreender e para decidir e perspectivar o seu futuro: o seu projeto de vida! Este é, em síntese, o argumento sobre o qual se materializou a política do novo Ensino Médio.

Organismos internacionais como a OCDE e o Fórum Econômico Mundial - reproduzidos por seus representantes brasileiros no Programa *Todos Pela Educação* –, já admitem que há um conjunto de competências indispensáveis à economia mundial, mas ressalvam que estas competências já foram ou estão em processo de ampla assimilação por máquinas, sinalizando para o descarte da força de trabalho. Sob este contexto, esses organismos justificam seus esforços na elaboração e aplicação de políticas que indicam o necessário empenho da escola para o estímulo de competências (técnico-pragmáticas) especificamente executadas pelo ser humano, tais como o ato de pensar criticamente e o ato de ser criativo, para a resolução de problemas do cotidiano/imediato. Afirmam que, “*com a perspectiva de que a inteligência artificial e a robótica levem à automatização de uma parcela considerável de profissões e postos de trabalho, competências mais difíceis de automatizar, como criatividade e pensamento crítico, tornam-se mais valiosas*”. Nesta perspectiva, a OCDE apresenta dados que indicam que “*14% dos empregos na área dos países membros da OCDE correm o risco de ser completamente automatizados, e 32%, de mudar de maneira significativa até 2030*”. Em resumo, aliada à política de descarte está a política do medo e da desesperança, especialmente associada à educação.

No último dia 5 de dezembro de 2023, o MEC divulgou os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2022), que contou com a participação de 81 países. Trata-se de uma prova organizada pela OCDE, direcionada para avaliação das áreas de matemática, leitura e ciências, cujos resultados expostos na forma de um *ranking* servem para apreciação do mercado internacional. Deste modo, a Organização dá destaque aos países que melhor têm se dedicado a preparar suas crianças e jovens, potenciais forças de trabalho a serem exploradas.

Na divulgação destes resultados, o Ministério da Educação destacou o “*baixíssimo nível de desempenho dos estudantes brasileiros em matemática*”, quando 73% dos estudantes ficaram abaixo da nota 2, mínimo desejado pela OCDE. Ao considerar o *ranking* geral nesta área, o Brasil ficou entre 62^a e 69^a posição entre os 81 países avaliados. Ou seja, este resultado mais que insatisfatório (inclusive para os parâmetros do mercado), é a chave para o avanço de políticas como o novo Ensino Médio, e a manutenção da atual política de formação de professores, estabelecida no país desde 2017, no governo Michel Temer.

Vale dizer, entretanto, que todas essas políticas foram aprovadas no governo Temer, avançaram, intocáveis, pelos quatro anos do governo Bolsonaro; e, hoje, compõem as políticas do Ministério da Educação do governo Lula. Estamos falando, portanto, de políticas de Estado, escancaradamente atreladas às exigências do capital. Logo, não se trata de políticas de governo. Há, neste sentido, de se compreender que a educação brasileira tem um projeto a cumprir: o projeto desenhado pelo grande capital e suas corporações.

Estas ações contra a educação, obviamente, não se restringem ao ensino fundamental e médio, mas alcançam diretamente o ensino superior. Seja por meio de práticas externas ou pela aderência interna. Neste sentido, estas podem se manifestar tanto através do sucateamento institucional e do asfixiamento orçamentário quanto via adesão de muitos professores à cultura privatista e empreendedora, que permite a defesa e implementação de parcerias público-privadas (através de cursos e pesquisas) em que as empresas não apenas definem quais áreas merecem “investimentos”, mas, também, quais objetivos mercantis são esperados.

Percebe-se no cotidiano da vida universitária, uma espécie de silenciamento obsequioso ao esvaziamento do caráter público, gratuito e democrático da universidade, assim como uma tolerância elástica à flexibilização crescente com relação à educação “*laica e socialmente referenciada*”, tomando por referência os interesses da classe trabalhadora. Em muitas universidades temos convivido com administrações e conselhos superiores protocolarmente democráticos, mas, objetivamente, pouco afeitos às suas exigências e práticas. Da mesma forma, continuamos a conviver tanto com manifestações e processos persecutórios externos que ofendem a autonomia de cátedra, quanto continuamos a sofrer processos administrativos internos, fomentados pela cultura da judicialização, do PAD, do assédio moral e do silenciamento dos inconformados.

Nesta universidade distante da universidade que defendemos, educação financeira para estudantes com bolsas miseráveis e humoristas podem comandar as “aulas magnas” para recepcionar calouros. Afinal, para que provocar e inquietar estudantes, técnicos e professores, se, como bem destacou Forrester, “*pensar é revolucionário*”?

Por isso e por tanto mais, os desafios colocados para a *classe-que-vive-do-trabalho* são maiores na medida em que alcançam não somente as condições materiais, mas a subjetividade dos trabalhadores. Muitos deles, especialmente nas universidades, sequer se reconhecem como trabalhadores, e, muitas vezes, priorizam fragmentos da própria identidade de classe.

Mas, a classe trabalhadora resiste. E, mesmo dispersas e irregulares, há reações e resistências. A greve dos trabalhadores brasileiros da GM, as manifestações dos trabalhadores franceses, a rebeldia andina, a criação de sindicatos de trabalhadores por funcionários da Google e da Amazon, os metroviários de SP... enfim, a classe trabalhadora se move. Para isso, recupera a radicalidade, reconhece a essência do antagonismo estrutural entre capital e trabalho.

O ANDES-SN deve fazer parte deste movimento de radicalização da classe trabalhadora, superando a priorização das vias judiciais e institucionais, atuando para recuperar seu protagonismo como um sindicato classista, de luta, independente e solidário!

Desta maneira, o ANDES-SN, que convoca seu 42º Congresso com o tema central “***Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e direitos sociais***” tem, em função deste tema e de seu histórico compromisso político e classista com a luta dos trabalhadores, algumas tarefas inadiáveis: a) demandar que o governo brasileiro assumira posição análoga a de países como Bolívia, Chile e Colômbia, em relação a Israel; b) definir claramente sua posição em relação ao governo Lula, como forma de dar prosseguimento à agenda de luta pela revogação das contrarreformas, conforme aprovado no 41º congresso; c) exigir que o governo revogue todas as leis e resoluções responsáveis pela implementação de políticas de educação aprovadas ao longo dos governos Temer e Bolsonaro, com particular atenção

para o novo Ensino Médio e a concepção de formação de professores presente na BNC-Formação.

TEXTO 3

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Ana Maria Alvarenga (Adusc), Aritana Dutra (Sindifpi), Gisele Sifroni (Adua), Raphael Furtado (Adufes), Valdeci Fontoura (Adufms),

O CAPITALISMO ESTÁ LEVANDO A HUMANIDADE À EXTINÇÃO. NÃO EXISTE FUTURO SEM UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

TEXTO DE APOIO

Situação Mundial

A disputa inter-imperialista entre os blocos encabeçados por EUA e China se intensifica. Sua base material principal é a disputa pelas matérias-primas e pela tecnologia da indústria 4.0, mas também segue tendo grande peso a disputa pelo controle do mercado de petróleo e gás natural. Essa disputa leva a seguidas “guerras por procuração” como no Congo e na Ucrânia e ameaça agora levar a uma guerra em plena Amazônia, com a ameaça de invasão da Guiana pela Venezuela. Mesmo no caso do genocídio palestino que está sendo levado a cabo pelo enclave nazi-sionista de Israel tem também entre suas motivações as enormes reservas de gás natural descobertas no litoral de Gaza.

Os conflitos se multiplicam e se intensificam, e a população desses locais sofre terrivelmente. Na base da ultra-tecnológica indústria 4.0 se utilizam os mais bárbaros métodos de exploração, com massacres produzidos por grupos mercenários levando a gigantescas diásporas, trabalho escravo e uma gigantesca destruição ambiental, apesar de toda a farsa das “novas tecnologias sustentáveis”. Apesar do crescimento da indústria de carros elétricos e da onipresença dos celulares, ambos demandando quantidades cada vez mais volumosas de matéria-prima para baterias (lítio, cobalto) e chips, a exploração de combustíveis fósseis segue crescendo, apesar da já instalada catástrofe climática, e todas as falsas promessas das burguesias com suas “COPs” caem por terra, uma após a outra.

Repetimos: a catástrofe ambiental não está colocada para um futuro mais ou menos. Já estamos vivendo ela e o que virá é sua intensificação. Por semanas a população de Manaus teve suas casas e pulmões invadidos pela fumaça das queimadas na Amazônia. Os rios da floresta estão com contaminação de mercúrio devido à mineração. O cerrado segue a caminho de se extinguir, a floresta amazônica atualmente emite mais CO₂ do que absorve, Maceió afunda em um buraco sem fim que serve bem como metáfora da situação a que o capitalismo está levando à humanidade. Todas as previsões apontam para uma escassez de água e alimentos em escala global em curto prazo, mas a insanidade capitalista só acelera mais e mais a marcha rumo à extinção da humanidade. Seja por uma 3ª Guerra Mundial, caso a nova guerra fria escale nesse sentido, seja pela devastação ambiental. Não se trata mais do mundo ter dois caminhos, socialismo ou barbárie. A barbárie já está aí. A única possibilidade de reverter isso é com uma revolução socialista mundial. Não

há meio-termo: se a classe trabalhadora não conseguir se organizar contra suas direções capituladoras, tomar o poder em suas mãos, expropriando a burguesia em escala mundial e reorganizando, com a força de sua revolução, toda a economia planetária de forma a reverter a destruição ambiental brutal que já vivenciamos, o que está colocado é a destruição da humanidade. Não existe futuro sem revolução.

Situação no Brasil

O governo burguês típico de Lula-Alckmin segue atacando a natureza e a classe trabalhadora sem nenhuma oposição de esquerda. A caricata (e forte) oposição de ultra-direita segue se colocando como a única alternativa ao lulismo e, no caso de uma não inesperada crise econômica explodir (dado o cenário mundial e o papel periférico do Brasil) será quem poderá encampar a decepção da população. Apesar disso, a dita “esquerda” segue completamente submissa ao governo, e incapaz de qualquer tipo de mobilização real por um programa da nossa classe. As lutas que surgem são isoladas e desviadas pelas direções, mesmo que sejam lutas contra governos de ultra-direita, como o de Tarcísio em São Paulo.

A estratégia do governo tem se mostrado até agora bastante eficiente: no que é prioritário para a fração burguesa que o apoia, todas as verbas e toda a pressão no Congresso é usada. Foi assim com a nova Lei do Teto, com a Reforma Tributária e com a indicação de Flávio Dino ao STF. Já com relação a questões absolutamente vitais para a classe trabalhadora como a revogação do NEM e o Marco Temporal, o governo deixa correr solto no Congresso, libera sua base e, em caso de derrota, a culpa é da população que votou mal e não há o que se fazer.

Além desse aspecto mais gritante, literalmente nos subterrâneos tem muita coisa avançando. A mineração em terras indígenas segue, com todo apoio do governo federal. A Frente pela Mineração na Amazônia é dirigida pelo PT. O processo de cooptação de lideranças indígenas, as levando a trair seus povos tem se intensificado. O PT, que construiu Belo Monte está agora construindo uma nova transamazônica que, se concretizada, será uma via direta para a exploração do subsolo e o desmatamento da Amazônia.

Enquanto isso...

Como já dissemos, as maiores organizações da classe trabalhadora seguem com sua colaboração. Nunca concordamos com a denominação anti-marxista de “governo de colaboração de classes” que a direção de nosso sindicato utiliza para camuflar seu abandono do classismo, mas temos pleno acordo em falar de “sindicalismo de colaboração de classes”.

Semeando ilusões como a de “governo em disputa”, comemorando a instalação de “mesas de enrolação” como se fossem por si só uma vitória, o ANDES-SN segue a mesma rotina da ampla maioria das organizações da nossa classe: falsa independência, mal disfarçada através de ações inócuas de “pressão parlamentar” e atos puramente formais, “pra cumprir tabela”.

O conjunto das direções se justifica dizendo que é o possível, senão a ultra-direita volta. O fato é que a ultra-direita nunca se foi, embora tenha sido apeada do governo. Só o que pode derrotar de vez a ultra-direita e a burguesia como um todo é a organização e a ação da classe trabalhadora, em torno de seu programa e com seus métodos que, como já

dissemos, é a única coisa que pode impedir a completa destruição da humanidade pelo capitalismo.

Enquanto o mundo sangra através de veias abertas em todos os continentes, a “esquerda oficial” faz abaixo-assinados e não chama a luta de verdade. É imprescindível a construção de uma oposição revolucionária a toda a burguesia e todos os seus governos, Lula e Alckmin a frente. Só com os métodos de luta construídos historicamente por nossa classe, como greves, ocupações, fechamento de ruas e estradas, piquetes, é poderemos vencer. Só a organização classista, revolucionária e socialista dos trabalhadores pode apresentar alternativas para a classe trabalhadora, para além da falsa polarização entre lulalckmismo e bolsonarismo. Isso é o que este Congresso deveria estar discutindo: como mobilizar nossas bases, como transformar a indignação em ação. Infelizmente, não temos nenhuma esperança que isso vá ocorrer. Para além das falsas polêmicas de ocasião e dos debates inflamados sobre o nada, é quase certo que não sairemos de Fortaleza com um programa e um plano de ações minimamente capazes de começar a enfrentar os desafios gigantescos que estão colocados. Enquanto isso, o tempo da humanidade vai se esgotando...

TEXTO 4

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da Adua: André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva.

PLANO DE LUTAS DAS IFES: ROMPER A COLABORAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL, PARA ERGUER A LUTA CONTRA OS CORTES DE VERBAS E O PRIVATISMO, E PELA REAL AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E POR UM ÚNICO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICO E GRATUITO, SOB CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA

TEXTO DE APOIO

Avanço da barbárie mundial capitalista e resistência das massas exploradas

Três grandes tendências interligadas afetam as massas no mundo inteiro: 1) a tendência às guerras; 2) a tendência aos desastres ambientais; 3) a tendência de precarização do trabalho e destruição de direitos. Essas três tendências decorrem da crise mundial do capitalismo, em sua fase de decomposição, esgotado o período de recomposição de forças produtivas decorrente da destruição causada pela 2ª Guerra Mundial. Novamente, se recolocam, como as forças de um tsunami, as contradições entre as relações de produção e distribuição vigentes com as forças produtivas altamente potenciadas, e entre estas e as fronteiras nacionais. Novamente, se recoloca a necessidade histórica de sepultar o capitalismo e iniciar o processo de transição ao socialismo por meio das revoluções proletárias e políticas.

As potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos, seguidos por Europa e Japão, embarcaram numa fase de liquidação de suas forças produtivas internas, decaindo drasticamente em sua participação na produção industrial e agrícola mundiais, nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, a Rússia superou a fase de destruição de forças produtivas causadas pelo processo de privatizações da era Yeltsin, e se recolocou no comércio mundial como país credor, na condição de Estado Operário degenerado, em que as forças produtivas permanecem sob controle estatal, fruto direto da revolução proletária de 1917, mas manejadas por uma burocracia contrarrevolucionária, que mudou as formas políticas mas continua usurpando a propriedade nacionalizada, fonte de seu poder e ganhos. Na China, Estado Operário degenerado que também passou a reforçar o controle estatal da economia nos anos 2000, as forças produtivas deram saltos, ocupando os espaços no comércio mundial deixados pelo retrocesso das economias das potências imperialistas. Nesses dois países, somente foi possível avançar a economia por causa do controle estatal sobre os principais ramos econômicos, elemento que bloqueou a ação da anarquia da produção e da concorrência capitalistas, que impulsionam a superprodução de valor.

Hoje, a China tem mais que o dobro da participação industrial mundial que os EUA, quase um terço de tudo o que se produz, e é o maior exportador mundial. A Rússia alcançou uma relativa autossuficiência e papel destacado na produção de fontes de energia, e ainda conseguiu expandir seus investimentos em certos setores, como o da indústria bélica e aeroespacial, e em semicolônias, como em países da África.

Essa situação, de declínio das potências e de fortalecimento das economias nacionalizadas pelas revoluções, leva inevitavelmente à agudização do choque de interesses, a um salto na guerra comercial. A desdolarização do comércio mundial é efeito direto desse choque. Os EUA caminham a passos largos para uma situação de retrocesso brutal das suas forças produtivas, aliado a uma alta inflacionária decorrente da corrosão da base mundial monetária de sua moeda. Mas a maior potência imperialista não assiste ao seu declínio de braços cruzados.

Sabe-se que o setor de indústria armamentista estadunidense é fortíssimo, e seu impulso arrasta a economia ianque, contrapondo-se às tendências de desindustrialização em sua economia. O que torna a guerra, por si só, em um negócio favorável ao imperialismo norte-americano. Adicione-se a isso que a destruição de forças produtivas em toda parte permite ativar setores da economia para sua reconstrução. E mais: a destruição das forças produtivas chinesas e russas permitiria uma grande recomposição mundial de forças produtivas concentradas nas mãos dos monopólios e capital financeiro internacional. Esse quadro incentiva os EUA no sentido das guerras em toda parte.

No caso da China e da Rússia, que procuram válvulas de escape para as tendências superprodutivas internas no comércio e no investimento internacionais, o contrário ocorre. As guerras são elementos de contenção dos negócios em expansão, e os gastos militares, elevados, que consomem grande parte dos orçamentos. As castas burocráticas que dirigem esses países não estão voltadas à luta anti-imperialista, anticapitalista, ao contrário, buscam apenas preservar a fonte de seu poder político e de seus ganhos. O que as conduz à busca incessante de acordos com o imperialismo, ainda que sejam sempre circunstanciais.

A guerra na Ucrânia é expressão dessas contradições. A Rússia buscou por dois anos estabelecer um acordo que mantivesse a Ucrânia fora da OTAN, de forma a não permitir que se fechasse o cerco militar que vem sendo montado há três décadas pelo imperialismo sobre o país. Somente com o fracasso dessa tentativa – de fato, o descumprimento de acordos firmados pela OTAN – e a continuidade da guerra civil no Leste ucraniano por

oito anos, pela qual os russos dessas regiões eram massacrados pelo governo burguês fascistoíde de Zelensky, foi que a burocracia interveio com seus métodos burocrático-militares na região. Mais de 50 países se empenharam militarmente em derrotar a Rússia nessa guerra, transformando a Ucrânia num enclave militar das potências imperialistas, tendo os EUA à frente. No campo da luta de classes mundial, o proletariado se coloca na trincheira oposta ao imperialismo, que é a burguesia mundial. Não se trata de apoiar Putin, nem sua burocracia, nem seus métodos. Trata-se de defender a conquista revolucionária da propriedade nacionalizada contra sua destruição pelo imperialismo. Por isso, a necessidade de estar ao lado da Rússia, pela derrota militar da OTAN na Ucrânia.

A tendência bélica dos EUA se manifesta hoje intensamente por meio de seu enclave no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel, que despeja um genocídio sobre a população palestina, principalmente em Gaza, mas também na Cisjordânia. Ninguém pode se enganar quanto aos discursos de “moderação” do governo de Biden: os EUA sustentam o genocídio em Gaza por meio do envio, ao Estado de Israel, de dezenas de toneladas semanais de armamentos e munição. A continuidade da guerra lhe é favorável economicamente. Ainda mais por conta de assumir o controle sobre uma região rica em minérios petrolíferos e gasosos. O expansionismo territorial de Israel, por meio do genocídio e da expulsão de um povo, coincide com os interesses e métodos aplicados pelo imperialismo nazista durante a 2ª Guerra Mundial. Bem antes de o Hamas ter colocado em prática seu ataque relâmpago a regiões israelenses, o Primeiro ministro Netanyahu já vinha preparando as condições para o massacre aos palestinos e para a anexação territorial, por meio da constituição de um governo bonapartista, subordinando os demais poderes às decisões monocráticas dele – isso já estava por trás da reforma judiciária.

A posição das massas mundiais foi de apoio aos palestinos. Em vários países, manifestações massivas, algumas realizadas apesar de proibidas, greves e bloqueio de portos, alistamento massivo para combater em defesa de Gaza, etc. – tudo isso criou uma enorme pressão sobre os governos e sobre a ação genocida de Israel, que teve de ceder a uma trégua de poucos dias.

Os governos de países vizinhos da Palestina chegaram a manifestar a possibilidade de apoiar militarmente o Hamas contra Israel. No entanto, os governos burocráticos contrarrevolucionários da China e Rússia agiram contra a expansão da guerra, em função de seus interesses econômicos imediatos. Isso recoloca a necessidade de revolução política nesses países, de forma a trazê-los de volta ao rumo da revolução socialista mundial.

A posição do proletariado mundial, novamente, está na trincheira oposta à do imperialismo ou de seus enclaves: pela derrota militar do sionismo e do imperialismo ianque na palestina. Ao lado do Hamas, sem apoiá-lo em seus métodos ou em sua política, mas na defesa incondicional do povo palestino.

O apoio às iniciativas bélicas imperialistas esbarra, porém, na resistência das massas. Os governos europeus, em vias de realização de eleições, têm de limitar seu apoio à guerra, apesar de sua subordinação aos EUA. Coloca-se concretamente a oposição entre o atendimento às reivindicações das massas e o fornecimento de armas e de dinheiro para a guerra. O que coloca, concretamente, para as massas oprimidas, a necessidade de defender a derrota militar da OTAN frente à Ucrânia, o fim do fornecimento de insumos à guerra, a saída de seus países da frente imperialista.

Destruição de direitos e da força viva de trabalho

Praticamente todos os governos, de direita ou de esquerda, no mundo todo, embarcaram na política de precarização do trabalho e destruição de direitos, com vistas a conseguir amenizar as quedas dos lucros monopolistas e para criar condições de sustento do parasitismo financeiro e, em alguns casos, do militarismo.

Por meio do corte de direitos sociais e sua privatização (Saúde, Educação, Previdência, etc.), os governos destinam recursos para o sustento do parasitismo financeiro, ainda que nas condições de retração econômica. Trata-se de um corte dos salários indiretos, em proveito dos capitalistas.

Também aprovam medidas de desregulamentação do trabalho, de forma a precarizá-lo e assim permitir que os exploradores tomem para si uma parte dos salários diretos, aumentando ainda a jornada de trabalho. Não é nem será possível ao capitalismo impor a robotização geral da produção, porque isso levaria ao desabamento dos preços e conseqüentemente dos lucros. A cada avanço tecnológico, é preciso preservar e aprofundar o atraso relativo nos países atrasados, de forma a preservar o valor médio mundial. E manter os lucros, à custa da redução dos salários.

A esquerda em geral renunciou ao combate em defesa das condições elementares de vida das massas. O democratismo e o cretinismo parlamentar dominam a ação política de praticamente todas elas. A conciliação de classes mudou de forma, da busca por migalhas para conter as lutas, para a busca da negociação no próprio campo dos ataques, determinados pela classe dominante e seus governos, ou seja, no campo das perdas, e buscando anular ou fragmentar qualquer luta que surja.

O abandono das reivindicações em defesa da vida das massas pelas esquerdas, em nome da defesa da democracia burguesa, em decadência e se estreitando cada vez mais no mundo todo, é o que permite que forças da ultra-direita se apropriem dessas bandeiras, e alcancem os governos por meio da própria “democracia”. Ou seja, quando essas esquerdas se afundam na “defesa da democracia” imperialista, sob o pretexto de “combater a extrema-direita”, as massas buscam outras vias para expressar suas necessidades, e acabam fortalecendo essa mesma extrema-direita. Basta ver o que acontece nas eleições europeias, com a extrema-direita se potenciando na Espanha, França, Alemanha, Itália, Noruega, Polônia, etc., em detrimento das esquerdas.

O aumento brutal dos fenômenos climáticos destrutivos em 2023 recai totalmente sobre as massas exploradas, e prova que a burguesia e seus governos, também sejam eles de esquerda ou direita, são incapazes de proteger minimamente as massas e o ambiente da destruição cataclísmica.

Por dois séculos, as potências imperialistas se lambuzaram dos gases poluentes despejados na atmosfera. Destruíram florestas e montanhas. Poluíram os mares e oceanos. Hoje, passamos de 2°C acima da temperatura anterior à industrialização, e nos aproximamos rapidamente da marca de 3°C, que já impedirá a germinação de uma série de vegetais. A maior temperatura dos oceanos traz mais chuvas e mais fortes, com enchentes e inundações em algumas regiões, mas o aumento brutal de temperatura em outras traz secas e desertificação.

A COP 28 é reflexo da total impossibilidade da burguesia em responder a essa situação. Os maiores poluidores disparados, EUA e China, sequer compareceram. Os demais, que poluem pouco, sequer podem tomar alguma resolução efetiva, diante disso. A crise mundial capitalista e a guerra comercial obrigam a colocar as máquinas a todo vapor – leia-se mais poluição. O desmatamento, se é contido numa região, é ampliado em outra: o agronegócio tem de se expandir a todo custo.

A resistência das massas

As massas podem dar uma resposta ao descalabro da burguesia, com seus métodos de luta próprios e com independência de classe, exigindo medidas efetivas que combatam a poluição, salvem as populações ameaçadas pelos desastres, etc. E caminhem na direção do socialismo, única possibilidade de se impor totalmente o planejamento da produção, utilizando todos os meios e tecnologia disponíveis, para deixar a maior parte da natureza livre de intervenção humana destrutiva.

As massas no mundo todo estão aumentando sua mobilização. Operários das montadoras de veículos nos EUA impuseram suas reivindicações por meio de uma greve nacional. Na Europa, realizam-se as maiores manifestações da história, contra o genocídio dos palestinos, que podem avançar para a luta contra os capitalistas e seus governos. Na África, há um processo geral de rebelião das nacionalidades oprimidas pelas potências imperialistas, que ainda é controlado por frações nacionalistas burguesas. Na América Latina, a onda de mobilizações de 2018/2019 se retoma em parte dos países da região, e potencializa-se a luta de classes. No Oriente Médio, são milhões que se alistam para lutar ao lado dos palestinos. Esse quadro geral de avanço da luta de classes tem seus limites na ausência de direções revolucionárias, a ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista e de suas seções nacionais. A teoria do Socialismo Científico se mostra a cada dia válida e vigente, mas as esquerdas direitizadas se movem para a democracia imperialista, para o cretinismo parlamentar e para o democratismo subordinado às disputas interburguesas. Não é preciso inventar uma nova teoria: essa que foi formulada à custa do sangue do proletariado mundial em suas revoluções e tentativas de revolução deve ser aplicada às atuais condições, que comprovam seu acerto. O capitalismo não tem futuro, não se auto reformará. O futuro acontecerá por meio do socialismo, ou não haverá.

A real independência de classe diante do governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin é condição para a defesa verdadeira das reivindicações

A eleição de Lula/Alckmin foi uma mudança nas formas políticas do governo burguês no país. Bolsonaro, eleito sob a pressão do governo Trump para evitar a retomada do comando do Estado pelo PT em 2018, chegou ao final do mandato desgastado e em contradição com o então novo governo dos EUA, de Biden. Se Biden representou nos EUA uma mudança nas formas políticas do governo de lá, preservando a essência das políticas de Trump (guerra comercial, perseguição aos imigrantes, intervenção bélica na Ucrânia e na Palestina, etc.), Lula foi eleito sobre a base de uma frente ampla burguesa, que constituiu um governo de ampla unidade nacional da classe dominante, que se formou para dar continuidade à essência da política do governo anterior – preservar as contrarreformas já realizadas por Temer e Bolsonaro, armar um novo mecanismo de garantia fiscal para sustentar o parasitismo financeiro, dar continuidade às contrarreformas (tributária, administrativa), manter a submissão política exterior aos EUA. O governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin é pró-imperialista.

O governo Lula tem ainda a missão de amarrar as organizações de massa – centrais, sindicatos, UNE, MST, etc. – às políticas governamentais, aprofundando sua centralização política às medidas governamentais ditadas, e desenvolvendo a conciliação de classes em sua forma mais nociva: a de negociação, não mais de migalhas, mas das medidas de ataques às condições de vida e trabalho das massas, no campo estabelecido pelos capitalistas e seus governos. O apoio de quase todas as correntes de esquerda à sua

eleição, em 2022, as colocou sob o guarda-chuvas governamental, e em apoio a um governo que não tem nada de reformista ou nacionalista, muito pelo contrário. O governo Lula é de ataques às condições de vida e trabalho das massas, e é de maior subordinação ao imperialismo, em detrimento de quaisquer interesses nacionais.

As características do governo Lula/Alckmin são ditadas pela tendência geral de direitização das burguesias de todo o mundo, decorrentes do agravamento da crise mundial do capitalismo em decomposição. Todo governo burguês, de direita ou esquerda, é um instrumento da burguesia nacional e internacional de defesa da sua ditadura de classe e de seus lucros e negócios. O capitalismo em decomposição não tem mais como realizar reformas para a melhora da vida das massas, ao contrário, tem de esmagá-las em benefício da superexploração do trabalho e do sustento do parasitismo financeiro. Toda e qualquer defesa das condições de vida e de trabalho das massas acaba chocando-se com o governo burguês de turno. Não tem como defender as reais necessidades das massas e o governo que as ataca, ao mesmo tempo. Por isso, a real independência de classe só pode ser praticada em luta pelas reivindicações, contra a burguesia e seu governo.

A essência da política econômica do governo Lula/Alckmin é o Arcabouço Fiscal, ou seja, um novo teto de gastos, manejado de acordo com o crescimento ou baixa da economia, que garante o sustento do parasitismo financeiro, ainda que à custa de cortes nos gastos com os serviços sociais públicos, em especial a Saúde e a Educação, seja na redução dos orçamentos previstos a cada ano, seja, depois, no bloqueio ou no contingenciamento dos orçamentos planejados.

A chamada meta fiscal é uma corrente que amarra a possibilidade de investimento estatal, praticamente a única possibilidade de grandes inversões num país de capitalismo atrasado. Ainda que esteja sob responsabilidade de um “autônomo” Banco Central, as altas taxas de juros servem somente ao sustento dos bancos, e inibem a produção. A preservação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro esfolam as massas, aprofundando cada vez mais a precarização, a terceirização e o aumento dos anos de exploração da força de trabalho, e anulando a possibilidade de sustento da vida na velhice.

As contrarreformas de Lula/Alckmin dão continuidade a essa trajetória de ataques: a reforma tributária vai isentar setores capitalistas, sem reduzir a arrecadação geral (estima-se um aumento para 27,5% do PIB). Somente se pode concluir disso que as massas pagarão mais, especialmente a classe média. A reforma administrativa vai permitir a demissão de funcionários públicos, com o fim da estabilidade, salários mais baixos, com menos reajustes, e assim piores serviços à população assalariada, que vai se deparar com o aumento da terceirização.

Lula vetou a prorrogação da desoneração da folha de pagamento a 17 setores, implantada por Dilma e prorrogada pelos governos seguintes. Esse subsídio a empresas, com a renúncia à arrecadação de 20% sobre os salários ao INSS, foi vetado pela pressão dos parasitas da dívida pública: esse bilhões devem ir aos bolsos deles, e não mais aos dos empresários desses setores. A disputa interburguesa por cada fatia do orçamento deve estar subordinada ao objetivo estratégico de sustento do parasitismo financeiro. Nessa questão, assim como na questão dos juros da Selic, as direções sindicais se subordinaram às disputas entre as frações capitalistas, arrastando por trás delas as organizações de massas. Para os assalariados, não importa de fato se há mais ou menos inflação ou juros, se há mais ou menos subsídio a um ou outro setor capitalista. O que importa é a defesa dos salários e dos empregos, de forma a que sejam capazes de sustentar as famílias de assalariados. A luta dos explorados é contra os exploradores, e não ao lado de qualquer fração burguesa.

A desindustrialização prossegue nacionalmente. O fechamento de fábricas corresponde a um maior atraso relativo do país em relação às potências. O agronegócio vai tomando o lugar de dianteira na produção nacional. São os fundos de investimento e demais grupos capitalistas que investem e regulam a produção agropecuária. Esse quadro geral leva a que os empregos sejam ameaçados, e a natureza seja ainda mais devastada. As direções subordinadas ao governismo e metidas na conciliação de classes, em vez de organizarem a resistência unitária das massas, negociam as demissões com indenizações. Apesar de um recuo na devastação da Amazônia, o Cerrado é ainda mais devastado, e o desmatamento avança fortemente no Nordeste. Nem o governo Lula/Alckmin, nem as pressões ao parlamento e governos estaduais serão capazes de brejar essas tendências, que decorrem das necessidades capitalistas em uma conjuntura de crise mundial. É a organização independente e a unidade das massas ao redor das reivindicações que será capaz de enfrentar essa situação, com os métodos da luta de classes.

As privatizações são mais um mecanismo de favorecimento aos capitalistas. A entrega das estatais a preços vis e sob contratos fraudulentos permite que os capitalistas assumam as empresas e serviços praticamente sem gastos, e embolsando as taxas e os lucros. Quando as empresas estatizadas dão problemas, são socorridas com dinheiro público. Verbas extras são destinadas aos novos proprietários. Capitalismo sem risco. E as consequências são sofridas pelas massas, que têm péssima prestação de serviços, gastos elevados, e ficam à mercê dos urubus em questões essenciais como energia, saneamento e transportes. As direções subordinadas ao governo e à democracia burguesa em decomposição desviam as massas para o cretinismo parlamentar, para a pressão sobre os parlamentares eleitos pela burguesia em direitização, ávida pelo parasitismo. As reivindicações são levadas ao cemitério, sem choro nem vela. Isto quando há grande descontentamento entre as massas, que poderia ser revertido em mobilização, como na situação das privatizações no Estado de São Paulo.

Processa-se, a passos largos, uma mudança geral nas relações trabalhistas. Se o emprego aumenta, não é assentado em um alargamento da base econômica, e sim na recontração, muitas vezes sob relações precarizadas e terceirizadas, ou mesmo com carteira assinada, mas sob redução salarial. O salário mínimo é de fome. O imposto de renda incide sobre quem ganha de dois salários mínimos em diante. Enquanto isso, os bilionários com depósitos no exterior reclamam de ter de pagar uma migalha ao governo, para completar o saldo da meta fiscal. O grosso dos impostos recaem sobre os assalariados. Sustenta-se o parasitismo financeiro à custa da miséria das massas.

Os movimentos por direitos sociais, especialmente, os ligados à Saúde e à Educação enfrentam os ataques de diferentes governos, de esquerda ou de direita. As direções políticas apoiam certos governos e rejeitam, em discurso, outros. Atuam colaborando com os governos e a política do grande capital, ao não se levantarem contra as contrarreformas, os cortes de verbas para os serviços públicos, o fechamento de postos de trabalho e o rebaixamento salarial. No caso do movimento docente, há uma unidade das direções sindicais, tanto na Educação Básica quanto Superior, para apoiar o atual governo, buscando vias de “diálogo” e “negociação”, mesmo quando claramente o governo demonstra seus interesses prioritários e conduz o Estado em função das necessidades do grande capital financeiro. Governos municipais, estaduais e o federal, independentemente da matriz ideológica, de esquerda ou de direita, saqueiam os recursos da educação pública, seja repassando diretamente para o setor privado da educação, seja cortando e repassando para o pagamento dos juros da Dívida Pública. O exemplo do estado de São Paulo é sintomático: mesmo quando a chamada “ultra-direita” está no poder, na figura de

Tarcísio de Freitas, impondo a demissão, a precarização do trabalho e propondo o rebaixamento do percentual para a educação estadual, as direções do movimento docente não se erguem em manifestações, em paralisações do trabalho e em greve. E isso ocorre, tanto na educação básica, sob a direção da APEOESP, ou no caso das universidades paulistas, por meio do Fórum das Seis, que não impulsionou a greve na USP e nas demais universidades, que se chocavam objetivamente contra o governo “neofascista”.

No fundo, o movimento docente, em qualquer esfera, está entregue ao reformismo e às suas variantes, que esperam que milagrosamente as eleições e a pressão parlamentar resolvam os problemas criados pelo capitalismo atrasado do país, que reflete o domínio do grande capital nacional e internacional. Ainda assim, vemos movimentos de estudantes e professores ocorrerem nas escolas e nas universidades, o que demonstra a potencialidade em defender a educação pública e combater a política dos governos, como se viu na greve do movimento estudantil da USP, que lutava por contratação de docentes e por assistência estudantil.

A direção do ANDES-SN, comprometida politicamente com o atual governo, mostra-se, na verdade, comprometida com a política burguesa expressa no atual governo. Isto é, mesmo quando estouram movimentos de estudantes ou de docentes, como os que ocorreram no Paraná ou no Maranhão neste ano, são deixados isolados, mesmo que tratem das pautas que levantamos abstratamente nas Campanhas salariais. A defesa dos salários contra a corrosão imposta pelos governos e a defesa da recomposição dos orçamentos da educação, cortadas pela política de austeridade fiscal, foram objetivamente colocadas pelos vários movimentos, pequenos e isolados, que ocorreram em 2023. É preciso, apoiando e ampliando os movimentos existentes, combater a política dos governos e das direções sindicais do movimento docente. Só assim teremos condições de superar o atraso da luta em relação aos ataques colocados.

Estão dadas as condições para se construir um amplo e unitário movimento de massas em defesa de suas reivindicações, que se choque com os exploradores e seus governos. As massas têm pela frente a necessidade de ultrapassar a política de conciliação de classes e o governismo das direções, para se unirem sobre a base de uma plataforma de reivindicações, a serem defendidas pelos métodos da luta de classes, com um movimento nacional organizado a partir da mais ampla democracia operária e real independência de classes. Assim, se dará um passo na direção da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês, iniciando a transição ao socialismo e libertando o país do parasitismo e exploração.

Romper com a colaboração de classe! Erguer as reivindicações e os métodos próprios dos explorados! Lutar por salários, direitos e empregos e contra as políticas de austeridade fiscal e o privatismo! Pela real independência do sindicato frente aos governos e aos partidos burgueses! Lutar contra a barbárie capitalista e pelo socialismo!

TEXTO 5

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Mendes Ricardo (Sindcefet-MG); Ailton Miranda (Adufpa); Aldair Andrade (Adua); Alessandro Bandeira Duarte (Adur); Alexandre Mendes (Adur); Amauri Fragoso de Medeiros (Adufcg); Ana Cartaxo (Ufsc); Andréa Gomes da Silva (Adusb); Antonio Gonçalves Filho (Apruma); Antonio Henriques Lemos Leite Filho (Ufg); Arturo Rodolfo Samana (Adusc); Aruã Silva de Lima (Adufal); Augusto Cerqueira (Apes); Bruno Anderson Matias da Rocha (Adufc); Bruno Bechara Maxta (Ufmg); Bruno Borja (Adur); Carlos Eduardo Veiga de Carvalho (Aduenf); Carlos Vitorio de Oliveira (Adusc); Caryne Braga (Aduenf); Claudio Anselmo de Souza Mendonça (Apruma); Cristina Miranda (Adufrj); Dan Gabriel D'onofre (Adur); Eblin Farage (Aduff); Edivania Alves (Adufpa); Elizabeth Barbosa (Aduff); Elizabeth Búrigo (Sind Andes Na Ufrgs); Emanuela Rútila Monteiro Chaves (Aduern); Emerson Sandro Da Silva Saraiva (Sinduea); Francisco Cancela (Aduneb); Gilberto A. Araújo (Adufpa); Gilberto Sassi (Ufba); Guilherme de Araújo Marques da Silva (Ufg); Haroldo Mendes (Adusb); Hayaldo Copque Fraga de Oliveira (Adusb); Irenisia Torres De Oliveira (Adufc); Iuri Santos Souza (Apur); Jacob Paiva (Adua); Jacqueline Rodrigues de Lima (Ufg); Jânio Roberto Diniz dos Santos (Adusb); Jaqueline Rabelo de Lima (Sinduece); José Alcimar de Oliveira (Adua); José Bezerra de Araújo (Adufcg); José Irelânio de Ataíde (Adufcg); José Luiz de França Filho (Adusc); José Miguel Bendrao Saldanha (Adufrj); Joselene Mota (Adufpa); Josias Alves (Adusb); Kathiúça Bertollo (Adufop); Kátia Lima Vallina (Adua); Lana Bleicher (Ufba); Laura Fonseca (Sind Andes na Ufrgs); Lena Espíndola (Sinduece); Leonardo Andrada (Apes); Livia Gomes dos Santos (Ufg); Lorena Figueiredo (Apes); Luciana Gama Fernandes (Adufcg); Luciano Queiroz (Adufcg); Luiz Henrique dos Santos Blume (Adusc); Marcos Tavares (Adusb); Maria Cecília Sousa de Castro (Aduff); Maria Teresa dos Santos (Ufsc); Mariana Trotta Dallalana Quintans (Adufrj); Marina Barbosa (Apes); Marina Cavalcanti Tedesco (Aduff); Muna Mohammad Odeh (Adunb); Neima de Oliveira (Adufs-Ba); Nilson de Souza Cardoso (Sinduece); Osvaldo Coggiola (Adusp); Patricia Araujo de Abreu Cara (Adusb); Patricia Limaverde Nascimento (Sinduece); Paulo Araquém Ramos Cairo (Adusb); Pedro da Costa Junior (Sinduece); Regina Ávila (Ufsc); Reinalda Souza Oliveira (Adufs-Ba); Renata Flores (Adufrj); Ricardo André Avelar de Nóbrega (Aduenf); Rivania Lúcia Moura de Assis (Aduern); Roberto Leher (Adufrj); Rodrigo da Cunha Nogueira (Adufop); Rubens Luiz Rodrigues (Apes); Sandra Cristina Ramos (Adusb); Sérgio Luiz Carmelo Barroso (Adusb); Silvana Do Nascimento (Adusb); Silvia Gonçalves (Adur); Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (Aduff); Sueli Goulart (Sind Andes Na Ufrgs); Susana Maria Maia (Aduff); Tadeu da Silva Macedo (Sinduea); Taise Cristina Gomes C. de Negreiros (Adunb); Tatiana Cotta (Adur); Thiago Barreto (Apes); Thiago Sebastião de Melo (Adunb); Victor Leandro Da Silva (Sinduea); Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araujo (Aduff); Virginia Marcia Assunção Viana (Sinduece); Wellington Augusto (Adur); Wesley Amaral Vieira (Adusb) E Zaira Fonseca (Sinduepa)

OS DESAFIOS DO MOVIMENTO DOCENTE NA DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA CARREIRA DOCENTE: construir a mobilização com e a partir da base.

TEXTO DE APOIO

“Se vejo uma árvore que não está em bom estado, vou cuidar dela e ela vai servir tanto para mim como para os demais seres. Existe uma árvore na Caatinga chamada jacurutu. A jacurutu é uma árvore espinhosa, frondosa, que cresce muito. Ela é medicinal, mas não dá frutos para nós. No entanto, ela dá sombra para todo mundo, o ano inteiro, o que é uma forma de compartilhamento. Quando precisamos de uma bendita sombra para aliviar o sol, a jacurutu nos acolhe. Um pé de jacurutu, para nós, é como uma marquise para quem vive na cidade.” (Nego Bispo, p 21, 2023)

A Universidade, esta árvore frondosa que não se encontra em bom estado, precisa ser cuidada. Ao contrário da jacurutu, a Universidade não nos cura, mas nos permite frutos. Nesse caso, precisamos cuidar dela, já que nos ensina Nego Bispo que precisamos cuidar de árvores que não estão bem. Devemos cuidar para que, mesmo que elas não nos sirvam, possam servir a outres e que este exercício de cuidar seja uma etapa pedagógica rumo a

um cuidar emancipatório, para um novo mundo. Este desafio está colocado ao ANDES-SN na medida em que lutar pela defesa da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, é parte desse processo.

Diante de uma conjuntura nacional e internacional que desafia a sociabilidade, a vida e humanidade das relações sociais, impostas pelas demandas do desenvolvimento capitalista na busca de sua revitalização permanente, o movimento docente do ensino superior se encontra em uma quadra histórica decisiva para sua organização coletiva, autônoma, independente, mas que seja pela base, considerando de forma simbiótica a relação entre classe-raça-gênero.

Os desafios de dialogar com o conjunto da categoria docente do ensino superior parecem se colocar como um dos elementos decisivos para a continuidade de um sindicato combativo, classista e de luta, como o ANDES-SN se constituiu ao longo dos seus 43 anos. As conexões que parecem óbvias para uma parte de nossa categoria, em especial para a vanguarda do movimento docente, entre as lutas mais gerais como as necessárias posições de nosso sindicato sobre as guerras e os extermínios mundiais em curso, como o são os conflitos entre Rússia e Ucrânia, Israel e Palestina, não se desdobram, para o conjunto dos/as/es docentes, em uma relação com o desenvolvimento capitalista imperialista, sua necessidade de revitalização dos lucros e a política ultraneoliberal implementada pelos Estados nacionais em um processo de constante retrocesso social, político, econômico, cultural, imposto pela perspectiva ideológica e material da produção mercantil capitalista. Uma ação que recai sobre as políticas nacionais, entre as quais a educação pública superior como uma avalanche de imposições regressivas, desestruturantes da política educacional, da previdência pública, das carreiras docentes, mercantilizadora, desresponsabilizadora do Estado e responsabilizadora dos indivíduos – em nosso caso, a comunidade acadêmica - pela sustentação financeira de instituições penalizadas a cada orçamento com programada insuficiência de investimentos políticos e financeiros para o desenvolvimento do tripé constitucional de ensino-pesquisa-extensão

As vinculações de processos em curso em países tão distintos e distantes, por vezes não se materializam na vida real dos/as/es docentes, o que nos impõem como desafio construir os nexos que articulam um sindicato envolvido com as questões centrais da vida docente, como condições de trabalho (considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão); salários; saúde docente; combate ao assédio e todas as formas de preconceito no interior da comunidade acadêmica, com as lutas gerais. A posição do sindicato contra toda e qualquer forma de opressão e violência, seja na Ásia, na África ou nas periferias do Brasil, o combate às diversas formas de violência que são estruturantes do capitalismo, e que em países de capitalismo tardio, como o Brasil, são agregadas das particularidades patriarcal, racista, machista, lgbtfóbica, misógina, capacitista se articulando – no momento de ultraconservadorismo, em fase de profascismo - com fundamentalismo religioso, militarização da vida e mercantilização dos direitos sociais, são elementos estruturantes para compreender os desafios para a defesa da educação pública e democratização da universidade. Construir os vínculos de um sindicato classista, que parte da base material e real de sua categoria, considerando suas lutas imediatas e conectando-as aos elementos estruturantes, parece ser uma tarefa central da conjuntura. É central dar corpo às construções coletivas, para superar a lógica neoliberal e pós-moderna dos sujeitos atomizados, que buscam a resignação, a meritocracia carreirista, o empoderamento pessoal, o imediatismo. Superar a indiferença e o individualismo identitário, que tem assolado as organizações coletivas, é uma tarefa na busca do ideário classista, simbioticamente articulado com raça e gênero, para busquemos a luta emancipatória.

O diálogo com a categoria docente é ação central no próximo período, para que a ação sindical não se restrinja ao possível dentro da ordem, ao imediato rebaixado pela ameaça da extrema-direita, à conciliação do inconciliável, à subordinação do movimento sindical em nome da governabilidade. É necessário pensar os desafios do movimento sindical considerando: i) a intensificação da precarização das condições de trabalho, com sucessivos cortes de verbas, redução de investimento em pesquisa e extensão, e a não estruturação do processo de curricularização da extensão nas instituições de ensino; ii) processo de refuncionalização do Estado, que a cada contrarreforma impõe mais desobrigação estatal às demandas da população, retira direitos, esvazia políticas públicas e amplia o tempo de serviço e de contribuição sobre o conjunto da classe trabalhadora, com ênfase no funcionalismo público, considerado ‘privilegiado’ pela leitura neoliberal da realidade; iii) o perfil docente, advindo de uma geração fruto da desmobilização social, da regressão e da fase neoliberal do individualismo e da competição, que nessa esteira da realidade, tende a atuar de forma mais competitiva e menos colaborativa, solidária e coletiva. Docentes que de forma generalizada aprendem a competir para pontuar no Lattes e assim ter mais chances nos concursos, que por vezes já atravessam processos de adoecimento, fruto de uma vida competitiva e pela busca incessante do ‘sucesso’ profissional; iv) a fragmentação no interior da esquerda e a luta fratricida, que por vezes domina também o campo da esquerda socialista, causando adoecimentos, competições e disputas que favorecem a extrema-direita, a direita e também a conciliação de classes. Além disso, as tentativas de tornar o sindicato um braço de governos, administrações centrais e partidos, comprometendo o princípio da autonomia e independência de classes, que não deve ser confundido com autonomismo, menos ainda com antipartidarismo; v) as transformações no mundo do trabalho que impactam as exigências à formação profissional em todas as áreas, assim como o processo de uberização do trabalho e do espraiamento da lógica mercantilista do empreendedorismo e do ‘patrão de si mesmo’, verdadeira expressão do capitalismo pandemônico e virótico, nos termos apontados pelo professor Ricardo Antunes; vi) o recrudescimento do conservadorismo que se espraia pela sociedade, rebatendo de forma importante nas instituições de ensino públicas, cada vez mais eivadas de perseguições políticas, de expressões de fundamentalismo religioso, de assédios, de competição e intolerância. Aqui, mais uma vez vale registrar o processo das 22 intervenções do Ministério da Educação durante o governo de Jair Bolsonaro, que em explícita ação autoritária e de desrespeito às comunidades acadêmicas, nomeou interventores para as instituições de ensino, sendo estes membros da própria comunidade acadêmica, ou seja, um ‘colega’; vii) a ampliação e disseminação do uso das tecnologias da informação nos processos de trabalho das instituições de ensino, em sua maioria, com os custos arcados pelos servidores, em constante substituição das atividades presenciais, sejam aulas, pesquisa, extensão ou o trabalho técnico administrativo. Fato que deve ser considerado e analisado pelo movimento sindical como um processo de invisibilização do trabalho nas instituições de ensino, o que implica em fragilização das relações de trabalho entre os/as/es docentes, dificulta a mobilização e o ‘acesso’ do sindicato ao/a professor(a)(e), esvaziando, gradativamente, os espaços de construção dialógica e coletiva, próprias dos processos educativos e dos espaços que almejam contribuir para a construção de uma educação emancipatória.

Posto isso, nos parece central debater quais os desafios, diante da conjuntura, que estão postos para o ANDES-SN neste ano. Aqui não se trata de mensurar a médio e longo prazo, mas tendo a quadra histórica como referência, traçar táticas e estratégias para o próximo período. Um ano em que nos depararemos, seja nas instituições federais, nas estaduais e

nas municipais, nas Universidades, Institutos Federais e CEFET, com a ampliação da precarização e do achatamento salarial, se não ampliarmos a mobilização.

Já nos parece explícito, como já estava, desde as disputas eleitorais para o Sindicato Nacional, que se construíram propostas de caminhos entre a manutenção da autonomia do ANDES-SN de partidos, governos e reitorias e o de tornar o Sindicato Nacional um esteio de sustentação de governos, partidos e reitorias. Mesmo que o primeiro projeto tenha vencido, é necessário estarmos atentos às disputas na base e às contradições postas, para que no próximo período avancemos na consolidação e ampliação desse projeto.

Nesse sentido é necessário que se destaque os processos em curso desde a eleição, no sentido de deslegitimar o ANDES-SN como entidade representativa dos docentes, não por coincidência, por parte do grupo que no início dos anos 2000 criou uma ‘entidade’, com o objetivo de destruir o Sindicato Nacional. E mesmo que não tenha logrado êxito nesse âmbito, conseguiu assentar as bases para as contrarreformas dos 13 anos iniciais dos governos do PT, a exemplo do FUNPRESP, da EBSEH, da contrarreforma da previdência, entre outras. Assim como mantém nas mesas de negociação uma organização que sequer tem legalidade sindical. Ao mesmo tempo, como uma nova estratégia, disputa dentro do ANDES-SN, buscando seu esvaziamento e, à revelia das construções coletivas pautadas no FONASEFE e na reunião do Setor das Federais, cria formas de ‘negociar’ diretamente com o governo, via parlamento, desconsiderando as instâncias do Sindicato Nacional e dos Servidores Públicos Federais, buscando seu esvaziamento. Ao mesmo tempo, fortalece o personalismo partidário, busca deslegitimar a entidade sindical e contribui para o processo de desmobilização da categoria, criando a impressão de que ‘os acordos’ são o único mecanismo de avançar nas conquistas, desmobilizando para as assembleias de base, as paralisações, as mobilizações conjuntas dos servidores públicos, e apostando no *lobby* como estratégia política principal.

Nós, do Coletivo Docente Andes de Luta e pela Base (ALB), compreendemos que outras estratégias são necessárias para as construções políticas, que dialoguem com os desafios postos, pela conjuntura, ao movimento docente. Nossa tarefa central é ampliar a articulação com a nossa base, em todas as instituições de ensino, ampliando o número de sindicalizados e a nossa mobilização. Para enfrentar os ataques, a normalização da exacerbação do conservadorismo, da extrema-direita, das políticas regressivas dos diferentes governos e das administrações centrais, é necessário expandir a participação de nossa categoria nas lutas para assegurar direitos e em defesa da educação superior pública.

Dialogar com a totalidade da vida e das relações sociais, no atual estágio da crise capitalista, que impõe a proliferação da ideologia dominante e do pensamento único como a forma de ser das relações sociais, passa por contribuir para desnudar a relação cotidiana estabelecida no mundo do trabalho no interior das instituições de ensino. Para tanto, apontamos como elementos de mobilização e envolvimento da categoria:

- ✓ A diversidade da categoria, que deve considerar as particularidades das distintas áreas de formação e os processos para ingresso nas instituições públicas de ensino;
- ✓ A visibilidade e o combate a todas as formas de opressão no interior das instituições de ensino, ampliando o combate ao assédio sexual e moral, ao machismo, à misoginia, ao sexismo, ao racismo, ao capacitismo e à Lgbtfobia, combate que deve ser acompanhado de fortalecimento de ações concretas no interior das instituições de ensino;
- ✓ O debate sobre as carreiras docentes e a necessidade de ajustes para atender a realidade de uma categoria, que em sua maioria entrou após grandes contrarreformas,

como a da previdência, de forma a atualizar a proposta de carreira do ANDES-SN, assim como a luta pelo direito à aposentadoria;

✓ O enfrentamento aos processos de progressão funcional no interior das instituições de ensino, que em algumas realidades colocam os/as/es docentes em condições de adoecimento mental para o cumprimento de metas e métricas, absolutamente produtivistas sem nenhuma oferta de estrutura para as condições de trabalho;

✓ O avanço na articulação no âmbito das comunidades acadêmicas, em especial com técnicos administrativos e estudantes, considerando que a luta em defesa das instituições públicas de educação passa pelo coletivo;

✓ Visibilizar os processos de privatização interna das instituições de ensino, como forma de demonstrar a mercantilização da educação, a imposição das parcerias público-privadas como condição para a realização do tripé ensino-pesquisa-extensão, que recai sobre a responsabilidade individual dos docentes e dos programas de pós-graduação, na busca incessante por editais e bolsas;

✓ Visibilizar, de forma ampla, para o conjunto da categoria, o avanço do ensino à distância; a desestruturação das instituições públicas, a ausência de obras e manutenção, a falta de estrutura socioambiental de trabalho diante das mudanças climáticas, a falta de concurso, que gera sobrecarga docente e adoecimento, e cada vez mais, uma maior elitização dos sistemas de pós-graduação geridos pela métrica das agências de fomento, entre outros assuntos do cotidiano da vida acadêmica.

Partindo desses e outros aspectos da vida cotidiana docente, será possível organizar a ampliação da mobilização, despertar o interesse pela vida sindical e ampliar o horizonte da luta corporativa para a luta classista, que envolve a relação com os demais movimentos sindicais, com os movimentos sociais e populares e com a luta pela construção de uma educação pública superior verdadeiramente popular.

Articular táticas e estratégias para atingir o/a trabalhador/a/e docente, sem perder o horizonte de um sindicato classista, mas que considera a realidade da conjuntura, parece ser um passo central para a ampliação da base docente sindicalizada. O horizonte classista é fundamental porque dirige a luta a um horizonte emancipatório, enquanto perspectivas imediatistas tornam a relação entre trabalhadores e sindicatos meramente cartoriais e mercadológicas, como se o sindicato fosse uma fonte de serviços.

Acessar a categoria, para mobilizar e pressionar para que o governo federal, de frente ampla, cumpra seus compromissos de campanha, e exigir que as pautas do movimento docente sejam atendidas. Ampliar e fortalecer a mobilização no primeiro semestre de 2024 é imprescindível para garantirmos a revogação da contrarreforma do ensino médio, da BNCC e BNC-Formação; o arquivamento definitivo da reforma administrativa, o impedimento da redução dos gastos com saúde e educação presente no arcabouço fiscal; a rejeição ao pacto dos agrotóxicos e a defesa do governo da privatização do sistema penitenciário brasileiro, assim como exigir uma efetiva mesa de negociação para as pautas: salarial, de carreira e condições de trabalho, que são centrais para o início de 2024.

Intensificar a mobilização coletiva, a partir das seções sindicais, e a construção de ações unitárias que fortaleçam o ANDES-SN, combater veementemente qualquer estratégia de construir entidades e movimentos paralelos, para blindar governos e reitorias, contribuindo para o apassivamento de nossa categoria e de nossa classe, são ações centrais no próximo período. O caminho do apassivamento é o elemento com o qual conta a extrema-direita para desarmar a classe trabalhadora de sua capacidade de mobilização e crítica. Por isso temos que ficar atentos e fortes, mobilizados contra todas as tentativas de retirada de direitos do governo federal e dos governos estaduais, assim como a todos os

ataques contra as instituições de ensino, nossas carreiras e a autonomia do movimento docente.

Juntos/as/es somos mais fortes! Fortalecer o ANDES-SN e a categoria docente, como ação estratégica no processo de construção das liberdades democráticas, aglutinando lutadores(as)(es) de nossa classe para combater o avanço da extrema direita, o neofascismo, e avançar na reorganização da classe trabalhadora!

TEXTO 6

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (Adufepe), Alessandro Teixeira Nóbrega (Aduern), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando César Paulino Pereira (Ufcat), Maria das Graças de Araújo (Adunir) Soraia de Carvalho (Adufepe), Valdir Anhucci (Sindunespar).

POR UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA PARA RESPONDER ÀS GUERRAS, CRISES E ATAQUES ÀS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DAS MASSAS. QUE O MOVIMENTO SINDICAL ROMPA COM O GOVERNISMO PARA LUTAR POR SALÁRIOS, EMPREGOS, DIREITOS E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES. ERGUER A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO LULA.

TEXTO DE APOIO

DAR UM FUTURO À HUMANIDADE DEPENDE DE ERGUER A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Torna-se cada vez mais visível que a continuidade do capitalismo coloca a humanidade sob ameaça de extinção. Seja pelo desenvolvimento de tendências bélicas que trazem em si germes de uma terceira guerra mundial entre potências atômicas; seja pela relação predatória com o meio ambiente levando a pandemias e a eventos climáticos extremos; ou mesmo pela aplicação da inteligência artificial em larga escala na produção, expulsando ainda mais parcelas da força de trabalho, ampliando o exército de desempregados, miseráveis e famélicos. Na base desses fenômenos, estão as contradições entre as forças produtivas altamente potenciadas, encarceradas nas fronteiras nacionais, e as relações de produção monopolistas. Tais contradições impulsionam as crises de superprodução e confirmam a decomposição do capitalismo em sua fase imperialista, onde não são possíveis reformas progressivas em larga escala, nem a manutenção das que foram duramente conquistadas no passado.

O fortalecimento das tendências bélicas, com conflitos e hostilidades em vários continentes, expõe que a partilha do mundo feita no fim da II Guerra Mundial (II GM) está esgotada e a disputa por fontes de matérias primas e mercados torna-se mais violenta. O crescimento da opressão nacional está conectado com as contrarreformas e maior exploração da força de trabalho. Mecanismos do capital monopolista para tentar reverter a tendência à queda na taxa de lucros. Os governos que se apresentam como progressistas, nacionalistas ou reformistas são incapazes de responder ao anseio das maiorias oprimidas. A desilusão inevitável joga parte significativa das massas nos braços da ultradireita. É preciso combater qualquer ilusão reformista, pois desvia os explorados da tarefa histórica

de retirar o poder das mãos da burguesia e edificar uma sociedade socialista, único caminho para interromper a barbárie e colocar as forças produtivas a serviço da própria humanidade.

Contra o genocídio na Palestina. Fora o imperialismo do Oriente Médio

O genocídio do povo Palestino por parte do Estado sionista de Israel é uma das manifestações da barbárie imperialista. A criação do enclave militar no Oriente Médio foi parte dos acordos do fim da II GM, firmados com a participação da URSS estalinizada. A ONU veste a máscara humanitária enquanto acoberta, sob a bandeira da partilha da Palestina em dois Estados, a expansão territorial de Israel. A mídia monopolista repercute mentiras grotescas sobre a ação de resistência do Hamas em 7 de outubro e a ultradireita manipula o sentimento religioso das massas arregimentadas pelo protestantismo. A caracterização do Hamas como “terrorista” visa justificar o banho de sangue na Faixa de Gaza. Não reivindicamos o programa nacionalista burguês do Hamas, organização com raízes obscurantistas do islamismo, mas o reconhecemos como produto da opressão nacional sofrida pelos árabes palestinos. Nos colocamos incondicionalmente ao lado da nação oprimida contra a opressora.

Com base no repúdio ao genocídio, movimentos de massas se ergueram no Oriente Médio, Europa, Estados Unidos, inclusive com a ação de setores da classe operária agindo para impedir o envio de armas. Trata-se de um embrião de uma frente única anti-imperialista, que não tem encontrado uma direção internacionalista para se expressar, fruto da ausência de um partido mundial da revolução socialista, uma Internacional, capaz de coordenar e organizar a revolta dos explorados contra tamanha barbárie. É descarado o roubo do território dos palestinos e expulsão por meio do terrorismo de Estado, com bombardeios, milhares de mortos, confinamento, bloqueio ao acesso a água, alimentos, energia elétrica, internet, medicamentos, etc. Em cerca de 60 dias, 1% da população de Gaza foi exterminada. Os mais de 75 anos de ocupação colonial atestam que não há como esperar soluções da ONU. O nacionalismo burguês e pequeno-burguês, laico ou religioso, também já se mostrou impotente para garantir a libertação da Palestina e a expulsão do imperialismo do Oriente Médio.

A única força social capaz de dar uma saída progressiva ao conflito é o proletariado. Uma direção classista e revolucionária teria de armar as massas oprimidas para enfrentar, com seus próprios métodos, o colonialismo sionista. O caminho é o da formação de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, em aliança com o campesinato. A tarefa democrática da autodeterminação nacional só tem como se realizar por meio de uma revolução socialista, capaz de criar uma Palestina una e socialista, integrada a uma União de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.

Choques na África com o colonialismo imperialista

O golpe de Estado no Níger esteve próximo de se transformar em guerra entre Estados africanos. Por seu caráter nacionalista, atingiu os interesses do imperialismo, principalmente o francês. A região do Sahel, formada por dez Estados, situada entre o Saara e as Savanas, no centro do Continente, há muito vive sobressaltada por conflitos armados, que expressam a instabilidade de toda a África. Níger e Mali são fontes de abastecimento de urânio para as potências. Os golpes de Estado e a instalação de ditaduras militares têm contado com o apoio das massas que assumem posições anti-imperialistas.

A aproximação da Rússia com alguns destes governos e a possibilidade de formação de uma aliança militar-econômica entre os países que realizaram os golpes — Mali, Guiné, Burkina Faso e Níger — expressa a vigência do nacionalismo burguês impotente, que não

tem como assegurar a libertação nacional e realizar as tarefas democráticas pendentes. A França e os Estados Unidos controlavam os Estados, valendo-se das divisões internas, do combate à insurgência islâmica e do envio de tropas ao sul do Saara. O intervencionismo militar do imperialismo, disfarçado pela missão de paz “União Africana”, coloca as nações umas contra as outras, utilizando-se dos governos entreguistas e corruptos. Essa é uma das funções da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que chegou a ser instada pelo imperialismo a intervir contra o novo governo militar do Níger, como fez em Gâmbia.

As bases militares dos Estados Unidos e da França continuam a refletir o velho colonialismo sob novas formas de dominação, bem como a política da “Guerra Fria”. Apesar da China ter apenas uma base militar na África, instalada em 2017, esta comparece como um ponto de partida para a sua expansão. Desde 2020, a informação é de que a Rússia planeja instalar bases militares em seis países africanos. Os crescentes choques impulsionados desde 2014 tendem a se expandir sob as condições de agravamento da guerra comercial e disputas pelas fontes de matérias-primas. A unidade dos povos africanos e a conquista da plena soberania sobre suas riquezas e vidas só tem como se realizar nos marcos de uma luta anti-imperialista e anticapitalista.

Pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo

O conflito na Ucrânia foi impulsionado pelo imperialismo estadunidense, ao lado de seus aliados europeus e da OTAN, que vêm fazendo dos ucranianos bucha de canhão em seu cerco à Rússia. O capitalismo em decomposição exige do imperialismo que avance na retomada de territórios nas regiões onde houve as revoluções proletárias, inclusive para destruir o que restou das antigas conquistas revolucionárias. Por outro lado, a Rússia se defende da ofensiva imperialista usando os ucranianos como escudo, recorrendo à opressão nacional, exercendo o papel de potência regional, com métodos burocrático-militares.

O envio de armas com grande capacidade destrutiva à Ucrânia pelos Estados Unidos, países europeus e a OTAN estabeleceu um campo de guerra que ameaçou ultrapassar os marcos iniciais. A tentativa de contraofensiva ucraniana fracassou. As duras sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos à Rússia não serviram para isolar Putin, mas golpearam a economia europeia com as pressões inflacionárias. As massas da Europa não ergueram um movimento internacionalista contra a guerra, porém expressam sua revolta com os efeitos econômicos e pressionam os governos. Tem havido um arrefecimento na entrega de armas e financiamento, seja na Europa como nos EUA, onde os republicanos vêm impondo limites aos dispêndios de recursos e armamentos canalizados por Biden.

Os Estados Unidos se valeram da guerra para movimentar sua indústria militar, obter um crescimento econômico e sustentar uma baixa taxa de desemprego. Mas, a alta inflacionária, o crescimento da dívida pública e a alta nas taxas de juros indicam contradições que reacendem as tendências de estagnação. Os choques entre republicanos e democratas em torno do orçamento vêm se agravando. Esses fatores internos e seus impactos eleitorais alimentam as divergências sobre as diretrizes da política externa. Um eventual fracasso na Ucrânia pode reverter os ganhos obtidos com a guerra. Tudo indica que essa mesma questão levou Biden a devolver o poder ao Talibã no Afeganistão, sob fortes críticas de parte dos republicanos. O empenho militarista agora se volta à Palestina, porém, com um fator novo que é o movimento de massas contra os compromissos do imperialismo estadunidense com o Estado militarista, colonialista e genocida de Israel. Seguem vigentes as bandeiras de fim da guerra de dominação na Ucrânia, por uma paz

sem anexações e sem os ditames do imperialismo, pelo desmantelamento da OTAN, fim das bases militares dos EUA e aliados na Europa e no mundo, em defesa da autodeterminação, da integralidade territorial e pela retirada das tropas russas da Ucrânia. Tais bandeiras dependem da unidade do proletariado europeu, sobretudo o russo e ucraniano, única força social capaz de expulsar o imperialismo da região e retomar o curso das transformações revolucionárias.

A vitória da ultradireita burguesa nacionalista e fascistizante em países como Eslováquia, Polônia, Hungria, Holanda, e no leste da Alemanha, expressam a situação sem saída da Europa, obrigada a seguir a política belicista dos EUA, sua ofensiva via OTAN sobre as ex-repúblicas soviéticas e seu choque com a Rússia/China, amargando alta inflacionária nos preços de alimentos e energia, oscilando entre a estagnação econômica e a recessão, e tendo que suportar a crise imigratória. As organizações socialdemocratas corrompidas e há muito apodrecidas não são capazes de uma saída. Seus governos encarnaram a falência do bloco europeu e sua política de opressão nacional (sob a capa da integração regional) e adotam medidas de piora das condições de vida.

Guerra comercial e escalada bélica

Uma nova crise do sistema financeiro segue rondando a economia estadunidense e mundial. A falência do Silicon Valey Bank e do Signature Bank expressaram a deterioração com as altas taxas de juros do banco central estadunidense (FED). Na Europa, a quebra do Credit Suisse abalou as bolsas e mercados. Nos EUA, o déficit fiscal, as pressões inflacionárias pós-pandemia, o elevado endividamento público, o déficit na balança comercial de quase US\$ 1 trilhão, têm alimentado o receio sobre uma próxima recessão em 2024.

A burguesia responde à crise com a destruição maciça de forças produtivas e com uma disputa mais voraz por fontes de matérias primas e mercados. A partilha do mundo feita após a II GM está esgotada e preparam-se enfrentamentos bélicos de grande magnitude. Os gastos militares no planeta bateram recorde em 2022, superando a marca de US\$ 2,2 trilhões. Os gastos militares da Europa cresceram 30% na última década, superando seus gastos no último ano da guerra fria. O imperialismo estadunidense tem pressionado os membros da OTAN a ampliarem seus gastos militares para 2% do PIB. A China ampliou seu orçamento militar beirando os US\$ 300 bilhões em armamentos, ainda longe do recorde de US\$ 877 bilhões dos EUA, mas o suficiente para se tornar a maior frota do mundo, embora com poder de fogo e tecnologias inferiores. Os gastos militares da China já correspondem a mais de 13% do orçamento mundial, enquanto a Rússia alcançou 3% — assim como a Arábia Saudita—, após aumentar em quase 10% seus gastos motivados pela guerra na Ucrânia. A Austrália, vinculada ao acordo do Aukus com EUA e Reino Unido, arma-se com submarinos nucleares. Por sua vez, Japão e Coreia do Sul prometem mais investimentos militares.

A produção de semicondutores está no centro da guerra comercial. Crescem os subsídios à indústria de semicondutores nos EUA e a proibição de exportar e prover o fornecimento de qualquer tecnologia à China. Os EUA pretendem controlar o mercado mundial de semicondutores e ditar para quem serão vendidos. Em resposta, a China reagiu proibindo a venda de chips ao país por parte da empresa norte-americana Micron Technology, que abriu sua fábrica na China em 2007, assim como proibiu a livre exportação de minerais raros para a confecção de chips.

As contradições em torno do processo de restauração capitalista na China, com o deslocamento de grandes indústrias dos EUA para a exploração do proletariado chinês,

tiveram como efeito a desindustrialização dos Estados Unidos e levaram ao fortalecimento econômico chinês, sob o controle do Partido Comunista. Com a explosão da crise de 2008 nos EUA, a China passou a acirrar as disputas de mercado, obtenção de matérias-primas, mudanças tecnológicas e ganhos de produtividade. O velho continente europeu passou a depender significativamente das relações com a China restauracionista, uma vez que essa se tornou um vasto campo de investimento de capitais e uma gigantesca importadora. Os Estados Unidos estabeleceram uma forte interdependência com o país asiático nas condições de declínio norte-americano e ascensão da economia chinesa. A China acumulou capital financeiro suficiente para se tornar um aplicador mundial, valendo-se do capitalismo de Estado. Está obrigada a se expandir por todos os continentes, e assim passou a colidir com os Estados Unidos que ditaram a ordem mundial após a II GM. É nessas condições que os EUA revisam sua posição de reconhecer Taiwan como parte do território da China e movem suas peças no Indo-Pacífico. São sintomáticos o abandono do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio, em 2019, o acordo Aukus, o estabelecimento do sistema de mísseis de longo alcance e a construção de uma nova base militar nas Filipinas.

Há um entrelaçamento dos conflitos armados ativos e dos que podem vir a ocorrer com a guerra comercial decretada pelo governo Trump e seguida fervorosamente pelo governo Biden. O imperativo de assegurar a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza, enviando uma força naval apontada ao Irã e aos países árabes, tem conexões com os choques entre EUA e China. Os EUA tentam impedir que a China ganhe força no Oriente Médio, como teve no passado a ex-URSS, e passe a influenciar a política dos países árabes e do Irã. A Rota da Seda coloca os chineses na África e Oriente Médio, com seus capitais disponíveis a financiar a política desses governos. O reforço do BRICS, com a inclusão da Arábia Saudita e Irã, colocou a China como uma ativa concorrente que constituiu laços nos continentes em que predominam as semicolônias. Independentemente da avaliação se os chineses serão capazes de dirigir um alinhamento voltado a romper a hegemonia dos estadunidenses, o fato é que está ocorrendo um realinhamento internacional, que tem sido denominado de Sul Global, tendo a China como carro-chefe. Os Estados Unidos agem para estender a OTAN ao Indo-Pacífico, onde se concentra o poderio chinês e se prepara uma conflagração de grande magnitude.

Fracasso dos governos “progressistas” na América Latina pavimentam o caminho para a ultradireita

A economia latino-americana não conseguiu se recuperar do retrocesso econômico provocado pela combinação da crise econômica e pandêmica, prolongada com a alta nos combustíveis e alimentos, puxada pelos efeitos das sanções decorrentes da Guerra na Ucrânia e da guerra comercial. Prevalcem as diretrizes das contrarreformas, que vêm destruindo velhas conquistas sociais. As dívidas públicas e externas se agigantaram e o parasitismo financeiro determina, em última instância, a conduta política dos governos burgueses, seja de direita, ultradireita ou esquerda. As oligarquias que controlam os Estados nacionais, ou são francamente pró-imperialistas, ou incapazes de oferecer resistências às pressões do capital financeiro e das potências. A alternância de governos de centro-direita, de centro-esquerda e de ultradireita, que sucedeu o período convulsivo dos golpes e das ditaduras militares, não estabilizou as democracias. Ao contrário, cresceu a instabilidade política na América Latina. O que expôs o fracasso dos governos de esquerda ou centro-esquerda, que não puderam eliminar os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas no Continente e empurraram os explorados a um maior nível de indignação absoluta e relativa.

Apesar de Cuba ter mostrado disposição de impulsionar a restauração capitalista, o imperialismo estadunidense mantém o brutal cerco econômico à ilha. A Venezuela foi destruída pelos mesmos métodos aplicados em Cuba. Esteve perto de sofrer uma intervenção dos Estados Unidos que não admitem o controle do petróleo pelos venezuelanos. Agora, a Venezuela se vê diante de uma ameaça militar devido ao fato de seu governo nacionalista pretender a anexação da região de Essequibo em função da antiga disputa com o imperialismo inglês que constituiu a Guiana. Esse mais recente conflito também tem em sua base as reservas petrolíferas. A classe operária e os demais trabalhadores inevitavelmente estão diante de uma crise de grande proporção que apenas começa a despontar na América Latina, historicamente saqueada e disciplinada pela força dos colonizadores e do imperialismo.

Os setores de esquerda que acompanharam a experiência de Castillo-Boluarte, com sua participação no governo ou com seu voto, no Peru, e com amplo apoio, na América Latina, semearam a ilusão de que se poderia “mudar o modelo neoliberal” a partir do governo. Devem tirar as conclusões dessa experiência que se frustrou logo no início, e acabou com a vice-presidente se colocando a serviço da direita, reprimindo brutalmente o povo. No Chile, o governo Boric, após militarizar o território Mapuche, vem perdendo cada vez mais popularidade e abrindo espaço para o crescimento da direita pinochetista que, inclusive, venceu as eleições para a nova Assembleia Constituinte chilena. Por mais que as lutas, por vezes insurrecionais, indiquem as tendências das massas se chocarem com as ilusões democráticas, não têm encontrado os meios para se projetar como luta internacionalista, o que confirma a urgência da superação da crise de direção revolucionária. Enquanto o movimento de massas permanecer dirigido pela política de conciliação de classes, ampliam-se as experiências de traição e derrota que, sem uma oposição revolucionária, concluem pavimentando o caminho para o ascenso de alternativas de ultradireita e até mesmo fascistas.

A vitória de Milei na Argentina expressou, por um lado, o fracasso histórico do peronismo kirchnerista em atender as reivindicações elementares dos trabalhadores e juventude, e, por outro, a disposição da burguesia em encontrar uma solução para seus negócios pela via do esmagamento da conciliação, do assistencialismo e dos direitos sociais/trabalhistas dos explorados. O nacional-reformismo se ergue como um obstáculo à independência de classe dos explorados. Procura conciliar a manutenção das contrarreformas com programas assistencialistas e uma retórica em favor dos oprimidos. Não conseguem se firmar como governos estáveis em meio à profunda crise política e sua capacidade de manobra tem se reduzido pela pressão da crise mundial, pelo desemprego/miséria das massas e pela incapacidade de atender as reivindicações da maioria oprimida. Conservam, contudo, a capacidade de amordaçar a classe operária e camponesa, estatizando suas organizações sindicais. O governo Lula tenta se equilibrar em meio aos conflitos internacionais, ora atendendo às pressões do imperialismo estadunidense, ora se aproximando da China, maior parceiro comercial do país. O Brasil não tem como sustentar uma posição soberana, considerando seu papel na divisão internacional do trabalho. Sua condição de dependência deixa o país mais vulnerável às oscilações da economia mundial.

Tendências da luta de classes

É fato que o peso da crise, da pandemia e das guerras foram e estão sendo descarregados sobre os ombros dos explorados, que pagam com seus empregos, seus direitos e suas vidas. É parte da destruição das forças produtivas a mutilação da força de trabalho. As massas reagem e a luta de classes assume formas explosivas, com destaque para a forte

greve geral na França, contra a “reforma” da previdência de Macron, imposta por cima do parlamento. Também na Europa, a onda de greves dos aeroportos em vários países, a greve de ferroviários, do funcionalismo público na Alemanha, de serviços como a Amazon, a greve dos garis em Paris, dos controladores de tráfego etc. mostram que a luta por salários, empregos e direitos tem impulsionado os explorados a ganhar as ruas com o método da ação direta. As greves metalúrgicas das três maiores montadoras nos EUA mostraram que a ofensiva da burguesia norte-americana sobre as condições de vida das massas, combinada com o declínio industrial e econômico dos EUA, nas últimas décadas, tem forçado a classe operária a reagir e a colidir com as direções sindicais vendidas. A desvalorização da força de trabalho tem se tornado um fenômeno generalizado. A defesa das reivindicações mais elementares se converte em motivo de enfrentamento com a política dos governos de descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

O movimento mundial de protesto contra o genocídio dos palestinos na Faixa de Gaza se destaca por se colocar em confronto com a opressão imperialista. As gigantescas manifestações na Inglaterra e Estados Unidos e os protestos nos principais países da Europa, apesar das proibições dos governos clamam pelo fim da matança. A decisão dos ferroviários belgas de boicotarem o envio de armas a Israel possibilitou mostrar o caminho mais consequente da luta proletária. Na América Latina, erguem-se manifestações massivas de combate ao colonialismo sionista e intervencionismo norte-americano. Nos países árabes e de maioria muçulmana as massas saíram às ruas. A dimensão internacional e o conteúdo anti-imperialista do movimento tem sido um dos mais vigorosos e significativos, desde as manifestações diante da guerra intervencionista dos Estados Unidos no Vietnã, encerrada em 1975. A falta de compreensão da íntima relação entre a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza se deve à política das direções reformistas e colaboracionistas, contrárias à ou incapazes de enfrentar uma situação de guerra com a linha e os métodos de luta do proletariado. A ampla mobilização mundial para condenar o Estado sionista e defender o povo palestino, nesse sentido, é um passo progressivo, que servirá à luta de resistência aos objetivos militaristas do imperialismo.

Apesar da disposição demonstrada nas lutas e resistências que se manifestam cotidianamente e tem possibilidades de se generalizar, considerando suas raízes comuns, a humanidade padece da mais grave das crises, a crise de direção. Os retrocessos político-organizativos do proletariado mundial, que teve seu ponto mais elevado com a destruição programática e, depois, física, da III Internacional, por parte do estalinismo, não puderam ser superados com a IV Internacional. Apesar de seu estilhaçamento após o assassinato de Trotsky e de inúmeros militantes, e da ação das correntes revisionistas, os fundamentos e o método do programa de transição seguem vigentes. O caminho para enfrentar a decomposição capitalista e dar um futuro à humanidade passa pela recuperação da tradição do marxismo revolucionário, do internacionalismo e dos métodos próprios do proletariado.

GOVERNO BURGUEÊS DE LULA/ALCKMIN DÁ CONTINUIDADE ÀS CONTRARREFORMAS, PRIVATIZAÇÕES E SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL FINANCEIRO

O primeiro ano do governo Lula/Alckmin deu mostras suficientes de seu caráter burguês e pró-imperialista. Não revogou nenhuma das contrarreformas do período Temer-Bolsonaro, principalmente a trabalhista e a previdenciária, e aponta ainda para a aprovação de outras, a exemplo da administrativa, cujo alvo principal é o fim da

estabilidade do funcionalismo. Na política exterior, Lula ensaiou uma linha de independência pacifista diante da guerra na Ucrânia, mas acabou se curvando aos ditames dos EUA, condenando a Rússia como se fosse ela a responsável pelo conflito. No caso da Palestina, a posição foi a de fazer coro com o imperialismo na condenação ao Hamas e na qualificação deste como “terrorista”, ainda que também faça condenações à “insanidade da guerra”, sem determinar seus responsáveis, e ao Estado de Israel, sem mover uma palha para romper os acordos econômicos, militares e diplomáticos com o Estado genocida.

A candidatura de Lula foi fruto da crise política e da disputa interburguesa. Seu governo é incapaz de estancar a crise, que teve como ápice a tentativa golpista de 08 de janeiro. Desde o primeiro momento foram incorporados ao governo partidos e políticos que sustentaram o governo Bolsonaro, como o União Brasil e o PSD. E a frente ampla tem se aberto ainda mais à direita, com a incorporação do Republicanos (do bolsonarista Tarcísio, governador de São Paulo) e o PP. A manutenção da governabilidade depende de atender às principais frações do capital: prioritariamente o capital financeiro, o agronegócio e as mineradoras, o que provoca atritos com a fração industrial nacional e inviabiliza concessões aos explorados.

Por mais que o novo governo se distinga de Bolsonaro em relação às tendências fascizantes, nem mesmo no combate ao obscurantismo consegue ter uma ruptura significativa, uma vez que depende dos partidos que arregimentam as massas por meio da religião. E segue com o fortalecimento do Estado policial, tendo como exemplo o recorde em letalidade policial por parte da polícia na Bahia, estado governado há vários mandatos pelo PT. Na economia, a linha de continuidade é mais visível. O governo não rompeu com o teto dos gastos, mas apenas o substituiu pelo “novo arcabouço fiscal”. A promessa de zerar o déficit primário da União em 2024, fechar o ano de 2025 com superávit de 0,5% do PIB e fechar o mandato com um superávit primário de 1% só tem como ser obtida por meio de ataques às massas por meio de privatizações, limitação nos investimentos públicos, arrocho e destruição de direitos do funcionalismo e cortes orçamentários. A promessa de ampliar a arrecadação por meio de maior tributação aos ricos não passa de retórica. Basta ver o anúncio de isenções de impostos para as indústrias automotivas com o pretexto de ampliar a oferta de carros ditos populares. Uma reforma tributária saída do governo e do Congresso Nacional inevitavelmente penalizará os mais pobres, que já arcam com uma estrutura tributária fortemente regressiva, centrada no consumo.

Crise política leva o governo a se subordinar cada vez mais ao parlamento oligárquico

Persistem os atritos entre os poderes, sobretudo envolvendo o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Sob o governo Bolsonaro, o choque institucional emergiu com força em torno da política do isolamento social. Bolsonaro e seus aliados denunciavam que o STF extrapolava suas funções passando a legislar. Agora, sob o governo Lula, os parlamentares aprovaram uma Emenda à Constituição que impede, em determinados casos, que os ministros do STF tomem decisões monocráticas. A ofensiva do Congresso representou uma posição de força política diante do poder judiciário. O voto favorável do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, colocou o Executivo em posição difícil, uma vez que o governo vive na dependência do Legislativo e do Judiciário. O que evidencia debilidade política e administrativa. As características oligárquicas da política burguesa exigem um Executivo altamente centralizador e autoritário. Sem a sua superposição ao Legislativo e Judiciário, a instabilidade governamental tende a crescer com a crise econômica estrutural e com a polarização entre

as classes sociais. É sintomática a manobra que Lula teve de fazer para indicar Flávio Dino para ministro do STF e, para a Procuradoria-Geral da República (PGR), o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, um notório reacionário. Lula ignorou a carta da “Coalizão pela Democracia”, que exortava o governo a não optar por Gonet, baseando-se no seu posicionamento pró-ditadura militar nos trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

O Executivo e o Congresso Nacional também se confrontam em torno dos vetos. O mais recente é a promessa do parlamento derrubar o veto de Lula à prorrogação da desoneração fiscal, que, por sinal, foi instituída no governo de Dilma Rousseff, em 2011. Os capitalistas deixaram de recolher 20% de alíquota de contribuição à Previdência, para contribuir entre 1% e 4% sobre a receita bruta. Foi um presente aos exploradores da força de trabalho e um golpe contra o INSS. Anos depois, em outubro de 2019, sob o governo Bolsonaro, o Senado aprovou a contrarreforma da Previdência. Os capitalistas protegeram os seus lucros e os credores da dívida pública ficaram mais tranquilos. A classe operária e demais trabalhadores foram penalizados. O problema, agora, está em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, precisa cumprir a meta fiscal estabelecida pelo novo Arcabouço Fiscal. Diante da possibilidade de descumpri-la, não houve uma alternativa senão vetar a prorrogação. Espera-se que o Congresso derrube o veto, e que se faça mais um conchavo que acabe recaindo sobre a maioria explorada.

Governo mantém a política privatista

No dia 06 de abril, o presidente Lula, por meio de um decreto, retirou sete empresas do Programa Nacional de Desestatização (PND) e três do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Dentre as retiradas do PND estão os Correios, EBC e Dataprev. Dezenas de empresas, porém, permaneceram. Mal tomou posse, o governo fez a sua primeira privatização. A entrega do metrô de Belo Horizonte (BH) ocorreu entre os dias 22 de dezembro de 2022 e 24 de março de 2023. Ainda que o processo tenha sido construído por Bolsonaro e Zema (governador de MG pelo Novo), com o desmembramento e estadualização prévios, a transação só foi possível após o aval da Casa Civil e assinatura do contrato de compra e venda pelo BNDES, o que ocorreu no dia 23 de março de 2023 e foi chancelado, no dia seguinte pelo governador. O Relatório do Grupo Técnico de Cidades do governo de transição recomendou a suspensão do leilão, Alckmin, na condição de coordenador da equipe de transição, encaminhou um ofício ao ministro Paulo Guedes defendendo a privatização do Metrô de BH e o leilão foi feito em 22 de dezembro. Essa movimentação se deu em meio à greve dos metroviários mineiros que, iludidos, deram seus votos aos novos algozes. Segundo declaração de 12 de janeiro de Rui Costa, Ministro da Casa Civil, essa foi a primeira de muitas outras privatizações: “Vamos modelar portos, aeroportos, projetos para atrair investimentos. Os que estavam prontos, como o metrô de Belo Horizonte, nós concordamos que ocorresse. Os outros, nós vamos ajustar a modelagem. Se é privatização, se é concessão, se é PPP, nós vamos identificar para cada projeto”.

A CBTU-MG, avaliada em R\$ 175 milhões foi vendida a meros R\$ 25 milhões e ainda receberá para a "modernização" e expansão R\$ 2,8 bilhões de recursos federais e R\$ 400 milhões de recursos do Estado de Minas. Ao longo dos 30 anos, a empresa deve investir apenas R\$ 400 milhões. Os trabalhadores, mesmo sendo concursados, passaram às mãos da empresa compradora, denunciada por trabalho escravo. O Ministério Público do Trabalho havia recomendado ao BNDES que não assinasse o contrato até que um plano para os 1.600 metroferroviários fosse apresentado. O governo Lula/Alckmin ignorou a recomendação. A postura de Alckmin não causa surpresa, tem um longo histórico de

privatização e corrupção nos metrô de São Paulo, onde foi governador pelo PSDB. Apesar do PT se valer ocasionalmente de uma retórica antiprivatista, realizou várias privatizações nos governos Lula e Dilma, inclusive em 2005 e 2015 haviam apresentado planos de privatização da CBTU. Mais perto da realidade do movimento docente universitário, está a EBSEH, que poderá servir de parâmetro para a Reforma Administrativa de Lula/Alckmin. E a privatização da previdência se alastrou na forma dos Fundos de Pensão, após a reforma previdenciária de Lula, em 2003.

Os metroviários mineiros lutaram e fizeram greves contra a privatização. Cruzaram os braços, em 2022, antes do leilão e em 2023 pelos direitos dos trabalhadores. Ante o movimento iniciado em 14 de fevereiro, a justiça burguesa determinou 70% de funcionamento e multa de R\$ 100 mil (depois aumentada para R\$ 200 mil) para o Sindimetro em caso de descumprimento. Mesmo assim, a categoria sustentou a paralisação por 34 dias. Mas o movimento, tanto em 2022 como em 2023, ficou isolado, fruto do eleitoralismo das direções dos sindicatos e centrais sindicais. Sem uma forte campanha nacional contra as privatizações e pelo direito irrestrito de greve, o judiciário aplicou duríssimas penalidades, com descontos salariais e bloqueio nas contas do sindicato.

A continuidade do privatismo também se manifesta no compromisso em não reestatizar a Eletrobrás, vendida em junho de 2022 sem que houvesse um movimento nacional de combate à entrega de um complexo energético constituído por 47 usinas hidrelétricas e 52% de toda água represada no país. As direções sindicais enganaram as bases com a ilusão de que bastava derrotar Bolsonaro nas urnas. Ocultaram que somente a luta das massas com seus métodos seria capaz de defender o patrimônio nacional e o direito dos trabalhadores. Avança também a privatização dos presídios, por meio de PPPs que inclusive permitem um ganho “por cabeça”, agravando o dramático encarceramento em massa, que atinge sobretudo a juventude negra. Em São Paulo, o movimento contra a privatização da Sabesp, metrô e trens colocou a possibilidade objetiva de um movimento nacional contra o entreguismo. Porém, as centrais sindicais mantêm os movimentos isolados, no máximo os utilizando para o desgaste eleitoral de governadores ainda não identificados com o governo Lula, mesmo com a incorporação de seus partidos à base do governo.

O fato é que as privatizações se multiplicam nos estados e municípios pelo Brasil afora, inclusive na modalidade de ampliação da terceirização. As privatizações respondem a uma necessidade do capital financeiro. O capitalismo em crise exige a quebra do controle estatal sobre a economia, de modo a permitir a valorização dos capitais excedentes explorando serviços outrora públicos. Diante do fenômeno da superprodução, uma massa extraordinária de valores não pode ser aplicada à produção, constituindo a fonte da especulação financeira. Os conglomerados monopolistas sobrevivem dessa jogatina desenfreada, lucrando em cima do parasitismo financeiro. Ao mesmo tempo, contam com o Estado para salvaguardar seus interesses nos momentos de quebra, pois, o Estado burguês é o Estado do capital financeiro. É urgente erguer os comitês unitários contra a privatização, convocar as assembleias presenciais de base e organizar o movimento grevista para lutar contra a entrega das estatais ao capital financeiro, levantando a bandeira de reestatização das empresas já privatizadas.

No campo, segue a marcha da privatização e desnacionalização do solo e subsolo, com graves consequências na expansão de fronteiras agrícolas e minerais. O mapeamento dos conflitos no campo, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra, tem mostrado como, na última década, a violência do agronegócio, madeireiras e mineradoras têm envolvido cada

vez mais os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas. A escalada nas mortes de lideranças quilombolas, cujo exemplo mais brutal foi o assassinato de Bernardete Pacífico expõe a sanha do capital, inclusive sob a cobertura de projetos “sustentáveis”, que passam a cercar esses territórios e aterrorizar suas populações. Ainda que a violência no campo tenha se agravado com Temer e Bolsonaro, tal expansão teve grande impulso nos governos anteriores do PT e se mantém no atual governo. As movimentações do governo indicam a continuidade das violações a esses povos, inclusive a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) teve de acionar o STF para que o governo desse continuidade às medidas de desintrusão do território Yanomami, cujos povos seguem padecendo de fome, doenças e todo tipo de violência. Além disso, o governo federal tem agido para garantir a exploração de potássio, por uma mineradora canadense, na Terra Indígena Mura, no sul do Amazonas. O governo persiste em seu objetivo de liberar a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, no Amapá, parte dos 451 blocos de petróleo em oferta ou concedidos na amazônia brasileira, sendo a maioria nas bacias da Foz do Amazonas e do Pará-Maranhão. E Lula liberou a sua base congressual para votar a favor do Marco Temporal, um ataque institucional sem precedentes à demarcação de terras indígenas reivindicadas pelos povos originários. O veto parcial de Lula foi denunciado inclusive pela APIB como a flexibilização da “boiada” e mesmo as partes vetadas ainda podem ser derrubadas pelo Congresso dominado pelos ruralistas, mineradoras e madeireiras, que também comandam vários ministérios.

Mal-estar com governismo leva a cisões no PSOL e PCB

Todos esses ataques não são suficientes para quebrar a subordinação do PSOL ao PT, seguido pelo PCB. O governismo provoca crises internas. Vale lembrar que o PSOL surgiu como uma cisão do PT após a reforma administrativa de Lula, em 2003 e se colocou como uma oposição que pretendia resgatar o “PT das origens”, reeditando o programa reformista, porém sem o impulso do movimento operário e popular que emergiu no contexto de crise da ditadura militar. O PCB, que integrou o primeiro governo de Lula, depois, junto com o PSOL e PSTU compôs a frente de esquerda, de conteúdo eleitoreiro. A direitização da política burguesa, o golpe contra Dilma e a interrupção da experiência das massas com o percurso de adaptação do PT à política burguesa e o imperativo de impulsionar as contrarreformas reabilitaram Lula e o PT. Agora, em nome do combate ao fascismo, o PSOL segue o PT em seu percurso de adaptação à política burguesa, se diretizando para poder viabilizar a candidatura de Guilherme Boulos à prefeitura de São Paulo. Algumas correntes internas como a Revolução Brasileira e CST romperam com o partido denunciando esse processo. No PCB, um grande racha também apresentou como um dos motivos a recusa da direção, justamente a ala que integra a diretoria do ANDES-SN, em se colocar como oposição ao governo federal que ataca as massas mantendo-se a reboque do PSOL.

O PSTU tenta reerguer uma oposição de esquerda tentando aglutinar corrente internas do PSOL e aquelas que se desgarraram, porém, o conteúdo dessa oposição é eleitoreiro, preparando a intervenção nas eleições municipais de 2024 e tentando capitalizar o inevitável desgaste do governo Lula/Alckmin. Mesmo com críticas ao governo, concluem alimentando ilusões no eleitoralismo, prometendo criar, por meio das eleições burguesas, um governo dos trabalhadores. A superação da crise de direção que se manifesta depende de se trabalhar com afinco para desenvolver a luta das massas por suas reivindicações, ajudá-las a fazer a experiência com as traições das burocracias sindicais e dos governos,

para que o movimento operário possa romper com as amarras imobilistas e possam se entroncar com o programa revolucionário.

Movimento Sindical segue amarrado ao governismo

Em 2023, não faltaram motivos para o movimento sindical se erguer em defesa de um salário mínimo de acordo com as necessidades das famílias trabalhadores, por emprego para todos, pelo fim do arrocho salarial do funcionalismo público, pela derrubada das contrarreformas, fim das terceirizações, reestatização do que foi privatizado, pela revogação integral do Novo Ensino Médio, dentre outros. Porém, o que se vê é a continuidade da política eleitoreira que se desenvolve desde o impeachment de Dilma, em 2016. Em vez de se organizar o combate com os métodos da luta de classes para impedir os ataques, sob os governos Temer e Bolsonaro, todas as energias foram direcionadas ao desgaste eleitoral e conduziram a uma frente junto com os mesmos setores do capital e partidos que conspiraram para remover Dilma do poder e sustentaram os governos direitistas.

O Primeiro de Maio de 2023 foi festivo, expressando a política de conciliação de classes das direções. Esteve de costas para as reivindicações das massas. Foram raras as exceções. A capitulação ao governismo, inclusive, tem levado a novos arranjos nas disputas sindicais. A desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas é parte deste movimento, fruto de uma frente oportunista entre o atual grupo dirigente (Resistência/PSOL e PCB) e PT. No magistério paulista, nas eleições para a APEOESP, correntes que faziam parte da Oposição nas eleições passadas, se juntaram à direção profundamente burocratizada do PT. O “Chapão” reuniu PT, PCdoB, parte do PSOL, PCB e PCO. Os Congressos da CUT e da UNE, no último ano, foram montados para blindar o governo diante das massas, objetivo encoberto pela retórica do combate ao fascismo. É preciso combater a ultradireita com os métodos da luta de classes e não blindando o governo que abre suas portas para os golpistas e atende prioritariamente seus interesses, barganhando com a vida dos explorados e oprimidos.

Nota-se no movimento sindical uma cristalização dos métodos adotados na pandemia, seja com a manutenção dos espaços de deliberação virtuais ou híbridos, que favorecem a atomização e passividade, seja com a continuidade dos atos "simbólicos", por delegação. Mesmo no caso em que direções sindicais se mostram críticas a determinadas medidas dos governos, há um abismo entre os discursos amplificados nas redes sociais e a construção da mobilização capaz de abrir caminhos à vitória. A conduta das direções do Fonasefe na campanha salarial ilustra bem como opera o governismo. Primeiro se rebaixa a reivindicação de reposição integral do que a inflação comeu dos salários nos últimos anos, substituindo por um índice "emergencial". Depois se saúda, por si só, as mesas de negociação do governo. Retarda-se ao máximo a convocatória de assembleias de base. Sem luta, a negociação não passa de uma farsa. Em 2023, o governo apenas atualizou o índice já deixado por Bolsonaro no orçamento. A mudança de valores entre a proposta inicial e a final não levaram a nenhum centavo a mais no montante previsto. Quando as bases foram consultadas, o movimento estava em um beco sem saída. As promessas de ter maiores ganhos nas próximas campanhas se espatifaram diante das metas do arcabouço fiscal, seus gatilhos e ações em benefício dos capitalistas. Nos primeiros dias de dezembro nenhum índice havia sido divulgado e as perspectivas de recuperar as perdas nas mesas de “enrolação” com o governo são nulas. A garantia do direito constitucional de reposição salarial depende exclusivamente da mobilização do funcionalismo público, com seus métodos históricos de greves, ocupações e grandes manifestações. As

conquistas não se darão em unidade ao governo, mas contra ele, por isso a necessidade da oposição revolucionária.

A direção do Andes-SN capitulou ao governismo. Uma direção classista não deveria abrir o ano na posse de Lula, prestigiando as posses de ministros, parabenizando a vitória de Lula/Alckmin, mas sim alertando a categoria para a necessidade de se organizar com independência, ainda mais pelas ilusões despertadas após todos os ataques de Temer e Bolsonaro. Assim, os discursos nas redes pela revogação das contrarreformas e contra o novo arcabouço fiscal, sem organização à altura, só servem para encobrir a continuidade do imobilismo. Não se enfrentará a voracidade do capital financeiro em torno da dívida pública, com as ilusões em uma auditoria cidadã. Não será o Congresso Nacional vendido que auditará tais despesas e repactuará um pagamento "justo". Qualquer enfrentamento dessa magnitude depende de uma luta anti-imperialista, insurrecional, em defesa das riquezas nacionais e da soberania do país. Trata-se da luta pelo não pagamento da dívida pública, erguida sobre contratos fraudulentos em benefício do capital financeiro.

Sem que as bases se coloquem em movimento por suas reivindicações, com os métodos próprios de classe operária, fortalece-se o sindicalismo de serviços que ganha cada vez mais espaço nas associações docentes. A burocracia sindical passa a agir com interesses próprios de autopreservação e aparelhamento em torno de seus projetos partidários. A nova diretoria (PCB, Resistência, LSR e outras correntes do PSOL) foi eleita com 43,17% dos votos (7.058 votos), menos de 2 pontos acima da chapa 3 do Renova/PT (6.763 votos). A chapa 2, de outros setores do PSOL e PSTU, teve 13,78%. Houve ainda 103 votos em branco e 174 nulos. Há uma grande abstenção, considerando que existem 65 mil filiados e chama a atenção que a chapa vitoriosa não chegou a conquistar metade dos votos. Procuramos articular uma quarta chapa da Frente Única Andes-SN Classista, mas não conseguimos cumprir os critérios para completar a nominata com 83 nomes, com participação de ao menos 50% de mulheres e distribuída por todas as regiões. Essa experiência nos mostrou a necessidade de fortalecer o campo classista, por meio da formação da Frente Única Andes-SN Classista, atualmente composta pela Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) e Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART). Consideramos importante pautar nos próximos encontros da categoria a defesa da proporcionalidade e da eleição em separado das direções nacional e regionais, garantindo que o sindicato seja, de fato, uma frente única da categoria, expressando suas bases e permitindo uma maior politização.

Da análise da conjuntura vemos que os principais desafios do movimento docente, em busca de unidade com o movimento sindical em geral, popular e estudantil, são:

- 1) livrar as suas organizações das amarras do governismo e erguer a oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin;
- 2) colocar em primeiro plano a luta pelas reivindicações de empregos, salários, direitos, terra, autodeterminação dos povos indígenas e fim das discriminações e opressões;
- 3) lançar um chamado às centrais sindicais, sindicatos e movimentos pela realização de um verdadeiro dia nacional de lutas, com greves, bloqueios de avenidas, ocupações e manifestações massivas;
- 4) buscar incansavelmente constituir os comitês de luta unificada, baseados na democracia das assembleias e plenárias;
- 5) defender a liberdade de manifestação e greve, contra todas as legislações em contrário e com fortes campanhas de solidariedade contra as demissões de grevistas e prisões de manifestantes.

Mudar os rumos da política de nosso sindicato e das organizações de massa em geral é urgente. É preciso ligar o combate pelas reivindicações à luta anticapitalista e anti-imperialista, à defesa da estratégia própria de poder, ou seja, do governo operário e camponês, resultado da revolução proletária.

TEXTO 7

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Ailton Cotrim Prates (Adufal), Amália Catharina Santos Cruz (Aduneb), Alberto Handfas (Adunifesp), Andréa Emilia Marques Stingenhen (Apufpr), Ascísio Pereira (Sedufsm), Benedito Gomes dos Santos Filho (Adufra), Benerval Santos (Adufu), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Clovis Piáu (Aduneb), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eliene Novaes Rocha (Adunb), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Elisa Guaraná de Castro (Adur), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (Adufpa), Fernando José de Paula Cunha (Adupb), Flávio Dantas Albuquerque Melo (Adufal), Frederico Costa (Sinduece), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Giovane Mota (Adufpa), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Janne Freitas (Adupe), Isabelle Meunier (Aduferpe), Jailton Lira (Adufal), Jocimar Lomba Albanez (Aduems), John Kennedy Ferreira (Apruma), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), José Tarcísio de Lima (Adufla), Juanito Vieira (Apesjf), Lenúcia Moura (Sinduece), Leonardo da Rocha Botega (Sedufsm), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenúcia Moura (Sinduece), Luis Antonio Pasquetti (Adunb), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Morschbacher (Sedufsm), Maria Jaqueline de Grammont (Adufsj), Marize Carvalho (Apub), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Adunb), Mayra Goulart da Silva (Adufrj), Melina Silva Alves (Adupb), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Pedro Silva (Sinduece), Rogério Añez (Adunemat), Sarah Muck Vieira (Apesjf), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcísio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf).

QUAL A TAREFA DO CONGRESSO DO ANDES-SN?

TEXTO DE APOIO

Para 2024, se anuncia num cenário difícil para a categoria docente do Ensino Superior e EBTT num quadro de guerra em todo mundo e de graves contradições políticas em nosso continente, como demonstra a eleição recente do candidato da extrema-direita na vizinha Argentina.

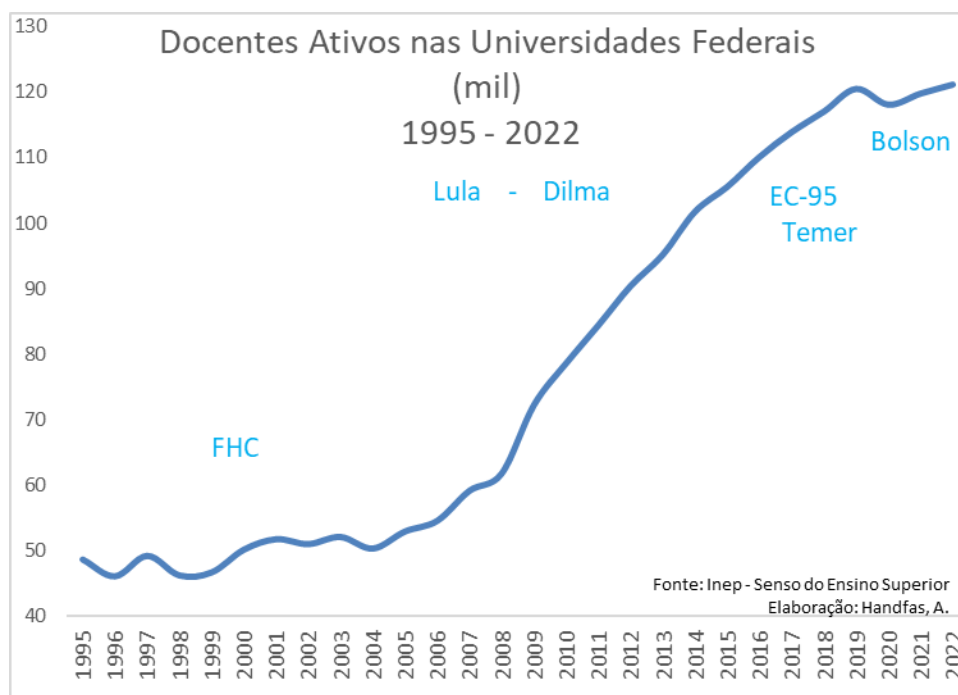
Numa situação complexa, onde convivemos com limitados avanços, mas ainda assim avanços, na reconstrução do país, e com retrocessos importantes no mundo e no nosso continente, do ponto de vista de nossa categoria, qual a tarefa que deveria cumprir um Congresso de nosso sindicato?

De modo geral, partimos nesta contribuição de uma premissa: o Congresso do ANDES-SN precisa começar por colocar o foco nas necessidades da categoria e por fazer um esforço, raramente feito, de entender as dificuldades reais de mobilização e suas causas.

FOCO NA CATEGORIA E NAS SUAS DEMANDAS

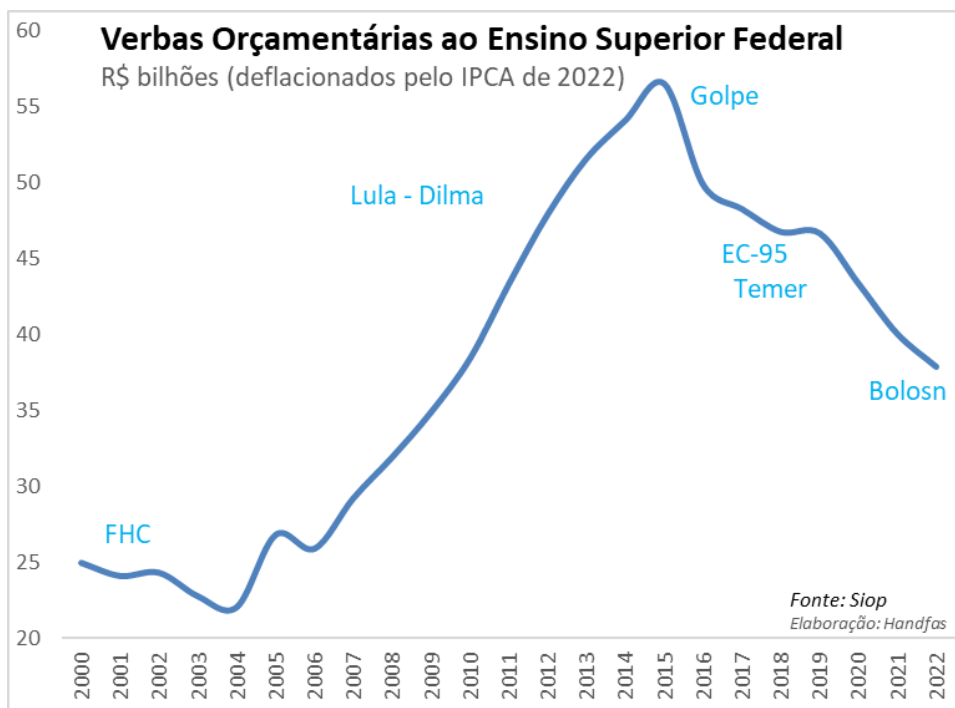
Num rápido retrospecto da esfera federal, podemos enxergar, nos últimos 20 anos uma contradição entre a evolução dos docentes ativos no Ensino Superior e a dotação orçamentária destinada às instituições, em particular nos últimos 5 ou 6 anos. Em que pese a existência de carência histórica significativa de docentes, ainda assim, a evolução da dotação se mostra insuficiente para sustentar o crescimento.

Figura 1 - Evolução do número de docentes ativos nas IFES:



De outro lado, temos um crescimento do número de instituições federais no período Lula e Dilma, rompendo com a imobilidade da era FHC que, exceto por duas pequenas universidades (que se mantiveram basicamente estagnadas em seu mandato), não criou universidades de fato, mas apenas transformou institutos/escolas federais que já existiam em “universidades” em um processo que mal ultrapassou a mudança do “título” (“Escola” ou “Instituto” para “Universidade”) sem, contudo, garantir suplementação de recursos materiais e humanos que efetivamente permitisse que deslanchassem em universidades de verdade, como, por exemplo, a UNIFESP, onde a EPM (Escola Paulista de Medicina) foi formalmente transformada nominalmente em universidade, até o Reuni em 2006, quando finalmente transformou-se em universidade de fato. E isso foi algo generalizado em todo o país.

Na segunda metade da década de 2010, notamos um crescente choque entre este crescimento da categoria e a evolução orçamentária. Ao observarmos o gráfico (Figura 2) com tais dados, fica mais claro o que ocorreu:



O ano de 2023 se encerra com mobilizações bastante limitadas, diga-se de passagem, relativas à campanha salarial dos SPFs 2023-2024.

Estamos realizando duas campanhas salariais em 2023. A primeira foi a campanha emergencial para recomposição de 9% e benefício do auxílio-alimentação, e agora estamos lutando por orçamento justo para 2024 com recomposição salarial, equiparação dos benefícios, concursos, reestruturações das carreiras, num quadro em que o orçamento já reflete o Novo Arcabouço Fiscal. Este, embora distinto do que foi o Teto de Gastos, segue limitando gravemente a urgente recomposição de verbas às despesas primárias, aos serviços públicos. Suas regras impediram, por exemplo, que houvesse qualquer dotação na PLOA-2024 para reajuste de servidores federais – exceto em caso de elevação extraordinária de receitas (arrecadação de impostos) até o primeiro trimestre do ano de 2024. Para garantir a continuidade da reposição das perdas, será necessária uma forte mobilização e unidade com demais categorias de servidores dos serviços públicos federais. Uma mobilização que pressione não apenas o executivo, mas também os congressistas.

Ao lado disso, a direita parlamentar retoma a ameaça da Reforma Administrativa. À campanha salarial deverá se adicionar uma mobilização que também pressione Lira a retirar e arquivar imediatamente a PEC-32.

A batalha por uma dotação orçamentária adequada para 2024 diz respeito a garantir a suplementação orçamentária às IFES e Institutos Federais e Colégios de Aplicação, associada à luta salarial, pelas condições de trabalho da docência (sobretudo em várias das universidades, institutos e *campi* da expansão). Embora as verbas de custeio e investimento na PLOA 2024 tenha recuperado os parcos recursos de 2023, o patamar segue muito inferior ao período anterior a 2016. Este aspecto é vital para a continuidade da implementação dos novos *campi*, novos concursos, recuperação plena de bolsas e programas de pesquisa, de pós-graduação e da permanência estudantil.

No âmbito da luta orçamentária é preciso recompor e ampliar significativamente as verbas do ensino público superior, bem como de todo o sistema público de ciência e tecnologia. Em abril de 2023, um repasse de R\$ 2,44 bilhões para o ensino superior e profissional e tecnológico no Brasil foi anunciado. A recomposição começa a reverter a curva descendente do orçamento das universidades e institutos federais dos últimos anos, e deve ser incorporada pelo movimento docente como uma conquista. Contudo a destruição promovida durante o período golpista foi profunda e este primeiro passo deve ser um ponto de apoio para a plena recomposição dos orçamentos.

O cenário não é diferente nos estados da Federação. De forma geral, mesmo que haja diferenças estado a estado, o acúmulo de pesadas perdas se repete, como também a ausência de um plano de recomposição, quase um ano após a posse dos atuais governadores. A luta da categoria em vários estados, mas com destaque aqui para o Paraná, mostra que vale a pena focar nas reivindicações concretas, valorizar pequenos avanços, insistir na negociação combinada com a mobilização e a pressão.

Apesar de seguidos encontros das seções sindicais das estaduais e municipais, e de resoluções tomadas em congressos e CONADs, o Sindicato Nacional não conseguiu estabelecer uma conexão e uma ação comum em nível nacional entre as lutas locais. Na maior parte das regionais, o ANDES-SN é um personagem externo aos acontecimentos que se desenvolvem no setor das IEEs e IMESs. Como consequência disto, as lutas que são desenvolvidas não obtêm da parte do Sindicato Nacional a repercussão necessária. Isto tem mantido as mobilizações locais num relativo isolamento nacional, sendo raras até mesmo as campanhas de solidariedade. A secundarização das lutas das estaduais e municipais é outro desafio a ser superado e deveria ser objeto de uma reflexão séria no Congresso.

No nível federal, há uma mesa de negociações vigente, assim como em alguns estados, mas no geral, tanto no plano da União como das unidades da federação, o avanço nas negociações econômicas ou é muito pequeno ou não existe, mesmo que haja conquistas no plano de alguns benefícios e pontos da carreira, o que não é o caso infelizmente da categoria docente.

É preciso valorizar a existência destas mesas e das pequenas conquistas, mas também as enxergar como pontos de apoio para a mobilização em cada instituição e local de trabalho. A negociação permanente não pode ser igualmente um substitutivo para a necessária luta no chão das instituições.

DISPUTAR O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

É preciso defender a educação como política pública integral, da creche ao ensino superior, passando pela defesa das estaduais do ensino superior e pelas reivindicações da carreira EBTT. Esta é a principal tarefa, o principal dever, a principal missão do ANDES-SN neste ano de 2023 e nos próximos anos: contribuir para mobilizar o conjunto da comunidade acadêmica, em conjunto com todas as entidades que compuseram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), em defesa da educação, da ciência e da tecnologia. Um passo importante foi dado neste sentido, quando o Congresso do ANDES-SN realizado em Rio Branco (AC), no ano de 2023, decidiu que nosso Sindicato Nacional deveria se libertar da CSP Conlutas e compor como observador o FNPE. É necessário ir além, retirando o que resta do isolacionismo no ANDES-SN e integrando plenamente o FNPE.

Neste sentido, a disputa pelo Plano Nacional de Educação é essencial. O ANDES-SN não pode assumir a condição de “comentarista crítico” do processo. É necessário, pelo mesmo método advogado acima de mobilização e negociação, disputar, do ponto de vista dos interesses populares e da docência, cada centímetro do novo PNE. Muitas seções sindicais já travaram esta batalha nas etapas municipais, regionais e estaduais da Conferência Nacional de Educação e é preciso generalizar a luta. Os que defendem a educação não escolhem o campo de batalha e devem intervir mesmo nos cenários que julgam desfavoráveis.

É obrigatória uma batalha no âmbito das conferências para recompor e ampliar significativamente as verbas do ensino público superior, por uma carreira nacional para os docentes universitários, IFs e colégios de aplicação, que seja referência e patamar mínimo para todas as instituições de ensino superior públicas e privadas; recursos para a recomposição dos salários dos profissionais do ensino superior; revisão do marco legal da ciência e tecnologia, que tem facilitado políticas de abertura e privatização de serviços nas universidades públicas e a proliferação de fundações privadas em instituições; eleição de reitores pela comunidade universitária, garantindo a autonomia universitária e democracia; retomada da expansão do ensino superior público e gratuito com a criação de novas universidades públicas e novos campi, novos IFs, não aos recursos públicos para o ensino superior privado; criação de fundo nacional comum de apoio e sustentação das IES estaduais públicas com recursos oriundos da União, por um Sistema Nacional de Instituições de Ensino Superior; fortalecimento e promoção do acesso, permanência e inclusão de jovens pertencentes aos grupos discriminados; retomada e expansão estrutural dos investimentos em extensão, ciências e tecnologia nas instituições públicas de ensino e pesquisa. Assim como seguir na batalha pela revogação do “Novo Ensino Médio” contra as modificações apresentadas pelo relator, Mendonça Filho, ao PL 5.230/2023, e pela retomada da Resolução 2/2015 para as diretrizes das Licenciaturas e pela revogação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

MUNDO EM GUERRA: DEFENDER O POVO PALESTINO E SEUS DIREITOS É DEFENDER A NÓS MESMOS

O momento em que nosso Congresso se reúne estará inevitavelmente marcado pela guerra. Depois da guerra que segue na Ucrânia, o Estado de Israel desencadeou uma ofensiva militar de extermínio contra o povo palestino. Uma nova guerra que visa a erradicar este povo e que aprofunda ainda mais a crise mundial, com consequências inevitáveis, neste contexto, na América Latina e no Brasil. Neste momento a irrestrita solidariedade ao povo palestino, a exigência de um verdadeiro cessar-fogo e do desbloqueio de Gaza, bem como a sustentação do direito dos palestinos a um território e a um Estado são obrigações de nosso movimento.

Contudo a política de guerra que domina as potências mundiais joga contra os interesses dos povos. A perspectiva de uma generalização do conflito tem levado a previsões de novas pressões inflacionárias - devido ao repique do preço do petróleo e das divisas internacionais - e de desaceleração econômica (piora nas contas públicas e no mercado de trabalho) - decorrente das tensões nos fluxos comerciais e financeiros. Ademais as pressões do imperialismo dos EUA (que patrocina o belicismo israelense) em períodos de guerra tendem a elevar as exigências e/ou imposições aos governos de países latino-americanos.

A ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO SÃO AS NOVAS-VELHAS CHAVES DA SITUAÇÃO

As demandas das IFES, IFs e Colégios de Aplicação se enfrentam com as limitações impostas ao crescimento e desenvolvimento do país, tanto pela política monetária imposta pelo Banco Central dirigido por um bolsonarista, quanto pela política fiscal aprovada pelo Congresso Nacional. Não desconhecemos as limitações impostas pela realidade, a começar pela gravíssima situação mundial, onde se destaca a guerra e seus efeitos sobre a vida das massas trabalhadoras. Cresce a inflação e o orçamento dedicado à indústria de armas, em detrimento dos orçamentos públicos para escolas, hospitais, aposentadorias, etc. Tampouco desconhecemos a situação na América Latina e Caribe, onde governos progressistas e de esquerda convivem com governos conservadores e de direita, num ambiente geral de crise econômica e polarização política. É exatamente para superar os perigos, os constrangimentos e as limitações da presente conjuntura, que defendemos a necessidade de maior ousadia, em favor da ampliação das liberdades democráticas, do bem-estar social, da soberania nacional, do desenvolvimento e da integração regional. Neste sentido, é preciso que o movimento docente acompanhe com atenção os debates em curso – no momento em que escrevemos esta contribuição – acerca da política econômica, em particular da política monetária imposta pelo Banco Central presidido por um indicado do derrotado no dia 30 de outubro.

O presidente Lula adotou várias medidas efetivas, dentre as quais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o aumento parcial do salário-mínimo e da faixa de isenção do Imposto de Renda, o aumento do Bolsa Família, das Bolsas estudantis, da Merenda Escolar, contra a mineração em terra Ianomâmi, e o fim de novas privatizações federais, assim como algumas reestatizações, por exemplo, de refinarias, acabou com seu programa de Escolas Cívico-Militares, revogou várias medidas antidemocráticas, reativou programas sociais, etc.. Mas as reformas populares, como a reforma agrária, a revogação da reforma trabalhista e da previdenciária, a demarcação de todas as terras indígenas e a titulação dos quilombolas seguem travadas.

Por outro lado, cobrando um alto preço, Lira fez aprovar o arcabouço fiscal e a primeira fase da reforma tributária. Já na segunda parte da reforma tributária, que deve tratar da justiça fiscal, e que ficou para o 2º semestre, os 300 picaretas de Lira já protegem os milionários e os bilionários, pois quer impedir que eles paguem impostos.

Há quem tema compreensivelmente que a luta por nossas demandas seja manipulada pelas forças de extrema-direita que não estão definitivamente derrotadas. Por outro lado, diante da ausência de uma maioria governista no Congresso Nacional, o Governo sofre chantagem de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, em especial do primeiro, quem nem mesmo concedem a Lula uma maioria nas casas legislativas, mas vendem seus votos ao preço que acham conveniente a cada matéria que precisam passar por elas. Lira também escolhe que proposta é ou não conveniente. Lula tomou várias medidas positivas nestes 12 meses, mas a pressão dos derrotados, pela boca de Lira, não permite ao Governo tocar nas questões estruturais.

O que falta nesta peleja? Justamente o principal jogador, aquele que pode fazer a diferença e desequilibrar o jogo a nosso favor, a mobilização popular. Longe de ameaçar o Governo em face das forças de direita, a mobilização é um fator (não o único, por óbvio) para libertá-lo dos limites que os derrotados de 2022 tentam impor à reconstrução e ao avanço do país.

Claro que isso nada tem a ver com a costumeira bravata “ultrarradical” que via de regra mal esconde a impotência, a velha marcação de posição, alheia ao estado real de mobilização na base da categoria docente. Ao contrário, tendo a humildade de falar a língua da docência, reconhecer suas fortalezas e debilidades, aproveitar toda possibilidade de negociação e avanço, é preciso fortalecer e estimular cada pequeno passo na luta. Apostar na mobilização real é justamente se afastar da tendência a “comandar” a categoria do alto, sem diálogo, sem convencimento e sem respeitar a situação real do movimento.

Este Congresso tem a dura tarefa de vislumbrar uma via que, superando este “radicalismo” de boca, aponte para as formas de recuperar a mobilização de professoras e professoras. Não é fácil, mas não temos escolha, não há como nos desviar desta necessidade.

Neste sentido, destacamos o fato de que, como resolução de seu último Congresso, a CUT decidiu preparar para maio de 2024 uma Marcha a Brasília pela revogação da Reforma Trabalhista de 2017. É uma proposta importante para a construção da unidade da classe trabalhadora que devemos lutar para que o Sindicato Nacional apoie e prepare. Um resultado positivo dessa proposta de mobilização, com a presença massiva em Brasília para reverter a Reforma Trabalhista, pode abrir caminho para também derrotarmos Lira e o Centrão, para enterrarmos de vez a PEC 32 da Reforma Administrativa, arrancarmos o reajuste necessário para os servidores federais e os recursos que a Educação superior necessita.

UM ANDES-SN QUE TIRE A CABEÇA DAS NUVENS E OLHE PRO CHÃO DAS INSTITUIÇÕES

O grau muito pequeno de mobilização e o clima de indiferença da categoria exigem uma outra política sindical, que priorize o trabalho nos estados - junto com as seções sindicais, nos locais de trabalho, nos laboratórios, nas salas de aula e corredores; na conversa com colegas docentes – ao invés da prioridade (frequentemente megalômana e demagógica) que costuma dar a atividades em Brasília ou às “lives” (esvaziadas em geral). Uma direção sindical que encarasse o esvaziamento do ANDES com realismo deveria se voltar para a ajuda às seções sindicais, abandonar todo “vanguardismo” e falar a língua média da docência, tratando de temas como os das demandas específicas, geralmente ignoradas em favor das grandes “tarefas históricas”.

Equilibrar o Sindicato Nacional com este prumo é urgente e é tarefa deste Congresso.

TEXTO 8

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriana Gomes Santos (Sesduf/Rr); Alyne Maria Barbosa de Sousa (Sindifpi); Angela Isabel dos Santos Dullius (Sedufsm); Antonio Luis Da Silva Sousa (Sindifpi); Antonio Rodrigues Belon (Adufms); Armando Wilson Tafner Junior (Sindunifesspa); Carmem Dickow Cardoso (Sedufsm); Catarina Malcher Teixeira (Apruma); Cláudia Alves Durans (Apruma); Daniel Vasconcelos Solon (Adcesp); Egmair Oliveira Souza Júnior (Sindifpi); Franci Gomes Cardoso (Apruma); Francisco Estigarribia de Freitas (Sedufsm); Gelta T. R. Xavier (Aduff); Geraldo do Nascimento Carvalho (Adufpi); Gihad Mohamad (Sedufsm); Graziela Lucci de Angelo (Sedufsm); Hélvio Alexandre Mariano (Adunicentro); Irenilda Ângela dos Santos (Adufmat); Ivana de Oliveira Gomes E Silva (Adufpa); Jaci Guilherme Vieira (Sesduf-Rr); João Batista Farias Junior (Sindifpi); João Carlos Gilli Martins (Sedufsm); José Vitório Zago (Adunicamp); Juliana Melim (Adufes); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (Sedufsm); Levy Paes Barreto (Aduferpe); Luciana Menezes Carvalho (Sedufsm); Luiz Carlos Galetti (Adunb); Luiz Fernando da Silva (Adunesp); Marcelo Barreto Cavalcanti (Adufepe); Marco Escher (Apes-Ufff); Maria Celma Borges (Adufms); Maria Daniela Corrêa de Macedo (Adufrj); Maria Lindete de Oliveira (Adufepe); Maria Luzinete Alves Vanzeler (Adufmat); Maristela da Silva Souza (Sedufsm); Mônica Vermes (Adufes); Osmar Gomes de Alencar Júnior (Adufpi); Otávio Luiz Pinheiro Aranha (Adufpa); Paulo Lucas da Silva (Adufpa); Raimundo Sérgio de Farias Júnior (Sinduepa); Ricardo Heli Rondinel Cornejo (Sedufsm); Roberto Santos Ramos (Apruma); Romildo Araújo (Adufpi); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (Apruma); Rosenverck Estrela Santos (Apruma); Sandra Bernadete da Silva Moreira (Adufpa); Sandra Marinho Siqueira (Apub); Saulo Costa Arcangeli (Sinduema); Savana Diniz Gomes Melo (Apubh); Sergio Darwich (Sinduepa); Sinoélia Silva Pessôa (Adunep); Suly Rose Pereira Pinheiro (Apruma); Tamara Cardoso André (Adunioeste); Tarcísio Luiz Pereira (Adufms); Vilemar Gomes da Silva (Apruma); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Adufms); Wagner Miquéias Damasceno (Adunirio); Waldir Bertúlio (Adufmat); Wanderley Padilha (Sindunifesspa); Welbson do Vale Madeira (Apruma).

EM DEFESA DE LUTAS CLASSISTAS E ANTI- IMPERIALISTAS PARA ENFRENTAR O CAPITAL E REVERTER CONTRARREFORMAS

TEXTO DE APOIO

Embora para entender a atual conjuntura e a partir daí aprovar as resoluções mais adequadas do ponto de vista das lutas da classe trabalhadora no 42º Congresso do ANDES-SN seja necessário considerar elementos históricos de um período mais amplo, faz-se aqui a opção de analisar prioritariamente situações que passaram a se manifestar de maneira mais contundente após o fim da pandemia da Covid 19. Como ainda assim são necessárias escolhas, tratamos com a profundidade possível em um texto desse tipo dos seguintes assuntos: os saltos nos lucros de alguns grandes grupos e na precarização do trabalho em função do uso de novas tecnologias em função da pandemia, políticas imperialistas de alguns países e seus desdobramentos em guerras, manifestações de inviabilidade do capitalismo do ponto de vista ambiental, contrarreformas no Brasil e caminhos para revertê-las, caracterização do Governo Lula frente às pautas da classe trabalhadora, necessidade de engajamento efetivo do ANDES-SN em pautas específicas de todas as carreiras, necessidade de ações autônomas das entidades representativas dos(as) servidores(as) públicos(as) e atualidade da forma organizativa da CSP CONLUTAS para fortalecer as lutas da classe trabalhadora no Brasil.

Pandemia, precarização do trabalho e novas tecnologias de comunicação

Além de ter levado à morte de milhões de pessoas em todo o mundo, de forma direta ou indireta, a pandemia da Covid 19 foi decisiva para mais um salto nos lucros de alguns setores e grandes grupos econômicos e para mais precarização das condições de trabalho de um grande contingente da classe trabalhadora. Por um lado, ganharam, por exemplo, empresas produtoras de medicamentos e insumos hospitalares, hospitais, empresas de energia, empresas de ensino privado e grupos detentores de novas tecnologias de informação e comunicação. Por outro lado, essas novas tecnologias se constituíram base para novas e mais cruéis formas de exploração e extração de mais-valia absoluta e relativa, com destaque para os serviços baseados em plataformas. Ao mesmo tempo em que criam em muitas pessoas a ilusão de que são empreendedoras e controlam seus tempos, de fato as novas tecnologias podem ser associadas ao crescimento do trabalho informal, sem proteção de sistema de seguridade e com condições de trabalho com traços anteriores ao período do capitalismo industrial. Para esse contingente da classe trabalhadora, o movimento sindical tradicional deixou de ser uma opção adequada, e é necessário refletirmos que estratégias podem ser desenvolvidas para engajá-lo em lutas de suas categorias e de interesse da classe trabalhadora.

Políticas imperialistas e seus desdobramentos em guerras,

Na sequência da pandemia, também se acirraram disputas imperialistas por controle de territórios e recursos naturais estratégicos. Como exemplos imediatos, nesse sentido, podemos citar a invasão da Ucrânia pela Rússia e a decisão do governo venezuelano de invadir e anexar parte do território da Guiana. No primeiro caso, por trás de discursos nacionalistas, há uma efetiva disputa entre magnatas e grandes grupos dos dois países e de seus respectivos aliados, inclusive vinculados à OTAN, no caso da Ucrânia. Por outro lado, a guerra também está se desdobrando em crises em alguns setores industriais em função da instabilidade na oferta de algumas matérias-primas e possibilidades de mais lucros para determinados setores econômicos. No caso da posição da Venezuela, por trás do surrado, mas sempre politicamente eficaz discurso nacionalista usado em ditaduras, há indícios de que também existam interesses de um dos maiores conglomerados do setor de petróleo – o grupo Chevron, que explora o país e o povo venezuelano de forma predatória com apoio do governo. Do lado da Guiana, por sua vez, são evidentes os interesses do grupo Exxon Mobil. Para os casos das efetivas disputas entre grandes grupos econômicos por meio de seus governos lacaios, tanto no caso da guerra entre a Rússia e a Ucrânia como no caso da disputa por uma área rica em petróleo pela Venezuela e a Ucrânia, evidentemente segue atual a consigna histórica da classe trabalhadora: “paz entre nós, guerras aos senhores”. Portanto, no 42º do ANDES-SN devemos aprovar uma resolução fazendo um chamado à união da classe trabalhadora de todos os países contra as políticas dos capitalistas e seus governos.

Tratando-se ainda do âmbito internacional, obviamente não podemos deixar de mencionar as políticas genocidas praticadas há vários anos pelo Estado terrorista de Israel, com apoio incondicional dos E.U.A. Nesse caso, as organizações da classe trabalhadora em todo o mundo devem ser contundentes nas lutas para que os seus governos nacionais rompam relações econômicas e políticas com Israel, bem como apoiar politicamente e materialmente as lutas do povo palestino, inclusive na perspectiva de autodefesa. No 42º Congresso do ANDES-SN propomos uma resolução fazendo essa exigência ao Governo Lula e ao Congresso Nacional.

Da inviabilidade do capitalismo do ponto de vista ambiental

Não bastassem as mazelas relacionadas às crises econômicas, às políticas imperialistas e as guerras, o capitalismo tem se expressado de forma incontestada como um modo de

produção que é inviável do ponto de vista da sobrevivência da humanidade, também por razões ambientais. Após pouco mais de 200 anos do início da industrialização, diversas espécies animais e vegetais foram extintas, diversos ecossistemas estão ameaçados, a maioria da população convive com altíssimo nível de poluição e diversas áreas seguem sendo exploradas de forma predatória. O resultado, evidentemente, tem sido as cada vez mais frequentes “catástrofes” como secas, enchentes e “ondas de calor”. Na Amazônia e em diversas áreas estratégicas no planeta, aliás estamos próximos de chegar a um “ponto de não retorno”, se não forem iniciados imediatamente enfrentamentos às formas estúpidas de uso e apropriação de recursos da natureza, que trazem consequências nefastas sobretudo para as pessoas mais pobres, exploradas e oprimidas. Por outro lado, as diversas cúpulas de governos e organizações não governamentais anunciadas para enfrentar esses problemas têm alcançado resultados pífios. Portanto, avaliamos que por esse motivo, também, a humanidade não tem qualquer perspectiva de futuro promissor, se não for viável um salto nas lutas anticapitalistas. O 42º Congresso do ANDES-SN deve denunciar as farsas das políticas governamentais e empresariais e fazer um chamado à categoria e à classe trabalhadora para um enfrentamento direto à questão com base na luta contra o próprio capitalismo.

Contrarreformas no Brasil e caminhos para revertê-las

Tratando-se da conjuntura “nacional” avaliamos que o discurso de vários setores em defesa de um pretenso “revogaço” deve ter mais efetividade e ser mais amplo, não se restringindo a reivindicar revogações de ataques dos últimos governos. A classe trabalhadora brasileira obviamente é explorada e oprimida desde sempre, e apenas uma revolução socialista pode ser capaz de propiciar condições de justiça social. Ao mesmo tempo, em uma perspectiva de curto prazo e mais pragmática, e no sentido de agregar diversas categorias, é imprescindível lutarmos para reverter as retiradas de direitos que foram conquistados e expressos na Constituição Federal de 1988. Nesse rumo, são centrais as lutas por reestatizações de empresas e serviços públicos privatizados desde a década de 1990 e pela retomada de direitos trabalhistas e previdenciários, com revogações, inclusive dos ataques executados nos governos do PT. Nesse contexto, o Congresso do 42º do ANDES-SN deve fazer um chamado contundente a todas as entidades sindicais, e de forma particular, àquelas vinculadas aos serviços públicos, para que não sejam correias de transmissão dos interesses do governo Lula. Uma resolução nesse rumo é importante, porque nos primeiros governos petistas, a CUT, algumas outras centrais menores e sindicatos de servidores públicos foram absolutamente pelegos. Em nossa categoria a herança dessa pelegagem ainda hoje se manifesta através da existência do PROIFES. Não existe possibilidade de reverter as contrarreformas, como sugere o tema do 42º Congresso, se não for com a mais absoluta autonomia frente aos governos, padrões e administrações superiores nas instituições de ensino superior.

Caracterização do Governo Lula frente às pautas da classe trabalhadora

Nesse contexto, também é fundamental que o 42º Congresso do ANDES-SN seja um espaço para amplos debates que nos permitam uma caracterização mais precisa do que é o Governo Lula. Sem a pretensão de esgotar o tema, e abertos para ouvir e debater outros argumentos, avaliamos que se trata de mais um governo da burguesia, embora com a capacidade de emitir falsas sinalizações de que é um governo comprometido com a classe trabalhadora. Sobre esse último ponto, principalmente devido à falsa incorporação de algumas lideranças sindicais e de movimentos populares, bem como de alguns discursos históricos da classe trabalhadora brasileira que foram duramente atacados no Governo Bolsonaro. Por outro lado, ao analisarmos de forma pragmática a composição do governo

e o papel cumprido pelo chamado Centrão e por diversos *lobbies* de grupos capitalistas, não temos dúvida: esse governo não é nosso. E antes que sejam feitas acusações rasteiras de que não apoiá-lo implica em fortalecer a extrema direita, reiteramos que se tratam de eventos independentes. O Governo Bolsonaro foi derrotado principalmente devido a uma ampla aliança de setores da classe trabalhadora, mas isso não significa um endosso ao programa e à composição do Governo Lula. Seguem necessárias as lutas contra a extrema direita, que devem ser empreendidas com os métodos históricos de nossa classe e com total independência. Avalizar uma posição diferente implica em semear ilusões.

Da necessidade de ações autônomas das entidades dos serviços públicos

A propósito, no que diz respeito às ações específicas das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, é imprescindível deslocar várias entidades de suas posições governistas, mais ou menos explícitas. Mais do que retórica em defesa dos nossos direitos ou de atribuir ataques apenas aos governos Temer e Bolsonaro e ao Congresso Nacional, é necessário estabelecer um calendário de lutas e fazer esforços efetivos para que o mesmo aconteça de fato. Isso é fundamental, na medida em que em 2023 o serviço público continuou sendo atacado, não foram recompostos os recursos para que funcione de forma adequada e não foi sequer estabelecido o compromisso de recomposição real dos salários. Mesmo assim, a maioria das entidades não empreendeu esforços efetivos de mobilizações e foram priorizadas tentativas de supostos convencimentos de setores do governo e de parlamentares. No caso do Governo Lula, mais uma vez foi estabelecida uma mesa nacional de enrolação permanente e mais uma vez algumas lideranças e dirigentes sindicais contribuíram para essas enrolações. O 42º Congresso do ANDES-SN, portanto, tem a responsabilidade de contribuir para que em 2024 seja diferente. São necessários mais debates e mobilizações na base e não se pode descartar a possibilidade de construção de paralisações e greves, que seguem sendo instrumentos necessários e atuais de defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Por maior engajamento do ANDES-SN em pautas específicas de todas as carreiras

Também deve ser uma responsabilidade do 42º Congresso do ANDES-SN a orientação para que todas as instâncias do nosso sindicato, e principalmente a diretoria nacional, se envolvam mais diretamente nos problemas de todas as carreiras. Tendo em vista que somos um sindicato nacional e não um ajuntamento de sindicatos de diferentes setores de IES, as aparentes lutas particulares de universidades federais, estaduais ou institutos federais de educação devem ser tomadas como lutas de toda a categoria docente. Ressalte-se, a propósito, que embora as universidades federais tenham sido duramente atacadas nos últimos anos, encontramos situações ainda mais graves quando consideramos instituições federais, Cefet e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No caso das universidades estaduais, algumas greves e mobilizações, a exemplo das que aconteceram na USP, na UEMA e na UEMASUL, bem como a recém-aprovada na UESPI, deixaram essa situação mais explicitada. No mesmo sentido, avaliamos que o nosso sindicato não tem conseguido construir o enfrentamento necessário, quando se trata de buscar reverter os ataques às condições de trabalho nos IFs e Escolas de Aplicação, nos quais docentes estão submetidos à uma excessiva carga de trabalho na dimensão do ensino, praticamente inviabilizando seus engajamentos em projetos de extensão e pesquisas.

Do envolvimento do ANDES-SN em lutas da classe trabalhadora e a importância de somar com a CSP CONLUTAS

Tão importante quanto o envolvimento de todo o ANDES-SN nas lutas das diversas carreiras, é o seu envolvimento nas lutas de toda a classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Quanto a esse ponto, avaliamos que a decisão do 41º Congresso do ANDES-SN de desfiliar o nosso sindicato da CSP CONLUTAS representou um passo atrás nessa perspectiva, e somou apenas com os interesses dos grupos políticos claramente governistas e/ou atrelados ao Governo Lula, a exemplo do PROIFES e do Renova Andes, que vinham defendendo essa resolução há vários congressos. A novidade do último congresso nesse aspecto, portanto, foi a aliança política dos grupos que compõem a atual diretoria do ANDES-SN com os setores governistas, fato que foi decisivo para a decisão congressual.

Por várias questões colocadas nessa tese e por outros argumentos, entendemos que as centrais sindicais tradicionais, que incorporam apenas pessoas que estão no mercado formal de trabalho estão historicamente superadas. É imprescindível incorporar todos os setores da classe trabalhadora, que neste momento, em sua maioria, estão sobrevivendo em trabalhos informais ou precários, quando não desempregados. Na mesma perspectiva, várias situações e lutas concretas nos últimos anos explicitaram a importância das lutas da juventude, de organizações de moradias periféricas, de quilombolas, indígenas, de comunidades tradicionais e de vários segmentos que lutam contra opressões de origem étnica ou por conta de orientação sexual. Não menos importante, o velho “internacionalismo proletário” segue atualíssimo, e é importante termos uma central que valorize essa dimensão de forma efetiva. Diferentemente de alguns coletivos que optam por indicar construções de pretensos “fóruns” que supostamente seriam alinhados com essas avaliações, e que estão tentando construir há vários anos e não há qualquer perspectiva de ganharem corpo e representatividade, ou do discurso genérico de outros coletivos de que é necessário construir “uma central” com essas características, defendemos que essa central já existe e é a CSP CONLUTAS, que segue sendo classista e internacionalista e com uma estrutura de fato democrática, que permite, inclusive, o seu aprimoramento.

Apesar de discordarmos da dinâmica que resultou na desfiliação do ANDES-SN da CSP CONLUTAS, bem como da narrativa oficial de que houve debate suficiente em toda a base do sindicato, obviamente respeitamos a decisão do 41º Congresso e as posições de dezenas de colegas que votaram favoravelmente à esdrúxula aliança ALB/Renova Andes. Por outro lado, entendemos que tal decisão não implica que necessariamente toda a categoria deva romper relações com a CSP. Em vez disso, as pessoas que subscrevem a presente tese seguem buscando contribuir com a construção da central e seguirão tentando convencer colegas na perspectiva de que deve ser aberto o debate no sentido de refiliação. Avaliamos que essa é uma forma concreta de contribuir nos debates “conjunturais” e nas lutas históricas da categoria docente e da classe trabalhadora.

TEXTO 9

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: José Glauco Ribeiro Tostes (Aduenf); Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena (Adusc); Maria Aparecida dos Santos Aguiar (Adusc); Lucimar Pereira de França (Adusc); Zoemia Núbia Sampaio de Souza (Adusc); Elvis Barbosa (Adusc); Décio Tosta de Santana (Adusc); Maruedson Pires Martins (Adusc).

O QUE AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES DO BRASIL TÊM A ENSINAR AOS BRASILEIROS E AO MUNDO

TEXTO DE APOIO

Em 2020 o mundo foi atingido por uma catastrófica crise pandêmica (COVID-19) de vastas consequências socioeconômicas. Uma destas consequências – que dificilmente poder-se-ia considerar como “maléfica” – foi a adoção pelos governos de diversos países ao redor do globo de um tipo de programa de “Renda Mínima” (RM) denominado de “*Auxílio Emergencial*” (AE). Um programa de transferência de renda – seja para frações mais pobres de uma população, seja para grande parte da massa trabalhadora de uma população – para, supostamente, contrabalançar problemas econômicos “excepcionais” trazidos para tais massas, por exemplo, pelas políticas públicas de quarentena ou isolamento adotadas para “amortecer” os ciclos de contágio da pandemia. As discussões de tais programas de “renda mínima” vão e voltam, inclusive em países ricos, mas em termos práticos – leia-se, em “tempos normais” – ou são considerados “utópicos” ou são “permitidos” em doses “homeopáticas”. Um exemplo deste último caso aconteceu nos mandatos pré-pandêmicos dos dois governos Lula (2003-2010): programa “*Bolsa Família*” (BF) para famílias em pobreza extrema. Lula conseguiu alguma coisa da ordem de grandeza de 200,00 para cada família beneficiada. Praticamente sem impactos maiores sobre os índices históricos daquela faixa de pobreza no país.

Já em pleno período pandêmico, a partir do segundo semestre de 2020, tivemos o *bilionário* AE mensal do governo Trump para uma larga fração da massa trabalhadora dos EUA. Vários programas análogos surgiram na UE etc. Ao mesmo tempo no Brasil, no governo Bolsonaro, durante cerca de 4 meses, foi criado programa de AE para famílias de renda muito baixa: 600,00 para cada família beneficiada, lembrando que a bancada governamental era favorável ao valor mais baixo (400,00 reais). Verificou-se nesses quatro meses uma *forte queda nos indicadores econômicos de pobreza no país*. Depois, sem maiores detalhes aqui, esse valor caiu para 400,00 reais.

Chegando ao período a pós-pandêmico, já em 2023, o governo Lula, em seu novo “mandato” lhe concedido pelas urnas, conseguiu ainda em dezembro de 2022, a primeira parcela (175 bilhões, para 2023) de um novo e ambicioso programa de BF que pretende o total de cerca de 700 bilhões (4 x 175 bilhões, mais de 2/3 de um trilhão) nos seus quatro anos de mandato. Registre-se aqui a tática empregada por este novo governo para fixar o valor do BF para cada família beneficiada: ao invés de solicitar valor maior que 600,00 reais (que, em termos práticos, seria bem mais do que difícil) a proposta manteve esse valor padrão de 600,00 *acrescidos*, de modo variável a cada família beneficiada, por 150,00 reais a mais para cada criança de tal família (entre 0 e 7 anos) e por 50,00 reais a mais para cada “criança” (entre 7 e 17 anos). A criatividade humana é algo notável... Esse será o núcleo central de nossa avaliação de conjuntura nacional adiante.

Essa avaliação internacional será fechada seguindo-se um famoso adágio, aqui simplificado, de um revolucionário russo de 1902: “teorias ruins, práticas/lutas ruins”. Tentamos entender a catástrofe pandêmica a partir de duas *teorias* científicas da história universal. Uma menos (a primeira) e a outra mais (a segunda) robusta. Primeira teoria: de W. Scheidel, historiador liberal de Stanford, de 2017 (“Violência e História da Desigualdade: da Idade da Pedra até o Séc. XXI”, título da tradução em português, 2020). Segunda teoria: de K. Marx, revolucionário socialista, de 1859 (teoria da história universal de *uma* página extraída do Prefácio de “Contribuição a Crítica da Economia Política”, também conhecida por “Materialismo Histórico”: MH-1859). (1) Primeira teoria. A teoria de Scheidel apresenta uma história monótona ao longo de *quase* toda a sua totalidade, caracterizada por acumulação/concentração de riqueza, ou seja, uma história atravessada por forte *desigualdade* econômico-social. Ou seja, o capitalismo seria “absolvido” de ter, na sua *época*, quaisquer maiores pendores desigualitários. Somente certas catástrofes ocasionais/imprevisíveis e de curta duração, marcadas pela “*violência*” (marcadamente humana, mas as vezes mediada por fenômenos naturais), é que seriam capazes de gerar notáveis efeitos *niveladores de desigualdade*. Mas que “catástrofes” são essas? Scheidel enumera quatro tipos apenas e se serve da metáfora dos “quatro cavaleiros do apocalipse”: *guerras, revoluções, falências de Estado e... pandemias!* (com tais tipos temos marca robusta dessa teoria). Como o texto é de 2017, Scheidel “acertou” (estatisticamente) mais uma vez: a catástrofe pandêmica de 2020-21 trouxe seu efeito “nivelador de desigualdade”: os *Auxílios Emergenciais!!* Que podem se estender um pouco mais além do período específico da própria catástrofe.

(2) Segunda teoria. A teoria de Marx “fura” a monotonia do “mecanismo” de geração de desigualdade da teoria de Scheidel: essa geração é efetivada historicamente a partir de sucessivos e diferentes “modos de produção”: e o atual modo de produção capitalista se destaca contra o pano de fundo de todas aquelas etapas produtivas (pano de fundo da “sociedade do trabalho”; “forças produtivas” / relações econômicas em destaque estruturante das *demais* atividades humanas) por uma qualitativamente nova, notável e globalizada capacidade de geração de desigualdade. Aqui se encontra um dos principais diferenciais da maior robustez da teoria do MH-1859. Um outro diferencial: a capacidade da teoria do MH-1859, ou de teorias que a aprofundem, de projetar uma crise *final* da história da *desigualdade* humana desde seus primórdios, através de uma teoria de específica crise *estrutural* em curso que o *capitalismo* está gerando. O que não existe na teoria de catástrofes aleatórias de Scheidel. Finalmente, pode-se esboçar agora uma *crítica da economia política do capital na pandemia 2020-21*. Vamos nos ater apenas ao capitalismo dos sécs. XX e XXI. No livro de Scheidel fica patente (tomando-se apenas o séc. XX em conta) que nesses picos catastróficos *niveladores* de desigualdade (inclusive, esse o ponto aqui, no *pico pandêmico de 2020-21!*) o grande capital tende a ser tornar – excepcionalmente apenas *nesses* “picos de violência” – muito “compreensivo” com grandes transferências de renda (renda, até antes de um dado “pico”, acumulada pelo capital praticamente sem crítica ou mobilização da sociedade) *do capital para* o trabalho, transferências essas via intervenções *estatais*, inclusive as vezes em termos *fiscais*. Quando, ao contrário, tais “picos” envolvem revoluções como a soviética de 1917 – é o próprio sistema pós-revolucionário do socialismo (possível), coerente com sua ideologia de uma “sociedade do *trabalho*”, que comanda, a partir daquele “pico” de inflexão revolucionária comunista, um vasto programa *nivelador de renda*. Ponto esse que Scheidel reconhece.

Análise de conjuntura nacional

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular (Celso Furtado, 1974)

Começamos esta avaliação de conjuntura do primeiro ano (2023) do governo Lula partindo do contexto eleitoral anterior a posse presidencial. Uma eleição (2º turno) que foi praticamente um empate decidido por uma flutuação estatística “mínima” (diante da escala de um universo eleitoral “imenso”). Difícil aqui uma análise a partir de uma teoria científica (por exemplo: materialismo histórico) que selecione uma ou mais poucas causas “prioritárias” que expliquem o resultado a favor de Lula (ou contra Bolsonaro). Talvez alguns anos de pesquisa nas nossas universidades possam chegar mais perto de tais causas.

Podemos partir então apenas de um notável padrão de regularidade (sem considerá-lo aqui como uma das “causas” da vitória de Lula) no segundo turno daquelas eleições: das cinco faixas de renda do país que costumam ser levantadas em mapas eleitorais Lula só conseguiu vencer Bolsonaro em *apenas uma*, o que foi suficiente para mais do que contrabalançar (ao menos) matematicamente a vitória de Bolsonaro nas outras quatro faixas. Trata-se daquela faixa de grande parte da massa trabalhadora brasileira, a “faixa da eterna pobreza brasileira”: *de 0 a 2 salários-mínimos*. A partir daí pode-se explicar a hipótese de uma *continuidade* profunda entre, de um lado, (1) certa e forte movimentação político-econômica lulista no mês de *dezembro de 2022*, e de outro, (2) o *primeiro* ano de mandato (2023) e, possivelmente, *todos os três anos* seguintes de mandato, inclusive as eleições presidenciais do final de 2026. Que movimentação lulista foi essa em dezembro passado?

Vamos começar, nessa resposta, usando uma metáfora de dois jogos: *xadrez* (jogo de inteligência, de estrategista) e *pôquer* (jogo de blefe, portanto de azar, de acaso – por trás de certas jogadas do tipo perde ou ganha tudo). Lula, como um político vivido, como um estadista, tende a “jogar xadrez” em suas decisões. Mas em dezembro de 2022, logo após o segundo turno, pareceu apelar politicamente mais para “pôquer” sendo jogado pessoalmente com seu adversário/aliado presidente de Câmara, Lira: como se estivesse “apostando pesado”, isto é, todo o seu futuro mandato 2023-2026 em apenas uma “ficha” numa roleta (na realidade temos mais duas “apostas menores” do governo federal, sobre as quais falaremos adiante): a “ficha” do *Bolsa Família*. Todos os outros gastos (todas as outras “fichas”, com mais duas exceções abaixo) do Executivo foram essencialmente admitidos como dados sem discussão pela equipe de transição. Isto é, não entraram nesse “pôquer de Lula”.

Essa “ficha” do Bolsa Família, tal como proposta da “equipe de transição” de Lula, seria: *para os quatro anos de mandato*, 600,00 mensais para cada família, sob regras definidas de pobreza, cada uma das crianças (de 0 a 6 anos) de cada família beneficiada teria 150,00 mensais, quando então passariam a receber cada uma 50,00 mensais, até completar 18 anos. O total anual pretendido (com as devidas correções) para cada ano seria de 175 bilhões, somando então 700 bilhões em 4 anos (mais de 2/3 de 1 trilhão). Esses valores propostos, já amarrados os outros gastos do Executivo no Orçamento de 2023 iriam “furar”, em parte, a “PEC do teto de gastos”. Para isso a equipe teria que demandar autorização do Congresso. Chama a atenção a “estratégia” da equipe de transição: não

pediu, porque *não* seria atendida, mais que 600,00 reais (ficando nesse ponto no mesmo nível de proposta de Bolsonaro para 2023), mas *adicionou* à essa proposta o total daqueles valores para as crianças!

Arthur Lira e Rodrigo Pacheco não são crianças de jardim da infância! Sabiam onde o governo Lula queria chegar com essa “aposta”. E à medida que dezembro caminhava, foram buscando, no Legislativo, ir “desidratando” a proposta. Primeiro, no Senado, baixando para apenas dois anos, 2023-2024, o auxílio acima pretendido. Depois com Lira, na Câmara, baixando para um ano apenas, 2023, e baixando o valor proposto para esse ano: de 175 bilhões para 145 bilhões. Parecia que a “sorte no jogo decisivo (para *todo* o seu futuro mandato) de pôquer” estava sendo perdida por Lula. Eis então que na *noite de domingo*, 19/12/2022, o ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF) acata uma solicitação da “Rede”, partido ao qual pertence a ambientalista e ex-ministra de Lula, Marina Silva: auxílios do Executivo a pobreza que “furassem o teto de gastos” não precisavam passar pelo Congresso. E após o dia seguinte o STF entraria em recesso: seria difícil que fossem abrir espaço nesse último dia para deliberarem em Plenária tal decisão individual de Gilmar. E, de fato, isso não ocorreu mesmo. Esse lance de Gilmar no tabuleiro garantiu ao menos para 2023 os 175 bilhões pedidos pela equipe de transição, *sem* passar pelo Congresso o problema de “furo de teto” de parte desse valor. Lula ganhou, “de virada”, a primeira partida (resultado válido para 2023) do jogo... Faltando alguns “segundos” para a pôquer de dezembro acabar. Conclusão: Arthur Lira não gostou muito...

Qual o valor total de gastos federais previsto para 2023 com o *Bolsa Família*? Que parte desse total ficou por conta do efeito “fura-teto” (PEC do Teto)? Em que ministério eles são alocados?

Como ficam tais gastos totais *comparativamente* a outros gastos ministeriais do governo federal que nos preocupam mais diretamente (*Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia* etc.)? Até agora só consideramos, para simplificar, apenas a “ficha do Bolsa Família” no desgastante pôquer de dezembro de 2022 entre Executivo e Legislativo. Vamos considerar, ao fim desse parágrafo, apenas mais duas “fichas” decisivas para o governo (embora envolvendo menos recursos federais) ligadas também à transferência de renda, *prioritariamente*, para aquela *única* fração da classe trabalhadora do país (entre 0 e 2 salários-mínimos) que deu vitória a Lula no segundo turno. Começemos então.

O valor total previsto no Orçamento para 2023 no item de gastos “Bolsa Família” é de 176 bilhões administrados pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Desse total, 75 bilhões ficaram “acima do teto de gastos”, restando então cerca de 100 bilhões nos gastos orçamentários debaixo do “guarda-chuva do teto”. Nos primeiros 11 meses de 2023, o Governo Federal já repassou 155,37 bilhões para pagamentos do Bolsa Família. Ao Ministério de Desenvolvimento Social ainda pertencem 97 bilhões fora do Bolsa Família e seu total geral em 2023 então é de *273 bilhões* (176 + 97). Por incrível que pareça esse é o *terceiro* maior orçamento da Esplanada dos Ministérios em Brasília: Fazenda (3 trilhões), Previdência Social (880 bilhões), *Desenvolvimento Social* (273 bilhões), Saúde (189 bilhões), Educação (188 bilhões), Defesa (123 bilhões) e Trabalho (99 bilhões). Vejamos, para terminar esse parágrafo as outras duas “fichas” do jogador Lula, ligadas também à transferência (preferencial, não total) de renda para aquela mesma fração da pobreza brasileira extrema em 2023: o programa *Minha Casa Minha vida* e o programa de *Valorização do salário-mínimo*.

Apenas pelos dados da divisão dos recursos prevista para 2023 na *PEC fura-teto*: Minha casa, minha vida – 18,8 bilhões; salário-mínimo – 6,8 bilhões; total = 25,6 bilhões.

Somando-se aos 273 bilhões do Bolsa Família temos 298,6 bilhões (cerca de 300 bilhões) pelo menos para as três pontas de lança de transferência de renda prioritária (mas não total desses recursos) rumo de Lula as eleições de 2026. Por que essa grande aposta, de uma só ficha (mais rigorosamente, de 3 fichas como vimos acima), de Lula no seu mandato de 4 anos? No mínimo, mirando o segundo turno de novembro de 2026, ele quer conseguir sair do aperto de novembro de 2022 onde praticamente ocorreu um (quase) empate entre Lula e Bolsonaro. Vejamos – *Cenário I* – como o atual Bolsa Família, *como quer Lula*, com todas as parcelas corrigidas pela inflação tem, possivelmente, esse poder para 2026. Bolsonaro ganhou em todas as faixas de rendas, menos na faixa de 0 a 2 salários-mínimos, principalmente no Nordeste. Mas, mesmo assim, uma certa fração nessa faixa ainda votou em Bolsonaro. Com o Bolsa Família trabalhando intensamente ao longo dos quatro anos, Lula pode conseguir mais uns “poucos” milhões de votos naquelas mesmas faixas, que foram dados a Bolsonaro em 2022, superando este último nesses alguns poucos milhões de votos. Uma situação mais confortável que em 2022.

Nesse Cenário, o que resta, de 2024 a 2026, para investimentos adicionais a 2023, em Educação e Saúde? Se já com suas três “fichas” acima em 2023 Lula “furou o teto em” em cerca de 100 bilhões, a resposta é: “praticamente nada de significativo”, a menos de um emergir de condições históricas excepcionais (nacionais e/ou internacionais) de luta para a esquerda ainda progressista do país. Ao contrário – *Cenário II* – se Arthur Lira/Centrão conseguirem ir “desidratando” cada vez mais, de 2024-2026, o BF até para em 2026 restar apenas algo “surrado”, *déjà vu*, como os 400,00 reais mensais de Bolsonaro, sem “nenhum adicional das crianças”, pode-se conjecturar que Lula volte aproximadamente aonde estava na eleição de 2022. Arthur Lira vai remanejar os bilhões que forem sendo subtraídos do Bolsa Família para as áreas de Educação/Saúde? Sem comentários...

Vamos concluir mirando apenas a análise de conjuntura nacional. O horizonte que, nessa análise, avaliamos estar posto a nossa frente é aquele que termina *abruptamente* nas eleições do final de 2026. É um horizonte muito pobre para um país em crise. Particularmente em crise política: as eleições de 2022 culminaram num (quase) empate técnico: de um lado uma liderança a frente de uma frente ampla (perdão para o pleonasma), ideologicamente quase amorfa (total de sessenta milhões de votos) e de outro, uma liderança a frente de uma fração ideologicamente clara (extrema direita, em ascensão, do ódio, aqui e no Ocidente), outra fração antipetista (viver contra algo? Um simulacro de vida?) e outra fração amedrontada com vários tipos de medo (total de cinquenta e oito milhões de votos).

Um horizonte enfim essencialmente tático-eleitoral. Que se encerra abruptamente e recomeça ao fim de cada quatro anos. Parafraseando Chico Buarque, “prá lá desse quintal (quintal tático-eleitoral, repetido a cada quatro anos) é uma noite que não tem mais fim”. Uma versão séc. XXI da famosa lenda grega da “Pedra de Sísifo”. Mesmo partidos e movimentos de esquerda vêm tendendo a ser “sugados” por esse “atrator” tático-eleitoral. Quase sem chance de se retomar um horizonte estratégico de um projeto de país a partir de um horizonte maior internacional de (possível, não ainda em curso) crise estrutural do capital e de uma China decisiva quanto à possível irrupção dessa crise (vide avaliações de conjuntura 7 do Caderno de Textos de 2022 e a 5 do Caderno de 2023).

TEXTO 10

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (Ufg), Alexandre Barba (Aduff), Aline Faé Stocco (Adufvjm), Ana Cristina Albuquerque (Sindiprol/Aduel), Anderson Deo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufpe), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Aduemg), César Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Ufcat), Cleusa Santos (Adufrj), David Albuquerque de Menezes (Sinduece), Douglas Ribeiro Barboza (Aduff), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub- Ufba), Fabio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Leitão Rocha Junior (Adufvjm), Fernando Medeiros (Adufal), Fernando Santos (Uffj), Filipe Boechat (Adufrj), Gustavo Miranda (Aprofurg), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Rodrigues Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), José Alex Soares Santos (Sinduece), Juliana Bohnen Guimarães (Aduemg), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (Aduff), Katia Melo (Adufal), Kathiúça Bertollo (Adufop), Lara Carlette Thiengo (Adufvjm), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Aduég), Leonardo Santos (Adufnt), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufj), Marcelo “Russo” Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Márcia Lemos (Adusb), Marcos Botelho (Adufrj), Maria de Fátima Almeida (Asduerj), Matheus Kuchenbecker (Adufvjm), Mauricio Silva (Sesduft), Mauro Iasi (Adufrj), Michael Melo Bocádio (Sinduece), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Pablo Lima (Apubh), Paulo Roberto Felix dos Santos (Adufs), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufnt), Raquel de Azevedo (Adufu), Renato Domingues Fialho Martins (Adcefet-Rj), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff (Sindiprol/Aduel), Rodrigo Castelo (Adunirio), Roger Domenech Colacios (Sesduem), Rogério Giuliano Gimenez (Sesunila), Rogério Massarotto (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Rubens Ragone (Apesjf), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Solange Struwka (Adunir-Ssind), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufph).

DERROTAR O PROJETO BURGUESES E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES. SOLIDARIEDADE COM O POVO DA PALESTINA! MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO! ENFRENTAR O PROJETO DO CAPITAL PARA A EDUCAÇÃO: CONSTRUIR O IV ENE E AVANÇAR NUM PROJETO DE UNIVERSIDADE POPULAR

TEXTO DE APOIO

A reconfiguração do padrão de acumulação capitalista das últimas décadas tem explicitado o seu caráter destrutivo para a humanidade. A crise climática já antecipa colapsos ambientais e energéticos cujas previsões apontavam maior escala; a degradação das condições de vida e trabalho com as novas formas plataformizadas de trabalho e o desmonte intenso de direitos sociais, subordinam a vida do povo trabalhador a estar 24h por dia à disposição dos patrões e envolvido com a venda da sua força de trabalho; os conflitos militares com objetivos de acumulação de capitais ameaçam produzir, cada vez mais, guerras de grandes proporções; a rotatividade de governos autoritários/fascistas e social-liberais/conciliadores tem sido prática constante da burguesia para acelerar e arrefecer a intensidade de seus ataques contra a classe trabalhadora. O que vivenciamos no Brasil não é tão diferente assim em relação à dinâmica do capitalismo atual.

O governo Lula segue aplicando, na prática, a política do grande capital e cada vez mais estreitando suas alianças políticas com as forças conservadoras e oligárquicas, especialmente a direita que tem sido chamada de Centrão. Seu discurso supostamente crítico ao neoliberalismo e de apoio a uma ordem mundial multipolar sequer consegue esconder o projeto do bloco burguês atualmente no poder em nosso país: continuar e aprofundar a retirada de direitos das classes trabalhadoras, direcionando os recursos arrecadados pelo Estado para financiar as margens de lucro do capital, com poucas políticas focadas em poucas áreas sociais a partir de uma lógica financeirizada. Não se trata de maldade, mas de cálculo: o desmonte da estrutura de atendimento à população mediante política social libera recursos para o pagamento do serviço da dívida; as parcerias público-privadas e a privatização de serviços públicos, seguidas por queda de qualidade e restrição do acesso, interessam aos que lucram transformando saúde, educação, previdência e demais direitos em mercadorias.

Para nós, da Unidade Classista e do PCB, o comportamento político e econômico do atual governo não é nenhuma surpresa, sendo típico dos governos que trilham o caminho da conciliação de classes. Por isso mesmo, mantemos nossa independência política e orgânica em relação ao governo Lula, posicionando-nos em aberta oposição ao bloco burguês no poder em nosso país. Entendemos que, independentemente da retórica governamental, esse governo vem operando os interesses da autocracia burguesa no Brasil e dele não esperamos nenhuma mudança significativa para realizar as transformações que o país necessita no interesse dos trabalhadores.

O governo Lula tem recebido cada vez mais o voto de confiança da burguesia, até mesmo porque os ministros da área econômica, Fernando Haddad e Simone Tebet, podem ser considerados os representantes diretos dos interesses burgueses na formulação da política econômica. Isso tem se verificado de maneira evidente na aprovação do arcabouço fiscal que, na prática, é um novo teto de gastos disfarçado, que impõe ao país a política de austeridade fiscal, em alguns pontos mais radical que os próprios prognósticos do capital. Não se pode esquecer que essa medida foi iniciativa do próprio ministro da Fazenda e de sua equipe para agradar o tal mercado, especialmente os setores que parasitam mais diretamente o Estado. Devemos lembrar que a política neoliberal de teto de gasto e ajuste fiscal não produziu em nenhum lugar melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Ao contrário, essa agenda do capital afeta diretamente e de modo mais drástico a parcela mais empobrecida da população, afeta as mulheres, a população negra, os bairros periféricos, os e as trabalhadoras do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, a população LGBTQIAPN+ e as pessoas com deficiências. O exemplo cabal disso é o avanço da privatização de presídios com financiamento público neste governo.

Essa política seguirá restringindo os gastos sociais, os investimentos na melhoria dos serviços públicos, na saúde e na educação, enquanto os banqueiros e o grande capital continuarão ganhando rios de dinheiro, o que contribuirá efetivamente para a frustração popular e a desilusão política, abrindo espaço para as forças de extrema-direita, como ocorreu recentemente.

Mesmo diante dessa conjuntura, muitos setores do movimento sindical e popular e dos partidos políticos têm sido chamados e participado da alegada “reconstrução nacional”, deixando em segundo plano as reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras. Outro elemento que chama a atenção é o fato de que, a pretexto da luta antifascista contra o golpismo, o governo e setores ligados à conciliação de classes buscam direcionar as manifestações e a luta popular para bandeiras mais abstratas, como a simples defesa da

democracia, para assim criar uma cortina de fumaça que mantenha a política neoliberal e para não revogar as contrarreformas. Nós já vimos esse filme: o que está por trás dessa política é a tentativa de rebaixar os horizontes das reivindicações e das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, visando atenuar a pressão contra o governo. Ora, a derrota efetiva da política bolsonarista de elementos neofacistas e ultraliberais só será possível com uma política que garanta a efetividade dos direitos da classe trabalhadora. Qualquer espaço para os interesses do capital é espaço para o fortalecimento dos setores interessados em destruir as condições de vida da maioria da população.

Outro elemento importante da conjuntura são as denúncias contra oficiais das Forças Armadas envolvidos na tentativa de golpe de Estado, que desembocaram nos eventos do 08 de janeiro de 2023. Toda vez que aparecem novas informações, vai se tornando mais claro que a conspiração envolve vários setores dessas Forças, inclusive em nível de oficiais e comandantes. Até agora, o STF julgou e prendeu apenas manifestantes dos atos golpistas do dia 8 de janeiro, mas não foi ainda preso nenhum dos financiadores e organizadores do golpe, justamente aqueles que bancaram a tentativa golpista em todas as regiões, bem como os seus organizadores em Brasília, especialmente os militares, incluindo o comandante dessa empreitada, o ex-presidente Bolsonaro. Nesse sentido, deve-se reforçar a campanha “Sem anistia para todos os golpistas”.

Por tudo o que vimos até agora, esse governo não será capaz de romper com o modelo econômico burguês, porque é parte dele. A estratégia democrático-popular, que parecia derrotada pelo desenlace dos governos petistas anteriores, voltou a se apresentar como uma suposta alternativa de solução dos problemas que afligem o proletariado brasileiro. Ela, entretanto, não trará as respostas aos anseios da classe trabalhadora. Atuar nessa conjuntura política não é fácil: é necessário não ter medo de buscar os caminhos corretos. Enquanto grande parte das organizações partidárias e sindicais apostam apenas na via institucional e no processo eleitoral, corremos o risco de deixar o campo da luta de classes ainda mais aberto às ações de mobilização da extrema-direita. Cabe destacar que o retorno do projeto democrático-popular nesse governo Lula 3 tem se demonstrado ainda mais rebaixado no que diz respeito a sua tímida preocupação com as questões sociais. Por outro lado, se mostra ainda mais voraz no avanço de medidas neoliberais do que os primeiros governos Lula, como é o caso do novo arcabouço fiscal que cristaliza na estrutura do estado brasileira a lógica de roubo do fundo público.

Por tudo isso, a saída para a crise é a mobilização popular para construir espaços autônomos do proletariado e dos setores a ele aliados, apostando no fortalecimento do Poder Popular para derrotar o projeto burguês e a conciliação de classes. Torna-se assim fundamental que possamos intensificar sua presença junto aos principais setores da classe trabalhadora de modo a potencializar a combatividade das lutas sociais e o processo de reorganização da classe, trabalhando para que as manifestações e greves tornem-se embriões de um processo que irá se desenvolver rumo a espaços de poder popular em que se ponha em questão o modelo de sociedade vigente em nosso país. Temos visto por exemplo, como a continuidade da política de mineração destrutiva do capital nessa conjuntura tem gerado ameaças a vida da classe trabalhadora e como mobilizações populares têm emergido contra esse cenário. Vemos como extremamente positivo, nesse sentido, a recente reunião do nosso sindicato com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) para tratar de articulações e lutas nesse tema.

Além disso, é fundamental realizarmos um esforço nacional para que o movimento sindical classista crie possibilidades para a realização de um Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat), no momento em que amadureceram as condições para

essa realização, de forma a que nossa classe possa debater os problemas do país e da classe trabalhadora, as formas de organização para o novo ciclo de lutas que se abriu com o governo Lula. Devemos costurar com todas as forças políticas a construção da unidade de ação e a mobilização nas ruas contra a política antipopular, a conciliação de classes e o fascismo, bem como estar presente em todas as lutas de nosso povo.

No movimento docente e da classe trabalhadora, o ano de 2023 sofreu uma perda irreparável. A companheira e ex-presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira, foi uma militante social e política de grande sensibilidade humana e referência fundamental para o conjunto dos movimentos sociais e sindicais. Para toda uma geração de militantes, Marinalva continuará sendo uma referência política ineludível para quem luta por transformações radicais em direção a uma outra sociedade livre de exploração e opressão. Nossa sincera homenagem: **Marinalva presente, hoje e sempre!**

Palestina: luta contra o colonialismo, sionismo e o apartheid

Das guerras imperialistas promovidas contra a classe trabalhadora, ressaltamos a situação da Palestina em que, diante dessa catástrofe humanitária e do etnocídio promovido contra o povo trabalhador, sobretudo mulheres e crianças, dezenas de países suspenderam relações diplomáticas com o Estado genocida de Israel, como forma de protesto e pressão internacional contra os crimes de lesa-humanidade praticados pelo governo sionista de Benjamin Netanyahu e a coligação de partidos de extrema-direita que o sustenta.

O ANDES-SN deve defender a suspensão imediata de todos os acordos comerciais, científicos e militares e das relações diplomáticas com Israel, como forma de aumentar essa pressão internacional contra a máquina genocida e terrorista do Estado israelense, que já ceifou mais de 13 mil vidas de civis palestinos, sobretudo mulheres e crianças, e deixou mais de 600 mil desabrigados, destruindo escolas, creches e hospitais indiscriminadamente, impondo à população da Faixa de Gaza um verdadeiro holocausto, a inflexão mais crítica até então da Nakba iniciada em 1948. Defendemos também que o governo brasileiro rompa relações diplomáticas, comerciais e militares com o Estado de Israel.

Memória, Verdade, Justiça e Reparação! Fascistas não passarão!

Neste ano de 2024, recordamos os 60 anos de início da ditadura empresarial-militar no Brasil, que se estendeu até 1985. Foi um processo que antecipou em quase uma década o ciclo de ditaduras fascistas dos países do Cone Sul: Uruguai, em junho de 1973 - 1984; Chile, setembro de 1973 - 1989; Argentina, de 1976 - 1983; o ciclo dos militares na Bolívia, de 1964 - 1982; e a prolongada ditadura paraguaia iniciada em 1954 até 1989.

Essas ditaduras da segunda metade do século XX foram ditaduras de um definido caráter contrarrevolucionário, em resposta à revolução cubana de 1959 que, a partir de 1962, com a inestimável ajuda da ex-URSS, trouxe o socialismo para nosso continente. Os EUA, com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o infame Tratado do Rio de Janeiro de 1947, no contexto da Guerra Fria, promoveu a Doutrina da Segurança Nacional particularmente através da Escola das Américas ou Escola do Panamá, que fundamentou e treinou os militares para o Terrorismo de Estado. Não menos importante foi a coordenação dos aparelhos repressivos, envolvidos no Plano Condor, um plano formalizado em 1975 no Chile, mas que seguramente já operava anteriormente, no qual participaram as forças armadas do Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Brasil. No interior deste plano houve diversos outros planos específicos voltados para a repressão de diversos coletivos de militantes, como, por exemplo, no caso da Operação Radar, que executou 20 militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os militantes

assassinados foram: João Massena Melo, Luís Inácio Maranhão, Hiram de Lima Pereira, Elson Costa, Jaime Amorim Miranda, Itair José Veloso, José Montenegro de Lima, Orlando Bonfim Júnior, Caiuby Alves de Castro, José Roman, Walter de Souza Ribeiro, David Capistrano da Costa, Nestor Veras, José Maximiniano de Andrade Neto, José Ferreira de Almeida, Alberto Aleixo, Pedro Jerônimo de Souza, Vladimir Herzog, Neide Alves do Santos e Manoel Fiel Filho. Nossa homenagem a todo/as eles/as e ao conjunto do/as lutadore/as que enfrentaram heroicamente a ditadura empresarial-militar.

A ditadura consolidou a nova fase do capitalismo monopolista no Brasil e no conjunto dos países da América Latina e do Caribe, e, portanto, uma nova articulação ao capital imperialista capitaneado pelas empresas monopolistas e os estados dos EUA, Alemanha e Japão. Uma profunda reestruturação da base econômica será realizada, atrelando fortemente as economias dos países periféricos e dependentes às exigências de acumulação do capital dos países do centro do sistema mundial. Com definidas particularidades nacionais e temporalidades diferentes, as economias foram cada vez mais desnacionalizadas e subordinadas às agências imperialistas dos acordos de Bretton Woods: FMI, BM e, posteriormente, a OMC - e, reiteramos, com temporalidades diferentes, foram ingressando nas políticas neoliberais. No nosso caso, a ditadura aplicou fundamentalmente um projeto desenvolvimentista e, somente depois, com a redemocratização, começaram as políticas neoliberais.

Consideramos central que, diante do avanço da extrema-direita apologista da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, reforcemos nossas ferramentas de luta por memória, verdade, justiça e reparação. Nesse sentido, estamos propondo num TR específico de outro texto um conjunto de atividades para lembrar esse momento e seus rebatimentos na atualidade, inclusive com uma proposta de reformulação da Comissão da Verdade do nosso Sindicato.

Enfrentar o projeto do capital para a educação: construir o IV ENE e avançar num projeto de Universidade Popular

No campo das lutas por um outro projeto de educação, é urgente que o ANDES-SN protagonize a rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep) e a construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE). Nesse sentido, foi fundamental o chamamento feito pelo sindicato para uma primeira reunião neste segundo semestre, a partir de deliberação da categoria. Assim como nas outras edições, a diretoria do nosso sindicato deve ser a principal articuladora deste que é o maior e mais importante encontro de movimentos de luta por um projeto classista e democrático de educação que já foi realizado nos últimos 10 anos. Ainda que tenhamos dificuldades de articulação com outras entidades, como já foi em outros momentos, não devemos simplesmente ficar refém de outras direções políticas que optam pela institucionalidade e apostam na desmobilização popular como forma de ocupar espaços de poder. Todas as edições do ENE foram construídas com dificuldades, porém a disposição para construir esse espaço foi determinante para sua realização e direcionamento político.

Entendemos que o fortalecimento da CONEDEP e a construção do IV ENE é um processo que tem o potencial de aglutinar as diversas lutas contra os ataques do capital (revogação do Novo Ensino Médio, Escola Cívico-Militares, Violência contra as Escolas, privatizações, intervenções nas IES, etc), ao mesmo tempo que fortalece um campo combativo para o avanço de um projeto classista e popular de educação. As disputas e contradições expressas na retomada das discussões sobre o novo Plano Nacional de

Educação podem ser melhor enfrentadas se estivermos fortalecidos e articulados com os setores mais combativos da educação.

O IV ENE está na esteira da reorganização da classe trabalhadora, das lutas por um outro projeto de sociedade na qual a educação tem papel fundamental e na articulação das organizações políticas de base para estabelecer um novo ponto de partida das lutas sociais. A classe trabalhadora precisa sair dessa defensiva auto-proclamatória que somente denuncia e repudia, precisamos avançar para uma ofensiva da classe contra a burguesia e seus governos subordinados. E se não for nós, quem será? E se não for agora, quando?

É nesse sentido também que damos continuidade à luta por uma Universidade Popular. Nesse segundo semestre de 2023, a partir de deliberação da categoria, o GTPE organizou um Painel sobre a atualização do Caderno 2 na perspectiva da Universidade Popular. Consideramos esse mais um passo fundamental para aprimorarmos nossa concepção de universidade, institutos federais e CEFETs. A nosso ver, o projeto histórico elaborado pelo ANDE SN é parte fundamental dessa construção. Lutar, criar a Universidade Popular é fortalecer a capacidade da classe trabalhadora de dar direção política, cultural e ética para as diversas lutas atualmente existentes, bebendo de suas contribuições, e fortalecendo a saída pela construção do Poder Popular e do Socialismo.

Pelo Poder Popular!

Solidariedade ao povo palestino!

Sem anistia para ditadores de ontem e de hoje!

Pela construção do IV ENE!

Marinalva Presente!

Unidade Classista! Futuro socialista!

TEXTO 11

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (Sindufap); Alexandre Adalberto Pereira (Sindufap); Alexandre Macedo (Adufpb); Alexandre José Medeiros do Nascimento (Adufpi); Ana Lúcia Costa de Oliveira (Adufpel); Ângela Siqueira (Aduff); André Rodrigues Guimarães (Sindufap); André Meyer (Adufrj); Antônia Costa Andrade (Sindufap); Antônio Francisco Lopes Dias (Adcesp); Antônio Lisboa L. de Souza (Adufcg); Arthane Menezes Figueiredo (Sindufap); Beatriz Franchini (Adufpel); Caio Sgarbi Antunes (Ufg); Carlos Rerisson Rocha da Costa (Adcesp); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (Sindufap); Carlos Rogério Mauch (Adufpel); Carlos Vicente Joaquim (Sesduf-Rr); Cássio Alves (Apufpr); Celeste Pereira (Adufpel); Célio Ribeiro Coutinho (Sinduece); Cenira Andrade de Oliveira (Adufes); Ceres Torres (Adufpel); David Junior De Souza Silva (Sindufap); Danielle Dias da Costa (Sindueap); Edivaldo José Bortoleto (Adufes); Elaine da Silva Neves (Adufpel); Eliana Pereira de Carvalho (Adcesp); Elda Maria Freire Maciel (Sinduece); Eliane Fazolo (Adur-Rj); Epitácio Macário Moura (Sinduece); Erlenia Sobral do Vale (Sinduece); Fabiana Fátima Cherobin (Adufes); Fábio Wosniak (Sindufap); Fabiola Kato (Adufpa); Fernanda Hernandez Figueira (Adufpel); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (Sinduece); Francisco Santiago (Sindufap); Gean Cláudio de Souza Santana (Adufs-Ba); Gisele Masson (Sindiprol/Aduel); Henrique Andrade F. Mendonça (Adufpel); Ilma de Andrade Barleta (Sindufap); Isabel Florentino (Adufpa); Janete Brito (Adcesp); Ivana de Oliveira Gomes E Silva (Adufpa); José Carlos Marques Volcato (Adufpel); José dos Santos Souza (Adur-Rj); José Raphael Bokehi (Aduff); Lafaiete Santos Neves (Apufpr); Lalo Watanabe Minto (Adunicamp); Leandro Machado dos Santos (Adur-Rj); Leila Maria Costa Sousa (Adufpa); Liliane Soares (Sindufap); Lorena Moraes (Adcesp); Luciana Peil (Adufrj); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Alberto Ornellas Rezende (Sindcefet-Mg); Luiz Fernando Reis (Adunioeste); Luiz Henrique Schuch (Adufpel); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marcelo Paula de Melo (Ufrj); Marco Antonio Perruso (Adur-Rj); Maria Angélica da Gama Coutinho (Adur-Rj); Maria da Conceição dos Santos Costa (Adufpa); Maria Conceição Rosa Cabral (Adufpa); Maria do Carmo Lobato da Silva (Sindufap); Maria Edilene S. Ribeiro (Adufpa); Maria Gabriela Guillén Carías (Adufdourados); Maria Jacqueline Girão (Adufrj); Maria Suely Soares (Apufpr); Marielson Rodrigues Guimarães (Adufpa); Marise Fonseca dos Santos (Apufpr); Milena Martinez (Apufpr); Norlai Alves Azevedo (Adufpel); Odete da Cruz Mendes (Adufpa); Olgaíses Maués (Adufpa); Paulo Afonso da Silva Oliveira (Sesduf-Rr); Paulo Lucas da Silva (Adufpa); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (Sindufap); Priscila Monteiro Chaves (Adufes); Ranoel José de Sousa Gonçalves (Adufcg); Raquel Angela Speck (Apufpr); Regiana Blank Wille (Adufpel); Renatho Costa (Sesunipampa); Rhoberta Santana de Araújo (Adufpb); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosângela Assunção (Adcesp); Robison Raimundo Silva Pereira (Adcesp); Rúbia Vogt (Andes Ufrgs); Sandra Alessi (Apufpr); Savana Diniz Gomes Melo (Apubh); Sidney da Silva Lobato (Sindufap); Sônia Regina Teixeira (Adufpa); Tadeu Lopes Machado (Sindufap); Valdelaine Mendes (Adufpel); Vera Lúcia Jacob Chaves (Adufpa); Veronica Fernandez (Aduff); Vilson Aparecido da Mata (Apufpr); Vitor Benvindo (Apub); Viviane Narvaes (Adunirio); Waldir Ferreira de Abreu (Adufpa), Yurgel Pantoja Caldas (Sindufap).

RETOMAR AS LUTAS SINDICAIS E SOCIAIS CLASSISTAS PARA MUDAR A CONJUNTURA DE RETROCESSOS E CONCILIAÇÕES

TEXTO DE APOIO

O ano que está terminando se caracterizou, do ponto de vista das classes dominantes do planeta, pela multiplicidade das crises capitalistas e pelo caos político face às disputas por hegemonia entre EUA, China, Comunidade Europeia, Rússia, Índia, Sul Global e outras potências médias e agrupamentos supranacionais. As disputas por negócios e influência entre os diversos regimes burgueses, liberais ou nacionalistas vão se agravando desde a invasão da Ucrânia e chegam ao ápice agora por meio do genocídio israelense na Palestina (que, no entanto, resiste). Há guerras na Síria, no Iêmen, no Afeganistão, em Mianmar, no Sudão, na República Democrática do Congo, na Etiópia, na Líbia, em Burkina Faso.

Já do ponto de vista dos trabalhadores de todo o mundo – que não estão representados por nenhum destes governos, da extrema-direita aos progressistas, passando por

neoliberais, social-democratas, reacionários, autoritários ou populistas de todas as cores – a situação potencial é de uma onda de lutas populares, diante dos ataques de todos os padrões e seus representantes políticos contra os direitos e interesses de explorados e oprimidos em geral.

Nos EUA, por exemplo, 2023 ficou marcado por greves históricas. Trabalhadores da indústria automobilística, do cinema/TV/streaming, do comércio eletrônico, de serviços, de hospitais, entre outros, construíram enormes paralisações e promoveram inúmeros protestos, impactando o centro da ordem do Capital e o conservadorismo estadunidense, bem como o extremismo de direita de todos os lugares que o segue. O apoio popular aos sindicatos nos Estados Unidos é o maior em mais de meio século, embora a proporção de sindicalizados do interior da classe ainda seja baixa. O impacto político destas lutas tem sido tão grande que obrigou Biden a se tornar o primeiro presidente em toda a história do país a apoiar – demagogicamente, por óbvio – um piquete de fábrica, algo que nem Lula teve a coragem de fazer no Brasil em todos os seus mandatos executivos. Na China, greves e protestos contra o fechamento ou a realocação de fábricas, sob a ditadura do Partido “Comunista” Chinês, praticamente dobraram em número, de 2022 para 2023. Em Sri Lanka, houve greve geral contra o FMI no primeiro semestre. Os trabalhadores sul-africanos promoveram greves na saúde pública e no transporte urbano. Em Cabo Verde, professores fazem paralisação no fim deste ano. Na Europa também houve importantes greves em vários países, como a dos trabalhadores da Amazon, dos transportes, do sistema de saúde, do serviço público e da educação. As jogadoras de futebol espanholas pararam os jogos em protesto contra o machismo de dirigentes, e na Islândia houve greve das mulheres pela igualdade salarial.

Na França, as paralisações chegaram a ameaçar a organização dos Jogos Olímpicos de Paris em 2024, denunciando o que já sabemos aqui desde as jornadas de junho de 2013: os grandes eventos e as respectivas grandes obras obedecem apenas aos interesses dos capitalistas. Além disso, uma série de greves resultou da mobilização dos trabalhadores contra a reforma da previdência de Macron. Um arco de forças sindicais de amplitude incomum no solo francês formou-se para repudiar essa autoritária retirada de direitos da classe trabalhadora: usando o artigo 49.3 da Constituição francesa, Macron aprovou um projeto de lei sem que ele passasse pela Assembleia Nacional. A idade para a aposentadoria no país subiu de 62 para 64 anos e o tempo de contribuição necessário aumentou de 42 anos para 43 anos. Nessa queda de braço, a popularidade do presidente chegou ao seu menor índice desde a eclosão do movimento dos Coletes Amarelos, em 2018. Por exemplo, segundo pesquisa publicada no jornal *Le Journal du Dimanche*, 76% dos jovens de 18 a 24 anos e 82% dos trabalhadores rejeitam o presidente francês.

Todas essas lutas sindicais enchem as ruas do turbulento século XXI. E elas se tornaram ainda mais agitadas no presente momento, com as massivas mobilizações pelo planeta em defesa da resistência palestina e contra a histórica opressão militar israelense, a qual se agravou nos últimos anos com o governo de extrema-direita de Netanyahu – que vinha copiando o repertório autocrático de Trump e Bolsonaro em suas pressões sobre outro poder institucional burguês, o judiciário. Nossa América Latina e nosso país não fogem deste contexto: greves de professores no México, Peru, Argentina, Chile, Bolívia e no Brasil (Amazonas, Maranhão, Brasília, Rio de Janeiro, entre outros estados) enfrentaram governantes progressistas e conservadores, que argumentam igualmente não haver dinheiro para atender às reivindicações docentes. Greves contra as privatizações do governo bolsonarista em São Paulo, especialmente dos metroviários, também foram muito importantes em 2023. A conta da crise sempre sobra para os trabalhadores – só nos

resta a clássica arma da luta autônoma e pela base do movimento social para abrir novas possibilidades de justiça social na conjuntura.

No plano político-institucional a ameaça da extrema-direita oscila, como tem sido a regra desde que ela apareceu como velha novidade em meio às contradições de governos progressistas que, todavia, também promovem o neoliberalismo. Na Espanha, o Vox diminuiu sua votação nas últimas eleições, deixando a velha direita do PP sem maioria, propiciando mais uma gestão do PSOE com Pedro Sánchez como primeiro-ministro. Já na Argentina, o peronismo – que teve como candidato um ministro da economia sob uma inflação mensal de mais de 100% mensais – repete todos os problemas evidenciados, no Brasil, pelo lulismo, mesmo antes de Temer e Bolsonaro. O resultado foi a vitória da extrema-direita com Milei. Todo nacionalismo burguês apresentado como popular, ou de esquerda, mais cedo ou mais tarde fortalece alternativas políticas reacionárias, como é sabido.

Por isso mesmo o Brasil de Lula 3 não apresenta nenhuma novidade. Por trás dos tradicionalmente falsos discursos de “reconstrução” e “união nacional”, vai se fazendo o governo de frente ampla esperado: “com Supremo, com tudo”, incluindo o Centrão e muitos bolsonaristas no governo (Arthur Lira, André Fufuca e outros menos cotados), além de direções partidárias convertidas em esquerda da ordem, ávidas por espaço no loteamento de postos institucionais, caso de setores do PSOL. O arcabouço fiscal de Haddad cumpre o papel de arrochar os trabalhadores para financiar fomentos estatais aos negócios empresariais. No lugar de mulheres ou negros, Lula escolhe para ministro do STF seu ex-advogado pessoal, Cristiano Zanin, um homem branco das elites conservadoras nacionais. No que diz respeito à política educacional, fica explícito que ela é ditada pelos grandes grupos empresariais que atuam no país, sobretudo por meio de institutos e fundações de suas empresas. Exemplo é o projeto “Alfabetiza Tchê” no Rio Grande do Sul, em Regime de Colaboração (Parc), entidade composta pela Associação Bem Comum, a Fundação Lemann e o Instituto Natura, o qual cria um sistema de meritocracia incentivador da disputa entre professores e que não respeita a autonomia e a gestão democrática das escolas.

Também em relação a indígenas e povos tradicionais, bem como no que se refere à política ambiental, vão ruindo as promessas lulistas de transição ecológica. O governo tem a firme intenção de explorar petróleo na Foz do Amazonas (enquanto na Venezuela Maduro promete fazer o mesmo na costa da pretendida área de Essequibo, ameaçando invadir a Guiana para tanto). Além disso, o governo federal sob o PT busca aprovar no parlamento o apoio às poluentes usinas termelétricas movidas a gás natural e carvão, contando para isso não só com os votos da ex-esquerda (PT e PCdoB), mas até mesmo do líder da bancada psolista, Guilherme Boulos. Da mesma forma, o projeto de lei 1459/2022, conhecido como PL do Veneno, foi aprovado pelo Senado, com apenas um voto contrário. O texto, que flexibiliza o uso de agrotóxicos, tramitou em regime de urgência e segue para sanção ou veto da presidência. Segundo a Fiocruz, o PL do Veneno traz um conceito de risco à saúde que permite o registro de agrotóxicos que provocam câncer – para a mesma instituição científica, não há nível aceitável para o consumo de substâncias que podem provocar a doença.

A situação da Amazônia tornou-se crítica, chegando próximo a um ponto de não retorno. Essa região sofreu nos últimos meses com intenso calor e com secas de rios e lagos a isolar inúmeras comunidades, que também ficaram: distantes da água potável, gravemente desabastecidas de pescado e ainda mais desassistidas pelos serviços públicos de educação, saúde e assistência social. Os efeitos do modelo predatório de exploração

da natureza dominante globalmente ganham formas dramáticas nos dias que correm. Algo que coloca em xeque a expectativa de que o capitalismo possa nos oferecer um futuro seguro, distante de qualquer grande ameaça às mais variadas formas de vida existentes no nosso planeta. No capitaloceno (era em que predomina a forma capitalista de organização da relação homem-natureza), as grandes corporações que ditam os rumos da economia global e que controlam os espaços de decisão política devem ser reconhecidas como as verdadeiras responsáveis pela crise socioambiental planetária.

Assim, verifica-se que é ignorada toda a crise climática com que o capitalismo mundial nos brindou nas últimas décadas – e que produz as consequências socioambientais as mais nefastas, vide agora a situação em Maceió provocada pelo colapso de uma mina da Braskem. Essa e outras empresas, como a Vale, são costumeiramente financiadas por governos, de direita ou de “esquerda”, com a desculpa de que promovem inclusão social via empregos para os trabalhadores. Porém, como nós do movimento sindical combativo, há muito tempo fortalecido pelo ANDES-SN, sabemos, o que se produz na verdade são a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos. É importante mencionar também as chamadas “soluções sustentáveis” para a transição energética, como a energia eólica, cujas turbinas causam graves impactos tanto no interior quanto no litoral, deixando um rastro de destruição e empobrecimento de populações que ficam privadas de seus modos de produção de vida.

Tais tragédias expõem o pior das privatizações. A vigorosa luta contra o projeto de privatização da SABESP tem se dado logo após o apagão, no início de novembro, em que ficou evidente a incapacidade da empresa privada (ENEL) em reestabelecer a rede de distribuição com eficiência. O apagão em São Paulo ocorre exatamente há três anos daquele que assolou o Amapá por 23 dias, em novembro de 2020. Ali, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) deixou um transformador danificado à espera de manutenção por mais de um ano e, quando um incêndio danificou outro transformador, não havia, então, um de segurança, de socorro. As lutas contra as privatizações, as ainda não feitas e a revogação das já feitas, tendem a ganhar mais fôlego em 2024.

É urgente, portanto, que nosso Sindicato Nacional volte a agir da maneira que sempre o caracterizou, colocando como prioridade a defesa dos nossos direitos e combatendo as ilusões, cultivadas por muitos nos movimentos sociais, de que governos ditos progressistas garantem, por si só, conquistas às classes populares, bastando para tal apenas votos, apoios ou proximidade com políticos originários da esquerda. Como a atual conjuntura política mundial tem demonstrado, a diluição da militância social em frentes políticas e institucionais burguesas é a receita que leva a mais derrotas para os trabalhadores. Nunca é demais repetir: só a luta – classista, independente e pela base – muda a vida.



Greve das Estaduais em 2023-2024.
 Fotos: Divulgação das Seções Sindicais, Sindunespar-SSind,
 Sinduepg-SSind, Sindproladuel-SSind, Sesduem-SSind,
 Adunioeste-SSind, Adunicentro-SSind e Adcesp-SSind

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O setor das IEES-IMES protagonizou lutas importantes no ano de 2023, com duas grandes greves - Paraná e Maranhão -, paralisações, atos e uma semana de lutas no primeiro semestre. Além disso, realizamos o XIX Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, entre 20 e 22 de outubro, em São Luiz, MA, o maior em número de participantes desde sua primeira edição. No encontro, principal espaço de acúmulo do setor, cujo tema central foi “*Em defesa da educação: as lutas pela recomposição salarial e financiamento nas universidades estaduais e municipais*”, foi possível avançar nas propostas de ações e estratégias relacionadas com campanhas salariais, financiamento, autonomia, carreira, campanha em defesa das IEES-IMES, democracia interna, saúde dos(as) docentes e luta contra as diversas formas de assédio.

Em 2023, o setor fortaleceu-se com a inclusão de novas seções sindicais, a exemplo de SINDFAMES e APROUNCISAL. Além dessas seções sindicais, a inclusão do SINDUnDF, amplia a área de atuação do setor, que além das Instituições Estaduais e Municipais, agora engloba uma instituição de ensino superior distrital.

O arrocho salarial imposto aos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais é produto da política de desvalorização do serviço público, do pagamento de dívidas públicas dos estados, da desoneração fiscal que beneficia o capital e da política de desfinanciamento das Universidades estaduais e municipais, além dos ataques aos direitos e às carreiras dos(as) docentes, que contribuem para o achatamento salarial e a precarização do trabalho docente. A disputa pelo fundo público deve continuar sendo uma prioridade, articulada com a construção de lutas unitárias do conjunto dos(as) servidores(as) públicos(as) para enfrentar a política de arrocho salarial e o desmonte dos serviços públicos nos estados e municípios.

De acordo com as informações do XIX Encontro Nacional do setor, os(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais acumulam perdas salariais que se encontram entre 40% e 60% nos últimos anos. Segundo informações apresentadas pelas seções sindicais no encontro sobre perdas salariais dos docentes das IEES e IMES, o quadro naquele momento era o seguinte: MG: 66,4% desde 2008; PR: 35% desde 2016; SP: 40,75% em relação a 2012, porém houve reajuste de 20% em 2022 e 10,53% em 2023; BA: 36,5% desde 2015; PB: 14% desde 2019; PI: 68,64%, acumuladas nos últimos 10 anos; RN: 89,63% desde 2014; CE: 33,03% de perdas desde 2015; MS: 63,08% acumuladas de 2015 a 2022; Gurupi (TO): 23%; PA: 49,6% desde 2006; MA: 56% desde 2012; RJ: 128% desde 2001(UERJ) e 41,4% desde julho de 2014 (UENF). Do Encontro Nacional até o Congresso, esses percentuais foram alterados em função de reajustes ou da inflação.

Os salários dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais encontram-se tão achatados que, mesmo após o reajuste do percentual do piso nacional do magistério, 14,95%, com salário nominal de R\$ 4.420,55 para professores com jornada de 40 horas semanais, a maioria dos docentes das IEES, em início de carreira, com graduação, 40h, está ganhando abaixo do piso nacional do magistério, retrato da desvalorização do trabalho docente nas IEES/IMES.

Diante desse quadro e das lutas levadas a cabo em todos os estados e municípios, a campanha contra o arrocho salarial deve continuar sendo central no plano de lutas de 2024, além de intensificar a campanha “*Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende!*” das IEES-IMES, destacar o enfrentamento nos estados e municípios, a semana de lutas do setor, em defesa da valorização do trabalho docente, e a disputa do fundo público em unidade com o conjunto dos(as) servidores(as) públicos(as) por reajustes salariais. É importante, também, avançar na Campanha “*Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende*” em um processo de nacionalização das lutas do setor, com propostas de mobilização conjunta nas IEES, construídas e encaminhadas em reunião do setor. A continuidade desta campanha se dará por meio da contratação de empresa exclusivamente para a produção da identidade visual da campanha, produção audiovisual, produção de rádio, com proposta orçamentária de aproximadamente R\$ 100.000,00, com possibilidade de variação de valor que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente.

O desfinanciamento das IEES-IMES tem sido intensificado em todos os estados e municípios. Em geral, os cortes orçamentários se dão em investimentos e receitas. No Estado de São Paulo, o governo de extrema-direita de Tarcísio de Freitas e Felício Ramuth apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) que propõe reduzir o percentual de investimentos em educação. A Constituição Paulista prevê, em seu artigo 255, que o estado deve investir na educação pública, no mínimo, 30% das receitas oriundas dos impostos arrecadados. Fruto das lutas dos movimentos sociais, o percentual é 5% superior ao mínimo previsto na Constituição Federal (25%), em seu artigo 212. Na PEC 9/2023, o governador Tarcísio propõe a redução para 25%, abrindo a possibilidade de que a diferença seja transferida para a saúde. A redução de 5% no total de impostos corresponde a, aproximadamente, 16,5% a menos no montante atualmente destinado à educação pública paulista, um prejuízo de cerca de R\$ 10 bilhões anuais. O financiamento das universidades estaduais paulistas, Unicamp, Unesp e USP, é parcela do investimento em Educação. Assim, se a PEC 9/2023 for aprovada, os recursos para as universidades também serão reduzidos.

A pesquisa levada a cabo pelo setor, com a contratação de dois bolsistas, analisou o orçamento das Universidades Estaduais em 18 unidades da federação. Os resultados demonstram a homogeneidade da política de cortes e os impactos das dívidas nos estados. É necessário continuar com a pesquisa para ampliar seu escopo, incluindo novas seções sindicais que previamente não tinham sido incluídas na pesquisa, como SINDUnDF, SINDUEMA, Apro-Uncisal e SindFAMES. É importante destacar que as seções sindicais devem se apropriar dos dados da pesquisa, disponível na secretaria do ANDES-SN. Além disso, as seções sindicais podem solicitar oficinas, de caráter online, com os bolsistas, sobre a realidade orçamentária de seus estados e do financiamento, receitas e investimentos nas Universidades durante o período coberto pela pesquisa.

Os Regimes de Recuperação Fiscal, as desonerações, as leis Kandir e de responsabilidade fiscal, articuladas com o sistema da dívida pública, são elementos extremamente danosos para o conjunto dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais e municipais. Em tese, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é um acordo instituído pela Lei Complementar Federal nº 159/2017, nos marcos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC nº 101/2000), de auxílio aos estados com grave desequilíbrio fiscal. A dívida alegada pela União é uma crise fabricada, sendo usada para chantagear os estados a aderirem ao RRF. Na prática, tem funcionado como um caminho de implementação de Reformas Administrativas, via estados e processos de desestatização. A implementação

do Regime não resolve o problema financeiro dos estados e tem sido nomeado pela Auditoria Cidadã da Dívida como Regime de Implosão Fiscal.

Examinando a crise fabricada nos estados, constata-se que parte dela está relacionada ao desproporcional repasse que a União fornece aos estados, às desonerações tributárias promovidas pela Lei Kandir e aos juros da dívida. A organização do Brasil funciona como uma união entre os entes federados, compreendendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos com autonomia. Entretanto, a maior parte da arrecadação tributária é retida na esfera federal, que repassa uma parte insuficiente aos demais entes. Além disso, por meio da Lei Complementar n° 87/96, conhecida por Lei Kandir, houve a desoneração do ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados, o principal imposto estadual, diminuindo a arrecadação dos estados e municípios exportadores. Entre 1999 e 2017, os estados brasileiros perderam cerca de R\$ 650 bilhões de receitas do ICMS, sem atualização pelo IPCA. Com a correção, o valor ultrapassa um trilhão de reais. Essa isenção impactou diretamente as contas públicas, muito mais após a aprovação da EC 109/21 e a LC 194/22, que extingue a obrigação da União de indenizar os estados pelas perdas da Lei Kandir. Ademais, também há os elevados e abusivos juros da dívida, a título de exemplo, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ), primeiro a ingressar no Regime em 2017, pagou no período entre 1999 e 2019, R\$ 29,6 bilhões em juros e amortizações. Entretanto, a dívida que era de R\$ 15,2 bilhões passou a ser de R\$ 90,7 bilhões no mesmo período. Constata-se que a dívida já havia sido paga em cerca de duas vezes, porém o estoque aumentou em quase seis vezes. Segundo os dados da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), em agosto de 2023, a dívida chegou a R\$ 186 bilhões, mais que o dobro da Receita Corrente Líquida projetada, que está em R\$ 89 bilhões.

Após 6 anos de adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal, no qual ficou explícito que o “Regime” não tem o objetivo de se recuperar, Goiás adere ao RRF em 2021 e Rio Grande do Sul em 2022. Em Minas Gerais, os(as) servidores(as) públicos(as) estaduais estão em luta pela não adesão ao RRF. As estaduais mineiras, Aduemg e Adunimontes (seções sindicais do ANDES-SN), têm travado uma luta árdua, em articulação com a Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos, dos(as) Servidores(as) Públicos(as) e Contra as Privatizações, para impedir que Minas Gerais entre no RRF. Estão realizando atos, paralisações e intensas mobilizações, além do acompanhamento da tramitação na casa legislativa. O debate em Minas sobre o ingresso do estado ao RRF ocorre desde 2019, quando foi apresentado pelo governador Romeu Zema (Novo) o Projeto de Lei n° 1.202/19. O PL prevê o congelamento dos salários dos(as) servidores(as) públicos(as) por 9 anos, podendo ser ampliado para até 12 anos, e permite apenas dois reajustes de 3%, em 2024 e outro em 2028, durante o período de vigência do RRF. Atualmente, a figura chave para executar o RRF em Minas é o secretário da fazenda, Gustavo Barbosa, o mesmo que esteve como secretário da Sefaz no Estado do RJ e foi responsável pela implementação do Regime no Rio. Segundo levantamento feito pela Auditoria Cidadã da Dívida, o Governador Zema deixou de receber R\$ 135 bilhões de ICMS, referente à Lei Kandir, em decorrência de um acordo entre o Estado de MG e a União, conduzido pelo STF. Os dados apontam que os recursos da Lei Kandir do Estado de Minas Gerais são maiores que o saldo da dívida Pública. A dívida do estado mineiro é uma narrativa construída para que se tenha mais um estado da União atrelado à intervenção federal do RRF.

O Regime de Recuperação Fiscal também prevê o estabelecimento de um Conselho de Supervisão do RRF (CSRRF). Em princípio, o conselho é responsável por acompanhar as ações dos Estados que aderiram ao regime e verificar se estão cumprindo as regras que

estão reunidas no Plano de Recuperação Fiscal (PRF). Entretanto, o CSRRF funciona para monitorar os estados, retirar sua autonomia e atuar como braço interventor da União. Ele é composto por três membros: um membro indicado pelo Ministro da Fazenda, um pelo Tribunal de Contas da União e um pelo estado. O Conselho objetiva manter as condições e ações pactuadas no plano. Durante a vigência do Regime, os titulares de Poderes e órgãos autônomos, das Secretarias de Estado e das entidades da administração indireta encaminham ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal relatórios mensais contendo informações como: as vantagens, aumentos, reajustes ou adequações remuneratórias concedidas, os cargos, empregos ou funções criados, os concursos públicos realizados, os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo e vitalícios, as revisões contratuais realizadas, as despesas obrigatórias e as despesas de caráter continuado criadas, os auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza criados ou majorados etc. Com base nas informações fornecidas, o CSRRF elabora relatórios periódicos (bimestrais, semestrais e anuais) reportando as ações do estado à União, com a finalidade de avaliar se o estado está efetuando o cumprimento do Regime. Esse conselho, não eleito, na prática, tem poder de veto de leis aprovadas nas casas legislativas e determinações do governador, colocando-se acima do legislativo e do executivo, que são os poderes eleitos. Caso o estado não esteja observando as cláusulas draconianas do RRF, há a ameaça de retirá-lo do Regime e impor o retorno do pagamento da dívida, que em muitos casos poderá estar em montante maior que a Receita Corrente Líquida.

A implementação do RRF nos Estados implica no ataque à carreira e aos salários dos servidores, além da privatização de empresas públicas. No Rio de Janeiro foi privatizada a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, CEDAE, fazendo com que anos após a privatização o estado experimente um caos hídrico, com falta de fornecimento em vários pontos e aumento no valor da conta d'água. No Rio Grande do Sul a Companhia Riograndense de Saneamento, Corsan, foi privatizada. O Estado de Goiás resiste à privatização da Companhia Saneamento de Goiás S/A, Saneago. Em Minas Gerais, o governador Romeu Zema enviou um projeto de lei à Assembleia Legislativa do estado para privatizar a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Essa privatização também está no contexto do ingresso do estado de Minas ao RRF. Inclusive, para abrir caminho às privatizações, não só da Cemig, mas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), o governador encaminhou uma PEC à Assembleia Legislativa de MG (ALMG) que facilita a privatização, com votação apenas de votos simples e desobrigando a realização de referendos populares, que é uma determinação da constituição estadual para a desestatização de empresas públicas.

Com relação aos ataques da carreira, há a imposição de Revisão do Regime Jurídico Único, teto para gastos primários (o gasto com a dívida pública fica fora do teto) e reformas da previdência. Em 2017, quando o Estado do Rio de Janeiro ingressa no RRF há o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, muito antes da Reforma da Previdência de 2019 pelo governo Bolsonaro. Ademais, o estado, sob o Regime, está proibido de conceder reajustes salariais (entretanto há uma possibilidade de recomposições inflacionárias, a depender das legislações estaduais), criação de cargos ou alteração na estrutura de carreira, contratação de servidores, realização de novos concursos e criação ou reajuste de despesa obrigatória. As cláusulas draconianas do RRF também incluem a vedação do questionamento judicial do contrato de dívida refinanciada pela União, neutralizando um elemento que é fundamental para o questionamento da dívida e a prescindibilidade do ingresso dos estados ao Regime de Recuperação Fiscal. Nesse contexto nefasto, a luta contra o RRF é de extrema importância, inclusive para

conter o processo de alastramento dessa política de austeridade e impedir a implementação do Regime em outros estados.

Os ataques dos governos estaduais também têm se dirigido à carreira dos(as) docentes das universidades estaduais e municipais. O impedimento de mudanças de regime de trabalho, progressões, anuênios e aposentadorias são alguns dos itens dos ataques à carreira. No Encontro Nacional do Setor foi destacada a ausência de autonomia das Instituições de Ensino Superior do setor como um dos agravantes dos ataques e desrespeito às carreiras do magistério superior nos estados. A realização de um CONAD extraordinário do ANDES-SN para discutir a carreira docente é premente, em razão dos ataques à nossa carreira e da diversidade de planos de carreira ainda presente em nosso setor, apesar da grande maioria se encontrar próximo dos princípios da carreira presentes no Caderno 2.

É importante lembrar que em nossas duas últimas greves do setor, a SINDUEMA e as seções sindicais do Paraná conseguiram arrancar vitórias nas carreiras. No caso do Maranhão, o governo propôs aumento nas gratificações de titulação e equiparação salarial dos(as) professores(as) substitutos(as) com os(as) docentes ativos(as) de acordo com a titulação. No caso do Paraná, a greve docente logrou uma elevação no adicional docente em 25% para os(as) doutores(as), 10% para os(as) mestres e 5% para os(as) especialistas, o que redundou em um ganho salarial de 13,89% aos(as) doutores(as), 6,46 aos(as) mestres e 3,23% aos(as) especialistas, ou ainda, considerando-se de forma articulada com o reajuste geral de 5,79% obtido em maio, implica em reajuste total de 20,48% aos(as) doutores(as), 12,62% aos(as) mestres e 9,2% aos(as) especialistas.

No âmbito das demais lutas de resistência no setor das IEES/IMES, no Estado do Rio de Janeiro, as estaduais (Asduerj, Aduenf, Adoepad e Adesfaetec), em conjunto com a Secretaria Regional do ANDES no RJ, estão construindo o fórum das estaduais. Essa articulação já garantiu 40% da recomposição nas bolsas dos(as) docentes tutores(as) da Fundação Cecierj, além de pressão no parlamento e governo por recomposição salarial. Na UERJ, os(as) docentes organizados(as) pela Asduerj fazem uma luta fundamental para garantir o Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva conquistado por meio da Lei 8267/2018, que foi questionada em 2019 pelo então governador Wilson Witzel, com uma ação para declará-la inconstitucional. O Tribunal de Justiça do RJ, em 21 de agosto, sentenciou favoravelmente aos(as) docentes da UERJ. No entanto, o governo Cláudio Castro recorreu do resultado do acórdão, alegando que a manutenção da lei implicaria mais gastos, considerando o Regime de Recuperação fiscal (RRF). A defesa da Dedicção Exclusiva é uma pauta fundamental do movimento docente para manter o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, a luta dos(as) docentes da UERJ é também a luta do ANDES-SN. A ADUENF tem lutado pela implementação de um novo plano de Cargos e Carreira e vencimentos, que se encontra em tramitação há dois anos na Casa Civil do estado sem conclusão. Além disso, tem feito lutas diárias pela democracia interna na universidade e contra o assédio, principalmente moral, instalado na UENF.

No Ceará, servidores(as) públicos(as), entre os(as) quais docentes, apresentaram em reunião da Mesa Estadual de Negociação Permanente (MENP), no dia 30 de outubro, a Campanha Salarial de 2024, com reivindicação de 10% de reajuste salarial, para repor perdas salariais desde 2014. As(Os) docentes realizaram atos em todo o estado, exigindo mais compromisso e seriedade com o serviço público. As reivindicações também incluem: cronograma de recomposição das perdas salariais de 33,71%; assegurar o pleno funcionamento das mesas de negociação, tanto a MENP quanto as setoriais; pagar as ascensões funcionais respeitando a Lei nº 12.836/94; realizar concursos públicos para

provimento de cargos efetivos; revogação da Reforma da Previdência Estadual e fim da taxaço dos aposentados; entre outros.

Os(As) docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Uebas) - Uneb, Uefs, Uesb e Uesc promoveram paralisaçoes, em conjunto com o movimento estudantil, para denunciar à sociedade os problemas enfrentados pelas instituições e a falta de interesse do governo em negociar as pautas de reivindicaçoes de professores(as), técnicos(as) e estudantes. As Universidades estaduais reivindicam reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos nove anos (2015- 2023), com o compromisso da retomada da política de correção salarial anual. Também cobram a ampliação e a desvinculação do quadro de vagas; a adequação das atuais disposições sobre concessão de transportes para docentes; além do financiamento público de, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as universidades estaduais, com revisão do percentual a cada dois anos. Na Paraíba, a ADUEPB tem lutado pela regularização do PCCR, em luta com outros sindicatos, e o governo assinalou uma audiência em outubro. Neste ano, foram cortadas 60 vagas, se comparadas com 2022, por causa da LOA.

No Pará, o Sinduepa conquistou a ampliação, em 2022, do número de cargos docentes no PCCS, o que permitiu a progressão vertical de mais de 300 docentes da UEPA e a realização, neste ano de 2023, de concurso público. Além disso, conseguiu-se a aprovação, junto à gestão dos processos democráticos, de remoção docente por meio de resolução interna do CONSUN. Os desafios postos atualmente são: a luta por melhores condições de trabalho (rever portaria de lotação, resolução de liberação de estudos, infraestrutura para trabalho com ensino, pesquisa e extensão); debater amplamente a atual proposta do Governo Estadual de divisão da UEPA, criando mais duas universidades estaduais. Daí a necessidade de analisar os impactos e avaliar as condições estruturais, de ordem financeira e didático-pedagógica, para a efetivação dessa proposta e definir uma posição da categoria acerca do projeto do Governo de divisão da UEPA.

No Mato Grosso, a Adunemat tem feito lutas anuais pela ampliação do orçamento da universidade, visto que cerca de 40% do quadro de professores(as) é substituído. A seção sindical tem procurado debater a pauta salarial com a categoria por meio de visita a todos os *campi*. No Mato Grosso do Sul, a Aduems tem promovido lutas contra as distorções salariais entre os níveis da carreira e tentado barrar o avanço da EaD. Em Gurupi, a APUG vem lutando contra os ataques ao plano de carreira, conquistado em 2018. Os(As) docentes em estágio probatório recebem como se fosse graduados(as) e ainda há a tentativa de retirada da DE. Além disso, muitos(as) professores(as) estão sendo contratados(as) como “preceptores(as)” e há uma diminuição sistemática de alunos(as) devido ao EaD.

No Piauí os(as) professores(as) da UESPI estão em campanha salarial desde o início de 2023 e aprovaram greve a partir de janeiro de 2024. A decisão veio após Projeto de Lei do Governo do Estado, encaminhado à Assembleia Legislativa, que altera o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da categoria docente, ampliando a carga horária em sala de aula. O PL aprofunda o cenário de precarização das condições de trabalho e de adoecimento dos(as) professores(as), afrontando o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a categoria amarga uma defasagem salarial que já ultrapassa 68% e o governo não apresenta qualquer sinalização de atendimento à pauta da categoria.

O Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei que acaba com a lista tríplice nas Instituições de Ensino Federais, uma grande vitória na luta contra as intervenções e pela autonomia nas Universidades. Em muitas Universidades estaduais e municipais, a lista

tríplice é uma condição para a nomeação dos reitores. O fim da lei nas instituições federais deve ser utilizado como uma importante ferramenta de luta nos estados para suprimir este item nos estatutos do Magistério e das universidades, como no caso de Bahia e Paraná. Por isso, é necessário continuar a luta pelo fim da lista tríplice nos estados e municípios como um elemento importante da democracia interna, de acordo com os princípios do Caderno 2, além da defesa dos processos estatuintes nas Universidades.

O ataque à Autonomia Universitária tem sido constante em diversos estados e com ações variadas. Em sua forma mais extrema, este ataque materializa-se no Paraná com a Lei Geral das Universidades, que implica um amplo e sistemático ataque à Autonomia Universitária. Sob o pretexto de estabelecer “padronização” e garantir “eficiência”, estabelece inúmeros mecanismos de controle contra as universidades estaduais paranaenses, determinando redução do número de docentes, redução do custeio, limitação da dedicação exclusiva, possibilidade unilateral de fechamento de cursos, estímulo à terceirização e imposição de uma dinâmica gerencial e mercantil. O ANDES-SN e as seções sindicais das Universidades estaduais paranaenses vêm enfrentando a LGU, realizando debates, promovendo a denúncia pública, e também através do enfrentamento jurídico, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da LGU.

O adoecimento docente nas Universidades têm sido tema de debates no interior de nosso sindicato. A realização, em 2022, da primeira etapa de uma Enquete Nacional sobre condições de trabalho e saúde dos(as) docentes que atuam em Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs já indica, em seus resultados preliminares, a centralidade da temática. Naquele primeiro momento, a enquete abarcou 11 instituições (incluindo quatro estaduais e uma municipal) e entre seus resultados mais impactantes encontram-se intensificação do trabalho, crescente sobrecarga, aumento dos casos de assédio e piora da saúde dos(as) docentes. A continuidade da aplicação da enquete para todo o conjunto de Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs possibilitará um diagnóstico mais completo e aprofundado desta realidade (incluindo possíveis especificidades do setor das IEES e IMES) e deve qualificar as políticas para seu enfrentamento.

A luta contra todas as formas de assédio nas IEES-IMES também foi um tema importante do Encontro Nacional do setor que apresentou indicativos importantes para o combate ao assédio nas Universidades. A construção de um protocolo é fundamental tanto do ponto de vista pedagógico quanto do político e deve ser debatido e construído no Sindicato Nacional. Além disso, é importante manter e fortalecer, no âmbito do Sindicato, a comissão de apoio aos(as) docentes perseguidos(as) e criminalizados(as) nas IEES-IMES.

Diante desse quadro, é fundamental que o setor continue intensificando as ações de luta e acumulando sobre os grandes temas que dizem respeito ao setor nos Encontros Nacionais. Neste sentido, durante o ano de 2024, no primeiro semestre devemos realizar a Semana de Lutas do Setor das IEES-IMES, com o objetivo de dar visibilidade às lutas e pautas do setor. O XX Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES também deve ser realizado no segundo semestre de 2024, com local e tema a serem indicados na reunião do setor no primeiro semestre, e, em seguida, aprovados no 67º CONAD.

**RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN
VIII - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais, em conjunto com organizações da classe trabalhadora e*

movimentos sociais, promovam debates, rodas de conversa, ações de mobilização, orientada pela luta contra o arcabouço fiscal, em uma linha histórica com a aplicação da emenda constitucional 95, reafirmando a necessidade de uma auditoria cidadã da dívida pública, com ampla divulgação das consequências deletérias para a educação pública e serviços públicos de forma geral, decorrentes das vultosas transferências de recursos do orçamento público para o mercado financeiro.

2. *Que as seções sindicais das IEES-IMES continuem incentivando a criação do GTSSA locais e divulguem a enquete sobre saúde e adoecimento do(a) trabalhador(a) docente.*

3. *Realizar o XIX Encontro do Setor IEES-IMES no segundo semestre de 2023, com o tema Em defesa da educação pública: a luta pela recomposição salarial e orçamento nas universidades estaduais e municipais, sediado na UEMA, no Campus de São Luís - MA.*

4. *Que o ANDES-SN, suas regionais e seções sindicais realizem debates e outras ações, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida e/ou entidades com acúmulo sobre o tema, sobre os efeitos da Reforma Tributária com vistas a subsidiar a disputa por uma política tributária orientada pelos princípios do Caderno 2 sobre estrutura tributária, com justiça social, que assegure tributação das grandes fortunas, impostos progressivos e redirecione o fundo público em favor das necessidades da classe trabalhadora.*

5. *Que o ANDES-SN utilize amplamente seus canais de comunicação social e redes sociais para divulgação de todas as seções sindicais do setor IEES/IMES em campanha de recomposição salarial.*

6. *Intensificar a luta para que os processos eleitorais das IEES/IMES iniciem e acabem nas instituições, orientados pelos princípios da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN.*

RESOLUÇÕES DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SN

I – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES-IMES

O 41º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Realizar a Semana de Lutas do Setor das IEES-IMES na semana de 22 a 27 de maio de 2023, com tema a ser definido posteriormente em reunião do setor.*

2. *Realizar o XIX Encontro do Setor das IEES-IMES para o segundo semestre de 2023, com tema e local a serem definidos posteriormente em reunião do setor.*

3. *Que a Diretoria Nacional do ANDES-SN, em articulação com as Seções Sindicais, atualize e divulgue os dados da pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES.*

4. *Fomentar e/ou estimular a criação de GTs Verbas locais, com o objetivo de realizar estudos sobre o financiamento das IEES-IMES, construindo e divulgando séries históricas para entender a forma de repasse às universidades e faculdades.*

5. *Que as Seções Sindicais, com apoio das Secretarias Regionais, intensifiquem a luta pelo financiamento público das IEES-IMES:*

5.1. *promovendo debates com a comunidade acadêmica e audiências públicas internas e externas sobre o financiamento das IEES-IMES com vistas à apropriação sobre a gestão orçamentária da universidade. Que os debates abordem autonomia de gestão financeira, fontes de financiamento, execução orçamentária nas IES, garantia de repasse dos duodécimos e legislações específicas que tratem de subvinculação orçamentária, e que denunciem e combatam as renúncias fiscais;*

5.2. *lutem por autonomia de gestão financeira e pedagógica e promovendo a realização de audiências públicas sobre autonomia universitária nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, convidando entidades e instituições envolvidas com a temática.*

6. *Que as Seções Sindicais, em articulação com as Secretarias Regionais, ampliem a luta pela recomposição das perdas salariais da categoria, pela garantia dos direitos de carreira atacados a pretexto das medidas tomadas por conta da pandemia, e dos prejuízos decorrentes das implicações da EC 106/2020.*

7. *Que as Seções Sindicais criem estratégias de divulgação e enraizamento da campanha “Universidades Estaduais e Municipais, quem conhece defende”.*

8. *Que as Seções Sindicais, em articulação com as Secretarias Regionais, lutem por processos estatuintes no mínimo paritários, buscando a democracia interna, o fim da lista tríplice e de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas do(a)s dirigentes das universidades.*

9. *Que as seções sindicais ampliem e defendam a autonomia universitária e lutem pela democratização interna com servidore(a)s docentes e técnico-administrativo(a)s e discentes.*

10. Intensificar a luta sobre seguridade social - assistência, previdência e saúde - que são reivindicações do conjunto do(a)s servidore(a)s estaduais, como prioridade na luta em defesa das reivindicações do(a)s aposentado(a)s.

11. Que o ANDES-SN, em conjunto com as seções do setor:

11.1. Intensifiquem a defesa do financiamento público para as IEES-IMES, contra planos de privatizações por dentro dessas instituições;

11.2. Lutem pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 (Teto de Gastos) e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União;

11.3. Tome o salário mínimo calculado pelo DIEESE como referência para o estabelecimento do piso da remuneração do(a)s docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas;

11.4. Lute para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência na luta pelo estabelecimento de planos de carreiras das IEES-IMES onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria;

11.5. Defenda o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente, defendendo a DE ali onde esse regime de trabalho está sendo atacado e lutando contra a sua retirada quando da aposentadoria;

11.6. Intensifique a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES;

11.7. Intensifique as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação docente, de PTES e estudantil, para apuração dos casos.

12. Que o ANDES-SN, na reunião do setor das Estaduais e Municipais ou na Semana de Lutas das IEES-IMES, debata o Sistema Nacional de Educação.

TR - 12

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN continue a pesquisa sobre financiamento das IEES-IMES até o próximo Congresso;
2. Que o ANDES-SN acentue o combate ao desfinanciamento das Universidades Estaduais e Municipais que ocorrem por meio de RRF nos estados, Lei Kandir, desoneração fiscal nos estados e a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros;
3. Que o ANDES-SN mantenha e fortaleça a campanha “*Universidades Estaduais e Municipais: Quem conhece, defende!*”, até o próximo congresso do ANDES-SN. A continuidade da campanha se dará por meio da contratação de empresa exclusivamente para a produção da identidade visual da campanha, produção audiovisual, produção de rádio, com proposta orçamentária de aproximadamente R\$ 100.000,00, com possibilidade de variação de valor que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente;
4. Que o ANDES-SN realize a semana de luta do setor das IEES-IMES no primeiro semestre de 2024;
5. Que o ANDES-SN realize o XX Encontro Nacional do setor das IEES-IMES no segundo semestre de 2024, com local e data a serem definidos em reunião do setor;
6. Que o ANDES-SN aprofunde a investigação sobre adoecimento docente no setor das IEES-IMES, no marco da continuidade da enquete nacional;
7. Que o ANDES-SN construa um protocolo sobre as diversas formas de assédio nas IEES-IMES;
8. Que o ANDES-SN altere o nome do setor das IEES-IMES para setor das IEES-IMES-IDES (Instituições Estaduais de Ensino Superior, Instituições Municipais de Ensino Superior, Instituições Distritais de Ensino Superior).

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES - CAMPANHA SALARIAL 2024 - MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE - NOVO ARCABOUÇO FISCAL - PEC 32 - LUTAS E DESAFIOS

TEXTO DE APOIO

No contexto de crise estrutural do capital e de ajuste fiscal permanente, desde a década de 1990, o Estado e a administração pública vêm sofrendo desmonte acentuado sob diretrizes neoliberais, gerando consequências desastrosas para o conjunto da classe trabalhadora, através da privatização das empresas estatais, desmonte das políticas sociais e dos serviços públicos, política de gestão de pessoas voltada para estimular a competitividade, a concorrência e o produtivismo, em detrimento do trabalho solidário, de qualidade e voltado para atender às necessidades da população.

Sob o argumento da chamada “flexibilização de gestão de pessoas, orçamentária e financeira”, aprofunda-se a intensificação e precarização do trabalho no serviço público, bem como de suas relações com medidas que visam pôr fim à estabilidade dos(as) servidores(as) públicos(as), ampliar a contratação por seleções simplificadas, contratos por tempo determinado, temporários, sobretudo por meio da terceirização. Ademais, este argumento sustenta o carreamento de recursos públicos para o setor privado por meio de convênios, contratos e outros mecanismos que favorecem a disputa pelo fundo público em favor do capital.

No que pese a resistência da classe trabalhadora, as contrarreformas que se arrastam e se aprofundam ao longo das últimas décadas, a exemplo da administrativa (Emenda Constitucional n.º 19/1997 e outras medidas), da previdenciária (Emendas Constitucionais n.º 20/1998, 41/2003, 42/2003, 47/2005, 93/2016, 95/2016, 103/2019, Leis n.º 12.618/2012, MP n.º 664/2014, convertida na Lei n.º 13.135/2015, Medida Provisória n.º 665/2014, convertida na Lei n.º 13.134/2015, Decreto n.º 10.620/2021, entre outros) e da contrarreforma trabalhista (Lei n.º 13.467/2017 e outras), destruíram direitos essenciais à classe trabalhadora. Ademais, ao longo dos anos, o funcionalismo público federal amargou assédio institucional, perseguições políticas e enormes perdas salariais.

Com a vitória eleitoral de Lula em 2022 e a instalação de seu governo em 2023, embora já reconhecidas as contradições de um governo de frente ampla, o ANDES-SN, juntamente com as demais entidades representativas dos(as) servidores(as) públicos(as) federais (que compõem o Fonasefe e o Fonacate) e as Centrais Sindicais, apresentou, logo nos primeiros dias do ano, a pauta de reivindicações da categoria ao novo governo, com o propósito de retomada das negociações que permaneceram sem avanços durante o governo Bolsonaro.

O processo de mobilização das entidades do serviço público federal e das Centrais Sindicais forçou a abertura de negociação no início de 2023, resultando na assinatura do Termo de Acordo n.º 01/2023 no dia 24 de março de 2023, garantindo assim o reajuste emergencial de 9% (nove por cento), que incidiu sobre a estrutura remuneratória

permanente dos cargos efetivos de servidores(as) federais civis e reajustou o valor do auxílio-alimentação em R\$ 200,00 (duzentos reais), ajudando a recompor parte das perdas salariais referentes ao governo Bolsonaro, que se aproximavam de 27%. Apesar de importante, foi uma recomposição irrisória diante de perdas salariais históricas, ao mesmo tempo que deixou de fora os(as) aposentados(as), atacando a perspectiva de isonomia que defendemos. No Termo de Acordo n.º 1/2023 consta que, até o mês de maio de 2023, o governo federal iria encaminhar proposta de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), bem como um calendário de negociação dos demais itens da pauta. Consta também o compromisso do governo de retirar da Câmara Federal a famigerada PEC n.º 32/2020 (contrarreforma administrativa), de iniciativa do governo Bolsonaro, que não foi aprovada em razão da forte mobilização e resistência da classe trabalhadora, luta protagonizada pelo ANDES-SN, mesmo durante a pandemia de Covid-19. A PEC 32, se aprovada, provocará um desmonte generalizado dos serviços públicos e do aparelho do Estado ao induzir a mercantilização generalizada de direitos sociais essenciais à classe trabalhadora. Antes de assinar o termo de acordo, as entidades sindicais, inclusive o ANDES-SN, concordaram com o reajuste emergencial, mas manifestaram-se, por escrito, que não iriam abrir mão de negociar as perdas salariais históricas, acumuladas ao longo dos anos.

A Campanha Salarial de 2024, retomada a partir de julho de 2023, por Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais, resgata os percentuais de perdas salariais acumuladas entre julho de 2010 e junho de 2023, o que corresponde a 53,17% para um grupo de servidores(as) e 39,92% para outro grupo. Como já debatido com a categoria, os estudos realizados pelo DIEESE, por solicitação da Diretoria do Sindicato Nacional, indicam que os(as) docentes da base do ANDES-SN tiveram perdas salariais cuja variação fica mais próxima ao percentual de 39,92%, o que nos coloca no segundo grupo de servidores(as). Essas perdas foram calculadas tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como parâmetro inflacionário. Tal índice, além de ser o considerado pelo governo para projetar a inflação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é também o que considera uma cesta básica no valor de até 40 salários mínimos para aferir a variação de preços e, conseqüentemente, a inflação de um determinado período. O valor dessa cesta básica é mais próximo da malha salarial do conjunto do funcionalismo público federal, dos três poderes da União. Isso justifica sua utilização.

A estrutura da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) apresentada pelo governo foi aprovada pela bancada sindical e seu protocolo de funcionamento foi estabelecido por meio da portaria SGPRT/MGI n.º 3.634, de 13 de julho de 2023. A organização e funcionamento da MNNP obedece à seguinte estrutura: a) Mesa Central - na qual serão debatidas as reivindicações gerais referentes ao funcionalismo público federal, de natureza econômica (recomposição salarial e equiparação dos benefícios assistenciais com os demais poderes da União) e não econômica (como a revogação das medidas legais-normativas prejudiciais) que tenham sido construídas de forma consensual pela bancada sindical; b) Mesa Específica e Temporária - cuja competência será negociar as pautas específicas, apresentadas pela bancada sindical representativa das carreiras, que possuam impacto orçamentário; e c) Mesa Setorial - que tratará de reivindicações isentas de impacto orçamentário, que tenham sido apresentadas pelas bancadas sindicais de setores, tais como, Saúde, Educação, etc.

Com base nessa estrutura e protocolo de funcionamento, no dia 11 de julho de 2023 foi apresentada uma pauta de reivindicação pela bancada sindical à Mesa Central de Negociação, contendo a proposta de recomposição salarial acima mencionada, a

equiparação de benefícios entre os três poderes da União, além do pedido de revogação de mais de 20 instrumentos normativos (grande parte deles dos governos Temer e Bolsonaro) que contêm normas que retiram direitos e prejudicam a classe trabalhadora. São medidas que compõem as contrarreformas já citadas, a exemplo da EC n.º 103/2019 da contrarreforma da previdência social, o Decreto 10.620/2020, que transfere das fundações e autarquias públicas a competência de concessão de aposentadorias e pensões para o INSS, dentre outras (a pauta de reivindicações pode ser conferida no of. s/n Fonasefe/Fonacate/Centrais Sindicais de 11 de julho de 2023, disponível na página do Fonasefe e enviado às seções sindicais do ANDES-SN).

Desde a instalação da MNNP, em 11 de julho, até 11 de dezembro de 2023, foram realizadas cinco reuniões da Mesa Central de Negociação (nos dias 11 e 25 de julho e nos dias 10 e 29 de agosto e 16 de novembro), com previsão de nova reunião dia 18 de dezembro. Além disso, até esta data, das 80 pedidas, foram instaladas apenas 21 Mesas Específicas e Temporárias, que tratam de Carreiras e outros assuntos com impacto orçamentário. No dia 4 de setembro foi instalada a Mesa Específica e Temporária que trata da Carreira de Docentes do Magistério Superior e EBTT, após pressão do ANDES-SN, como reconhecido pelo próprio governo em sua abertura. Até dezembro de 2023, ocorreram duas reuniões desta Mesa (nos dias 4 de setembro e 3 de outubro), uma de instalação e outra em que as propostas de carreira foram apresentadas pelas entidades da área de Educação. O Projeto de Carreira aprovado no 30º Congresso em Uberlândia, no ano de 2011, foi a proposta apresentada pelo ANDES-SN na mesa de negociação. Na oportunidade, foi pautada também pelo ANDES-SN e pelo Sinasefe a revogação da Instrução Normativa n.º 66/2022, que cria entraves ao processo de progressão e promoção funcional – item sobre o qual o governo assumiu o compromisso de dar retorno com brevidade, mas não o fez oficialmente até 11 de dezembro de 2023, apesar do parecer da AGU, favorável às progressões múltiplas, divulgado em meados de novembro.

Aqui, é importante dizer que por ocasião da segunda reunião da Mesa Específica e Temporária, no dia 3 de outubro, o ANDES-SN oficialmente solicitou ao governo que mantivesse na MNNP apenas as entidades que atendem os requisitos para isso, nos termos da Portaria n.º 3.634/2023, ou seja, entidades que tenham carta sindical para representar a categoria nacionalmente e representatividade política. Assim, só deveriam permanecer na Mesa Específica o ANDES-SN e o Sinasefe, que solicitaram conjuntamente esta mesa. A outra entidade que se utiliza de oportunismo político e práticas antissindicais deveria ser retirada. O governo, desrespeitando o regulamento da MNNP, não atendeu a essa demanda. Porém, o ANDES-SN continua lutando para garantir na Mesa apenas as entidades que atendem ao protocolo e representam o verdadeiro sindicalismo classista, autônomo, de luta e resistência, que respeita as decisões da base.

As Mesas Setoriais não foram instaladas até o momento, mesmo que muitas entidades, como o ANDES-SN, já tenham feito reiteradas solicitações. Cabe ressaltar que essas mesas são fundamentais para se avançar na revogação de medidas como a Portaria n.º 983/2020, que impactam a atuação de docentes EBTT.

Vale resgatar que o ANDES-SN solicitou oficialmente a abertura de negociação com o MEC, nesta Mesa Setorial, desde o dia 2 de janeiro, por meio da Carta n.º 1/2003, e reiterou o pedido em 28 de agosto por meio da Carta n.º 340/2023 e, novamente, no dia 16 de novembro, por meio da Carta n.º 513/2023. Esta solicitação também foi sistematicamente reiterada em todas as reuniões, de todas as mesas, nas quais o ANDES-SN esteve presente, mas sem retorno do governo até o momento.

Ao longo desses meses, as lutas e as pressões não cessaram. Para organizá-las, a partir do ANDES-SN, foram realizadas, em Brasília, quatro reuniões do setor das IFES (nos dias 19, 20 e 27 de agosto, e nos dias 1º de outubro e 16 de novembro), precedidas de assembleias de base. Foram organizadas e realizadas quatro Jornadas de Lutas coordenadas por Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais (entre 28 e 31 de agosto, 2 e 7 de outubro, 7 e 8 de novembro e 27 e 28 de novembro), com destacada participação do ANDES-SN, inclusive com convocação da Comissão Nacional de Mobilização (CNM) e reforços de diretores nacionais. Essas jornadas contaram com manifestações realizadas em Brasília e descentralizadas nas bases, por todo o Brasil, colocando na mídia as pautas reivindicatórias dos SPF e da nossa categoria, em particular. Foram também realizadas três plenárias dos(as) servidores(as) federais (16/9; 7/10 e 7/11) de natureza híbrida, três *lives* conjuntas (1/8, 1/10 e 28/11) e várias reuniões da bancada sindical. Realizamos também pressões aos Parlamentares, articulação de audiências públicas e reuniões com Presidentes de Comissões da Câmara e do Senado, pressionando pela incorporação efetiva dos(as) servidores(as) no orçamento de 2024 e a retirada da PEC 32/2020, dentre outros pontos da extensa pauta de reivindicações. Ampliamos o diálogo direto com a população com panfletagens, carros de som, atuação nas redes sociais, tanto a partir da estrutura do ANDES-SN, como na nossa contribuição na comunicação produzida a partir do Fonasefe. Cabe destacar que participamos de todas as reuniões do Fonasefe nesse ano de 2023 e, em sua maioria, coordenando e fazendo relatoria (as reuniões ocorrem semanalmente), demonstrando nossa disposição em efetivar ao máximo a deliberação da categoria pela construção unitária da Campanha Salarial 2024.

Porém, os retornos por parte do governo, até 11 de dezembro de 2023, foram insatisfatórios. As respostas às nossas reivindicações resumiram-se, ao que segue:

- Anúncio da vergonhosa reserva orçamentária de R\$ 1,5 bilhão para gasto com pessoal pela União, no dia 29 de agosto de 2023;
- Suspensão do cronograma de centralização da competência de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões de servidores(as) das autarquias e fundações no INSS, até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por mais um ano por atos do MGI, por força do Decreto n.º 11.756, de 25 de outubro de 2023, que altera o Decreto n.º 10.620/2021;
- Revogação e/ou alteração de alguns artigos dos decretos n.º 8.690/2016, n.º 9.735/2019 e n.º 10.328/2020, referentes à consignação de contribuição sindical em folha de pagamento, por meio do Decreto n.º 11.761 de 30 de outubro de 2023, e regulamentação pela portaria MGI n.º 7.142, de 10 de novembro de 2023. Com isso, os sindicatos voltam a ter controle do processo de consignação em folha das contribuições sindicais, respeitadas as autorizações dos(as) sindicalizados(as), mediante celebração de contrato com o responsável pela consignação, sem ônus, com envio das consignações para serem processadas. Antes, este processo estava sendo realizado diretamente pelo(a) sindicalizado(a) junto aos órgãos gestores de pessoal, sem informação aos sindicatos;
- Proposta modificativa do PLDO/2024, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional (SEI n.º 106205/2023/MGI- 37357129) para permitir a equiparação de benefícios (auxílio-alimentação e assistência pré-escolar) dos(as) servidores(as) do Poder Executivo aos demais poderes;
- Revogação de itens da Instrução Normativa n.º 2/2018, que tratam da liberação para atividades sindicais, como reuniões de mesa de negociação, fim do teto limite de compensação de horas etc.;

- Revogação da IN n.º 54/2021 no que se refere à previsão de registrar nos assentamentos funcionais como faltas a participação em greves. Com a alteração, esse registro será retirado após compensação dos dias parados;

- Compromisso de liberação para mandato classista, em processo de regulamentação da Convenção n.º 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Cabe destacar que o governo criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para tratar desse tema por meio do Decreto n.º 11.669, de 28 de agosto de 2023. Nele constam apenas 6 (seis) Centrais Sindicais como representação dos(as) trabalhadores(as) indicadas pelo próprio governo, ferindo frontalmente a liberdade sindical. O ANDES-SN em reunião com o governo já colocou a preocupação com a exclusão de outras entidades, divulgando a primeira versão do ato regulamentador, sobre o qual emitiu sua opinião, ainda que não tenha assento no GTI.

Diante disso, é preciso reconhecer que o sistema de negociação permanente, embora seja uma novidade no serviço público brasileiro, tem sido limitado e até desrespeitoso para com os(as) servidores(as) públicos(as) federais. Foi instalado, gerou expectativa, mas não avançou no atendimento das reivindicações. Além disso, em mais de um momento, o próprio governo desrespeitou os prazos de realização de reuniões e não tem garantido o acesso às atas e relatórios. Algumas das limitações da negociação decorrem da conjuntura e das características do atual governo. Uma conjuntura marcada pela intensa disputa do fundo público por parte de setores da burguesia com grande representação nas estruturas de poder (banqueiros, rentistas, agentes do agronegócio, industriais, empresários da educação etc.), seja na composição do governo, seja no âmbito do Congresso Nacional. A atual composição governamental, com presença cada vez mais alargada de setores da direita, favorece os setores da burguesia nesta disputa. Ademais, as amarras da extrema direita neofascista que deram sustentação aos governos Temer e Bolsonaro continuam vigentes, sem demonstração de compromisso de revogação pelo atual governo. Assim, tanto os entulhos autoritários das contrarreformas da previdência social, trabalhista, da educação, entre outras, são preservados pelo atual governo, como a política de austeridade contra os interesses da classe trabalhadora que, com o ajuste fiscal permanente, é preservada com nova roupagem, porém sempre limitando investimentos públicos em ações primárias (saúde, educação, segurança pública etc.) e favorecendo o grande capital (antes a EC n.º 95/2016, agora o Novo Arcabouço Fiscal).

A aprovação do chamado “Novo Arcabouço Fiscal” em agosto de 2023, uma estratégia de austeridade fiscal que agradou imensamente os setores da burguesia, impõe grandes limites às negociações em torno de reivindicações dos(as) servidores(as) públicos(as) federais, e de outros setores da classe trabalhadora, pois condiciona os investimentos a 70% da receita, no limite percentual entre 0,6 e 2,5% para novos investimentos. Essa é uma das grandes contradições do governo Lula-Alckmin, que se elegeu no contraponto à candidatura Bolsonaro, que representava a continuidade do ultraneoliberalismo e a ameaça à democracia. Todavia, por ser um governo de frente amplíssima, que se alarga para a direita, e com o histórico de manutenção de políticas neoliberais pelos governos do PT no passado, não surpreende que dê seguimento à política neoliberal de austeridade fiscal que vinha sendo adotada pelos governos anteriores, desde a década de 1990, com aprofundamento exorbitante nos governos Temer e Bolsonaro.

O Novo Arcabouço Fiscal (NAF) é a dura expressão da austeridade sobre a classe trabalhadora, no atual governo, que nos cabe denunciar e combater. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLDO/2024) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024 (PLOA/2024) foram elaborados pelo governo, obedecendo às regras

limitadoras do novo arcabouço fiscal. Assegurar uma melhor negociação significa combater o NAF. Cabe lembrar que acabamos de sair de uma pandemia que matou mais de 700 mil pessoas. A demanda tem sido por mais serviços públicos, ou seja, mais saúde, mais educação, mais habitação, mais investimentos, mais servidores(as). Então, é inaceitável qualquer medida que limite o atendimento dos direitos da classe trabalhadora. A recomposição salarial, a valorização das carreiras, o racismo, a misoginia, a LGBTfobia, o capacitismo, a violência, a fome, o desemprego que se aprofundaram no último período não podem ser enfrentados segundo a lógica do capital. Isso nos desafia a lutar para inverter prioridades no orçamento em favor das camadas populares e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, volta à cena política o debate e a pressão dos setores do centrão e extrema direita em torno da aprovação da PEC n.º 32/2020, sem que o governo se mobilize para retirá-la da Câmara Federal, como se comprometeu no Termo de Acordo n.º 1/2023. Esta PEC, como se sabe, foi apresentada pelo governo Bolsonaro em 2020 e não foi aprovada devido à resistência dos movimentos sociais e sindicais, com protagonismo do ANDES-SN. É um instrumento nefasto que, entre outras coisas, propõe, o fim da estabilidade para a ampla maioria dos(as) servidores(as) públicos(as); a redução da jornada de trabalho, somente condicionada à redução salarial; Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) somente para as carreiras típicas de estado; veda férias acima de 30 dias, o que afeta sobretudo, aos(as) docentes; inibe concursos públicos e estimula contratações por seleções simplificadas e por tempo determinado nos serviços públicos, inclusive em períodos de greve, ameaçando este direito; autoriza o Presidente da República a fundir e extinguir órgãos, fundações e autarquias; autoriza também a União, os estados, municípios e o Distrito Federal a privatizarem serviços públicos e contratarem instituições privadas para executar estes serviços. Se aprovada, a PEC implicará desmonte generalizado dos serviços públicos; completa desvalorização desses serviços; maior sangria de recursos públicos para a iniciativa privada; estímulo às práticas patrimonialistas no âmbito dos serviços públicos; além do aprofundamento da pobreza e da desigualdade social. Não se mobilizar para retirar esta PEC do Congresso Nacional, deixando-a sob ameaça de aprovação a qualquer momento, é mais uma contradição do atual governo.

Estas e outras contradições que marcam o governo Lula-Alckmin, (de frente amplíssima) repercutem diretamente no processo de negociação em curso. Como se pode notar, o governo instalou a Mesa Central Nacional de Negociação Permanente (MNNP), mas não avançou na negociação da pauta; reconhece a Campanha Salarial de 2024, debate as reivindicações, mas não fez reserva de recursos no Projeto de Lei Orçamentária para 2024 (PLOA/2024) que assegure a recomposição salarial e equiparação dos benefícios; comprometeu-se em retirar a PEC n.º 32 do Congresso, no termo de acordo n.º 1 de março de 2023, mas não fez nenhum movimento neste sentido. Além disso, baixou a IN/MGI n.º 24, de 31 de julho de 2023, que regulamentou o Decreto n.º 11.072/2022, do governo Bolsonaro, sem qualquer diálogo com os SPF, medida que reforça a perspectiva gerencialista e produtivista na administração pública; faz críticas aos governos Temer e Bolsonaro, mas mantém até agora todo o conjunto de legislação e normas restritivas de direito desses governos, que constam da pauta de reivindicações do Fonasefe; afirma reconhecer a necessidade de correção de distorções das carreiras, mas não reservou no PLOA/2024 recursos suficientes para fazer tais correções. Os recursos disponíveis no anexo 5 do PLOA/2024 são da ordem de R\$ 423 milhões, o que não permite as correções, sequer de uma das carreiras em debate; propõe, na MNNP, as Mesas Setoriais (cujas reivindicações não têm impacto orçamentário), mas não as instala nem responde às pautas

específicas dos setores; sinaliza a defesa da democracia e autonomia para as universidades públicas, mas mantém os interventores nomeados por Bolsonaro. Por essas e outras contradições e limites no processo de negociação, é preciso que o ANDES-SN continue buscando a unidade de ação com as demais entidades dos SPF para fortalecer a campanha salarial de 2024 e a negociação em torno da pauta geral de reivindicações. Por isso, é preciso fortalecer a mobilização de base tendo como horizonte a greve unificada dos SPF em 2024.

Além disso, é fundamental denunciar e combater o Novo Arcabouço Fiscal, preservar a autonomia e compromisso com o fortalecimento de organização a partir da base, tendo os interesses da categoria docente e da classe trabalhadora como norte de atuação.

Financiamento das universidades na conjuntura de novos ataques neoliberais

No governo Bolsonaro vivemos o mais profundo ataque ao orçamento das Universidades Federais, Institutos Federais e CEFETs no Brasil. Ao final desse governo chegou-se a patamares do ano de 2013, sendo que de 2013 a 2022 houve o aumento no número de universidades em todo o país. A redução dos recursos públicos afetou tanto o investimento como o custeio das IES, as políticas de assistência estudantil, a infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão, as condições de trabalho e estudo. Nesse último caso, é preciso lembrar que acabamos de sair de uma pandemia que dizimou mais de 700 mil vidas no Brasil. Nesse sentido, seria lógico pensar que o ambiente das nossas IES precisaria ser reforçado no que tange às suas condições sanitárias, mas não foi o que aconteceu. A retirada de recursos fez com que as universidades, institutos federais e CEFETs ficassem mais insalubres, fossem foco de contaminação e não estivessem preparadas para lidar com as consequências da Covid-19.

O processo de desmonte dos orçamentos foi alavancado pela consolidação de políticas neoliberais dos diferentes governos, a EC 9/2016 fortaleceu o desvio de recursos das instituições para a lógica do ilegal e imoral pagamento da dívida pública. Esse processo aprofundou-se sob o ultraliberalismo de Guedes e Bolsonaro. Os poucos recursos que vinham para as IES foram contingenciados, impossibilitando uma boa administração dos recursos.

O governo Lula, infelizmente, continuou aplicando ao longo de 2023 a regra da EC 95/2016 que fez com que, por exemplo, no segundo semestre deste ano a CAPES tivesse seu orçamento bloqueado na casa de mais de R\$ 100 milhões. Na área de educação, o chamado "contingenciamento" chegou a mais de R\$ 300 milhões.

O orçamento de 2024, em debate na Câmara, prevê apenas R\$ 6,9 bilhões para as universidades públicas, um valor irrisório para atender as antigas demandas represadas e as novas que se avolumam. É preciso lutar pela ampliação e efetivação dos orçamentos para as universidades, institutos federais e CEFETs.

Aqui, é preciso destacar que, além de lutar por mais recursos orçamentários, é preciso cobrar que os orçamentos sejam executados com transparência nas IFES, em que se incluem os Hospitais Universitários. O acompanhamento do processo de privatização do patrimônio e da gestão da EBSEH nos 41 Hospitais Universitários (HUs) demonstram prejuízos aos usuários dos serviços de saúde, aos trabalhadores e ao erário público, como apresentado no Relatório da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (disponível em: <https://www.contraprivatizacao.com.br/p/materiais.html>). Dentre os maiores problemas relatados estão: 1) descumprimento de contratos e metas, apresentação de prejuízos financeiros e prejuízos ao atendimento de saúde aos usuários; 2) indícios de desperdícios no uso do dinheiro público nas capacitações de gestores da Empresa; 3)

irregularidades nos “concursos” realizados pela EBSEH, além disso, o Regime Jurídico Único (RJU) é substituído por vínculos de trabalho geridos pela CLT; 4) insatisfação dos empregados contratados pela EBSEH explicitada através da deflagração de greves, reivindicando ganho real, valorização da carreira e cumprimento do plano de cargos e salários prometido pelo governo, a exemplo da paralisação dos médicos do Hospital Universitário (HU) da UFPI, em 2014 e paralisações nos Hospitais Universitários no Maranhão e em Minas Gerais, além do Distrito Federal; 5) desrespeito à autonomia universitária e aos órgãos colegiados de deliberação nos processos de adesão à EBSEH, tendo ocorrido de forma autocrática em decisão exclusiva de seu respectivo Reitor: UFMA, UFAL, UFTM, UFES, UFS, UNIVASF e UFSC - nessa última, inclusive, a EBSEH foi aprovada em reunião de conselho realizada no quartel da PM de Santa Catarina; 6) judicialização de demandas contra a EBSEH.

A despeito de todo o acúmulo acadêmico e do movimento sindical e estudantil contra a EBSEH, a UFRJ, com apoios da reitoria, do Consuni e da ADUFRJ, aprova a adesão contratual, sem que este tenha sido integralmente publicizado. Sem envolver a comunidade acadêmica no debate, e sem permitir a realização de consulta pública, aprovam a EBSEH, na última resistência entre as universidades, abrindo mão de soluções construídas democraticamente.

A entrega dos HUs para a EBSEH, empresa com personalidade jurídica de direito privado, rompe com o caráter público das Universidades e permite que a lógica do setor privado seja predominante, rompendo com a função social, constitucional, dessas Universidades.

Carreira Única Já!

Embora celebremos o esforço de luta e mobilização que derrotou a extrema direita nas eleições para o executivo federal em 2022, precisamos, em unidade com o conjunto dos(as) SPF, observar os limites negociados do governo de frente ampla. No que tange à luta histórica pela Carreira Docente Única, o que a MNNP tem mostrado é que, sem avançar na mobilização em defesa dessa pauta histórica das IFES, não se obterá conquistas.

Mesmo tendo protocolado em setembro e apresentado em outubro de 2023 a proposta de carreira única, construída pela categoria docente do ANDES-SN, as negociações não avançaram. A não previsão orçamentária é um limitador que mostra a indisposição do governo em tratar de temas urgentes como este.

Nesse sentido, é fundamental aproveitarmos a Campanha Salarial 2024 e a MNNP para recolocar o debate de carreira na ordem do dia do Movimento Docente, não só aprofundando os princípios centrais da defesa de uma carreira docente única para as IFES, como também convidando a categoria para, por meio dos espaços deliberativos do ANDES-SN e das reuniões do Setor das IFES, contribuir na condução da negociação junto ao governo federal, observando os princípios históricos deste sindicato e a realidade prática do trabalho docente na atualidade, já bastante precarizado, não apenas pela desestruturação da carreira como também pelo impacto das contrarreformas da previdência operadas nas últimas duas décadas.

A negociação em curso precisa refletir nossa defesa irrestrita da isonomia nas condições de ensino, pesquisa, extensão, trabalho e salário, além da isonomia com os(as) docentes aposentados(as), que têm sido paulatinamente prejudicados(as) nas mudanças que afetaram nossas carreiras, que operam muitas vezes como minirreformas da previdência,

achatando os ganhos desse setor da categoria e priorizando a criação de novos estratos precarizados na carreira docente. Precisamos reiterar a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho prioritário e que sua remuneração reflita tal prioridade nas suas razões de correlação aos outros regimes de trabalho. Devemos defender também mecanismos de valorização salarial e o estabelecimento de um piso salarial determinado por métricas progressivas e que tomem como parâmetro o custo de vida médio no Brasil, além da adoção de uma data-base para a categoria. É central a luta pelo retorno a uma única linha no contracheque, sem particionar o salário docente, medida que tem se colocado como obstáculo para a garantia da segurança salarial à categoria. Por fim, não podemos falar em carreira única como “aspiração histórica” do nosso Sindicato sem falar na sua relação intrínseca com a capacitação e qualificação permanente do corpo docente das IFES, que precisam ser partes constitutivas de um plano de carreira docente, seja ele qual for.

Todos esses elementos podem e devem ser aprimorados no debate contínuo da categoria docente federal, e deve ser objeto de reuniões e atividades de formação ao longo de 2024 – como foi em 2023, com a realização da Reunião do GT Carreira Nacional e do III Encontro EBTT, que avançaram significativamente na compreensão de que há um vão inaceitável entre as diferentes condições de trabalho de docentes federais, particularmente aprofundado pelos diversos ataques que a carreira EBTT sofreu no governo Bolsonaro. Ataques esses, como a Portaria n.º 983/2020 e a implementação do ponto eletrônico nos IFs e CEFETs, que custam a ser revogados pelo governo de frente ampla, a despeito da pressão do ANDES-SN no processo de negociação. Conquistaremos a carreira única federal por meio da mobilização e da intervenção da base ou não conquistaremos!

Para ampliar o debate acerca da mesa de negociação sobre carreiras, estamos apontando a realização de uma reunião conjunta entre as coordenações do Setor das IFES e do GT Carreira, de modo a planejar novas atividades, apontando para a realização do I Seminário Nacional sobre o tema para o final do primeiro semestre de 2024. Nossa compreensão é que a defesa dos direitos da classe trabalhadora só é possível com a garantia de um serviço público forte e de qualidade. É nesse sentido que a mobilização das servidoras e dos servidores é passo fundamental nessa conjuntura. Não há educação, universidades, institutos federais, CEFETs, Escolas e Colégios de aplicação sem servidores(as) públicos(as)! É fundamental o envolvimento de toda a diretoria do ANDES-SN, de suas seções sindicais e sua base nesta luta em torno da Campanha Salarial de 2024 dos(as) servidores(as) federais, em defesa dos direitos sociais, dos serviços públicos e contra PEC 32. Essa luta é de todos(as)!

Democracia nas Universidades, Institutos Federais e CEFETS e contra as intervenções

O ANDES-SN possui um acúmulo histórico no que tange à questão da democratização das nossas Universidades, Institutos Federais e CEFETs, a exemplo da autonomia universitária, um dos principais fundamentos conceituais da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira publicada no Caderno 2. Sem autonomia universitária, onde o processo de escolha de seus dirigentes é parte decisiva, há maiores obstáculos para assegurar uma formação crítica e uma produção de conhecimento que contribua para a construção de uma sociedade justa, democrática e humana. Nossa posição sobre o tema possui referências que foram construídas pela categoria ao longo desses mais de 40 anos e que têm orientado nossas ações de enfrentamento às intervenções de Bolsonaro, e seguem no governo Lula, bem como no debate sobre as propostas de projetos de lei sobre as eleições para dirigentes das Universidades, Institutos Federais e CEFETs no Congresso Nacional.

No Caderno 2, apontamos que “o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição”. No VI CONAD Extraordinário, realizado em Brasília no ano de 2005, foi aprovada a proposta de um projeto de lei que, dentre outros temas, regulamentava “o processo de elaboração das normas e eleição dos Reitores e Vice-reitores”. Essa proposta consta na publicação do ANDES-SN: “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise” (no site).

No texto aprovado naquele VI CONAD Extraordinário consta a seguinte elaboração:

Art. 6º O Reitor e vice-reitor das Universidades serão escolhidos através de eleições diretas e secretas, com a participação, no mínimo paritária, de todos os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, conforme definido em seus estatutos e regimentos, encerrando-se o processo no âmbito da instituição.

§ 1º O Conselho Superior será o responsável pela organização das eleições referidas no caput deste artigo, declarando eleito e empossando o mais votado para cada um dos cargos, bem como notificando as autoridades competentes.

§ 2º O mandato do reitor e do vice-reitor é de quatro anos, sendo vedada a recondução.

§ 3º A posse do reitor e do vice-reitor eleitos dar-se-á imediatamente após o término do mandato anterior.

No contexto da luta contra as intervenções do governo Bolsonaro, demos continuidade às deliberações, diante do profundo ataque à democracia interna das instituições. Como exemplo, as deliberações do 40º Congresso, realizado em Porto Alegre, no ano de 2022.

- Intensificar a luta contra as intervenções nas Universidades, Institutos Federais, Cefet, Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos e Colégios Federais;

- Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES;

- Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias ou universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições federais, respeitando a autonomia universitária, revogando a nomeação do(a)s interventore(a)s;

- Construir uma campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN:

a) Pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos Federais, Cefet e Universidades públicas no Brasil;

b) Pela revogação das Leis nº 5.540/68 e nº 9.192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988;

- Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN das IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções;

- Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais intensifiquem a articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções;
- Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais da comunidade acadêmica sejam implementados e respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, respeitando-se o princípio da autonomia das universidades;
- Intensificar a luta pela reversão da nomeação de interventores, respeitando o resultado do mais votado nos processos de consulta já realizados;
- Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para Reitor como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática “1.6.3 Escolha de Dirigentes. Defendemos que:

a) o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou mínimo paritária, de todos os docentes, estudantes e técnicos administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição, garantindo a autonomia Universitária, preconizada pelo artigo 207 da Constituição Federal.

Bolsonaro e seus ministros da educação realizaram intervenções em 22 Universidades Federais, 2 Institutos Federais e 1 CEFET. Na maioria dos casos, tomaram como base a legislação que implica a existência de listas tríplices e dá ao presidente a possibilidade de escolha de dirigentes mesmo que em desrespeito à vontade da comunidade e em contraposição direta ao princípio constitucional da autonomia universitária. Cabe ressaltar que, em alguns casos, Bolsonaro foi além, como nas intervenções nos institutos federais e CEFETs que já possuem uma legislação que não ampara qualquer interferência na decisão das comunidades acadêmicas (Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

Durante os 4 anos de governo Bolsonaro, o ANDES-SN, através de ações nacionais, regionais e de suas seções locais, enfrentou as intervenções permanentemente. Realizamos paralisações, ocupações, marchas, eventos, encontros, campanhas, bem como elaboramos duas publicações sobre o tema, realizamos dois encontros, atuamos nas esferas administrativas das instituições educativas, no MEC e também acionamos a luta em articulação com parlamentares e enfrentamos a disputa jurídica. Nesse sentido, nosso sindicato impulsionou a campanha “Reitor(a) eleito(a) é reitor(a) empossado(a)”. O ANDES-SN esteve, então, no enfrentamento ao governo Bolsonaro apoiando toda e qualquer luta contra seus interventores.

É importante registrar que o ANDES-SN figurou como *Amicus curiae* (amigo da corte) na ADI n.º 6.565, para barrar as intervenções de Bolsonaro, na escolha de reitores e reitoras de universidades federais. A ação buscava garantir a autonomia universitária na nomeação de seus dirigentes, respeitando-se os resultados eleitorais das instituições conforme a ordem da lista tríplice de candidatos encaminhada pelas instituições, após consulta às comunidades acadêmicas. No dia 28 de setembro de 2021 a Assessoria Jurídica Nacional do sindicato (AJN), fez a sustentação oral representando a entidade.

Nos dias 11 e 12 de maio de 2021, o ANDES-SN realizou o primeiro “Encontro das Universidades, Institutos Federais e CEFETs em luta contra as intervenções”, dando sequência à luta em defesa da autonomia e da democracia nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir de deliberações do 41º Congresso, ocorrido em Rio Branco (AC), em 2023 o ANDES-SN realizou o II Encontro Nacional das Universidades sob Intervenções, no dia 4 de abril de 2022. A data também marcou o Dia Nacional de

Luta e Mobilização contra as Intervenções e pela Autonomia e Democracia nas Universidades, Institutos Federais e Cefets.

Os dois livros que o ANDES-SN produziu sobre as intervenções revelaram a dimensão destrutiva das ações de Bolsonaro e seu governo na aplicação da agenda do capital para atacar a educação pública. O primeiro livro foi publicado em 2021 com o título “*Dossiê: militarização do Governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*” (disponível no site do ANDES-SN). Já o segundo, recebeu o título de “A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior” e foi feito em parceria com a ADUFES em 2022, também disponível no site.

A luta contra as intervenções continua, até o momento temos ainda 15 Universidades Federais que permanecem sob intervenção, sem terem seus reitores eleitos nomeados. Logo no início do novo governo, e mesmo antes, no período de transição, o ANDES-SN apresentou a demanda de destituição imediata dos interventores, mas foi sumariamente ignorado até então. Lembremos que estivemos em audiência com a Secretaria de Ensino Superior do MEC no dia 6 de março de 2023 e apresentamos mais uma vez, junto com estudantes, técnicos(as) e reitores(as) eleitos(as) e não empossados(as) a situação das universidades sob intervenção (disponível no site do ANDES-SN). Seções do ANDES-SN enviaram denúncias ao MEC sobre as ilegalidades cometidas pelos interventores de Bolsonaro e nada foi feito.

No momento em que escrevemos este texto celebramos o posicionamento da comunidade acadêmica da UFRGS que, com a luta de docentes, técnicos(as), estudantes e movimentos sociais pressionaram o CONSUN e aprovaram a destituição do interventor naquela universidade. O MEC já tem conhecimento sobre o fato, e foi realizada uma reunião, com mediação de parlamentares, para apresentar o resultado dessa pressão; esperamos que a decisão da comunidade seja respeitada. O ANDES-SN, permanece presente na luta contra as intervenções. Estas, entre outros abusos, têm sido usadas como instrumentos de perseguição a trabalhadores(as) docentes, técnicos(as) e estudantes, desrespeitando as decisões colegiadas e aplicando a política bolsonarista de privatização e ataque ao pensamento crítico nas IES.

Nesse contexto, cabe ressaltar o trabalho que o ANDES-SN tem feito para pressionar a mudança da legislação e garantir que a democracia e a autonomia sejam respeitadas nas IES. Estivemos em audiências, fizemos pressão em gabinetes e nos articulamos com deputados que defendem essa pauta. Em todas as ações levamos nossas produções, como o Caderno 2, e críticas às proposições que circulam no Congresso que não agregam à autonomia universitária.

Recentemente, estivemos presente nas discussões que ocorreram tanto na Comissão de Educação, como na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados sobre Projetos de Leis que tratam das eleições para dirigentes de universidades, institutos federais e CEFETs. A proposta atual em discussão refere-se ao Projeto de Lei n.º 2.699, de 2011, que apensa os seguintes projetos de lei: PL n.º 4.104/2012, PL n.º 255/2019, PL n.º 348/2019, PL n.º 589/2019, PL n.º 1.929/2019, PL n.º 3.094/2019, PL n.º 3.211/2019, PL n.º 4.220/2019, PL n.º 4.994/2019, PL n.º 4.998/2019, PL n.º 426/2021, PL n.º 824/2021, PL n.º 1.112/2021, PL n.º 1.621/2023 e PL n.º 1.782/2023.

43. O texto que vai para discussão do Senado Federal tem como principal ponto positivo a extinção da determinação de composição de lista tríplice e escolha pelo presidente dos reitores das universidades federais. Ele é produto, em grande medida, da pressão de nosso

sindicato, que realizou diversas agendas junto a Parlamentares, em audiências com o relator e defendendo as propostas históricas contidas no Caderno 2 do ANDES-SN.

Pela proposta em debate as eleições devem ocorrer da seguinte maneira:

Art. 1º Os Reitores e Vice-Reitores das Universidades Federais serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução no mesmo cargo, após eleição direta por chapas para Reitor e Vice-Reitor pela comunidade acadêmica, composta por seus docentes e servidores técnico-administrativos, ocupantes de cargos efetivos e em exercício, bem como por seus discentes com matrícula ativa em cursos regulares, admitida, nos termos das normas de cada universidade, a participação de representantes de entidades da sociedade civil.

§ 1º O processo de eleição e a definição do peso do voto de cada segmento da comunidade acadêmica bem como, se for o caso, de representantes de entidades da sociedade civil, será regulamentado por colegiado constituído especificamente para esse fim, observadas a autonomia universitária e a legislação em vigor.

§ 2º Caberá ao colegiado referido no § 1º homologar a eleição realizada, atestando sua regularidade, e encaminhar ao Presidente da República os nomes dos integrantes da chapa escolhida.

Diante das deliberações do ANDES-SN, em especial aquelas dispostas no Caderno 2 e na publicação *“Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise de 2006”*, que traz as deliberações do VI CONAD Extraordinário, avalia-se que o texto em debate no Congresso:

- aponta a possibilidade de recondução ao cargo de reitor e vice-reitor após eleição, porém o ANDES-SN tem deliberação contrária à recondução;

- admite, *“nos termos das normas de cada universidade, a participação de representantes de entidades da sociedade civil”* na eleição para Reitor e Vice-Reitor. O ANDES-SN não tem posição deliberativa sobre essa questão específica, mas observamos que essa situação pode abrir a possibilidade de violação da autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial ao estabelecer que *“representantes de entidades da sociedade civil”* tenham o direito de participar do processo eleitoral. Isto abre a possibilidade de que entidades privadas e que não têm relação direta com a IES possam interferir na escolha dos(as) dirigentes de nossas instituições;

- indica que caberá a um *“colegiado constituído especificamente para esse fim”* a definição sobre o peso de cada segmento da comunidade. O ANDES-SN possui deliberação para que as eleições sejam no mínimo paritária, ou com voto universal. O ANDES-SN entende que o Conselho Superior é o responsável pela organização das eleições, por isso defende que todos os conselhos da IES sejam paritários entre docentes, técnicos(as) e discentes;

- determina os critérios para os candidatos a reitor e vice-reitor, sendo: I - ocupantes de cargo efetivo da carreira de magistério superior, em exercício, que atendam aos seguintes requisitos: a) possuam o título de doutor; ou b) estejam posicionados como Professor Titular ou Professor Associado 4; II – ocupantes de cargo efetivo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior, em exercício. O ANDES-SN, em seu acúmulo histórico, não indicou a limitação de critérios de candidaturas a Reitor e Vice-

reitor somente para professores(as), muitos menos que esses possam ser apenas Titulares ou Associados; essa definição de requisitos para as candidaturas trazidas no texto em discussão no congresso é incompatível com o que defendemos no Caderno 2. No caso da possibilidade de candidatura de docentes, o ANDES-SN defende a posição de que *“todos os docentes serão elegíveis para funções administrativas e para colegiados, independentemente de sua referência na carreira”* (Caderno 2, p. 24). Sendo assim, na proposta do ANDES-SN não há impedimento de que, por exemplo, docentes da carreira EBTT, possam se candidatar a Reitor e Vice-Reitor, como podemos observar nos critérios explicitados na proposta do Congresso.

- determina que *“Os Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias serão nomeados pelo Reitor, observados as mesmas condições, procedimentos e requisitos do artigo anterior”*, ou seja, repetem-se aqui as mesmas observações do item anterior. Há ainda um agravante neste ponto, pois no caso de unidades como colégios de aplicação e centros de educação infantil, por exemplo, a grande maioria do corpo docente é da carreira EBTT. Pelo texto em discussão no Congresso, esses docentes estariam impedidos de se candidatar não só para a reitoria como também à direção dessas unidades; a nosso ver isso cria uma situação inaceitável de ataque à isonomia e gestão democrática.

- diz no seu artigo 4º que *“Os dirigentes de universidades ou estabelecimentos isolados particulares serão escolhidos na forma dos respectivos estatutos e regimentos”*. O ANDES-SN defende, para as instituições privadas, os mesmos princípios das instituições públicas, com eleições no mínimo paritárias.

- traz no seu artigo 5º uma alteração do artigo 12º da Lei 11.892 que trata da escolha de dirigentes dos Institutos Federais, que o candidato eleito com maior número de votos em consulta à comunidade, com paridade, deverá ser nomeado reitor pelo presidente. Há, nesse caso, um reforço do princípio defendido pelo ANDES-SN, ao mesmo tempo, que não há possibilidade de eleições universais que constam como posição também do ANDES-SN.

Diante do exposto, temos grandes desafios que se referem à defesa da destituição dos interventores que restam, mas também na garantia do fim da lista tríplice e no avanço em propostas legislativas que ampliem a democracia e autonomia de nossas instituições, pautas históricas do nosso sindicato.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN

VII- AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Intensificar a luta contra o arcabouço fiscal (PL 93/2023), pelo estabelecido de uma política fiscal articulada às necessidades da classe trabalhadora, em unidade com os(as) servidores(as) públicos, reafirmando a pauta de reivindicações construída no FONASEFE, somando a essa luta os demais movimentos sociais, sindicais e de juventudes*

2. *Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais, em conjunto com organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais, promovam debates, rodas de conversa, ações de mobilização, orientada pela luta contra o arcabouço fiscal, em uma linha histórica com a aplicação da emenda constitucional 95, reafirmando a necessidade de uma auditoria cidadã da dívida pública, com ampla divulgação das consequências deletérias para a educação pública e serviços públicos de forma geral, decorrentes das vultosas transferências de recursos do orçamento público para o mercado financeiro.*

3. *Intensificar a construção da campanha salarial 2024 em conjunto com o(a)s demais SPFs no sentido de garantir a recomposição salarial de forma linear para todo(a)s o(a)s servidore(a)s.*

4. *Intensificar a luta pelo fim da lista tríplice, orientada pelo princípio da gestão democrática do*

Caderno 2 do ANDES-SN, ampliando a articulação política para aprovação do projeto de lei que indica que os processos eleitorais das Universidades, Institutos e Cefets iniciem e acabem em nossas instituições.

5. *Que o ANDES-SN, suas regionais e seções sindicais realizem debates e outras ações, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida e/ou entidades com acúmulo sobre o tema, sobre efeitos da Reforma Tributária com vistas a subsidiar a disputa por uma política tributária, orientada pelos princípios do caderno 2 sobre estrutura tributária, com justiça social, que assegure tributação das grandes fortunas, impostos progressivos e redirecione o fundo público em favor das necessidades da classe trabalhadora”*

6. *“Que a diretoria, a partir dos últimos encaminhamentos da reunião do setor das federais, faça convocatória de rodada de assembleias no segundo semestre de 2023 que sejam precedidas pelo envio de um conjunto de documentos que contextualizem o debate da lista tríplice e da gestão democrática nas Instituições de Educação Superior - IES, de modo a embasar as discussões das bases, considerando: i) historicização das lutas; ii) o que temos acumulado - autonomia, fim da lista tríplice, eleição no mínimo paritária, eleição direta; iii) análise das PLs que estão em tramitação; iv) os elementos de debate sobre o tema realizado em reunião do setor”*

7. *Que o ANDES-SN, reivindique na campanha salarial 2024 junto ao governo federal a recomposição salarial orientada pelos acúmulos realizados de forma unitária e linear com os servidore(a)s no FONASEFE e FONACATE, conforme já está em andamento na mesa permanente de negociação.*

8. *Lutar pela imediata abertura da mesa setorial para reestruturação das carreiras docentes (EBTT, e Magistério Superior), tendo como referência o projeto de carreira do ANDES-SN.*

9. *Que o ANDES-SN apresente, como parte dos esforços da Campanha em Defesa da Educação Pública, a proposta de construção de atividades em defesa e valorização do(a) trabalhador(a) da educação para ser efetivada em cooperação com as outras entidades de educação.*

10. *Que o ANDES-SN, em parceria com outras entidades da educação, realize, no segundo semestre de 2023, um dia nacional de mobilizações contra a criminalização e pela valorização do(a) trabalhador(a) da educação, propondo às demais entidades a elaboração de uma campanha nacional com essa temática.*

RESOLUÇÕES DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 41º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

A) No âmbito do(a)s Servidore(a)s Público(a)s Federais (SPF)

1. *Priorizar e intensificar a luta pela revogação de todas as medidas destrutivas de direitos da classe trabalhadora, do governo Bolsonaro e medidas neoliberais dos governos, que atacam os serviços e servidore(a)s público(a)s, a exemplo das contrarreformas trabalhista e previdenciária, na perspectiva de um grande “Revogaço” que articule as entidades do(a)s servidore(a)s, movimento sindical, juventude e populares, construindo ações de ruas e nas redes, plebiscitos, panfletagem, paralisações e demais ações de mobilização.*

2. *Priorizar e intensificar a luta pela Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, do teto dos gastos sociais, e pelo arquivamento da PEC 32 em articulação com as entidades do(a)s servidore(a)s público(a)s, do Fonasefe, com as centrais sindicais, fóruns de luta e movimentos populares e de juventude.*

3. *Reforçar junto ao Fonasefe e ao FONACATE a campanha salarial com reajuste de todo(a)s o(a)s Servidore(a)s Público(a)s Federais exigindo negociação com o Governo a partir dos seguintes eixos:*

3.1. *reposição EMERGENCIAL IMEDIATA das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária, tomando como base o índice de 26,94%;*

3.2. *Recomposição integral das perdas históricas;*

3.3. *Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações;*

3.4. *Definição da data-base em 1º de maio;*

3.5. *Valorização dos serviços e servidore(a)s público(a)s com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e pela promoção das políticas sociais*

B. No Âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFETs

1. *Priorizar e intensificar a luta, em articulação com as demais entidades da educação, pela recomposição orçamentária da educação pública federal que possibilite a realização plena de ensino, pesquisa e extensão nas IFs e a entrada e permanência do(a)s estudantes.*

2. *Dar continuidade à luta contra as intervenções realizando campanha nacional sobre o tema, em 2023, com recursos do Fundo Único do ANDES-SN previsto no item 5.2.2.2 da Resolução que rege o referido Fundo. No marco desta campanha:*

- 2.1. Intensificar a luta contra as intervenções nas universidades, promovendo debates regionais e envolvendo toda a comunidade acadêmica, entidades sindicais de servidore(a)s docentes e TAE, representação do movimento estudantil e sociedade em geral.
- 2.2. Reforçar, junto ao novo governo federal, a luta pela revogação imediata da nomeação de todo(a)s o(a)s reitore(a)s interventore(a)s que não foram eleito(a)s por suas comunidades acadêmicas.
- 2.3. Exigir o fim da lista tríplice, para garantir que todos os processos eleitorais iniciem e acabem nas IFE, conforme concepção defendida no Caderno 2.
- 2.4. A campanha terá duração de 12 meses, produzindo:
 - a) diferentes materiais e ações nas redes sociais (vídeos, cards, outdoors, entrevistas, materiais de visibilidade, produção de matérias sobre a realidade das intervenções);
 - b) a realização do segundo encontro nacional das universidades sob intervenção, em Brasília, no primeiro semestre de 2023, lançando a campanha e articulando esse encontro com ato e audiência no Ministério da Educação.
 - c) estimular que todas as seções sindicais do ANDES-SN se envolvam na campanha nacional em defesa da autonomia universitária e da democracia interna nas IFES;
 - d) autorizar a diretoria a realizar levantamento da necessidade dos recursos e execução da campanha em 2023.
3. Que o ANDES-SN e as seções sindicais realizem debates para fortalecer a luta pelas cotas, a fim de garantir sua continuidade e ampliação para a graduação, pós-graduação e concursos para TAEs e docentes.
4. Atualizar em 2023 os Cadernos sobre Precarização das Condições de Trabalho nas IFES, com o processo de sufocamento e contingenciamento orçamentários, o avanço do trabalho remoto, a plataforma do trabalho docente, as condições sanitárias, de saúde mental e de trabalho na realidade pós-pandemia e a retomada das atividades presenciais.
5. Intensificar a luta pela ampliação das políticas de assistência estudantil (entrada e permanência do(a)s estudantes), restaurantes universitários, moradias, programas de saúde mental, ampliação e reajuste das bolsas de ensino, pesquisa e extensão em nossas IFs, e inserir na mesa de negociação a revogação da portaria do MEC nº 2117/2019 que define 40% de carga horária EAD para cursos presenciais em todas as áreas.
6. Intensificar a luta pela recomposição integral salarial do(a)s docentes e por melhores condições de trabalho para pleno desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão em nossas universidades, Institutos Federais e CEFET's.
7. Realizar uma semana de luta e ocupação das IFE, no primeiro semestre de 2023, com debates, rodas de conversa e expressões artísticas culturais trazendo nossas principais pautas por condições de trabalho e estudo e pela recomposição dos orçamentos.
8. Retomar a Campanha Nacional em defesa da educação pública e contra os cortes orçamentários com ações em todo o Brasil.
9. Definir pautas específicas relacionadas a orçamento e manutenção das Universidades, Institutos e CEFETS, considerando as necessidades e demandas do conjunto de cada instituição.
10. Lutar pela pauta histórica de negociação coletiva entre o(a)s servidore(a)s públicos e os órgãos governamentais que atenda às respectivas Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário.
11. Lutar pela auto-regulamentação do exercício do direito de greve, que atenda às respectivas Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário.
12. Reivindicar a licença para desempenho de mandato sindical com a elaboração de Projeto de Lei modificando o disposto nos artigos 81, VIII, e 92, da Lei nº. 8.112, de 1990, para restabelecer que o ônus pelo pagamento da remuneração do(a)s servidore(a)s licenciado(a)s voltará a ser dos órgãos ou das entidades a que estejam vinculado(a)s funcionalmente.
13. Priorizar e intensificar a ação organizativa e de luta com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s federais, buscando construir uma pauta articulada com trabalhadore(a)s dos serviços públicos nas três esferas federadas, incluindo trabalhadore(a)s das Estatais e terceirizado(a)s.
14. Março de 2023: construir um dia nacional com demais servidore(a)s público(a)s federais para exigir do governo o arquivamento da PEC32/2020;
15. Abril de 2023: construir com demais servidore(a)s público(a)s federais, centrais sindicais, movimentos sociais, populares e de juventude o Dia Nacional do REVOGAÇÃO: Revogação das quatro Contrarreformas da Previdência; Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal; Revogação da Contrarreforma Trabalhista; Revogação da Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos); Revogação da paridade internacional do custo do petróleo; Revogação das privatizações; Revogação da Lei das Organizações Sociais; Revogação dos Pacotes dos Venenos; Revogação da Lei antiterrorismo; Revogação da EC nº 109/2021 (PEC 186); Revogação da Lei das Terceirizações; Revogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU); Revogação da Lei de Greve; Revogação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

Revogação da Lei de Regulamentação dos Fundos Patrimoniais; Revogação da Resolução CNE/CP nº 2, de dezembro de 2019 (BNC-Formação); Revogação da Contrarreforma do Ensino Médio.

16. Que as seções sindicais pressionem os Conselhos Universitários, ou equivalente, para que revoguem as Resoluções sobre Desenvolvimento na carreira que retiram direitos docentes, de acordo com suas especificidades, exigindo também que promoções e progressões sejam a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos, inclusive no sentido de acúmulo de interstícios (progressões múltiplas) para fins de concessão de progressão funcional em mais de um nível por vez, incluindo retroativos, bem como a anulação dos efeitos resultantes destes atos normativos.

17. Exigência para que se recupere a valorização do regime de Dedicção Exclusiva (remuneração 3,1 vezes o correspondente ao regime de 20h) e retomada da luta pela negociação por remuneração integral e isonômica do(a)s integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em apenas uma linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e ao regime de trabalho.

18. Estabelecimento de uma agenda nacional de mobilização, convocando a categoria docente para a luta em defesa dos direitos, das condições de trabalho e das IFES:

18.1. Encaminhamento das pautas junto ao governo federal e às reitorias, exigindo a instalação de mesas de negociações;

18.2. Organização de pautas locais e nacional da categoria (março e abril);

18.3. Março de 2023 – Dia Nacional pela recomposição do orçamento das IFES;

18.4. Abril de 2023 – Dia Nacional pela revogação das Leis nº. 5540/68 e nº. 9192/95 e do Decreto nº. 1916/96, que estabeleceram e regulamentaram a lista tríplice nas IFES, além do respeito à democracia e à autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988;

18.5. Abril de 2023 – Dia do Revogaço das Resoluções sobre Desenvolvimento na carreira/Promoções e Progressões que retiram direitos do(a)s docentes;

19. Elaboração de materiais para ampla divulgação em nível nacional e em cada local de trabalho nas IES em defesa do Projeto de Carreira do ANDES-SN.

20. Lutar contra a transformação dos campi universitários em ativos imobiliários para impedir a continuidade e disseminação de projetos como o Viva UFRJ, que recentemente privatizou parte do campus da Praia Vermelha sob a tutela do BNDES.

21. Que o ANDES-SN continue lutando pela revogação da portaria do MEC nº 983/2020, já aprovada na Comissão de Educação da Câmara Federal, cujo objetivo é impor um novo regime de horas trabalhadas à(o)s docentes vinculado(a)s aos IFs, CEFET's e universidades, ampliar a carga de ensino, no âmbito dessas instituições, aprofundar a não presencialidade em muitas atividades de ensino e instituir o controle eletrônico de ponto à(o)s docentes.

22. Que o ANDES-SN lute para suspender a determinação do controle de frequências das e dos EBTTs, garantindo isonomia no que diz respeito ao controle de frequência, incluindo a carreira EBTT no Decreto nº 1.867/96.

23. Que as seções sindicais do ANDES-SN participem dos fóruns unitários de luta do(a)s servidore(a)s nos estados e municípios construindo calendários de lutas e fortalecendo o calendário nacional de luta construído pelo Fonasefe/FONACATE para reforçar a proposta de negociação de recomposição salariais de 2023/2024.

24. Reforçar junto ao Fonasefe/FONACATE a necessidade de negociação com o novo governo sobre os benefícios (alimentação, creche, planos de saúde, etc.) que impactam sobre a remuneração dos SPF, que estão congelados desde o último acordo firmado em 2012.

AGENDA DE LUTAS

29/01 – Dia da Visibilidade Trans.

07/02 - Dia de Lutas dos Povos Originários.

11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

08/03 - Dia Internacional das Mulheres.

14/03 – Justiça por Marielle Franco.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação Racial.

07/04 - Dia Internacional da Saúde.

19/04 - Dia de Resistência dos Povos Originários.

24/04 - Dia Internacional de Libras.

01/05 - Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

17/05 - Dia internacional de luta contra a LGBTQIA+fobia.

18/05 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

12/06 - Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

15/06 - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a pessoa idosa.

28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.

23/07 - *Dia Nacional do Tradutor e Intérprete de Libras.*
25/07 - *Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.*
12/08 - *Justiça a Margarida Alves.*
29/08 – *Dia da Visibilidade Lésbica.*
07/09 – *Grito dos Excluídos.*
21/09 – *Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.*
26/09 - *Dia Nacional dos(as) Surdos(as).*
28/09 – *Dia Internacional da Luta pela Legalização do Aborto.*
17/10 – *Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral/Sexual nas Universidades, IFs e CEFETs.*
20/11 – *Dia da Consciência Negra.*
22/11 – *Dia Nacional de Combate ao Racismo nas Universidades, IFs e CEFETs.*
25/11 – *Dia Internacional de Luta contra a Violência Contra as Mulheres.*
28/11 – *Dia de Luta contra o Racismo.*
03/12 - *Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.*

TR – 13

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com os(as) demais servidores(as) públicos(as) federais, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização de base, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024;
2. Articular a Campanha Salarial 2024 e 2025 com a luta contra a PEC n.º 32/2020 e qualquer contrarreforma administrativa que utilize seus princípios e diretrizes;
3. Lutar contra o Novo Arcabouço Fiscal e a política tributária que mantém impostos regressivos e favorece o grande capital em detrimento da classe trabalhadora;
4. Lutar por pautas específicas, não econômicas, dando ênfase aos pontos do Revogação que impõem prejuízos à categoria e aos demais setores da classe trabalhadora, como: (i) a revogação das contrarreformas previdenciárias (a exemplo da EC n.º 41/2003 que estabelece a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas e da EC n.º 103/2016 que restringe vários direitos previdenciários); (ii) o fim da lista tríplice, com a garantia da paridade, no mínimo, e que a escolha de reitores comece e se encerre nas Instituições Federais de Ensino; (iii) a revogação da IN n.º 66 de 2022, de modo a assegurar progressões múltiplas, e que progressões e promoções funcionais tenham efeitos financeiros a partir da data em que os requisitos sejam adquiridos e não da data de conclusão do processo administrativo; dentre outros; (iv) revogação de medidas como a Portaria n.º 983/2020, que impacta a atuação de docentes EBTT, provocando uma ruptura na isonomia com Magistério superior, especialmente o estabelecimento de carga horária mínima de 14h para ensino e controle de ponto eletrônico; (v) substituição da expressão “Magistério superior” por “Magistério federal” na Lei 1.590 de 1995 que dispensa controle do ponto para os atuantes na docência superior federal, estendendo essa prerrogativa aos EBTT;
5. Que o ANDES-SN aprofunde a luta pela destituição imediata dos(as) interventores(as) de Bolsonaro, os(as) quais ainda se mantêm no governo Lula;
6. Continuar atuando junto ao Congresso Nacional para garantir o fim da lista tríplice nos projetos de lei em discussão;
7. Intensificar a luta contra qualquer medida que limite a democracia e a autonomia das universidades, institutos federais e CEFETs, em especial, para garantir eleições no mínimo paritárias e barrar critérios de candidaturas para Reitor, Vice-reitor, Diretor e Vice-Diretor que não passem pela discussão das comunidades acadêmicas ou que sejam excludentes;
8. Intensificar a luta pelo financiamento pleno das universidades federais, levando em conta os impactos da pandemia, a garantia de condições de trabalho e estudo, as condições de permanência dos estudantes e os recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão;
9. Convocar para o primeiro semestre de 2024 uma reunião conjunta do Setor das IFES e do GT Carreira para tratar sobre o debate de Carreira Única nas IFES e sobre o processo de negociação;
10. Reafirmar os princípios históricos e sua proposta de projeto de lei de carreira de professor federal aprovada no Congresso de Uberlândia na MNPP, a partir de subsídios na base do setor das IFES, conforme os acúmulos do Caderno 2;

11. Que o ANDES-SN dê continuidade, em articulação com os SPFs, à luta pela implementação de protocolos de acolhimentos e de combate ao assédio moral e sexual no serviço público, lutando também para que estes protocolos considerem a interseccionalidade em suas marcações de classe, racial, de gênero, sexualidade, xenofobia, dentre outros atravessamentos;

12. Fortalecer a luta contra a gestão da EBSEH, entidades congêneres (fundações privadas, organizações sociais, dentre outras) nos HUs, inclusive reforçando a luta das S.Sind. nas quais os HUs estejam sob gestão da EBSEH, contra a recontractualização, ao fim dos contratos em curso.

TEXTO 14

Contribuição da(o)s Sindicalizada(o)s: Adriana Penna (Aduff); Agatha Justen (Aduff); Airton Paula Souza (Adufs-Se); Alair Silveira (Adufmat); Aldi Nestor de Souza (Adufmat); Beatriz Tupinambá Freitas (Adufs-Se); Catharina Marinho Meirelles (Aduff); Cláudio Gurgel (Aduff); Elyson Carvalho (Adufs-Se); Jairo Paes Selles (Aduff); José Jailton Marques (Adufs-Se); Júlio Figueiredo (Aduff); Marcelo Massayoshi Ueki (Adufs-Se); Maria da Graça Gurgel (Ufal); Marluce Souza e Silva (Adufmat); Máuri de Carvalho (Ufes); Olinto Silveira Alves Filho (Adufs-Se); Onice Teresinha Dall'oglio (Adufmat); Sandra Menezes Walmsley, (Adufs-Se); Waldyr Lins de Castro (Aduff); Wilma Pessôa (Aduff).

PELA AUTONOMIA E DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

TEXTO DE APOIO

Há mais de 15 anos, o Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense (UFF) - por unanimidade – tomou a Decisão 50/2008, no sentido de “aprovar o reposicionamento dos servidores aposentados e pensionistas na posição relativa em que se encontravam no Plano de Carreira anterior (PUCRCE) quando exerceram o direito à aposentadoria”. Estava o Conselho respaldado em razões técnicas e no fato de existirem precedentes de outras instituições federais de ensino, no mesmo sentido. Estava, principalmente, fazendo justiça a trabalhadoras e trabalhadores que percorreram o encarecimento com dedicação e muitos serviços prestados à Universidade.

Entretanto, a decisão do Conselho Universitário contrariava o Parecer da Procuradoria da Universidade. Isto, em iniciativa já de si inusitada, gerou um processo administrativo disciplinar, PAD, e uma ação do próprio Ministério Público contra os conselheiros universitários de então. Os dois constrangimentos a que foram submetidos os 33 conselheiros que tomaram aquela decisão, considerando os dois processos, tanto no âmbito do Ministério Público Federal (Inquérito Civil n. 1.30.005.000065/2016-96, arquivado), quanto em sede disciplinar na própria Universidade Federal Fluminense, concluíram-se com a absolvição dos acusados e o arquivamento da denúncia, conforme publicado em 14/03/2019.

Não satisfeito, ou pensando em extrair algum dividendo político, um procurador federal junto à UFF dirigiu um ofício ao Ministro da Educação do então governo Michel Temer, alegando “fortes indícios de ilícitos pelo Ex-Reitor da Universidade Federal à época dos fatos em questão e de ex-Conselheiros do Conselho Universitário da UFF”, oportunidade em que requereu que fossem “adotadas as medidas legais cabíveis dentro da esfera legal

de atribuição do MEC”. Não por acaso, nas eleições de 2018, este mesmo procurador se candidataria à vaga de deputado federal, pelo PSL.

Essa demanda do Procurador deu origem a um novo Processo Administrativo Disciplinar, PAD, dessa vez conduzido pelo próprio MEC, sob a regência dos sucessivos ministros da educação do Bolsonaro, percorrendo os quatro lamentáveis anos vividos pelo Brasil, de 2019 a 2022.

Em 2022, percebendo que Bolsonaro não se reelegeria, conforme indicavam as pesquisas divulgadas, a comissão do MEC responsável pelo PAD contra os conselheiros da UFF dividiu o grupo de 33 conselheiros em 3 subgrupos, acelerando os interrogatórios dos primeiros nove conselheiros, escolhidos por critérios não informados. Desta forma, nos dias finais do governo Bolsonaro, em 24 de dezembro de 2022, a comissão do MEC encaminhou relatório final acusando os nove conselheiros de interesses pessoais no enquadramento dos servidores, propondo a demissão dos ex-conselheiros e, àqueles já aposentados, a cassação das respectivas aposentadorias.

Com a posse do novo governo, e após várias gestões no sentido de pôr um ponto final nesse processo abusivo e ilegal, em 2023, outros nove conselheiros foram chamados para continuar os interrogatórios, dando prosseguimento a uma ação claramente persecutória. Concomitantemente, o relatório anterior continuou tramitando sob o governo do Lula, mantendo sob ameaça de demissão e cassação de aposentadorias os conselheiros do primeiro subgrupo interrogado.

Vale dizer que dessas gestões no sentido de encerrar o processo bolsonarista participaram a ADUFF, o ANDES-SN e parlamentares progressistas – sem qualquer resultado efetivo.

Vale ainda dizer, que a ADUFF, Associação a que vários dos conselheiros acusados e perseguidos são filiados, prestou apoio jurídico, sendo o principal defensor formal dos conselheiros, e, por várias vezes, buscou contribuir com as gestões no sentido de, administrativa e politicamente, reverter a grave situação em se encontram os ex-conselheiros da UFF.

Fez isso pela histórica solidariedade de classe, que o movimento docente cultiva e deve cultivar sempre e cada vez mais – não importam suas divergências internas. Mas fez isso, também, pelo significado desses processos, inclusive aqueles anteriores, que resultaram em absolvição e arquivamento: a perseguição política e administrativa e a tentativa de silenciamento daqueles que divergem.

Todos esses processos, do passado e do presente, são uma evidente violação à autonomia e à democracia interna da Universidade; uma ameaça ao exercício independente dos Conselhos Universitários – nacionalmente e para todos os tempos.

Concretamente, os ex-conselheiros estão sendo processados e ameaçados de demissão e cassação de aposentadoria porque contrariaram um Parecer da Procuradoria da UFF. Significa que um Parecer, ainda que em sentido oposto ao que estava sendo praticado por outras IFES, à época, pretendia ser acolhido sem discussão ou questionamento. O fato deste Parecer não ser acolhido pelos ex-conselheiros que, autonomamente, o rejeitaram, gerou PADs, sim, no plural, PADs, e além dos dois processos administrativos provocou, também, uma ação do MP. Todos estes processos, como não poderia deixar de ser, ainda trazem efeitos danosos sobre esses conselheiros, passados mais de 15 anos.

O que isso significa para as centenas de conselheiros que hoje militam na representação de seus colegas, docentes, técnico-administrativos e estudantes, nos conselhos universitários das Universidades brasileiras?

Qual o sentido de um Conselho Universitário existir, se as decisões que venha a tomar não podem contrariar um parecer da Procuradoria da Universidade? É a procuradoria a instância superior da Universidade ou esse *status* pertence ao Conselho Universitário, como se lê nos regimentos das IFES?

O que isso significa, se os responsáveis por esses episódios de aberta intimidação não aprenderem que esse caminho é rejeitado por todos aqueles efetivamente comprometidos com as mais elementares exigências da democracia, com o exercício da autonomia e com a transparência e interesse público republicanos? É fundamental que qualquer iniciativa e/ou processo que afronte tais princípios sejam exemplarmente punidos. Venha de onde vier.

Se os golpistas de 8 de janeiro recebem penas exemplares, por que aqueles que usaram de passageiro poder vão ter êxito em seu desacato às instituições que garantem a autonomia e a democracia da Universidade pública?

Porque o novo governo, eleito sob o compromisso de reconstruir relações institucionais, democráticas e republicanas seria coadjuvante de um processo que constitui ataque a tudo que declara defender? Por que ele permite que um processo com evidente inspiração política e óbvias consequências profundamente danosas para a democracia e o republicanismo evolua no seu interior?

O ANDES-SN, no seu 41º Congresso Nacional, realizado em 2022, tomou conhecimento e protestou contra esse processo. Mas, em face da in consequência, repercussão zero, de tudo que fez e se fez, no sentido de não permitir que evolua essa agressão às instituições do ensino superior público, deve agora ser mais incisivo e mover seu peso político para de fato parar com isso. O histórico de nossa Entidade não é de tratar de modo acanhado um caso como esse, mas ao contrário, de sempre demonstrar altivez e rebeldia todas as vezes que questões de princípio, violações de direitos e ataques às conquistas democráticas são praticados.

Além de parar com isso, fazer com que essa intimidação seja punida, para que não se repita e que não paire sobre a cabeça dos atuais conselheiros, em quaisquer dos Conselhos Universitários do Brasil, a percepção de que são um poder que não pode. Um poder que deve se submeter aos pareceres de procuradores e congêneres, pois, do contrário, seus membros serão punidos com a pena máxima da demissão.

A defesa da autonomia e da democracia nas IFES passa, hoje, pelo enfrentamento desse episódio, que não só significa enorme injustiça, mas, maior ainda, ameaça à sobrevivência dos valores democráticos e da liberdade de expressão e decisão dos Conselhos Universitários.

TR - 14

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Marcar imediata audiência com o Ministro da Educação e levar a ele a denúncia exposta no texto de apoio desse TR
2. Entrar com queixa crime junto ao Ministério Público com a denúncia de prevaricação e abuso de poder dos agentes responsáveis diretos, procurador e servidores públicos, envolvidos na abertura do processo do MEC

3. Desenvolver campanha pública em defesa da autonomia e democracia nas IFES, pela imediata extinção da comissão do MEC, arquivamento do processo aberto e punição dos responsáveis por sua abertura.

TEXTO 15

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adelson Fernandes Moreira (Sindceft-MG), Adilson Mendes Ricardo (Sindceft-MG), Antônio Francisco Cruz Arapiraca (Sindceft-MG), Denilson de Cássio Silva (Sindceft-MG), Fábio José Bianchetti (Sindceft-MG), Luiz Alberto Ornellas Rezende (Sindceft-MG), Katalin Geockze Carrara (Sindceft-MG), Lília Maria de Oliveira (Sindceft-MG), Marcos Prado Amaral (Sindceft-MG), Raphael Freitas Santos (Sindceft-MG).

ESPECIFICIDADES DA CARREIRA DE EBTT DIANTE DA PROPOSTA DE CARREIRA ÚNICA

TEXTO DE APOIO

A discussão da carreira única fundamenta-se no que é ser professor ou professora, especialmente no sentido de que a prática docente não se restringe apenas ao ensino em sala de aula. A defesa da carreira única para todas e todos os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE) fundamenta-se nos seguintes princípios, expressos no Caderno 2 do ANDES-SN e na proposta de Projeto de Lei, que foi aprovada em nosso congresso de 2011, em Uberlândia, MG: a prioridade do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva; o respeito à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; o ingresso exclusivamente por concurso público; a valorização do tempo de serviço, da formação continuada e da titulação; paridade na remuneração e nos direitos entre ativos e aposentados; e a defesa de um Regime Jurídico único.

Tal fundamento deveria se estender às esferas municipal e estadual, da educação infantil ao ensino superior, a orientar os princípios de uma carreira nacional do magistério, que já fez parte da pauta de lutas da ANDES, conforme expresso na Carta de Goiânia, de 1986.

Ao mesmo tempo em que são reafirmados esses princípios, a proposição de uma carreira única não pode implicar na extinção de um direito econômico da categoria. Cabe a uma entidade sindical a condução de negociações coletivas, que assegurem às trabalhadoras e aos trabalhadores por ela representados a possibilidade de ampliar direitos garantidos por lei e adquirir novas conquistas. A mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores, parte estruturalmente mais fraca na relação capital-trabalho dentro do sistema econômico em que vivemos, é condição indispensável para que esses processos negociais sejam bem sucedidos. Assim tem sido na história de lutas do ANDES-SN.

Em certa medida, isso aconteceu com a conquista do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), pelas e pelos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), após longa greve do magistério federal, em 2012, que possibilitou um considerável reequilíbrio salarial para a carreira. No governo Dilma Rousseff foi aprovada a Lei nº 12.772, de 28 de setembro de 2012, que instituiu o RSC, regulamentado por meio da Resolução nº 1, de 20 de fevereiro de 2014. Se, por um lado, essa lei significou um aprofundamento da desestruturação das carreiras do Magistério Federal, por outro, o RSC constituiu-se, desde então, em um mecanismo de validação de

experiências das e dos docentes em exercício, relativas à formação continuada, à produção acadêmica, ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão e a atividades administrativas. Essa validação é realizada por meio de um processo em que docentes de EBTT são avaliados por seus pares: dois docentes da instituição na qual está vinculado o(a) servidor(a) que pleiteasse a concessão do RSC e dois docentes da carreira de EBTT de outras instituições, vinculados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujos sorteios são realizados por um sistema eletrônico, gerenciado pelo MEC.

Quando ocorreu a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais (IF) a retribuição por titulação implicou em expressivo ganho em relação ao salário base. Docentes concursado(a)s, desde então, com títulos de mestrado e doutorado, tiveram aumentos salariais superiores em relação ao(a)s docentes com mais tempo de atuação na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, com um histórico de encargos didáticos muito altos e, por isso, sem incentivo e impedidos de avançar na carreira por meio da titulação. Tal situação foi motivo para descontentamento e divisão da categoria. Uma parcela significativa da categoria sofria os efeitos da ausência de uma política de incentivo à capacitação das e dos docentes dos CEFETs, das escolas técnicas, dos colégios de aplicação e do NDI (Núcleo de Desenvolvimento Infantil). O RSC tornou-se um mecanismo fundamental de compensação financeira para os docentes de EBTT, permitindo a antecipação de melhoria salarial enquanto se investe na formação continuada e no desenvolvimento profissional por meio dos estudos e pesquisas na pós-graduação, com a consequente titulação.

A regulamentação determinou a equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins remuneratórios, da seguinte forma: RSC-I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização; RSC-II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e RSC-III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado. O RSC passou, conforme já destacado, a significar a possibilidade de antecipação de um aumento da remuneração, sem que isso implique necessariamente em se abrir mão da titulação como qualificação pelos estudos de especialização, mestrado e doutorado. Para o RSC I pontua-se mais a docência, a orientação de estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de projetos de ensino e a participação em atividades de gestão. Já no RSC II, a participação em programas e projetos institucionais e de pesquisa, extensão e inovação. O RSC III, além dos itens citados nos níveis anteriores, destaca o desenvolvimento, a produção e a transferência de tecnologias. Portanto, as atividades realizadas pelo docente, que configuram o reconhecimento de saberes e competências, se inserem e vão além da valorização da formação continuada, um dos princípios norteadores da carreira única.

O RSC carrega o limite de ser um adicional que pode ser retirado em qualquer tempo, enquanto que o aumento da remuneração por titulação é algo consolidado e estável. Diferentemente da titulação, o RSC não possibilita o pleito por recursos junto às agências de fomento, seja para bolsas de pesquisa, seja para financiamento de projetos. O RSC não pode ser utilizado como requisito para a promoção na carreira, refletindo exclusivamente no valor financeiro recebido e equiparado à Retribuição por Titulação (RT), por reconhecer o trabalho docente em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a produção acadêmica resultante desses projetos e a participação em atividades administrativas e de gestão. O RSC é um dispositivo que altera a correspondência salarial, porém não permite acesso do docente à classe de professor titular sem uma titulação de doutorado. Portanto,

a escolha por esse processo de melhoria salarial, na estrutura da carreira, implica esses limites, que mantêm a importância do e da docente se dedicar à busca por titulação para evoluir na carreira com mais vantagens e possibilidades.

O RSC é um direito específico da carreira de EBTT, significa uma diferença fundamental com a carreira do Magistério Superior e um obstáculo a ser superado na proposição da carreira única, sem determinar perda de direitos para quem é da carreira de EBTT e para quem ingressar na nova carreira, resultado da unificação dessas duas carreiras do Magistério Federal.

Um outro aspecto, também específico da carreira de EBTT, é a demanda por um preparo profissional e didático específicos para atuar na educação básica e enfrentar os desafios próprios dessa etapa de formação. Por isso, embora não seja considerado como atividade especial para fins de aposentadoria, a lei estabelece a vantagem da redução em cinco anos no tempo mínimo de contribuição.

Na sociedade capitalista, em que prevalecem as relações de exploração no trabalho, não é possível abrir mão de qualquer direito e sim lutar por novos. Não cabe a uma entidade sindical extinguir direitos já adquiridos, como o RSC e a redução no tempo de contribuição para quem atua na educação básica. Defendemos que o RSC seja um direito estendido a todos e todas que ingressarem na carreira única e que a redução do tempo mínimo de contribuição seja cumprida conforme determina a lei para quem atua na Educação Básica.

Defendemos que a proposta de carreira única, com uma linha só no contracheque, incorpore a remuneração devida à dedicação exclusiva, a retribuição por titulação ou seu equivalente ao reconhecimento de saberes e competências.

É necessário, como tem ocorrido, que a proposição de uma carreira única seja resultado de um diálogo entre o ANDES e o SINASEFE, com o cuidado de não desqualificar conquistas que tiveram uma participação significativa da entidade representante dos trabalhadores da educação nos Institutos Federais, como é o caso do RSC.

Por uma carreira única que valorize devidamente o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, e promova a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Que o ingresso na carreira única seja exclusivamente por concurso público, com valorização do tempo de serviço, da formação continuada e da titulação, com paridade na remuneração e nos direitos entre ativos e aposentados, regulamentada com base em um Regime Jurídico único. Por uma única linha no contracheque que incorpore a remuneração devida à dedicação exclusiva e a retribuição por titulação ou seu equivalente remuneratório devido ao reconhecimento de saberes e competências.

TR - 15

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a proposta de carreira única tenha com um de seus princípios uma única linha no contracheque que incorpore ao salário base a remuneração devida ao regime de trabalho e a retribuição por titulação ou seu equivalente remuneratório devido ao reconhecimento de saberes e competências, garantida a aceleração da promoção na carreira apenas por titulação.
2. Fazer as seguintes modificações no Projeto de Lei, que consolida o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal, aprovado no 30º Congresso:

2.1 Acrescentar ao Art. 4º o seguinte parágrafo único:

Fica assegurada a possibilidade de pleitear equiparação da remuneração por titulação por meio do processo de reconhecimento de saberes e competências (RSC).

2.2 Incluir no parágrafo único do Art. 5º, o RSC como parcela de vencimento incorporada à remuneração.

2.3 Substituir a redação do Art. 22. pelo seguinte texto:

Sobre o valor referente ao nível remuneratório em que se encontra enquadrado o professor federal, levando-se em conta o regime de trabalho, incidirão os seguintes percentuais relativos à correspondente titulação ou ao RSC equivalente:

I - de 75% (setenta e cinco por cento) para os detentores de título de Doutor ou de Livre-Docente ou de RSC III;

II - de 37,5% (trinta e sete e meio por cento) para os detentores de grau de Mestre ou de RSC II;

III - de 18% (dezoito por cento) para os detentores de certificado de curso de Especialização ou de RSC I;

IV - de 7,5% (sete e meio por cento) para os detentores de certificado de curso de Aperfeiçoamento.

Parágrafo único. O acréscimo dos percentuais de titulação ou do RSC equivalente não será cumulativo.

TEXTO 16

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da Adua: André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva.

PLANO DE LUTAS DAS IFES: ROMPER A COLABORAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL, PARA ERGUER A LUTA CONTRA OS CORTES DE VERBAS E O PRIVATISMO, E PELA REAL AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E POR UM ÚNICO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICO E GRATUITO, SOB CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA

TEXTO DE APOIO

Com independência de classe, erguer uma verdadeira Campanha Salarial

Nos últimos anos, com a Pandemia e a adoção de métodos virtuais de “luta”, o movimento docente das Instituições Federais de Ensino Superior foi desmontado. As maiores universidades, com uma forte tradição de luta, retomaram timidamente as assembleias e os atos locais. Não houve, no entanto, uma orientação, por parte da direção política do ANDES-SN, para erguer uma poderosa mobilização que enfrentasse o congelamento e o rebaixamento salariais, nem a piora das condições de trabalho, sobretudo, nas instituições que cresceram com o REUNI, mas que, já em 2015, quando realizamos a nossa última greve nacional, apresentavam sérias dificuldades em manter a integralidade de suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão com os seguidos cortes de verbas que a rede federal de ensino enfrentou.

De fato, os anos de Pandemia impuseram o fechamento dos sindicatos e o abandono das lutas presenciais. A direção do ANDES-SN substituiu as manifestações locais e nacionais pelos atos simbólicos em Brasília, quando começaram a solicitar que as seções sindicais encaminhassem representantes para as atividades de pressão parlamentar. O que foi antes sustentado por um discurso “em defesa da vida”, que supostamente impedia as manifestações de rua (na visão dos burocratas), a partir da vacinação e dos grandes atos de rua contra Bolsonaro, em 2021, não mantinha mais nenhuma razão aparente. Os atos simbólicos, as audiências públicas, a “visita” a parlamentares, no entanto, se tornaram métodos adotados por nossa direção nacional. Por exemplo, já em 2023, muitas universidades estaduais entraram em greve, como as do Paraná e as do Maranhão, que lutavam por aumento salarial e por recomposição de verbas, mas não houve nenhum apontamento, por parte da direção do ANDES-SN, em direção à unidade com o movimento docente federal, que vivia os mesmos problemas e que constitui a maior base do sindicato.

Os calendários estrangulados em muitas, senão na maioria, das universidades servia, por parte da burocracia sindical, para “justificar” a pouca participação docente em assembleias convocadas sempre em cima da hora, como quando, em março, foi necessário deliberar sobre o índice de reajuste apresentado pelo governo; um índice “aprovado” por

menos de 1/3 das universidades federais, já que não houve mobilização, e três vezes menor do que o funcionalismo federal exigia.

Durante muitos meses desse ano, a direção apenas divulgou as reuniões da fracassada “Mesa Nacional de Negociação Permanente”, que funcionou como uma mesa de “enganação” do governo em relação aos sindicalistas e de enrolação das direções políticas em relação às suas bases. Depois de repetidas reuniões em que o governo não ofereceu nada, os sindicalistas chegaram à “brilhante” conclusão do “descompromisso” do governo, com as pautas salariais e não-salariais. Somente agora, no final do ano, já em novembro, a direção do ANDES-SN e do FONASEFE colocaram a necessidade de “intensificar” a mobilização em torno da Campanha Salarial Unificada do funcionalismo federal.

Não faltaram explicações, ao longo do ano, de como o governo não “cumpriu” suas supostas promessas eleitorais, o que, observando de perto o processo eleitoral em 2022, sequer é verdade. A frente ampla burguesa formada em torno de Lula e Alckmin não se comprometeu a enterrar a Reforma Administrativa ou a derrubar a última Reforma da Previdência. Sequer se colocou por revogar o conjunto de instrumentos normativos que o governo Bolsonaro criou e que pioraram a situação do funcionalismo. A lamentação, no fundo, serviu e serve para justificar perante as bases o porquê se teria votado na chapa Lula/Alckmin, chamando o voto no segundo turno, mesmo sem a autorização das bases em qualquer de suas instâncias. É como se o governo do PT (pela 5ª vez!!) tivesse “enganado” os sindicalistas que agora se veem frustrados e impelidos para a “necessidade de intensificar a mobilização”.

Devemos concluir que não houve verdadeiramente uma Campanha Salarial “unificada”, nem mesmo setorial. As bases do funcionalismo ficaram aguardando a posição das direções políticas, que se enfiaram no governismo e, de lá, ainda não saíram. Hoje, apenas fazem jogo de cena ao falar em “intensificar” uma mobilização que ainda não foi organizada, nem setorial nem estadual e, muito menos, nacionalmente.

É necessário substituir os métodos da pressão parlamentar pelos métodos da ação direta, própria dos trabalhadores, que se apoiam em suas assembleias, em seus atos de rua, na paralisação do trabalho e na construção das greves setoriais e nacionais. Não servem os calendários de “luta” que se limitam aos atos simbólicos em Brasília (sem a organização de grandes caravanas) e que querem mais “debater” do que construir a luta contra o governo, que só realmente começará a negociar quando estiver pressionado pelas paralisações, pelas manifestações massivas e pela greve do conjunto do funcionalismo.

Romper com a colaboração de classes é fundamental, romper com o apoio a mais este governo burguês é necessário para que o movimento docente e do funcionalismo público possa se erguer em torno de suas reivindicações mais sentidas e gerais e possa se apoiar em seus próprios métodos de luta e em sua força coletiva e nacional!

Ataques aos serviços sociais públicos e o privatismo na educação

Na última década, a partir de 2013, todos os orçamentos previstos para investimento (verbas discricionárias) nas universidades foram parcialmente bloqueados ou cortados, resultando em valores empenhados menores do que os planejados. Em 2014, por exemplo, o orçamento previsto ultrapassava os R\$ 9 bilhões, mas o efetivamente gasto ficou em um pouco mais de R\$ 7,7 bilhões. No ano da última greve, em 2015, o recurso planejado já era um pouco inferior ao de 2014, e o valor executado foi apenas um pouco superior a R\$ 6,8 bilhões. Enquanto as universidades se interiorizavam, criavam novos

cursos, ampliavam os campi, os recursos discricionários e o recursos totais estagnavam, embora as universidades tenham passado de 59, em 2013, para 69, em 2022. O total de verbas para todos os gastos foi, em 2013, R\$ 54,8 bilhões; em 2022, não chegava a R\$ 54 bilhões (R\$ 53,2 bilhões).

A frente ampla que elegeu Lula/Alckmin prometeu recompor as verbas para a educação e para a ciência. Entretanto, isso foi apenas promessa eleitoral. Recompor os orçamentos significaria elevá-lo, ao menos, aos patamares anteriores aos cortes de 2014, o que, obviamente, não está colocado pela diretriz econômica do governo, que, ao aprovar o Arcabouço fiscal, reafirma a política de austeridade e de pagamento dos juros da Dívida, acima de qualquer orçamento para os serviços sociais.

Enquanto, em abril de 2023, o MEC anunciava, de forma espetaculosa, a liberação de mais R\$ 2 bilhões para a rede federal de ensino (universidades e institutos), alguns meses depois, começava a realizar os bloqueios e os cortes em várias áreas sociais. Em julho, a educação federal teve contingenciados mais de R\$ 332 milhões; em outubro, o governo bloqueou R\$ 116 milhões da Capes, limitando as bolsas para pesquisa científica.

Como se vê, a lógica é a mesma dos governos anteriores: é preciso manter a política de “responsabilidade” fiscal a qualquer custo; se o orçamento geral do Estado é estrangulado por menor arrecadação ou por outras situações excepcionais, como a Pandemia, cortam-se os recursos das áreas sociais. Sabemos, também, que o congelamento salarial do funcionalismo é parte dessa política. Enquanto, em 2019, a folha de pagamento das IFES chegou a R\$ 52,7 bilhões (contabilizando ativos e inativos); em 2022, estava em R\$ 46 bilhões, fruto do congelamento imposto por Guedes/Bolsonaro.

Mesmo sem esses números, conhecemos bem a realidade de sucateamento da infraestrutura das universidades federais, bem como sabemos das restrições à pesquisa nas IFES, assim como sentimos o arrocho salarial. Problemas que deveriam, em todo ano, levantar a categoria docente para as mobilizações nacionais, para a construção de greve com todos os setores internos e externos às instituições de ensino, mas que não têm uma resposta à altura das direções políticas do ANDES-SN (sempre as mesmas).

A colaboração durante o governo Bolsonaro, que garantiu o congelamento salarial e a queda dos orçamentos da educação e de ciência e tecnologia, de forma mais intensa, agora é substituída pela colaboração com o governo Lula/Alckmin, que mimetiza uma “preocupação” com a educação, enquanto mantém a mesma política econômica do governo anterior. O investimento em educação pública e nas IFES, em particular, está condicionado a essa política, que todos os governos burgueses, nos últimos trinta anos, executaram. As ilusões em torno de um projeto de “Estado democrático e popular” ou de uma educação “socialmente referenciada”, por meio da disputa de “agenda” do chamado “governo progressista”, apenas alimentam a passividade do movimento docente e do conjunto de movimentos sindicais e populares, que lutam pelo direito ao acesso à educação pública e gratuita, em todos os níveis.

Para ser conseqüente com a defesa desse direito, é necessário lutar contra as imposições e a política de qualquer governo burguês, que, por sua natureza, sustenta o grande capital, seja o capital financeiro ou o mesmo o capital que mercantiliza a educação. A luta estratégica por um Único Sistema de Educação público, gratuito, laico, em todos os níveis, e vinculado à produção social pressupõe a luta pela expropriação de toda a rede privada que, também, ao longo dos últimos 30 anos, só cresceu com os repasses dos diferentes governos, de esquerda ou de direita. Ou seja, que é mantida parasitariamente pelo Estado, e pelos diferentes governos. Em especial, o ensino a distância que, com a

Pandemia, deu um salto a mais em seu intento de mercantilizar e destruir a educação presencial em geral; tendo crescido mais de 474%, só entre 2011 e 2021.

A mercantilização da educação também se manifesta em reformas educacionais, como a implantação da BNCC, que esvazia os conteúdos curriculares, e do Novo Ensino Médio. O governo Lula foi eleito com a promessa de revogar o NEM. Em seguida, afirmou que o modificaria. Alguns movimentos de professores e estudantes se levantaram apoiando a derrubada do programa. Mas ele se manteve e, conforme a ação do Parlamento, com projeto da Câmara, deve ser substituído por uma versão que os deputados têm chamado de menos pior, mas, por exemplo, mantém a carga horária mais baixa de disciplinas tradicionais e preserva também a carga de ensino para a educação à distância, o que é um ataque brutal às condições da educação pública. O Executivo deve se submeter à proposta da Câmara, o que demonstra que não vale só a “intenção”, porque o governo precisa reproduzir as práticas próprias de um Estado oligárquico como o brasileiro, em que os grupos econômicos realizam o seu *lobby*. BNCC e NEM são partes integrantes da mercantilização e objetivam garantir lucratividade para os capitalistas do setor e liquidar com o pouco conhecimento científico que a escola ainda transmite.

Não será pela “vontade” desse governo, cujo partido, inclusive, fortaleceu o FIES e implantou o Prouni, fontes “seguras” para a sustentação dos capitalistas da educação, que se combaterá o ensino privado, a expansão do EAD, e o estrangulamento do orçamento público para as IFES. Mais uma vez, a colaboração de classe e o apoio político a esse governo se junta à política mais geral de destruição da educação pública, produzindo a exclusão e a evasão dos estudantes mais pobres, espalhados por todo o país, em toda a rede das IFES.

Lutar contra os cortes de verbas para a Educação e contra a política privatizante que mercantiliza e destrói a educação! Lutar contra a política de qualquer governo burguês que, sempre, subordinará o orçamento dos serviços sociais às exigências do grande capital! É preciso erguer uma luta pela recomposição das verbas e pelo financiamento integral das IFES, a partir do combate ao ensino privado, com o objetivo de alcançar um Único Sistema de Ensino, público, gratuito e em todos os níveis.

Lutar pela real autonomia universitária

Um exemplo do desvio da luta geral por aspectos secundários que não modificam a situação financeira das IFES é a comemoração em torno do projeto de lei que exclui a lista tríplice para a escolha dos dirigentes das universidades. A princípio, parece progressista impedir que algum governo imponha o segundo ou o terceiro candidato contra a decisão da comunidade universitária. Isso, supostamente, impediria que um governo direitista como o de Bolsonaro, por exemplo, impusesse seus interventores, como o fez largamente em quatro anos.

O problema inicial é que a comemoração é “prematura”. O fato desse governo garantir a eleição direta para as Reitorias apenas significa que ele próprio não pretende intervir nas eleições internas das universidades e dos institutos. Nada garante que outro governo modifique essa lei e volte à lista tríplice. A intervenção prática, a ação política, seja dos governos ou dos trabalhadores, é sempre mais potente que a existência ou não de “leis de Estado”, sempre alteráveis conforme os interesses dominantes, como as contrarreformas, “votadas” contra o interesse da maioria e contra os “direitos constitucionais”, demonstram claramente.

Entretanto, tratar apenas sob essa lógica é considerar a democracia nas universidades como realmente existente, apenas “maculada” por essa possibilidade de um candidato que não obteve a maioria se tornar o dirigente máximo. Isso é parte das ilusões reformistas, democratizantes das esquerdas, que as direções políticas dos sindicatos reproduzem e estimulam. As universidades atuais, estaduais ou federais, não são democráticas, com eleições diretas ou não para as Reitorias. A eleição, com candidatos sempre docentes, que são homologados pela burocracia dos conselhos universitários, já revela a limitação dessa “democracia” interna. O fato de que essas eleições superestimam o papel numérico dos docentes, em detrimento dos funcionários e dos estudantes, é outro de seus traços autoritários, não importando aí se os docentes têm a maioria absoluta do pleito (quando correspondem a mais de 50% no cômputo do pesos entre as categorias) ou onde reina a paridade, que faz igualar pesos reais distintos: os estudantes, que formam a maioria das universidades, e têm um vínculo mais direto com os interesses da população e dos trabalhadores, é reduzida a 1/3 nas eleições pela paridade de peso.

Por último, para que serve, de fato, a administração das universidades se elas não têm recursos suficientes para atender a todas as suas demandas internas? Não existe real autonomia universitária sem orçamento integral para as atividades acadêmicas. O que fazem os dirigentes, escolhidos de forma mais ou menos democrática, é “equilibrar”, “ajustar” as contas, sempre descobrindo algum setor ou demanda dos cursos e aplicando o que determinam os governos: terceirização dos serviços-meio, estrangulamento da assistência estudantil, criação de mil regras artificiais para a progressão dos servidores, etc.

A luta pela real autonomia universitária precisa estar assentada em dois pilares: a mais ampla democracia interna, o que pressupõe eleições gerais para todos os conselhos, de modo que os três setores possam votar e ser votados e que, do voto universal, surja um governo tripartite de toda a comunidade universidade; e a luta por financiamento integral das atividades acadêmicas pelos governos, o que só é possível com mobilização permanente, isto é, com a existência de assembleias gerais universitárias que apresentam as demandas do ensino, da pesquisa e da extensão e lutam – contra os governos de plantão – para garantir as verbas necessárias para sua execução. Essa é a luta pela real autonomia universitária, bem distante da “vitória” por migalhas, sem conexão com as reais necessidades do ensino superior público.

TR - 16

O 42º CONGRESSO DELIBERA QUE O ANDES-SN:

1. Reorganize a Campanha Salarial, que tenha como objetivo a defesa dos serviços e dos servidores públicos, orientando a realização das assembleias e dos comitês presenciais de mobilização, de modo a levantar as categorias e a greve setorial da educação como parte da greve geral do funcionalismo público;
2. Rompa com seu apoio ao governo de frente ampla, de Lula/Alckmin, para defender verdadeiramente a educação pública, que é atacada pela existência do FIES, do ProUni e de diferentes estímulos para a expansão do ensino privado e do EaD. Que o ANDES-SN realize campanhas combatendo esses programas e o ensino privado;
3. Assuma a defesa histórica de educação pública, gratuita, laica, em todos os níveis a partir da luta por um Único sistema de ensino, parte da luta em defesa da estatização de toda rede privada de educação, sob controle de quem estuda e trabalha.

4. Lute pela real autonomia universitária, quando estudantes, professores e funcionários, subordinados à Assembleia Geral Universitária, estabelecem o governo tripartite dos que trabalham e estudam e que lutam para alcançar a integralidade dos recursos para manter cada uma das IFES, IEES e IMES do país, lutando, também, contra todas as formas de elitização do ensino, o que incluem os vestibulares, que devem ser combatidos.

TEXTO 17

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adélia Aparecida de Souza Haracenko (Sesduem); Adriana Barin de Azevedo (Sesduem); Alessandro de Melo (Sinduepg); Alessandro Santos da Rocha (Sesduem); Carlos Eduardo Caldarelli (Sindiprol/Aduel); Cassio Henrique Zandonai (Sesduem); Cesar Bessa (Sindiprol/Aduel); Christian James de Castro Bussmann (Sindiprol/Aduel); Christian James de Castro Bussmann (Sindiprol/Aduel); Dilma Heloísa Santos (Sinduepg); Edmilson Aparecido da Silva (Sesduem); Eduardo de Amorim Neves (Sesduem); Eliel Ribeiro Machado (Sindiprol/Aduel); Fábio Alves Silveira (Sindiprol/Aduel); Fábio José Orsini Lopes (Sesduem); Fernanda de Freitas Mendonça (Sindiprol/Aduel); Hilusca Alves Leite (Sesduem); Josiane Melchiori Pinheiro (Sesduem); Josimayre Novelli (Sesduem); Lindemberg Massa (Adunicentro); Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel); Marcio Luiz Carreri (Sindiprol/Aduel); Maurício Camargo Filho (Adunicentro); Meire Mathias (Sesduem); Melissa Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel); Osmar Martins de Souza (Unespar); Peterson Alexandre Marino (Sinduepg); Renato Lima Barbosa (Sindiprol/Aduel); Rodrigo Bischoff Belli (Sindiprol/Aduel); Roger Domenech Colacios (Sesduem); Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem); Ronaldo Gaspar (Sindiprol/Aduel); Rui Marcos de Oliveira Barros (Sesduem); Sabrina Grassioli (Adunioeste); Sandra Ferrari (Sesduem); Thaís Godoi de Souza (Sesduem); Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem); Vanessa Furtado Fontana (Adunioeste); Volney Campos dos Santos (Sinduepg).

ENFRENTAR A LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES (LGU) PARA INTENSIFICAR A LUTA PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO DE APOIO

Este é um texto das seções sindicais e assinado por docentes das sete universidades estaduais do Paraná. O seu objetivo é expor e problematizar algumas das particularidades da situação do sistema de ensino superior no estado, que acreditamos expressar situações análogas de outros sistemas em todo o país, especialmente as implicações da Lei Geral das Universidades – LGU.

1. Breve análise da conjuntura

Para compreendermos como a LGU faz parte do pacote de ataques neoliberais à educação pública superior, faz-se necessário recuperar, brevemente, a conjuntura recente, a partir do ponto de inflexão do capitalismo imperialista com o agravamento da crise econômica e política de 2008-2009.

Em 2008-9, com múltiplos impactos mundiais, a crise financeira dos Estados Unidos se desdobrou numa das maiores crises econômicas da história do capitalismo. No Brasil, medidas econômicas arrefeceram os efeitos iniciais dessa crise, mas, ainda que de maneira tardia, ela chegou; e, junto com o aperto neoliberal efetuado no segundo mandato de Dilma, suas consequências se combinaram com – e potencializaram – a enorme crise política desencadeada após manifestações de 2013 e pela Operação Lava-jato. Com efeito, após uma eleição acirrada (2014) e com resultado contestado pelos adversários, um golpe jurídico-parlamentar derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Por sua vez, no governo do seu vice, Michel Temer, as políticas neoliberais foram intensificadas

(contrarreformas), como a aprovação do teto de gastos, da lei da terceirização e alterações na legislação trabalhista), retirando mais direitos dos/das trabalhadores/as. Simultaneamente, a extrema-direita se fortaleceu nas ruas e nas urnas, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Sob a presidência de Bolsonaro, o governo brasileiro se tornou um dos principais bastiões da extrema-direita mundial. As políticas neoliberais intensificadas no governo Temer foram ainda mais aprofundadas (desmonte de direitos, contrarreforma da previdência), políticas e instituições públicas foram eliminadas ou desorganizadas (fiscalização da corrupção, desmatamento, saúde, educação, direitos humanos etc.) e, articulada a isso, houve a implementação de uma agenda político-ideológica reacionária que capturou e deturpou completamente bandeiras liberais e até mesmo da esquerda.

Em meio a isso, uma terrível pandemia ceifou milhões de vidas mundo afora. E, para piorar, a luta contra o Coronavírus não teve que ser travada somente nos locais de trabalho, nas escolas e nos hospitais – o que foi uma árdua luta sanitária–, mas também nas esferas ideológica e comunicacional contra uma rede internacional de desinformação, cujas ideias disseminadas iam da subestimação da letalidade do vírus à prescrição de falsos medicamentos, passando pelo descaso com as medidas de prevenção ao contágio e atraso na compra das vacinas. Enfim, o país passou por quatro anos de disseminação diária de desinformação e sabotagem no funcionamento dos órgãos estatais, mas a insatisfação e as lutas populares resultaram em sua derrota para Lula na eleição presidencial.

Essa derrota eleitoral significou o enfraquecimento momentâneo do bolsonarismo, mas só com muita luta popular será possível uma derrota política do movimento bolsonarista, que é a face mais forte e estrepitosa do neofascismo no país. Mesmo com a condenação eleitoral de Bolsonaro, que o impede de disputar eleições pelos próximos oito anos, o espaço aberto por ele poderá ser ocupado por outros neofascistas (Tarcísio, Zema, Cláudio Castro e o próprio governo do Paraná, Ratinho Jr.) ou pela direita liberal tradicional (Leite). De certo mesmo, por enquanto, apenas o um espectro da direita fisiológica – “centrão” – tem ocupado amplo espaço nas bases governistas, tanto no governo federal quanto nos governos estaduais.

No Paraná, as grandes oligarquias agrárias constituem um sustentáculo do atraso político – com seus braços familiares se estendendo para os cargos da burocracia estatal – e um freio ao desenvolvimento industrial do estado, marcado pela forte presença do agronegócio e a histórica prevalência de um perfil político liberal-conservador. Esse conservadorismo foi intensificado pelo fato recente de o estado ter sido a sede da Operação Lava-jato e berço de figuras do antipetismo dotadas de influência nacional, que tornaram o estado uma das pontas de lança das políticas neoliberais e um dos mais importantes redutos do bolsonarismo. Por isso, diante do esvaziamento da força política da direita tradicional – representada especialmente pelo PSDB e, no estado, por Beto Richa e Álvaro Dias –, os políticos de direita do estado, mesmo quando não alinhados com a totalidade da pauta bolsonarista, têm apoiado Bolsonaro e, especialmente pela afinidade com o mais duro neoliberalismo, feito frente eleitoral com seus asseclas. Este é o caso de Ratinho Jr., que, de fato, é o atual preposto oficial do mercado – e, portanto, dos interesses privados – no governo estadual, cujas ações ultraliberais e de caráter autocrático visam à erosão dos poucos traços republicanos de orientação para o interesse público. Em seu governo, também marcado pela tomada de medidas antissindicais – cujos decretos cancelando a cobrança de mensalidades sindicais na folha de pagamento exemplificam bem –, típicas de empresários que não suportam a organização sindical

autônoma, não são feitas audiências públicas sobre temas fundamentais de interesse da população. Mesmo que tente passar uma imagem de empresário jovem e moderno, que não pratica a política tradicional, que sabe falar diretamente com o povo, no fundo, não passa de um governo autocrático e retrógrado, um gerente bolsonarista das frações burguesas do estado.

A reeleição de Ratinho Jr. aumentou os desafios do funcionalismo em sua luta por salários, condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos. Sob muitos aspectos, o seu governo consiste numa continuidade piorada do governo anterior, Beto Richa. Seu governo tem sido marcado pelo arrocho salarial do funcionalismo, pela criminosa privatização da maior empresa do estado (Copel), aprovação da Lei Geral das Universidades - LGU, criação de secretarias e 450 cargos (sem concurso público) para acomodar apaniguados locais e defenestrados do governo Bolsonaro, manutenção de imensas renúncias fiscais em favor das grandes empresas (em torno de 17 bilhões de reais ao ano), troca do aumento de tributos do agronegócio (que afetaria só os muito ricos) pelo do ICMS (que afeta a todos os paranaenses, sobretudo os mais pobres), pela militarização de mais de 200 escolas, terceirização dos serviços nas penitenciárias e da gestão de hospitais estaduais, privatização de três hospitais públicos construídos durante a pandemia e, mais recentemente, uma lei que permite que organizações sociais assumam a gestão dos hospitais universitários. Portanto, arrocho, privatização, militarização, truculência, retirada e negação de direitos aos servidores públicos são faces do *modus operandi* do governo de Ratinho Jr. em seu desmonte dos serviços públicos.

Por fim, se a derrota de Bolsonaro significou uma importante vitória momentânea contra o reacionarismo da extrema-direita e os aspectos mais deletérios das políticas neoliberais, nada indica que estejamos numa conjuntura de combate e inversão dessas políticas, nem também que os próximos anos serão menos desfavoráveis aos/às trabalhadores/as. Isso significa que, seja em âmbito nacional ou estadual, a situação é difícil e complexa, e a resolução positiva dessa crise depende das lutas de classes e de seus desdobramentos.

2. Lei Geral das Universidades (LGU) no estado do Paraná: a quais interesses serve?

O sistema estadual de ensino superior no Paraná conta com sete universidades que estão localizadas em diferentes regiões, concentrando-se, especialmente, nas regiões do norte pioneiro (Universidade Estadual de Londrina- UEL; Universidade Estadual de Maringá- UEM; Universidade Estadual do Paraná - Unespar; Universidade Estadual do Norte do Paraná - Uenp), dos campos gerais (Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG), do oeste do estado (Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste) e da região centro-oeste (Universidade Estadual do Centro Oeste- Unicentro). Em número de instituições, é o maior sistema de universidades públicas estaduais do país, o que ressalta sua importância e também o impacto nacional dos ataques que sofrem.

Ao longo das últimas duas décadas, ocorreu um grande processo de expansão das universidades estaduais no Paraná, com a abertura de cursos de graduação e, principalmente, de pós-graduação. De 2002 a 2022, o número de cursos de graduação saltou de 231 para 374 cursos. A ampliação dos cursos de pós-graduação alcançou marcas expressivas: os cursos de mestrado ampliaram-se de 56 cursos para 203; os de doutorado aumentaram de 12 cursos para 98.

Em contrapartida, não houve um aumento proporcional no investimento, no número de docentes e de agentes universitários. Além disso, de 2016 em diante, os ataques se aprofundaram, e o governo do estado não autorizou mais nenhuma abertura de concurso

para contratação de docentes. Para atender à demanda das aulas dos cursos de graduação, o governo tem sistematicamente optado pela contratação por um regime temporário.

Junto a isso, o governo realizou cortes orçamentários para investimentos e infraestrutura, arrouchou salários dos servidores, extinguiu funções públicas de níveis operacionais e técnicos (mantendo apenas algumas de nível superior e administrativas) e as têm substituído por empresas terceirizadas, nas quais os trabalhadores têm salários baixíssimos e contratos precários.

Durante todos esses anos, e mais especificamente de 2016 em diante, o governo foi intensificando os ataques sobre as universidades. Sem grandes mobilizações da comunidade universitária na defesa de pautas unificadas, a tão desejada autonomia foi sendo paulatinamente abandonada – bem como a luta por sua manutenção – pelas administrações das universidades. As reitorias eleitas passaram a se submeter cada vez mais às imposições do governo, por meio de “recomendações” do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

O coroamento desta direção política privatizante e neoliberal, que desmantela o ensino superior público do estado, desfinanciando as universidades estaduais e precarizando as condições de trabalho, tem na LGU um marco fundamental. O governador Ratinho Jr., eleito no seu primeiro mandato, em 2018, e reeleito, em 2022, apresentou, através da então Superintendência de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior - Seti, uma proposta de lei que visava reduzir os recursos de custeio das universidades, sob o discurso da parametrização do financiamento. A primeira versão da minuta, conhecida por LGU, foi apresentada em 19 de março de 2019. Já nesta primeira versão, justificando a sua apresentação, seus proponentes indicavam que a destinação desigual do orçamento entre as IEES seria o resultado de lutas políticas ao longo dos anos. Com isso, a parametrização seria um modo de distribuir os recursos gastos com o sistema de ensino superior de “modo técnico” e mais equitativo entre universidades. Na primeira versão do texto da LGU, há o argumento de que *“as Universidades apresentam diferenças de gestão e de estrutura e o aporte de recursos pelo Estado frequentemente tem sido baseado estritamente em índices históricos e não na demanda real de cada Instituição, o que torna urgente a necessidade da construção de parâmetros para a equalização do sistema”* (LGU, 2019, p.06). Aqui, revela-se a intenção de mascarar as reais finalidades da LGU, utilizando o discurso da parametrização como elemento propulsor do desenvolvimento e crescimento das universidades, principalmente das menores e mais recentes.

Importante enfatizar que houve um intenso e amplo debate nas universidades, sendo realizado o Seminário Estadual sobre a minuta da Lei Geral das Universidades no dia 02 de agosto, envolvendo a participação de mais de 400 docentes, agentes universitários e estudantes, coordenado pelas seções sindicais do Andes-SN, com a realização de diversos grupos de trabalho e redundando na rejeição da proposta por unanimidade na plenária final.

A segunda versão foi apresentada no mesmo ano (12/08/2019), e foi novamente criticada e rechaçada no II Seminário Estadual sobre a LGU, ocorrido em Ponta Grossa (06/09/2019). O Projeto de Lei (PL) foi enviado pelo governo à Alep no dia 06/12/2021, e aprovado, em seguida, no dia 15. Num movimento truculento, cerceando discussões nas universidades e impedindo intervenções, o governo encaminhou o PL em regime de urgência, próximo ao final do ano e início do recesso na Alep, tendo sido aprovado em sessão remota num contexto pandêmico.

Desde quando a discussão da LGU foi iniciada, as seções sindicais do Andes-SN, no Paraná, promoveram um amplo debate com as comunidades universitárias. Depois de estudar as suas versões (minuta e depois projeto de lei), houve repúdio à LGU em todos os seus aspectos. Nada escapou ao debate coletivo por meio da realização de dois seminários estaduais. Ainda assim, mesmo também sendo repudiado pelos conselhos universitários de diversas universidades, o PL foi enviado para a Alep e, tal qual desejava o governo ultraliberal de Ratinho Jr., aprovado a toque de caixa pela esmagadora maioria dos deputados, com tramitação em regime de urgência e em sessão remota, aproveitando-se do contexto da pandemia, em dezembro de 2021.

Mas, enfim, a que se propõe a LGU?

Em seu art. 1º, apresenta-se seu objeto: “dispõe sobre **parâmetros para o financiamento e a distribuição de recursos** entre as Universidades Estaduais do Paraná, fixa regramento para **pagamento de pessoal e estabelece critérios para a gestão universitária**, com base em sua autonomia constitucional” (LGU, 2021, p. 01).

No entanto, é preciso situar que esses parâmetros foram estabelecidos visando diminuir, ainda mais, os recursos públicos necessários ao pagamento de despesas de custeio das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Longe de ter como perspectiva a melhoria das condições de financiamento e, assim, de ensino, pesquisa e extensão de todas as IEES, tomando como referência, no mínimo, mais consolidadas do estado e, desejável, as melhores do país, com a LGU objetiva-se colocar e mais consolidadas universidades públicas do estado (UEL, UEM, UEPG e Unioeste) nos mesmos patamares das mais novas e precarizadas (Unespar, Uenp e Unicentro).

Um dos pontos desta fórmula está na diminuição do número de cargos docentes (9,6%) em comparação com o número de cargos criado pela Lei 16.555/2010. Um destaque para a limitação na aplicação do Regime de Trabalho de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide), que não pode ultrapassar 70% do total de cargos docentes que forem atribuídos a cada universidade pública estadual. Outro ataque da LGU à autonomia universitária está na imposição de diretrizes de caráter acadêmico e pedagógico que devem ser das universidades, criando critérios para o fechamento de cursos. Ataque ainda mais explícito à autonomia universitária encontra-se no artigo 58, que estabelece a possibilidade de imposição de fechamento dos “*cursos de graduação que registrem, por três anos consecutivos, um número total de alunos matriculado menor do que 50% (cinquenta por cento) do número total de vagas*”. Sabemos que isto atinge muito especialmente as licenciaturas, afetadas pela desvalorização da docência, em um contexto no qual mais da metade dos professores do país já são formados através do ensino a distância, com inegável interesse dos tubarões da educação privada em ampliar este índice.

Respondendo à questão colocada neste tópico, a LGU é mais um mecanismo de retirar do Estado a obrigação de financiar plenamente o ensino superior público, atendendo aos interesses das frações burguesas que veem com bastante simpatia ações que diminuam as políticas públicas em áreas sensíveis, como a educação e a saúde. O mote ideológico neoliberal que representa bem este tipo de política é o do “Estado mínimo” para atender aos interesses populares.

As seções sindicais, por meio de seus dirigentes, têm a tarefa política de aprofundar o debate sobre a LGU junto às suas bases, tendo por alicerce uma análise concreta da realidade concreta, incluindo um levantamento dos desdobramentos negativos e problemáticos que a lei já tem causado às universidades. Isso inclui a redução do número

de docentes e agentes universitários, aumento da carga horária didática, centrada, sobretudo, no ensino, inviabilização de atividades de pesquisa e extensão para uma parcela significativa do corpo docente, entre outros.

Levando-se em consideração a correlação de forças no Paraná, estado em que Ratinho Jr. tem controle absoluto sobre a Alep, o horizonte imediato aponta para a mobilização reativa aos problemas emergentes em cada departamento, centro e universidade. Embora esboços de resistência comecem a ocorrer, a reação dos docentes, agentes e estudantes ainda não foi suficiente para um efetivo enfrentamento a esse ataque coordenado às universidades paranaenses, mas toda resistência pontual é um momento necessário do fomento ao acúmulo de forças para um enfrentamento abrangente à lei em seus fundamentos.

Ao longo de 2022, as seções sindicais produziram material, avançaram na avaliação dos efeitos da LGU e realizaram diversos debates. Em decorrência disto, produziu-se uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pelos parlamentares de oposição, caracterizando a LGU como um ataque à autonomia universitária e, portanto, solicitando que seja considerada inconstitucional. Em paralelo, a Regional Sul reuniu-se com o Ministério Público e com parlamentares, reforçando o entendimento da inconstitucionalidade, tendo o Andes-SN sido aceito como *amicus curiae* na Ação e protocolado, em dois momentos, o arrolado de razões pelas quais considera a LGU inconstitucional. No entanto, como este Sindicato tem já consolidado como entendimento, o embate jurídico não substitui a luta política, mas, ao contrário, é apenas a mobilização e denúncia política que pode criar condições para que a LGU seja declarada inconstitucional.

Do ponto de vista estratégico, a luta contra a LGU é parte da própria luta em defesa da universidade, por meio da qual reafirmamos e defendemos a autonomia universitária, a ampliação do financiamento para as universidades estaduais paranaenses, a realização de concursos públicos e a defesa intransigente de melhores condições de trabalho.

Em suma, é na luta política que organizamos e mobilizamos a nossa categoria. Ela é a base da nossa existência.

TR - 17

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Recomendar às seções sindicais que, ao longo do primeiro trimestre de 2024, efetuem ciclos de debates sobre a LGU em todas as universidades estaduais do Paraná;
2. Indicar às seções sindicais do Paraná, em conjunto com a Regional Sul do Andes-SN, a realização do III Seminário Estadual sobre a LGU, no segundo trimestre de 2024;
3. Recomendar às seções sindicais a articulação da luta contra a LGU com o debate sobre o financiamento e a autonomia das universidades;
4. Orientar as seções sindicais para que efetuem a publicação de um material com análises dos impactos da LGU, desde os seus fundamentos legais até os que efetivamente se expressam no cotidiano da universidade (número e distribuição de docentes entre universidades, centros, departamentos e cursos; recursos para funcionamento, manutenção e investimento, bem como para as políticas de assistência estudantil etc.);
5. Orientar a Regional Sul do Andes-SN a dar o apoio financeiro necessário para a publicação desse material.

TEXTO 18

Contribuição da Adufms Seção Sindical da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ANDES SN

TRABALHO DOCENTE EM ZONA DE FRONTEIRA

TEXTO DE APOIO

O trabalho em zona de fronteira acarreta dificuldades significativas e sobremaneira conhecidas, que impedem a fixação de profissionais qualificados nas localidades fronteiriças, dentre as quais podemos citar: elevado custo de vida (moradia, transporte e alimentação), escassez de serviços públicos e privados de saúde, enorme distância de grandes centros urbanos, além de riscos relacionados à segurança pública.

Em razão dos problemas apontados, tem se observado a dificuldade de fixação de docentes em zona de fronteira, o que tem acarretado elevado número de pedidos de remoção/redistribuição. Importante destacar que a excessiva rotatividade de pessoal tem como consequência o comprometimento da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, impactando em algumas situações a própria continuidade do serviço público. Inclusive, é possível constatar o desinteresse de muitos candidatos em ingressar como professor em alguns campi do interior.

Dito isso, torna-se perceptível a distinção do contexto a que estão submetidos os servidores que desempenham suas atribuições em zonas de fronteira, em razão das dificuldades impostas, em comparação com profissionais que atuam em outras localidades.

No ponto, deve-se ressaltar que a própria legislação já reconhece a realidade e as dificuldades acima expostas, de modo que os arts. 70 e 71 da Lei nº 8.112/90 – Estatuto do Servidor preveem de forma expressa o pagamento de adicional de atividades penosas, para o trabalho realizado em zonas de fronteira.

Da atenta análise das disposições normativas supracitadas, observa-se a indicação da necessidade de regulamentação do adicional de atividades penosas. No ponto, compete destacar que vários órgãos integrantes do Poder Executivo Federal já regulamentaram os arts. 70 e 71 da Lei nº 8.112/90, dentre os quais podemos citar o Ministério Público da União - MPU, nos termos da Portaria nº 633, de 10 de dezembro de 2010.

Veja-se que a regulamentação das atividades penosas no âmbito do MPU foi além e compreende não apenas as zonas de fronteira, mas também outras localidades de difícil fixação de pessoal, estipulando para ambos os casos o pagamento de adicional de atividade penosa na razão de 20% do vencido básico do servidor.

Em idêntico sentido, a Receita Federal do Brasil regulamentou o pagamento de adicional de atividades penosas, nos termos da Portaria RFB nº 3124, de 3 de novembro de 2017.

No mesmo norte, o Ministério da Defesa regulamentou, nos termos da Portaria Normativa nº 13/MD, de 5 de janeiro de 2006, o pagamento da gratificação de localidade especial, instituída pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Observa-se da referida regulamentação, da análise do anexo III da MP nº 2.215-10/2001 c/c o art. 2º da Portaria nº 13/MD/2006, que o município de Corumbá está situado dentre as “Localidades

Especiais Categoria ‘A’”, o que garante aos militares lotados na referida cidade a percepção de adicional correspondente a vinte por cento do valor do soldo recebido.

Desse modo, ante a constatação da existência de várias outras categorias que tem recebido o pagamento de adicional/gratificação em razão do trabalho em zona de fronteira, torna-se imperioso o pagamento e/ou regulamentação do adicional de atividades penosas aos docentes das IFES, a fim de minimamente compensar aqueles que trabalham na faixa fronteira e outras localidades de difícil permanência, de forma a reconhecer e valorizar o trabalho realizado em condições adversas, com significativo impacto para a vida pessoal e profissional, consoante reconhecido na legislação.

Importante esclarecer que o texto constitucional delimita expressamente o conceito de zona de fronteira, nos termos do art. 20, §2º, da CF/88, como “[...] a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”.

Assim, verifica-se a urgência do reconhecimento e valorização dos professores que atuam em zona fronteira e outras localidades de difícil permanência, seja por meio do pagamento de adicional de fronteira ou gratificação de localidade, além de contagem de tempo diferenciada para efeitos de progressão na carreira, a exemplo do que acontece com outras categorias.

TR - 18

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realizar estudos sobre o quantitativo de pedidos de remoção, redistribuição, vacância e remoção de docentes originalmente lotados nos campi fora das sedes das IFES, a fim de identificar localidades com dificuldade de fixação de professores;
2. Lutar pela regulamentação do adicional de atividades penosas, previsto no art. 71 da Lei nº 8.112/90, de modo a garantir o pagamento do referido adicional aos docentes que atuam em zona de fronteira e localidades de difícil permanência;
3. Trabalhar pela criação de gratificação de localidade, com o desiderato de contribuir para a permanência de docentes em unidades cujas condições de vida tornem difícil a fixação de professores, a exemplo da zona de fronteira, Amazônia Legal e Semiárido Nordeste;
4. Defender a contagem de tempo diferenciada para efeitos de progressão na carreira aos docentes que trabalham em zona de fronteira e outras localidades de difícil permanência, por meio do acréscimo de 50% do tempo a cada 16 meses de trabalho nos referidos locais. Assim, o interstício de 24 meses para progressão dos servidores que trabalham nas referidas localidades seria atingido a cada período de 16 meses de trabalho.

TEXTO 19

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alejandra Estevez (Aduff), Alessandra Gasparotto - Adufpel, Carla Luciana Silva, (Adunioeste), Carla Osmo (Adnifesp), Gilberto de Souza Marques (Adufpa), Edson Teles, Adunifesp, Joana D'arc Fernandes Ferraz (Aduff), Luci Praun, (Adufac), Tayara Talita Lemos (Apes-Jf).

PELA EFETIVA RETIRADA DE HONRARIAS E HOMENAGENS CONCEDIDAS A DITADORES E AGENTES PÚBLICOS OU PRIVADOS QUE TENHAM ENVOLVIMENTO NOTÓRIO COM PRÁTICAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS NO CONTEXTO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA

TEXTO DE APOIO

Reunidos no Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 2023, pesquisadoras e pesquisadores presentes ou assistentes do Seminário Empresas e Empresários na Ditadura, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Gragoatá, nos dias 29 e 30 de novembro do corrente ano, expõem os seguintes considerandos:

I. Em 2024 se completam 60 anos do golpe de 1964. O tema da Ditadura segue sendo um problema social, e sequer foi totalmente resolvido no âmbito da Justiça de Transição. Tal é a relevância da temática que nas primeiras semanas do governo eleito em 2022, Lula da Silva, tivemos uma nova tentativa de Golpe, em janeiro de 2023;

II. Disso decorre a necessidade de reflexão crítica sobre esses eventos, seus sentidos, sua inserção no contexto latino-americano, seus alcances e repercussões no cotidiano da sociedade brasileira e também latino-americana, já que a reorganização da direita coloca sob risco mesmo projetos que pareciam consolidados, como no caso argentino e as recentes ameaças às conquistas dos direitos humanos;

III. No Brasil ocorre a persistência de homenagens a ditadores e a seus colaboradores em espaços públicos, expressas na concessão de títulos, na nomeação de logradouros prédios e salas, na presença de placas comemorativas, entre outras formas, reafirmando o tributo às práticas de graves violações de direitos. Enfatizamos a incompatibilidade entre essas práticas e a natureza da universidade, entendida como espaço público e gratuito, promotor da ciência, preservado em sua autonomia e qualidade, democrático e socialmente referenciado.

IV. A incompletude do processo de justiça de transição no Brasil segue enfrentando dificuldades de dar encaminhamento básico até mesmo às recomendações da Comissão Nacional da Verdade.

V. Os avanços das pesquisas sobre a colaboração e responsabilidade de empresas na ditadura, a exemplo das desenvolvidas no âmbito do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp, convergiram quanto ao caráter de classe do golpe de 1964 e, por conseguinte, a interface entre defesa dos direitos humanos e garantias de direitos da classe trabalhadora brasileira.

VI. O grupo que assina esta solicitação também compreende ser esta uma oportunidade importante para que sejam incentivados projetos de pesquisa e extensão sobre o tema, capazes de abrir espaços para reflexão e promoção de memória, verdade, justiça e reparação. Ações como estas, com potencial de envolver os diferentes segmentos da

comunidade universitária e comunidade externa, tendem a contribuir de forma significativa para sedimentarmos caminhos que garantam tanto a não repetição das experiências desencadeadas pelo golpe de 1964 como suas reverberações até os dias atuais.

Encaminhamos ao Andes – Sindicato Nacional solicitação de inclusão, entre as pautas de lutas a serem travadas em 2024 (e daí para frente), de campanha voltada à efetiva retirada de honrarias e homenagens concedidas a ditadores e agentes públicos ou privados que tenham envolvimento notório com práticas de violações de direitos no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira.

TR - 19

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Inclusão entre as pautas de lutas a serem travadas em 2024 (e daí para frente), de campanha voltada à efetiva retirada de honrarias e homenagens concedidas a ditadores e agentes públicos ou privados que tenham envolvimento notório com práticas de violações de direitos no contexto da ditadura empresarial-militar brasileira (estátuas, nomes de espaços e laboratórios, etc.), bem como de títulos de doutor honoris causas atribuídos a membros da Ditadura. Esta campanha deve contemplar todos os espaços das universidades brasileiras.



Acampamento Zé Maria do Tomé, leva o nome do grande militante que teve sua vida ceifada em 2010, enquanto lutava pelo direito à terra. Foto: Defensoria Pública do Ceará

TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O ano de 2023 foi marcado pelo “alívio” provocado pela derrota eleitoral da extrema direita. No entanto, apesar de algumas medidas cosméticas, o primeiro ano do terceiro governo Lula demonstrou que a agenda de retirada de direitos e de desmonte dos serviços públicos permaneceu.

A pífia resposta do governo ao “revogação” e à Campanha Salarial 2024 do FONASEFE, junto com a retomada da contrarreforma administrativa (PEC-32) no Congresso Nacional por Lira (assim como as próprias propostas do governo de minirreformas administrativas), a manutenção de interventores nas universidades federais e a realização de novos cortes orçamentários, demonstraram que é necessário que a classe trabalhadora se organize e lute para não perder ainda mais direitos e para arrancar conquistas.

No entanto, ao longo de 2024, servidoras e servidores públicos permaneceram em um nível de mobilização abaixo do necessário para que as reivindicações fossem atendidas. Ainda que a atuação de algumas entidades tenha reproduzido a lógica de blindar o governo, o fato é que Lula foi capaz de pacificar um setor importante dos(as) servidores(as) públicos(as). No caso de nossa base, isto se somou ao fato de que o retorno presencial de universidades, institutos federais e Cefets após a pandemia de Covid-19 ainda permanece sendo um desafio.

Assim, apesar do FONASEFE ter aprovado inúmeras atividades de mobilização nos locais de trabalho, diversos dias de paralisação nacional e diferentes atos em Brasília, o fato é que raramente isto significou grandes mobilizações. Quase sempre, os atos nacionais foram marcados por forte presença de dirigentes sindicais e reduzida participação da base das entidades. A realização recorrente de atos esvaziados, certamente foi um fator decisivo na decisão do governo de apresentar um PLOA em que os serviços públicos aparecem em último lugar, com um irrisório orçamento.

Por ser um governo de frente amplíssima, com sólidos compromissos com o grande capital, a falta de mobilização dos servidores públicos repercutiu fortemente para que o governo apresentasse PLDO, PLOA e PPA em que os(as) servidores(as) não estão contemplados(as) enquanto, o capital financeiro e industrial, além do agronegócio, são favorecidos.

Ao mesmo tempo, vimos que a extrema direita permaneceu organizada e ativa, mantendo a sua intervenção política ao perseguir docentes, atacando a educação pública e gratuita e defendendo a agenda do capital. Todo este cenário indica que a resistência e a luta serão fundamentais no próximo período. Construí-las passa por aprofundar nosso trabalho de base, mobilizar nossas bases, resgatar as experiências de luta da classe trabalhadora e construir instrumentos capazes de acelerar a reorganização de um movimento de massas, combativo e classista para arrancar direitos, enfrentar o capital e derrotar a extrema direita.

Sobre a reorganização da classe trabalhadora

Nos últimos anos, o ANDES-SN vem pautando a necessidade de intensificarmos o debate sobre o necessário processo de reorganização da classe trabalhadora. Essa ênfase na reorganização parte da compreensão de que ela é uma exigência para se avançar em uma conjuntura marcada pela perda de instrumentos organizativos da classe trabalhadora durante as experiências de governos de conciliação de classes, assim como pelo acirramento dos ataques à classe trabalhadora, em especial ao serviço e servidores(as) públicos(as) que sucedeu a eclosão da crise de 2008/2009.

Apesar dos ataques terem se intensificado, em especial a partir de 2016, o fato é que a reação da classe trabalhadora tem sido muito aquém das exigências da conjuntura. Mesmo durante os anos mais duros do governo Bolsonaro, parte das entidades e organizações que deveriam ter a tarefa de protagonizar as mobilizações da classe trabalhadora restringiu-se a uma atuação meramente burocrática, enquanto outra não conseguiu mobilizar suas categorias.

Em 2011, após o 30º Congresso, quando nos filiamos a CSP, pautávamos a necessidade de criar um instrumento que apoiasse a tarefa de avançar na reorganização da classe para além de aspectos corporativos, articulando movimentos sociais, e aglutinando um polo combativo, sem cair no adesismo, nem no sectarismo. Em 2018, no 38º Congresso, decidimos construir e participar do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas como espaço que expressasse os esforços para a reorganização da classe e, por isso, participamos da organização e construção do Seminário Nacional do Fórum que tinha o seguinte chamamento: “Lutar unificados para avançar na reorganização e enfrentar o neoliberalismo”. Já em 2021, no 11º CONAD Extraordinário, aprovamos a deliberação de intensificar esforços na construção e/ou fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes nos estados, apontando a necessidade de construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. No mesmo ano, entre 29 e 30 de julho, construímos, em articulação com as demais entidades do serviço público, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público, com mais de 4 mil participantes de forma remota.

Os exemplos mostram que o ANDES-SN atuou de diferentes maneiras com o intuito de avançar no processo de reorganização. Participamos da CSP-Conlutas e nos desfiliamos, após compreender que a central deixou de cumprir um papel progressivo na constituição de uma frente única e de unidade de ação. Logo após a vitória eleitoral de Bolsonaro, fomos protagonistas no impulsionamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e na retomada e rearticulação da Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF).

Tanto o processo de rearticulação da CNESF, quanto o de construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes foram duramente golpeados pela pandemia de Covid-19. No segundo semestre de 2023, foi realizada uma reunião do Fórum, que foi muito pequena e não resultou em avanços significativos.

Ao mesmo tempo, o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE) foi um dos poucos espaços de unidade na ação que se manteve ativo, apesar da pandemia de Covid-19. No entanto, como a Campanha Salarial de 2024 demonstrou, o fato é que o FONASEFE perdeu significativo potencial mobilizador. Em parte, isso ocorre por conta das forças políticas hegemônicas que dirigem algumas das entidades que compõem o Fórum e que vêm se posicionando no sentido de não fazer enfrentamentos ao governo. Por outro lado, há uma desmobilização real de trabalhadoras e trabalhadores que

compõem a base das entidades do FONASEFE. A participação no FONASEFE deve continuar a ser uma das tarefas do sindicato nacional, porém reconhecendo as limitações de um espaço que só delibera por consenso.

A situação atual coloca como desafio a prioridade de avançar na retomada do potencial de mobilização do FONASEFE, na rearticulação da CNESF e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes como espaços de aglutinação e potencializadores de mobilizações mais amplas. Soma-se a tudo isso, os desafios postos pela decisão de desfiliação da CSP-Conlutas, pelo esgotamento de seu papel na reorganização da classe trabalhadora.

Nesse sentido, no 41º Congresso aprovamos a realização do I Seminário sobre Reorganização da Classe Trabalhadora, realizado em Mossoró, entre 16 e 18 de junho. O espaço possibilitou debates e acúmulos que passam pela compreensão da complexidade de aspectos objetivos e subjetivos de formação da nossa classe. Abordamos as dimensões étnico-raciais, de sexualidade e gênero na constituição de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Também discutimos os desafios da organização sindical e seus rebatimentos para a luta dos(as) trabalhadores(as) da educação. Como parte das avaliações em discussões realizadas tanto no I Seminário quanto em reuniões do GTPFS, identifica-se a necessidade de dar continuidade ao processo de análise e acúmulo sobre a reorganização da classe trabalhadora, realizando o II Seminário em conjunto com outras entidades do serviço público que estão lado a lado nas lutas encampadas pelo ANDES-SN.

O processo de reorganização das lutas da classe trabalhadora porta uma dimensão internacional que vem orientando a atuação de nosso Sindicato Nacional. Além de posicionamentos de solidariedade às lutas da classe trabalhadora internacional, nos três últimos congressos acumulamos no sentido de aprofundar relações com entidades e redes de organização de trabalhadoras e trabalhadores da educação, em especial latino-americanas que vem atuando desde posições classistas e autônomas em relação a governos e patrões.

Nosso sindicato tem uma longa história de participação internacional desde sua fundação. Esta política esteve muito presente nos primeiros anos de vida. A publicação do Caderno N.º 8, no ano de 1990, é um exemplo da vitalidade do debate internacional naquele momento. Esse caderno foi uma deliberação do 9º Congresso para contribuir no debate sobre filiação do ANDES-SN numa organização sindical internacional. Estamos propondo revisar e atualizar esse caderno, com a finalidade de avançar em elaborações e acúmulos sobre política sindical internacional.

Como indica nossa análise de conjuntura internacional, a crise do capital significou o aprofundamento de tensões interimperialistas que se expressam, dentre outras maneiras, em conflitos militares e intensificação de intervenções imperialistas. A gravidade do genocídio em curso no território palestino, assim como o aprofundamento das contradições em Cuba decorrentes do bloqueio imposto pelos EUA e a retomada de novas intervenções no Haiti, exigem do ANDES-SN a reafirmação de resoluções históricas em defesa da autodeterminação dos povos e de repúdio ao imperialismo.

A solidariedade com o povo palestino deve ser redobrada neste momento. Recordamos que já temos deliberações sobre a causa palestina. No 22º Congresso, de 2003, aprovamos a resolução: “Pela retirada de Israel dos territórios ocupados na Palestina!”, complementada com uma resolução que ainda tem atualidade: “Recomendar às Seções Sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação.

Em caráter emergencial, promover debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo”.

Além de denunciar mais uma vez o sionismo, o racismo, o genocídio e o *apartheid*, estamos propondo participar das campanhas de solidariedade. Também defendemos que o governo brasileiro rompa relações diplomáticas, comerciais e militares com o governo de Israel e que as seções sindicais lutem para que universidades, institutos federais e Cefets aprovem resoluções afirmando que são territórios livres de *apartheid*, não estabelecendo relações acadêmicas com instituições vinculadas ao Estado de Israel e rompendo com as já existentes. Exigimos cessar fogo imediato, já!

Nos últimos anos, avançamos nos debates e acúmulos, assim como no diálogo com entidades e redes da educação na América Latina. No entanto, mais uma vez, a pandemia interrompeu processos que estavam em curso, como a aproximação com a Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas e a Rede Social para a Educação Pública nas Américas. O ANDES-SN participou no encontro da Rede Solidariedade na França em 2022, no 18º Congresso da Federação Sindical Mundial em Roma, também em 2022, e no 1º de Maio de 2023 em Cuba. Ainda em 2022, convidamos duas companheiras da Central de Trabalhadores de Cuba para a abertura do 40º Congresso em Porto Alegre. Destacamos, também, a realização do II Seminário Internacional com o tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhador(a)s em 2022 na cidade de Foz do Iguaçu (PR). Esse acúmulo possibilitou, por exemplo, a articulação para a construção do Curso de Formação Política e Sindical do ANDES-SN em 2023, que contou com companheiros do Brasil e também companheiros da Rede SEPA, do Otras Voces de la Educación e do SITRAFCSO, ligada à FSM no Paraguai.

Por fim, cabe ressaltar nossa participação no Congresso Mundial contra o Neoliberalismo Educativo. Esta é uma iniciativa que surgiu durante a pandemia de Covid-19 à luz da intensificação do uso das tecnologias virtuais por parte de governos que, aproveitando a necessidade do isolamento, desencadearam uma forte iniciativa de privatização e precarização da educação pública em escala mundial. O primeiro evento foi realizado de forma virtual no ano de 2020 e o segundo foi na cidade de Panamá no ano de 2023. O ANDES-SN, conforme deliberação do 66º CONAD, figura entre uma das entidades responsáveis por organizar o terceiro congresso, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2024.

Campanhas salariais, defesa da carreira e trabalho de base

A campanha salarial 2024 do FONASEFE, assim como as diversas lutas que ocorreram em diferentes estados (em especial: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraná e São Paulo), têm demonstrado que a defesa da carreira e a luta para recompor as perdas salariais ganham centralidade na atual conjuntura.

Se, por um lado, a ausência de mobilizações significativas em nível nacional resulta da pacificação da classe trabalhadora associada ao governo Lula, elas também indicam que é necessário realizar amplo e profundo trabalho de base para movimentar a categoria. Entendemos que, na conjuntura atual, o processo de mobilização passará pela defesa da carreira, dos salários e das condições de trabalho, a partir dos princípios indicados pelo Caderno 2.

O Caderno 2 do ANDES-SN, construção coletiva histórica do sindicato nacional, expressa o acúmulo dos debates a respeito da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”. Ele traz a caracterização sobre a importância da carreira única para todos(as) os(as) docentes das IES. Essa unificação envolve as condições de pesquisa,

ensino e extensão no magistério superior. E não implica eliminar as especificidades locais e regionais positivas que existem nas diversas instituições.

Assim, a luta pela carreira docente tem como princípios o regime de trabalho DE, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, paridade de direitos entre ativos e aposentados, isonomia, defesa do Regime Jurídico Único e condições de trabalho que preservem a saúde e a segurança docente.

Mais recentemente, com a pandemia de Covid-19 e a expansão das atividades remotas, a defesa do retorno ao trabalho presencial esteve e continua na ordem do dia. Houve uma reconfiguração do trabalho docente em um processo acelerado de precarização, com diversos direitos ameaçados ou perdidos: aumento da jornada de trabalho, domicílios transformados em estações de trabalho, ausência ou poucos recursos do Estado para adequação das residências e cobertura de despesa com luz, internet e equipamentos, falta de limite entre casa e trabalho, agudização no adoecimento docente, *burnout*, dentre outros. A pandemia de Covid-19 acelerou o trabalho remoto, e este traz graves ameaças ao trabalho do(a) professor(a). Na rede privada houve demissões em massa devido ao avanço do Ead. Além disso, na perspectiva da indústria 4.0, que inclui o rápido avanço da Inteligência Artificial (I.A.), há uma forte tendência de substituição de professores(as) humanos(as) por não-humanos(as) no ensino remoto. Enfim, é cada vez mais fundamental a defesa da carreira docente.

Quando se pensa na diversidade das IES do país - considerando as instituições federais, estaduais e municipais - há diferentes tipos de carreiras. Há diversas universidades estaduais e municipais que ainda não possuem o Regime de Trabalho DE, enquanto, em outros casos, a Dedicção Exclusiva está sob ameaça.

Nesse sentido, é fundamental que o GTPFS esteja envolvido no trabalho de mobilização a partir da pauta em defesa da carreira e de uma política salarial de valorização dos(as) docentes, em estreita articulação com o trabalho de propagandear o Caderno 2 para a nossa categoria.

Sobre formação sindical e outras experiências de formação sindical e política

Parte decisiva das ações do GTPFS é a organização de cursos de formação sindical. Após a dura interrupção imposta pela pandemia de Covid-19, retomamos a realização dos cursos de formação sindical. Retomando resolução anterior, ocorreu entre 1º e 2 de dezembro, o curso nacional “Educação superior e organização do(a)s trabalhadore(a)s na América Latina”. Além de atualizar nossas articulações internacionais, o curso serviu para discutir os desafios ligados ao enfrentamento da extrema direita na América Latina.

Apesar da avaliação do curso ter sido positiva, também se avaliou que seria muito importante realizar versões regionais do curso. Neste sentido, a partir da compreensão de que realizar trabalho de base significa avançar na difusão de acúmulos e elaborações do Sindicato Nacional no interior de nossa categoria, entendemos que é necessário regionalizar o debate sobre “educação superior e organização dos(as) trabalhadores(as) na América Latina”. Para tanto, podem ser realizadas, nas seções sindicais e nos encontros das secretarias regionais, atividades que repliquem o conteúdo dos debates realizados na etapa nacional.

Além disso, no ano em que se completam 60 anos do golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar, é importante retomar a história das lutas do movimento docente por democracia, salários, autonomia, carreira e, fundamentalmente, pela educação pública e

gratuita. Por isso, propomos o tema “60 anos do golpe e as lutas do movimento docente” para o próximo módulo do curso de formação política e sindical do ANDES-SN. Além do módulo nacional, serão realizadas atividades regionais.

As ações de formação sindical e política do ANDES-SN são parte fundamental da política do nosso sindicato e perpassam tanto os cursos de formação promovidos no âmbito do GTPFS, quanto os seminários, encontros, mesas e painéis promovidos por outros GTs, além de nossas publicações. Podemos afirmar que também nossos espaços de deliberação, mobilizações, assembleias, paralisações e lutas possuem um papel formativo para nossa categoria. Além disso, o ANDES-SN, por meio de reiteradas deliberações em Congressos, tem apoiado espaços formativos como o Casarão do MTST e a Escola Nacional Florestan Fernandes do MST. Nossas seções sindicais possuem relações com diversos outros espaços formativos que atuam na luta política sindical, nas lutas dos(as) servidores(as) públicos(as), luta antirracista, antimachista, antiLGBTfóbica, anticapacitista, luta ambiental, na vida e nos territórios em que vive, estuda e luta a classe trabalhadora. No último Curso de Formação Nacional, realizado entre os dias 1º e 2 de dezembro de 2023, pudemos experimentar a articulação de um espaço educativo com companheiros vindo de outros países, dando ênfase à dimensão internacionalista da nossa formação. Considerando a riqueza das experiências de escolas de formação política e sindical da classe trabalhadora, apontamos a importância de realizar um painel no GTPFS sobre esse tema.

Opressões e luta sindical

No campo das lutas contra as opressões, o ANDES-SN, como sindicato classista, tem buscado ser diligente na pauta, atuando na desconstrução cotidiana e promovendo ações para dirimir ao máximo o extremo abismo das desigualdades que imperam nos mais diversos setores do país, que nunca romperam radicalmente com suas mazelas. O último mandato presidencial, representado pelo Bolsonarismo, acentuou desigualdades sociais, étnico-raciais, machistas, homofóbicas e xenófobas.

Deve ser um compromisso dos sindicatos, incluindo o ANDES-SN, a luta contra todas as formas de opressões. No que tange a luta antirracista, o racismo deve ser entendido como algo estruturante da sociedade brasileira. É preciso considerar os elevados índices de mortes de negros. Segundo levantamento feito pela Rede Nacional de Observatórios de Segurança Pública, por meio do estudo “Pele Alvo: a bala não erra o negro” divulgado dia 16 de novembro de 2023, os negros equivalem a 87% das mortes por policiais.

Os dados assustam e demonstram a importância da luta antirracista no Brasil. É uma questão de sobrevivência do povo preto! Os estados da Bahia e do Rio de Janeiro apresentam os maiores índices de mortes de pessoas negras do país. De todos os estados, a Bahia lidera o número de mortes pela mão do Estado, com 1.121, entre 2021 e 2022. No Estado do Rio de Janeiro, que possui uma das polícias mais letais do Brasil, o orçamento da segurança pública, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, é a segunda maior despesa do estado, ficando atrás apenas do orçamento para previdência social e supera os orçamentos da saúde e da educação juntos! Além disso, o orçamento da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro é maior que o da União.

A necropolítica tem sido a tônica na União e nos entes federados. O racismo estrutural está conectado com uma dimensão de classe e leva à barbárie vivenciada no Brasil, país construído por meio do trabalho de negros(as) escravizados(as) e cuja história está assentada sobre a violência e exploração daquele povo. O poder político tem usado a morte como uma política pública, definindo quem morre, como morre e em que condições

morre. Nesse sentido, é imprescindível que o GTPFS se debruce sobre o racismo, reconhecendo a sua centralidade e interseccionalidade com outras pautas do ANDES-SN.

A busca por igualdade no ANDES-SN também precisa se efetivar na luta antimachista. O meio sindical, por muitos anos, foi um espaço exclusivamente masculino. Fazer essa transição para um local inclusivo às mulheres e que as coloque como sujeito capaz de protagonizar o movimento sindical, inclusive estando à frente da direção e da presidência, foi um processo que o ANDES-SN atravessou, e ainda atravessa, tendo como importante política aprovada no 38º CONGRESSO a paridade de gênero.

Mas é importante ter clareza que a luta por igualdade entre homens e mulheres vai para além da paridade de gênero, ela se encontra também no combate ao assédio moral e sexual, na busca pelos direitos reprodutivos, que envolve gestação e parto, creches, serviços de saúde e interrupção da gravidez e direito à vida das mulheres. Tema relacionado com a luta pela legalização do aborto é o enfrentamento ao estatuto do nascituro, projeto de Lei 478/07, que representa um grande retrocesso ao direito reprodutivo das mulheres por impor o prosseguimento da gestação até em casos de estupro e risco de morte da gestante. Aumenta a pena para a prática de aborto, incluindo-o na Lei de Crimes Hediondos. Um grave ataque aos direitos humanos das mulheres e à justiça reprodutiva. Além disso, os dados a respeito do feminicídio são alarmantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que, em 2022, uma mulher foi morta a cada seis horas no Brasil. No mesmo ano, o país, sob o governo de Bolsonaro, alcançou o recorde de mortes passionais por ódio às mulheres. O feminicídio é a forma última de controle das mulheres. Antes é precedido por agressões verbais, violências físicas e assédio. É de extrema importância que o ANDES-SN continue com ações que promovam debates sobre essa pauta. Nesse sentido, o GTPFS deve atuar para difundir essa temática. É pela vida das mulheres!

Historicamente, as Pessoas com Deficiência (PCD) viviam apartadas dos espaços sociais, excluídas do mundo do trabalho, escondidas, inclusive, por seus familiares. A inclusão pela sociedade foi um processo doloroso, atravessado pela segregação e invisibilização. O tratamento preconceituoso aos PCDs se perpetua, embora a pauta anticapacitista tenha avançado a partir de 2006 com a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. Com isso, houve uma mudança substancial da perspectiva de que as pessoas com deficiência seriam menos capazes e a luta anticapacitista ganhou nome, embora precise lograr ainda mais espaço na luta social e sindical.

Para que se avance numa sociedade mais justa e inclusiva, é importante que o debate antiopressões evolua, por meio de levantamento de dados, pesquisas, debates, cursos sobre a temática, para municiar a luta sindical.

TR - 20

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, via GTPFS e encarregatura sindical, envie esforços para rearticular o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e a CNESF.
2. Que o ANDES-SN realize o II Seminário sobre Reorganização da Classe Trabalhadora no ano de 2025.

3. Que o ANDES-SN realize, no âmbito do GTPFS, um painel sobre as experiências de formação do movimento sindical, popular e de juventude.
4. Que o ANDES-SN proponha e busque articular com o FONASEFE a realização do II Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público.
5. Que o GTPFS, em conjunto com o GTPCEGDS, elabore materiais sobre a luta anticapacitista, objetivando construir espaços mais inclusivos para as pessoas com deficiência no sindicato, assim como para pensar em ações em defesa dos PCD na sociedade.
6. Que nos encontros das secretarias regionais do ANDES-SN realizados durante o primeiro semestre de 2024, seja incluída na programação pelo menos uma atividade de formação política sobre “Educação superior e organização dos(as) trabalhadores(as) na América Latina”.
7. Que o GTPFS realize dois módulos do curso de formação política sobre “60 anos da ditadura empresarial-militar e movimento docente”.
 - 7.1. O primeiro módulo, nacional, será realizado em articulação com o GTHMD;
 - 7.2. O segundo módulo será realizado ao longo do segundo semestre de 2024, de maneira descentralizada e como parte da programação dos encontros das secretarias regionais do ANDES-SN.
8. Que o ANDES-SN dê continuidade às resoluções do 39º, 40º e 41º Congressos sobre as relações internacionais, priorizando a intensificação de relações internacionais apenas do âmbito educacional e de trabalhadores(as) da educação, com a finalidade de avançar no processo de avaliação sobre a filiação em uma entidade internacional de educação:
 - 8.1. Como parte do processo de avaliação sobre a filiação em uma entidade internacional de organização de trabalhadores e trabalhadoras de educação, o ANDES-SN priorizará o estabelecimento de relações e participará do calendário de atividades definidas pelo Grupo de Contato Internacional e envidará esforços no processo de organização do III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo Educativo.
9. Revisar e atualizar o caderno N.º 8 do ANDES-SN sobre Relações Internacionais, a ser realizado pela encarregatura de relações internacionais e pelo GTPFS:
 - 9.1. Para o processo de revisão e atualização, os trabalhos receberão a assessoria do professor Osvaldo Coggiola.
10. Reafirmar as resoluções de solidariedade com os povos de Cuba, Haiti, Palestina e outros em luta contra o colonialismo, o imperialismo e pelo direito à autodeterminação.
11. Que o ANDES-SN assine o manifesto da campanha “Cuba vive e resiste!” que defende a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo.
12. Participar de redes nacionais e internacionais de solidariedade com Cuba.
13. Que o ANDES-SN reafirme a solidariedade com as lutas do povo da Palestina contra a guerra genocida em Gaza e na Cisjordânia e defenda:
 - 13.1. Solidariedade a todas as vítimas! Pelo cessar fogo permanente, já!
 - 13.2 Repúdio ao sionismo, o *apartheid* e genocídio do povo da Palestina.
 - 13.3 Apoio às iniciativas contra a ocupação, a pobreza e o imperialismo!
14. Que as seções sindicais defendam que as universidades, institutos federais e Cefets aprovem resoluções afirmando que são territórios livres do *apartheid*, não estabelecendo

relações acadêmicas com instituições vinculadas ao Estado de Israel e rompendo com as já existentes.

15. Que o ANDES-SN e as seções sindicais participem em comitês de solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação

TEXTO 21

Contribuição do(a)s sindicalizado(a) da Adua: André Moreira Bordinhon, Douglas Ferreira de Paula, Euricleia Gomes Coelho, Laura Miranda de Castro, Leonardo Dourado de Azevedo Neto, Valdenildo Alves de Araújo, Viviane Vidal da Silva.

POLÍTICA SINDICAL: O APARELHISMO DAS CORRENTES DE ESQUERDA ATUA CONTRA A UNIDADE ORGANIZATIVA DO CONJUNTO DOS TRABALHADORES

TEXTO DE APOIO

A decisão do ANDES-SN em romper com a filiação a uma Central Sindical, no caso, a CSP-Conlutas, no 41º Congresso, unificou a maior parte dos grupos e correntes políticas que compõem nosso sindicato, incluindo, a atual direção (composta por PSOL e PCB) e o maior grupo de oposição, o Renova-ANDES (vinculado à corrente “O Trabalho”, do PT).

A maioria, conquistada no último congresso, para romper com a Central, já estava sendo preparada desde 2019, ao menos. A Pandemia adiou a aprovação dessa política de divisão sindical. Não porque as Centrais, a CSP-Conlutas ou o nosso próprio sindicato atuaram mais firmemente entre 2020 e 2022, defendendo a condição de vida das massas e a luta por empregos, salários e direitos, o que permitiria construir frentes de ação entre as entidades sindicais. Ao contrário. Vimos também como a prática e o discurso das Centrais, dos sindicatos e de suas direções políticas foi convergente no sentido de fechar as entidades durante a Pandemia, apoiar integralmente a política burguesa do isolamento social (que não garantiu, nem a vida nem os empregos da maioria explorada) e colaborar com os ataques desfechados, a exemplo da MP 936, que reduziu os salários, atingindo a maioria nacional dos assalariados, ou aceitar o congelamento salarial, imposto por Guedes/Bolsonaro, que afetou todo o funcionalismo.

Romper com a Central, deixando nosso sindicato sem ligação com o movimento nacional dos trabalhadores, não foi resultado, portanto, de uma diferença político-programática com a entidade nacional, a CSP-Conlutas, dirigida majoritariamente pelo PSTU, mas uma posição aparelhista, no sentido de produzir novas rupturas e “novas” entidades, de modo que as correntes políticas possam controlá-las em seu próprio benefício, em benefício de políticas reformistas e eleitoreiras. Expliquemos.

Desde 2016, com o golpe contra a Dilma, os partidos e correntes de esquerda apresentaram maiores divergências políticas, alinhando-se mais ou menos voluntariamente às forças burguesas em conflito a partir daquela ocasião. A diferenciação política aprofundou as divergências quanto à condução das entidades sindicais. Mas essas diferenças e divergências não conduziram, mais uma vez, a práticas políticas essencialmente distintas. Em 2017, na luta contra a Reforma Trabalhista, uniram-se as direções políticas mais à direita, da UGT ou da Força Sindical, às mais à esquerda, da CSP-Conlutas, passando pela CUT e pela CTB, para permitir a aprovação da contrarreforma do governo Temer. Mesmo depois da greve geral de 2017, com ampla adesão dos assalariados, do funcionalismo e da classe operária, e a possibilidade real de levar à derrota o governo golpista de Temer, a frente burocrática das Centrais resolveu desmontar o movimento contra a Reforma, buscando acordos com os governistas, sem derrubar a contrarreforma, que então foi aprovada. Em 2019, a novela se repetiu, na luta contra a Reforma da Previdência, quando a frente burocrática das Centrais apenas ensaiou a greve geral e logo a desfez, em maio daquele ano. No segundo semestre, a contrarreforma também foi aprovada, sem qualquer luta no horizonte.

Diante dessas duas grandes derrotas do proletariado brasileiro, não houve, de fato, um balanço da posição das Centrais e de suas direções políticas. As derrotas não ocorriam por causa de uma corrente política ou outra, mas em função da atuação conjunta, unitária, de todas as correntes e direções ao afundar a política das greves gerais e entregar a aprovação das contrarreformas para o Parlamento. Nem a direção de nosso sindicato nem o de qualquer sindicato apontou que as Reformas Trabalhista e Previdenciária foram aprovadas não só pelos “golpistas” e “neofascistas” dos governos Temer e Bolsonaro, mas também pela colaboração de classe das direções das entidades dos trabalhadores, cuja política de pressão parlamentar e de desmobilização das paralisações nacionais foi fundamental para as derrotas.

Em seguida, desde a vitória de Bolsonaro, o conjunto das direções políticas dos movimentos e das entidades sindicais esteve trabalhando para eleger um novo governo “progressista”, sem interesse em levantar movimentos nacionais em defesa dos empregos e dos salários, intensamente destruídos no período da Pandemia, ou em defesa dos direitos sociais, mais fortemente atacados a partir da crise econômica que desembarca definitivamente no país em 2014. Quando se retomaram as mobilizações em 2021, a defesa das reivindicações elementares, como a luta contra a carestia de vida e a inflação, ficaram em segundo plano, diante da possibilidade de desgaste do governo direitista, com o “Fora Bolsonaro”, que unificou também todas as direções políticas e as correntes de esquerda. Assim, o objetivo eleitoral esvaziou e fragmentou as poucas lutas existentes e levou a uma direitização das direções políticas, apostando apenas nas atividades virtuais e na pressão parlamentar. Em novembro de 2022, após as eleições que unificaram – novamente – as correntes de esquerda em favor da chapa Lula/Alckmin, ocorreu um Conad Extraordinário de nosso sindicato que debateu e aprovou a desfiliação da CSP-Conlutas. Em fevereiro de 2023, isso foi formalizado no 41º Congresso, sem grandes embates.

Sem se apoiar nos movimentos de luta, que foram sistematicamente traídos ou isolados burocraticamente, e nas bases das diferentes categorias, que foram mais ainda alijadas de qualquer poder a partir das atividades virtuais, as correntes políticas que dirigiam as entidades as tomaram como “suas” e de “sua política”, ignorando que as entidades sindicais são sempre frentes de ação, na defesa geral dos interesses dos trabalhadores. A burocratização de todos os sindicatos aumentou, o que também pôde ser visto nos últimos

Congressos do ANDES-SN. A despolitização das bases que acatam as decisões das direções é também produto dessa política, e a alimenta no processo.

Razões materiais para a divisão dos sindicatos não existiram nas últimas duas décadas. Não houve movimento dos trabalhadores no sentido de romper com as antigas direções políticas, como ocorreu no final da Ditadura Militar, com a criação da CUT. Também não houve diferenças políticas práticas significativas nesse último período entre as direções e correntes políticas, como demonstramos, ao se alinharem à mesma política de colaboração, contra os interesses particulares e gerais dos assalariados. A prática política das direções sindicais uniu a todas em 2017, 2018, 2019, até 2022, quando todas as correntes de esquerda, dirigentes das entidades sindicais, se uniram para votar na chapa Lula/Alckmin, rompendo mais ainda com a independência de classe frente aos governos e às frações burguesas em disputa.

A política de fragmentar os sindicatos é própria dos reformistas eleitoreiros, que precisam de currais eleitorais para elevar seus burocratas aos cargos do legislativo e do executivo. Utilizam-se dos sindicatos como trampolim para acessar os cargos do Estado burguês. Essa é a história de atuação que encontramos, ao avaliar a trajetória no PT, por exemplo, e que é reproduzida por todas as burocracias de esquerda. Essa política aparelhista, que ignora as reivindicações, os métodos e a democracia própria dos trabalhadores, é oposta à necessária independência de classe e organizativa de cada um dos sindicatos, assim como das necessidades mais gerais da classe operária, dos assalariados do campo e da cidade, do funcionalismo, que buscam se defender dos ataques de governos e capitalistas, que sempre agem de forma unitária.

O fato de a direção da CSP-Conlutas constituir uma “burocracia de esquerda”, ao lado das burocracias de direita de outras Centrais, não modifica a tarefa dos trabalhadores em buscar a independência das entidades sindicais, lutando a partir de suas reivindicações e métodos para fazer frente aos ataques e, com essa ação e forças coletivas, varrer com os antigos burocratas sindicais. Na CSP-Conlutas, na CUT ou em qualquer Central ou sindicato, a tarefa da vanguarda classista é de defender a independência e unidade política e organizativa dos trabalhadores, sob a política revolucionária do proletariado. Não se “revertem” as contrarreformas, ou se garantem recursos a mais para os serviços e direitos sociais sem uma luta unificada do conjunto dos trabalhadores. E essa unidade é conquistada pela ação coletiva, pela atuação frentista, e não por acordos de cúpula das direções políticas.

A posição da atual direção do ANDES-SN, dirigida por correntes do PSOL e do PCB, é aparelhista e oportunista, porque buscou justificar a ruptura a partir da “diferenciação ideológica” e em função do “burocratismo” da CSP-Conlutas, quando essa direção está subordinada à política democratizante deste ou daquele governo burguês e mantém estruturas antidemocráticas em seu interior, como os filtros dos grupos de discussão, no Congresso, para que as diferentes proposições sejam votadas nas plenárias, ou mantém, ainda, uma diretoria que é composta por apenas a chapa mais votada, ignorando a proporcionalidade e a diversidade de correntes de pensamento e de militância no interior do sindicato. Com efeito, o aparelhismo, - uso do sindicato para interesses eleitoreiros e dos partidos políticos -, e o oportunismo - falsificação da política para esconder os genuínos interesses e práticas políticas -, atuam sempre unidos, e ambos levam à quebra da independência política e à colaboração com os governos e os capitalistas.

A crença corporativista – de que é melhor que nosso sindicato esteja sozinho, em vez de subordinado a alguma Central – mal esconde a fraqueza dessa posição. Os ataques têm sido gerais, como as Reforma Trabalhista, Previdenciária, o rebaixamento salarial, o

aumento do subemprego e a política privatista evidenciaram nos últimos anos. Sem disputar a política executada pelas Centrais, não é possível erguer movimentos nacionais para impedir e derrubar as contrarreformas e garantir direitos e novas conquistas. Abandonar o campo de disputa, de conflito, é deixar a maioria nacional dos trabalhadores sob a direção das mais corruptas burocracias sindicais.

Este Congresso tem a obrigação de votar pela refiliação à CSP-Conlutas e, no interior dessa, realizar a luta política para que a Central funcione como uma fração no interior do movimento sindical brasileiro, orientada a defender a bandeira da reunificação dos trabalhadores sob uma Única Central, varrendo a burocracia sindical e reorganizando a unidade através da mais ampla democracia operária, que materializa a necessidade de unidade política e organizativa dos explorados em defesa de suas reivindicações, sob a real independência de classe, com autonomia sindical e contra a centralização do Estado burguês.

TR - 21

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA POR:

1. Combater o divisionismo sindical, que fragmenta as lutas e favorece aos governos e aos patrões, enfraquecendo, em particular, o movimento docente;
2. Retornar à CSP-Conlutas, para combater a política corporativista que, além de impotente, despolitiza a categoria, ao acreditar que é possível garantir os salários, a melhoria das condições de trabalho, derrubar as contrarreformas, melhorar os serviços públicos apenas pela ação isolada de nosso sindicato;
3. Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia operária, da real independência de classe e dos métodos próprios do proletariado;
4. Defender, no interior das Centrais, o conteúdo estratégico de unidade política e organizativa de todos os explorados, a partir da bandeira de uma Única central, classista e independente de todos os governos e de todos os partidos burgueses.

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

O Estado, na sociedade capitalista, é o grande articulador das condições necessárias para a realização do processo de valorização do valor, garantindo a propriedade privada, o processo jurídico de compra e venda de força de trabalho (a essência do processo de produção de valor e, portanto, de capital). Ele regula e cria mecanismos para a manutenção e efetivação da sociabilidade capitalista, muitas vezes, utilizando-se de instrumentos de coesão social; em outros momentos, especialmente quando as lutas sociais se acirram, intensificam-se os processos coercitivos. Contudo, sabemos que ambos se calibram na busca da ordenação social ideal ao processo de acumulação de capital.

As reformas do Estado não são feitas, portanto, para anulação de sua atuação, ou para desvirtuar sua designação original, mas, pelo contrário, para potencializá-la naquilo que são suas funções precípuas. As reformas iniciadas a partir dos anos 1990, designadas como neoliberais, são exemplares neste sentido, iniciando um processo de reordenação dos aparatos estatais para permitir a atuação deste em novos moldes que fossem condizentes pela reconfiguração do processo de produção.

O campo educacional passa, desde este período, por grandes reformas, no sentido de se adequar às orientações dos organismos internacionais do capital e se ajustar às demandas neoliberais, mesmo em um contexto de intensas lutas sociais e projetos políticos com sentidos divergentes. Contudo, as modificações no aparato jurídico e a ampliação da participação empresarial, que vinham sendo preparadas para garantir a continuidade das reformas que se seguiram, intensificaram-se a partir do Golpe de 2016. Uma série de leis, normativas e deliberações consolidaram-se rapidamente num projeto educativo com características explicitamente formuladas para atender os interesses empresariais, a partir de uma concepção gerencialista da educação, do tecnicismo pedagógico e da falaciosa ideia de que a utilização da tecnologia estaria ligada à uma ampliação massiva do acesso à educação, quando na realidade buscava escamotear o processo privatizante e extremamente lucrativo das empresas educacionais.

Dentre as reformas educacionais que compõem a chamada Reforma Empresarial da Educação (FREITAS, 2018), situam-se a BNCC, a BNC Formação, a contrarreforma do ensino médio, as avaliações externas e em larga escala, a militarização das escolas, o *homeschooling*, todas articuladas a um contexto de crescente desvalorização da educação e do trabalho docente, de criminalização às professoras e aos professores, de aumento de casos de violência nas escolas e contra as escolas etc. Todos estes elementos não podem ser compreendidos de forma separada das dimensões econômica, política e social que vivemos nos últimos anos. Destaca-se, neste contexto, o avanço do conservadorismo e das ideias da extrema-direita, que, no campo da educação, buscam apropriar-se cada vez mais do fundo público, por meio do empresariamento, das parcerias público-privada, bem

como disputar pedagogicamente o projeto educacional, por meio do currículo, da avaliação, da formação de professores(as).

Temos o avanço do neofascismo na sociedade com a militarização da vida e das escolas, que anda de braços dados com o projeto do capital para a educação, em uma junção perpetuadora do Estado autocrático burguês brasileiro, de processo colonizador, expropriador e violento na América Latina e do ascenso da ultradireita no mundo.

O Programa Nacional de Escolas Cívico Militares (Pecim) é parte desse processo de avanço do neofascismo da sociedade. O Programa foi criado pelo governo federal em 2019 e permitia a transformação de escolas públicas para o modelo cívico-militar. O formato propunha que educadores civis fossem responsáveis pela parte pedagógica, enquanto a gestão administrativa passava para os militares. Aproximadamente 200 escolas de todo país aderiram ao programa, representando 0,1% das escolas. Mesmo com essa parcela mínima, a verba prevista para 2022 era de 64 milhões, muito maior que outros projetos do MEC. Entre 2020 e 2022, o orçamento do Programa quase que triplicou. O atual governo encerrou o Programa no modelo que o governo Bolsonaro criou, mas os estados e municípios podem continuar com projetos similares. Diversos estados já declararam que pretendem manter as escolas cívico-militares já implantadas e ampliar, como é o caso do estado do Paraná. Nesse sentido é necessário que o MEC se posicione contrário a esse modelo que, comprovadamente, não melhora a educação do país.

O aumento dos casos de violência envolvendo escolas e universidades também deve ser situado nesse contexto de avanço do neofascismo e de crise mais profunda do sistema do capital, como expressão de relações sociais que têm a vida como mercadoria, que destacam a competitividade, reforçam as desigualdades, que privilegiam o punitivismo como forma de coerção e controle, de políticas educacionais que não garantem efetivamente acesso, permanência e sucesso.

Repetidamente, são noticiados ataques ou ameaças contra universidades e escolas – públicas e privadas –, a estudantes e professores(as). Entre 2002 e 2023 foram contabilizados 36 casos de ataques a escolas, com 164 vítimas, sendo 49 fatais. Mas não paramos nos casos que envolvem violência extrema, há ainda casos de perseguições sistemáticas (bullying) e cyberbullying, casos de racismo, homofobia, misoginia, capacitismo, etarismo, xenofobia, que expressam as muitas formas de violência de uma sociedade fundada no antagonismo de classes. O repetido fracasso escolar também deve ser compreendido como uma forma de violência.

É uma preocupação da nossa categoria não só os ataques a estudantes das escolas de educação básica, mas também a professores(as) dessas instituições. A mesma preocupação existe em relação às ameaças e ataques, tanto a professores(as) quanto a estudantes das IES, Institutos Federais e Cefets. Podemos citar, como exemplo, a criação da Frente Parlamentar contra a Doutrinação nas Escolas com objetivo de perseguir professores e professoras, a qual tem como principal articulador o mesmo deputado que divulgou lista com nomes de docentes, estudantes, parlamentares, partidos, movimentos sociais que, supostamente, seriam simpatizantes do Hamas.

10 Em 2023, após a derrota eleitoral de Bolsonaro, Lula assume o seu terceiro mandato à frente da Presidência da República, em meio a muitas expectativas do campo social que o elegeu, principalmente no que se refere à educação, que havia sido fortemente atacada pelo governo anterior, tanto economicamente, com sucessivos cortes no orçamento, como ideologicamente, sendo identificada como um lugar de “balbúrdia” e de “doutrinação ideológica”. No entanto, logo de início, tem-se uma frustração acerca dos rumos do MEC

com a indicação de Camilo Santana para a pasta, com a manutenção do Ministério alinhado com fundações empresariais, a exemplo dos acordos com a Fundação Lemann. Revelando as contradições do MEC, há o anúncio do fim do programa federal de militarização das escolas, mas a manutenção do apoio aos estados que desejam manter o programa; ao invés de revogar o NEM, o governo apresenta um novo PL, o 5230/2023, tendo Mendonça Filho (União/PE), como relator; ao invés de revogar a BNC Formação, o CNE apresenta uma nova minuta de resolução sem discussão com nenhuma entidade e sem nenhuma contestação do MEC. Ou seja, o governo manteve a Lei 13.415; manteve a BNCC; manteve a BNC formação.

A Base Nacional Comum - Formação Inicial (Res. 2/2019) e a Base Nacional Comum - Formação Continuada (Res. 1/2020), subordinadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC referenciam-se na ultrapassada Pedagogia das Competências, na produção das Fundações, Institutos e empresas educacionais privadas, obedecendo às diretrizes dos organismos multilaterais. O Conselho Nacional de Educação - CNE, no lastro de uma reforma empresarial e privatista, que atende, exclusivamente, aos interesses do mercado, promove a descaracterização dos cursos de formação de professores(as).

O CNE aprovou, de maneira irresponsável, novas diretrizes sobre a formação inicial e continuada de professores(as), as Resoluções 2/2019 e 1/2020, com a implementação da Resolução CNE/CP 2/2015 ainda em curso. Essa medida se deu em processo autoritário e antidemocrático, marcado pela ausência de diálogo com as entidades nacionais do campo da formação, as instituições formadoras, as entidades representativas de professores(as) e de estudantes. Mais de 800 entidades, dentre elas o ANDES-SN, assinaram um manifesto pela revogação das resoluções. No início de 2023, foi criado um GT de Formação de Professores, o qual, em seu relatório, a primeira recomendação foi a revogação da resolução 02/2019. Mesmo com tudo isso, o CNE insiste em não dialogar e apresenta uma nova minuta de Resolução para as DCN de Formação Inicial de Professores e um Edital de Chamamento de Consulta Pública, com prazo para envio de propostas no período das festas de final de ano e férias de janeiro. Assim, a luta continua sendo pela revogação, não só da resolução 02/2019, mas de qualquer outra que desqualifique a formação de professores(as) e descaracterize os cursos de licenciatura.

Repudiamos resoluções que atrelam a formação de professores(as) aos interesses dos grupos empresariais e às contrarreformas, como a do Novo Ensino Médio. Tanto as resoluções anteriores, como a apresentada na minuta do CNE, descaracterizam os cursos de formação de professores(as) e desvalorizam os(as) professores(as).

Defendemos que as políticas de formação do magistério sejam elaboradas de forma democrática, em diálogo com as instituições formadoras e as entidades representativas da comunidade educacional, centrada em uma Formação de Professores(as) para a Educação Básica socialmente referenciada, crítica e emancipatória.

Estamos vivenciando as contradições da implementação da reforma do ensino médio e seus efeitos perversos em relação a estudantes e professores(as). Já alertávamos sobre os problemas dessa reforma nefasta desde 2016, não só o ANDES-SN, mas diversos sindicatos, entidades, associações e o movimento estudantil. É importante não esquecermos que as escolas de ensino médio e universidades foram ocupadas em 19 estados em 2016. Elas foram ocupadas e a reivindicação dos(as) estudantes(as) se baseava em dois eixos: contra a emenda constitucional 95 e contra a MP 746/2016.

É importante conhecermos o histórico da reforma do ensino médio para entendermos os interesses em jogo. O Ensino Médio sempre esteve marcado pelas desigualdades e falta

de investimento, perpetuou modelos tradicionais de ensino, aumentou a precarização de escolas, salas de aulas e interferiu no desenvolvimento de novas metodologias, práticas e projetos.

Na Constituição de 1988 a universalização do acesso ao ensino médio foi colocada como meta, entretanto não havia a obrigatoriedade de oferta pelas redes públicas e a gratuidade era tratada como exceção. Com a LDB de 1996 tivemos um aumento das matrículas no ensino médio, mas o financiamento não estava garantido. Somente em 2009 é que o ensino médio foi incluído na educação básica obrigatória. A expansão das matrículas, sem a garantia de financiamento, as incoerências curriculares, a ausência de profissionais da educação com formação adequada e a grande retenção e evasão colocaram o ensino médio como um problema a ser resolvido. Porém, a resolução do problema não incluía enfrentar o problema de verdade, com soluções que atendessem os anseios de estudantes e educadores(as).

Em 2006 as Orientações curriculares para o Ensino Médio foram publicadas e, em 2011, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Entre 2011 e 2012 ocorreram diversas audiências públicas com o objetivo de discutir o Ensino Médio. Em 2013 foi apresentado o PL 6840 cujo objetivo era reformar o Ensino Médio, em 2014 foi apresentado um substitutivo. Esse PL e o substitutivo foram esquecidos durante a discussão do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, contudo, em junho de 2015 o Conselho Nacional dos Secretários de Educação criou um grupo de trabalho de reforma do Ensino Médio. Esse GT assessorou as discussões, fazendo a interlocução com o MEC e o Congresso, entregando um substitutivo com proposições ao PL 6840/2013. O substitutivo deu origem à Medida Provisória 746/2016 e, posteriormente, a Lei nº 13415/2017 e temos, assim, a Reforma do Ensino Médio.

Em 2023, os estudantes se mobilizaram, realizando atos por todo país pela revogação da contrarreforma do ensino médio. A expectativa era que, com a mudança do governo, a reivindicação pela revogação fosse colocada como prioridade e atendida, mas isso não aconteceu. A atitude do governo foi realizar uma consulta pública, pouco transparente, mas que mesmo assim colocava a necessidade da revogação. Posteriormente o governo apresentou o PL 5230/2023 que, apesar de apresentar algumas questões importantes como a ampliação da carga horária destinada à formação geral para 2400h, o fim do notório saber e da EaD no ensino médio, não atendia a principal reivindicação que era a revogação. O relator escolhido para o PL foi o deputado Mendonça Filho (União/PE) que era Ministro da Educação em 2017, ano da aprovação da famigerada reforma. O deputado Mendonça Filho, em seu relatório, apresenta um substitutivo que altera a proposta do governo, carga horária de 2100h, notório saber para os profissionais que atuarão na ETP e nos itinerários formativos e mantém a estrutura da reforma de 2017.

Ao se recusar a revogar a reforma do ensino médio e colocar as fundações educacionais do grande empresariado dentro do Ministério da Educação, não escutando estudantes, profissionais da educação e pesquisadores(as) do tema, o governo aprofunda as desigualdades e condena a juventude empobrecida do país à uma educação precária, excludente e alienante.

É necessário mantermos a luta por condições de igualdade de acesso aos conhecimentos científicos, humanísticos e culturais, sem hierarquia entre as disciplinas e com abordagem integral. É importante defendermos uma educação profissional de qualidade na forma de ensino médio integrado e sem itinerários formativos enganadores e precários. A defesa do ensino médio 100% presencial e que valorize a formação docente, sem notório saber, é parte fundamental da luta em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Tudo isso só é possível com a garantia de orçamento público somente para a educação pública.

Importante destacar que, no contexto do desfinanciamento da educação, posteriormente aprofundado pela pandemia que, além de levar as instituições educacionais a uma situação de penúria, fê-las adotar diversas variações de ensino à distância que permanecem até hoje (remoto, híbrido etc.), houve a regulamentação da extensão, após décadas de discussão, por meio da Resolução CNE/CES Nº 07/2018. Apesar de surgir em atendimento ao anseio pela valorização da extensão, a implementação se deu de maneira açodada e sem o devido acúmulo pela categoria. Além disso, a Resolução CNE/CES Nº 07/2018, assim como as resoluções internas das IES, não prevê disponibilidade de recursos para que a creditação da extensão ocorra e garanta, inclusive, a segurança a estudantes e trabalhadores(as) da educação envolvidos(as). Há apenas indicação de que o PDI das IES contemple “a previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão”. Outro aspecto importante é o Parecer 576/2023 do CNE, o qual permite que as atividades de extensão sejam desenvolvidas de forma remota, síncrona ou assíncrona, podendo ser de 20 ou 30%, dependendo do tipo de atividade. Sem ter orçamento garantido e com a aprovação do Arcabouço Fiscal, docentes, técnicos(as) administrativos(as) e estudantes desembolsam seus próprios recursos para fazer a extensão funcionar. Há, ainda, a transformação da atividade de extensão em prestação de serviços, desvirtuando por completo o que deveria ser a extensão. Nesse sentido, é necessário reafirmar os princípios presentes no Caderno 2 do ANDES-SN:

A extensão deve ser uma política institucional, indissociável do ensino e da pesquisa, que tenha como objetivo a identificação e o acompanhamento de problemas sociais relevantes e propiciar a troca de experiências e saberes entre a universidade e a sociedade. As ações advindas desses projetos devem ser gratuitas e seus resultados, mesmo quando fruto de convênios, devem ser publicizados sem restrições, permitindo a sua apropriação pela sociedade. Os projetos de trabalho acadêmico oriundos de propostas de extensão devem estar associados ao avanço da pesquisa social, cultural, artística, científica e tecnológica, sem submeter-se a interesses de mercado ou envolver trabalho de adaptação tecnológica para a indústria, que deve investir neste tipo de atividade. É necessária a destinação anual orçamentária específica para execução dessa política de extensão, que será administrada por comissão paritária de professores, técnico-administrativos, estudantes e administração universitária.

A pandemia de Covid-19, sem dúvida, foi um desencadeador de uma série de alterações no trabalho educacional, implantando, mesmo depois do encerramento das medidas emergenciais, o trabalho remoto e o ensino híbrido. A partir de 2022, o Conselho Nacional de Educação-CNE passa a elaborar Diretrizes Nacionais orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida, delineando sua implementação definitiva no sistema educativo brasileiro, da educação básica à pós-graduação (Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica, Parecer CNE/CP nº 14/2022, Parecer CNE/CP nº 34/2023). Aproveitando este processo, as empresas educacionais e de tecnologia estabeleceram parcerias com as redes de ensino e firmaram contratos milionários.

A Educação a Distância (EaD) durante muito tempo foi apresentada como a solução para o estudo de populações que habitam localidades de difícil acesso, atualmente, a sua popularização nos grandes centros se apresenta pelo baixo custo e pela flexibilidade e adaptação à vida dos estudantes, ambos argumentos se justificariam pela democratização do acesso à educação. Contudo, a que tipo de educação se está efetivamente permitindo acesso? Quem efetivamente está sendo favorecido com a ampliação desenfreada da EAD? Com a ampliação da EAD, é possível afirmar que se tem democratizado a educação no Brasil?

O que evidenciamos é a criação das condições para o empresariado educacional ampliar a oferta de sua mercadoria de forma massiva, com baixo custo de produção, ao intensificar o processo de exploração e precarização do trabalho, com a introdução das TICs e de processos de plataformização do trabalho educativo. Consequentemente, economicamente estas empresas alcançam um lucro extraordinário, ao mesmo tempo em que oferecem uma formação barata para a constituição de uma força de trabalho igualmente barata ao mercado de trabalho, ou, pior ainda, para o não-emprego/informalidade, tendência inerente ao atual ciclo de acumulação. Ideologicamente, assegura-se um ensino aligeirado e tecnicista, que não conduz os(as) estudantes à constituição dos instrumentos teóricos fundamentais para desenvolver a autonomia intelectual nem às vivências acadêmicas essenciais à formação integral dos sujeitos.

Atualmente, segundo o Censo Escolar de 2022, a rede privada conta com mais de 7,3 milhões de alunos, o que garante uma participação de 78% no sistema de educação superior, destes alunos, apenas 34% frequentam cursos presenciais. Em 2022, 72% dos alunos que foram aprovados no ensino privado optaram por estudar pela EAD (INEP/MEC: 2023). Em uma década, entre 2012 e 2022, a rede privada cresceu 92,4%, enquanto a rede pública apresentou queda de -4,1%. No mesmo período, o número de ingressos variou negativamente, -24,9% nos cursos de graduação presencial, enquanto nos cursos a distância aumentou 471,4%. Ainda podemos destacar que a participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2012 era de 19,8%, enquanto em 2022 foi de 65,2% (INEP/MEC: 2023). Portanto, os dados demonstram um processo acelerado de privatização do Ensino Superior, acompanhado da ampliação da sua não presencialidade.

O avanço da EAD também toma força no ensino presencial com a Portaria 2.117/2019, que autoriza as instituições de ensino superior (IES) a ampliar para até 40% a carga horária de educação a distância (EAD) em cursos presenciais de graduação. Além disso, normativas internas das IFES também flexibilizam cursar disciplinas em outras instituições de ensino, viabilizando a criação de um mercado de disciplinas isoladas sendo ofertadas na modalidade EAD, de forma completamente flexível, conforme o interesse do freguês. Além do esvaziamento do espaço de convivência coletiva, do debate cotidiano e da gerência colegiada da universidade, este dispositivo prepara para a diminuição dos recursos humanos e a precarização do trabalho.

Podemos observar que mesmo tendo um crescimento exponencial da rede privada no ensino superior (crescimento de 92% em 10 anos), como este foi acompanhado da sua oferta, em sua maioria na modalidade a distância, o que constatamos é que ao contrário do que poderíamos imaginar, a contratação de professores(as) diminuiu. Em 2002, a rede privada tinha 212.394 professores(as) contratados(as), em 2022 esse número caiu para 185.252. Resultado da objetivação do trabalho nas tecnologias, a partir de uma concepção

tecnicista e gerencialista e da conseqüente precarização do trabalho. A tendência, portanto, está dada para as universidades públicas.

A formação de professores(as) também recebeu especial atenção do projeto empresarial. Além da alteração da concepção de formação de professores(as) pela BNC-Formação, observamos que ela está sendo ministrada majoritariamente nas universidades privadas e na modalidade a distância. Das matrículas nos cursos de licenciatura registradas em 2022, 34,2% estão em instituições públicas e 65,8% estão em IES privadas. Em relação à modalidade de ensino, as matrículas em cursos de licenciatura presencial representam 35,8%, enquanto as licenciaturas a distância são 64,2% do total de matrículas (INEP/MEC: 2023).

A afirmação tecnicista de ensino, a automação do trabalho docente, o controle pedagógico do sistema educativo de forma centralizada e padronizada, realizam-se por meio da crescente plataformização do ensino, implementada por empresas privadas em parceria com os estados. Isso é uma realidade na educação básica e tem se construído no Ensino Superior. As TICs deveriam ser utilizadas como um dos instrumentos do processo pedagógico, que o docente pode utilizar em seu planejamento, para atingir os objetivos elencados a partir da avaliação diagnóstica dos estudantes, fortalecendo sua autonomia. Pois, até o momento, não existem estudos que comprovem que o ensino plataformizado tenha melhorado a aprendizagem dos estudantes. Pelo contrário, o que sabemos é que tem precarizado o trabalho dos(as) professores(as).

Outro tema que precisa de nossa atenção e que está relacionado com a intervenção do setor privado na educação diz respeito ao PL 1735/2019, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo, de autoria de Mauro Nazif (PSB/RO), que se encontra aguardando o parecer do relator na Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados. Essa discussão não é novidade. Já existiram outros projetos com o mesmo teor nas últimas décadas, mas foram arquivados.

A ideia central é regulamentar a profissão no campo não escolar e criar o Conselho Federal e seus respectivos conselhos nos estados. A regulamentação traz em si uma polêmica histórica sobre a identidade do curso, bacharelado ou Licenciatura, que as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, tentaram resolver ao definir a docência como eixo central da formação do pedagogo.

O PL 1735/2019 desconsidera a Resolução CNE/CP n. 1/2006 que define que é função do curso de pedagogia formar professores(as) para a educação infantil e anos iniciais para o ensino fundamental e também para a gestão escolar. O PL também desconhece a própria realidade vivenciada pelos(as) pedagogos(as) na prática, desde 2006, quando diz que as funções desses(as) profissionais seriam: Planejar, avaliar, implementar, gerir, elaborar, administrar, coordenar, acompanhar, inspecionar, supervisionar, orientar projetos educativos, processos educacionais em espaços escolares e não escolares. Além de implementar as políticas públicas nas instituições de ensino. Também seria sua função realizar o recrutamento e a seleção nos programas de treinamento em instituições de natureza educacional e não educacional. O(a) pedagogo(a) também irá ministrar as disciplinas pedagógicas nos cursos de formação de professores(as). No PL, não há uma única palavra sobre a formação de professores(as) para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e gestão.

Quanto à criação do Conselho, há de se ressaltar que significa uma interferência do Estado sobre o exercício da profissão, uma forma de controle e não tem nenhuma relação com o

processo de valorização profissional, que implica a defesa da carreira, do salário, boas condições de trabalho, dentre outros aspectos.

Outro tema de destaque no campo da política educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE), uma vez que o atual PNE (2014/2024), Lei 13.005/2014, tem previsão até 2024 e as discussões para a elaboração do novo Plano já começaram por iniciativa do Fórum Nacional de Educação (FNE), que foi recomposto no governo atual, “órgão de Estado responsável pela convocação, planejamento e coordenação das conferências, com vistas à realização de uma nova Conae, em caráter extraordinário, tendo por horizonte a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década, 2024/ 2034”. (Documento Referência da CONAE 2024).

Para tanto, o GT PNE foi formalizado pela Portaria nº 1.112/2023, coordenado pela Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase/MEC), sendo composto por 16 (dezesesseis) representações do governo, órgãos e entidades. Seu objetivo é produzir um diagnóstico da educação que sirva de base para o Projeto de Lei do PNE 2024-2034 a ser apresentado ao Congresso Nacional. O Grupo iniciou os trabalhos em março de 2023, fazendo um balanço do PNE vigente.

A Conferência Nacional de Educação (Conae), edição 2024, foi convocada, em caráter extraordinário, pelo Decreto nº 11.697, de 11 de setembro de 2023, com o tema “Plano Nacional de Educação (2024-2034) – política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. A Conae deve ser precedida de conferências estaduais e municipais que elegem delegados e delegadas para a etapa nacional.

A elaboração do Documento Referência partiu de um balanço do plano anterior, demarcando que a vigência do PNE (2014-2024) foi marcada, já no seu segundo ano, pelo processo de afastamento da presidenta Dilma. Há uma avaliação de que, no período de 2016 a 2022, houve o aprofundamento da crise institucional e a restrição a direitos e conquistas, a exemplo, da Emenda Constitucional nº 95/2016 e os retrocessos à democracia. Nesse período, o país também viveu uma pandemia de Covid-19 que afetou o direito à educação. É importante destacar que os elementos conjunturais apontados são fundamentais para compreender, em parte, por que as metas do atual PNE não foram alcançadas, como o próprio documento constata, mas há também elementos estruturais que o documento não aponta.

O desinvestimento em educação é um processo histórico que antecede o governo de extrema-direita, que o aprofunda. No PNE de 2001, por exemplo, a meta do financiamento foi vetada por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e não teve o veto derrubado por Luís Inácio da Silva (Lula), quando assumiu a presidência, em 2003, nem aumentou significativamente o percentual do PIB em educação relativamente ao governo FHC. Assim, em oito (8) anos de governo Lula, apenas 1/3 das metas foram alcançadas. Há elementos conjunturais e estruturais que se combinam e que são parte da relação entre política econômica e política social, a qual está subordinada à primeira, no contexto da sociedade capitalista.

O balanço do GT do PNE é de que “É forçoso reconhecer que a execução do atual PNE é insuficiente para o alcance das metas até o ano de 2024, encontrando-se, aproximadamente, na metade do caminho ideal. (...)”. (Documento Referência da Conae 2024). Tomando como parâmetro a meta 20, apenas 5% do PIB foi investido em educação pública e 5,5% no conjunto da educação. Portanto, muito distante do que foi estabelecido, investimento de 10%.

Vale registrar que o GTPE do ANDES-SN realizou reunião nos dias 9 e 10 de dezembro e, na ocasião, fez um painel com o tema “O Plano Nacional de educação, balanço e perspectivas sob a ótica do PNE da sociedade brasileira”, em cumprimento da deliberação do 41º Congresso do ANDES-SN, que aprovou realização de painel sobre o referido tema.

Uma parte importante da luta da classe trabalhadora para a superação da sociabilidade exploradora e opressora é o necessário enfrentamento à opressão capacitista, pois precisamos enfrentar o capitalismo em todas as suas múltiplas formas de opressão e exploração. Partindo desta premissa, reforçamos a leitura de que a luta contra as opressões em nossa sociabilidade exploratória passa pelo amálgama das determinantes de nossa formação social em suas particularidades na totalidade capitalista. Em nossa sociedade, debater a luta anticapacitista perpassa o debate sobre o trabalho de cuidado generificado, racializado, bem como dimensões de acessibilidade em sentido amplo, o que abarca a importância da luta anticapacitista no debate sobre políticas educacionais.

Neste sentido, a acessibilidade não se limita às questões arquitetônicas de um espaço, ela deve também ser entendida como a possibilidade de alcance e utilização, com autonomia, de todos os espaços, meios e instrumentos, na compreensão de que o direito à educação deve ser contemplado para que a acessibilidade seja de fato efetivada. Ainda que tenhamos alguns avanços a partir da luta anticapacitista, no que se refere ao acesso e à permanência das pessoas com deficiência na educação básica e superior, necessitamos avançar ainda mais.

Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, em 2019, 16,6% da população brasileira com deficiência possuía ensino médio completo ou superior incompleto, contra 37,2% das pessoas sem deficiência. Também se constatou que mais de 67,6% da população com alguma deficiência não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, entre as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas, o índice era de 30,9%.

A continuidade de construção da luta anticapacitista no ANDES-SN deve ser permeada pelos acúmulos que tivemos no âmbito dos Seminários Integrados do GTPCEGDS, incluindo o Seminário realizado no mês de novembro de 2023, em Aracaju, que, dentre as questões debatidas e encaminhadas, destacaram-se a garantia da efetividade de instrumentos que garantam, nas Universidades, IFs e Cefets, estrutura de trabalho e estudo para servidores(as) e estudantes com deficiência.

Em um contexto de manutenção de ataques à classe trabalhadora e à educação, ataques esses traduzidos no avanço do projeto do capital para educação em seus variados vieses (Plataformização da Educação, Reuni digital, Novo Ensino Médio, aligeiramento do processo formativo, esvaziamento das licenciaturas com a BNC-Formação, arcabouço fiscal e cortes em recursos para educação), é fundamental buscarmos de maneira incisiva a concretude de bandeiras e pautas que tenham como centralidade a revogação das contrarreformas e a aglutinação das pautas de luta pela educação em uma perspectiva e em um projeto classista, antimachista, antirracista, antilgbtfóbico, anticapacitista de educação.

Debates como a construção do PNE 2024-2034 em espaços hegemônicos por forças governamentais, como a CONAE, mostram limites no processo, como na avaliação do último PNE, limites esses que vão da apropriação do fundo público para o setor privado, a formulação de metas e estratégias que não abarcam um projeto compatível com o que almejamos de uma educação pública, gratuita, estatal, de qualidade e referenciada nos

interesses da classe trabalhadora, efetivando-se em uma educação e Universidade efetivamente populares.

Neste sentido, nas nossas lutas por um outro projeto de educação, temos em nossa história, na última década, os acúmulos dos três primeiros Encontros Nacionais da Educação, em 2014, 2016 e 2019: espaços que articulam e promovem a reunião de movimentos e organizações construtores de um projeto classista de educação. Destacamos que nossa categoria aprovou, em nosso último Congresso, rearticular a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP) e os fóruns, comissões e coordenações estaduais, com vistas à realização dos encontros preparatórios regionais para concretizar o IV Encontro Nacional de Educação. Todavia, tal como foi sinalizado pelo GTPE no 64º CONAD e no 39º Congresso, apesar do III ENE ter sido importante para reunir um setor de lutadores e lutadoras da educação de todo o país, a maior parte das entidades da CONEDEP não se envolveu para construir o evento. Mesmo após o III ENE, não houve reuniões significativas da CONEDEP para avaliar os limites e os desafios na organização dos Encontros Nacionais da Educação. Por isso, a resolução do 41º Congresso condicionou a convocação do IV ENE à tarefa de rearticulação da CONEDEP.

Para tanto, no dia 30 de novembro de 2023, realizamos a primeira reunião de rearticulação da CONEDEP, na sede do ANDES-SN, da qual participaram ANDES-SN, Fasubra, ANPG, Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, de forma presencial, Sinasefe, ABEPSS, FENET, MUP, de forma online. Nessa primeira reunião, não houve confirmação de um efetivo envolvimento das entidades presentes na retomada da CONEDEP e na rearticulação do ENE.

Desde 2019, a CONEDEP não vem funcionando e indica não somente as contradições do processo de reorganização da classe trabalhadora, mas o esgotamento das experiências de construção de ferramentas alternativas da classe trabalhadora que surgiram durante as primeiras experiências de governos de conciliação de classes. Tal como a CSP-Conlutas, a CONEDEP e o ENE tinham o potencial de ocupar um espaço importante que ficou vazio após a cooptação de ferramentas como a CUT e o FNDEP. Porém, a experiência histórica e a ausência de entidades se envolvendo concretamente no esforço de rearticulação da CONEDEP tornam inviável, nesta conjuntura, a defesa da construção de um IV ENE. Nas condições atuais, apenas se repetiria a experiência do III ENE: construir um evento em que, excluídas pouquíssimas e honrosas exceções, apenas o ANDES-SN se envolveu efetivamente na construção, assumindo sozinho despesas materiais, energia militante e tarefas políticas. Diante do exposto, o ANDES-SN pode continuar o esforço de rearticular a CONEDEP, mas deve abrir, no próximo período, um profundo debate sobre os espaços que devem ser construídos e priorizados pelo ANDES-SN.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN
IX - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Fortalecer os intercomitês pela revogação do NEM nos Estados e Municípios e os fóruns que compõem a Frente Nacional pela Revogação da BNC-Formação nos locais que já existem, e contribuir para a criação de novos comitês e fóruns, onde possível.*
- 2. Retomada da Frente Escola Sem Mordça*
- 3. Contribuir para a construção do III Congresso Mundial contra o neoliberalismo educativo – outubro de 2024 – em conjunto com o SINASEFE, APEOSP, outras entidades da educação, movimentos sociais e estudantis.*
- 4. Aprofundar o debate e produzir materiais, no âmbito do GTPE, sobre o impacto do NEM e da*

BNC-Formação de Professores nas universidades públicas.

5. *Que o GTPE atualize as análises sobre a contrarreforma do Novo Ensino Médio, a partir das considerações debatidas durante o VII Seminário Estado e Educação e outros espaços do sindicato nacional, das propostas em tramitação no Congresso Nacional, incluindo o PL 2.601/2023.*
6. *Que o ANDES-SN fortaleça construção do dia 09/08 como um Dia Nacional Luta contra o Novo Ensino Médio em articulação com entidades da Educação.*
7. *Que o GTPE promova debate no segundo semestre de 2023, em uma reunião do GT, sobre a situação de violência nas escolas e instituições de ensino superior no sentido da construção de um Seminário específico sobre o tema.*
8. *Que o GTPE realize um painel específico para o debate sobre as expectativas para o novo plano nacional de educação, retomando os princípios no PNE-Sociedade Brasileira.*
9. *Que o GTPE promova no segundo semestre de 2023, em uma das reuniões do GT, debate sobre as causas e propor ações de combate às situações de violência nas escolas e Instituições de Ensino Superior no sentido da construção de um Seminário específico sobre o tema. Tais ações devem levar em conta as especificidades da violência, que pese letramentos acerca das questões de raça, gênero, classe, orientação sexual, orientação religiosa, capacitismo, etarismo, entre outras, além de suas dimensões físicas e simbólicas.*
10. *Com base no acúmulo realizado no âmbito do GTPE, que o ANDES-SN, as suas Regionais e Seções Sindicais fomentem, junto a outras entidades sindicais e movimentos populares, um amplo debate visando aprofundar a análise sobre as causas da violência às escolas, buscando a construção coletiva de alternativas coletivas para o respectivo enfrentamento.*
11. *Intensificar e exigir a luta pela inclusão escolar da pessoa com deficiência como direito à escola regular, com acesso e condições de permanência, com financiamento público exclusivamente para a educação pública.*
12. *Rearticular a CONEDEPE para a realização, no segundo semestre de 2023, de reuniões visando a definição do Tema Central do IV ENE.*
13. *Fortalecer as lutas unitárias em defesa da educação pública em todos os estados, incentivando as seções sindicais a participar ou impulsionar a criação de Coordenações Estaduais em Defesa da Educação Pública Gratuita (COEDEPE) ou similares articuladas à CONEDEPE e ao processo de construção do IV ENE.*
14. *Que o ANDES-SN reforce na mesa de negociações com o governo federal o direito ao reenquadramento na carreira de professor(a) aposentado(a) relativo ao topo em que o docente se encontrava com paridade e integralidade salarial entre ativo(a)s e aposentado(a)s.*

Recomendação:

1. *Que a discussão sobre a violência nas escolas e IES envolva outros GTs do ANDES-SN e entidades sociais em torno do tema.*

RESOLUÇÕES DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 41º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Continuar a luta pela recomposição e ampliação do orçamento das Universidades, Institutos Federais e CEFETs, de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão com caráter público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado e o ingresso e formação de estudantes oriundo(a)s das classes populares.*
2. *Produzir material informativo e propor estratégias inclusivas de divulgação sobre os impactos da Emenda Constitucional 95 na educação, em especial, nos orçamentos das Universidades, Institutos Federais e CEFETs e lutar para que tais recursos sejam ampliados.*
3. *Intensificar a luta por melhores condições de trabalho e estudo nas IES, considerando os impactos pessoais e institucionais da pandemia da Covid-19 e a proposta atualizada de Plano Sanitário e Educacional do ANDES-SN.*
4. *Dar continuidade à luta contra o Reuni Digital e qualquer proposta do capital que ataque a centralidade da presencialidade da educação pública brasileira, em articulação com o(a)s estudantes e TAE.*
5. *Intensificar a luta pela revogação da Contrarreforma do Ensino Médio, e das demais leis, decretos, resoluções e normas federais, estaduais e municipais sobre o tema, incluindo os relacionados a Base*

Nacional Curricular Comum e BNC - Formação, a resolução CNE/SES nº 01/2019, Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professor(a)s da educação básica dentre outras.

6. Reforçar nossa luta contra a militarização da educação pública brasileira e avançar na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater a violência da extrema direita contra as escolas, universidades, institutos federais, CEFETs, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da educação.

6.1. Promover um levantamento da situação da militarização da educação pública.

7. Intensificar a luta pelo imediato reajuste e ampliação das bolsas de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis e da assistência/permanência estudantil.

8. Lutar pela institucionalização dos cursos de licenciatura intercultural indígena, sendo muitos ainda atualmente emergenciais concorrendo a editais do Prolind.

9. Lutar junto aos movimentos indígenas por políticas de incentivo a publicação e utilização de materiais didáticos bilíngues produzidos por indígenas nas redes das escolas de ensino fundamental e médio.

10. Incentivar a construção de instrumentos de participação social na elaboração, acompanhamento e avaliação na execução do orçamento das universidades, Institutos Federais e CEFETs.

11. Intensificar a luta para que os recursos do fundo público sejam aplicados exclusivamente nas instituições públicas.

12. Investir na ampliação da articulação com sindicatos da Educação Básica, organizações estudantis e de outro(a)s trabalhadore(a)s brasileiro(a)s para que se mantenha a necessária autonomia e crítica às políticas educacionais dos governos federal, estadual e municipal que consideram a educação mercadoria.

13. Investir na ampliação da articulação com sindicatos da Educação Básica, organizações estudantis e de outro(a)s trabalhadore(a)s brasileiro(a)s para exigir do Governo Federal a revogação:

13.1. da Portaria nº 865, de 8 de novembro de 2022, que institui a Rede de Inovação para a Educação Híbrida;

13.2. da Portaria Normativa nº 11, de 20/06/2017 e o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que estabelecem normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores à distância;

13.3. do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização;

13.4. da Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu a obrigatoriedade da curricularização da extensão

13.5. da Lei 14.533/2023, que institui a política nacional de educação digital, que delega às instituições de educação básica e ensino superior o treinamento de competências digitais, midiáticas e informacionais e indica a promoção de ferramentas de autodiagnóstico dessas competências para profissionais da educação e estudantes da educação básica, em estreita conformidade com as demandas do setor produtivo".

14. Fortalecer a luta contra a EaD, o ensino híbrido e a plataformização da educação, organizando com as seções sindicais e o movimento estudantil seminários e publicações sobre o assunto.

15. Elaborar um InformANDES sobre o tema do item 12.

16. Fortalecer a luta pela carreira única de professor(a) federal, implementando uma nova rodada de debates e elaboração de materiais sobre sua importância para o projeto de universidade defendido pelo ANDES-SN.

17. Exigir recursos orçamentários da União para efetuar as adaptações necessárias ao cumprimento dos protocolos sanitários nas Instituições de Educação Superior públicas e assegurar condições de permanência estudantil (inclusivas, psicológicas, econômicas, sociológicas e institucionais) e a recuperação infraestrutural das IES para garantir a qualidade do ensino presencial.

18. Lutar pela abertura de concursos públicos para contratação de profissionais que garantam as condições de acessibilidade de pessoas com deficiência em todas as atividades realizadas nas Universidades (inclusive colégio de aplicação, colégios técnicos e núcleos de desenvolvimento infantil, onde houver), Institutos Federais e CEFETs.

19. Manter a luta contra a devastação e o desmonte das IES públicas promovidas por mecanismos como FIES e PROUNI.

20. Rearticular a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP) e os fóruns, comissões e coordenações estaduais, com vistas à realização dos encontros preparatórios regionais para concretizar o IV Encontro Nacional de Educação.

21. Recomendar que o GTPE aprofunde o debate acumulado a respeito da Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que institui a obrigatoriedade da curricularização nos cursos de graduação, levando em consideração a luta histórica de extensionistas e atentando a questões como: condições do trabalho docente, como excesso de carga horária; garantia do financiamento público para extensão universitária; concepção de extensão garantindo uma perspectiva popular e contrária à lógica do mercado (empreendedorismo e inovação); forma apressada como a extensão tem sido implementada nas universidades em função do prazo estabelecido pela referida resolução.

22. *Lutar contra a criminalização de membros de conselhos decisórios das IES, Institutos Federais e CEFETs por votos e decisões que venham a tomar no exercício da representação de que estejam investidas, a exemplo do ocorrido na Universidade Federal Fluminense na instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) por parte do MEC, visando a punição de membros do Conselho Universitário (CUV) a partir de uma deliberação aprovada por unanimidade (PAD 23123007991/2016-89).*

23. *Lutar contra todas as formas de assédio e intimidação de conselhos deliberativos das IES, Institutos Federais e CEFETs que firam ou ameacem a liberdade de expressão, de discussão e de voto dos membros dos referidos conselhos.*

24. *Que o ANDES-SN participe do Fórum Nacional Popular de Educação na condição de observador até o próximo congresso.*

TR - 22

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN participe como observador do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores, relatando e avaliando a participação no GTPE, bem como intensifique a luta contra a violência nas escolas, universidades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (CEFET).

2. Reafirmar a defesa da destinação de 10% do PIB, exclusivamente, para a educação pública, já, no processo de elaboração do PNE, por meio de uma ampla campanha, em conjunto com outras entidades sindicais e sociais que concordem com esta pauta.

3. Posicionar-se contra a regulamentação da profissão do(a) pedagogo(a) e a criação dos conselhos federal e estaduais, propostos pelo PL 1735/2019.

4. Reforçar nossa luta contra a militarização da educação pública brasileira, exigindo do MEC o posicionamento contrário a esse modelo e avançar na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater as escolas cívico-militares.

5. Que o GTPE, o GT Carreira e as Seções Sindicais realizem um levantamento sobre a curricularização da extensão e os seus efeitos sobre a carreira docente.

6. Que o GTPE reafirme o papel da extensão apresentado no Caderno 2 e aprofunde a discussão sobre o sentido da extensão e o impacto da curricularização da extensão nas instituições.

7. Que o ANDES-SN, reconhecendo o esgotamento da CONEDEP e a inviabilidade de construção do IV ENE, abra um profundo debate sobre a construção de espaços que devem ser construídos e priorizados com a finalidade de acumular na construção de um PNE-SB.

8. Defender a Revogação da Resolução 02/2019 e a 01/2020 ou qualquer outra similar e continuar atuando na “Frente Nacional Revogação BNC-Formação - retomar a 02/2015”.

9. Acompanhar a implementação da Portaria 2.117/2019, que autoriza as instituições de ensino superior (IES) a ampliar para até 40% a carga horária de educação a distância (EaD) em cursos presenciais de graduação, avaliando suas consequências e mobilizando a base para sua revogação.

10 - Que o GTPE em conjunto com o GTPCEGDS siga acompanhando e acumulando o debate sobre a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências com vias a combater o capacitismo.

11. Que o ANDES-SN, em consonância com os princípios do Caderno 2, continue a luta contra qualquer projeto de reestruturação do ensino médio numa perspectiva alinhada

com os interesses do grande capital, e, desta maneira, reforce a defesa de um ensino médio, público, de qualidade e socialmente referenciado.

TEXTO 23

Contribuição da Plenária da Adufms subseção Aquidauana

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

A Educação Especial é:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade (BRASIL, 2008).

Essa modalidade deve estar em todos os níveis e estes, com profissionais capacitados, formados que atendam a respeito as necessidades educativas dos estudantes com algum tipo de deficiência ou algum transtorno.

Sendo assim, o Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função de:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (BRASIL, 2008).

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei no 13.146/2015 no CAPÍTULO IV – Do Direito à Educação diz:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

Focamos no parágrafo único, os Institutos de Ensino Superior estão assegurando uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência? Existem professores de apoio com formação adequada e específica para o atendimento educacional especializado? Como as IES estão atuando na atualidade? Ainda estão precarizando os trabalhos oferecendo apoio educacional especializado a partir de bolsas estudantis para acadêmicos sem formação?

Vimos um grande avanço nas escolas públicas da educação básica no ensino comum, em disponibilizar/contratar profissionais com formação específica na educação especial, inicial ou continuada e com práticas educativas acessíveis e inclusivistas, porém, não podemos dizer o mesmo quanto as Instituições de Ensino Superior. Qual a dificuldade das IES de abrir concursos públicos para efetivar professores especializados na área da Educação Especial? Cada dia que passa as pessoas com deficiência tem galgado novos espaços de protagonismo, principalmente no que tange ao Ensino Superior.

TR - 23

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Em relação ao Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior Discutir e defender as ações afirmativas das IES em relação aos alunos com deficiência e com transtornos; profissionais com formação para o atendimento (professores de apoio); concursos públicos para profissionais na área da Educação Especial; capacitação e formação aos docentes dos IES para o Atendimento Educacional Especializado para os estudantes com deficiência; não aceitar alunos bolsistas (sem formação) para dar apoio à alunos com deficiência, pois a Educação Especial precisa de atenção especial também dos IES.

POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

O capitalismo dependente no Brasil não existiria sem o processo de colonização, um processo baseado na violência, no extermínio físico e cultural, na escravização de milhões de homens, mulheres, crianças indígenas e negras, que forjou as relações sociais e de poder, colocando sempre o lucro acima vida, seja por meio das expropriações e rapina de recursos naturais, seja por meio das expropriações atuais de direitos por meio de contrarreformas que aprofundam o processo de superexploração das(os) trabalhadoras(es). Assim como Ângela Davis, compreendemos que a classe social informa a raça; a raça informa a classe; gênero informa a classe; a sexualidade informa a classe. Assim, na nossa sociedade capitalista fundada em classes sociais, no patriarcado, no capacitismo, no racismo, na heteronormatividade, na LGBTI+fobia, não nos interessa enquanto lutadoras(es) sociais a hierarquização das categorias de análise e a hierarquização das lutas políticas, bem como uma análise fragmentada da realidade e a fragmentação das lutas.

A sociedade capitalista é moldada pela exploração e pela divisão social, que inclui aspectos de gênero e raça no âmbito do trabalho, também conhecido como reprodução social do trabalho. Recentemente, o trabalho invisível, predominantemente realizado por mulheres, ganhou destaque nacional, principalmente após ser abordado na redação do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Esse tipo de trabalho, se remunerado, poderia contribuir com aproximadamente 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Mulheres desempenham um papel significativo, sendo responsáveis por 75% do trabalho de cuidado não remunerado, totalizando mais de 12 bilhões de horas diárias em todo o mundo. Esse trabalho não remunerado representa 13% do PIB global, gerando 10,8 bilhões de dólares para a economia mundial, equivalentes a 50 trilhões de reais, três vezes mais que o setor de tecnologia global, conforme dados da Oxfam Brasil de 2020.

No contexto brasileiro, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) de 2016 a 2022 revela que as mulheres dedicam em média 21,3 horas semanais às tarefas domésticas, quase o dobro do tempo dedicado pelos homens (11,1 horas). Se todas essas horas fossem remuneradas, o PIB teria um aumento anual de 13,1%. Mesmo entre as trabalhadoras domésticas remuneradas, persistem disparidades significativas, especialmente em relação a salários, evidenciando a predominância de mulheres e negras.

Dados do Centro de Pesquisa em Macroeconomia da Desigualdade da Universidade de São Paulo (Made-USP), com base na Pnad Contínua do terceiro trimestre de 2022, revelam que as trabalhadoras domésticas remuneradas representam 92% do trabalho doméstico remunerado no Brasil, totalizando 5,4 milhões, sendo que 67% delas são negras. Essa realidade demonstra a acentuada disparidade e desigualdade social, de gênero e racial no país, mesmo quando é garantido o salário.

Como parte da estruturação do modo de produção capitalista, essas expressões específicas conformam o Estado moderno, como afirma Heleieth Saffioti. Como Lélia Gonzalez nos ensina, as encruzilhadas do racismo e do sexismo vão gerar profundas violências, porém específicas para as mulheres negras, com uma naturalização da subalternização em determinado lugar social, que é o da servidão. Esse lugar de servidão é diferente em relação à mulher branca, pois para as mulheres negras, desde sempre, o direito à maternagem, à família, aos cuidados e até ao seu corpo têm sido historicamente negados.

É preciso afirmar que o conjunto da classe trabalhadora oprimida tem cor, gênero, classe social, identidade e território. Essas são afirmações que devem ser sempre ressaltadas, principalmente em uma conjuntura como a que vivemos, sob uma longa crise do capitalismo, que tem gerado consequências duríssimas para os povos oprimidos e explorados. Isso porque todas as tentativas de recuperação econômica têm sido acompanhadas pela retirada de direitos, aprofundamento da exploração, criação de novos mecanismos de dominação, criminalização e fortes investidas contra territórios e povos tradicionais, com vistas à apropriação de recursos naturais, em um processo constante de genocídio dos povos indígenas e negros, seja diretamente pela bala do Estado, pela falta de políticas públicas de garantia da vida ou pela ação da caneta de políticos brasileiros.

Destacamos que mesmo com os inúmeros ataques à nossa classe, importantes lutas mundiais e, em especial, na América Latina, vem sendo travadas. Vemos milhões de jovens, mulheres e cada vez mais trabalhadoras e trabalhadores lutando. Os movimentos contra a opressão, a crise do custo de vida e a crise climática, dentre outras, confrontam-se cada vez mais com os limites do sistema capitalista. Vale destacar que na América Latina concentram-se 2/3 dos assassinatos de defensores de direitos humanos e ambientais, sendo Colômbia e Brasil responsáveis por mais de 70% dos registros. Não nos esqueçamos de Bertha Cárcel, Macarena Valdez e de uma dor que não se cala em nós e que, após 5 anos, ainda exige respostas: **QUEM MANDOU MATAR MARIELLE FRANCO?**

Outro ponto importante a destacar é a violência política de gênero e racista, que tem crescido em número e gravidade no Brasil nos últimos anos, e o modo como vem atacando docentes, estudantes e técnicas(os) nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs. É fundamental enfrentarmos essas violências e pautar, via os setores das IFES e IEES/IMES, nossas reivindicações salariais e de carreira, pois os assédios moral e sexual, o racismo, o capacitismo, a LGBTI+fobia e o machismo são também responsáveis por nosso adoecimento e impactam diretamente na produção de conhecimento acadêmico.

Destacamos, também, como elemento importante da conjuntura, a violência policial, que vem sendo a tônica dos últimos anos. Além de matar a juventude negra e periférica, esse projeto de segurança pública é responsável pelo encarceramento em massa do nosso povo. O Brasil possui a 3ª maior população carcerária do mundo, resultado da política perpetrada historicamente pelo Estado, fundamentado na Lei antidrogas que potencializou o encarceramento, aprofundando o processo de criminalização do povo negro e pobre. Não há reconhecimento de direitos para os encarcerados, são tidos como “indesejados”. Importante registrar que o Capitalismo lucra com o encarceramento, sustentando-se no discurso de que “bandido bom é bandido morto”, fortalecendo a lógica de que a carne negra é a carne mais barata do mercado. Para o Capitalismo é melhor encarcerar do que investir em educação, é urgente pensarmos e formularmos outra política de segurança pública. Nesse contexto, o Decreto 11.498, que modificou o Decreto 8.874 de 2016, assinado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin em abril, estabelece as condições para a aprovação de investimentos em infraestrutura considerados prioritários

pelo governo federal. O sistema prisional foi destacado como uma das principais prioridades governamentais, inclusive autorizando a emissão de debêntures — títulos de dívida que conferem direitos de crédito aos investidores — para viabilizar que empresas obtenham recursos no mercado de capitais visando à construção de presídios. Por receberem estímulo por parte da União, esses títulos proporcionam benefícios fiscais. Em outras palavras, a privatização das prisões tende a agravar a situação do encarceramento em massa da população negra no país. Colocar o lucro acima da vida e da dignidade das pessoas privadas de liberdade é uma luta antirracista e anticapitalista.

No âmbito da educação superior, a quantidade de docentes das IES públicas, de acordo com o Censo de 2021 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), totaliza cerca de 184.307 docentes, 55.2% são homens e 44.8% são mulheres. Em relação à raça, 46.3% se autodeclararam brancas, 14.2% pardas, 2.6% pretas, 1.1% amarelas e cerca de 0.2% indígenas e 35.6% não se autodeclararam. Pesquisa da Andifes (2018) revela que pessoas transgêneras representam apenas 0,8% dos estudantes em instituições públicas de ensino superior, sendo 0,1% de Mulheres Trans, 0,1% de Homens Trans e 0,6% de pessoas não-binárias, contudo a categoria travesti não é usada na pesquisa. Esses números reforçam que ainda temos muito que lutar para atingir a metade de docentes mulheres e, evidentemente, devemos avançar nas políticas de reparação étnica e racial, de negras(os), indígenas e travestis, transexuais e transgêneras(os).

Neste sentido, na defesa de uma educação com perspectiva feminista, antirracista, anticapacitista, antilgbtfóbica e que garanta as liberdades democráticas urge enfrentarmos a violência política de gênero e racista! Nossas(os) companheiras(os) que estão nos espaços públicos, nas direções dos movimentos sociais, são alvos da extrema direita. Enfrentar institucionalmente a violência política de gênero, racista e o capacitismo, é garantir a vida das(os) companheiras(os) que ousam lutar e disputar os espaços de poder defendendo nossas bandeiras e pautas.

Dentre elas, a luta anticapacitista, luta esta que traz diversas formas: do debate sobre o trabalho de cuidado generificado, racializado, bem como dimensões de acessibilidade em sentido amplo, o que abarca a importância da luta anticapacitista no debate sobre acesso, permanência e participação ativa nos espaços políticos. A acessibilidade deve ser entendida como a possibilidade de alcance e utilização, com autonomia, de todos os espaços, meios e instrumentos para ser, de fato, realizada.

Ainda que tenhamos alguns avanços a partir da luta anticapacitista no que se refere ao acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação, é nossa tarefa construirmos a ampliação dos debates e ações que tragam os acúmulos sobre as deficiências e o impacto da exploração capitalista para as pessoas com deficiência, estereotipados como corpos indesejados. Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, em 2019, 16,6% da população brasileira com deficiência possuía ensino médio completo ou superior incompleto, contra 37,2% das pessoas sem deficiência. Também se constatou que mais de 67,6% da população com alguma deficiência não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, entre as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas, o índice era de 30,9%. Faz-se urgente a continuidade da construção da luta anticapacitista em nosso sindicato, na defesa da aprovação da lei de cotas para PCD e também na efetividade de instrumentos normativos já aprovados, como os artigos 34 e 36 do Estatuto da pessoa com deficiência.

Nesta direção, é fundamental intensificarmos a luta pela efetiva implementação e ampliação da lei de cotas, tanto no que se refere ao ingresso nas Universidades, IFs e CEFETs quanto nos concursos públicos, incluindo travestis, transexuais e transgêneras(os). Ao mesmo tempo, é fundamental ampliarmos o debate sobre as cotas, construindo e apoiando ações de combate às diferentes formas de fraudar a lei.

Além disso, precisamos fortalecer a luta por políticas de assistência e permanência nas IES, pois não basta o ingresso, é necessário condições para que as(os) alunas(os) cotistas e as(os) docentes negras(os) e transgêneras(os) consigam permanecer e realizar com dignidade sua jornada de estudo e/ou trabalho. Nesse sentido, a luta por assistência e permanência deve estar articulada com a luta pela recomposição orçamentária e pela valorização da carreira docente.

RESOLUÇÕES DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SN

I – POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 41º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Que o Andes-SN realize pesquisas sobre a constituição de sua base, considerando:
 - 1.1. a constituição étnico-racial e as formas de realização de concursos públicos para a implementação das cotas docentes, em cumprimento à Lei nº 12.990/2014, pelas Universidades, Institutos Federais e CEFETs, bem como sobre as legislações correlatas no âmbito das IEES-IMES;*
 - 1.2. recortes de orientação sexual e identidade de gênero;*
 - 1.3. pessoas com deficiência.**
- 2. Que o ANDES-SN, através dos GTPCEGDS, GTPFS, GTPAUA, regionais e das seções sindicais, fomenta debate e formações sobre a proteção e autoproteção da(o)s militantes.*
- 3. Que o ANDES-SN realize, em 2023, o III Seminário Nacional Integrado, organizado pelo GTPE e GTPCEGDS, no segundo semestre de 2023, que inclua: painel sobre a luta das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista no âmbito do Sindicato; o V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; o IV Seminário Nacional de Diversidade Sexual e o V Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas do ANDES-SN.*
- 4. Que o ANDES-SN realize, nos dias 31 de março a 1º de abril, na UFPA, organizado pelo GTPAUA e pelo GTPCEGDS, o III Seminário Intercultural. Aprovado no 39º Congresso, o seminário deve contemplar a discussão socioambiental a partir dos debates sobre a transição socialista das matrizes energéticas e tecnológicas, articulando perspectivas de classe, gênero, raça, orientação sexual, etarismo e origem nacional.*
- 5. Incorporar o dia 26 de setembro, Dia Nacional do(a)s Surdo(a)s, como agenda de luta e ações de nosso sindicato nacional na agenda de lutas do ANDES-SN.*
- 6. Incorporar o dia 25 de novembro, Dia Internacional de Luta contra a violência cometida contra as mulheres, na agenda de lutas do ANDES-SN.*
- 7. Incorporar na agenda de luta nacional o dia 28 de janeiro Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.*
- 8. 24/05 - Dia Nacional dos Povos Ciganos.*
- 9. Que o ANDES-SN inclua os povos ciganos e imigrantes refugiado(a)s como parte de suas discussões e ações de políticas étnico-raciais e de classe.*
- 10. Que o ANDES-SN se mobilize pela implementação de políticas afirmativas específicas de ingresso e permanência da população indígena e quilombola na graduação e pós-graduação nas IES.*
- 11. Que o ANDES-SN fomenta a luta por abertura de concursos para docentes das licenciaturas indígenas.*
- 12. Que o ANDES-SN fomenta a luta por vagas para indígenas nos concursos para docentes e técnicos nas IES.*
- 13. Que o ANDES-SN, em conjunto com movimentos sociais, organizações ou entidades sindicais:
 - a) participe da luta realizada por organizações dos povos ciganos e imigrantes refugiado(a)s pela sua inclusão em pesquisas, estudos e levantamentos realizados pelo IBGE, SUS e demais órgãos e sistemas públicos;*
 - b) fortaleça a luta realizada por organizações LGBTQIAP+ pela inclusão dessa população em pesquisas, estudos e levantamentos realizados pelo IBGE, SUS e demais órgãos e sistemas públicos;**

c) participe da luta das pessoas com deficiência para realização de Censo Estatístico para produção de dados sobre gênero, idade, classe, escolaridade, raça/etnia, território geográfico, orientação sexual e identidade de gênero;

d) participe da luta realizada pelos movimentos em prol do desencarceramento;

e) promova um seminário nacional sobre abolicionismos penais, poder punitivo e sistema de justiça criminal visando instaurar um debate aprofundado sobre esse tema;

f) revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, para retomada da disponibilização do orçamento público para as temáticas sociais.

14. Que as Seções Sindicais pautem debates sobre paridade de gênero e ações afirmativas para alterações regimentais na composição de chapas para diretorias, conselhos fiscais e de representantes, bem como a delegação para Congressos do ANDES-SN.

15. Que as Seções Sindicais estimulem o debate para a ampliação da presença de docentes negro(a)s, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIAP+ na composição de chapas para diretorias e conselhos de representantes, bem como na delegação para Congressos do ANDES-SN.

16. Que, nos cursos de formação sindical promovidos pelo ANDES-SN, faça-se a articulação entre a luta de classes, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, pessoas com deficiência, ambiente e diversidade étnica da população brasileira.

17. Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais realizem atividades, elaborem e produzam materiais que discutam a descriminalização e a legalização das drogas, na perspectiva de sua relação com a criminalização da pobreza, o genocídio da juventude negra e o aumento do encarceramento feminino.

18. Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais realizem atividades, elaborem e produzam materiais sobre o combate ao capacitismo atravessado por outros marcadores sociais, como raça, classe, etnia, escolaridade, orientação sexual e identidade de gênero.

19. Que as seções sindicais pautem a necessidade do registro da etnia cigana e das outras comunidades tradicionais como quilombolas, caboclos, caiçaras, ribeirinhas, extrativistas, jangadeiras, de pescadores, comunidades de fundo de pasto nos documentos que as universidades públicas utilizem para identificar as comunidades das IFES e IEES-IMES.

20. Diante do exposto, considerando que o PL 478/2007 retornará a Comissão em 2023, o 41º Congresso do ANDES delibera:

20.1. Que o GTPCEGDS e o GTPFS desenvolvam ações conjuntas de formação referente a justiça reprodutiva;

20.2. Que o ANDES-SN produza, e oriente suas seções sindicais a produzirem, materiais de mídia no decorrer do ano de 2023 de combate a PL 478/2007.

Recomendação: Que o III Seminário Integrado do ANDES-SN, organizado pelo GTPCEGDS tenha em sua programação o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, justiça reprodutiva.

21. Que o ANDES-SN e as SSind reforcem a continuidade da implementação em todas as suas instâncias, e incentive nas Seções Sindicais a proposição de discussões e resoluções que combatam todas as formas de capacitismo.

22. Que o ANDES-SN e as SSind garantam acessibilidade, de todas as ordens e para qualquer pessoa que dela necessitar, na sua página (site) e em todos os seus eventos, desde o processo de inscrição, programação e materiais de consulta.

23. Que as Seções Sindicais cobrem das Universidades, Institutos Federais e CEFETs o levantamento de dados sobre pessoas com deficiência e transtornos globais desenvolvimento existentes nas instituições, bem como ações institucionais que visem a perspectiva de inclusão social e laboral e o combate ao capacitismo e que esses dados sejam enviados à diretoria nacional.

Recomendação: Que o GTPCEGDS promova atividades que visem aprofundar a compreensão sobre a comunidade e políticas voltadas à pessoas com deficiência, transtorno de desenvolvimento global e Transtorno do Espectro Autista (TEA), altas habilidades ou super dotação, que impactem a política do ANDES-SN e as ações no âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFETs.

TR - 24

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, em conjunto com suas seções sindicais e secretarias regionais, intensifique os debates sobre os abolicionismos penais e práticas antipunitivistas, e, onde

seja possível, participe e construa ações e atividades com os movimentos e frentes que lutam pelo fim do encarceramento em massa;

2. Que o ANDES-SN, em conjunto com a suas seções sindicais, ingresse em campanhas contra a privatização do sistema prisional brasileiro;

3. Que o GTPCEGDS e o GTPFS façam reunião conjunta pautando o tema dos abolicionismos penais e da luta pelo desencarceramento, como espaço de fortalecimento da luta antirracista e de combate ao projeto de segurança pública pautado no genocídio da juventude negra e no punitivismo penal;

4. Que o ANDES-SN considere, para o acúmulo do debate, as contribuições do feminismo abolicionista, do feminismo decolonial, dentre outras perspectivas – contribuições para combater a violência e pensar alternativas para superar as opressões e a lógica punitivista;

5. Que o GTPCEGDS, GTPE e GTPFS façam reunião conjunta pautando a luta das mulheres Ciganas, indígenas e negras nas Universidades, IFs e CEFETs, garantindo o seu protagonismo nas lutas;

6. Que o ANDES-SN, em articulação com suas secretarias regionais e seções sindicais, intensifique a luta por garantia de acessibilidade e permanência das pessoas com deficiência na educação superior;

7. Que o ANDES-SN, em conjunto com as suas secretarias regionais e seções sindicais, lute pela garantia dos artigos 34 e 36 do estatuto das pessoas com deficiência, que exige que as Universidades, IFs e CEFETs deem estrutura de trabalho, material didático e auxílio para servidoras(es) e estudantes com deficiência;

8. Que o ANDES-SN, em conjunto com suas secretarias regionais e seções sindicais, em suas atividades formativas, considere as questões étnico-raciais, de sexualidade e de gênero na luta anticapacitista, dando protagonismo para as pessoas com deficiência nos nossos espaços;

9. Que o ANDES-SN intensifique a luta por políticas da permanência para crianças e adolescentes com deficiência na educação básica e estudantes com deficiência na graduação e pós-graduação;

10. Que o ANDES-SN intensifique as lutas pela garantia de cotas para as pessoas com deficiência (projeto de lei 3318/23);

11. Que o ANDES-SN defenda e lute por políticas de Estado e de Universidades, IFs e CEFETs que garantam cotas para a população de travestis, transexuais e transgêneras(os) no ingresso à educação superior;

12. Defender e lutar por políticas de Estado que garantam cotas para a população Cigana no ingresso à educação superior;

13. Intensificar a luta por reparação e ações afirmativas, pela manutenção/renovação e ampliação da lei 12.990/14 para ingresso nas IES e nos concursos públicos;

14. Lutar por e defender o atendimento psicológico garantido pelas Universidades, IFs e CEFET aos(às) docentes em situação de vulnerabilidade e/ou passaram por situações de violências;

15. Intensificar a luta pela garantia das comissões de heteroidentificação;

16. Defender e lutar pelos Cursos de Licenciatura Intercultural, Curso de Licenciatura Quilombola, pela garantia de orçamento e funcionamento das Licenciaturas Indígenas, respeitando as dinâmicas sociais das diferentes etnias indígenas e quilombolas;

17. Que o ANDES-SN divulgue os trabalhos de intelectuais com deficiência, negras(os), indígenas, de mulheres, LGBTI+ que constroem a luta de classes, contra as opressões e em defesa da Universidade pública, gratuita, laica, diversa e com orçamento público;
18. Que o ANDES-SN lute pela implementação de protocolos de acolhimento e de combate ao assédio moral e sexual nas Universidades, IFs e CEFETs, lutando também para que estes protocolos considerem a interseccionalidade em suas marcações de classe, racial, de gênero, sexualidade, xenofobia dentre outros atravessamentos;
19. Que o GTPCEGDS, em conjunto com os setores das IFES, IEES/IMES, construa protocolo de prevenção e combate aos assédios moral e sexual, Racismo, LGBTfobia, e capacitismo para compor nossa pauta na luta por carreira e salários junto aos Governos Federal, Estadual e Municipal, ANDIFES, ABRUEM, Condicap e Conif;
20. Que o GTPCEGDS, em conjunto com o GTPFS e GTPE, aprofunde o debate sobre a Lei de Alienação Parental e suas consequências;
21. Que o ANDES-SN em suas atividades formativas e produção de materiais sinalize a defesa de um feminismo que dialogue com a classe trabalhadora, que seja interseccional, que pautar a nossa ancestralidade, a luta anticapitalista, que pense o feminismo negro abolicionista e antipunitivista; um feminismo que defenda as pautas das mulheres e meninas(es) com deficiência, negras, indígenas, LBT; ciganas;
22. Que o ANDES-SN intensifique a prevenção e combate a violência de gênero e sexualidade nos espaços do sindicato.

TEXTO 25

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Simone Aparecida Lisniowski (Adunb), Cristina Azra Barrenechea (Adunb), Fátima Aparecida dos Santos (Adunb), Teresa Cristina Jardim de Santa Cruz Oliveira (Adunb), Andrea Campos de Sá (Adunb), Daniela Fávaro Garrossini (Adunb), Patrícia Cristina Pinheiro (Adunb), Michelli Pereira da Costa (Adunb), Eliene Novaes Rocha (Adunb), Thiago Sebastião de Melo (Adunb), Muna Muhammad Odeh

LUTAR POR UMA AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL PARA PROTEGER CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PERANTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

TEXTO DE APOIO

A Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, conhecida como Lei da Alienação Parental, definiu alienação parental e apontou exemplos de condutas que assim seriam consideradas. A introdução do conceito no ordenamento jurídico brasileiro se deu de maneira acrítica, sem levar em conta as ponderações quanto à falta de cientificidade e ao viés sexista da síndrome da alienação parental (SAP) categorizada por Richard Gardner, um psiquiatra estadunidense.

Os esforços da recente democratização brasileira por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – primeira legislação baseada na proteção integral da infância e adolescência na América Latina, inspirada na Declaração Universal dos Direitos da Criança e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, sofrem um retrocesso. Isso porque a Lei 12.318. vai na contramão dos esforços de proteção integral. Se um relato de abuso sexual não resulta em condenação penal é considerado indício de má-fé ou “alienação parental”. Dessa forma, a legislação encoraja o silêncio dos agentes de proteção à infância, sobretudo das mães. A jurista portuguesa Maria Clara Sottomayor, em “Uma Análise Crítica da Síndrome de Alienação Parental e os Riscos da sua Utilização nos Tribunais de Família” (2011) destaca a fragilização da criança ao condicionar sua proteção, pelas Varas da Família, à condenação criminal do agressor. Propõe o abandono do pseudoconceito de “alienação parental” e a prioridade da proteção à criança (*in dubio pro vitima*).

Em vigor há 13 anos, a lei também tem contribuído para o acirramento dos conflitos familiares, mesmo nos casos em que não há acusação criminal. Fragiliza a proteção e garantia de direitos, ao deslegitimar a atuação do(a) genitor(a) de referência, que acompanha a rotina da criança – geralmente a mãe – como potencial “alienadora”. Observa-se, inclusive, o uso de acusações de “alienação parental” como retaliação em processo de cobrança de alimentos, ou mesmo de mera discordância familiar, além da consagrada estratégia de defesa em casos de acusação de violência doméstica.

O argumento de que a lei contribuiria para redução do conflito e preservação dos filhos, um dos fundamentos para sua aprovação, revelou-se completamente incorreto. O que se observou, durante a vigência, foi a multiplicação dos processos judiciais. A sobrecarga nas Varas de Família se tornou de tal modo insustentável, que a legislação foi alterada para prever a figura do “perito *ad hoc*”, designado pelo tribunal e pago pelas partes, uma vez que a estrutura pública é insuficiente para dar conta do avassalador aumento da demanda por perícias. Tal mudança não atacou, porém, a raiz do problema, e impôs às famílias sanções financeiras que, em última instância, prejudicam a própria criança, enquanto dependente econômica. Há potencial conflito de interesses entre os atores do Direito Familiarista (advogados, associações e peritos) uma vez que a multiplicação dos processos implicou um aumento exponencial da demanda por seus serviços.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, manifesta, no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, preocupação com o uso reiterado e contínuo da Lei 12.318 para coibir denúncias de violência doméstica e direcionar o olhar dos operadores do direito de modo a revitimizar as mulheres mães, que são majoritariamente as acusadas de impedirem seus filhos de conviverem com os pais.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Consórcio Maria da Penha contra Todas as Formas de Violência contra as Mulheres, entre outros órgãos, conselhos e coletivos, já lançaram notas pedindo a revogação da Lei e a proibição da expressão “alienação parental”.

A Lei 12.318 não dialoga com as leis de proteção à infância porque é adultocêntrica e fundamentada em paradigmas obscurantistas que enxergam as crianças como uma propriedade do poder pátrio. Abre brechas para a impunidade de agressores, inclusive predadores sexuais, e dificulta a ruptura do ciclo de violência doméstica e familiar.

Na sua aplicação da Lei 12.318 consolidou práticas abusivas em prejuízo de crianças e adolescentes, mas também em prejuízo desproporcional às mulheres, como vem

afirmando a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a igualdade de gênero, Reem Al Salem. A Relatora afirma que a Lei 12.318 conflita com compromissos internacionais firmados pelo País, notadamente a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW).

Em seu compromisso com a ciência, com políticas públicas baseadas em evidências, com a igualdade de gênero e a proteção integral à infância, os/as docentes universitários/as manifestam sua solidariedade a todas as mulheres e crianças vítimas da Lei 12.318 e do conceito pseudocientífico de “alienação parental”, que invalida os sentimentos e percepções das crianças, seus testemunhos e experiências, bem como, em especial, às professoras que vivenciam acusações de “alienação parental”. Reafirmam a voz majoritária da comunidade científica quanto à fragilidade e inadequação do conceito de “alienação parental” e seus pressupostos, e encorajam a realização de pesquisas, pautada em critérios científicos, sobre a violência doméstica e as relações infrafamiliares.

Considerando o compromisso do Andes - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior com a igualdade de gênero mediante o enfrentamento e a todas as formas de discriminação e violência, em especial no âmbito das universidades, **pedimos que, como confederação sindical, proponha no STF uma ação de inconstitucionalidade da Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, por ofensa às garantias e direitos constitucionais previstos nos artigos 3º, IV, 5º, I, 226, § 8º, e 227, caput, da Constituição da República.**

TR - 25

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Trabalhar junto às Confederações e Partidos Políticos p mover uma Ação de Inconstitucionalidade da Lei de Alienação Parental no STF.
2. Representar a categoria como Amicus Curi dessa Ação de Inconstitucionalidade da Lei de Alienação Parental movida por uma Confederação ou Partido Político no STF;
3. Trabalhar junto ao Supremo Tribunal Federal para aceitar e analisar o mérito da Ação de Inconstitucionalidade contra a Lei da Alienação Parental.
4. Construir junto com a base da nossa categoria, discussões qualificadas sobre as violações de direitos de proteção da infância e das mulheres ocorridas nas brechas abertas pela Lei de Alienação Parental.
5. Trabalhar junto aos órgãos de proteção à infância e de proteção às mulheres para a proposição de políticas públicas que reconheçam as vulnerabilidades produzidas pela lei da alienação parental e possam atender aos segmentos vulnerabilizados.

HIP HOP E UNIVERSIDADES PÚBLICAS

TEXTO DE APOIO

Em 11 de agosto de 2023, o movimento hip hop completou 50 anos de existência. Nascido no Bronx, bairro de Nova York - Estados Unidos, o movimento ganhou projeção mundial, à medida que o cinema o incorporou por meio de filmes como *Wild Style*, *Beat Street*, *Style Wars*, *Break Dance*, *Flashdance*. Esse movimento das periferias para as telas de cinema possibilitou sua internacionalização de modo que a cultura hip hop, hoje, se encontra na grande maioria dos países, sobretudo nos subdesenvolvidos.

A internacionalização do hip hop, muitas vezes, é confundida com o imperialismo cultural estadunidense, principalmente para quem não acompanha as discussões sobre classe e raça no contexto desse país imperialista. O primeiro equívoco é achar que o hip hop é uma cultura oficial dos Estados Unidos. Muito pelo contrário, o hip hop é, ainda hoje, a cultura de resistência de um povo, em sua grande maioria composto por negros, marginalizados, alvos da polícia e excluídos dos privilégios da branquitude ocidental.

Por mais que o hip hop e o rap, em específico, tenham propiciado que muitos artistas conseguissem romper a barreira econômica e se tornarem milionários, esse número ainda é ínfimo, se comparado com artistas de outros estilos culturais e, principalmente, se se considerar o conjunto das pessoas que articulam o movimento hip hop.

O segundo equívoco que se desdobra do primeiro é entendê-lo como um movimento cultural com procedimentos estéticos fechados, cuja função seria o de padronizar diferentes culturas ao modelo cultural estadunidense. Longe disso, o hip hop nasceu como um movimento dialógico, cujos artistas alteram seus procedimentos estéticos em menor ou maior grau, à medida que o hip hop entra em contato com novas culturas. A exemplo disso, o rapper cearense Rapadura Xique-Chico produz um rap com misturas de Maracatu e outros estilos musicais nordestinos; o rap no Rio de Janeiro nasceu com um estilo muito brasileiro, que se popularizou como funk.

Internacionalista e dialógico, o hip hop é a expressão cultural de muitos adolescentes, jovens e adultos que ainda vivem marginalizados, na pobreza e alvos do abuso policial. Há, nesse movimento cultural, elementos essenciais, que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, como poesia, linguística, geografia, história, direito, música, sociologia, antropologia, ciências sociais, pedagogia etc. Como ainda as Universidades Brasileiras limitam-se a um modelo educacional eurocêntrico e, portanto, oriundo do modelo colonialista, o hip hop, infelizmente, não tem sido incorporado nessas diferentes áreas do saber.

Para que, de fato, o hip hop adentre os muros das IES, dois pressupostos são fundamentais: o primeiro é de perspectiva – não é o hip hop que precisa da Universidade, mas a Universidade é que precisa do hip hop. Nesses 50 anos de existência e resistência, o hip hop criou códigos, posturas e princípios para lidar com a exclusão e a marginalização de seus membros. O hip hop é marginal e ele não quer deixar de ser,

enquanto vivermos numa sociedade capitalista. Para dialogar com o hip hop, é a Universidade brasileira que precisa se marginalizar, o que demanda uma postura de humildade e compromisso. O segundo pressuposto é de postura ética – o hip hop não pode ser tratado como objeto do conhecimento, mas como sujeito. Isso implica a postura ética da Universidade, de se propor a oferecer condições materiais para que esses sujeitos que produzem conhecimento continuem a atuar como produtores do saber marginal.

TR - 26

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Articular junto ao Ministério da Educação e Ministério de Ciências e Tecnologias uma agenda de reunião junto à Comissão Nacional dos 50 anos de Hip Hop para discutir sobre projetos e editais de incentivo voltados à pesquisa, ensino e extensão tematizando a cultura Hip Hop;
2. Criação de um programa ou secretaria dentro da ANDES que estimule ações nos sindicatos filiados para a promoção de ações da cultura hip hop;
3. Incentivar nos eventos do ANDES e das Seções Sindicais a contratação de espetáculos feitos por artistas do hip hop.

TEXTO 27

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Roberto Ramos (Apruma), Nádia Socorro Fialho Nascimento (Adufpa), José Domingues de Godoi Filho (Adufmat), Marco Aurélio Mello, Herrmann Miller (Apufpr).

AGROTÓXICOS

TEXTO DE APOIO

Com uma população de baixa renda de 62,5 milhões de habitantes o Brasil tem escolhido políticas que vão na contramão da saúde e meio ambiente. A exploração dos recursos de forma desastrosa, mostra suas consequências, como uma criança que não quer parar de gritar. O uso irracional de agrotóxicos no país causou mais de 92 mil intoxicações entre os anos de 2007 a 2022 (Ministério da Saúde Datasus). O modelo de agronegócio, de monocultivo e produção de commodities para exportação, altamente dependente do uso de agrotóxicos, promove uma necropolítica que expulsa os povos tradicionais, os quilombolas e indígenas de suas terras, monopoliza as águas e gera violência e mortes no campo. Um dos problemas de contaminação mais séria é a deriva causada pela aplicação aérea de agrotóxicos, que deve ser enfrentada nesta luta contra a necropolítica estabelecida no Brasil após a revolução verde. A deriva é o efeito que trata de espalhar além do alvo, os venenos lançados por aviões para controle de pragas e doenças. Uma das consequências deste efeito causado pela aplicação de inseticidas é a morte de milhares de abelhas no Brasil. O estado do Ceará teve seu protagonismo na proibição da pulverização aérea de agrotóxicos, mas na maioria dos estados brasileiros esta proibição não existe. Enquanto isso, na União Europeia desde 2009 está proibida a pulverização aérea. Em

estados como Mato Grosso, São Paulo e Paraná esta dificuldade de proibição é ainda maior devido ao agronegócio. O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos e mantém esta posição desde 2008, com 3.162 agrotóxicos registrados para uso, até 2023 (Ministério da Agricultura e Pecuária). O argumento utilizado é de que o clima tropical no Brasil exige o uso exacerbado de agrotóxicos, mas na outra ponta a agroecologia mostra o inverso, com a produção de alimento saudável, sem intoxicação ou contaminação. A agroecologia é a forma de prevenção, proteção e promoção da saúde das populações.

TR - 27

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. É urgente estabelecer uma meta a curto prazo para que os agrotóxicos proibidos na união europeia, sejam proibidos no Brasil. É urgente que a pulverização aérea seja proibida em todos os estados brasileiros para proteção dos seres humanos, fauna e flora. O ANDES SN deve pautar a luta em eventos dos Gtpaua. Apoiar financeiramente os movimentos sociais que lutam por esta pauta. Fazer um caderno com o tema construído com os gtpauas e ads das diferentes regionais. Participar da mobilização em defesa da Ação Direta de Inconstitucionalidade –ADI 5553 para acabar com as isenções fiscais dos agrotóxicos. O pagamento de impostos pelas empresas produtoras de agrotóxicos deve ser obrigatório e os impostos devem ser revertidos para os programas de rastreamento dos venenos nos trabalhadores diretos desta cadeia, na água, e nos alimentos. Sugere-se ao ANDES/SN pautar a luta em eventos dos Gtpaua e propor seminários nacionais nesta problemática de saúde pública.

TEXTO 28

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s da Apufpr: Lafaiete Santos Neves, Andréa Caldas, Roberto Gonçalves Barbosa, Maria Suely Soares, Vera Lúcia Anunciação, Herrmann Vinicius de Oliveira Mueller, Geraldo Balduino Horn e Cláudia Mendes Campos

TARIFA ZERO NO TRANSPORTE COLETIVO

TEXTO DE APOIO

A deputada federal Luiza Erundina – PSOL, conseguiu aprovar e colocar no artigo 6.º da Constituição Federal, o transporte coletivo como um bem social, equiparado à saúde e educação, logo, com direito à gratuidade.

E uma grande conquista que dará a milhares de trabalhadores o direito Constitucional de ir e vir, de se apropriar da sua cidade, rompendo os grilhões a que estão presos, podendo conhecer hoje apenas o local de moradia e trabalho. E vai muito além disso, fará uma economia significativa na renda familiar que será usada na aquisição de alimentos para melhorar a qualidade de vida de milhares de famílias em nosso país.

TR - 28

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN, comprometido há décadas com as lutas dos trabalhadores, lutará pela implantação imediata da Tarifa Zero no transporte coletivo no país.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Em 2019, em meio ao anúncio de cortes nos orçamentos das universidades públicas, ao negacionismo científico, ao avanço do projeto ‘Escola sem Partido’ e à tentativa de implementação do Programa Future-se pelo ex-governo de Jair Bolsonaro, dados internacionais compilados pela Clarivate Analytics, a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), revelaram que aproximadamente 90% da produção científica brasileira ocorre em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Os dados também evidenciaram que, no período de 2013 a 2018, das 50 instituições que mais publicaram artigos científicos, 44 são universidades mantidas com recursos públicos, destacando a significativa contribuição das IES públicas para o desenvolvimento científico do país. Naquele momento, os inúmeros ataques à educação e à Ciência adotados pelo governo de Bolsonaro-Mourão durante toda a gestão revelaram um projeto de combate ao conhecimento, típico de regimes autoritários e que, evidentemente, ignorou a contribuição e a produção científica geradas pelas IES, às vésperas da pandemia de COVID-19, já em 2020.

Contraditoriamente, o modelo de universidade pública focado na pesquisa tem afetado de maneira desigual a categoria docente. A lógica produtivista interfere diretamente nas questões da carreira, pois favorece “centros de excelência”, desarticulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão que formam o tripé que sustenta a universidade, quebrando o princípio da indissociabilidade, essência do fazer acadêmico. Juntamente com a lógica produtivista, a redução do quadro e a sobrecarga docente associam-se a uma gestão corporativa e não democrática dentro das IES, que pressiona grande parte da categoria para a “quantificação” e o ranqueamento do trabalho docente, resultando em ambientes competitivos e substituindo a lógica colaborativa do fazer docente. Adicionalmente, o notório crescimento da iniciativa privada nas IES, por meio da cooperação ou convênios entre universidade e fundações privadas, o avanço dos fundos patrimoniais, das novas Pró-Reitorias de “Inovação e Empreendedorismo”, colocam em xeque o caráter público da universidade brasileira.

Nesse contexto, a lógica produtivista prejudica o ensino e a extensão em favor da pesquisa e gradativamente intensifica-se a ideologia neoliberal na categoria, impulsionada por políticas de bonificação (gratificações e prêmios) em detrimento às políticas salariais, além da priorização de disciplinas de empreendedorismo e da busca por recursos externos à universidade, incluindo parcerias com empresas.

Dentro deste panorama, a mercantilização da Ciência, com uma abordagem neoliberal também vista na Capes, envolve a padronização de processos de avaliação e a influência das empresas que gerenciam periódicos *open access*. O conjunto dessas iniciativas leva a ataques à carreira acadêmica, pois o aumento na alocação de recursos destinados à Capes para revistas e periódicos *open access* pressionam a categoria docente para este modelo de mercado da produção do conhecimento científico. A lógica financeira manifesta-se na cultura produtivista, intensificada pela Lei 13.243/2016 (Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação - MLCTI), que estabelece critérios de excelência baseados em percentuais de ranqueamento, estimulando a crescente ênfase em práticas individuais e meritocráticas, como evidenciado na avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes, em contraste com a diminuição de práticas coletivas. A competição, influenciada, por exemplo, pelas bolsas de produtividade (PQ), em conjunto com as propostas de extinção do Qualis e a adoção de índices de impacto, afeta especialmente as Ciências Humanas e Sociais. Convergentemente, para alimentar esse mercado, o uso do assédio moral torna-se uma prática de pressão cada vez mais comum por chefias de departamentos ou equivalentes e coordenações de cursos de pós-graduação, além dos assédios e perseguições institucionais combinados com a questão de gênero, que promovem ainda mais assimetrias e desigualdades dentro da categoria docente, dividindo-nos em “produtivos” e “improdutivos”.

Neste sentido, buscando conhecer e mapear essas situações nas IFES de atuação do ANDES-SN, o 41º CONGRESSO deliberou e o 66º CONAD aprovou:

“9. Que as seções sindicais realizem um mapeamento da implementação do MLCTI nas IES e intensifiquem a luta pela revogação das normas que o regulamentam e implementam nas instituições.” (Campina Grande/PB, 14 a 16/07/2023)

Assim, na primeira reunião ordinária após o 66º CONAD, em outubro de 2023, o GTCeT pautou e iniciou o primeiro levantamento sobre a implementação do MLCTI nas IES, onde percebe-se diretamente um padrão de avanço das tentativas de mercadorização e da potencialização de uma cultura mercantilista como base da produção científica brasileira. Os dados ainda são preliminares, mas nos serve para conhecer a situação das discussões nas seções sindicais.

Na USP há o INOVA- USP, espécie de incubadora de iniciativas em parceria com o setor privado, sob o pretexto de buscar equilíbrio financeiro (empresas privadas adotam laboratórios, e.g.). A privatização materializa-se em órgãos como Agência USP inovação, Innostart e Núcleos de Empreendedorismo (NEU), além das fundações. Tais medidas resultam em assédio institucional para o uso dos laboratórios e disseminação da cultura empreendedora entre discentes e docentes. À Pró-Reitoria de Pesquisa foi incluído o termo Inovação. Na UNICAMP houve tentativa de implantação do INOVA Unicamp, mas a proposta foi barrada. Por outro lado, iniciativas como o Observatório de Tecnociência Solidária, de base popular, foram arquivadas, revelando a força no pensamento neoliberal, que reforça a lógica produtivista. Na UnB há muita demanda por parcerias com o setor privado. Na UFSM, houve aprovação no CONSU do uso da infraestrutura pela comunidade externa (laboratórios, equipamentos) para suporte em pesquisa de tecnologia e inovação. Embora a agência de inovação tenha sido extinta, houve a criação da Pró-Reitoria de Inovação e Empreendedorismo, o que resultou na aceleração dos processos de parcerias público-privadas. Na FURG, há mobilização da categoria contra a implementação do MLCTI e houve criação da Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Informação (PROITI), além de outras iniciativas como OCEANTEC e

INNOVATIO. Além disso, o centro de gestão da tecnologia da informação deixou de ser uma unidade ligada à Reitoria. Nos conselhos superiores têm ocorrido a aprovação de projetos com cláusulas em que os valores dos contratos não podem ser publicizados, tampouco os nomes das empresas. Na UFF há a perspectiva do empreendedorismo e venda de serviços via curricularização da extensão, por exemplo. Já na UFPel a criação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação altera o tripé Pesquisa-Ensino-Extensão, colocando a inovação como um novo eixo. Na UFS-SE criou-se uma regulamentação que normatizou o MLCTI em setembro de 2022, com a criação dos condomínios de laboratórios que permite o uso da infraestrutura da universidade. Esses exemplos mostram o avanço das privatizações nas instituições.

A transformação do artigo científico em produto é impulsionada por um mercado em desenvolvimento. Empresas como a Elsevier desempenham um papel significativo nesse cenário, pois detêm uma grande parcela do conhecimento científico mundial atual. Em 2022, a Capes gastou cerca de 660 milhões de reais em assinaturas de revistas e periódicos somente da Elsevier. Diante da ênfase dada à valorização do "produto artigo", surge a necessidade de aprofundar o debate sobre Ciência Aberta, que visa combater a política hegemônica dos conglomerados de empresas *open access*. Especialmente no Brasil, essas empresas são as maiores beneficiárias do desvio dos recursos públicos para o pagamento de taxas de publicação. O verdadeiro acesso aberto busca tornar a Ciência mais transparente e acessível. Deste modo, os dados, códigos e resultados devem passar por revisão por pares aberta, assim como cadernos de laboratório, recursos educacionais e redes sociais científicas.

As crises nos periódicos "*open access*", com aumentos significativos nas taxas de publicação, suscitaram questionamentos sobre o financiamento público, que, frequentemente, resulta em altos lucros para poucas empresas privadas que detêm uma parcela significativa do conhecimento científico. Elsevier, responsável por 65% dos contratos do portal de periódicos da Capes apenas no Brasil, junto com Taylor & Francis, Wiley-Blackwell e Springer, concentram mais de 50% do mercado mundial de publicações acadêmicas. Especificamente, a Elsevier parece ter se adaptado muito bem ao novo modelo de publicação: a editora reportou em 2022 um aumento de 10% em sua receita, atingindo a marca de US\$ 3,6 bilhões; sendo responsável por 18% de todo o conteúdo científico indexado anualmente.

É importante salientar que a qualidade dessas publicações é avaliada pelo fator de impacto, uma métrica que analisa a importância relativa de uma revista científica em seu campo. Frequentemente, esse indicador é utilizado como um critério para mensurar a influência ou visibilidade de uma revista, medindo quantas vezes os artigos publicados em um determinado período foram citados em outros trabalhos. No entanto, a falta de auditoria desse indicador e as críticas que envolvem seu viés disciplinar, ao favorecer áreas tradicionalmente mais citadas, assim como sua ênfase na quantidade em detrimento da qualidade, suscitam inúmeras preocupações. Tais críticas destacam práticas questionáveis adotadas por alguns periódicos para artificialmente aumentar o fator de impacto, além de apontar para o foco em citações a curto prazo, a desconsideração da acessibilidade da pesquisa e a ausência de contextualização nas práticas de citação. Esses aspectos são críticas importantes, ressaltando a necessidade premente de uma avaliação mais abrangente e cuidadosa da qualidade científica.

Movimentos contra-hegemônicos às políticas das editoras comerciais acadêmicas, como a Primavera Acadêmica, têm sido impulsionados por acadêmicos e cientistas desde os anos 2000, em defesa do acesso aberto. Esses movimentos têm denunciado os elevados

custos associados à publicação em periódicos comerciais, gerando debates no meio acadêmico acerca da necessidade de desenvolver alternativas para a comunicação científica. O objetivo é consolidar o acesso aberto, buscando independência das influências exercidas por grandes conglomerados de periódicos “*open access*”. Exemplos que promovem a ciência aberta incluem a criação de bases de dados como Bireme e Scielo, além dos repositórios digitais institucionais para o acesso a dissertações, teses e artigos científicos publicados nas universidades brasileiras. Nesse contexto, o Brasil tornou-se o segundo maior país em número de periódicos de acesso aberto.

Uma abordagem multidimensional da Ciência, ou das Ciências, é essencial para criar uma ciência que atenda os interesses da classe trabalhadora, na qual a pesquisa científica não apenas serve à sociedade, mas é moldada por ela, incorporando diferentes vozes e experiências para construir um conhecimento mais plural e significativo para a sociedade.

Nesta conjuntura, é crucial que o ANDES-SN promova um debate substancial, por meio de suas seções sindicais, sobre a necessidade de uma Política Nacional para Ciência Aberta. Essa política deve permitir a participação da sociedade na construção de uma ciência visando à popularização do conhecimento científico, tornando-o acessível a todos(as) e incentivando o envolvimento ativo da sociedade na produção científica nacional. A construção de uma Ciência decolonial, antimachista e anticapitalista é necessária e fundamental.

O GT Ciência e Tecnologia vem acompanhando a série histórica de arrecadação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) desde 1999 (Tabela 1). Embora os valores pareçam significativos, são insuficientes para prover um adequado “Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia”, especialmente porque tem sofrido contingenciamentos constantes dos já poucos recursos. Apesar de ter havido uma correção, a partir de 2007 com o “retorno da Finep” (ver a terceira coluna da Tabela 1), os montantes de recursos a cada ano continuam insuficientes.

Sobre os contingenciamentos, basta analisarmos os dados do Portal da Transparência do Governo Federal e compararmos os valores empenhados, liquidados e pagos dos anos de 2022 e 2023 (Tabela 2).

A Lei Complementar nº 177/2021, que alterou dispositivos anteriores, define que o FNDCT é cumulativo, podendo seus valores serem aplicados em fundos de investimento e gerar rendimentos, incluindo saldos anuais não utilizados. Apesar da lei impedir contingenciamento de valores não utilizados, é necessário acompanhamento atento às tentativas de bloqueio dos recursos, como ocorreu em 2020 e em 2022.

Tabela 1 – Arrecadação do FNDCT de 1999 a 2021
(arrecadação por seus 16 fundos setoriais)
Valores Correntes em R\$ 1,00

Ano/Período	Arrecadado	Retorno da Finep*-	Total Geral
1999	106.645.280	.-	106.645.280
2000	244.871.716	.-	244.871.716
2001	460.584.534	.-	460.584.534
2002	917.940.998	.-	917.940.998
2003	1.317.736.578	.-	1.317.736.578
2004	1.408.401.961	.-	1.408.401.961
2005	1.616.830.110	.-	1.616.830.110
2006	1.850.361.965	.-	1.850.361.965
2007	2.016.068.668	2.339.833	2.018.408.501
2008	2.510.226.767	9.210.292	2.519.437.059
2009	2.639.341.052	25.072.294	2.664.413.346
2010	2.789.069.845	64.237.430	2.853.307.276
2011	3.536.978.131	94.549.263	3.631.527.394
2012	4.215.832.078	129.657.862	4.345.489.939
2013	4.551.363.338	178.747.238	4.730.110.576
2014	4.772.867.191	237.799.657	5.046.666.848
2015	4.458.819.529	440.703.433	4.899.522.962
2016	3.793.308.762	507.319.960	4.300.628.722
2017	4.120.539.096	560.784.710	4.681.323.807
2018	5.127.827.488	1.220.415.	6.348.243.420
2019	5.434.347.620	879.006.943	6.313.354.563
2020	5.818.247.886	1.375.704.571	7.193.952.457
2021	7.730.274.738	2.567.794.101	10.298.068.839
2022*	8.127.579.828	3.495.373.149	11.622.952.976
1999-2022*	79.566.065.239	11.824.716.668	91.390.781.907

Fonte: Tesouro Gerencial. Os dados foram reorganizados pelo GT-C&T do ANDES-SN.

Tabela atualizada com dados de 2022:

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/fndct/arquivos/pdf/ArrecadacaoDosFundos2015a2022.pdf>, atualizado em: 18/07/2023.

* Refere-se ao pagamento de juros e amortizações ao FNDCT pela Finep por empréstimos contraídos, retorno de investimento em fundos de empresas de base tecnológica e rendimentos das aplicações em tesouraria, *instituído a partir de 2007*.

Tabela 2 – Valores empenhados e liquidados para FNDCT e FINEP nos anos de 2022 e 2023

Valores Correntes em R\$ 1,00

FNDCT				
Ano	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Restos a Pagar Pagos
2022	4.023.273.841,53	3.833.127.482,57	3.819.755.649,41	109.685.055,89
2023	8.660.641.427,79	6.901.143.653,40	5.858.102.559,24	128.848.614,57
FINEP				
Ano	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Restos a Pagar Pagos
2022	1.456.214,71	1.456.214,71	1.456.214,71	0
2023*	3.390.590,26	3.390.590,26	3.390.590,26	0

* Total sem o valor de dezembro/2023

Dados atualizados até 7/12/23. Portal da Transparência, Controladoria Geral da União.
<https://portaldatransparencia.gov.br/>

No PLOA 2024, a proposta de recursos para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) é de R\$ 10.722.070,00, e de R\$ 5.979.808.615,00 para o FNDCT. Se considerarmos que os valores projetados incluem aqueles não gastos nos anos anteriores, percebemos que o financiamento para Ciência e Tecnologia não avançou em relação aos últimos anos. Pelo contrário, se compararmos com o orçamento de 2023, os valores do PLOA 2024 mostram um recuo no financiamento.

Entre outros fatores, que incluem o Arcabouço Fiscal, devemos ter em mente que a política conduzida pelos últimos governos é a que está contida na Lei 13.243/2016, que busca incentivar financiamento privado para Ciência e Tecnologia. Como temos denunciado, há um conjunto de Leis que buscam avançar naquilo que alguns setores têm chamado de “segurança jurídica”, cujo resultado é, na prática, a privatização das Ciências.

Um desses dispositivos, a Lei 13.800/2019, possibilita doações por meio de fundos patrimoniais ou fundos filantrópicos, os chamados *endowments*, que nada mais são que um mecanismo de financiamento privado.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN

II – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Que o ANDES-SN, a partir da articulação com o GTC&T, atualize o Caderno 28.*
2. *Que O ANDES-SN lute pela vinculação de recursos destinados à C&T.*
- 2.1 *Que os recursos destinados ao FNDCT sejam integralmente aplicados em C&T públicas, sem contingenciamentos, inclusive do saldo de anos-exercício anteriores.*
3. *Que o ANDES-SN via seções sindicais, de acordo com as respectivas legislações, lutem para que as fundações de amparo à pesquisa nos estados tenham vinculação de recursos.*
4. *Que o ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais, mantenha sua posição contrária à lógica produtivista, gerencialista e meritocrática aplicada à avaliação dos programas de pós-graduação das IES, com a extinção do ranqueamento produtivista. Que lute pelo estabelecimento de um sistema de avaliação participativo, democrático e transparente, que preze pela qualidade e contextualização do trabalho realizado e que permita a potencial melhoria de todos os programas de pós-graduação do Brasil.*
- 4.1 *Que o GTC&T, o GTPE e o GTSSA realizem debate sobre o tema de avaliação da pós-graduação.*
5. *Que o ANDES-SN lute por um sistema de avaliação da pós-graduação que respeite as particularidades, especialmente as diferenças regionais da produção de conhecimento científico e para publicação das diversas áreas e culturas científicas, contemplando as diferenças nas condições das IES, IFES e CEFETs e condições mais precarizadas das mulheres com tripla ou quádrupla jornada de trabalho.*
6. *Que o ANDES-SN lute por orçamento adequado para a CAPES e que a distribuição de recursos vise a melhora dos programas de pós-graduação, especialmente daqueles que ainda não estão consolidados.*
7. *Que o ANDES-SN lute por orçamento adequado para o CNPq e para a FINEP, com chamamentos públicos que estejam voltados para os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras.*
8. *Que o ANDES-SN intensifique a luta, em articulação com o movimento estudantil, para garantir o reajuste das bolsas de ensino, pesquisa e extensão.*
9. *Que as seções sindicais realizem um mapeamento da implementação do MLCTI nas IES e intensifiquem a luta pela revogação das normas que o regulamentam e implementam nas instituições.*
- 9.1. *Que as seções sindicais ampliem a mobilização e a luta contra a incorporação da lógica produtivista e meritocrática na organização do trabalho docente e nos processos de avaliação de cada IES que, inclusive, desconsideram as condições de trabalho (ensino, pesquisa e extensão) na instituição.*
10. *Que o ANDES-SN, em articulações com as seções sindicais, provoque debates nas IES sobre a Lei n.º 13.800/2019, a fim de apontar ações que impeçam a normatização dessa lei na dinâmica das instituições de ensino.*
11. *Que o GT C&T debata nas suas reuniões:*
 - a) *as atuais metas de internacionalização que geram pressões e grande frustração, equiparando a produção nacional que contempla a cultura, a realidade brasileira e recursos nacionais, considerando as enormes diferenças entre a nossa realidade e a dos países que possuem maior investimento na ciência;*
 - b) *movimento de ciência aberta (open science) que propõe uma forma colaborativa, compartilhada e pública de socialização de metodologias, levantamento de dados, uso e criação de softwares e hardwares, notas de pesquisa e relatórios, com acesso online e livre às publicações científicas (open access).*

TR – 29

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. **Que o ANDES-SN lute por Ciência e Tecnologia Públicas, que questionem a hegemonia colonizadora que marginaliza outros saberes, especialmente o dos povos originários e indígenas; valorize e incorpore lutas por epistemologias diversas, promovendo colaboração entre diferentes tradições de conhecimento;**

2. Que o ANDES-SN promova ações e atividades que contribuam com o rompimento das estruturas históricas de poder, patriarcais e racistas, e de dominação de gênero e etnicorraciais na produção científica;
3. Que o ANDES-SN continue lutando pelo aumento da participação de mulheres e pesquisadores(as) negros(as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTI+ na Ciência;
4. Que o ANDES-SN lute pelo estabelecimento de ambientes de pesquisa compartilhados, reconhecendo a pluralidade de gênero, sexualidade, raça e saberes;
5. Que o ANDES-SN continue batalhando pela desvinculação da Ciência de lógicas capitalistas e imperativos de mercado, priorizando questões sociais e ambientais;
6. Que o ANDES-SN continue na luta por financiamento público adequado para a Ciência e Tecnologia Públicas, que atendam os interesses da classe trabalhadora;
7. Que o ANDES-SN denuncie a transferência do fundo público para os grandes conglomerados editoriais e lute pela manutenção e ampliação de revistas, periódicos científicos e repositórios nacionais de dados abertos, de modo a fortalecer o movimento Ciência Aberta;
8. Que o ANDES-SN continue e amplie a luta contra o MLCTI, permitindo a potencialização de luta de resistência contra o produtivismo e a mercantilização da ciência.

TEXTO 30

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s do Sindceft-MG: Adelson Fernandes Moreira, Adilson Mendes Ricardo, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Fábio José Bianchetti, Katalin Carrara Geoczze, Marcos Prado Amaral, Sandra Cristina de Oliveira Vierno

OS DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA OS MOVIMENTOS SINDICAIS DE BASE

TEXTO DE APOIO

Introdução

A inserção crescente da Inteligência Artificial (IA) nos ambientes de trabalho suscita uma série de preocupações, especialmente no que diz respeito aos movimentos sindicais de base. Esses movimentos, historicamente dedicados à defesa dos direitos trabalhistas, enfrentam novos desafios diante das transformações promovidas pela automação e pela IA.

Automatização e Perda de Empregos: A crescente automação impulsionada pela IA tem o potencial de substituir trabalhadores em diversas funções, levando à perda de empregos em larga escala. Esse cenário desafia a capacidade dos sindicatos de garantir a estabilidade do emprego e a proteção dos direitos dos trabalhadores, demandando adaptações nas estratégias sindicais.

Desafios na Representação de Trabalhadores Descentralizados: A natureza descentralizada da IA, muitas vezes associada a trabalhadores remotos e plataformas digitais, dificulta a tradicional organização sindical. A mobilização efetiva de trabalhadores dispersos geograficamente e engajados em setores altamente especializados exige uma revisão nas estratégias de representação sindical.

Atualização Constante de Habilidades: A rápida evolução tecnológica exige que os trabalhadores se atualizem continuamente em termos de habilidades e qualificações. Os sindicatos enfrentam o desafio de assegurar que seus representados tenham acesso a treinamento adequado, resguardando-os contra a obsolescência profissional.

Privacidade e Ética no Ambiente de Trabalho Digital: A implementação de sistemas de IA para monitorar o desempenho dos funcionários suscita questões éticas e de privacidade. Os sindicatos precisam atuar como defensores dos direitos dos trabalhadores, negociando políticas que garantam um equilíbrio justo entre o monitoramento necessário e a preservação da privacidade.

Renegociação de Contratos Coletivos: A introdução de tecnologias avançadas pode demandar a renegociação de contratos coletivos, a fim de garantir que os trabalhadores sejam devidamente representados e protegidos em um ambiente de trabalho cada vez mais digital e tecnológico.

Desigualdades e Acesso: A implementação desigual de tecnologias avançadas pode agravar disparidades entre setores e grupos de trabalhadores. Os sindicatos tornam-se agentes cruciais na busca por equidade no acesso a oportunidades e benefícios proporcionados pela IA.

Questões Éticas e de Responsabilidade: À medida que a IA influencia as decisões organizacionais, sindicatos devem abordar questões éticas e de responsabilidade relacionadas ao uso justo e responsável da tecnologia nos locais de trabalho.

Em síntese, os movimentos sindicais de base enfrentam desafios complexos diante da ascensão da IA. A capacidade de adaptação dessas organizações será crucial para garantir que os benefícios da tecnologia se traduzam em melhores condições de trabalho e justiça social para todos os trabalhadores.

O que é a IA

Toda a redação que está sob o título de “Introdução” foi integralmente produzida por um software de IA após a inserção da pergunta “quais os problemas que a inteligência artificial provocará nos movimentos sindicais de base? ”, sem qualquer interferência dos proponentes do presente Texto de Apoio.

A IA refere-se a sistemas computacionais projetados para executar tarefas que normalmente requerem inteligência humana. Esses sistemas são capazes de realizar atividades como aprendizado, raciocínio, percepção visual, reconhecimento de voz, tomada de decisões e processamento de linguagem natural. A IA visa desenvolver equipamentos capazes de realizar tarefas complexas de maneira autônoma, simulando certos aspectos da inteligência humana.

Os sistemas baseados em IA podem ser específicos, com a função de realizar tarefa específica, sem a capacidade de generalizar para outras áreas além daquela para a qual foi projetada. São exemplos os assistentes virtuais, reconhecimento de voz e sistemas de recomendação, usados com frequência nas mídias sociais, normalmente voltados para interesses comerciais. Por outro lado, a IA também pode ser usada com a pretensão de ter

a capacidade de realizar qualquer tarefa cognitiva que um ser humano possa fazer. Talvez esse último objetivo ainda não tenha sido totalmente alcançado e ainda possam existir muitos desafios técnicos significativos a serem superados, porém o investimento do capital é alto e a sociedade ainda não tem clareza sobre o que as empresas têm desenvolvido sem dar publicidade. Talvez o efetivo avanço da IA ainda tenha como freio a abordagem de questões éticas e sociais associadas ao seu uso, como privacidade, viés do algoritmo, transparência, impacto no emprego e uma série de choques culturais diante de uma sociedade ainda sem conhecimento suficiente para a devida análise crítica das mudanças que serão provocadas.

Para lidar com complexidade e a incerteza do mundo real, a IA se baseia, principalmente, em uma técnica conhecida como Aprendizado de Máquina que utiliza algoritmos que permitem que o sistema aprenda padrões a partir de dados já coletados. Ou seja, o computador pode “aprender” o que precisa com base em uma gama enorme de informações disponíveis na rede mundial de computadores. Este caso já está presente no nosso dia-a-dia com exemplos como assistentes virtuais (como Siri e Alexa), reconhecimento facial, carros autônomos, sistemas de recomendação de conteúdo, diagnóstico médico assistido por computador, entre muitos outros.

A IA e as bolhas sociais

Um dos desafios, diante de uma sociedade dividida em bolhas sociais, é a capacidade da IA de utilizar exatamente as informações de bolhas sociais para apresentar soluções. A questão é sensível e fica nas mãos das empresas detentoras da tecnologia. Faz-se urgente o debate para a regulamentação dos projetos e implementações, sob o risco de um caos social ao reforçar a polarização. Muitos sistemas de IA, como os presentes em redes sociais e plataformas online, utilizam algoritmos de recomendação que podem, inadvertidamente, contribuir para a formação e o fortalecimento de bolhas sociais, onde os usuários são expostos principalmente a informações que confirmam suas visões preexistentes. A IA aprende com os dados com os quais é treinada e, se os dados de treinamento contiverem viés, seja por refletir as bolhas sociais existentes ou de outra forma, a IA pode herdar e amplificar esses preconceitos.

Porém, se a IA for desenvolvida dentro de padrões regulamentados, ela pode ser projetada para superar essas limitações e fornecer soluções mais diversas e equilibradas, em uma perspectiva de democratização da informação e do combate às chamadas *fake news*. Regulamentações eficazes podem exigir transparência nos algoritmos e garantir que as soluções propostas pela IA sejam éticas.

Diante do cenário que se vislumbra, promover a conscientização sobre os efeitos das bolhas sociais e educar os usuários e a sociedade em geral são passos importantes.

Esperar que empresas detentoras da tecnologia adotem princípios de desenvolvimento responsável, garantindo que considerações éticas, sociais e culturais sejam incorporadas no projeto e na implementação de sistemas de IA incluindo a minimização de vieses, a promoção da equidade e a transparência na tomada de decisões é em vão diante das projeções de lucro. O futuro depende de um amplo debate social dentro de uma abordagem ética para a regulamentação adequada e a conscientização contínua sobre os impactos sociais da tecnologia.

A IA e a sociedade

Debater e conscientizar a sociedade sobre o uso adequado da IA é o desafio para promover uma adoção responsável e ética dessa tecnologia. É fundamental agir visando desenvolver programas educacionais que expliquem os conceitos da IA com seus benefícios e desafios, levando o tema em escolas, universidades e comunidades locais visando assegurar que a sociedade compreenda a tecnologia. Os impactos educacionais, sociais e econômicos precisam ser explicados e debatidos em eventos públicos, com material educativo disponível em plataforma online, com o envolvimento de grupos da sociedade civil. É preciso exigir regulamentação e acesso a informações transparentes ao público, permitindo que as pessoas compreendam como suas vidas podem ser afetadas pela tecnologia.

A IA, os processos decisórios e as *fake news*

A interferência da IA nos processos decisórios pode ocorrer de diversas maneiras, apresentando desafios e oportunidades. Algoritmos de IA podem ser usados para analisar grandes volumes de dados sobre eleitores, permitindo que as campanhas políticas sejam personalizadas com base em preferências individuais. Isso pode influenciar a percepção dos eleitores e direcionar mensagens específicas para públicos-alvo. Podem também ser empregados na análise do sentimento despertado por postagens nas redes sociais e, com base nessa análise, direcionar a opinião pública em relação a candidatos, partidos ou questões específicas, orientando as estratégias de campanha. Também pelo lado positivo, algoritmos de IA podem ser usados para identificar notícias falsas e desinformação disseminadas online, ajudando a mitigar a propagação de informações incorretas que poderiam influenciar negativamente as decisões dos eleitores. Outros recursos podem ser apontados como a segmentação de eleitores com base em características demográficas, comportamentais e sociais, permitindo campanhas direcionadas, adaptando mensagens específicas para diferentes grupos e automatizando tarefas administrativas

Por outro lado, a utilização de IA em campanhas de processos decisórios também levanta preocupações sobre a manipulação de informações e a criação de narrativas enganosas, explorando vulnerabilidades na percepção humana e na disseminação de notícias, desempenhando um papel significativo na construção e disseminação de *fake news*, apresentando vários perigos para a sociedade e o processo democrático. Algoritmos de geração de texto, conhecidos como modelos de linguagem, podem ser usados para criar notícias falsas que se assemelham ao estilo de redação humano, tornando mais fácil a produção de conteúdo enganoso em grande escala. Os Sistemas de IA podem analisar dados sobre comportamentos *online* para personalizar a desinformação de acordo com as características e preferências individuais dos usuários, tornando as *fake news* mais persuasivas, direcionadas e propensas a serem aceitas pelos destinatários.

Outro aspecto danoso é a técnica conhecida como *deepfakes* que podem ser usadas para criar vídeos e áudios falsos que parecem autênticos, permitindo a manipulação de declarações de figuras públicas ou a criação de eventos fictícios. Tecnologias como realidade aumentada e virtual podem transformar e corromper a forma como as informações visuais são apresentadas. Algoritmos de recomendação em plataformas de redes sociais podem inadvertidamente amplificar esses conteúdos falsos ao priorizá-los com base na popularidade e no engajamento, independentemente da veracidade, levando à chamada “viralização” rápida de informações enganosas. No mesmo contexto, os chamados *bots* alimentados por IA podem ser programados para automatizar a

propagação dos conteúdos falsos em redes sociais, comentários em artigos online e fóruns de discussão, tornando difícil distinguir entre usuários reais e falsos. Algoritmos de busca, alimentados por IA, podem ser manipulados para destacar informações falsas, dificultando ou mesmo impedindo o acesso das pessoas a fontes de notícias confiáveis.

Esse processo levará à descredibilização de mídias tradicionais, minando a confiança nas instituições de comunicação, retratando-as como fontes de informações não confiáveis, criando um ambiente onde as pessoas podem duvidar da legitimidade de informações verídicas e onde é desafiador detectar *fake news*, pois os métodos de geração e disseminação estão sempre se aprimorando. A tendência é que as abordagens tradicionais de verificação de fatos sejam superadas pela sofisticação das tecnologias envolvidas.

A propagação de *fake news* influencia as percepções políticas e moldam decisões eleitorais, comprometendo a integridade dos processos democráticos.

Ações propositivas para uso da IA no meio sindical

É importante ressaltar que o desenvolvimento científico e tecnológico são processos históricos que exprimem determinado grau de aperfeiçoamento do conhecimento humano e de nossas relações cognitivas e técnicas com a realidade objetiva. Por sua vez, não existe neutralidade nesse processo sob a égide do modo de produção capitalista, que potencializa esse processo de desenvolvimento para aprimorar processos de extração de mais-valia além de moldar costumes, práticas sociais e ideologias que atendem à dinâmica de exploração e alienação social.

Mas isso não torna a tecnologia uma vilã de nossos tempos. Ao contrário, os processos tecnológicos devem ser compreendidos como mecanismos de disputa e apropriação, consciente de suas potencialidades e também de seus limites, de modo a facilitar nossa existência e se contrapor a ditames que sobrepõe nossa sociabilidade a uma dinâmica de feiticização das relações sociais e reprodução da ordem do Capital em todos os aspectos.

A integração da IA no meio sindical pode trazer benefícios significativos, aumentando a eficiência, melhorando a representação de sindicalizados e sindicalizadas. O princípio está em o ANDES-SN investir em programas de capacitação para seus filiados e filiadas, proporcionando conhecimento crítico sobre as aplicações práticas da IA no dia-a-dia, incluindo a compreensão de como a tecnologia pode afetar empregos, relações sociais, o aperfeiçoamento do aprendizado e a dinâmica das relações sociais. Muitos docentes podem não ter conhecimento técnico suficiente para entender completamente as implicações da IA em seu trabalho, o que pode dificultar a mobilização sindical efetiva em questões relacionadas à tecnologia e a qualidade do trabalho docente.

O ANDES-SN tem que se envolver em discussões sobre a regulamentação e a implementação ética da IA nas IFE e na sociedade como um todo, buscando um dispositivo regulatório que vise garantir que algoritmos não perpetuem vieses e injustiças, bem como garantir que a implicação dessa implementação não aumente ainda mais as contradições que nossa categoria vem vivenciando nesses últimos. É necessário também participar ativamente em discussões e comitês sobre ética em IA assegurando que as preocupações de docentes sejam consideradas e que políticas justas e transparentes sejam estabelecidas no uso da tecnologia no local de trabalho, exigindo do governo implementação de práticas de IA que beneficiem todos aqueles e aquelas envolvidos no processo educacional, docentes, TAE e estudantes.

Nesse contexto, o ANDES-SN precisa continuar e reforçar o posicionamento contrário à precarização decorrente do trabalho remoto, que se tornará cada vez mais atrativo para docentes, discentes e gestores, facilitado que será pela tecnologia. O trabalho remoto dificulta a organização da base, uma vez que docentes ficam dispersos geograficamente e não compartilham um local de trabalho físico comum. Reforça-se aqui o fato que, ao lado do trabalho remoto, a IA poderá caminhar em propostas que resultem na substituição completa de docentes por tecnologias avançadas ou maior flexibilização do trabalho, contribuindo para a precarização das condições de emprego, e até mesmo a extinção de funções pedagógicas no âmbito da docência, artificializando e reproduzindo práticas que poderão moldar no futuro próximo um modelo de educação acrítico e condicionado por determinados padrões e regras de metas preestabelecidos e que não implicam em uma formação que vá para além da reprodução conteudista.

Questões éticas relacionadas ao uso de IA no local de trabalho, como vigilância em massa e coleta de dados também devem ser preocupações do ANDES-SN, visando a garantia da proteção dos direitos dos trabalhadores em relação à privacidade.

Para enfrentar desafios colocados, o ANDES-SN precisa se adaptar, incorporando especialistas em tecnologia, colaborando com organizações de defesa dos direitos digitais e trabalhando ativamente para proteger os direitos e interesses dos docentes em um cenário cada vez mais tecnológico. A rápida evolução da tecnologia pode resultar em desafios de negociação de termos específicos relacionados à IA nos contratos de trabalho, pois as leis e práticas podem não acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas.

Por fim, o ANDES-SN precisa lutar por programas de formação e desenvolvimento profissional acessíveis e equitativos para garantir que docentes estejam preparados para as mudanças no ambiente de ensino e na sociedade.

TR - 30

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que o ANDES-SN em 2024:

1. Promova um estudo e debates sobre os impactos da IA na educação e desenvolva, a partir dessas ações, um programa de capacitação em IA para as lideranças sindicais, que possa ser replicado nas SSIND, voltado para a visão crítica da tecnologia, suas vantagens e desafios para o trabalho docente e para os movimentos sindicais.
2. Faça um Seminário voltado para análise dos desafios da IA no ambiente de trabalho docente tendo como objetivo ações propositivas visando a regulamentação nacional do uso tecnologia de IA no sentido de:
 - 2.1 estabelecer políticas justas e transparentes no uso da IA no local de trabalho;
 - 2.2 desenvolver conhecimento específico para lidar com a presença de aspectos relativos à IA nos editais e contratos de trabalho;
 - 2.3 proteger a privacidade dos docentes diante dos diferentes usos da tecnologia;
 - 2.4 apontar os impactos negativos e os riscos do trabalho remoto que, aliado à IA, pode gerar propostas que resultem na substituição completa de docentes por tecnologias avançadas ou na flexibilização do trabalho, com todos os seus desdobramentos na precarização das condições laborais;

2.5 criar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de novas referências e conhecimentos para uma apropriação crítica das mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho.

TEXTO 31

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO DE APOIO

A Seguridade Social, instituída pela Constituição Federal de 1988, constitui uma das mais importantes conquistas da classe trabalhadora na última quadra histórica do século XX. Sua instituição resultou da grande efervescência política que marcou a década de 1980, em que os movimentos sociais, em evidente ascensão, lutavam pela ampliação dos direitos sociais e retomadas das liberdades individuais e coletivas. Como um sistema articulado para viabilizar direitos atinentes à saúde, à previdência e à assistência social, financiado direta ou indiretamente por toda a sociedade, sustentado por um orçamento único da seguridade social, composto por fontes diversas de bases diversificadas, direcionava-se para a universalidade de atendimento, equidade na participação no custeio e equivalência na prestação dos serviços e benefícios às populações urbana e rural. Sob esta perspectiva, a saúde foi reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, a previdência como um direito aos que trabalham e participam de seu financiamento e a assistência um direito a quem dela necessitar. Nessa direção, a previdência social flexibilizou a visão de seguro social e aproximou-se de uma política de seguridade social. Além disso, tornaram-se constitucionais: a irredutibilidade dos valores dos benefícios, o piso de um salário mínimo; e o valor da aposentadoria correspondente ao último vencimento, o que assegurava integralidade e paridade entre ativos e aposentados. Foi um momento de reforma (ampliação de direitos). Todavia, a estruturação desse sistema de seguridade social não interessava aos capitais. Assim, em contexto de crise estrutural do capital, diante da queda tendencial da taxa de lucro, sob diretrizes neoliberais e pressão do capital financeiro, iniciou-se um amplo processo de contrarreforma (redução de direitos) da seguridade social, tendo a saúde e a previdência social como principais alvos de ataques.

Esse movimento persistente de contrarreforma da seguridade social percorreu todos os governos, sobretudo, desde Fernando Henrique Cardoso. Tal movimento, que se agudizou veementemente no governo Bolsonaro-Mourão, pode ser compreendido pela imposição de medidas restritivas de direitos de seguridade social, que compõem a política de austeridade fiscal e sustentam a disputa do fundo público em favor dos capitais. É um movimento que força a redução da previdência e da saúde públicas, com vistas à mercadorização dos direitos viabilizados por essas políticas.

No que se refere à previdência social, esse movimento contínuo de contrarreformas, desde o início da década de 1990, é cada vez mais agressivo e caracterizado por medidas direcionadas para a extinção ou dificuldades de acesso aos benefícios; elevação do tempo e das alíquotas de contribuição; redução dos valores e tempo de usufruto dos benefícios; desfinanciamento da seguridade social; e desmonte da estrutura administrativa necessária ao reconhecimento e à manutenção dos direitos.

Assim, ao longo destes anos, em relação à previdência social foram várias as medidas que compõem a contrarreforma da previdência social. No Governo FHC, destacam-se a EC nº 20, de 1998, que entre outras coisas, estabeleceu o teto de R\$ 1.200 (mil e duzentos reais) para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS); o fim da aposentadoria por tempo de serviço para ser por tempo de contribuição; limites de acesso às aposentadorias proporcionais e especiais; e, desconstitucionalizou vários direitos. Nos governos Lula 1 e 2, principalmente por meio das EC nº 41, 42/2003 e 47/2005, foram instituídos o fim da aposentadoria integral para os(as) servidores(as) públicos(as); a vinculação do tempo de contribuição à idade para fins de aposentadoria para esses(as) servidores(as); a contribuição previdenciária para aposentados(as) e pensionistas sobre a parte da remuneração que ultrapassa o teto dos benefícios do RGPS; e a possibilidade de teto para aposentadoria dos(as) servidores(as). No governo Dilma, chama a atenção duas grandes medidas, a criação da FUNPRESP, que passou a funcionar em 04 de fevereiro de 2013 e as regras estabelecidas pelas Medidas Provisórias (MP) nº. 664 e 665, convertidas respectivamente, na Lei nº 13.135 e Lei n. 13.134, em junho de 2015, que modificaram a pensão por morte, o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-reclusão, o abono salarial e o seguro-desemprego, seguindo a mesma lógica restritiva usada em outros momentos desse movimento de contrarreforma com a criação de novas exigências, como o tempo de contribuição de 18 meses e a convivência marital de pelo menos dois anos para acesso às pensões por morte, fim da vitaliciedade para todos(as). No governo Temer, além da EC 95/2016 que instituiu o teto de gasto e da EC 93/2016 que elevou o percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20 para 30% sobre o orçamento da seguridade, o governo extinguiu o Ministério da Previdência Social, cortou vários benefícios, alegando incapacidade de mantê-los, e tentou aprovar a PEC 287/2016, que foi barrada pela luta dos movimentos sociais.

Aqui, vale ressaltar as lutas de nosso sindicato nacional pela revogação das contrarreformas da previdência ao longo desses anos, com destaque à campanha pela não filiação à FUNPRESP, além da pesquisa sobre a situação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos estados e Distrito Federal que resultou na publicação, em 2020, da cartilha “Financeirização nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) nos estados”.

Nessa direção, também é importante destacar as iniciativas relacionadas ao fim da contribuição previdenciária por parte de aposentados(as) e pensionistas, que inclui reuniões e contatos com parlamentares e outras entidades sindicais no âmbito do funcionalismo público federal no segundo semestre de 2023, no contexto da retomada deste debate a partir da PEC 555/2006.

A contrarreforma da previdência social tem impactos nefastos para toda a classe trabalhadora, em que se incluem os(as) servidores(as) da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, especialmente no que se refere ao desmonte dos RPPS e criação dos fundos de pensão, favorecendo o capital financeiro.

Sob o governo Bolsonaro, foi aprovada a mais destrutiva Emenda Constitucional que restringe direitos da seguridade social, a EC nº 103/2019, que, entre outras medidas,

vinculou a idade ao tempo de contribuição para fins de aposentadoria: regra 15 anos de contribuição e 62 anos de idade se mulheres e 20 anos de contribuição e 65 anos de idade se homem, para obter uma aposentadoria no valor de 60% da média de todas as remunerações; desconstitucionalizou regras básicas da previdência social e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); proibiu a criação de novos RPPS pelos entes federados; obrigou a criação de previdência complementar onde já havia RPPS organizados; permitiu que instituições privadas possam gerir estes novos fundos de pensão a serem criados; elevou as alíquotas de contribuição de 15% para até 22%, a depender da faixa salarial; impôs regras duríssimas de transição de modo que a aposentadoria e o usufruto dos direitos previdenciários passaram a ser um sonho distante. Esse conjunto de mudanças tornou a previdência social, ao longo destes anos, um nicho de acumulação do capital, tendo a FUNPRESP e os demais fundos de pensão criados pelos entes federados como os principais receptores de novos participantes. Com isso, o capital financeiro tornou-se o principal favorecido com esse movimento de contrarreforma da previdência.

No que se refere à saúde, as restrições de direitos também assumiram grande repercussões ao longo dos anos. Ocorreram desmontes de serviços essenciais prestados pelo SUS, de programas de imunizações, de hospitais públicos e/ou adoção de privatização sob uma nova roupagem, por meio de entidades gestoras como EBSEH e congêneres que fazem a gestão dos hospitais universitários. Além disso, houve um grande desmonte da política de saúde mental, com a volta de práticas manicomial. Programas essenciais, como as farmácias populares, foram desmontados, principalmente no governo Bolsonaro-Mourão. Além disso, os hospitais universitários e as residências em saúde foram descaracterizados em suas funções primordiais. Ademais, foi fortalecido o carreamento de recursos públicos para leitos psiquiátricos e comunidades terapêuticas (de natureza manicomial), de modo a não permitir o controle social sobre estes recursos, além de submeter as pessoas atendidas por estas comunidades a práticas antiéticas, violentas e coercitivas, ferindo o acúmulo histórico da política de redução de danos por uso de álcool e outras drogas e da política antimanicomial.

Diante disso, é de fundamental importância manter a defesa intransigente da saúde como direito de todos e dever do Estado, assegurando atendimento público e universal ao conjunto da população brasileira. Os Hospitais Universitários devem estar sob gestão das universidades públicas e reconhecidos como unidades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo a formação de profissionais de saúde que fortaleçam o SUS. A gestão intermediada por entidades como a EBSEH e congêneres compromete a qualidade na formação de estudantes para atuação no SUS e caracteriza-se como uma contradição inaceitável, uma vez que, constitucionalmente, as empresas privadas deveriam atuar de forma complementar ao SUS. É fundamental que os Hospitais Universitários sejam unidades do SUS, com adequado financiamento público, voltados para a produção de conhecimento socialmente referenciado e para o adequado atendimento à população usuária. No âmbito destas unidades, é crescente o adoecimento de técnicos(as) e profissionais de saúde que estão submetidos à sobrecarga e condições insalubres de trabalho, especialmente nos hospitais sob gestão das entidades ditas sem fins lucrativos, tais como EBSEH e congêneres.

No que diz respeito a este aspecto, há um evidente aumento no quadro de adoecimento docente que guarda relação com as péssimas condições salariais, de trabalho e com uma mudança paradigmática substancial que descaracteriza o caráter público e colaborativo das universidades brasileiras. Em outras palavras, o avanço da lógica neoliberal no fazer

docente, com instituição de políticas produtivistas, concorrenciais e gerencialistas, tem afetado a saúde da comunidade acadêmica, em suas várias dimensões. Assim, é necessário lutar para que as IES, IFs e CEFETs tenham uma política de saúde da trabalhadora e do trabalhador que se pautem pela prevenção e promoção da saúde, com atenção aos determinantes e condicionantes de saúde, além de levantamento de dados constante no âmbito das instituições.

No que se refere às condições de saúde docente, entre 22 de maio e 22 de junho de 2023, o GTSSA coordenou a aplicação da etapa preliminar de um Enquete Nacional sobre as condições de saúde e de trabalho dos(as) docentes das universidades, institutos federais e CEFETs públicos do país, constituída de 74 questões e estruturada em oito blocos:

1. perfil docente;
2. demandas, exigências e cotidiano profissional;
3. tempo de trabalho.
4. condições estruturais e salariais;
5. tecnologias digitais e trabalho remoto;
6. saúde docente;
7. relações de trabalho; e
8. organização sindical.

A enquete foi aplicada, neste primeiro momento, em 11 instituições (UERJ, UECE, UNIOESTE, USP, UFMT, UFT, UFNT, UFF, UnB, IFRS e UNIRg), tendo como inspiração teórico-metodológica a enquete operária proposta por Karl Marx. A enquete foi respondida por um total de 2.107 docentes, sendo que 1.874 responderam todo o questionário.

Esta primeira etapa teve caráter experimental, e seu principal objetivo foi testar e validar o questionário. Em vista disto, foi aplicado em um número limitado de instituições e por um período reduzido. Com a perspectiva de que, uma vez evidenciada sua pertinência, sua aplicação fosse expandida a todas as instituições da base do ANDES-SN. Os resultados preliminares desta primeira etapa foram apresentados no 66º CONAD, realizado em Campina Grande, e estão disponíveis no site do ANDES-SN.

O resultado foi considerado muito positivo, com expressivo número de questionários respondidos, considerando-se o curto prazo da etapa. As respostas reforçam a importância de avançar na investigação da temática e intensificar políticas de enfrentamento à intensificação do trabalho e do adoecimento docente. Por exemplo, entre os(as) respondentes, 96% responderam que sentem-se sobrecarregados(as) (sempre, frequentemente ou algumas vezes), enquanto apenas 3,5% indicaram que raramente e 1,2% que nunca se sente sobrecarregado(a). No mesmo sentido, 96% indicam sentirem-se pressionados(as) com prazos sempre, frequentemente ou algumas vezes, frente a apenas 3,9% raramente e 0,8% nunca. As perdas salariais implicam em que 58% dos(as) respondentes encontrem-se com dívidas, financiamentos ou empréstimos. Em relação à sua própria saúde, 52% consideram que ela piorou no último ano, frente a apenas 11% que consideram que melhorou e 36% que se manteve igual. Apenas 11% dos(as) respondentes indicaram não ter nenhum quadro de adoecimento no momento da resposta à enquete. Dentre os(as) que registram adoecimento, 55% indicam que este tem relação com o trabalho, frente a 27% que não sabem, e apenas 17% que indicam não ter relação com o trabalho. Este resultado evidencia claramente que, nas condições atuais, o trabalho

docente está adoecendo a categoria. Dentre as patologias mais citadas estão doenças musculoesqueléticas (21%), transtornos de ansiedade (20%), doenças cardiovasculares (17%), doenças digestórias (16%), transtornos de humor (13%), enxaquecas (13%).

É necessário considerar que estes resultados são parciais, expressando apenas uma parcela da categoria de um número reduzido de instituições. Portanto, é imprescindível dar continuidade à aplicação dos questionários, abarcando a totalidade das instituições que são base do ANDES-SN e com um prazo mais alongado de aplicação. Desta forma, será possível ter um quadro de informações bastante ampliado, subsidiando a busca por políticas de enfrentamento a esta situação.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN

III – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Que o ANDES-SN lute para garantir remuneração integral e isonômica do(a)s integrantes de mesmo nível, titulação e regime de trabalho, na carreira, com recomposição das perdas salariais, respeito aos direitos da carreira, mantida paridade entre ativos e aposentados.*
- 2. Que o ANDES-SN lute pela revogação das Reformas da Previdência, Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003 e da Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019, contra as reformas que comprometeram de forma nefasta as aposentadorias, nos âmbitos federal, estaduais e municipais e contra a Lei n.º 12.618, de 2012, que cria o FUNPRESP, instituindo o regime de previdência complementar para o(a)s servidore(a)s público(a)s federais de cargo efetivo, criando uma divisão entre o(a)s servidore(a)s que têm uma aposentadoria efetiva e os que estão à mercê do mercado com seus fundos previdenciários.*
- 3. Que o ANDES-SN lute pela garantia da estrutura das IES com segurança para o ensino presencial, contra a precarização do trabalho docente e pela construção democrática de um “Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação presencial”, visando a recuperação de todo(a)s o(a)s estudantes e docentes afetado(a)s por dificuldades durante o período remoto, adequação das estruturas físicas, acesso a ferramentas digitais e condições de trabalho e estudo dignas e sanitariamente seguras.*
- 4. Que o ANDES-SN incorpore como luta critérios de restrição e cuidado quanto à adoção crescente de aplicativos de mensagens, plataformas de controle da produção e das atividades administrativas. Tais recursos têm sido utilizados para submissão do(a) docente à jornadas ininterruptas de trabalho, com inúmeros prejuízos à sua saúde.*
- 5. Que o ANDES-SN, as secretarias Regionais e as SSIND:*
 - A - Debata a relação entre a saúde do(a) trabalhador(a) docente e as condições de trabalho, relacionando-as ao produtivismo acadêmico, jornada de trabalho, falta de recursos, inadequada infraestrutura, individualismo, trabalho competitivo e concorrencial, arrochos salariais, perdas de direito, déficit de docentes, entre tantos outros;*
 - B - Intensifiquem a luta por assistência à saúde de qualidade para a comunidade universitária;*
 - C - Intensifiquem a luta em defesa do SUS e seus princípios, contra qualquer iniciativa que visa a privatização da saúde;*
 - D - Debata sobre o tema das perspectivas da saúde do(a) trabalhador(a), a fim de acumular, no âmbito do GTSSA.*
- 6. Incorporar o debate do GT de Seguridade a temática sobre o direito à desconexão, compreendida como direito fundamental de preservação da saúde mental e funcional do(a)s docentes, que estão expostos de forma excessiva às consequências das tecnologias*

TR - 31

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Previdência Social

1. Dar continuidade à luta pela revogação das contrarreformas da previdência social, com impacto para o conjunto da classe trabalhadora, servidores(as) da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, desde o governo FHC até o momento, incluindo a EC nº 41/2003, sobretudo no que se refere à contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas; as normas restritivas referentes às pensões por morte; o fim da FUNPRESP; a EC 103/2019, entre outras;
2. Dar continuidade à luta, juntamente com outras entidades do funcionalismo público, pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas, ajudando a organizar uma campanha nacional que envolva o conjunto das categorias nessa luta, especialmente os(as) aposentados(as);
3. Retomar a campanha pela não adesão à FUNPRESP e às entidades com a mesma natureza e objetivo no âmbito dos estados e municípios, esclarecendo a categoria sobre os possíveis riscos e consequências dessa adesão;
4. Realizar a III jornada dos(as) aposentados(as) no segundo semestre de 2024, precedida de jornadas organizadas pelas seções sindicais, com a centralidade das temáticas: balanço dos dez anos de FUNPRESP, fim da contribuição previdenciária de aposentados(as) e pensionistas e revogação da contrarreforma previdenciária;
5. Continuar a luta pela completa revogação do Decreto 10.620/2021 que transfere a competência de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos(as) servidores(as) das autarquias e fundações públicas federais;
6. Acompanhar a tramitação da PEC 133/2019, lutando para evitar prejuízos previdenciários aos(às) servidores(as) dos estados, Distrito Federal e municípios;

Saúde

7. Dar continuidade à luta em defesa do SUS 100% público e gratuito, estatal, laico, universal, sob controle da sociedade, fortalecendo a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e contribuindo com outros movimentos que atuem nesse sentido;
8. Continuar a luta para que a gestão dos Hospitais Universitários fique no âmbito das universidades, sem ingerências do setor privado, em que se inclui a não recontractualização da EBSEH como entidade gestora;
9. Continuar a luta pelo financiamento público adequado para os Hospitais Universitários e outras unidades de saúde que garantam a formação adequada de profissionais de saúde que fortaleçam o SUS;
10. Fortalecer a luta antimanicomial, prezando pelos preceitos da Reforma Psiquiátrica e denunciando a transferência do fundo público para as chamadas “Comunidades Terapêuticas”;
11. Lutar por políticas de saúde da trabalhadora e do trabalhador nas instituições, assim como por adequado encaminhamento e atendimento das pessoas adoecidas, respeitando os preceitos do SUS e os princípios de qualidade de vida do trabalhador;

12. Que o GTSSA debata o SIASS em uma de suas reuniões, com o propósito de acumular sobre o assunto, tendo como perspectiva a atenção à saúde dos(as) servidores(as) e o fortalecimento do SUS.

Enquete

13. Realizar a segunda etapa da Enquete Nacional sobre Trabalho e Saúde Docente em todas as instituições que são base do ANDES-SN, sob responsabilidade da coordenação do GTSSA, mantendo o mesmo conjunto de questões da primeira etapa.

TEXTO 32

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A passagem dos 40 anos do Golpe de 1964 (em 2004) e dos 50 anos (em 2014) ensejaram inúmeras iniciativas importantes, estimulando investigações e publicações sobre a ditadura empresarial-militar, em distintos recortes e abordagens; a realização de inúmeros eventos e a promoção de atos, mobilizações e atividades em defesa de Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Ainda que no âmbito acadêmico também tenham avançado interpretações que podem ser consideradas revisionistas (como aquelas que relativizam o caráter ditatorial de certos períodos da ditadura ou aquelas que co-responsabilizam as vítimas do Golpe pelo desencadeamento da ditadura), eram bastante isoladas e minoritárias as posições de defesa aberta e exaltação da ditadura que expressam o negacionismo de seus crimes e a condenação exclusiva de suas vítimas.

O atual momento, infelizmente, é distinto. Entre 2015 e 2016, no contexto das mobilizações golpistas, proliferaram discursos negacionistas que se materializaram em cartazes e faixas com a espúria formulação de defesa de “intervenção militar constitucional”, na maioria das vezes associada à defesa de que o Golpe de 1964 teria sido uma “intervenção saneadora”, conforme jargão proclamado pelos próprios golpistas. A conformação de um movimento de caráter neofascista - liderado por um ex-militar e contando com a participação de inúmeros oficiais das Forças Armadas que abertamente proclama(va)m a defesa explícita e incondicional do Golpe e da ditadura – ampliou a repercussão social das teses negacionistas.

Com a eleição de Jair Bolsonaro e a conformação de um governo que teve mais participação de militares do que os próprios governos da ditadura militar-empresarial, o próprio aparato de governo foi utilizado para a difusão desta visão através de políticas e iniciativas como: realização de eventos comemorativos do Golpe; ampliação da militarização da educação; extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos; subordinação da Comissão da Anistia a uma Secretaria comandada por um militar e intervenção em sua composição, incluindo notórios defensores da ditadura;

deslegitimação pública das reivindicações de vítimas e familiares; desmantelamento do Grupo de Trabalho Araguaia, do Grupo de Trabalho Perus e da Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos.

É inequívoco que esta ofensiva negacionista é facilitada pela ausência de uma efetiva Justiça de Transição, que se expressa na manutenção até hoje de uma auto anistia concedida pelos perpetradores de crimes, com a conseqüente ausência de julgamentos e condenações; pela notória insuficiência de políticas públicas de memória e de reparação, contrastando com países como a Argentina; e nas barreiras à investigação histórica e ao conhecimento da verdade, que se expressam, por exemplo, na indisponibilidade dos arquivos militares. É inegável que enfrentamos no período recente uma ofensiva reacionária, impulsionada pelo bolsonarismo, com os dramáticos efeitos acima mencionados, o que coloca a necessidade de manter e assumir como prioritária esta luta por parte do ANDES-SN.

Neste contexto ainda bastante adverso, a passagem dos 60 anos do Golpe se coloca como uma oportunidade para o fortalecimento da luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação e para o embate em torno do sentido e das interpretações relativas à ditadura empresarial-militar. Nesse embate o ANDES-SN deve assumir um papel relevante, através de um conjunto de ações. Para isso, é fundamental a realização de uma ampla campanha marcando a data, incluindo a produção de material áudio-visual (cards, vídeos, depoimentos), utilização de espaços no InformANDES e no site do ANDES, fomento a ações no âmbito das Regionais, e também a realização de um evento nacional.

O temário do evento deve incorporar a discussão sobre a relação passado-presente, problematizando as permanências da ditadura e os fatores que tornam possível a retomada de um discurso negacionista, em especial a forma como a ausência de memória, verdade e justiça abrem caminho para a defesa da ditadura no presente. É importante, ainda, uma perspectiva americanista, trazendo as experiências da organização e dos processos de lutas por memória, verdade, justiça e reparação em outros países na América Latina. Outro elemento que deve ser priorizado, em consonância com o acúmulo do GTHMD e do ANDES-SN que sustentam a qualificação de “ditadura militar-empresarial”, é o debate sobre cumplicidade empresarial, recentemente enriquecido pelo conjunto de pesquisas desenvolvidas por uma rede de pesquisadores sobre a cumplicidade de 13 grandes empresas com a ditadura e, impulsionado pelo Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP), que já teve uma primeira discussão em março de 2023 na Mesa Ditadura: Reparação, Memória e Justiça no Seminário Nacional sobre História do Movimento Docente ocorrido em Campinas. Importante, ainda, incorporar o debate sobre as implicações da ditadura na intensificação das opressões e da repressão sobre populações pobres, negras, periféricas, indígenas, homossexuais e trans, entre outras, que se encontram entre as principais vítimas do regime ditatorial.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN

V - PLANO DE LUTAS - HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE, COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN E CEDOC PROF. OSVALDO OLIVEIRA MACIEL

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN promova uma campanha nacional pela revogação dos decretos e portarias do governo Jair Bolsonaro que criam obstáculos à investigação sobre os crimes cometidos em seu governo e enfraquecem a Comissão Nacional de Anistia (Lei nº 10.559/2002), a Comissão Nacional da Verdade e Reparação (Lei nº 12.528/2011) e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/1995).

2. *Que o ANDES-SN promova um Seminário Nacional sobre a História do Movimento Docente nos dias 31 de março e 1º de abril de 2023, na cidade de Campinas-SP.*
3. *Que o ANDES-SN continue o programa Memória Viva do ANDES-SN com entrevistas de docentes e funcionário(a)s que fazem parte da história do Sindicato.*
4. *O ANDES-SN reivindica a apuração, processo e punição de Jair Bolsonaro, seus familiares e demais partícipes no governo neofacista por atos praticados na gestão da pandemia, na promoção do ecocídio e do genocídio de populações indígenas.*
5. *Que seja estimulado, no âmbito das seções sindicais, a organização do GTHMD e de Comissões da Verdade.*

TR - 32

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realização de um Seminário e, em parceria com o GTPFS, um módulo do curso nacional de formação sindical, marcando os 60 anos do Golpe que instituiu a ditadura empresarial-militar, no primeiro semestre de 2024, a ocorrer preferencialmente entre os meses de maio ou junho, que inclua:
 - 1.1 A relação passado-presente, discutindo como a ausência de memória, verdade e justiça abrem caminho para a defesa da ditadura no presente;
 - 1.2 Organização e processos de lutas por memória, verdade, justiça e reparação na América Latina;
 - 1.3 Discussão de temáticas como a cumplicidade empresarial com a ditadura e a repressão a populações trabalhadoras, negras, periféricas, indígenas, quilombolas, LGBTI+, entre outras;
 - 1.4 Oficinas / espaços práticos de formação para fomentar ações nas seções sindicais, criação de comissões da verdade e desomenagens a perpetuadores de crimes, defensores e cúmplices da ditadura;
 - 1.5 Atividades pedagógicas voltadas para estudantes da rede pública de ensino;
 - 1.6 Estímulo às seções sindicais para que proponham atividades, apresentando suas experiências de luta e os produtos dela decorrentes;
 - 1.7 Revogação de títulos honoríficos - como de doutor *honoris causa* - e homenagens concedidas em âmbito universitário a partícipes e colaboradores da ditadura.
2. Realização de uma campanha do ANDES marcando os 60 anos da ditadura empresarial-militar, incluindo a produção de material audio-visual (cards, vídeos, depoimentos), utilização de espaços no InformANDES, no site do ANDES e fomento a ações no âmbito das Regionais.
3. Estimular as seções sindicais a constituir ou fortalecer seus GTHMDs e Comissões da Verdade, incluindo a identificação e apoio de ações em desenvolvimento em suas universidades relativas à temática; identificação, denúncia e combate ao entulho autoritário; levantamento, elaboração e promoção de ações de espacialização da memória; encaminhar os relatórios de suas comissões da verdade à Comissão da Verdade do ANDES.
4. Impressão e divulgação do Relatório final da pesquisa: a ditadura empresarial-militar nas universidades públicas brasileiras.

5. Reivindicar do governo federal a criação de um lugar de memória sobre a ditadura, de caráter nacional, replicando a iniciativa, sempre que possível, nas esferas estaduais e municipais.
6. Articular com o GTPFS para que os cursos de formação programados tenham a temática do golpe em suas ementas.
7. Articular com os GTs que realizarem seminários e reuniões ao longo do ano, a delimitação de espaço para o registro da passagem dos 60 anos do Golpe e para o fortalecimento da luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação.

TEXTO 33

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (Ufg), Alexandre Barba (Aduff), Aline Faé Stocco (Adufvjm), Ana Cristina Albuquerque (Sindiprol/Aduel), Anderson Deo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufpe), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Aduemg), César Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Ufcat), Cleusa Santos (Adufrj), David Albuquerque de Menezes (Sinduece), Douglas Ribeiro Barboza (Aduff), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fabio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Leitão Rocha Junior (Adufvjm), Fernando Medeiros (Adufal), Fernando Santos (Ufj), Filipe Boechat (Adufrj), Gustavo Miranda (Aprofurg), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Rodrigues Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), José Alex Soares Santos (Sinduece), Juliana Bohnen Guimarães (Aduemg), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (Aduff), Katia Melo (Adufal), Kathiúça Bertollo (Adufop), Lara Carlette Thiengo (Adufvjm), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Aduveg), Leonardo Santos (Adufnt), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo “Russo” Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Márcia Lemos (Aduusb), Marcos Botelho (Adufrj), Maria de Fátima Almeida (Asduerj), Matheus Kuchenbecker (Adufvjm), Mauricio Silva (Sesduft), Mauro Iasi (Adufrj), Michael Melo Bocádio (Sinduece), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Pablo Lima (Apubh), Paulo Roberto Felix dos Santos (Adufs), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufnt), Raquel de Azevedo (Adufu), Renato Domingues Fialho Martins (Adcefet-Rj), Roberto Silva de Oliveira (Aduusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff (Sindiprol/Aduel), Rodrigo Castelo (Adunirio), Roger Domenech Colacios (Sesduem), Rogério Giuliano Gimenez (Sesunila), Rogério Massarotto (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Aduusb), Rubens Ragone (Apesjf), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Aduusb), Sofia Manzano (Aduusb), Solange Struwka (Adunir-Ssind), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Aduusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufppb).

MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO! FASCISTAS NÃO PASSARÃO! ANA MONTENEGRO, PRESENTE!

TEXTO DE APOIO

Neste ano de 2024, recordamos os 60 anos de início da ditadura empresarial-militar no Brasil, que se estendeu até 1985. Foi um processo que antecipou em quase uma década o ciclo de ditaduras fascistas dos países do Cone Sul: Uruguai, em junho de 1973 - 1984; Chile, setembro de 1973 - 1989; Argentina, de 1976 - 1983; o ciclo dos militares na Bolívia, de 1964 - 1982; e a prolongada ditadura paraguaia iniciada em 1954 até 1989.

Essas ditaduras da segunda metade do século XX foram ditaduras de um definido caráter contrarrevolucionário, em resposta à revolução cubana de 1959 que, a partir de 1962, com a inestimável ajuda da ex-URSS, trouxe o socialismo para nosso continente. Os EUA, com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o infame Tratado do Rio de Janeiro de 1947, no contexto da Guerra Fria, promoveu a Doutrina da Segurança Nacional particularmente através da Escola das Américas ou Escola do Panamá, que fundamentou e treinou os militares para o Terrorismo de Estado. Não menos importante foi a coordenação dos aparelhos repressivos, envolvidos no Plano Condor, um plano formalizado em 1975 no Chile, mas que seguramente já operava anteriormente, no qual participaram as forças armadas do Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Brasil. No interior deste plano houve diversos outros planos específicos voltados para a repressão de diversos coletivos de militantes, como por exemplo, no caso da Operação Radar, que executou 20 militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os militantes assassinados foram: João Massena Melo, Luís Inácio Maranhão, Hiram de Lima Pereira, Elson Costa, Jaime Amorim Miranda, Itair José Veloso, José Montenegro de Lima, Orlando Bonfim Júnior, Caiuby Alves de Castro, José Roman, Walter de Souza Ribeiro, David Capistrano da Costa, Nestor Veras, José Maximiliano de Andrade Neto, José Ferreira de Almeida, Alberto Aleixo, Pedro Jerônimo de Souza, Vladimir Herzog, Neide Alves do Santos e Manoel Fiel Filho. Nossa homenagem a todo/as eles e ao conjunto do/as lutadore/as que enfrentaram heroicamente à ditadura empresarial-militar.

Estendemos uma homenagem especial à saudosa camarada Ana Montenegro, militante histórica do PBC por mais de 50 anos, e primeira mulher brasileira exilada pela ditadura ainda no ano de 1964, ficando mais de 15 anos fora do Brasil - após ter também se destacado na luta contra a ditadura do Estado Novo, duas décadas antes. Ana Montenegro foi uma lutadora incansável em defesa da classe trabalhadora, em especial à luta das mulheres trabalhadoras, tendo sido redatora da Revista "Mulheres do Mundo Inteiro", da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e representante do PCB em diversos órgãos e conferências internacionais. Além de dar nome ao Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, coletivo militante ligado ao PCB, a camarada continua sendo inspiração nas mais variadas lutas da nossa classe, e na nossa necessária reivindicação por memória, verdade, justiça e reparação. Neste Congresso do ANDES-SN em Fortaleza-CE, não podemos deixar de lembrar dessa cearense de Quixeramobim que lutou incansavelmente pela classe trabalhadora. Em sua memória, gritamos “Ana Montenegro, presente!”

A ditadura consolidou a nova fase do capitalismo monopolista no Brasil e no conjunto dos países da América Latina e do Caribe, e, portanto, uma nova articulação ao capital imperialista capitaneado pelas empresas monopolistas e os estados dos EUA, Alemanha e Japão. Uma profunda reestruturação da base econômica será realizada, atrelando fortemente as economias dos países periféricos e dependentes às exigências de acumulação do capital dos países do centro do sistema mundial. Com definidas particularidades nacionais e temporalidades diferentes, as economias foram cada vez mais desnacionalizadas e subordinadas às agências imperialistas dos acordos de Bretton Woods: FMI, BM e, posteriormente, a OMC - e, reiteramos, com temporalidades diferentes, foram ingressando nas políticas neoliberais. No nosso caso, a ditadura aplicou fundamentalmente um projeto desenvolvimentista e, somente depois, com a redemocratização, começaram as políticas neoliberais.

Consideramos central que, diante do avanço da extrema-direita apologista da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, reforçemos nossas ferramentas de luta por memória,

verdade, justiça e reparação. Nesse sentido, estamos propondo um conjunto de atividades para lembrar esse momento e seus rebatimentos na atualidade, inclusive com uma proposta de reformulação da Comissão da Verdade do nosso Sindicato.

Em primeiro lugar, propomos a realização de um Seminário Nacional com a participação de convidados internacionais, particularmente dos países que foram alvos do Plano Condor. Sabemos que há uma agenda de Seminários já comprometida e um Congresso Mundial de Sindicatos da Educação, mas não podemos deixar passar por alto esse processo nem comprometer o necessário exercício da memória histórica e enfrentamento ao ocultamento e à banalização do fascismo que as “novas” direitas estão promovendo na atualidade.

Também propomos que seja efetivada, como exercício da memória histórica, a resolução aprovada no 39º Congresso do ANDES-SN em 2020, no sentido de realizar uma publicação sobre o Plano Condor. Já há material abundante para publicação (ou uma série de publicações) em parceria com editoras e com organizações dos familiares dos Presos, Torturados e Desaparecidos.

Ainda mais importante, na nossa consideração, é que o ANDES-SN encampe neste ano a proposta de realização de um Memorial de recordação das vítimas e em homenagem às lutas antiditatoriais. Houve muita luta, das diversas vertentes táticas, políticas e sociais de resistência à ditadura, e o nosso Sindicato deveria homenagear e imortalizar essas lutas e esses (as) lutadores (as). Será importante pensar o tipo de memorial e sua localização. Uma possibilidade pode ser no exterior do prédio do que foi o local do MEC na cidade do Rio de Janeiro. Mas pode ser em outros locais e também em outros formatos. Já há uma série de memoriais realizados em outros países que podem ser utilizados como referência. Em alguns casos, os centros de detenção e tortura têm sido marcados e foram colocadas placas de memória.

Vai ser um trabalho de fôlego, que demandará uma atuação dedicada da Comissão da Verdade, com um perfil que unifique o conjunto das forças políticas do sindicato. Também vai precisar de um financiamento especial, talvez via uma contribuição especial dos sindicalizados. Também será necessária articulação institucional para definir o local (ou os locais) de instalação do memorial proposto. O ANDES-SN deve levar essa mesma política para que seja também incorporada por outras entidades políticas, sindicais e sociais como parte de uma campanha nacional por Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Faz parte desta campanha a exigência do pleno funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como a demanda para que os crimes cometidos pelo Terrorismo de Estado e os crimes de lesa humanidade não fiquem impunes como têm acontecido entre nós até agora.

Finalmente, consideramos que esse é um momento oportuno para intensificar a defesa, pelo nosso sindicato, das causas relativas aos Direitos Humanos. Evidentemente, há um debate liberal e, muitas vezes, cínico, hipócrita e eurocêntrico por parte das elites políticas e intelectuais do “ocidente” sobre Direitos Humanos. Trata-se do debate da burguesia “ocidental” e seus intelectuais orgânicos, aqueles que criaram e sustentaram o colonialismo, o racismo, a eugenia e os campos de concentração. É nosso dever fazer a crítica a essa hipocrisia deliberada dos círculos imperialistas e ao mesmo tempo propor uma teoria e prática dos direitos humanos com fundamentos classistas, atrelada a um humanismo concreto, que parte de considerar o ser humano como conjunto das relações sociais. Há uma série de debates sobre esse assunto nesta época do longo neoliberalismo, como a instauração do “Estado de Exceção” como o novo normal, o encarceramento e a vigilância em massa, os genocídios em curso contra os povos originários, população

jovem pobre e negra (mascarada de guerra às drogas, por exemplo), os epistemicídios, a necropolítica como atualização da velha prática da eugenia, a economia ilegal, o narcoestado, a corrupção estatal, e muitas outras situações que vivenciamos no nosso cotidiano de avanço da barbárie do capital.

TR - 33

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realizar Seminário Nacional com convidados de movimentos sindicais, sociais e políticos do Cone Sul, com o tema: 60 anos do golpe de estado de 1964 no Brasil: Memória, verdade, justiça e reparação! Fascistas não passarão!

2. Executar a deliberação aprovada no 39º congresso:

"Organizar junto com entidades de familiares de ex-presos políticos, exilados e desaparecidos, organizações sociais e pesquisadores, publicação própria de denúncia sobre o Plano Condor";

2.1. Articular atividades conjuntas com a FEDEFAM, Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (através do GTNM/RJ);

3. Criar um Memorial em homenagem a/os professor/a/es exilados, presos, assassinados e desaparecidos pela Ditadura Empresarial-Militar, e vitimados pelas inúmeras formas de violência e repressão, com destaque ao martírio de docentes negros (as), indígenas, LGBTQIA+ durante a ditadura empresarial-militar;

3.1. Apresentar no próximo CONAD proposta do Memorial e de campanha de financiamento junto com as seções sindicais e a sociedade;

4. Promover junto com as Associações de familiares de mortos e desaparecidos, Grupo Tortura Nunca Mais, sindicatos, movimentos sociais e organizações políticas um movimento nacional de homenagem e de luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação;

5. Exigir do governo a instalação e funcionamento pleno da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

6. Ampliar a composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN e renomeá-la como Comissão da Verdade e Direitos Humanos;

6.1. Realizar, junto às seções, debates sobre a perspectiva classista dos Direitos Humanos, sua diferenciação com relação à perspectiva imperialista e eurocêntrica;

7. Participar do Conselho Nacional de Direitos Humanos;

8. Estabelecer parceria com a OAB na pauta da Verdade e Direitos Humanos.

Unidade classista! Futuro socialista!

POLÍTICAS E AÇÕES PARA CARREIRA DOCENTE: ASPIRAÇÃO E LUTA HISTÓRICA

TEXTO DE APOIO

Ao mesmo tempo que ainda é preciso reafirmar que a carreira única para todos e todas as docentes das IES é uma “aspiração histórica do ANDES-SN”¹, é preciso também lembrar que, ao longo dos seus mais de quarenta anos de história, o ANDES-SN, orientado por sua base, transformou essa aspiração em luta e conquistas para o conjunto da nossa categoria, tanto nas IES federais quanto nas estaduais e municipais. Mas não o fez sem enfrentar duros ataques, especialmente advindos das ofensivas neoliberais privatistas e contrarreformistas de governos federais, estaduais e municipais dos mais diferentes matizes políticos.

Ainda presente no horizonte das nossas lutas, a carreira única segue como nossa aspiração histórica, orientada pelo padrão unitário de qualidade, pela unificação das condições de ensino, pesquisa e extensão. Mas essa é uma aspiração que precisa, por sua vez, responder às mudanças sensíveis pelas quais nossa categoria atravessou nos últimos anos. Se as políticas de engessamento do ofício docente propugnadas pelos decretos da ditadura empresarial-militar dos anos de 1960 e 1970, formalizavam mecanismos de precarização do trabalho docente em uma estratificação arcaica, o movimento docente respondeu com luta por carreira docente estruturada, construindo mobilizações, greves e encontros nacionais das Associações Docentes, como o de 1979 (ENAD Extraordinário), que deram início, em alguma medida, ao movimento nacional de luta por carreira docente digna nas nossas IES. Se o processo de reabertura política democrática no Brasil nos legou novas tarefas de, nos marcos da institucionalidade, pensar a universidade brasileira e sua representação constitucional, não hesitamos em intensificar as lutas em defesa da universidade pública, da carreira docente única (conquistada parcialmente após uma grande greve nacional em 1985) e pela construção de espaços de discussão de base que deram origem à síntese inicial da proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, materializada no Caderno 2.

Esse histórico de lutas, a despeito dos limites de movimentação no espaço constitucional ditatorial ou de transição, legou-nos não apenas uma compreensão madura do que queremos para a universidade pública e para a carreira docente, mas também condições favoráveis para conquistar, ainda que parcialmente, uma legislação que expressasse essa compreensão, como foi o caso do PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, Decreto 94.664/87 em atendimento à Lei de Isonomia, 7.596/87), que garante, dentre outras coisas, estabilidade de direitos, valorização do regime de trabalho DE, estímulo à formação continuada para os e as docentes das IES federais. Essa foi uma vitória da universidade pública sobre as ofensivas privatistas que se desenhavam no período de maior ebulição do laboratório neoliberal sobre a América Latina, que tinha

¹ Caderno 2

como linhas mestras de desestruturação da universidade pública a influência da concepção universitária do imperialismo norte-americano (vide os acordos MEC-USAID, ainda nos anos 60) e a segregação entre “centros de excelência” e “centros de ensino” proposta pelo GERES, Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior, em 1986.

Com o debate e a mobilização docente em um novo patamar, não apenas validado por seu acúmulo político histórico, mas também pela mudança de regime constitucional, a discussão sobre carreira docente ganha força no ANDES-SN, seja na proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, aprimorada nos Seminários sobre Universidade Brasileira realizados em Campo Grande (1990) e Curitiba (1991), ou na constituição da Comissão de Carreira no XXII CONAD (Campo Grande, 1990) e na criação do GT Carreira no XXIII CONAD (Maceió, 1991), que tiveram como tarefa pensar em uma proposta concreta de carreira única com a centralidade do debate no padrão unitário de qualidade. Ainda em 1992, esse acúmulo foi apresentado no XI Congresso (Cuiabá), ocasião na qual foram aprovados 14 princípios norteadores da proposta de carreira única do ANDES-SN, com ênfase na concepção de uma carreira estruturada, acessada via concurso público, com direitos isonômicos de progressão e remuneração, prioridade do regime de Dedicção Exclusiva e associada a uma política nacional de capacitação docente, dentre outras.

São esses princípios que têm orientado a luta histórica do ANDES-SN pela carreira docente unificada, e que balizaram o conjunto de debates realizados ao longo dos anos 90, no espírito de dar conhecimento ao conjunto da categoria sobre a proposta de carreira do Sindicato Nacional, e no espírito de aprofundar e atualizar a proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Foi o que orientou a realização de um Seminário em João Pessoa e a discussão no XII Congresso em Manaus, ambos em 1993, que avançaram na elaboração de uma proposta de estrutura de carreira docente, bem como a aprovação em 1994, no XIII Congresso, em Viçosa-MG, do Plano Nacional de Capacitação Docente.

O desmonte da carreira docente

A contraofensiva neoliberal aos avanços da categoria docente do ensino superior em formular, a partir das bases, uma concepção avançada de carreira se deu no bojo de um desmonte mais amplo da educação pública e do estado brasileiro, especialmente sob a gestão neoliberal de uma série de governos nos últimos 30 anos. Por um lado, vale mencionar as políticas de restrição orçamentária implementadas pelo governo FHC, entre 1994 e 2002, que produziram, dentre outras coisas, arrocho salarial para o conjunto do funcionalismo, congelamento de vagas de concurso, enfraquecimento dos vínculos estruturais da carreira e congelamento das tabelas salariais. Por outro, não podemos negligenciar o papel que os governos petistas desempenharam em aprofundar esse cenário de desmonte e desestruturação.

Se o governo FHC implementou a cartilha neoliberal de garroteamento do Estado, os governos petistas não se furtaram a dar continuidade a diversos processos de enfraquecimento dos serviços públicos e de transferência do fundo público para setores variados da burguesia. No campo da educação básica e superior, não podemos deixar de mencionar os efeitos, sentidos até o dia de hoje, da MP 431/2008, convertida na Lei nº 11.784, de 2008, que criou a carreira EBTT, aprofundando a divisão no seio da categoria docente, e que retirou a retribuição por titulação do corpo do salário, acabando com a linha única no contracheque, fracionando o salário docente e criando novos instrumentos de chantagem negocial que beneficiam o governo no confronto com as pautas legítimas da categoria. Além disso, a lei criou a categoria de professor associado sem previsão adequada de reenquadramento dos docentes aposentados, e estabeleceu metas

quantitativas de avaliação do trabalho docente com critérios externos às próprias instituições.

A cartada final do governo Lula 2 viria com a proposta de minuta de PL, apresentada em 2010, para reformular a carreira docente, e que foi fruto de duras críticas do ANDES-SN e do movimento docente como um todo – a Carta 385/2010, enviada pelo Sindicato Nacional ao governo, faz um primoroso trabalho de desconstrução política e jurídica da proposta de (des)estruturação das carreiras apresentada pelo governo. Por força da mobilização docente, a proposta não foi colocada em apreciação de imediato. O ANDES-SN, por meio dos seus espaços deliberativos – em especial o 55º CONAD (Fortaleza, 2010) e do 30º Congresso (Uberlândia, 2011) – não só produziu um PL alternativo que contemplasse a carreira de docente federal, documento produzido com base nos princípios do Caderno 2 unificando as carreiras EBTT e do Magistério Superior, e que ainda orienta nossa concepção de carreira única federal, mas também criou condições para a construção da histórica greve de 2012 que, dentre outras pautas, visou combater a tentativa de destruição do PUCRCE.

Um dos resultados institucionais dessa greve marca não apenas uma inflexão de uma concepção rebaixada de carreira docente, mas também registra um dos movimentos mais absurdos já vistos no movimento sindical recente: a assinatura de um acordo com o governo realizada por uma burocracia sindical ilegítima e sem respaldo das bases. Estamos falando da Lei 12.772/2012, que estabelece o Novo Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, à revelia do acúmulo histórico da categoria, desmontando o PUCRCE e fragilizando ainda mais a carreira docente federal em todos os níveis. O fez ao enfraquecer os mecanismos de pertencimento, como tempo de serviço, valorização da titulação, possibilidade real de formação continuada, e trabalhando em conjunto com as contrarreformas da previdência defendidas e implementadas pelas próprias gestões petistas.

Os reflexos dessa lei são sentidos até hoje. Um deles foi a destruição da razão que orientava os diferentes regimes de trabalho docente – antes da Lei, a Dedicção Exclusiva, regime de trabalho prioritário na concepção do ANDES-SN, tinha salário equivalente a 3.1x do regime parcial, que é o de 20h; após 2012, a DE passa a ter remuneração equivalente ao que seriam 40h de trabalho. Outro reflexo está no rebaixamento dos aposentados para dar lugar a novos níveis precarizados de carreira, não apenas afetando os novos docentes da ativa, como também impossibilitando que os aposentados pudessem chegar ao topo da nova carreira – o que, para todos os efeitos, operou como uma minirreforma da previdência. Vale ressaltar também que a Lei promove uma discriminação funcional da Carreira EBTT, estabelecendo exigências diferentes de planos de trabalho, limites à liberdade acadêmica e sistemas de controle apartado dos mecanismos vigentes para o Magistério Superior (MS). Por fim, a Lei de 2012 desconstruiu a malha salarial com a eliminação da relação entre os degraus dos regimes de trabalho, inviabilizando a adoção de critérios estruturais da carreira que nos possibilitariam visualizar as perdas salariais e de benefícios como um problema linear coletivo – o que temos hoje é uma concepção dispersa de “perdas individuais”, como pode ser notado a partir dos dados emitidos pela Calculadora de Perdas do DIEESE, elaborada a pedido do ANDES-SN e disponível para a categoria através do link <https://www.dieese.org.br/calculadoraandes/>.

Após o golpe de 2016 e posterior ascensão ao poder de um governo de caráter neofascista, alguns desses efeitos foram agravados a partir de medidas autoritárias, muitas das quais ainda persistem, mesmo sob um novo governo de verniz democrático. Esse é o caso da

Portaria 983/20, que aprofunda a precarização do trabalho docente EBTT e impossibilita a consecução equilibrada das atividades-fim das IES, que são o ensino, a pesquisa e a extensão. Tais medidas, associadas à implementação do ponto eletrônico para muitas instituições federais têm ampliado o vazio discriminatório entre as carreiras EBTT e MS, impossibilitando, em grande medida, a realização de pesquisa e de extensão por docentes EBTT. É o caso também da IN 66/2022, que trata da uniformização de entendimentos referentes à concessão de progressão funcional aos(as) docentes das Instituições Federais de Ensino e que, embora com indicação positiva do governo por sua revogação, ainda se encontra em vigência no momento da escrita deste texto.

Carreira no Setor das IFES: elementos prioritários para a negociação na mesa setorial

A discussão de carreira docente precisa partir de um pressuposto fundamental: precisamos buscar a concretização progressiva da tese “trabalho igual, salário igual”. Ou seja, deve ter como horizonte que, em médio e longo prazos, seja possível construir uma carreira única do magistério superior. Alterações impostas à carreira, nesses últimos anos, precarizaram ainda mais nosso trabalho nas instituições de ensino superior, acarretando consequências graves à vida acadêmica.

Apesar dos esforços que o movimento docente tem demonstrado, como apontamos acima, sofremos derrotas. Os últimos 30 anos foram de refluxo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, o que abriu espaço, cada vez mais, para a subtração dos direitos dos(as) trabalhadores(as). Nesse processo, nós docentes, perdemos:

- A autonomia para a administração da carreira, pois todos os procedimentos relativos à carreira têm sido arbitrados pelo Ministério do Planejamento;
- A remuneração por tempo de exercício da docência, com a extinção dos anuênios;
- A isonomia salarial: o salário hoje voltou a ser composto por retribuição por titulação e vencimento básico; e este foi reduzido à menor parcela do salário;
- O compromisso com a valorização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como atividade acadêmica, pois, ao contrário, estamos sendo submetidos a um processo que segmenta as atribuições e a correspondente remuneração;
- Níveis remuneratórios da Carreira determinados mediante variação crescente dos valores, a razão de (5%) cinco por cento, por nível remuneratório;
- A remuneração em 100% (cem por cento) para o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais sobre piso gerador; hoje o T40 recebe como um T28;
- A remuneração de 210% (duzentos e dez por cento) para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva sobre o piso gerador; hoje o DE recebe como um T40;
- O valor referente ao nível remuneratório de acréscimo devido à titulação fixo; hoje depende do regime de trabalho;
- Programa de capacitação permanente do corpo docente em cada IFE.

Além de todos esses problemas, ultimamente os concursos revelaram uma nova realidade. A maioria dos(as) professores(as) que ingressa na carreira de magistério do ensino superior já porta o título de doutor(a), o que anula parcialmente o que já foi um motivador importante para a progressão funcional: a formação continuada. Nesse sentido, a carreira docente deve ter uma estrutura simples e transparente, baseada na formação continuada;

pautada pelos princípios da ascensão por titulação, obtida em sessões públicas, e da progressão por tempo de serviço, essa marcada por quinquênios ou mecanismos similares, adotados automaticamente, como forma de reconhecer e valorizar a dedicação contínua ao trabalho docente. O objetivo de defendermos o nosso projeto de carreira para as IFES é garantir não só os nossos direitos, mas também a existência da universidade pública de qualidade.

Dessa forma, devemos lutar pela implementação do Projeto de Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN. Para isso, apresentaremos alguns elementos que devem ser considerados prioritários na negociação junto à mesa setorial:

Elemento 1- Exigir que a definição da estrutura remuneratória dos docentes tenha parâmetros definidos como 100% (cem por cento) para o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e de 210% (duzentos e dez por cento) para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva explícitos em termo de acordo e fixados em lei.

Como mencionamos acima, a lei que vigorava anteriormente à Lei 12.772/2012, definia que os valores dos vencimentos do regime de 40h correspondiam ao dobro (100%) dos de 20h e os de Dedicção Exclusiva a um acréscimo de 55% (3,1 vezes 20h) aos valores de 40. A tabela 1 faz a comparação dos valores atuais com os que deveriam ser conforme as regras anteriores, que constam da proposta do ANDES-SN.

Docentes MS / EBTT, nov 2023											
Classe	MS	EBTT	Nível	20 horas	40 horas			DE			
					nov/23	2x20 horas	Diferença	nov/23	3,1x20 horas	Diferença	
E	TITULAR	TITULAR	1	5.204,12	7285,77	10408,24	60,00%	10408,24	16132,77	55,00%	
	ASSOCIADO	D IV	4	4.731,02	6623,42	9462,03	60,00%	9462,03	14666,15	55,00%	
			3	4.549,05	6368,68	9098,11	60,00%	9098,11	14102,07	55,00%	
			2	4.374,09	6123,73	8748,18	60,00%	8748,18	13559,68	55,00%	
D			1	4.205,86	5888,20	8411,71	60,00%	8411,71	13038,16	55,00%	
			4	3.364,69	4710,56	6729,37	60,00%	6729,37	10430,52	55,00%	
			3	3.235,27	4529,38	6470,55	60,00%	6470,55	10029,35	55,00%	
E	ADJUNTO	D III	2	3.110,84	4355,18	6221,68	60,00%	6221,68	9643,61	55,00%	
			1	2.991,19	4187,67	5982,39	60,00%	5982,39	9272,70	55,00%	
			2	2.835,25	3969,36	5670,51	60,00%	5670,51	8789,29	55,00%	
B	ASSISTENTE	D II	2	2.700,24	3780,34	5400,48	60,00%	5400,48	8370,75	55,00%	
A	AUXILIAR	D I	2	2.559,47	3583,26	5118,94	60,00%	5118,94	7934,36	55,00%	
			1	2.437,59	3412,63	4875,18	60,00%	4875,18	7556,53	55,00%	

Tabela 1: Achatamento horizontal dos vencimentos básicos dos(as) professores(as) federais

Se considerarmos, como piso gerador da nossa malha salarial o valor do auxiliar 1/DI 1 20h graduado, há uma desvalorização do Regime de DE, que varia 55% e para o Regime de 40h, 60%. Isso causa um achatamento horizontal para todos os níveis da carreira que é, de alguma forma, minimizado com elevados valores da RT, notadamente para Doutorado, especialmente nos níveis mais altos da carreira.

A Dedicção Exclusiva, quando o PUCRCE foi implantado em 1987, era de 40% a mais do que para as 40h para o Magistério do Ensino Superior e de 25% para o Magistério de 1º e 2º grau. Nos anos que se seguiram esses percentuais foram elevados várias vezes até atingir 55% para as duas carreiras. O princípio é o de uma remuneração para que o docente tenha apenas um vínculo e se dedique exclusivamente à instituição. Como a CF permite ao(à) professor(a) ter dois vínculos, a lógica é que a remuneração para DE seja equivalente à soma das remunerações de 20h e de 40h, que seria o máximo de dois vínculos. Precisamos que essa razão volte a estar definida em lei. Uma vez garantido, na negociação, que o vencimento básico do(a) docente de 40h é o dobro do(a) de 20h, o do DE deve ser definido como percentual do de 40h, que será mais alto ou mais baixo a depender de nossa força no processo.

Elemento 2 - Na negociação, deve-se estabelecer o piso gerador de R\$ 3.596,04 (a metade do salário mínimo do DIEESE referente a setembro/2023) para possibilitar avanços na reestruturação da tabela de VB com degraus na sua evolução vertical e na relação entre regimes de trabalho.

As tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 mostram simulações da malha salarial do nosso projeto de carreira para os 3 regimes de trabalho construídas com piso diferentes; a tabela 2 mostra a simulação com o salário mínimo do DIEESE, a tabela 3 com o piso nacional do magistério, a tabela 4 com o piso sendo 3 salários mínimos, a tabela 5 a metade do salário mínimo do DIEESE e a tabela 6 com o piso sendo considerado o vencimento atual do auxiliar I/DI 1 20h graduado.

Carreiras atuais			Proposta ANDES-SN: 13 níveis; degraus de 5% aperf. 7,5% espec. 18% mestrado, 37,5% doutorado 75% 40h = 2X20h; DE = 1,55X40h																
Magistério Superior	EBTT	Níveis	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva						
			Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado		
E	Titular	Titular	Único	13	11279,65	12125,62	13309,98	15509,52	19739,38	22559,30	24251,24	28619,97	31019,03	39478,77	34966,91	37589,43	41260,95	48079,50	61192,09
D	Associado	DIV	4	12	10742,52	11548,21	12676,18	14770,97	18799,41	21485,04	23096,42	25352,35	29541,93	37598,83	33301,82	35799,45	39296,14	45790,00	58278,18
			3	11	10230,97	10998,30	12072,55	14067,59	17904,20	20461,95	21996,59	24145,10	28135,18	35808,41	31716,02	34094,72	37424,90	43609,52	55503,03
			2	10	9743,78	10474,57	11497,67	13397,70	17051,62	19487,57	20949,14	22995,33	26795,41	34103,24	30205,73	32471,16	35642,76	41532,88	52860,03
			1	9	9279,79	9975,78	10950,16	12759,72	16239,64	18559,59	19951,56	21900,31	25519,43	32479,28	28767,36	30924,91	33945,49	39555,12	50342,88
			4	8	8837,90	9500,74	10428,72	12152,11	15466,32	17675,80	19001,48	20857,44	24304,22	30932,65	27397,49	29452,30	32329,04	37671,55	47945,80
C	Adjunto	DIII	3	7	8417,05	9048,33	9932,12	11573,44	14729,83	16834,09	18096,65	19864,23	23146,88	29459,66	26092,85	28049,81	30789,56	35877,86	45662,48
			2	6	8016,24	8617,45	9458,16	11022,32	14028,41	16032,47	17234,91	18918,31	22044,65	28056,82	24850,33	26714,10	29323,39	34169,20	43488,08
			1	5	7634,51	8207,10	9008,72	10497,45	13380,39	15269,02	16414,20	18017,44	20994,90	26720,78	23868,98	25442,00	27927,04	32542,10	41417,21
B	Assistente	DII	2	4	7270,96	7816,28	8579,73	9997,57	12724,18	14541,92	15632,57	17159,47	19995,14	25448,37	22539,98	24230,48	26597,18	30992,47	39444,97
			1	3	6924,73	7444,08	8171,18	9521,50	12118,27	13849,45	14888,16	16342,35	19042,99	24236,54	21466,65	23239,05	25306,65	29516,84	37566,63
A	Auxiliar	DI	2	2	6594,98	7089,80	7782,07	9068,09	11541,21	13189,95	14179,20	15564,14	18136,19	23082,42	20444,43	21977,76	24124,42	28111,09	35777,75
			1	1	6280,93	6752,00	7411,50	8636,28	10991,63	12561,86	13504,00	14822,99	17272,56	21983,26	19470,88	20931,20	22975,64	26772,46	34074,05
Relação teto com piso					1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	
Relação entre maior e menor vencimento					3,14					3,14					3,14				

Tabela 2 – Simulação de malha salarial usando como piso salário mínimo do DIEESE

Carreiras atuais			Proposta ANDES-SN: 13 níveis; degraus de 5% aperf. 7,5% espec. 18% mestrado, 37,5% doutorado 75% 40h = 2X20h; DE = 1,55X40h																
Magistério Superior	EBTT	Níveis	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva						
			Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado		
E	Titular	Titular	Único	13	7938,67	8534,07	9367,63	10915,67	13892,68	15877,35	17068,15	18735,27	21831,35	27785,35	24609,89	26455,63	29039,66	33838,59	43067,30
D	Associado	DIV	4	12	7560,64	8127,89	8921,56	10395,88	13231,12	15121,28	16255,38	17843,11	20791,76	26462,24	23437,99	25195,83	27856,82	32227,23	41016,48
			3	11	7200,61	7740,66	8496,72	9900,84	12601,07	14401,22	15481,31	16993,44	19801,68	25202,14	22321,89	23996,03	26339,83	30692,60	39063,31
			2	10	6857,72	7372,05	8092,11	9429,37	12001,02	13715,45	14744,11	16184,23	18858,74	24002,03	21258,94	22853,37	25085,55	29231,05	37203,15
			1	9	6531,17	7021,00	7706,78	8980,35	11429,54	13062,33	14042,01	15413,55	17960,71	22859,08	20246,61	21765,11	23891,00	27839,09	35431,57
			4	8	6220,16	6686,67	7339,79	8552,72	10885,28	12440,32	13373,34	14679,57	17105,43	21770,55	19282,49	20728,68	22753,34	26513,42	33744,36
C	Adjunto	DIII	3	7	5923,96	6368,26	6990,27	8145,44	10366,93	11847,92	12736,51	13980,55	16290,89	20733,86	18364,28	19741,60	21669,84	25250,88	32137,48
			2	6	5641,87	6065,01	6657,40	7757,57	9873,27	11283,73	12130,01	13314,80	15515,13	19746,53	17489,79	18801,52	20637,95	24048,46	30607,13
			1	5	5373,21	5776,20	6340,38	7388,16	9403,11	10746,41	11552,39	12680,77	14776,32	18806,22	16656,94	17906,21	19655,19	22903,29	29149,64
B	Assistente	DII	2	4	5117,34	5501,14	6038,46	7036,34	8955,34	10234,68	11002,28	12076,92	14072,68	17910,69	15863,75	17053,53	18719,23	21812,66	27761,57
			1	3	4873,66	5239,18	5750,91	6701,28	8528,90	9747,31	10478,36	11501,83	13402,56	17057,80	15108,33	16241,46	17827,84	20773,96	26439,59
A	Auxiliar	DI	2	2	4641,58	4989,70	5477,06	6382,17	8122,76	9283,16	9979,39	10954,12	12764,34	16245,52	14388,89	15468,06	16978,89	19784,72	25180,56
			1	1	4420,55	4752,09	5216,25	6078,26	7735,96	8841,10	9504,18	10432,50	12156,51	15471,93	13703,71	14731,48	16170,37	18842,59	23981,48
Relação teto com piso					1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	
Relação entre maior e menor vencimento					3,14					3,14					3,14				

Tabela 3 – Simulação de malha salarial usando como piso do magistério

Carreiras atuais			Proposta ANDES-SN: 13 níveis; degraus de 5% aperf. 7,5% espec. 18% mestrado, 37,5% doutorado 75% 40h = 2X20h; DE = 1,55X40h																
Magistério Superior	EBTT	Níveis	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva						
			Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado		
E	Titular	Titular	Único	13	7938,67	8534,07	9367,63	10915,67	13892,68	15877,35	17068,15	18735,27	21831,35	27785,35	24609,89	26455,63	29039,66	33838,59	43067,30
D	Associado	DIV	4	12	7560,64	8127,89	8921,56	10395,88	13231,12	15121,28	16255,38	17843,11	20791,76	26462,24	23437,99	25195,83	27856,82	32227,23	41016,48
			3	11	7200,61	7740,66	8496,72	9900,84	12601,07	14401,22	15481,31	16993,44	19801,68	25202,14	22321,89	23996,03	26339,83	30692,60	39063,31
			2	10	6857,72	7372,05	8092,11	9429,37	12001,02	13715,45	14744,11	16184,23	18858,74	24002,03	21258,94	22853,37	25085,55	29231,05	37203,15
			1	9	6531,17	7021,00	7706,78	8980,35	11429,54	13062,33	14042,01	15413,55	17960,71	22859,08	20246,61	21765,11	23891,00	27839,09	35431,57
			4	8	6220,16	6686,67	7339,79	8552,72	10885,28	12440,32	13373,34	14679,57	17105,43	21770,55	19282,49	20728,68	22753,34	26513,42	33744,36
C	Adjunto	DIII	3	7	5923,96	6368,26	6990,27	8145,44	10366,93	11847,92	12736,51	13980,55	16290,89	20733,86	18364,28	19741,60	21669,84	25250,88	32137,48
			2	6	5641,87	6065,01	6657,40	7757,57	9873,27	11283,73	12130,01	13314,80	15515,13	19746,53	17489,79	18801,52	20637,95	24048,46	30607,13
			1	5	5373,21	5776,20	6340,38	7388,16	9403,11	10746,41	11552,39	12680,77	14776,32	18806,22	16656,94	17906,21	19655,19	22903,29	29149,64
B	Assistente	DII	2	4	5117,34	5501,14	6038,46	7036,34	8955,34	10234,68	11002,28	12076,92	14072,68	17910,69	15863,75	17053,53	18719,23	21812,66	27761,57
			1	3	4873,66	5239,18	5750,91	6701,28	8528,90	9747,31	10478,36	11501,83	13402,56	17057,80	15108,33	16241,46	17827,84	20773,96	26439,59
A	Auxiliar	DI	2	2	4641,58	4989,70	5477,06	6382,17	8122,76	9283,16	9979,39	10954,12	12764,34	16245,52	14388,89	15468,06	16978,89	19784,72	25180,56
			1	1	4420,55	4752,09	5216,25	6078,26	7735,96	8841,10	9504,18	10432,50	12156,51	15471,93	13703,71	14731,48	16170,37	18842,59	23981,48
Relação teto com piso					1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	
Relação entre maior e menor vencimento					3,14					3,14					3,14				

Tabela 4 – Simulação de malha salarial usando como piso 3 salários-mínimos

Carreiras atuais			Proposta ANDES-SN: 13 níveis; degraus de 5% aperf. 7,5% espec. 18% mestrado, 37,5% doutorado 75% 40h = 2X20h; DE = 1,55X40h																
Magistério Superior	EBTT	Níveis	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva						
Classe	Denominação	Classe	Atual	ANDES	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado
E	Titular	Titular	Único	13	5639,82	6062,81	6654,99	7754,76	9669,69	11279,65	12125,62	13309,98	15509,52	19739,38	17483,46	18794,71	20630,48	24039,75	30596,04
D	Associado	DIV	4	12	5371,26	5774,11	6338,09	7385,48	9399,71	10742,52	11548,21	12676,18	14770,97	18799,41	16650,91	17899,73	19648,07	22895,00	29139,09
			3	11	5115,49	5499,15	6036,27	7033,79	8952,10	10230,97	10998,30	12072,55	14067,59	17904,20	15858,01	17047,36	18712,45	21804,76	27751,51
			2	10	4871,89	5237,28	5748,83	6698,85	8525,81	9743,78	10474,57	11497,67	13397,70	17051,62	15102,87	16235,58	17821,38	20766,44	26430,01
			1	9	4639,90	4987,89	5475,08	6379,86	8119,82	9279,79	9975,78	10950,16	12759,72	16239,64	14383,68	15462,46	16972,74	19777,56	25171,44
C	Adjunto	DIII	4	8	4418,95	4750,37	5214,36	6076,06	7733,16	8837,90	9500,74	10428,72	12152,11	15486,32	13698,74	14726,15	16184,52	18835,77	23972,80
			3	7	4208,52	4524,16	4966,06	5786,72	7364,92	8417,05	9048,33	9932,12	11573,44	14729,83	13046,42	14024,90	15394,78	17938,83	22831,24
			2	6	4008,12	4308,73	4729,58	5511,16	7014,21	8016,24	8617,45	9459,16	11022,32	14028,41	12425,16	13357,05	14661,69	17084,80	21744,04
			1	5	3817,25	4103,55	4504,36	5248,73	6680,20	7634,51	8207,10	9008,72	10497,45	13360,39	11833,49	12721,00	13963,52	16271,05	20708,61
B	Assistente	DII	2	4	3635,48	3908,14	4269,87	4998,79	6362,09	7270,96	7816,28	8579,73	9997,57	12724,18	11269,99	12115,24	13298,59	15496,24	19722,48
			1	3	3462,36	3722,04	4085,59	4760,75	6059,13	6924,73	7444,08	8171,18	9521,50	12118,27	10733,32	11538,32	12665,32	14758,32	18783,32
A	Auxiliar	DI	2	2	3297,49	3544,80	3891,04	4534,05	5770,80	6594,98	7089,60	7782,07	9068,09	11541,21	10222,21	10988,88	12062,21	14055,54	17888,87
			1	1	3140,47	3376,00	3705,75	4318,14	5495,81	6280,93	6752,00	7411,50	8636,28	10991,63	9735,44	10465,60	11487,82	13386,23	17037,02
Relação teto com piso					1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80
Relação entre maior e menor vencimento					3,14					3,14					3,14				

Tabela 5 – Simulação de malha salarial usando como piso a metade do salário-mínimo do DIEESE

Carreiras atuais			Proposta ANDES-SN: 13 níveis; degraus de 5% aperf. 7,5% espec. 18% mestrado, 37,5% doutorado 75% 40h = 2X20h; DE = 1,55X40h																
Magistério Superior	EBTT	Níveis	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva						
Classe	Denominação	Classe	Atual	ANDES	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfei.	Especial	Mestrado	Doutorado
E	Titular	Titular	Único	13	4377,56	4705,88	5165,52	6019,15	7660,73	8755,12	9411,76	10331,04	12038,29	15321,46	13570,44	14588,22	16013,12	19659,36	23748,27
D	Associado	DIV	4	12	4169,11	4481,79	4919,55	5732,52	7295,94	8338,21	8963,58	9839,09	11465,04	14591,87	12924,23	13893,55	15250,59	17770,81	22617,40
			3	11	3970,58	4268,37	4685,28	5459,54	6948,51	7941,15	8536,74	9370,56	10919,09	13897,02	12308,79	13231,95	14524,37	16924,59	21540,38
			2	10	3781,50	4065,11	4462,17	5199,57	6617,63	7563,00	8130,23	8924,35	10399,13	13235,26	11722,66	12601,86	13832,73	16118,65	20514,65
			1	9	3601,43	3871,54	4249,69	4951,97	6302,50	7202,86	7743,08	8499,38	9903,93	12605,01	11164,43	12001,77	13174,03	15351,10	19537,76
C	Adjunto	DIII	4	8	3429,93	3687,18	4047,32	4716,16	6002,38	6859,87	7374,36	8094,64	9432,32	12004,77	10632,80	11430,25	12546,70	14620,09	18607,39
			3	7	3268,60	3511,80	3854,59	4491,58	5716,56	6533,21	7023,20	7709,18	8983,16	11433,11	10126,47	10885,96	11949,24	13923,90	17721,33
			2	6	3111,05	3344,38	3671,04	4277,70	5444,34	6222,10	6688,76	7342,08	8555,39	10888,68	9644,26	10387,58	11380,23	13260,86	16877,45
			1	5	2962,91	3185,12	3496,23	4074,00	5185,09	5925,81	6370,25	6992,46	8147,99	10370,17	9185,01	9873,88	10838,31	12629,39	16073,76
B	Assistente	DII	2	4	2821,82	3033,45	3329,74	3880,00	4938,18	5643,63	6066,90	6659,48	7759,99	9876,35	8747,63	9403,70	10322,20	12027,99	15308,35
			1	3	2687,44	2899,00	3171,18	3695,23	4703,03	5374,89	5778,00	6342,37	7390,47	9406,05	8331,07	8955,90	9830,67	11455,23	14579,38
A	Auxiliar	DI	2	2	2559,47	2751,43	3020,17	3519,27	4479,07	5118,94	5502,86	6040,35	7038,54	8958,14	7934,36	8529,43	9362,54	10909,74	13885,12
			1	1	2437,59	2620,41	2876,36	3351,69	4265,78	4875,18	5240,82	5752,71	6703,37	8531,57	7556,53	8123,27	8916,70	10390,23	13223,93
Relação teto com piso					1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80	1,80
Relação entre maior e menor vencimento					3,14					3,14					3,14				

Tabela 6 – Simulação de malha salarial usando como piso o vencimento atual do auxiliar I/D1 20h graduado

A partir desses dados, e após uma análise detalhada, podemos extrair informações importantes que nos ajudam na condução da negociação. Um parâmetro importante a ser destacado é o teto da malha salarial, nesse caso, o vencimento do professor titular, para cada uma das simulações. Importante comparar os valores do nosso teto com o teto do serviço público. O gráfico 1 mostra uma comparação do piso e teto de cada simulação, com o teto do serviço público.

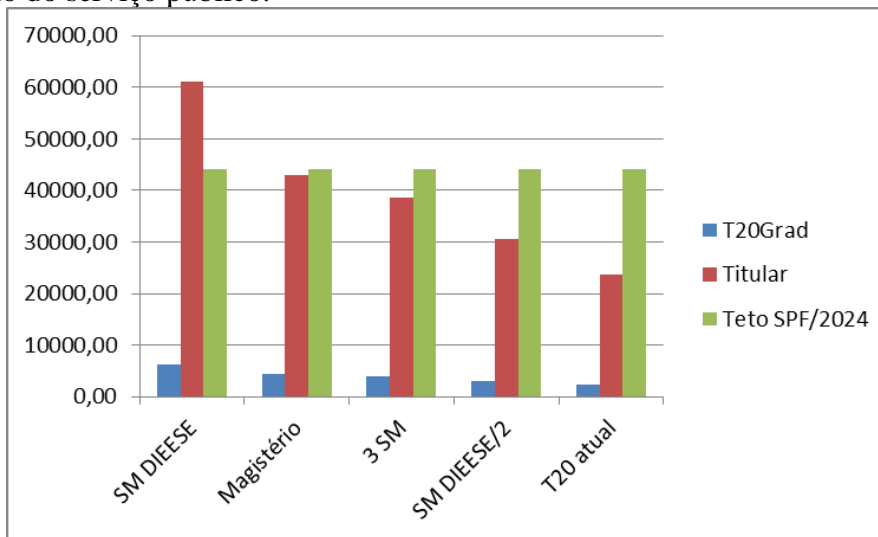


Gráfico 1 – Comparação de pisos e tetos das simulações com o teto dos SPF

O gráfico mostra que usando o salário-mínimo do DIEESE como piso gerador de nossa malha salarial, o nosso teto (salário do professor titular) ultrapassaria o teto dos SPF. Para o caso das simulações com os pisos do magistério e 3 salários-mínimos, os valores ficam muito próximos do teto dos SPF, mas abaixo dele. Esse resultado não parece ser realizável, precisamos de uma política mais realística. As outras duas simulações parecem

ser mais realísticas. No entanto, usar o vencimento auxiliar I/DI 1 20h graduado como piso gerador provoca uma redução no salário do titular 20h atualmente (comparar salário do titular da tabela 6, com o salário atual do titular 20 horas).

Além disso, também podemos fazer uma estimativa dos recursos necessários para implementação dessa proposta (percentual necessário para sua implementação). A partir dessas simulações, estamos propondo usar como piso gerador a metade do salário-mínimo do DIEESE, pois outro parâmetro importante é a repercussão financeira da mudança, e a tabela 7 mostra essas comparações.

	T20Grad	Titular	% Necessário	Teto SPF/2024
SM DIEESE	6280,93	61192,09	67,89%	44.008,52
Magistério	4420,55	43067,30	54,38%	44.008,52
3 SM	3960,00	38580,38	49,08%	44.008,52
SM DIEESE/2	3140,47	30596,04	35,79%	44.008,52
T20 atual	2437,59	23748,27	17,27%	44.008,52

Tabela 7 – Comparação de piso e tetos das simulações com teto dos SPF e a respectiva repercussão financeira

No caso de usar a metade do salário-mínimo DIEESE, ela vem acompanhada de uma boa justificativa, pois na realidade esse valor é calculado para um trabalhador que tem jornada de 44 horas semanais, e o nosso piso seria de 20 horas. Além disso, a repercussão de 35,79% parece ser mais factível. Essa repercussão é obtida como valor médio da tabela 8 que representa os reajustes de todos os níveis da malha salarial para a simulação correspondente a ½ do salário-mínimo do DIEESE.

Percentuais Simulação X Atual																
Níveis	Atual	20 horas					40 horas					Dedicação Exclusiva				
		ANDES	Graduação	Aperfeiç.	Especial.	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfeiç.	Especial.	Mestrado	Doutorado	Graduação	Aperfeiç.	Especial.	Mestrado
Titular/Titular	13	7,73%	9,87%	13,98%	16,11%	16,95%	35,41%	35,41%	37,05%	35,41%	31,26%	40,47%	39,08%	39,46%	35,06%	26,86%
Assoc 1/DIV4	12	11,92%	13,97%	17,89%	19,93%	20,73%	38,34%	38,34%	39,91%	38,34%	34,38%	43,17%	41,85%	42,21%	38,01%	30,19%
Assoc 1/DIV3	11	11,07%	13,14%	17,10%	19,16%	19,97%	37,75%	37,75%	39,33%	37,75%	33,75%	42,63%	41,29%	41,66%	37,41%	29,51%
Assoc 1/DIV2	10	10,22%	12,31%	16,30%	18,38%	19,20%	37,15%	37,15%	38,75%	37,15%	33,11%	42,08%	40,73%	41,09%	36,81%	28,84%
Assoc 1/DIV1	9	9,35%	11,46%	15,50%	17,60%	18,42%	36,55%	36,55%	38,16%	36,55%	32,47%	41,52%	40,16%	40,53%	36,20%	28,15%
Adj 1/DIII4	8	23,86%	25,63%	29,02%	30,78%	31,47%	46,70%	46,70%	48,06%	46,70%	43,27%	50,88%	49,73%	50,04%	46,41%	39,65%
Adj 1/DIII3	7	23,13%	24,91%	28,34%	30,11%	30,81%	46,19%	46,19%	47,56%	46,19%	42,73%	50,40%	49,25%	49,56%	45,89%	39,07%
Adj 1/DIII2	6	22,39%	24,19%	27,65%	29,44%	30,15%	45,67%	45,67%	47,05%	45,67%	42,18%	49,93%	48,76%	49,08%	45,37%	38,48%
Adj 1/DIII1	5	21,64%	23,46%	26,95%	28,76%	29,48%	45,15%	45,15%	46,54%	45,15%	41,62%	49,45%	48,27%	48,59%	44,85%	37,89%
Assist 1/DII2	4	22,01%	23,83%	27,30%	29,10%	29,81%	45,41%	45,41%	46,80%	45,41%	41,90%	49,68%	48,51%	48,83%	45,11%	38,18%
Assist 1/DII1	3	22,01%	23,83%	27,30%	29,10%	29,81%	45,41%	45,41%	46,80%	45,41%	41,90%	49,68%	48,51%	48,83%	45,11%	38,18%
Aux 1/DI2	2	22,38%	24,19%	27,64%	29,44%	30,14%	45,67%	45,67%	47,05%	45,67%	42,17%	49,92%	48,76%	49,07%	45,37%	38,48%
Aux 1/DI1	1	22,38%	24,19%	27,64%	29,44%	30,14%	45,67%	45,67%	47,05%	45,67%	42,17%	49,92%	48,76%	49,07%	45,37%	38,48%

Tabelas 8 – Percentuais para cada nível da malha salarial usando ½ do SM do DIEESE

A tabela 8 mostra o “mapa de calor” dos percentuais calculados com a simulação de ½ SM do DIEESE em relação ao salário atual para toda a malha salarial (195 níveis possíveis); as escalas de cores são guias visuais que nos ajudam a entender a distribuição e a variação de dados. O tom da cor representa valores maiores ou menores. Por exemplo, em uma escala de cores vermelha e branca, é possível especificar que células de valores mais altos tenham uma cor mais vermelha e células de valores mais baixos tenham uma cor mais branca. Fica muito evidente, que os maiores percentuais para esta simulação estão nos níveis de menor quantidade na nossa categoria.

O gráfico 2 mostra as variações percentuais para docentes DE com doutorado e mestrado (duas últimas colunas da tabela 8) transpostos para carreira do ANDES-SN. Interessante notar que essa simulação resolve distorções históricas da carreira quando, inicialmente, a RT dependia do nível em que estava o(a) docente, com uma supervalorização dos associados/DIV e titulares, o que causou um grande prejuízo aos adjuntos (ver gráfico 3). Com essa simulação, os níveis abaixo do associado/DIV apresentam uma recomposição salarial maior. Atualmente, os percentuais de RT são dependentes dos regimes de trabalho (veja gráfico 4).

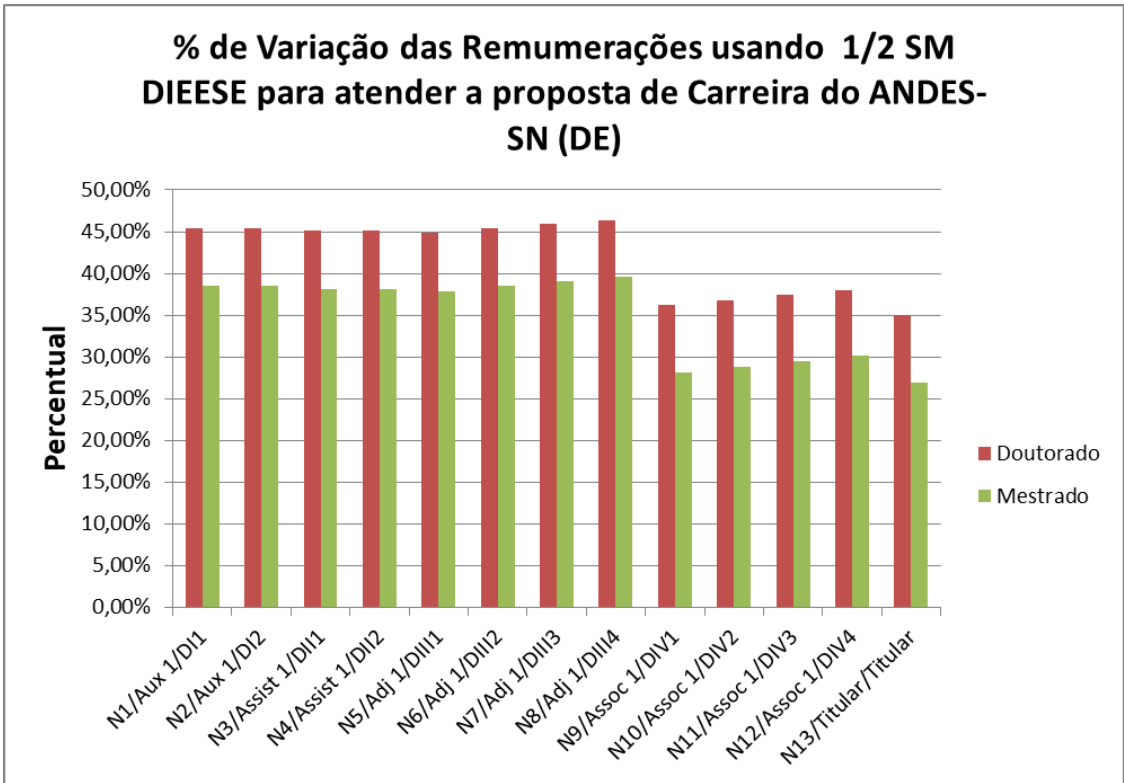


Gráfico 2 – % de Variação das Remunerações usando 1/2 SM DIEESE para atender a proposta de Carreira do ANDES-SN (DE)

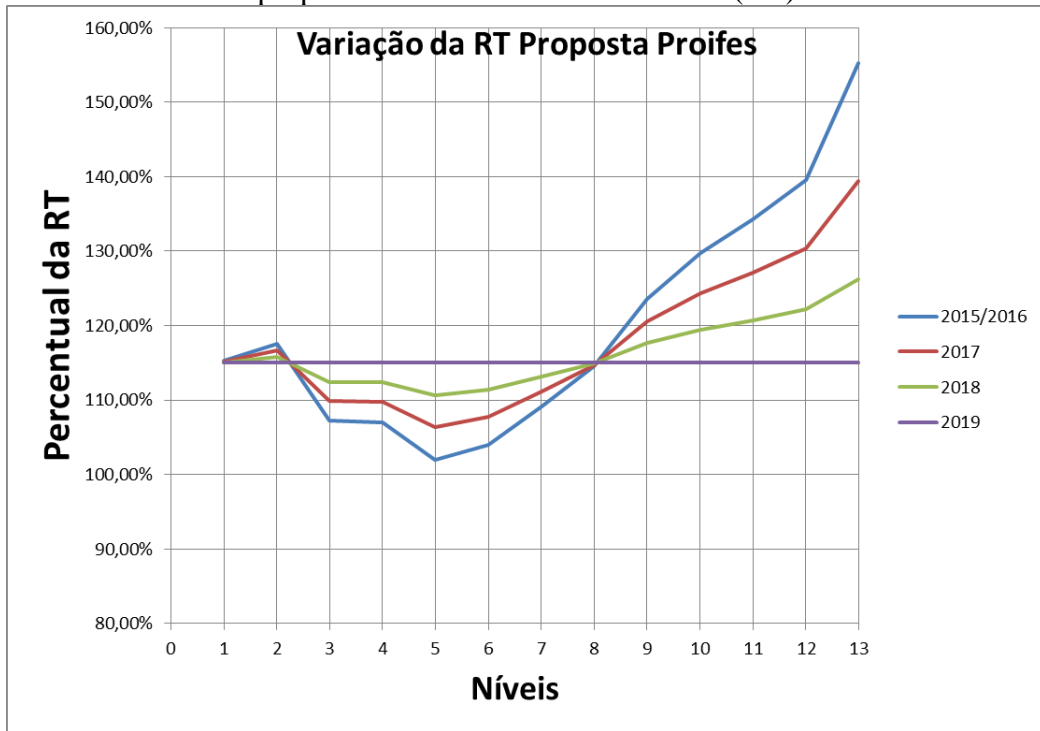


Gráfico 3 – variação da RT em função dos níveis entre 2015 até 2019 (o percentual é o atual)

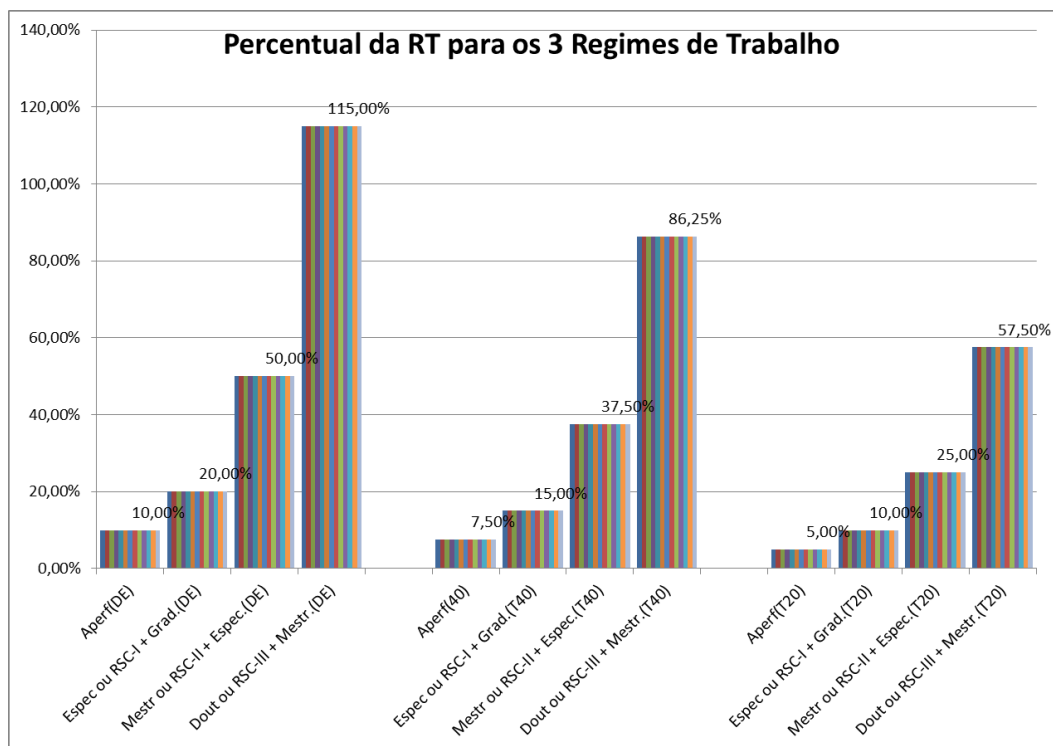


Gráfico 4 – Valores atuais da RT em função do regime de trabalho

Com a derrota eleitoral da extrema direita para o executivo federal, a partir de um esforço de luta e mobilização dos movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos, nossa categoria e o conjunto dos SPF viram reabertas as avenidas de negociação que estiveram, por alguns anos, fechadas para nós. Mas o que a Campanha Salarial 2024 e a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPN) têm mostrado é que não avançaremos na reversão das contrarreformas neoliberais e dos processos de desestruturação das nossas carreiras sem luta organizada e sem unidade de todo o funcionalismo, nos mais diferentes níveis – afinal, os processos de avanços e desmontes das carreiras federais impactam em grande medida as ações de governantes e trabalhadores(as) docentes organizados(as) nos estados e municípios.

Se, por um lado, celebramos a reabertura das mesas de negociação, fechadas há quase 7 anos, também observamos com preocupação a dificuldade de se avançar em nossas pautas centrais, muitas delas sem quaisquer efeitos financeiros significativos para o governo, tanto na Mesa Central quanto nas mesas Específica e de Carreira. Por demanda incisiva do ANDES-SN, como reconhecido pelo próprio governo, em setembro de 2023 pudemos iniciar as tratativas para discussão da carreira docente federal e da nossa proposta de unificação. No entanto, desde a apresentação da nossa proposta de carreira, no início de outubro de 2023, o governo não apenas não convocou qualquer reunião específica para discutir a proposta como também orientou, em novembro de 2023, que o relator do PLDO 2024 rejeitasse quaisquer propostas referentes à reestruturação de cargos e carreiras do funcionalismo federal, sob o argumento de que o pleito deve ser objeto de leis específicas, claramente contrariando o que estabelece a Constituição Federal, no seu artigo 169. Esse movimento do governo indica que o debate sobre carreira precisa reconquistar força dentro da nossa categoria. Em especial, precisa ser apropriado pelo conjunto amplo dos e das docentes recém-ingressos(as) na carreira que, por força da temporalidade, não

acompanharam muitas das mudanças estruturais que a carreira docente sofreu nas últimas décadas.

Nesse sentido, é fundamental aproveitarmos a Campanha Salarial 2024 e a MNNP para recolocar o debate de carreira na ordem do dia do Movimento Docente, não só aprofundando os princípios centrais da defesa de uma carreira docente única para as IES, como também convidando a categoria para, por meio dos espaços deliberativos do ANDES-SN e das reuniões do Setor das IFES, contribuir na condução da negociação junto ao governo federal, observando os princípios históricos deste sindicato e a realidade prática do trabalho docente na atualidade, já bastante precarizada, não apenas pela desestruturação da carreira como também pelo impacto das contrarreformas da previdência operadas nas últimas duas décadas. O processo de negociação, quando ocorre, tende a ser dinâmico e demandar que a categoria esteja a par não só das propostas colocadas na mesa, mas também dos limites impostos pela própria dinâmica de negociação ao sindicato. Então, uma categoria envolvida e informada sobre o que queremos para a carreira docente é crucial para que saíamos vitoriosos da MNNP.

Como defendemos acima, a negociação em curso precisa fazer valer nossa compreensão de que trabalho igual deve ser equivalente a salário igual; que a isonomia para o ensino, pesquisa, extensão, trabalho e salário é inegociável; que os aposentados não podem sair prejudicados de qualquer processo de negociação, e devem estar incluídos em pé de igualdade tanto nas pautas salariais quanto de carreira; que a Dedicção Exclusiva deve ser o regime de trabalho prioritário e norteador da nossa política, e que a remuneração para esse regime precisa refletir isso nas suas razões de correlação aos outros regimes de trabalho – com os valores dos vencimentos do regime de 40h correspondendo ao dobro (100%) dos de 20h e os de Dedicção Exclusiva a um acréscimo de 55% (3,1 vezes 20h) aos valores de 40h; que, além disso, a valorização salarial e o piso salarial estejam determinados por métricas que tomam como parâmetro o custo de vida médio no Brasil, como é o caso das métricas do DIEESE e aquelas que orientam o Piso Nacional do Magistério; que a busca pelo retorno a uma linha única no contracheque, sem particionar o salário docente, é uma medida para garantir segurança salarial à categoria; e que capacitação e qualificação permanente precisam ser constitutivas de um plano de carreira docente, seja ele qual for.

A análise dos dados e o reconhecimento que precisamos de bases mais consistentes para o processo de negociação, levam-nos a elaborar parâmetros realistas para a mesa de negociação com o governo federal no sentido de avançar nas conquistas para a categoria, enquanto elaboramos uma proposta mais solidificada no debate e nas decisões da categoria.

Carreira no setor das IEES e IMES: avançar nas lutas

Os desafios concernentes à implementação da carreira única nos estados e municípios, ainda que guarde muitas particularidades que não podem fugir à nossa atenção, também refletem, em grande medida, muitas das características dos processos de ofensiva neoliberal sobre o trabalho docente encontradas no Setor das IFES. Tal ofensiva toma formas distintas a depender do estado, dos seus governos e, obviamente, do acúmulo das lutas realizadas em cada local. Algumas universidades estaduais têm a Dedicção Exclusiva como regime de trabalho consolidado nas suas leis gerais estaduais e nos seus estatutos de Magistério, como é o caso das universidades da Bahia e do Paraná. Já outras, seguem na luta para integrar a DE como regime e não como gratificação, como é o caso das estaduais do Rio de Janeiro, que vêm sofrendo forte ataque do governo Cláudio Castro na garantia desse direito historicamente defendido pelo ANDES-SN.

Em alguns estados, observamos também que há uma compreensão mais consolidada de que o trabalho docente e o trabalho de TAEs precisam ser tratados a partir dos mesmos parâmetros de avaliação e valorização, como o é o caso do Amazonas, do Pará, da Paraíba, de Mato Grosso do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, onde as normativas que versam sobre o trabalho docente também versam, em conjunto, sobre o trabalho administrativo. Esses são, muitas vezes, estados que já avançaram na consolidação dos seus planos de carreira, muitos deles conservam uma identidade muito próxima à proposta de carreira docente única do ANDES-SN e dos princípios contidos no Caderno 2, como a valorização do tempo de serviço, a formação continuada, a titulação etc.

No entanto, dada a diversidade regional e as peculiaridades das lutas em cada estado – especialmente diante do avanço das políticas privatistas e de extrema direita em muitos deles, é preciso compreendermos os avanços e refluxos da constituição das carreiras no Setor das IEES/IMES. A ameaça à DE como regime de trabalho, e como regime prioritário, é um elemento preocupante da nossa conjuntura, e que demanda atenção especial do ANDES-SN, por meio do GT Carreira e de suas seções sindicais. Como dissemos acima, há estados em que a Dedicção Exclusiva é gratificação, como nos estados do Amazonas e do Ceará. No Amazonas, a situação é ainda mais grave, pois a gratificação da DE está vinculada a projetos de pesquisa, renovados a cada dois anos. No Paraná e na Bahia, os governos têm limitado a DE nas Universidades. Já na UEPA, no Pará, apenas 23,7% dos docentes são DE e os(as) docentes são avaliados periodicamente para continuar com o regime de trabalho. No Rio de Janeiro, por sua vez, após uma longa disputa, a categoria docente da UERJ garantiu a constitucionalidade da DE como regime de trabalho – uma importante vitória do Movimento Docente naquele estado. Antes, a Dedicção Exclusiva não era direito assegurado, mas era paga como adicional, o que acabou prejudicando a aposentadoria de muitos e muitas docentes. No entanto, o governo Cláudio Castro tem atacado o plano de carreira dos(as) docentes da UERJ e até hoje não aprovou o plano de carreira dos(das) docentes da UENF!

Além disso, em muitos estados, como é o caso de Minas Gerais e da Bahia, os(as) docentes enfrentam dificuldade para a mudança de carga horária e adequação aos planos de carreira. Em muitas IES estaduais, docentes enfrentam também dificuldade e bloqueio das promoções e progressões na carreira, que em muitos casos depende de envio, por parte do governo, de PL com aumento do quadro. Sem falar da dificuldade de realização de concursos públicos, o que resulta em um quadro de ampla contratação de docentes substitutos(as) em condições precárias e sem nenhuma isonomia com os(as) ativos(as). Por fim, não podemos ignorar a luta docente contra os Regimes de Recuperação Fiscal de cada estado, que colocam em risco a consolidação desses planos de carreira, dos reajustes salariais e da abertura de novos concursos públicos para as IES estaduais.

Embora em quase todos os estados os ataques à carreira e aos direitos da categoria docente se assemelhem aos experimentados na esfera federal, é importante que nossa luta reconheça, cada vez mais, as particularidades, desafios e ataques que afetam a categoria docente nesses estados. E é preciso que reconheçamos também a necessidade de mantermo-nos mobilizados para assegurar conquistas fundamentais para a nossa categoria, como foi o caso das vitoriosas greves docentes da UEMA e UEMASul, e das universidades do Estado do Paraná, que enfrentaram governos de matizes supostamente opostos, mas que avançaram sobre a categoria docente e na precarização do trabalho muitas vezes com a mesma intensidade.

RESOLUÇÕES DO 66º CONAD DO ANDES-SN
IV - POLÍTICAS E AÇÕES PARA CARREIRA DOCENTE

O 66º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais continuem a luta contra a implementação do ponto eletrônico nas universidades estaduais e municipais, nos IFs e CEFETs e nas escolas e colégios de aplicação vinculados às universidades federais.*
2. *Que o GT Carreira, em conjunto com o Setor das IFES, das IEES-IMES e o GTPE realizem o IV Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira EBT e Educação Básica das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior no segundo semestre de 2023.*
3. *Que o ANDES-SN continue lutando pela revogação da Portaria MEC Nº 983/2020, cujo objetivo é impor um novo regime de horas trabalhadas à(o)s docentes vinculado(a)s aos IFs e CEFETs, ampliar a carga de ensino no âmbito destas instituições, aprofundar a não presencialidade em muitas atividades de ensino e instituir o controle eletrônico de ponto à(o)s docentes.*
4. *Que o ANDES-SN, Secretarias Regionais e Seções Sindicais lutem contra a plataformização do trabalho docente, aí incluída a revogação da Portaria MEC nº 2.117/2019, que amplia para até 40% o percentual de EAD na oferta de disciplinas nos cursos de graduação, e a introdução de sistemas e práticas de inovação do ensino vinculadas a fundações privadas e/ou corporações do campo tecnológico-informacional.*
5. *Que o GT Carreira, o GTPE e as Seções Sindicais mantenham acompanhamento sobre os efeitos da curricularização da extensão sobre a carreira docente e produzam análises para fundamentar a posição do ANDES-SN nesta questão.*
6. *Que o ANDES-SN fortaleça a luta pela ampliação da Dedicção Exclusiva como regime de trabalho prioritário nas universidades municipais, estaduais e federais, IFES e CEFETs.*
7. *Que as seções sindicais acompanhem a regulamentação das atividades decorrentes do Marco legal da CT&I nas universidades, institutos federais e CEFETs, verificando os impactos sobre o trabalho e carreira docente, especialmente sobre a Dedicção Exclusiva*
8. *Que as Seções Sindicais promovam debates sobre o aumento de tarefas administrativas no trabalho docente, com vistas a fazer pressão sobre as instituições na redistribuição adequada destas tarefas em diálogo com o corpo técnico-administrativo.*
9. *Lutar pela revogação da Instrução Normativa Nº 66/2022, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que trata da uniformização de entendimentos referentes à concessão de progressão funcional à(o)s docentes das Instituições Federais de Ensino, bem como a anulação dos efeitos resultantes destes atos normativos.*
10. *Lutar junto aos ministérios citados para que seja incluído um artigo, em uma nova norma técnica, indicando às Instituições Federais de Ensino que as datas que finalizam os interstícios docentes não poderão ser modificadas, independente da data da solicitação ou de finalização do processo ou de promoção/progressão e que sejam garantidos os efeitos financeiros retroativos.*
- 10.1. *Lutar pela garantia do direito docente ao recebimento da Retribuição por Titulação tendo como referência o dia da defesa de Dissertação ou Tese, independente da data de solicitação, emissão de diploma ou finalização do processo, denunciando as tentativas de regulamentação que restringem ou negam tal direito.*
- 10.2. *Lutar para que as IFES considerem o direito à progressão, a partir da data que o(a) docente completou o interstício, inclusive os seus efeitos financeiros.*
11. *Lutar junto aos ministérios citados para que as portarias de promoção/progressão correspondam ao final do interstício e não da finalização do processo ou da avaliação da comissão, já que Nota Técnica exarada pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão também coloca em xeque a progressão múltipla, que ocorre quando há acúmulo de interstícios diferentes, nos quais não foram requeridas as progressões ou as promoções funcionais devidas. Que as SSIND pressionem os Conselhos Universitários e as CPPD (Comissões Permanentes de Pessoal Docente) para que se posicionem a favor da revogação das resoluções sobre desenvolvimento na carreira que retiram direitos docentes, e que as promoções e progressões sejam a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos, inclusive no sentido de acúmulo de interstícios (progressões múltiplas) para fins de concessão de progressão funcional em mais um nível por vez, anulando os efeitos dos atos normativos.*
12. *Lutar junto ao Ministério da Educação e da Economia para restituir a carreira do(a)s docentes na IFES onde as progressões e promoções funcionais foram canceladas, anulando as portarias que ilegalmente atingiram progressões e promoções funcionais, reposicionando esse(a)s docentes na carreira com o consequente pagamento dos retroativos devidos.*

13. *Que o ANDES-SN lute pelo aumento substantivo de vagas para a juventude trabalhadora nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs, atreladas ao aumento de vagas para docentes e TAE, bem como pela garantia e ampliação das condições de permanência, estudo e trabalho, defesa e ampliação das políticas de cotas, prezando pela gratuidade, o caráter laico, a qualidade, a integralidade do ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva das lutas históricas do ANDES-SN.*

14. *Que o ANDES-SN realize painel sobre Universidade Popular na próxima reunião nacional do GTPE, no segundo semestre de 2023.*

15. *Que o ANDES-SN se mobilize para a garantia dos direitos dos povos indígenas ao ensino superior, por meio das seguintes ações para implementação e consolidação das licenciaturas interculturais indígenas (LII):*

15. 1. *Apoio à criação da secretaria especial de Educação Escolar Indígena no MEC;*

15. 2. *Institucionalização dos cursos de LII;*

15. 3. *Abertura de vagas e concursos específicos para professore(a)s de LII e técnico(a)s;*

15. 4. *Garantia de acesso e permanência de estudantes indígenas nas IES Federais e Estaduais e nos IFES com processo seletivo diferenciado;*

15.5. *Implementação de vagas para estudantes indígenas em todos os cursos de pós-graduação;*

15.6. *Política de incentivo à publicação e utilização de materiais didáticos bilíngues produzidos por indígenas nas redes das escolas de ensino fundamental e médio.*

TR - 34

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e as Seções Sindicais realizem um mapeamento da implementação do ponto eletrônico nas universidades estaduais e municipais, nos IFs e CEFETs e nas escolas e colégios de aplicação vinculados às universidades federais, com vista a subsidiar a luta contra tais medidas;

2. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela revogação da Portaria MEC N.º 983/2020, com uma campanha específica para pressionar o governo a atender a essa e outras pautas relacionadas à mesa de negociação:

2.1 Que o ANDES-SN, em conjunto com o Sinasefe, realize um mapeamento, junto às seções sindicais, acerca da implementação da Portaria 983/20 e suas correlatas internas, e seu impacto na sobrecarga de trabalho e na realização de pesquisa e extensão;

3. Que o ANDES-SN no processo de negociação, a partir dos subsídios da base no Setor da IFES, reafirme os princípios históricos da sua proposta de carreira na MNNP, com especial ênfase nas seguintes questões:

3.1 Exija que a definição da estrutura remuneratória dos docentes tenha parâmetros definidos como 100% (cem por cento) para o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e de 210% (duzentos e dez por cento) para o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva explícitos em termo de acordo e fixados em lei;

3.2. Necessidade de unificação da carreira de docente federal;

3.3 Defesa da DE como regime de trabalho prioritário e sua correspondente remuneração nos marcos anteriores a 2012 – com razão de remuneração de, no mínimo, 3.1x a remuneração para o regime de horas parciais;

3.4 Defesa da reestruturação da carreira docente restabelecendo o vínculo estruturante entre os diferentes níveis da carreira, tendo como horizonte o projeto de carreira única do ANDES-SN;

4. Que na negociação da mesa setorial específica o ANDES-SN indique o valor de R\$ 3.596,04 (a metade do salário-mínimo do DIEESE referente a setembro) como parâmetro de estabelecimento do piso gerador para possibilitar avanços na reestruturação da tabela de Vencimento Base-VB, com degraus na sua evolução vertical e na relação entre regimes de trabalho;
5. Realização de uma reunião conjunta entre os GT Verbas, GT Carreira e Setores (IEES-IMES, IFES) para debater carreira e financiamento;
6. Realização de um Conad Extraordinário para debate da carreira docente:
 - 6.1. Remeter as deliberações sobre a atualização do projeto de carreira única de professor federal aprovado no 30º Congresso de 2011 para o Conad Extraordinário, sem prejuízo de negociação até sua realização;
7. Ampliar o diálogo com o Sinasefe buscando avançar no debate sobre a construção da carreira única, com base nos princípios do Caderno 2.

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE VERBAS

TEXTO DE APOIO

Introdução

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2023, na sede do ANDES-SN, em Brasília/DF, foi realizada a primeira reunião do GT Verbas (Gestão 2023/2025). Neste encontro, foi destacada a importância de manutenção do referido GT como instrumento de subsídio à Direção Nacional e de mobilização das bases. Estiveram presentes quatorze participantes de onze seções sindicais. Na referida reunião, foram realizados dois painéis para subsidiar as discussões do GT, com os temas: a) “Dívida pública e os ataques neoliberais do Arcabouço Fiscal, Reforma Administrativa e dos Regimes de Recuperação Fiscal nos Estados”, contando com as contribuições de Maria Lúcia Fattorelli (ACD) e David Deccache (economista da UNB); b) “Orçamento Federal, Estadual e Recomposições Salariais”, com a participação de Alexandre Galvão (2º secretário do ANDES-SN) e Lúcia Lopes (3ª vice-presidenta do ANDES-SN).

A retomada das reuniões e atividades do GT Verbas é fundamental nesse momento de profundos ataques ao conjunto da classe trabalhadora e aos seus direitos por meio de uma política de ajuste fiscal que prioriza a produção de superávit para pagamento da dívida pública em detrimento do atendimento das necessidades da população mais empobrecida que necessita do serviço público, bem como da valorização dos(as) servidores(as) públicos(as) em todas as esferas. Como parte desse ajuste, mesmo após a retomada do processo democrático, que implicou na derrota eleitoral de Bolsonaro e na vitória de Lula para a presidência, manteve-se uma política de teto dos gastos, com a substituição da EC 95/2016 por um Novo Arcabouço Fiscal (NAF), assim como a manutenção dos pagamentos de juros e amortização da dívida pública, por meio da produção de superávit

primário, assim como, pela via de uma reforma tributária que não taxa as grandes fortunas, dentre outras medidas que beneficiam o mercado e o grande capital.

Contexto geral do ajuste fiscal

EC 95/2016 e Novo Arcabouço Fiscal (NAF)

Após o golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma e a substituiu pelo seu vice, Michel Temer, iniciou-se uma escalada de contrarreformas que retiram direitos dos(as) trabalhadores(as). Ao longo de 2016, ocorreram muitas lutas em Brasília e nos estados contra a aprovação da chamada PEC da Morte (PEC 241/55), que após aprovada passou a ser a EC 95/2016 e congelou por 20 anos as despesas primárias.

Estudantes ocuparam escolas, universidades, institutos federais por todo o Brasil em 2016 e o ANDES-SN fez uma greve contra a PEC 241/2016 (na Câmara dos Deputados, nomeada como 55/2016 no Senado Federal) e a contrarreforma do ensino médio. Foram realizadas marchas à Brasília que ficaram conhecidas como "Ocupa Brasília".

No dia 29 de novembro de 2016, por exemplo, data da votação em primeiro turno da PEC 55 no senado, milhares de manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios. O ato do dia 29 foi convocado por diversas entidades da educação, além do ANDES-SN, como FASUBRA, SINASEFE, UNE, UBES, FENET, entidades do funcionalismo público e centrais sindicais. O ato, que contou com cerca de 40 mil manifestantes, foi duramente reprimido. Mesmo com muita luta, a PEC 55 foi aprovada e transformada em EC 95/16. Depois disso, a luta prosseguiu pela sua revogação e o ANDES-SN aprovou diversas resoluções que tratam disso.

O 36º Congresso do ANDES-SN (2017) deliberou lutar contra a EC 95/2016 e reforçar a articulação classista na base dos(as) servidores(as) públicos(as) federal, estadual e municipal e de outras organizações, entidades e movimentos sociais e estudantis propondo a constituição de fóruns pela revogação da EC 95/2016. No setor das IEES/IMES, deliberou mobilizar a categoria docente, por meio das seções sindicais, para a luta pela revogação da EC 95/16.

O 62º CONAD (2017) deliberou desenvolver ações e debates sobre o financiamento das IFE e os cortes do orçamento relativos à EC 95/16 em cada instituição, indicando a situação de precarização das IFE ampliada com os cortes do orçamento, destacando: custeio e capital; assistência e permanência estudantil; financiamento para pesquisa e extensão, bem como atraso de pagamento de salários de trabalhadores terceirizados, demissões e consequências decorrentes da terceirização nas IFE.

O 37º Congresso do ANDES-SN (2018) deliberou intensificar as ações de servidores(as) públicos(as) federais, estaduais e municipais com outras organizações (entidades e centrais), entidades, movimentos sociais populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de fortalecer ou construir fóruns de atuação pela revogação da EC 95/16.

O 38º Congresso do ANDES-SN (2019) deliberou intensificar a luta nacional, articulada com as diversas categorias dos(as) servidores(as) públicos(as), com o apoio das entidades classistas, movimentos populares e sociedade em geral, pela revogação da EC 95/2016 que vem produzindo efeitos devastadores sobre a oferta de serviços públicos e a produção de ciência e tecnologia.

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN (2020) deliberou dar continuidade à luta pela revogação da EC 95/2016.

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN (2022) deliberou intensificar a luta articulada com outros setores do serviço público e com as entidades científicas pela revogação da EC 95.

No dia 22 de agosto de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o arcabouço fiscal, conhecido por nós como “calabouço fiscal”. O “Novo Teto de Gastos” continua limitando os investimentos em saúde e educação, o que dificultará a luta dos(as) SPFs pela recomposição salarial. A nova regra fiscal aponta que a maior despesa do governo continuará sendo com os volumosos pagamentos de juros e amortizações da dívida pública, como mencionado pela auditoria cidadã da dívida, “o novo Arcabouço Fiscal privilegia os gastos com a dívida pública por meio da manutenção de teto para os gastos sociais e compromissos com superávit primário que supera as expectativas do mercado”.

Só nos últimos dois anos (2021 e 2022), o total de juros e amortizações pagos pelo Governo alcançou R\$ 3,8 trilhões, mas a dívida, em vez de diminuir, cresceu: era de R\$ 6,935 trilhões e pulou para R\$ 8,107 trilhões no final de 2022.

O ANDES-SN aprovou em seu último CONAD resoluções que tratam da luta contra o arcabouço fiscal e pela realização da auditoria cidadã da dívida pública. O 66º CONAD do ANDES-SN (2023) deliberou: intensificar a luta contra o arcabouço fiscal (PL 93/2023), pelo estabelecimento de uma política fiscal articulada às necessidades da classe trabalhadora, em unidade com os(as) servidores(as) públicos(as), reafirmando a pauta de reivindicações construída no FONASEFE, somando a essa luta os demais movimentos sociais, sindicais e de juventudes. O 66º CONAD deliberou, ainda, que o ANDES-SN e as Seções Sindicais, em conjunto com organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais, promovam debates, rodas de conversa, ações de mobilização, orientadas pela luta contra o arcabouço fiscal, em uma linha histórica com a aplicação da emenda constitucional 95, reafirmando a necessidade de uma auditoria cidadã da dívida pública, com ampla divulgação das consequências deletérias para a educação pública e serviços públicos de forma geral, decorrentes das vultosas transferências de recursos do orçamento público para o mercado financeiro.

Regimes de Recuperação Fiscal (RRF)

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF), criado em 2016, no governo Temer, convertendo-se em Lei Complementar Federal n.º 159/2017, em teoria prevê um socorro financeiro aos estados que se encontram em desequilíbrio financeiro grave, promovendo instrumentos para o ajuste de suas contas. Entretanto, este Regime tem sido usado como caminho de implementação de reforma administrativa, pois para os estados ingressarem no Regime é necessário fornecer à União contrapartidas que incluem duros ataques aos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais.

Os(As) docentes das universidades estaduais, nos estados em que esse regime foi implementado, têm sido afetados(as) em suas carreiras e salários, além do impacto na própria estrutura universitária. O estado que busca ingressar nesse regime, a princípio, precisa aprová-lo na sua casa legislativa, com um conjunto de leis, que retira direitos, como: Revisão de Regimes Jurídicos de Servidores, Teto de Gastos nos estados, suspensão de reajuste de salários, limitação de concursos públicos, congelamento de promoções e progressões por tempo, suspensão de triênios e reformas da previdência.

Também compõe o pacote de ataques, a realização de privatizações. No Estado do Rio de Janeiro, privatizou-se a companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, CEDAE, gerando um caos hídrico no estado. No Rio Grande do Sul, a Companhia Riograndense de Saneamento, Corsan, foi privatizada, e no Estado de Goiás, houve uma movimentação de privatização da Companhia Saneamento de Goiás S/A, Saneago, mas

ela resiste sendo uma sociedade de economia mista. Em Minas Gerais, com o governador Romeu Zema, há uma pressão para privatizar a empresa de energia elétrica (Cemig) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

O RRF também impõe aos estados ingressantes a perda da sua autonomia, não só financeira, mas também administrativa e política. Após a adesão ao RRF, um Conselho de Supervisão do RRF (CSRRF) é estabelecido e possui a função de vigiar os Estados, encaminhando informações diretamente ao tesouro Nacional. O CSRRF possui, indiretamente, poder de veto às leis aprovadas nas casas legislativas e aos decretos dos governadores. Esse conselho é um dos braços mais perversos do RRF, pois é um poder não eleito, funcionando como uma intervenção federal nos estados.

Durante o governo Bolsonaro, a LC 178/2021 alterou a LC 159/2017, trazendo mudanças substanciais no RRF. Se antes o Regime tinha duração de 3 anos e durante esse tempo o pagamento da dívida era suspenso, com o novo regramento o prazo de duração do RRF passou a ser de 10 anos. Porém, somente no primeiro ano o pagamento da dívida é suspenso. No segundo ano, os estados são obrigados a voltar a pagar, começando por 11,12% e aumentando a cada ano mais 11,12%. O Estado do Rio de Janeiro, que aderiu de imediato a esse Regime, terá de pagar em 2024 R\$ 8,6 bilhões a União e tem declarado que não tem condições financeiras de realizar esse pagamento, anunciando calote no pagamento dos salários dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais.

A essência do RRF baseia-se na dívida dos estados com a União. Porém, existem questionamentos à dívida, pois não há transparência nas informações e os dados demonstram que os estados já pagaram mais que o dobro da dívida. Parte da dívida é devido ao somatório de juros sobre juros. A título de exemplo, a dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União em 1999 era de R\$ 15,25 bilhões. De 1999 a 2019, foram pagos R\$ 29,6 bilhões de juros e amortizações, mas a dívida chegou a R\$ 90,7 bilhões no mesmo período. Em março de 2022, o montante da dívida do Estado do RJ com a união era de R\$ 106,3 bilhões. A dívida chegou a R\$ 186 bilhões em agosto de 2023.

Em síntese, a dívida dos estados com a união apresenta graves indícios de ilegalidade e ilegitimidade, mas tem sido usada para privatizações, cortes nos investimentos sociais, na saúde, educação e retirada de direitos dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais. O resultado no ajuste das contas tem sido ineficaz e os estados saem mais endividados do que quando aderem ao RRF.

Reforma Administrativa (PEC 32/2020)

O sistema de acumulação capitalista necessita por sua natureza predatória destruir, enfraquecer ou mesmo sucatear sob a aura de certa eficiência. Nesta sanha é preciso encontrar mecanismos sofisticados e ao mesmo tempo palatável para que este projeto seja aceito. Esse é o mecanismo “canto do cisne”, que sob o disfarce e o manto de racionalidade imparcial, aplica uma agenda de austeridade financeira que destrói aqueles que historicamente são massacrados, os que não são donos do capital, com um processo contínuo de penalização, precarização de suas existências.

Assim, percebe-se que no Brasil esse edifício de falsas cartas foi gestado a partir de grandes falácias, tais como: a máquina pública muito pesada; o serviço público ineficiente etc.

Neste sentido, sob a égide de enxugar e equilibrar as contas públicas, constrói-se uma Proposta de Emenda à Constituição – PEC/32 (gestada no governo Bolsonaro) que objetiva implementar uma ampla Reforma Administrativa. Em seus termos “*modernizar o Estado, conferindo-lhe maior dinamicidade, racionalidade e eficiência; com*

aproximação do serviço público brasileiro da realidade do país; bem como garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para prestação de serviços públicos de qualidade”.

Estas falsas premissas são reforçadas pela grande mídia que, escondendo interesses próprios, incute de forma reiterada à população falácias de ineficiência do serviço público e da condição de privilégio das servidoras e dos servidores públicos, que nessa condição de regalias são, portanto, apontados(as) como os verdadeiros responsáveis.

Contudo, o que efetivamente está sob a tutela de tais argumentos: a intenção de se implementar entre outras coisas, a gestão capitalista do funcionalismo através da máquina de concursos; estruturar os vínculos empregatícios, regrado a partir da ética capitalista as progressões e promoções; mudanças fundamentais e estruturais nos direitos trabalhistas, retirando a estabilidade, mudando regras sobre férias, licenças de modo geral, capacitação, prêmio, adicionais por tempo de serviço, como também jornada de trabalho; mudança de regramento sobre desenvolvimento e treinamento de pessoal; mudanças significativas nas exonerações, desligamentos e aposentadorias compulsórias.

É objetivamente uma proposta de natureza perversa, uma Contrarreforma, que traz em seu bojo a desestruturação dos serviços públicos como reconhecidos atualmente, deteriora em especial aqueles relacionados aos direitos sociais já garantidos constitucionalmente. Impactando servidores(as) ativos(as), aposentados(as) e usuários(as) dos serviços públicos. Interfere nas carreiras, previdência, remuneração e na existência de órgãos.

É uma Contrarreforma que, efetivamente, faz uma caça impiedosa a apenas determinados setores da Sociedade, mais especificamente aos(às) servidores(as) do Poder Executivo. Excetuam-se os Militares e ficam isentos da necessidade de tais ajustes os Poderes da República, Legislativo e Judiciário, sabidamente os mais bem estruturados e protegidos pela máquina estatal.

Os ataques são cruéis e têm impacto a curtíssimo prazo, repercutindo diretamente nas condições de trabalho daqueles que já estão na ativa, muito embora o Governo e a mídia oficial insistam na mentira de que a PEC/32 só trará alteração para os(as) futuros(as) servidores(as), sem mencionar as implicações a médio e longo prazos, pois sua aprovação implodirá o Regime Jurídico Único e, em seu lugar, surgirão novos regimes de contratação de forma precarizada, de caráter temporário e em regime de experiência.

Para quem serve a Reforma administrativa? Para o Capitalismo! Para engrossar sua acumulação, para que se reinvente, para que não seja sufocado com seu próprio sangue. Neste sentido seria conveniente também perguntar: para que serve essa Reforma? Pois um para que não está desassociado de um para quem. De forma direta e sem rodeios pode-se facilmente vislumbrar que: facilitará a corrupção no serviço público; aumentará as despesas e redução das receitas do Estado; reduzirá a eficiência na prestação dos serviços prestados à população; possibilitará a indicação por interesse político no lugar de concurso público; gerará insegurança no trabalho para os servidores e as servidoras.

Diversas atividades em conjunto com os Fóruns de Servidores Públicos foram desenvolvidas para desmascarar o que de fato representa esta Contrarreforma Administrativa para servidores, servidoras e os serviços públicos. O ANDES-SN esteve ativamente nas ruas e foram intensos meses de mobilização com protestos no aeroporto, nas ruas e em gabinetes de deputados(as) e senadores(as). Toda esta mobilização permitiu a retirada de pauta da PEC 32, mas isto não significa que ela não continue sendo um risco.

O ANDES-SN aprovou em congressos e Conads diversas resoluções relativas à PEC 32, desde o momento em que a PEC começou a tramitar em 2020. O 11º CONAD

Extraordinário deliberou intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e a Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020), e pela valorização dos serviços e dos(as) servidores(as) públicos(as) junto ao conjunto de servidores(as) federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando a construção de agendas unitárias em associação e, através dos movimentos sociais, estender essa conscientização ao público em geral, evidenciando a importância e os prejuízos que as reformas trazem aos serviços públicos.

O 12º CONAD Extraordinário (2021) deliberou dar prosseguimento à luta aprovando:

I - No âmbito dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Federais, Estaduais e Municipais.

1. Intensificar a Campanha Contra a Contrarreforma Administrativa (PEC 32) conjuntamente com o Fonasefe, as centrais sindicais e os fóruns de servidores(as) nos estados e municípios com ações de comunicação, estratégias de mobilizações (presenciais e virtuais), paralisações e pressão aos parlamentares. Como parte dessas estratégias, aprovou também envidar esforços na construção do I Encontro Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, nos dias 29 e 30 de julho conjuntamente com o Fonasefe, a CSP-Conlutas e demais centrais sindicais e os fóruns de luta nos estados e municípios, garantindo que o encontro contemple também a participação de trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais brasileiras e dos movimentos sociais e estudantis para intensificar a luta contra a Contrarreforma Administrativa (PEC 32).

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN (2022) deliberou intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como, por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da educação, ampliando a unidade com os(as) servidores(as) federais, estaduais e municipais, envolvendo os(as) trabalhadores(as) de estatais e terceirizados(as). O Congresso aprovou, ainda, envidar esforços para construção da greve unificada dos(as) SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32.

O 41º CONGRESSO DO ANDES-SN (2023) deliberou construir um dia nacional com os(as) demais servidores(as) públicos(as) federais para exigir do governo o arquivamento da PEC32/2020.

Em cumprimento às deliberações, em 2021, o ANDES-SN participou ativamente da campanha contra a PEC 32 que reuniu centrais sindicais, dezenas de entidades nacionais dos(as) trabalhadores(as) dos serviços públicos, organizadas no Fonasefe, e centenas de sindicatos de base de todos os estados - numa articulação que envolveu as três esferas do funcionalismo: federal, estadual e municipal. A mobilização contra a 'reforma' administrativa durou 14 semanas de protestos nacionais presenciais em Brasília, culminando em uma vigília no dia 15/12/2021.

Em 2023, diante das ameaças do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), de que a PEC 32 voltaria a tramitar, a bancada sindical da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) apontou a necessidade de intensificar a luta pelo arquivamento da proposta e a luta contra a reforma administrativa assumiu novamente centralidade nas pautas das entidades dos(as) servidores(as) públicos(as).

Precisamos estar alertas e lutarmos para o arquivamento da PEC 32, só assim evitaremos um dos maiores ataques já propostos no âmbito do serviço público.

Reforma tributária

1. Historicamente, tendo como marco o 22º Congresso do ANDES-SN, em 2023, o Sindicato Nacional tem se posicionado favorável a uma reforma tributária que seja verdadeiramente progressiva, que diminua a carga tributária dos(as) trabalhadores(as) e da população de menor poder aquisitivo e aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas, Essa posição foi reafirmada no 23º CONGRESSO (2004), 24º CONGRESSO (2005), 26º CONGRESSO (2007), 28º CONGRESSO (2009), além dos 46º CONAD (2003) e 51º CONAD (2006).

2. Aprovou também lutar contra a aprovação da proposta de reforma tributária do governo federal (PEC 233/08), que aprofunda o desmonte do financiamento das políticas sociais, especialmente pelo fim do salário-educação e da diversidade da base de financiamento da seguridade social, além de manter a regressividade do sistema tributário. Essa última deliberação foi reafirmada pelos 53º (2008) e 54º CONAD (2009).

3. O 35º CONGRESSO do ANDES-SN (2016) deliberou desencadear um processo nacional de discussão sobre a reforma tributária, analisando, em particular, as repercussões que a proposta governamental traria para o financiamento da Previdência Social, em função da previsão de redução da contribuição patronal e da incorporação de algumas contribuições que a financiam, por outros tributos, como prevê o texto do relatório da PEC n.º 233/08 e da n.º 31/07, entre outras. O 35º Congresso deliberou, ainda, desenvolver estudos sobre o tema "Reforma Tributária Progressiva", sob a coordenação do GT Verbas em conjunto com os GTs Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria e Políticas Educacionais, após rodada inicial de discussões com instituições, entidades e pessoas que já têm se dedicado à temática. Solicitando inclusive apoio, por exemplo, do Dieese e da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de verificar o potencial de arrecadação de cada imposto proposto. Se possível, acompanhado de avaliação cifrada, visando a substituição de impostos que incidem sobre os(as) trabalhadores(as) ou que atingem proporcionalmente mais sobre os(as) trabalhadores(as), por aqueles que devem incidir sobre o capital, as rendas e as grandes fortunas.

4. O 66º CONAD (2023) deliberou que o ANDES-SN, suas regionais e seções sindicais realizem debates e outras ações, em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida e/ou entidades com acúmulo sobre o tema, sobre os efeitos da Reforma Tributária com vistas a subsidiar a disputa por uma política tributária, orientada pelos princípios do Caderno 2 sobre estrutura tributária, com justiça social, que assegure tributação das grandes fortunas, impostos progressivos e redirecione o fundo público em favor das necessidades da classe trabalhadora.

5. Em 2023, no dia 07 de julho, a Câmara dos Deputados concluiu a votação da Reforma Tributária e o Senado Federal aprovou no dia 08 de novembro a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que promove a Reforma Tributária. Embora a Reforma Tributária tenha sido comemorada em alguns setores, como sendo importante para ampliar a transparência, reduzir a sonegação e desonerar investimentos, diminuir os impostos indiretos para a população de menor renda, ela se mostrou um grande fiasco. A natureza da reforma é injusta. A maior carga tributária ainda está no consumo. E ela é independente da classe social, pois o valor do imposto na mercadoria será o mesmo. Assim, o pobre paga a mesma quantia em impostos que os mais ricos. A reforma tributária concentra as mudanças nos tributos sobre o consumo, não levando em consideração as disparidades de renda do consumidor. Ela não prevê uma mudança na tributação das grandes fortunas e dos lucros dos sócios de empresas.

TR - 35

O 42º CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN lute, tanto no âmbito estadual quanto federal, para garantir a revogação do RRF nos estados que aderiram;
2. Que o ANDES-SN produza materiais que explicitem os efeitos nocivos do RRF;
3. Que o GT Verbas promova estudos sobre os impactos do RRF na carreira dos(as) docentes nas Universidades Estaduais;
4. Estimular que as seções sindicais debatam a dívida pública em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida e a possibilidade de criar GT locais;
5. Atualizar estudo, em conjunto com os setores das IFES, IEES/IMES das perdas salariais para subsidiar as campanhas salariais;
6. Aprofundar o estudo sobre o financiamento das IFES em conjunto com o setor.



Registros de atividades da Campanha Salarial 2024.
Fotos: Eline Luz/ Imprensa ANDES-SN

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

HOMOLOGAÇÕES DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÕES SINDICAIS E REINCORPORAÇÃO.

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições estatutárias e dando sequência ao processo de ampliação de sua base apresenta ao 42º Congresso as seguintes proposições:

TR – 36

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o artigo 15, VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 42º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Sindicato dos Docentes da Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira (SINDFAMES).

1.2 Em consonância com inciso 15, VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 42º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Distrito Federal (SinDUnDF).

2. REINCORPORAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

2.1. Em consonância com o artigo 15, VI do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 42º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente a homologação da incorporação do Sindicato Dos Docentes Das Universidades Federais Do Estado Do Ceará – ADUFC-SINDICATO.

2.2. Em consonância com o artigo 15, VI, do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 42º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à homologação da reincorporação do Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri (SP) ADUFSCar Sindicato.

A METODOLOGIA DOS ESPAÇOS DELIBERATIVOS DO ANDES-SN: BREVE BALANÇO E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO

TEXTO DE APOIO

O presente texto é resultado das reflexões da Direção Nacional sobre o que foi produzido pela Comissão criada no 38º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Belém, no período de 28 de janeiro a 3 de fevereiro do ano de 2019, com o objetivo de apresentar proposições que possam contribuir para a melhoria do funcionamento dos Congressos e dos CONADs, além de um balanço da Diretoria sobre as alterações aprovadas no 66º CONAD.

Considera-se que duas das principais instâncias deliberativas do ANDES-SN têm enorme importância para preparar a entidade na definição das lutas da categoria e das lutas mais gerais da classe trabalhadora brasileira. Os Congressos anuais têm a função de, a partir de uma rigorosa análise da conjuntura, deliberar sobre o posicionamento político do Sindicato em relação às questões mais cruciais na defesa dos interesses da classe trabalhadora, com destaque para os interesses da categoria do(a)s docentes de universidades, institutos e CEFETs.

De acordo com o art. 15, do Estatuto do ANDES-SN, são atribuições do Congresso:

I – estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizado(a)s tomadas pelas S.SIND ou ADs-S.SIND.; III – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV – estabelecer a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI – referendar ou homologar a constituição de S.SIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII – elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII – decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais, conforme o disposto no art. 65; IX – referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SIND ou AD-S.SIND, observado o disposto no art. 45; X – criar, indicando seus(suas) componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.

Já o CONAD tem a atribuição de aprovar as contas do sindicato e atualizar as deliberações tomadas nos Congressos que os antecedem. Conforme o art. 23 são suas atribuições:

“I – deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição; II – implementar o cumprimento das deliberações do Congresso; III – regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso; IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e as previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA; VI – decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA; VII – convocar, extraordinariamente, o Congresso; VIII – apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e a suspensão aplicadas à(o)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11; IX – criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X – alterar a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s, *ad referendum* do Congresso subsequente; XI – homologar a constituição das S.SIND, ou as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do Congresso.”

Apesar de o Estatuto do ANDES-SN definir os objetivos dessas duas instâncias, o detalhamento é de competência dos regimentos que são aprovados na plenária de instalação no primeiro dia desses eventos.

Historicamente, Congressos e CONAD têm funcionado por meio de plenárias e de grupos mistos. O papel das plenárias nos eventos é de construção da síntese dos grupos mistos, que, por sua vez, cumprem o papel de socializar as distintas reflexões oriundas da base do ANDES-SN sobre os temas pautados nesses eventos, revestindo-se de um caráter profundamente pedagógico para formação de novas lideranças do movimento docente que se organiza no ANDES-SN.

Após debates e reflexões o 66º CONAD aprovou:

**RELATÓRIO DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS
II – PROPOSIÇÕES PARA ALTERAÇÃO NO FUNCIONAMENTO DOS CONGRESSOS E
CONAD DO ANDES-SN**

O 64º CONAD do ANDES-SN delibera:

a) Sobre o Congresso do ANDES-SN

- 1. Terá duração de cinco dias, devendo ser encerrado até às 23h59 do último dia.**
- 2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I – Conjuntura e Movimento Docente; Tema II – Planos de Lutas dos Setores; Tema III – Plano Geral de Lutas; e Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras.**
- 3. No Tema I não haverá Texto Resolução (TR) sobre centralidade da luta.**

b) Sobre o CONAD do ANDES-SN

- 1. Terá duração de 3 dias, devendo ser encerrado até as 23h59 do último dia.**
- 2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I – Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente; Tema II – Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas; e Tema III – Questões Organizativas e Financeiras.**

c) Aspectos comuns aos eventos deliberativos

1. Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato.

1.1. Os textos a serem submetidos à plenária de instalação deverão ser apresentados até uma hora antes do início da plenária, para a comissão da secretaria geral do evento, para verificação se de fato são textos que apresentam elementos novos da conjuntura, cabendo à(o)s proponentes do texto recurso à plenária de instalação, em caso de negativa.

2. A indicação pelas seções sindicais de sindicalizado(a)s para participarem de grupos de trabalho nacional não serão mais feitas nos Congressos e CONAD. As indicações serão feitas diretamente à secretaria nacional do ANDES-SN.

3. As deliberações e os encaminhamentos sobre os TR que, porventura, não forem apreciados nos Congressos e CONAD serão de competência da Plenária final. 64º CONAD - Conselho do ANDES-Sindicato Nacional – Brasília (DF), 11 a 14/07/2019 99

Recomendação

1. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleia de base, da Diretoria Nacional e das diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos cinco sindicalizado(a)s, sendo que não serão aceitos textos de apoio sem texto de resolução, exceto sobre conjuntura.

2. Padronização dos relatórios que serão trabalhados nas plenárias e aprimoramento do sistema usado para produzir relatórios dos grupos: não serão submetidas questões de forma da escrita para deliberação.

3. Esclarecer nos regimentos dos eventos: questão de ordem, questão de esclarecimento, questão de encaminhamento, propostas que podem ser apresentadas nas plenárias, recurso de votação, abstenção com declaração de voto, até mesmo o tempo disponível para cada uma dessas questões.

4. Finalizar o processo de compatibilização das deliberações dos Congressos e CONAD anteriores na perspectiva de que, após essa finalização e para futuros eventos, sejam apenas enviados TR no sentido de alterar, atualizar ou incluir novos posicionamentos e ações de luta do sindicato, buscando evitar a presença de textos no Caderno que trazem repetições de deliberações aprovadas anteriormente ao evento.

Em 2020 tivemos a primeira experiência resultado das deliberações do 66º CONAD e, no 39º Congresso, não conseguimos debater e aprovar todos os TRs apresentados e aprovados pelos Grupos Mistos, os quais foram remetidos ao 67º CONAD. Esse processo foi interrompido pela pandemia.

Em 2022 retomamos nossos encontros presenciais, com o 40º Congresso do ANDES-SN, muitos debates represados, muitos temas para debater e findamos o congresso com inúmeros TRs remetidos para o CONAD subsequente, e isso se repetiu no 41º Congresso. As alterações aprovadas em 2019 mostraram-se, ainda, insuficientes, pois, de fato, não estamos iniciando e terminando o Congresso do Sindicato Nacional em 5 dias, e remeter os debates para o CONAD vem nos paralisando. Precisamos ajustar nossa metodologia e garantir que os temas e resoluções indicados em nosso Caderno sejam debatidos e aprovados, ou não, dentro do período dos Congressos e CONADs.

Após alterações na metodologia, identificamos a necessidade das contribuições ao Caderno de Texto serem resultado da construção coletiva da nossa categoria. Assim, compreendemos que estas deverão vir de assembleias de base, Diretoria Nacional e diretorias das seções sindicais. Resguardando a diversidade de posições e assegurando a expressão de posições minoritárias, propomos também a possibilidade da admissão de textos construídos por pelo menos dez sindicalizado(a)s.

Reafirmamos a posição da Comissão que apresentou, no 66º CONAD, a proposta de supressão do caderno anexo. Cabe destacar que, como identificado no levantamento histórico, tal caderno não existia em tempos anteriores. Compreendemos que o caderno anexo, que traz, por sua vez, uma quantidade enorme de textos, não tem permitido o estudo prévio para deliberação das bases, em razão do exíguo tempo entre sua publicação

e a realização de Congressos e CONADs. Importante destacar que a proposta não exclui a possibilidade de, em razão de fatos excepcionais da conjuntura, novos textos serem apresentados na plenária de instalação.

Diante disso, compreendemos que a deliberação de criar a Comissão foi acertada, e a partir das contribuições desta comissão, com o balanço feito na Direção Nacional, julgamos pertinentes os seguintes elementos para o balizamento da proposta a ser deliberada 42º Congresso:

- A conjuntura econômica, política e social brasileira tem imposto, cada vez mais, enormes desafios às lutas gerais da classe trabalhadora e dos segmentos de diversas categorias, entre elas a dos (as) docentes que se organizam no ANDES-SN.
- O ANDES-SN, em sua construção e consolidação, imprimiu a marca de ser um sindicato propositivo em diversas áreas e temas, com base em um entendimento de que a determinação da luta está na totalidade da vida social e política. Isso se reflete na construção de grupos de trabalho que cumprem o papel de aprofundar os estudos sobre temas que interferem na ação mais geral do sindicato, considerando o conjunto dos segmentos sociais que compõem a classe trabalhadora e a categoria docente. Uma das consequências dessa opção política tem sido a ampliação das formulações e das ações relacionadas às diversas lutas em curso na sociedade brasileira. Isso traduz na riqueza de um sindicato fundamentado numa visão classista, não restringindo sua ação às pautas específicas da categoria docente. Sem estabelecer hierarquia sobre a importância dessas diversas lutas, apontamos a necessidade de fazermos uma mediação que permita que as diversas pautas, incluindo as questões da carreira, do salário e das condições de trabalho, sejam discutidas com equilíbrio dentro das instâncias deliberativas.
- Existe uma renovação na militância do sindicato que julgamos ser decisiva para a continuidade da existência do ANDES-SN. Todavia, essa renovação traz consigo uma nova composição de grupos de docentes marcados por diferenciados contratos de trabalho em condições precarizadas e distintas formas de acesso a determinados direitos. Esses grupos de docentes vêm de experiências políticas distintas e com diferentes vivências no processo organizativo do próprio sindicato, o que gera variados níveis de apropriação das nossas posições e deliberações históricas.
- A existência do Caderno Anexo expressa, na realidade, o descumprimento de prazo inicial para o envio de textos para o Caderno de Textos (principal), contendo, às vezes, uma quantidade enorme de textos de resolução que não passam pelo estudo prévio e deliberativo das bases, em razão do exíguo tempo entre sua publicação e a realização dos Congressos e CONADs.

Historicidade das mudanças organizativas dos Congressos e CONADs do ANDES-SN

Os grupos mistos existem desde o I Congresso do ANDES-SN, realizado em Florianópolis, em 1982. Os grupos têm seus membros definidos por meio de um programa de computador que procura mesclar docentes dos diferentes setores, das diferentes regiões geográficas e de diferentes seções sindicais, já que sua tarefa, tanto no Congressos quanto no CONAD, é a de favorecer um amplo diálogo entre docentes que atuam nas direções e nas bases dos diversos locais em que se organiza o Sindicato. Os grupos mistos devem atuar visando produzir sínteses/consensos possíveis e indicar para as plenárias dos temas discutidos tais sínteses/consensos ou indicação de pontos que ainda carecem de debate.

Por algum tempo, os grupos mistos e as plenárias tinham a prerrogativa de alterar os textos em sua inteireza – Textos de Apoio (TA) e Textos de Resolução (TR).

No XIII Congresso Viçosa (MG), em 1994, foi aprovada uma resolução que resultou na atual divisão dos textos em TA e TR. A partir do XIV Congresso, ocorrido em Brasília, em 1995, estabeleceu-se que haveria votação apenas dos TRs.

Sob o argumento de que muitas seções e sindicalizados(as) enviavam textos poucos dias após o prazo final de fechamento do caderno de textos, no XX Congresso do ANDES-SN, Rio de Janeiro, em 2001, houve a aprovação da proposta de criação do Caderno Anexo a ser publicado com o “mínimo de 10 (dez) dias de antecedência do Congresso”, contendo correções e análises do Caderno de Textos original e novas propostas, além da aprovação de apresentação de novos textos na Plenária de Instalação, com a seguinte redação “2 – após a publicação do Anexo, qualquer novo texto somente poderá ser submetido à discussão no evento se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação”.

Para a apreciação pela Plenária de Instalação, o novo texto deverá apresentar uma justificativa demonstrando a necessidade da sua apreciação no evento e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados. Igualmente importante faz-se registrar que, durante um bom tempo, o ANDES-SN realizava dois CONADs por ano.

A redução para um anual ocorreu por meio de mudança estatutária aprovada durante o XXIV Congresso, em Curitiba, em 2005, no qual se deliberou: – “Art. 26. O CONAD se reúne: ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de junho e agosto, em data e local fixados pelo CONAD anterior”. Tal decisão fundamentou-se na justificativa de que havia uma excessiva repetição das deliberações e de que não estávamos tendo tempo necessário para avaliar o plano de lutas aprovado no Congresso, nem o plano de lutas que era atualizado no CONAD do 1º semestre, além da necessidade de maior racionalidade no uso dos recursos do sindicato e das seções sindicais.

Outra decisão que se tomou em direção ao aprimoramento do funcionamento das instâncias de que estamos tratando foi a extinção do grupo misto e da plenária que tratavam de posições políticas do sindicato. Essa temática foi incorporada ao Tema Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas. O argumento utilizado foi o de que não havia sentido debater posições políticas separadas dos planos de luta geral, posto que este pressupõe àquelas, além de otimizarmos o uso do tempo dos Congressos.

No 26º Congresso, realizado em Campina Grande (PB), em 2007, ocorreu a criação do tema “centralidade da luta”, que deveria ser debatido em grupos mistos e em plenária, respondendo às críticas de que era necessário objetivar os debates sobre a conjuntura em uma espécie de eixo norteador para as ações do sindicato:

[...] A Diretoria do ANDES-SN apresenta, neste caderno, uma proposta de modificação da metodologia do CONGRESSO para que possamos definir a centralidade da luta no próximo período, os posicionamentos de fundo em relação às políticas sociais e, a partir daí a confecção do plano de lutas, que será de ações articuladas na construção das lutas. O momento não nos permite tratar o plano de lutas como um enorme elenco de intenções fragmentadas, antes exige a concentração de nossa atenção na definição das ferramentas de enfrentamento, pois só o desenvolvimento de ampla capacidade de luta livrará os professores dos iminentes golpes contra suas condições de trabalho e de vida.

Em 2014, no 59º CONAD, em Aracaju, a centralidade deixou de ser discutida nos grupos mistos e passou a ocorrer na segunda parte da plenária de conjuntura e movimento docente no Tema I.

No 66º CONAD aprovamos alterações no funcionamento dos Congressos e CONADs já citados neste Texto de apoio.

Apresentamos esse breve histórico, que também é produto do trabalho da Comissão eleita no 39º Congresso, de modo a contextualizar as proposições que apresentamos para nova formatação de Congressos e CONADs do ANDES-SN.

TR - 37

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleia de base, da diretoria Nacional, diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos dez sindicalizado(a)s, sendo que não serão aceitos textos de apoio sem texto-resolução, exceto sobre conjuntura.
2. Supressão do caderno anexo.
3. Todos os TRs debatidos e aprovados nos Grupos Mistos que não forem ao plenário serão considerados aprovados, excetuando as aprovações minoritárias, e não serão remetidos para o próximo evento deliberativo.
4. Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato.



Diretoria do ANDES-SN

UNIFICAR OS GTS FUNDAÇÕES E VERBAS

TEXTO DE APOIO

Neste texto de apoio fazemos uma retrospectiva de como o tema das fundações vem sendo abordado em Congressos e Conads.

No 29º CONGRESSO de 2010 foi deliberado, no tema Geral e Educação, um conjunto de ações contra a atuação das fundações privadas ditas de apoio, no interior das universidades públicas, com destaque para a “desvinculação total de todas as IES públicas das respectivas fundações”; exigir informações sobre a administração dessas fundações e os recursos financeiros por elas movimentados; solicitar ao MPF, MPEs e TCU a apuração de irregularidades; realizar uma Semana Nacional de Lutas Contra a Privatização da Educação. Há também deliberações em defesa do caráter público dos Hospitais Universitários, com vistas a “combater, articulando-se com outras entidades, as tentativas do governo de transformar os HU em fundações estatais de direito privado” e a lutar contra a aprovação de leis “que viabilizam a criação das fundações estatais de

direito privado nos estados e municípios, assim como sua revogação onde já houver legislação aprovada”.

No Plano de Lutas decidimos por “continuar a luta político-jurídica contra as fundações privadas ditas de apoio e os cursos pagos” e “continuar a denúncia e a luta contra as medidas de regularização e incorporação das fundações ditas de apoio às atividades desenvolvidas pelas IFES”.

No 30º CONGRESSO, de 2011, no tema Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores, deliberamos por “produzir, até o próximo Congresso do ANDES-SN, um diagnóstico qualitativo e quantitativo do ensino superior no Brasil, por setor, que permitisse ao movimento docente dimensionar a repercussão das políticas para o ensino superior, em especial no que se refere à expansão, à avaliação docente e à ampliação da privatização via OS, OSCIPS, Fundações Estatais de Direito Privado e congêneres”. Foi, também, decidido lutar contra o fortalecimento e a ampliação “do funcionamento das fundações privadas, ditas “de apoio”, que inclusive interferem de forma danosa na graduação, adotam critérios que estimulam o ranqueamento das universidades com base em princípios de produtividade quantitativa, de acordo com uma lógica de atendimento às demandas mais afeitas ao mercado, que distorcem a função social da universidade e o exercício do magistério, precarizando e intensificando o trabalho docente”.

No tema Política de Seguridade Social, deliberou-se por “Lutar pela universalização do acesso à saúde pública de qualidade e contra todas as formas de privatização dos serviços públicos de saúde, tais como: parcerias público-privadas, OS, OSCIPS, Fundações Estatais de Direito Privado, a MP 520 e congêneres”.

O Congresso autorizou, em caráter definitivo, o funcionamento do GT Fundações com o “objetivo de dar continuidade ao processo, já desencadeado pelo ANDES-SN, de análise do papel das fundações privadas ditas de apoio nas IES públicas e de congêneres e/ou análogas, subsidiando as estratégias de enfrentamento ao processo de privatização das universidades”.

No 56º CONAD, em 2011, decidiu-se pela atualização do Caderno 2: “As instituições de ensino superior criadas e mantidas pelo Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) devem constituir-se sob a forma de autarquias de regime especial, não podendo criar fundações de direito privado, nem a elas se associar ou com elas manter convênio”.

No 31º CONGRESSO, em 2012, repete-se a deliberação sobre desvincular as IFES das fundações privadas ditas de apoio e impedir convênios e ajustes para a implementação de atividades-fim.

Na atualização do Caderno 2, no 57º CONAD (2012), o tema das fundações mostrou-se interconectado com o de Ciência e Tecnologia a partir da Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação. No tema 5, Ciência e Tecnologia, o Caderno 2 afirma que a “perspectiva é de construir, nas Instituições de Ensino Superior (IES) em geral, e institutos públicos de pesquisa, uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país”. Registra a distorção que significou a incorporação de ‘inovação’ ao binômio ‘Ciência e Tecnologia’, entendendo que “a pesquisa passa a ter seu *valor* medido pela adaptação ao *mercado*, às necessidades do capital”.

Para operacionalizar essa mudança política, foi implementado um novo modelo de organização e financiamento que se consolida com a Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005), os quais

“flexibilizam as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas, além de possibilitar a estas a criação de fundos de investimentos para projetos tecnológicos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários”. Essa lei “oferece todas as condições para que as pesquisas se transformem em mercadoria, sem vínculo com a universidade ou o interesse público”; permite que “outro espaço de caráter privado seja criado nas instituições para que estas realizem o processo de gestão da inovação, os núcleos de inovação tecnológica”; “em conjunto com as fundações de apoio de direito privado, acabam definindo os rumos de cada universidade, especialmente as maiores, na sua atividade de pesquisa, com efeitos nocivos no ensino e na extensão”.

Além de afetar a produção e a socialização do conhecimento, essa lei rompe “na prática, com o pressuposto constitucional da autonomia universitária e estabelece um processo de sedução para que os profissionais da área assumam a privatização de seu trabalho, via terceirização da prestação de serviços desenvolvidos pelas fundações ditas “de apoio”, deliberadamente forjadas nas IES”. Acrescenta-se que “não se deve ignorar o fato de que esta estratégia privatizante, na maioria das vezes, tem conseguido relativo sucesso, pois um número não pouco expressivo de docentes de universidades públicas é levado a participar ou a se utilizar das fundações ditas “de apoio”, muitos deles assumindo, inclusive, a defesa dessas fundações”.

Nesse contexto, é fundamental a luta conduzida pelos movimentos populares para que “se resgate, como princípio e premissa básica, a formulação de políticas de desenvolvimento do país com vistas ao atendimento dos interesses e das necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida”. Portanto, é reafirmada a “Defesa dos fundos estatais de pesquisa, ameaçados de privatização mediante fundações de direito privado”.

No 32º CONGRESSO, em 2013, repete-se a deliberação sobre desvincular as IFES das fundações privadas ditas de apoio e impedir os convênios e ajustes para a implementação de atividades-fim.

No 58º CONAD, em 2013, o tema das fundações é parte do tema Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria no contexto da intensificação da luta em defesa do SUS.

No 59º CONAD, em 2014, reforçam-se as tendências de se discutir as fundações conjuntamente com outros GTs. Houve uma deliberação sobre acompanhar e relatar à coordenação do GTC&T a “celebração de convênios entre as Instituições de Ensino Públicas com as fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada” e que o GTSSA, “em conjunto com o setor das estaduais, acompanhe os processos de cessão e privatização dos hospitais universitários vinculados às IEES”, houve também menção a outras modalidades como parcerias público-privadas e parcerias para o desenvolvimento produtivo.

No 33º CONGRESSO, em 2014, repete-se a deliberação sobre desvincular as IFES das fundações privadas ditas de apoio, incluindo a indicação de “reagir às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborar com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades”.

No 63º CONAD, em 2018, no tema Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria foi deliberado realizar “ações em defesa do SUS e da revogação da Lei nº 12550/11 – EBSERH” e participar de atividades da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Tal decisão está diretamente relacionada ao combate à atuação das fundações e ao processo de privatização, que opera, através destas, dentro das Universidades.

No 35º CONGRESSO, em 2016, foi deliberado “intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde, na perspectiva da garantia dos serviços públicos gratuito de saúde de qualidade e contra todas as formas de precarização da saúde (EBSERH, Fundações Estatais de Direito Privado e Organizações Sociais) em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do SUS e com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde”. Além disso, “denunciar as iniciativas do governo e de dirigentes das IFE em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais”; “construir ações conjuntas, nacionalmente e nos estados, com o movimento estudantil, FASUBRA, SINASEFE e atuar junto aos parlamentares federais em seus estados para votarem contra a PEC 395/2014, o PL 4643/12, o PLS 782/15 (pagamento de mensalidades) e pela revogação da Lei 13.243/16, que atacam o caráter público das IES públicas”.

No 36º CONGRESSO, em 2017, deliberou-se por ampliar a luta pela revogação e contra a regulamentação da Lei 13.243, Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, e em defesa dos hospitais universitários estaduais.

O 39º CONGRESSO, em 2020, deliberou por “fortalecer a articulação dos GT CARREIRA e GT VERBAS/FUNDAÇÕES para aprofundar as temáticas sobre orçamento público, carreira, salários e privatização do fundo público”.

No 12º CONAD extraordinário, em 2021, foi reiterada a luta “contra as práticas privatizantes da educação, enfrentando o avanço das parcerias público-privadas, a criação de fundações ditas de apoio e outras ações alinhadas a esse objetivo”.

No 65º CONAD, em 2022, no tema Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, deliberou-se por registrar as consequências e denunciar os impactos negativos da implantação da EBSERH e dar continuidade, com a comunidade universitária, ao debate sobre as ameaças à autonomia universitária e sobre a privatização da saúde pública; realizar um seminário sobre o FUNPRESP e outro sobre os Hospitais Universitários.

No tema Política e Ações para a Carreira Docente, promover um seminário sobre os eixos e princípios da carreira, do orçamento e da privatização do fundo público.

No tema Política Agrária, Urbana e Ambiental, aprofundar a discussão sobre as pandemias, considerando também o sucateamento e a privatização de atividades essenciais e a destruição de ecossistemas.

No 66º CONAD, em 2023, no tema Política de Ciência e Tecnologia, ocorre a deliberação de que “o ANDES-SN via seções sindicais, de acordo com as respectivas legislações, lute para que as fundações de amparo à pesquisa nos estados tenham vinculação de recursos”.

No tema Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria é deliberado intensificar a luta em defesa do SUS e seus princípios, contra qualquer iniciativa que vise sua privatização.

No tema Política e Ações para a Carreira Docente, foi deliberada a luta contra a plataformização do trabalho docente e a “introdução de sistemas e práticas de inovação do ensino vinculadas a fundações privadas e/ou corporações do campo tecnológico-informacional”.

O que se observa no registro feito a partir das discussões e deliberações em Congressos e Conads, desde a criação do GT Fundações, é que o tema foi se tornando cada vez mais específico e restrito a um instrumento administrativo-operacional. À medida que as políticas de orientação privatizante e de mercantilização da educação, da saúde, da

pesquisa e da produção de conhecimento avançam e se disseminam por meio de novos instrumentos jurídico-institucionais (como é o caso da Lei 13.243 - Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Lei 13.800 que autoriza os Fundos Patrimoniais, e da criação da EBSEH, entre outros), o enfrentamento dessas políticas e processos institucionais limita-se a intervenções sobre o meio ou o instrumento organizacional pelo qual estas se implementam.

Isso leva a um esvaziamento do GT e do enfrentamento dos temas da privatização e da mercantilização, bem como de suas consequências, entre as quais se destacam a fragilização da carreira docente e a redução dos fundos públicos para ensino, pesquisa e extensão por outros GTs.

As várias deliberações indicam a necessidade de que esses temas sejam tratados no diálogo com outros GTs, a saber: no GTSSA, por causa da interface com a seguridade e pela indispensável defesa do SUS; no GTCeT, pelos impactos do Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação; no GT Carreira, quando se trata de discutir os impactos de fragilização da carreira na dependência de fundos privados e de infraestrutura para a pesquisa; no GTPE, pelo impacto no financiamento da educação.

Mas, para além do diálogo com outros GTs, há uma interface evidente com o GT Verbas, com destaque para o tema do orçamento público e a utilização das fundações como meio para a expansão de fundos privados, por exemplo os incentivados pelo Marco da Inovação, principalmente, e pela redução de fundos públicos para a pesquisa.

A pertinência das discussões e deliberações partilhadas com outros GTs evidencia que o GT Fundações foi perdendo sua especificidade, as deliberações foram se repetindo até deixar de existir como referência direta às fundações como objeto em si.

Consulta realizada em setembro de 2023, junto às Seções Sindicais, não indicou a existência de GT Fundações em funcionamento.

Propomos que as discussões sobre o financiamento e orçamento das instituições de ensino superior sejam levadas adiante a partir da unificação do GT Fundações com o GT Verbas e que esse GT atue articuladamente com os demais GTs com os quais tem interface, compartilhando informações e realizando algumas atividades em conjunto.

TR - 38

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Unificar os GTs Fundações e Verbas.
2. Fortalecer a articulação do novo GT (Verbas e Fundações) especialmente com o GT Carreira, mas também com o GTCeT, o GTSSA e o GTPE.

SOLIDARIEDADE COM A SECRETARIA NACIONAL DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO – MAM

TEXTO DE APOIO

A mineração é uma chaga que marca a destruição ambiental e do trabalho nos mais de 500 anos de história brasileira. Do ciclo do ouro ao “boom das *commodities*”, a extração minerária conforma e estrutura o capitalismo dependente e periférico brasileiro, com suas particulares e violentíssimas formas de espoliação das riquezas naturais e exploração do trabalho.

Ainda que tenham sido diversos os movimentos sociais populares a se colocarem no enfrentamento às consequências destrutivas da mineração colonial e imperialista – isso desde articulações pontuais e espontâneas ante o irromper de conflitos socioambientais resultantes da mineração até articulações mais consolidadas, tendo também o movimento sindical de trabalhadores na mineração um papel relevante nessas ações –, é no curso recente que desponta o movimento, largamente impulsionado por camponeses e camponesas, em suas mais diversas expressões e identidades – posseiros, sem-terra, quilombolas, indígenas, ribeirinhos – contrários a grandes empreendimentos minerários no contexto amazônico.

Nascido em 2012 como Movimento de Atingidos pela Mineração, o MAM desponta da experiência de lutas contra o projeto Grande Carajás, da Vale S.A. no Pará. Já em seus primeiros anos de existência experimenta ressignificação da sua síntese constitutiva, passando a se nominar Movimento pela Soberania Popular na Mineração, ainda que mantendo a sigla MAM para se identificar.

O MAM se reconhece enquanto “movimento popular não conjuntural, mas que incide perenemente no processo político brasileiro”, e se propõe a “organizar o povo que está em conflito com a mineração (seja na beira da cava, na ferrovia, no mineroduto, na estrada ou no porto) e debater na sociedade o modelo mineral, primário exportador, em que vivemos no país”.

Atualmente o movimento encontra-se em luta contra o modelo de mineração do capital em 17 Estados da Federação, em todas as regiões do país, estando na linha de frente da articulação política e da defesa dos interesses de pessoas atingidas pela mineração. Muitas de suas pautas se irmanam com as do ANDES-SN, a exemplo das disputas pelo fundo público, responsabilização empresarial por meio da tributação para custeio de políticas sociais – com enfrentamentos importantes quanto a CFEM e Lei Kandir –, participação democrática na lida com as necessidades populares em territórios minerados – buscando participação democrática, ampla, horizontal e autônoma para gestão de recursos resultantes da mineração, hoje hegemonicamente promovida pelo capital e seu poder estabelecido –, bem como a promoção de direitos trabalhistas – sobretudo de trabalhadores e trabalhadoras na mineração –, a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados aos reais interesses da população trabalhadora – o que se

expressa na organização dos importantes encontros de pesquisadores e pesquisadoras sobre mineração, anualmente realizados desde a criação do movimento –, isso para além de questões socioambientais que cada vez mais assumem vulto e necessidade de promoção pelo nosso sindicato.

Relação com o ANDES-SN

Muito embora de forma esparsa e pontual o movimento já estabelecesse com o ANDES-SN algum grau de relação – sobretudo por meio de algumas seções sindicais e regionais em que a atuação do movimento se dá de forma mais presente –, bem como com professores e professoras de nossa base – que desde a criação do movimento animam seus espaços voltados à articulação de pesquisadores e pesquisadoras sobre a mineração –, é recente a ligação de maior organicidade entre o MAM e nosso sindicato.

Podemos dizer que esse enlace passou a se dar de forma mais efetiva no ano de 2022. Após a propositura de TR desde a base do sindicato², propondo não só debates sobre a questão mineral, mas também uma aproximação com o MAM, foi possível dar os primeiros passos nesse sentido desde uma perspectiva institucional. Os referidos debates se deram no curso do 40º Congresso, ocorrido em Porto Alegre-RS, tendo sido aprovada resolução – no bojo da pauta do GTPAUA – durante o 65º Conad, realizado em Vitória da Conquista-BA, que lidou residualmente com os trabalhos não vencidos congressualmente. O texto aprovado foi o seguinte:

VII - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 65º CONAD do ANDES-SN delibera:

10 - Que o ANDES-SN se articule e apoie as atividades nacionais do MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e outros movimentos de atingidos pela atividade mineradora, para denunciar os conflitos gerados pela atividade minerária e debater um outro modelo de uso e exploração dos recursos naturais não renováveis e energéticos.

Desde então, os esforços das diretorias do ANDES-SN, bem como do MAM, para atender a essa resolução foram muitos. De início, logo após o referido Conad, foi o MAM convidado para participar da mesa de conjuntura que abriu a reunião do GTPAUA realizada no 2º semestre de 2022, tendo impacto significativo nas discussões e sínteses daquela reunião. Esteve o MAM também no III Seminário Intercultural do ANDES-SN, junto à ADUFPA, em Belém-PA, entre 31 de março e 1º de abril de 2023, debatendo o tema da transição energética e mineração.

Fora isso, para ficar em poucos exemplos mais recentes, o movimento esteve presente na construção da 4ª Jornada Universitária de debates na mineração, impulsionada pela ADUFOP junto a outras entidades, em janeiro de 2023; promoveu, junto com a Fiocruz, o lançamento do livro “O Problema Mineral no Ceará – Vol 1: Onde Não Tem Mineração no Ceará?”, na ADUFC, em 23 de novembro; e no 1º Encontro da Regional Norte 2, realizado nos dias 4 e 5 de dezembro de 2023, nos *campi* da UNIFESSPA da cidade de Marabá-PA, nas imediações do território conflagrado pelo projeto Carajás.

² TR 66 – ATIVIDADE MINERÁRIA, ENERGIA E QUESTÕES SÓCIOAMBIENTAIS: A NECESSIDADE DE MAIOR ENVOLVIMENTO DO ANDES-SN, contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antônio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ)

Do mesmo modo, o ANDES-SN participou de espaços promovidos pelo movimento. É exemplo disso o VIII Encontro de Pesquisadores e Pesquisadoras na Mineração, realizado entre os dias 31 de julho e 2 de agosto de 2023, realizado na ENFF, em que nosso sindicato pôde compor a mesa de abertura, trazendo contribuições ao debate. Isso para além de três reuniões de apresentação e articulação realizadas em maio (virtualmente), 31 de julho (presencialmente, na ENFF) e 2 de dezembro de 2023 (presencialmente, na sede do sindicato), em que as possibilidades de articulações de ações para o próximo período foram discutidas.

Importância da relação com o movimento e da contribuição solidária

Das formas mais dramáticas e dolorosas, a importância do movimento vem se colocando aos olhos da população trabalhadora brasileira e de todo o mundo. Os desastres-crimes de Mariana-MG (2015), Barcarena-PA (2018) e Brumadinho-MG (2019) mostram que a predação incontida de minérios é uma das mais eficientes formas de destruição de vida no planeta, reclamando medidas urgentes para sua contenção e promoção dentro de outros registros.

O assassinato do Rio Doce pela Samarco (Vale e BHP), gerando um rastro de destruição entre Minas Gerais e Espírito Santo, os atentados contra a vida promovidos pela Hydro Alunorte e o maior acidente de trabalho da história são marcas dessa realidade.

A mais recente e flagrante situação de conflito, muito embora já conflagrada há mais de meia década e denunciada antes mesmo do início do empreendimento, aponta como o compasso do capital atenta contra a existência humana: a cidade de Maceió-AL, que afunda por conta da extração predatória de sal-gema pela Braskem, revela o quanto não são apenas as populações camponesas que se veem afetadas pela ganância minerária.

O MAM intervém diretamente em todos estes processos. São muitos os exemplos de outras lutas travadas pelo movimento e que nos afetam diretamente, como no enfrentamento à megamineração do carvão no Rio Grande do Sul e à extração de minerais radioativos em Caitité-BA e Santa Quitéria-CE, na manutenção do Serro-MG como território livre da mineração, na defesa dos territórios indígenas contra o garimpo e outras formas de mineração, na busca por reparação adequada dos danos ambientais e sociais proporcionados pelos desastres-crime de Mariana-MG e Brumadinho-MG, dentre outras.

Por essa razão, reconhecendo a importância da aliança perene de intervenções com o MAM, a DN propõe à categoria o estabelecimento de uma contribuição permanente ao movimento. Esta proposta soma-se a outras iniciativas do ANDES-SN, renovadas nos últimos congressos, no sentido de apoio a aliados táticos e estratégicos.

A proposta vem em sentido também de pluralizar os eixos territoriais destas contribuições. Muito embora também movimentos nacionalizados, MST e MTST mantêm seus espaços de interlocução política no sudeste brasileiro – mais especificamente em São Paulo –, o que coloca como ainda mais relevante a contribuição à Secretaria Nacional do MAM, localizada em Belém-PA.

TR - 39

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN apoie a Secretaria Nacional do MAM, em Belém-PA, com contribuição mensal de R\$ 4.000,00.

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, é um centro de educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ENFF não é apenas uma escola do MST; é uma unidade escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de vários países do mundo.

Inaugurada em janeiro de 2005, a ENFF completou quinze anos em 2020, após muito esforço de mais de mil trabalhadores(as) do MST e simpatizantes que a construíram coletivamente. Aproximadamente 24 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas, como seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, mais de 500 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a Escola. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países.

A instituição promove cursos formais e informais voltados para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Os cursos, em diversas áreas, estimulam a capacidade crítica das pessoas e o desenvolvimento de conhecimento para a construção de um projeto popular para o Brasil. A grande diferença em relação às demais escolas é que, após passar pela ENFF, os(as) alunos(as) voltam para a sua comunidade rural e utilizam na prática o que aprenderam no banco escolar. Exemplos de cursos ministrados na ENFF: alfabetização; administração cooperativista; pedagogia da terra; saúde comunitária; planejamento agrícola e técnicas agroindustriais.

Os(As) professores(as) que lecionam na escola trabalham nas universidades conveniadas e escolas técnicas. Os cursos de formação técnica são ministrados pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITERRA), registrado no MEC, ou por outros parceiros, como a UNICAMP (Realidade Brasileira), a UERJ (Teorias Sociais), a UFMG (Realidade Latino-Americana), a UFPB (História) e a UFJF (Especialização em Estudos Latinos).

Acrescente-se que também contribuem para o sistema educacional do MST amigos(as) e simpatizantes do Movimento – quase todos(as) voluntários(as). Além dos cursos, são realizados, na Escola, muitos encontros, seminários e atividades culturais para assentados(as) e acampados(as).

A Escola foi construída entre 2000 e 2005. O projeto conceitual e arquitetônico das cinco edificações que compõem o *campus* é de autoria da arquiteta Lilian Avivia Lubochinski, ex-professora da PUC-SP. Os(as) trabalhadores(as) e militantes do MST que ajudaram a ENFF passaram por cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra. Organizados(as) em brigadas, esses(as) trabalhadores(as) ficavam cerca de 60 dias trabalhando na construção da Escola, em seguida, voltavam para seus estados e eram substituídos(as) por nova brigada. Ao retornar a seus locais de origem, utilizavam os

ensinamentos obtidos na Escola para melhorar a qualidade dos assentamentos e acampamentos.

Compreendendo que o ANDES-SN deve estabelecer relação política de parceria e cooperação com as entidades que apoia, avaliamos ser fundamental, para a manutenção da parceria, a realização de uma reunião entre a diretoria nacional e a direção da ENFF.

Desse modo, é importante a continuidade da ajuda financeira do ANDES-SN à ENFF para que ela possa se manter, com autonomia, como uma referência de grande importância para o processo de formação da militância do MST e de outras organizações que lutam na defesa da reforma agrária, porém buscando diálogo político com o ANDES-SN.

TR - 40

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).
2. Que a diretoria nacional do ANDES-SN realize reunião com a direção da ENFF e com a direção nacional do MST buscando realizar ações conjuntas de unidade de ação.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD)

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), criada no ano de 2001, vem, desde então, realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e respectivos impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, com base nas contribuições dos grupos de trabalhos (GT) e, tendo como referência as deliberações decorrentes de Congressos e CONADs, tem articulado com a ACD para viabilizar ações que embasem a luta por reivindicações específicas do movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical e de movimentos sociais.

Desde a edição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), transformada na Emenda Constitucional (EC) 95/2016, a ACD vem alertando para o fato dessa PEC “que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida pública, não auditada, e para ‘empresas estatais não dependentes’”. Assim, essa emenda privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal, enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Para a ACD, os Projetos de Lei (PL) 204/2016, 181/2015 e 3337/2015 visam “legalizar” esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu em agosto de 2016.

No início de novembro de 2017, o ANDES-SN apoiou um importante evento internacional, qual seja, o Seminário Internacional “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, do qual participaram representantes da Diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de outras entidades sindicais e de movimentos sociais.

Em 2018, a ACD mais uma vez desenvolveu importante parceria com o ANDES-SN através de análise de dados para elaboração de caderno do sindicato sobre os cortes na Educação e Ciência e Tecnologia e compôs carta a ser apresentada aos(as) candidatos(as) a presidente pontuando a importância da Auditoria da Dívida Pública. Em parceria com o ANDES-SN, reeditou um curso nacional para formar militantes em todo o Brasil, o qual é oferecido à distância e realizado em módulos temáticos.

O ANDES-SN contribui com uma ajuda financeira para a ACD, mensal e regularmente, desde o 30º Congresso – Uberlândia/MG (realizado de 14 a 20 de fevereiro de 2011). E, desse modo, a Diretoria propõe a continuidade dessa ajuda financeira.

TR - 41

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).
2. Que as seções sindicais avaliem a possibilidade de contribuição com os núcleos da ACD nos estados.

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se indispensável à realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo, no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de lutas de mais de uma década, o movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada Casarão da Luta.

A partir daí, o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com apoio político e financeiro do ANDES-SN, o movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filhos(as) e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrados(as) nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas e formadoras para se potencializar e qualificar. Por isso, os diversos cursos, debates, oficinas, dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Compreendemos que o MTST é um dos movimentos sociais urbanos mais importantes dessa quadra histórica e que diante do acirramento da conjuntura faz-se necessário apoiar e construir ações conjuntas com os movimentos sociais de cunho anticapitalista.

Levando em conta que o MTST preserva o princípio da autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos e aglutina uma base social formada por desempregados(as), informalizados(as) ou precarizados(as), e considerando a parceria estabelecida com o movimento em diferentes estados do Brasil e nas lutas travadas no último período, a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro, por um período de mais doze meses, ao Casarão da Luta e ao sistema de formação do Movimento.

TR - 42

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).
2. Que as seções sindicais apoiem as iniciativas do MTST e de outros movimentos de luta urbana nos estados, construindo resistência e lutas conjuntas.



Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013. É mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos(as) sindicalizados(as), relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º Congresso (Curitiba/2016). A nova resolução prevê, no artigo primeiro, que *“As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com dificuldades financeiras para despesas com greves e mobilizações devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, informando as Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas”*.

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

No ano de 2021, o Fundo Único foi utilizado, na parcela relativa à mobilização, para realização de várias mobilizações nacionais, dentre as quais: campanha Fora Bolsonaro, atividades contra a PEC 32. Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN

contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP-Conlutas, no esforço de trazer a Brasília estudantes, professores(as) e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por algumas semanas e repassamos recursos para a implantação de novas seções sindicais e auxílio para seções com dificuldades financeiras.

O 41º Congresso, por meio de resolução, autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, reconhecidas como centrais na luta do Sindicato Nacional, no limite de R\$ 1.164,900,00 estamos atualizando este valor para R\$ 1.211.962,00.

Tomando como referência a data de 1º de janeiro de 2024, o Fundo Único apresenta um saldo de R\$ 15.456.881. Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e o cumprimento das ações previstas para o seu uso.

TR - 43

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 42º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de R\$ 9.274.128,80 da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 67º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2024.
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrem em greve no ano de 2024, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.
4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição dos(as) sindicalizados(as), mantendo/se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

TEXTO 44

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 66º CONAD**TR – 44**

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 66º CONAD.

DESPESAS REALIZADAS DO 66º CONAD DO ANDES-SN	ANDES-SN	ADUFCG
ESPECIFICAÇÃO	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL-ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria, Imprensa e CPD)		
Passagens Aéreas/ Terrestre	33.870,64	0,00
Hospedagem	18.670,00	0,00
Diárias	13.500,00	0,00
Hora extras	53.220,31	7.955,43
Subtotal	119.260,95	7.955,43
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Caderno de texto	7.833,40	0,00
Arte dos Cartazes/Banners / Faixas/Design	2.920,00	2.800,00
Reprografia	9.847,96	0,00
Subtotal	20.601,36	2.800,00
3 – INFRAESTRUTURA		
Decoração	0,00	8.000,00
Tendas/Barraca/Boxtruss/Som/Iluminação/Banheiro químico	0,00	35.000,00
Baner/ Lonas	0,00	3.810,00
Apresentação Cultural	0,00	5.450,00
Subtotal	0,00	52.260,00
4.Prestação de Serviços		
Filmagem	0,00	6.500,00
Coffe Break	0,00	35.000,00
Serviço eletricista	0,00	2.000,00

Serviço secretaria	0,00	2.700,00
Locação de Impressoras	0,00	5.600,00
Locação <i>Notebook</i>	0,00	13.095,87
Brigadista	0,00	3.060,00
Segurança/alimentação	0,00	4.543,88
Serviços de Informática/internet	1.500,00	7.105,00
Aluguel de Cadeiras	0,00	1.320,00
Ambulância	0,00	5.100,00
Locação de veículo	0,00	2.087,41
Serviço de limpeza	0,00	6.900,00
Serviços Monitores/alimentação	0,00	23.987,44
Transporte Monitores		743,12
Serviços de Apoio	0,00	5.000,00
Transportadora	10.500,00	0,00
Espaço de Convivência (Alimentação, Pessoal, Transporte e Material Pedagógico)	3.200,00	0,00
Subtotal	15.200,00	124.742,72
5.Material de Consumo		
Material de Escritório e expediente	1.325,28	2.531,72
Material de Informática/Elétrico	2.650,00	5.215,83
Material de Limpeza	0,00	2.926,23
Café/Alimentação	0,00	3.755,95
Combustível/ Estacionamento	0,00	1.599,14
Água Mineral/Be	0,00	2.510,00
Copos Descartáveis	0,00	790,75
Subtotal	3.975,28	19.329,62
6.Material distribuído aos delegados e observadores		
Camisas	0,00	15.600,00
Bolsas	0,00	16.000,00
Crachá	1.490,00	0,00
Canecas	0,00	3.312,23
Subtotal	1.490,00	34.912,23
7.COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	2.700,00	0,00

Passagens Aéreas	14.077,27	0,00
Hospedagem	2.269,24	0,00
Subtotal	19.046,51	0,00
8.Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 100 filiados.		
ADUFRA	3.010,32	0,00
SESUNIPAMPA	3.317,59	0,00
UFJ	2.991,52	0,00
SINDUEAP	1.282,60	0,00
ADUEMG	2.433,06	0,00
ADUFVJM	1.507,13	0,00
SESUNILA	2.247,82	0,00
SINDOIF	1.531,49	0,00
Subtotal	18.321,53	0,00
9.Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8, parágrafo 5 (via Secretarias Regionais)		
Docentes UFG/ Diárias	750,00	0,00
Docentes UFG/ Passagens	2.365,47	0,00
Docentes UFG/ Hospedagens	1.232,00	0,00
Docentes APUB/ Diárias	750,00	0,00
Docentes APUB/ Passagens	1.241,30	0,00
Docentes APUB/ Hospedagens	1.408,00	0,00
Docentes ADUFEPE/ Diárias	600,00	0,00
Docentes ADUFEPE/ Passagens	1.778,26	0,00
Docentes ADUFEPE/ Hospedagens	1.698,12	0,00
Subtotal	11.823,15	0,00
TOTAL	209.718,78	242.000,00
Total de Despesas		451.718,78

AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DAS SEDES DAS REGIONAIS NORTE I, NORDESTE II, LESTE, SÃO PAULO E RIO GRANDE DO SUL.

TR - 45

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Adquirir imóvel registrado na Cidade de Manaus-AM, para a instalação da sede da Regional Norte 1, considerando-se a adequação do preço do metro quadrado praticado na região onde se localiza o imóvel e a adequação às necessidades do ANDES-SN. Serão utilizados, para essa compra, recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.
2. Adquirir imóvel registrado na Cidade de Recife, para a instalação da sede da Regional Nordeste II, considerando-se a adequação do preço do metro quadrado praticado na região onde se localiza o imóvel e a adequação às necessidades do ANDES-SN. Serão utilizados, para essa compra, recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.
3. Adquirir imóvel registrado na Cidade de Belo Horizonte-MG, para a instalação da sede da Regional Leste, considerando-se a adequação do preço do metro quadrado praticado na região onde se localiza o imóvel e a adequação às necessidades do ANDES-SN. Serão utilizados, para essa compra, recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.
4. Adquirir imóvel registrado na Cidade de São Paulo-SP, para a instalação da sede da Regional São Paulo, considerando-se a adequação do preço do metro quadrado praticado na região onde se localiza o imóvel e a adequação às necessidades do ANDES-SN. Serão utilizados, para essa compra, recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.
5. Adquirir imóvel registrado na Cidade de Porto Alegre-RS, para a instalação da sede da Regional Rio Grande do Sul, considerando-se a adequação do preço do metro quadrado praticado na região onde se localiza o imóvel e a adequação às necessidades do ANDES-SN. Serão utilizados, para essa compra, recursos próprios do Caixa Nacional do Sindicato.

TEXTO 46

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 43º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 27/02/2024 (terça-feira), para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 46

1. O 43º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 47

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Valena R. G. Ramos, Rômulo de Souza Castro, Tarcila Soares Formiga, Thomaz B. Estrela e Diego Casais, (Adcefet/Rj); Francisco Raphael Cruz Maurício (Adufpi)

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DO NÚCLEO JURIDICO POPULAR ESPERANÇA GARCIA E BENJAMIM MOTA (NEB) AO ANDES/SN: POR UMA POLÍTICA DE SOLIDARIEDADE DE CLASSE.

TEXTO DE APOIO

1) Proponente da Proposta: Quem somos?

O Núcleo Jurídico Popular Esperança Garcia e Benjamim Mota (NEB) é uma organização criada para prestar orientação e assessoria jurídica e política as/os trabalhadoras/es autônomas/os, informais, periféricas/os, pobres, pretas/os e indígenas do estado do Rio de Janeiro. A formação do NEB foi uma iniciativa do Sindicato Geral Autônomo do Rio de Janeiro, filiado a Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil. (SIGA-RJ/FOB), em parceria com a Associação dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (ADCEFET/RJ), filiada ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), e o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), filiado ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE).

O NEB foi fundado em 28 de setembro de 2022 decorrente da experiência de luta de trinta e cinco trabalhadoras terceirizadas da limpeza do CEFET/RJ. No meio deste mesmo ano,

após licitação para escolha de nova prestadora de serviços de limpeza, as trabalhadoras terceirizadas, em sua maioria mulheres pretas periféricas, empobrecidas e com baixa escolaridade, foram demitidas sem o pagamento das verbas rescisórias. Diante disto, começaram a se organizar politicamente para reverter a situação, com o apoio do Sindicato Geral Autônomo (SIGA-RJ) e da ADCEFET-RJ que estruturam um auxílio jurídico com a contratação de advogados.

Desta iniciativa que o NEB foi idealizado e hoje completa um ano de existência atuando em vários casos. Fora a garantia do pagamento das multas rescisórias das demitidas do CEFET/RJ, destacamos, dentre os casos, o da trabalhadora de aplicativo Adelline Costa Toledo, de 34 anos, vítima de agressão por um cliente durante a entrega em um pedido na Tijuca, na Zona Norte do Rio, em 14 de fevereiro de 2023. O NEB também iniciou uma campanha publicitária nas redes sociais para combater as agressões dirigidas aos trabalhadores de App, bem como a divulgação de uma cartilha com orientações de como proceder nestes casos. As demandas de orientação incluem também os trabalhadores de bares e restaurantes e supermercados, destacando, por exemplo, as informações sobre rescisão de contrato e verbas rescisórias de direito, o saque extraordinário do FGTS e o pagamento de gorjetas para o cálculo dos benefícios trabalhistas. Ademais, vem acompanhando diversas demandas de trabalhadores terceirizados do Colégio Pedro II, como, as dos trabalhadores do setor de manutenção predial acerca do pagamento de periculosidade aos eletricitistas; chegou a impetrar ação judicial em favor de uma trabalhadora terceirizada, em contexto de assédio moral; e, por fim, reverteu o mandato de despejo de uma trabalhadora aposentada que atuava como zeladora e morava no colégio, realizando uma audiência de conciliação. Quanto às trabalhadoras demitidas do CEFET/RJ, o núcleo ainda acompanha juridicamente o não pagamento da multa prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas decorrente da demora na quitação das verbas rescisórias, além da necessidade de regularizar a declaração RAIS, que acabou por prejudicar o pagamento do abono salarial de parcela dessas trabalhadoras. Na época, fora a garantia da lisura da rescisão trabalhista, conseguiu a reversão da demissão de uma trabalhadora grávida que estava entre as 35 pessoas demitidas.

Além das ações de orientação jurídica, o NEB organiza eventos de formação política sobre assédio moral e sexual e direitos e benefícios trabalhistas, bem como campanhas sobre os mesmos temas nas redes sociais. Mais recentemente, vem estruturando ações tanto de promoção ao associativismo com os movimentos de luta pela moradia, quanto de combate ao racismo e contra o encarceramento em massa do povo preto. Por fim, em um ano de existência, foram realizados diversos atendimentos que relatam uma série de violações aos direitos trabalhistas e o problema do assédio moral, escancarando a precarização do trabalho no âmbito da terceirização.

2) Em que consiste os nossos objetivos e ações?

Nossos objetivos gerais estão estruturados em três frentes de atuação:

1) Na garantia dos direitos sociais e trabalhistas e no combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; 2) Na orientação política e jurídica para criação e legalização de associações representativas e cooperativas de consumo, crédito e produção; e

3) Nosso público-alvo:

O nosso público-alvo é a classe trabalhadora mais precarizada que apresenta um recorte de raça e gênero, sendo composta basicamente por trabalhadoras pobres, pretas e “mestiças”, indígenas e periféricas. Quanto às ocupações, na maioria das vezes, são trabalhadoras/es terceirizadas/os dos setores de limpeza, manutenção, vigilância,

administrativo e bandeirão das redes de ensino privada e pública ou de outros órgãos públicos. Também trabalhadoras/es informais e autônomas/os, como entregadores de aplicativos, camelôs, ambulantes, ou ainda, trabalhadoras/es do setor do comércio (lojas, mercados, bares, restaurantes).

4) Por que se justifica a existência de um núcleo de assessoria jurídica popular como o Núcleo Esperança Garcia e Benjamin Motta?

A crise de acumulação do capital no final dos anos 1970 e o aumento global do salário, decorrentes das lutas sindicais por melhores condições de trabalho e das políticas de bem-estar social, vistas como antídoto para as formas disruptivas dos conflitos de classe, levaram a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista e a remodelação do Estado a partir de uma agenda neoliberal. As políticas de desmonte dos direitos sociais e da rede estatal de proteção social, associada à retirada e a flexibilização das relações de trabalho, produziram consequências importantes para o mundo do trabalho. Neste sentido, destacam-se o desemprego estrutural, a automação e informatização de processos produtivos acompanhada da extinção de um conjunto maior de ocupações, a fragmentação da classe trabalhadora, hoje dividida entre uma massa de trabalhadores precários, temporários ou informais, e uma pequena parcela de trabalhadores com altos salários e qualificação, dentre outros efeitos nefastos. Contexto este que expõe inúmeros desafios cotidianos para garantir a sobrevivência que vão do enfrentamento tanto da pobreza quanto do desemprego estrutural que tornam os empregos cada vez mais escassos e as relações de trabalho mais flexível, até as dificuldades organizativas da luta pela garantia dos direitos.

Assim sendo, aumentam os trabalhos por conta própria ou informais, como também as formas mais precarizadas que podem ser exemplificadas a partir das terceirizações, da informalidade, ou mesmo do mascaramento dos vínculos de trabalho através da imposição da contratação de trabalhadores como microempreendedores individuais (MEI). De acordo com o IBGE/PNAD, no Brasil a informalidade atingiu em 2022 um recorde em números absolutos de 38,8 milhões de trabalhadores. Ao passo que, a média anual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada foi de 12,9 milhões. Considerando que a população ocupada, neste ano, correspondia a 98 milhões de pessoas, pode-se concluir que quase a metade dos trabalhadores brasileiros estão em situação de trabalho sem vínculos formais, excluídos das redes estatais de proteção social e do trabalhador. Somados ao fato de que, geralmente, não estão representados em organizações de classe que possam encaminhar suas demandas trabalhistas. Tudo isto indica um quadro de precarização das condições e relações de trabalho cada vez maior. Mesmo os trabalhadores precários que possuem vínculos de trabalho estão diante de situações de desrespeito dos direitos trabalhistas e benefícios, sem contar com as formas de violação dos seus direitos políticos, através de práticas antissindicais e da sujeição às formas de assédios morais e sexuais, constantes no ambiente de trabalho, e praticadas por gestores diretos e patrões.

Somados a tudo isto, a pandemia agravou tais consequências para as classes trabalhadoras, aumentando ainda mais o desemprego e o trabalho precário e informal, como também avançando na retirada de direitos trabalhistas e no rebaixamento dos salários. Fora o aumento da pobreza e da insegurança alimentar. As/os trabalhadoras/as precarizadas, alvo das ações do NEB, foram os mais atingidos pela pandemia da COVID-19, tanto em termos de mortes diretas, quanto de perda de trabalho e renda, sendo submetidos a piora nas condições de vida. Ainda que, proporcionalmente, menos engajados em atividades associativas e políticas, as primeiras paralisações e greves

durante e pós-pandemia foram promovidas por aquela fração da classe trabalhadora, tornando este contexto importante para a realização de ações que venham a instrumentalizar as lutas sociais e fomentar o associativismo.

Reforçando, neste sentido, a importância do NEB como instrumento político para o enfrentamento das consequências ocasionadas pelas transformações atuais no mundo do trabalho, na medida que pode ser capaz de promover a organização e luta da classe trabalhadora, hoje tão heterogênea e desigual nas condições de trabalho e salariais. Mas também, fragmentada por conta de vínculos sociais e de confiança mais fluidos e transitórios que impactam nas possibilidades de organizações e resistências coletivas, provocando uma crise no sindicalismo, que até agora não apresentou saídas organizativas efetivas para lidar com essas novas relações do mundo do trabalho, enfrentando suas formas de exploração.

Por fim, a luta por melhores condições de vida e de trabalho estão articuladas com o racismo estrutural e o patriarcado, que impõem práticas de Estado e formas de opressão, exclusão e genocídio, presentes na sociedade brasileira. Não há como pensar ações, tais como aquelas que são propostas pelo NEB, sem considerar que uma maioria da classe trabalhadora se encontra submetida às piores condições de vida e trabalho no Brasil, e que nunca estiveram de fato em contextos laborativos estáveis e inclusivos. Principalmente, para os homens e mulheres pretas e indígenas. Além disso, mesmo os setores mais estabilizados vêm passando por processos de flexibilização das relações de trabalho, precarização e intensificação do trabalho e, como consequência, perdendo direitos trabalhistas, o que demanda respostas e saída dos sindicalismos.

5) Como o NEB desenvolve as suas ações?

O NEB estrutura suas ações a partir: a) **uma política de orientação jurídica** realizando plantões de atendimento e promoção de ações judiciais ou extrajudiciais; b) **uma política de formação e organização coletiva** através da promoção de eventos e de rodas de conversas com movimentos sociais e em espaços laborativos; c) **uma política de comunicação** que se realiza por meio da promoção de campanhas publicitárias em seus canais de comunicação; d) **uma política de pesquisa social**, desenvolvendo levantamentos sobre as transformações atuais no mundo do trabalho e acerca do encarceramento em massa, sistema prisional e violações dos direitos humanos.

6) Resultados Esperados para 2024

Indicamos, em nosso planejamento, alcançar os resultados abaixo:

- 1) Ampliar o atendimento jurídico no campo do direito trabalhista e de promoção dos direitos humanos e justiça criminal.
- 2) Divulgar e ampliar os canais de comunicação do NEB, bem como a capacidade de produção e veiculação de cartilhas e materiais audiovisuais sobre direitos trabalhistas, combate ao assédio moral e sexual, associativismo e cooperativismo e outros.
- 3) Contribuir para a formação de associações representativas e cooperativas de consumo, crédito e produção, de acordo com as demandas sinalizadas pelas trabalhadoras próximas aos sindicatos que coordenam o NEB ou pelos movimentos sociais parceiros.
- 4) Aprimorar as pesquisas sobre as transformações atuais no mundo do trabalho e classe trabalhadora hoje, bem como iniciar os levantamentos sobre o encarceramento em massa, sistema prisional e violações dos direitos humanos, em articulação com universidades, instituições de pesquisas e pesquisadores destes campos temático, assim subsidiar e estruturar melhor nossas ações.

5) Ampliar nossas articulações com os setores mais precarizados da classe trabalhadora, das entidades e organizações sindicais e movimentos sociais.

7) Nossa equipe:

1) **Coordenação:** Rômulo de S. Castro (Sociólogo, ADCEFET/RJ, SIGA/FOB e Campos - Centro de assessoria aos movimentos sociais e sindicais - Campos), Selmo N. da Silva (sociólogo, SINDSCOPE e SIGA/FOB); Valena R.G. Ramos (Antropóloga, ADCEFET/RJ e Campos - Centro de assessoria aos movimentos sociais e sindicais); Ítalo P. Aguiar (Advogado do sindicato estadual dos profissionais da Educação do Estado do RJ - SEPE e Conselheiro Estadual da OAB/RJ (triênios 2019/2021 e 2022/2024) e foi nomeado Secretário-geral da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da entidade; Hugo G. Ottati de Menezes (Advogado do sindicato estadual dos profissionais da Educação do Estado do RJ – SEPE).

2) **Jurídico:** plantões e acompanhamento jurídico desenvolvido pelos advogados coordenadores.

3) **Divulgação:** produção audiovisual desenvolvida por Caio L. Amorim, jornalista da ADCEFET/RJ.

4) **Articulação social:** formação de rede e articulações políticas. Arlete I. dos Santos, Antropóloga; Marcello de M. Coutinho, Sociólogo; Lucas Gomes (entregador, estudante e integrante da Ocupação João Cândido)

5) **Pesquisa social:** levantamento socioeconômico e cultural desenvolvido pelos cientistas sociais do NEB com apoio de dois bolsistas de Iniciação científica do CP2 e um de extensão ensino médio do CEFET/RJ e um voluntário: Rayssa Miranda, Lorena Nascimento, Giovanna de Oliveira e Leonardo Galardo.

TR – 47

O 42º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Apoiar financeiramente as ações de orientação política e jurídica do Núcleo Jurídico Popular Esperança Garcia e Benjamim Mota (NEB), atualmente coordenado pelo SINDSCOPE e SIGA/FOB, e apoiado no ano de 2023 pela ADCEFET/RJ, que foi fundado em 2022 para atuar na defesa dos direitos trabalhistas das (os) trabalhadoras (es) terceirizadas (os) que atuam nas instituições estaduais e federais de ensino e contra as práticas de assédio sexual e moral, com a quantia mensal de três mil reais (R\$ 3.000,00) por mês, totalizando um valor de trinta e seis mil anual, a ser destinada ao pagamento dos honorários dos advogados e pessoal de apoio, visando ampliar as ações de atendimento, os canais de divulgação e a elaboração de cartilhas e campanhas sobre os direitos trabalhistas e o assédio sexual e moral.

SIGLAS

ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade;
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
ANFIP: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;
ANPG: Associação Nacional de Pós-Graduandos
Apec: Cooperação Econômica Ásia-Pacífico;
BA: Bahia
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento;
BM: Banco Mundial;
BPC: Benefício de Prestação Continuada;
C&TI: Ciência, Tecnologia e Inovação;
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CE: Ceará;
CEDOC: Centro de Documentação;
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica;
CeT: Ciência e Tecnologia;
CF: Constituição Federal;
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas;
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais;
CNOS: Conselho Nacional de Organização Sindical;
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
CONAD: Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
CONEDEP: Coordenação Nacional em Defesa da Educação Pública e Gratuita;
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito;
CSP-Conlutas: Central Sindical e Popular Conlutas;
DE: Dedicção Exclusiva;
DRU: Desvinculação de Receitas da União;
EBTT: Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
EC: Emenda Constitucional;
FASUBRA: Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil;
FENASPS: Federação Nacional Sind Trab Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social;
FENET: Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico;
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz;
FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
FONACATE: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado;
FONASEFE: Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais;
GAET: Grupo de Altos Estudos do Trabalho;
GTHMD: Grupo de Trabalho de História e Movimento Docente;
GTPFS: Grupo de trabalho de Política de Formação Sindical;
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical;
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior;
IES: Instituições de Ensino Superior;
EaD: Educação a Distância;
IF: Instituto Federal;
IFES: Instituições Federais de Ensino;
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior;
LOA: Lei Orçamentária Anual;
M5S: Movimento Cinco Estrelas;

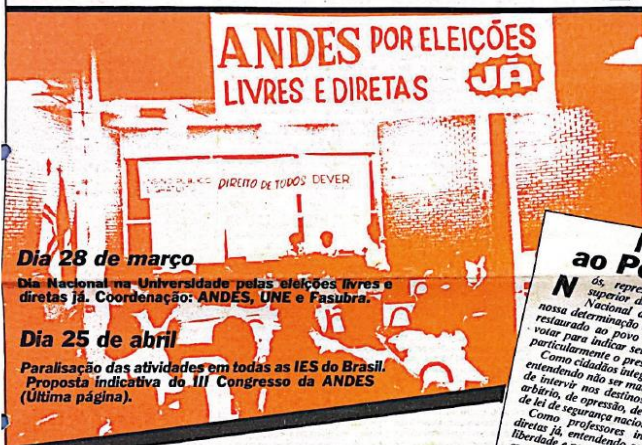
MA: Maranhão
MEC: Ministério da Educação;
Mercosul: Mercado Comum do Sul;
MLCTI: Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação;
MPF: Ministério Público Federal;
MS: Magistério Superior;
MT: Mato Grosso;
NRF: Novo Regime Fiscal;
OMC: Organização Mundial do Comércio;
ONG: Organização Não Governamental;
OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo;
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte;
PEC: Proposta de Emenda Constitucional;
PI: Pauí;
PIB: Produto Interno Bruto;
RJ: Rio de Janeiro;
RPC: República Popular da China;
RS: Rio Grande do Sul;
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
SECIM: Escolas Cívico-Militares;
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica;
SINTRAJUD-SP: Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo;
SP: São Paulo;
STF: Superior Tribunal Federal;
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;
UNE: União Nacional dos Estudantes;
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
Unesp: Universidade Estadual Paulista;
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas;
USP: Universidade de São Paulo;
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos;
CONAT: Congresso da Classe Trabalhadora;
CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora;
GT: Grupo de Trabalho;
SIS: Síntese de Indicadores Sociais;
SUS: Sistema Único de Saúde;
CIT: Comissão Intergestores Tripartite;
OPAS: Organização Panamericana de Saúde;
APS: Atenção Primária à Saúde;
Ebserh: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
PB: Paraíba;
RPPS: Regime Próprio de Previdência Social;
RGPS: Regime Geral de Previdência Social;
RPC: Regime de Previdência Complementar;

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III — Nº 18 — MARÇO DE 1984

Diretas já



Dia 28 de março

Dia Nacional na Universidade pelas eleições livres e diretas já. Coordenação: ANDES, UNE e Fasuba.

Dia 25 de abril

Paralisação das atividades em todas as IES do Brasil. Proposta indicativa do III Congresso da ANDES (última página).

O III Congresso Nacional da ANDES definiu ações concretas para a Campanha por eleições livres e diretas para a Presidência da República. Abaixo, o Manifesto ao Povo Brasileiro, aprovado durante o Congresso e, na última página, as deliberações do movimento docente sobre o tema e a integrada Carta de Piracicaba.

Manifesto ao Povo Brasileiro

Nós, representantes dos professores do ensino superior do país, por ocasião do III Congresso Nacional da ANDES, manifestamos à Nação nossa determinação de lutar para que seja imediatamente votado para indicar seus governantes em todos os níveis e particularmente o presidente da República. Como cidadãos integramo-nos à campanha das diretas já entendendo não ser mais possível ao povo brasileiro deixar de intervir nos destinos do governo da Nação. Basta de arbitrio, de opressão, de miséria, de desemprego, de fome, de lei de segurança nacional, de intervenção nos sindicatos. Como professores integramo-nos à campanha das diretas já, entendendo ser nossa obrigação educar para a liberdade e para a democracia. Basta de analfabetismo, de escassez de vagas para a educação, de política privatizante para o ensino superior.

PELAS ELEIÇÕES E DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JÁ!

E MAIS

III Congresso Nacional da ANDES define (págs. 4 e 5):

Intensificar a luta pelo Ensino Público e Gratuito

Estado de alerta contra projeto do CFE/MEC

Federais Autárquicas: indicativo de greve nacional

Fundações: mobilização pelas eleições de reitores

Particulares: retomada da luta pelas 162 horas

Estaduais: avançar na luta pela democratização

Comunidade da Unesp exige respeito às eleições

A luta pela democratização da Universidade Estadual Paulista está na página 6.

Boletim publicado em 1984 pela Andes destacando sua participação na Campanha por eleições livres e diretas para a Presidência da República.



Manifestação SOS Universidade Pública – Greve das Federais, em 1989, Brasília-DF.

A manifestação do movimento docente subindo a rampa do Congresso, em 1989, simboliza o fim da ditadura empresarial-militar instaurada após o golpe que completa 60 anos em 2024.



Registros do II Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN.
Fotos: Eline Luz/ Imprensa ANDES-SN